PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Terça-Feira, 17 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10641

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **3**
Presidência **3**
Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência 18
Órgão Especial 18
Conselho da Magistratura 23

Vice Presidência **24**
Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência 54

Corregedoria-Geral da Justiça **55**
Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF 55
Coordenadoria de Magistrados 58

Coordenadoria Judiciária **58**
Departamento Judiciário Auxiliar 58
Primeira Câmara de Direito Privado 59
Segunda Câmara de Direito Privado 69
Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo 95
Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo 108
Terceira Câmara de Direito Privado 131
Quarta Câmara de Direito Privado 162
Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 179
Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 179
Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo 180
Primeira Câmara Criminal 183
Segunda Câmara Criminal 188
Terceira Câmara Criminal 197
Turma de Câmaras Criminais Reunidas 226
Secretaria de Câmara Especial 228
Seção de Direito Privado 229
Seção de Direito Público e Coletivo 232

Coordenadoria de Recursos Humanos **232**
Coordenadoria Financeira **238**
Fundo de Apoio ao Judiciário - Departamento do Funajuris 238

Coordenadoria Administrativa **245**
Departamento Administrativo **245**
Supervisão dos Juizados Especiais **245**
Turma Recursal Única 245

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidência

Intimação

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0046825-92.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR PANULO GONSALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIRANE BORTOLANZA GAIAO OAB - MT13753-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0046825-92.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ADEMIR PANULO GONSALVES DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório de natureza alimentar em que o credor requer prioridade por apresentar "amputação traumática transtibial." É a síntese. Fundamento e Decido. O requerimento formulado (preferência) pelo credor merece prosperar e prescinde de maiores elucubrações para seu acolhimento. O atestado médico juntado à fl. 76 aponta o CID S88.1 (amputação traumática entre o joelho e o tornozelo) e o CID G54.6 (síndrome dolorosa do membro fantasma), restando clara a deficiência física do credor. A Constituição Federal (art. 100, § 2º), com as alterações introduzidas pela EC 94/2016, estabeleceu que os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins disposto no § 3º do citado artigo. O ente público, por meio da Lei 10.259/2001, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Federal, os créditos não superiores a 60 salários mínimos. O precatório em exame é de natureza alimentar e o direito a benesse "superprioridade" está comprovado através do encarte do documento à fl. 70. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional ao credor, até o triplo do teto estabelecido para os Juizados Especais Federais (03 x 60 = 180 salários mínimos) que corresponde ao valor da RPV para a Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c art. 87 do ADCT/CF, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Em momento oportuno, efetuado o pagamento até o limite da prioridade, o precatório deverá aguardar em ordem cronológica para quitação de eventual saldo remanescente. Caso total a ser pago em prioridade seja equivalente ao valor do precatório, este restará integralmente quitado, com plena quitação, por parte do credor em favor do devedor. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0046603-27.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER QUEIROZ TOBIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA SUYENE PAULI LEITAO OAB - MT10476-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0046603-27.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: KLEBER QUEIROZ TOBIAS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de precatório cujos cálculos elaborados na fase de liquidação indicaram erro material, qual seja a dedução de valor a mais a título de honorários, conforme demonstrado na consulta de fl. 86. Diante da informação técnica, e em resposta à consulta, retifico de ofício o valor requisitado, homologando como devido o valor de R$ 44.215,19 (quarenta e quatro mil duzentos e quinze reais e dezenove centavos), por representar o crédito principal (R$ 58.177,88) excluído o valor a título de honorários contratuais (R$ 13.962,69), já levantado por alvará no Juízo da Execução. Intime-se as partes desta decisão. Não havendo oposição no prazo de 10 (dez) dias, atualize- o crédito conforme a rotina dos precatórios e materialize-se o pagamento. Cientifique-se o Juízo Requisitante. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0053848-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SUENI DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR LIMA DO NASCIMENTO OAB - MT4651-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0053848-55.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARIA SUENI DE OLIVEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Maria Sueni de Oliveira em desfavor do Estado de Mato Grosso. Em petitório de ID.22500956, o Estado requereu, em síntese, a) intimação para manifestar sobre compensação e/ou pagamento administrativo, no momento prévio ao pagamento do precatório; b) intimação dos cálculos; c) que todas as intimações sejam feitas por vista pessoal, mediante carga dos autos. Ao ID. 29159957, a credora requereu prioridade em razão da idade. É o relatório. Decido. No que toca aos pleitos da Fazenda Pública Estadual tenho que os pedidos de letra "a" e "b" fazem parte da rotina da Central dos Precatórios e serão materializados oportunamente. O pedido de letra "c", contudo, não merece acolhimento, isto porque tratam-se de autos eletrônicos, que tramitam pela plataforma PJE, onde é possível acesso amplo aos autos, a todo momento, bem como que todas as intimações aconteçam pelo próprio sistema. Dessa forma, indefiro o pleito de letra "c". Em relação ao pedido de prioridade, tenho que, em conformidade com o art. 100, § 2º, da Constituição Federal, os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais, ou sejam portadores de doença grave na forma da lei, serão pagos com superpreferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins disposto no § 3º do mesmo artigo. No mesmo sentido, por meio da Emenda Constitucional n. 99/2017, promulgada em 14/12/2017, foi acrescido ao art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o § 2º, com o seguinte teor: § 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Texto original sem grifo). É sabido ainda, que a Fazenda Pública Estadual está inscrita no Regime Especial e por meio da Lei n. 10.656, de 28/12/2017, definiu os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, fixando o limite para RPV em 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPFs/MT), independente da natureza do crédito. Por sua vez, a UPF/MT é variável e no mês de dezembro/2019 está estabelecida em R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), conforme Portaria n. 202/2018, de 17/12/2018. Compulsando os documentos juntados pela credora verifico que a mesmo possui atualmente mais de 60 anos. Logo, faz benefício à prioridade em razão da idade. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, c/c § 2º, do art. 102, do ADCT, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão da idade à credora, correspondente até ao quíntuplo do valor fixado na Lei n. 10.656, de 28/12/2017, ou seja, até 500 UPF's. Desse modo, considerando o valor requisitado, determino ao DAP as seguintes providências: 1. Intime-se o devedor para, no prazo

de até 05 (cinco) dias, informar se está sendo ou foi objeto de pagamento administrativo o crédito deste requisitório, pena de anuência e concordância tácita com o pagamento sem restrição. 2. Uma vez que os dados bancários já constam dos autos, materialize-se o pagamento da verba superpreferencial na conta bancária de titularidade da credora. 4. Quitada a preferência, aguarde-se o pagamento do saldo remanescente dentro da ordem cronológica de apresentação. 5. Impostos e contribuições previdenciárias, se incidentes, serão calculados, retidos e recolhidos, observando-se a natureza jurídica da ação e do credor. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0033989-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DE PAIVA DUTRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON MORAES COSTA OAB - MT8349-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0033989-53.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ANTONIO DE PAIVA DUTRA DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, Trata-se de Precatório de natureza alimentar, requisitado no valor de R$ 123.842,98 (cento e vinte e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos), em favor de Antônio de Paiva Dutra. Às fls. 43/44, o interessado requereu preferência no pagamento em razão de idade. Apresentou documentação comprobatória às fls. 45/46. É o relatório. Fundamento e decido. A Constituição Federal, em seu art. 100, parágrafo 2º, bem como, o art. 97, § 18, do ADCT, ambos com redação advinda da Emenda Constitucional n. 62, de 09/12/2009, estabelecem: Art. 100. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. O ente público, por meio da Lei 10.259/2001, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Federal, os créditos não superiores a 60 salários mínimos. O precatório em exame é de natureza alimentar e o direito a benesse "superprioridade" está comprovado através do encarte de documentos às fls. 45/46. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional ao credor, até o triplo do teto estabelecido para os Juizados Especais Federais (03 x 60 = 180 salários mínimos) que corresponde ao valor da RPV para a Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c art. 87 do ADCT/CF, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Em momento oportuno, efetuado o pagamento até o limite da prioridade, o precatório deverá aguardar em ordem cronológica para quitação de eventual saldo remanescente. Caso total a ser pago em prioridade seja equivalente ao valor do precatório, este restará integralmente quitado, com plena quitação, por parte do credor em favor do devedor. Verifico que na decisão de fls. 34/35 constou como devedor a Fazenda Pública Municipal de Sinop, porém não houve prejuízo para as partes tendo em vista que o INSS foi devidamente intimado eletronicamente via sistema PJe. Apenas a título de correção, uma vez que o erro material pode ser sanado a qualquer tempo, na decisão de fls. 34/35 onde consta "Fazenda Pública Municipal de Sinop" leia-se "Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS". Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0055145-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ORMI JULIA SCHNEIDER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO EUGENIO ARAUJO OAB - MT6670 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE SAPEZAL (REQUERIDO)

Referência: 0055145-97.2019.811.0000 Vistos, etc. Trata-se de Ofício Requisitório de natureza "comum" expedido em favor de Ormi Julia Schneider contra a Fazenda Pública Municipal de Sapezal. À fl. 34, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Da análise dos documentos apresentados, constato que o Ofício Requisitório foi expedido em nome de Ormi Julia Schneider ao passo que a ação foi ajuizada em nome do Espólio de Arno Henrique Schneider. Embora a Sra. Ormi Julia Schneider esteja qualificada como Inventariante na petição de fls. 14/15 dos autos, verifico que a mesma petição aponta a existência de outros herdeiros, não havendo qualquer informação acerca de eventual formal de partilha ou conclusão do inventário, razão pela qual o precatório, em tese, deveria ser expedido em favor do Espólio de Arno Henrique Schneider, nos termos do art. 266, I, do RITJMT. Desse modo,Oficie-se ao juízo requisitante para que promova os esclarecimentos necessários, sobre a eventual partilha já concretizada, ou se ainda não houve conclusão do inventário, situação em que o beneficiário seria o espólio. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0034068-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GISELE CORDEIRO LAZARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0034068-32.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: GISELE CORDEIRO LAZARO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório de natureza alimentar em que a credora requer prioridade no pagamento de seu crédito, em decorrência de doença grave, conforme documentos de fls. 73/74. É a síntese. Fundamento e Decido. O requerimento formulado pela credora merece prosperar e prescinde de maiores elucubrações para seu acolhimento. A Constituição Federal, em seu art. 100, parágrafo 2º, bem como, o art. 97, § 18, do ADCT, ambos com redação advinda da Emenda Constitucional n. 62, de 09/12/2009, estabelecem: Art. 100. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por intermédio da Resolução nº 115/2010, em seu artigo 13 preconiza as doenças consideradas graves: Serão considerados portadores de doenças graves os credores acometidos das seguintes moléstias, indicadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n.º 11.052/2004: a) tuberculose ativa; b) alienação mental; c) neoplasia maligna; d) cegueira; e) esclerose múltipla; f) hanseníase; g) paralisia irreversível e incapacitante; h) cardiopatia grave; i) doença de Parkinson; j) espondiloartrose anquilosante; l) nefropatia grave; m) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); n) contaminação por radiação o) síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS); p) hepatopatia grave; k) moléstias profissionais. No presente caso, o laudo médico (fl. 73) indica que a credora é portadora de Hanseníase. Dessa forma, mostra-se inequívoca a comprovação da credora para receber seu crédito na modalidade preferencial em razão de moléstia grave. O Município de Sinop, por meio da Lei n. 2405/2016, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Municipal, os créditos não superiores a R$ 7.000,00 (sete

mil reais). Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão de doença grave, à credora, correspondente até o triplo do valor fixado na Lei Municipal n. 2.405/2016, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ, o reconhecimento não importará em ordem de pagamento imediato: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0051005-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIA CRISTIANE DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EURICO MARQUES LUZ OAB - MT6070-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0051005-20.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: LIDIA CRISTIANE DE ALMEIDA ALBUQUERQUE DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Na petição id 27267978 a credora pleiteou a designação de audiência para a realização de possível acordo. Conforme planilha disponível no sítio eletrônico do TJMT, este precatório está posicionado em 743º lugar na ordem cronológica dos requisitórios e, portanto, a realização de audiência e acordo para respectiva homologação estarão condicionados à satisfação dos Precatórios antecedentes, uma vez que inexiste legislação no Estado permitindo o acordo direto. Portanto, a designação de audiência neste momento, é inoportuna, motivo pelo qual indefiro o pedido. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0060255-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA SOUZA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE SAYURI UEDA MIQUELOTI OAB - MT8877-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0060255-77.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ANDREIA SOUZA DOS SANTOS DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, Por intermédio do Ofício n. 1315/2019 (fls. 68/69) o juízo da Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública de Rondonópolis/MT, solicita ao cancelamento deste precatório, conforme decisão proferida nos autos da execução. Pois bem, diante da solicitação feita pelo juízo da execução, escorada na expedição equivocada do ofício requisitório, DETERMINO o CANCELAMENTO deste precatório, devendo ser promovida a sua baixa da ordem cronológica de pagamento do devedor. Intimem-se as partes e o juízo solicitante. Após, arquive-se com as baixas necessárias. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0023662-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DA SILVEIRA BARBOSA OAB - SP156389 (ADVOGADO)
PETRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES OAB - SP292306 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA OAB - 03.788.239/0001-66 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0023662-49.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA Vistos, etc. À fl. 124, o credor requer a habilitação do procurador PÉTRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES. Verifico que o substabelecimento juntado à fl. 125 se refere especificamente à ação de conhecimento, não fazendo nenhuma menção ao precatório em trâmite. Dito isto, defiro provisoriamente a habilitação do procurador, devendo o mesmo regularizar a representação processual no prazo de 15 (quinze) dias. Cumprida esta determinação, proceda o DAP às anotações necessárias no sistema PJE. Após, aguarde-se o pagamento dentro da ordem cronológica. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0023662-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DA SILVEIRA BARBOSA OAB - SP156389 (ADVOGADO)
PETRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES OAB - SP292306 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA OAB - 03.788.239/0001-66 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0023662-49.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA Vistos, etc. À fl. 124, o credor requer a habilitação do procurador PÉTRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES. Verifico que o substabelecimento juntado à fl. 125 se refere especificamente à ação de conhecimento, não fazendo nenhuma menção ao precatório em trâmite. Dito isto, defiro provisoriamente a habilitação do procurador, devendo o mesmo regularizar a representação processual no prazo de 15 (quinze) dias. Cumprida esta determinação, proceda o DAP às anotações necessárias no sistema PJE. Após, aguarde-se o pagamento dentro da ordem cronológica. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0033069-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT16512-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0033069-79.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ANTONIA PEREIRA DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório de natureza alimentar em que a credora requer prioridade no pagamento de seu crédito, em decorrência de doença grave, conforme documentos de fl. 67. É a síntese. Fundamento e Decido. O requerimento formulado pela credora merece

prosperar e prescinde de maiores elucubrações para seu acolhimento. A Constituição Federal, em seu art. 100, parágrafo 2º, bem como, o art. 97, § 18, do ADCT, ambos com redação advinda da Emenda Constitucional n. 62, de 09/12/2009, estabelecem: Art. 100. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por intermédio da Resolução nº 115/2010, em seu artigo 13 preconiza as doenças consideradas graves: Serão considerados portadores de doenças graves os credores acometidos das seguintes moléstias, indicadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n.º 11.052/2004: a) tuberculose ativa; b) alienação mental; c) neoplasia maligna; d) cegueira; e) esclerose múltipla; f) hanseníase; g) paralisia irreversível e incapacitante; h) cardiopatia grave; i) doença de Parkinson; j) espondiloartrose anquilosante; l) nefropatia grave; m) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); n) contaminação por radiação o) síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS); p) hepatopatia grave; k) moléstias profissionais. No presente caso, o atestado médico (fl. 67) indica que a credora apresenta Estado de infecção assintomática pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) - CID Z21. Dessa forma, mostra-se inequívoca a comprovação da credora para receber seu crédito na modalidade preferencial em razão de moléstia grave. O Município de Sinop, por meio da Lei n. 2405/2016, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Municipal, os créditos não superiores a R$ 7.000,00 (sete mil reais). Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão de doença grave, ao credor, correspondente até o triplo do valor fixado na Lei Municipal n. 2.405/2016, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ, o reconhecimento não importa em ordem de pagamento imediato: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0034031-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUSA NASSILDE MAGNANI SEREGHETTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0034031-05.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: CLEUSA NASSILDE MAGNANI SEREGHETTI DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de Precatório de natureza alimentar, requisitado no valor de R$ 37.777,60 (trinta e sete mil setecentos e senta e sete reais e sessenta centavos), em favor de CLEUSA NASSILDE MAGNANI SEREGHETTI. Às fls. 78 e seguintes, a credora requereu preferência no pagamento em face de possuir idade superior a 60 (sessenta) anos. Apresentou documentação comprobatória às fls. 79/80. É o relatório. Fundamento e decido. A Constituição Federal (art. 100, § 2º) estabeleceu que os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais, serão pagos com superpreferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins dispostos no § 3º do mesmo artigo. O Município de Sinop, por meio da Lei n. 2405/2016, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Municipal, os créditos não superiores a R$ 7.000,00 (sete mil reais). O precatório em exame é de natureza alimentar e o direito a benesse "superprioridade" por implemento de idade está comprovado através do encarte do documento à fl. 116. A credora nasceu em 16.08.1946 e possui, portanto, 72 anos. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão da idade, à credora, correspondente até o triplo do valor fixado na Lei Municipal n. 2.405/2016, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ, tal reconhecimento não importará em pagamento imediato: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0042288-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGOSTINHO TUPINAMBA DO REGO BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGOSTINHO TUPINAMBA DO REGO BARROS OAB - SP57934 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE DIAMANTINO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE DIAMANTINO OAB - 03.648.540/0001-74 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0042288-19.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: AGOSTINHO TUPINAMBA DO REGO BARROS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório de natureza alimentar em que o credor requer prioridade, alegando possuir 77 anos e ser portador de "doença grave" (hipertensão arterial sistêmica e diabetes). Juntou documentação à fl. 58. É a síntese. Em análise detida dos documentos juntados pelo credor verifico que, de acordo com o receituário médico, de fl. 58, o credor é portador de "hipertensão arterial sistêmica e diabetes". Em termos de precatórios, tem-se que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por intermédio da Resolução nº 115/2010, em seu artigo 13 preconiza as doenças consideradas graves: Serão considerados portadores de doenças graves os credores acometidos das seguintes moléstias, indicadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n.º 11.052/2004: a) tuberculose ativa; b) alienação mental; c) neoplasia maligna; d) cegueira; e) esclerose múltipla; f) hanseníase; g) paralisia irreversível e incapacitante; h) cardiopatia grave; i) doença de Parkinson; j) espondiloartrose anquilosante; l) nefropatia grave; m) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); n) contaminação por radiação o) síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS); p) hepatopatia grave; k) moléstias profissionais. Verifica-se que na lista em questão não consta as doenças que acometem o credor, de forma que não é possível o deferimento de seu pleito. Ademais, embora informe que possui 77 anos, o mesmo não juntou qualquer documento pessoal que comprove tal idade. Dessa forma, tendo em vista a falta de previsão legal, indefiro o pedido de prioridade de fl. 53, reiterado às fls. 56/57, devendo estes autos seguirem com seu regular processamento, aguardando o pagamento dentro da ordem cronológica. Caso, de fato, o beneficiário possua 77 anos, poderá juntar documento comprobatório que permitirá nova análise. Intime-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0004004-54.2010.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOPETROMAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MARCELANDIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MARCELANDIA OAB - 03.238.987/0001-75 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0004004-54.2010.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RODOPETROMAR

TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE MARCELANDIA REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE MARCELANDIA Vistos, etc. Acolha a informação e os cálculos anexados no ID 24372492. Manifestem-se as partes em 05 (cinco) dias, sobre os mesmos. Decorrido o prazo, cumpra-se integralmente a determinação contida no ID 14733459, certificando-se sobre a existência de numerário suficiente para quitação, conforme ordem cronológica. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0058518-73.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCILEIDE PEREIRA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CIBELE SILVA PRIETCH FALCA PAGNO OAB - MT9947-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0058518-73.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: FRANCILEIDE PEREIRA DE MORAES DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, Trata-se de Precatório de natureza alimentar, requisitado no valor de R$ 123.842,98 (cento e vinte e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos), em favor de Antônio de Paiva Dutra. Às fls. 43/44, o interessado requereu preferência no pagamento em razão de idade. Apresentou documentação comprobatória às fls. 45/46. É o relatório. Fundamento e decido. A Constituição Federal, em seu art. 100, parágrafo 2º, bem como, o art. 97, § 18, do ADCT, ambos com redação advinda da Emenda Constitucional n. 62, de 09/12/2009, estabelecem: Art. 100. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. O ente público, por meio da Lei 10.259/2001, regulamentou o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, considerando como de pequeno valor, no âmbito da Administração Federal, os créditos não superiores a 60 salários mínimos. O precatório em exame é de natureza alimentar e o direito a benesse “superprioridade” está comprovado através do encarte de documentos às fls. 45/46. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, concedo o benefício da prioridade constitucional ao credor, até o triplo do teto estabelecido para os Juizados Especais Federais (03 x 60 = 180 salários mínimos) que corresponde ao valor da RPV para a Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 17 da Lei 10.259/2001 c/c art. 87 do ADCT/CF, condicionada à inexistência de pagamento administrativo abrangendo o crédito requisitado. Faço consignar, contudo que, nos termos da Resolução nº 115/2010 do CNJ: Art. 10. O pagamento preferencial previsto no § 2º do art. 100 da CF será efetuado por credor e não importará em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência. Em momento oportuno, efetuado o pagamento até o limite da prioridade, o precatório deverá aguardar em ordem cronológica para quitação de eventual saldo remanescente. Caso total a ser pago em prioridade seja equivalente ao valor do precatório, este restará integralmente quitado, com plena quitação, por parte do credor em favor do devedor. Verifico que na decisão de fls. 34/35 constou como devedor a Fazenda Pública Municipal de Sinop, porém não houve prejuízo para as partes tendo em vista que o INSS foi devidamente intimado eletronicamente via sistema PJe. Apenas a título de correção, uma vez que o erro material pode ser sanado a qualquer tempo, na decisão de fls. 34/35 onde consta “Fazenda Pública Municipal de Sinop” leia-se “Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS”. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0046572-07.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT19920-A (ADVOGADO)
MICHELE JULIANA NOCA OAB - MT7622-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0046572-07.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Em petitório de fls. 88 e seguintes, a pessoa jurídica COCAR VEÍCULOS LTDA requer habilitação nestes autos, com argumento de que houve cessão do crédito do senhor Rafael dos Santos Pereira em seu benefício. Juntou documentos. Em petição de fl. 158 retifica o "preâmbulo", uma vez que constou equivocadamente o número da "Ação de Cobrança Alimentar/Indenizatória". Pois bem. Inicialmente faço consignar que o número 0046572-07.2018.811.0000 não se refere à Ação de Cobrança Alimentar/Indenizatória que tramitou na Vara Única da Comarca de Arenápolis/MT, mas sim ao procedimento administrativo de precatório que corre nesta Central dos Precatórios do TJ/MT. Assim, não há que se falar em retificação. Adiante, entendo necessário que se dê vistas às partes, pelo prazo de 10 (dez) dias, para que se manifestem sobre o pedido de habilitação da pessoa jurídica COCAR VEÍCULOS LTDA, nestes autos. Após, com ou sem manifestação, conclusos para análise do pedido. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0046572-07.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT19920-A (ADVOGADO)
MICHELE JULIANA NOCA OAB - MT7622-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0046572-07.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Em petitório de fls. 88 e seguintes, a pessoa jurídica COCAR VEÍCULOS LTDA requer habilitação nestes autos, com argumento de que houve cessão do crédito do senhor Rafael dos Santos Pereira em seu benefício. Juntou documentos. Em petição de fl. 158 retifica o "preâmbulo", uma vez que constou equivocadamente o número da "Ação de Cobrança Alimentar/Indenizatória". Pois bem. Inicialmente faço consignar que o número 0046572-07.2018.811.0000 não se refere à Ação de Cobrança Alimentar/Indenizatória que tramitou na Vara Única da Comarca de Arenápolis/MT, mas sim ao procedimento administrativo de precatório que corre nesta Central dos Precatórios do TJ/MT. Assim, não há que se falar em retificação. Adiante, entendo necessário que se dê vistas às partes, pelo prazo de 10 (dez) dias, para que se manifestem sobre o pedido de habilitação da pessoa jurídica COCAR VEÍCULOS LTDA, nestes autos. Após, com ou sem manifestação, conclusos para análise do pedido. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0032295-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IARA XAVIER PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0032295-49.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: IARA XAVIER PEREIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, devido pelo ESTADO DE MATO GROSSO em favor de IARA XAVIER PEREIRA. Em atendimento à determinação inicial, certidão ID 15580992 informa que estes autos não estão incluídos naqueles que são objeto de investigação do MP. CERTIFICO, outrossim, que o interessado, não consta nos processo de precatório de militar coletivo. CERTIFICO, finalmente, que o número 5702/99, não refere-se a precatório, não podendo este Departamento verificar se o interessado consta nesses autos. Na petição ID 24235029 a credora requer o pagamento preferencial, em face de possuir mais de 60 anos de idade. Documentação comprobatória do direito de preferência acompanhou o pedido (ID 24235030). É o relatório. Decido. Em conformidade com o art. 100, § 2º, da Constituição Federal, os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com superpreferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins dispostos no § 3º do mesmo artigo. No mesmo sentido, por meio da Emenda Constitucional n. 99/2017, promulgada em 14/12/2017, foi acrescido ao art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o § 2º, com o seguinte teor: § 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Texto original sem grifo). A Fazenda Pública Estadual está enquadrada no regime especial e por meio da Lei n. 10.656, de 28/12/2017, definiu os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, fixando o limite para RPV em 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPFs/MT), independente da natureza do crédito. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, c/c § 2º, do art. 102, do ADCT, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão da idade, a credora IARA XAVIER PEREIRA, correspondente até ao quíntuplo do valor fixado na Lei n. 10.656, de 28/12/2017, ou seja, até 500 UPF´s. Intime-se a credora para apresentar informes bancários de sua titularidade para recebimento do crédito. Apresentados os dados bancários, materialize-se o pagamento da prioridade constitucional na conta bancária de titularidade da credora. Impostos e contribuições previdenciárias, se incidentes, serão calculados, retidos e recolhidos, observando-se a natureza jurídica da ação e da credora. Quitada a prioridade, aguarde-se pagamento do saldo remanescente dentro da ordem cronológica de apresentação. Defiro a habilitação requerida no ID 24235029. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0055150-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DANTAS GONCALVES FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0055150-22.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOSE DANTAS GONCALVES FILHO DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por José Dantas Gonçalves Filho em desfavor do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. À fl. 41, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 82.329,11 (oitenta e dois mil trezentos e vinte e nove reais e onze centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0088531-55.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROT-PET INDUSTRIA DE ROTULOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE GUARESCHI OAB - MT9724-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0088531-55.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ROT-PET INDUSTRIA DE ROTULOS LTDA - ME DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Não é possível o acolhimento da petição do credor, anexada no ID 13361463, pois a pessoa de Tanise Moraes da Silva, além de não ser a única sócia da empresa credora, detém somente 5% (cinco por cento) de suas cotas, sendo minoritária na sociedade estabelecida, conforme consta na "Sétima Alteração do Contrato Social" (ID 13361499). Assim, INDEFIRO o pedido da credora para quitação do precatório na conta bancária da pessoa indicada na petição referida. Intime-se,. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0051220-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DA SILVEIRA BARBOSA OAB - SP156389 (ADVOGADO)
PETRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES OAB - SP292306 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUINA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0051220-93.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE JUINA Vistos, etc. O credor requer habilitação do patrono, conforme substabelecimento anexado aos autos (fls. 56/57) e pleiteia que todas as intimações sejam efetuadas aos advogados Frederico da Silveira Barbosa, inscrito na OAB/SP sob o nº 156.389 e Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes, inscrito na OAB/SP sob o nº 292.306. DEFIRO a habilitação dos advogados, conforme requerimento. A partir de então todas as intimações devem ser feitas na pessoa dos patronos constituídos. Intime-se. Anote-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0051220-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DA SILVEIRA BARBOSA OAB - SP156389 (ADVOGADO)

PETRICK JOSEPH JANOFSKY CANONICO PONTES OAB - SP292306 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUINA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0051220-93.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE JUINA Vistos, etc. O credor requer habilitação do patrono, conforme substabelecimento anexado aos autos (fls. 56/57) e pleiteia que todas as intimações sejam efetuadas aos advogados Frederico da Silveira Barbosa, inscrito na OAB/SP sob o nº 156.389 e Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes, inscrito na OAB/SP sob o nº 292.306. DEFIRO a habilitação dos advogados, conforme requerimento. A partir de então todas as intimações devem ser feitas na pessoa dos patronos constituídos. Intime-se. Anote-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0022532-15.2005.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CUSTODIO DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO CUSTODIO DE CARVALHO OAB - MT9508-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JAURU (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JAURU OAB - 15.023.948/0001-30 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0022532-15.2005.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: PAULO CUSTODIO DE CARVALHO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE JAURU Vistos, etc. Compulsando os autos verifica-se que não houve determinação para elaboração de cálculos, até mesmo porque o presente PR se encontra sobrestado. Dessa forma, determino ao DAP que desentranhe dos autos os cálculos de fls. 242 e seguintes dos autos digitais (parte 02). Não havendo razão para retomada da marcha processual, mantenho o sobrestamento, conforme decisão de fl. 241 (parte 02). Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0003954-47.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GENTIL SANTOS E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0003954-47.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: GENTIL SANTOS E SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Defiro a juntada do substabelecimento (id 28127963). Anote-se. Aguarde-se pagamento. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0003954-47.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GENTIL SANTOS E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0003954-47.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: GENTIL SANTOS E SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Defiro a juntada do substabelecimento (id 28127963). Anote-se. Aguarde-se pagamento. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0033026-50.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA CRISTINA PAULI DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA SUYENE PAULI LEITAO OAB - MT10476-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0033026-50.2016.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: PATRICIA CRISTINA PAULI DE JESUS DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de precatório vencido desde 31/12/2017. Mesmo intimada, a credora não se manifestou sobre a situação processual. Dessa forma, por já estar o precatório vencido, determino ao DAP as seguintes providências: a) Elaboração dos cálculos de atualização, no prazo de 5 (cinco) dias; b) Com os cálculos nos autos, intimem-se as partes para que se manifestem sobre os mesmos, também no prazo de 5 (cinco) dias; c) Não havendo oposição, intime-se o Requisitado para que deposite o valor atualizado perante a Central dos Precatórios, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição no SICONV. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0032488-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SAMIL PIRES DE MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0032488-64.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO CREDOR: SAMIL PIRES DE MIRANDA DEVEDOR: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Inicialmente, cumpra-se a decisão de ID 8848635 que deferiu o processamento do precatório e determinou que fosse oficiado ao juízo da execução solicitando esclarecimentos sobre os fatos ali elencados. Os patronos do credor peticionaram no Id 9157481 informando que realizaram o pedido de destaque dos honorários contratuais junto ao juízo da execução. Para análise do destaque, aguarde-se a manifestação do juízo da execução em resposta ao ofício a ser encaminhado. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0060209-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
STELA ARTIMIZIA MEDEIROS MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL MARTINS FELICIO OAB - MT4826-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.021.771/0001-53 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0060209-88.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: STELA ARTIMIZIA MEDEIROS MAGALHAES DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se pedido de superpreferência formulado em petição de ID 18942950, em favor de Humberto William Medeiros Magalhães pelo evento doença grave. Ocorre, porém, que o precatório foi expedido em nome de STELA ARTIMIZIA MEDEIROS MAGALHÃES e, em que pese o seu falecimento, comprovado pelos documentos que acompanham o ofício requisitório, para deferimento do pedido formulado por seu herdeiro é necessária a regularização da sucessão, pelo processo de inventário judicial/extrajudicial. Quanto ao pedido para que o patrono do espólio figure como interessado, este deve ser indeferido, pois o referido causídico não é credor do precatório, mas sim, do espólio. Intime-se o espólio para que regularize a sucessão aos herdeiros da de cujus no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0062253-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0062253-80.2019.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: ANA PAULA GUIMARAES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de RPV formada em segundo grau de jurisdição em favor de ANA PAULA GUIMARÃES contra o ESTADO DE MATO GROSSO. Intime-se o advogado subscritor do pedido id 19942456 para, no prazo de até 10 (dez) dias, juntar aos autos cópia da certidão de trânsito em julgado consoante requerido no id 26386981. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0062273-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDINA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0062273-71.2019.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: BERNARDINA RODRIGUES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de RPV formada em segundo grau de jurisdição em favor de BERNARDINA RODRIGUES contra o ESTADO DE MATO GROSSO. Intime-se o advogado subscritor do pedido id 19919961 para, no prazo de até 10 (dez) dias, juntar aos autos cópia da certidão de trânsito em julgado consoante requerido no pleito id 26091324. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0047487-56.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR CELESTINO VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CATIANE FELIX CARDOSO DE SOUZA OAB - MT14131-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0047487-56.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: VALDIR CELESTINO VIANA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. O Estado, em petitório de fl. 57, requereu que "seja certificado se houve pagamento administrativo/cessão de crédito em todos os precatórios constantes na certidão objeto do presente requisitório, a fim de evitar eventual pagamento em duplicidade." Pois bem. O pleito do Estado já foi determinado em despacho de fls. 39 e seguintes, inclusive tendo sido cumprido pelo DAP como faz prova a certidão encartada ao ID. 15187018. Assim, cumpra-se o determinado ao ID. 21792480. Intimem-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0040179-37.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0040179-37.2016.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, etc. Consta anexada nos indexadores de números 24777450 a 24777454, cópia do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança n. 1012349-11.2019.8.11.0000 do TJMT, onde foi concedida a ordem pleiteada pelo Município de Várzea Grande para anular decisão desta Central de Conciliação dos Precatórios, que decretou a responsabilidade subsidiária do impetrante em relação ao presente precatório. Ante a ordem da Colenda Corte, promovam-se as alterações necessárias para que volte a constar como devedor neste precatório o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE, inclusive, se

necessário, nas respectivas listas de ordem cronológica. Caso este precatório tenha sido incluso na ordem cronológica de pagamento de Várzea Grande, deverá ser retirado, para que conste somente naquela pertinente ao DAE. No mais, intime-se o credor para requerer o que entender de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se o pagamento conforme ordem cronológica, caso contrário, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0070130-42.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO VIANA OAB - MT16642 (ADVOGADO)
ERNESTO BORGES NETO OAB - MT8224-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0070130-42.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Atendendo ao despacho de ID 24770986 o DAP foi juntada aos autos cópia da decisão proferida no Mandado de Segurança n. 1012349-11.2018.8.11.0000 onde foi anulada a decisão proferida por esta Central de Conciliação dos Precatórios que reconheceu a responsabilidade subsidiária do Município de Várzea Grande em relação aos precatórios devidos pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE. Ante o teor do julgado, promovam-se as alterações necessárias neste precatório, para que volte a constar como devedor o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE. O mesmo deverá ser feito em relação às respectivas ordens cronológicas de pagamento, com a retirada da credora da lista referente ao Município de Várzea Grande, permanecendo somente na pertinente ao DAE. No mais, intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, aguarde-se o pagamento conforme ordem cronológica, caso contrário, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0111027-78.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UBIRAJARA BATISTA SERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LIMA DA ROSA OAB - MT15413-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação do inteiro teor do despacho.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0072460-12.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERNESTO BORGES NETO OAB - MT8224-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO VIANA OAB - MT16642 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0072460-12.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Atendendo ao despacho de ID 24770986 o DAP foi juntada aos autos cópia da decisão proferida no Mandado de Segurança n. 1012349-11.2018.8.11.0000 onde foi anulada a decisão proferida por esta Central de Conciliação dos Precatórios que reconheceu a responsabilidade subsidiária do Município de Várzea Grande em relação aos precatórios devidos pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE. Ante o teor do julgado, promovam-se as alterações necessárias neste precatório, para que volte a constar como devedor o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE. O mesmo deverá ser feito em relação às respectivas ordens cronológicas de pagamento, com a retirada da credora da lista referente ao Município de Várzea Grande, permanecendo somente na pertinente ao DAE. No mais, intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, aguarde-se o pagamento conforme ordem cronológica, caso contrário, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0070494-14.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERNESTO BORGES NETO OAB - MT8224-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO VIANA OAB - MT16642 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0070494-14.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Atendendo ao despacho de ID 24770986 o DAP foi juntada aos autos cópia da decisão proferida no Mandado de Segurança n. 1012349-11.2018.8.11.0000 onde foi anulada a decisão proferida por esta Central de Conciliação dos Precatórios que reconheceu a responsabilidade subsidiária do Município de Várzea Grande em relação aos precatórios devidos pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE. Ante o teor do julgado, promovam-se as alterações necessárias neste precatório, para que volte a constar como devedor o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE. O mesmo deverá ser feito em relação às respectivas ordens cronológicas de pagamento, com a retirada da credora da lista referente ao Município de Várzea Grande, permanecendo somente na pertinente ao DAE. No mais, intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, aguarde-se o pagamento conforme ordem cronológica, caso contrário, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0151007-03.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÚMERO ÚNICO: 0151007-03.2016.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Atendendo ao despacho de ID 24770986 o DAP foi juntada aos autos cópia da decisão proferida no Mandado de Segurança n. 1012349-11.2018.8.11.0000 onde foi anulada a decisão proferida por esta Central de Conciliação dos Precatórios que reconheceu a responsabilidade subsidiária do Município de Várzea Grande em relação aos precatórios devidos pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE. Ante o teor do julgado, promovam-se as alterações necessárias neste precatório, para que volte a constar como devedor o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE. O mesmo deverá ser feito em relação às respectivas ordens cronológicas de pagamento, com a retirada da credora da lista referente ao Município de Várzea Grande, permanecendo somente na pertinente ao DAE. No mais, intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, aguarde-se o pagamento conforme ordem cronológica, caso contrário, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0131481-16.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA CORREA BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SHIRLEY FATIMA ZAMAR OAB - MT4310-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0131481-16.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARIA DE FATIMA CORREA BORGES DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório expedido em favor de Maria de Fátima Correa Borges contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Às fls. 221/222 o Departamento Auxiliar da Presidência certificou a quitação do precatório, juntando a comprovação de pagamento. Às fls. 226/229, a advogada da credora informou seus dados bancários e requereu ainda a juntada de contrato de honorários a fim de obter destaque no percentual de 30% acrescidos de R$ do crédito principal, além do pagamento dos honorários sucumbenciais. É a síntese. Decido. Primeiramente, destaco que o referido precatório já se encontra quitado, conforme certidão de fl. 221, o que tornaria inviável qualquer destaque de honorários. Saliente-se que o valor pago à credora compreendia apenas o valor de seu crédito, não havendo que se falar em destaque de honorários sucumbenciais, uma vez que o próprio juízo de origem consignou que para o valor referente a honorários de sucumbência deveria ser expedido RPV, questão que deverá ser dirimida no juízo de origem. Ainda sobre o destaque de honorários contratuais, conforme dispõe a Súmula Vinculante 47 do STF, o art. 22, § 4º da Lei nº 8.906/94 e o art. 5º, § 2º da Resolução nº 115 do CNJ, é direito do advogado juntar contrato de prestação de serviços advocatícios para destacamento da importância correspondente na ocasião do pagamento, porém as referidas normas exigem que tal procedimento seja levado a cabo perante o Juízo da Execução, senão vejamos: Lei nº 8.906/94: Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. (...) § 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. Resolução nº 115 do CNJ: Art. 5º (...) § 2º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22 da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da apresentação do precatório ao Tribunal. No mesmo sentir, a Portaria nº 528/2019-GAB, de 15 de abril de 2019 dispôs que: Art. 22. Caso o advogado pretenda destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, deverá juntar aos autos o respectivo contrato e requerer a reserva perante o Juiz da Execução antes da apresentação do precatório ao Tribunal, na forma disciplinada pelo art. 22, §4º da Lei nº 8.906/1994. §1º. O destaque de honorários contratuais não transforma em alimentar um crédito comum, nem altera a modalidade de requisição de precatório para requisição de pequeno valor. §2º. Havendo destaque de honorários contratuais, os valores do credor originário e do advogado deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio, ou por outro meio que permita a vinculação. §3º. Fica vedada a reserva de honorários contratuais após a expedição do precatório. Assim, o pedido de destaque dos honorários contratuais formulado deve ser indeferido ante a falta de previsão legal para sua realização após a expedição do precatório. A jurisprudência do E. STJ tem se posicionado nesse mesmo sentido: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MORTE DA OUTORGANTE NO CURSO DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO OU DE SEUS SUCESSORES. INEXISTÊNCIA. LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS DEVIDOS PELA FALECIDA. CONTRATO DE HONORÁRIOS APRESENTADOS APÓS A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. O Tribunal a quo consignou: "a apresentação do contrato deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais, motivo por que incabível a pretensão dos agravantes. E assim se faz para que os herdeiros tenham ciência dos atos processuais de forma a possibilitar a regularidade da dedução do crédito relativo aos honorários advocatícios contratuais celebrados anteriormente com a extinta parte, assegurando-se eventual impugnação." 2. É assente a jurisprudência do STJ no sentido de que a apresentação do contrato de honorários advocatícios deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais. 3. Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, como defendido nas razões recursais, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1796951/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 22/04/2019) Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de destaque dos honorários contratuais de fls. 226/229 em razão da impossibilidade de análise na esfera administrativa, bem como da quitação do precatório. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0061716-55.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON MACEROU PASSOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0061716-55.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: EDSON MACEROU PASSOS DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Precatório quitado, em que o credor se insurgiu quanto ao desconto do imposto de renda, sob o argumento que o mesmo havia sido concedido pela Administração Pública, conforme documentos juntados. Da análise dos autos, verifica-se que o presente precatório tramitou de forma regular e o cálculo efetuado obedeceu a metodologia padrão, aplicada a todos os precatórios. É o que informa a certidão de ID. 24592479. Ademais, o precatório foi quitado em dezembro de 2017, conforme a legislação aplicável à época, não tendo sido requerida qualquer isenção de imposto de renda. É bom ressaltar que os procedimentos de precatórios, possuem natureza administrativa, não sendo possível nestes autos qualquer dilação probatória. No caso em análise, se houve retenção indevida de imposto de renda, é fato que deve ser demonstrado documentalmente e desnudado, salvo melhor juízo, por análise contábil pericial. Desse modo, a isenção postulada necessita de dilação probatória na via judicial apropriada, motivo pelo qual vislumbro ser impossível a análise de seu pedido no âmbito deste precatório, cuja natureza, repiso, é administrativa. Além disso, conforme pontuado pelo Estado de Mato Grosso, a isenção a que se refere o credor

foi concedida em 23/05/2017, enquanto o crédito destes autos tem fato gerador entre 01/09/2007 e 01/09/2008. Assim, quitada o precatório, determino o retorno ao arquivo, obedecidas as formalidades legais. Cumpra-se. Intimem-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0140854-08.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE EUGÊNIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0140854-08.2016.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: ESPÓLIO DE EUGÊNIA DE OLIVEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. No despacho id 19151458 foi determinada a intimação do advogado do credor para regularizar a representação processual do Espólio, nos termos do art. 75, VII, do CPC. Em resposta (id 28242958), o advogado requereu a dilação de prazo de 60 (sessenta) dias, para diligências pertinentes. O pedido é singelo e dispensa maiores elucubrações para seu acolhimento, pois, trata-se de diligência de interesse exclusivo do credor, notadamente naquilo que se refere à regularização da representação processual, de modo a possibilitar a satisfação do respectivo crédito. Nestas condições, com base nas disposições do art. 313, I, do CPC, defiro o pedido e concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para regularização da representação processual e apresentação dos informes bancários dos herdeiros do Espólio de EUGÊNIA DE OLIVEIRA. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0112508-47.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS CARVALHO JUNIOR OAB - MT5646-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0112508-47.2016.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOAO BATISTA DE SOUZA DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, Trata-se de precatório já vencido e pendente de pagamento até a presente data. O Departamento Auxiliar da Presidência certificou a indisponibilidade financeira para pagamento do precatório bem como dos precatórios que o antecedem. Saliento que o INSS está incluso no Regime Geral de pagamento de precatório e que nesses casos, eventuais providências decorrentes da mora, como o sequestro de valores, dependem de manifestação prévia da parte interessada. Assim, intime-se o credor para se manifestar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0098782-06.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLITO SANTANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DOS ANJOS OAB - MT6658-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOBRES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOBRES OAB - 03.424.272/0001-07 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0098782-06.2016.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO CREDOR: CARLITO SANTANA DA SILVA DEVEDOR: MUNICIPIO DE NOBRES Vistos, A respeito do Ofício n. 22-2019 GAB (ID 10042466), proveniente da Vara Única da Comarca de Nobres/MT e datado de 1º de abril de 2019, tenho a ponderar o seguinte: Ao se manifestar sobre o ofício encaminhado por esta CCP o juízo solicitante encaminhou cópia do despacho proferido em 10/01/2019, no processo de origem, que aponta suposta irregularidade nos valores apresentado pelo credor e suspende a decisão homologatória dos cálculos; Não há notícia, na resposta encaminhada pelo juízo da execução, quanto à existência de decisão que tenha alterado a suspensão da decisão homologatória dos cálculos. Saliento, nesse caso, que até a data presente este precatório está irregular em relação ao art. 267 do RITJMT, fato que pode, inclusive, ensejar o seu cancelamento com devolução para a comarca de origem, conforme previsto no art. 4º, §1º da Resolução CNJ 115/2010. Em sendo assim, é necessário que se oficie novamente ao juízo da execução, para que informe se já houve decisão acerca dos cálculos de liquidação apresentados nos autos da execução, solicitando, ainda, cópia da decisão eventualmente proferida. Considerando a divergência processual quanto ao valor do precatório, DETERMINO o SOBRESTAMENTO do pagamento deste requisitório até decisão final acerca da questão. Contes na lista de ordem cronológica, junto ao registro do credor a suspensão aqui determinada. Sobre as diligências aqui determinadas, intime-se o credor para, se assim desejar, adotar as providências necessárias a agilizar o seu andamento. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0157630-83.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MANOELITO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

Intimo a Vossa Excelência para apresentar a regularidade processual relativa ao Processo de RPV n.157630/2016.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052151-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONE POMPEO DE CAMPOS FELIX (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FABRINNY MEDEIROS OAB - MT5940-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE OAB - 03507548000110 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052151-96.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: SIMONE POMPEO DE CAMPOS FELIX DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Trata-se de precatório oriundo de ação ajuizada por BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, exequente falecida, com mais de um herdeiro. É cediço que o credor falecido deve ser substituído pelo ESPÓLIO, que é representado pelo inventariante. No caso concreto, o ofício requisitório indicou como credora do precatório SIMONE POMPEO DE CAMPOS FELIX. Nestas condições, considerando a natureza administrativa dos precatórios, oficie-se ao juízo de origem para retificar o ofício requisitório indicando como credor ESPÓLIO DE BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, encaminhando o termo de inventariante, se existente. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0061526-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON AUXILIADOR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

CERTIFICO, aos 16 dia(s) do mês de dezembro de 2019, que foi determina que seja certificado se estes o interessado destes autos consta em processo de Precatório Coletivo da PM, e assim foi certificado que consta nos autos 5/96. CERTIFICO, outrossim, que não consta precatório de nº59/1996, como consta na certidão. CERTIFICO, que os autos 5/96 refere-se ao assunto que é destacado na referida certidão.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0073428-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CREUZENI DA SILVA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0073428-71.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: CREUZENI DA SILVA GOMES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por CREUZENI DA SILVA GOMES em desfavor da Fazenda Pública Estadual. O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 20.150,24 (vinte mil cento e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. O Contrato de Honorários que acompanha o requisitório deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0073158-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL NARDAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL NARDAO OAB - MT17560-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0073158-47.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RAQUEL NARDAO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por RAQUEL NARDÃO em desfavor da Fazenda Pública Estadual. O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 14.998,20 (catorze mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0073160-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO ELIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO ELIAS OAB - SP77115-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0073160-17.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: CLAUDIO ELIAS DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Cláudio Elias em desfavor da Fazenda Pública Estadual O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR levando-se em conta o valor atualizado, nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de Honorários deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0073149-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL NARDAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL NARDAO OAB - MT17560-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0073149-85.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RAQUEL NARDAO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por RAQUEL NARDÃO em desfavor da Fazenda Pública Estadual. O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 14.000,00 (catorze mil reais), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052156-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR MACIEL DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FABRINNY MEDEIROS OAB - MT5940-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE OAB - 03507548000110 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052156-21.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: PAULO CESAR MACIEL DE CAMPOS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Trata-se de precatório oriundo de ação ajuizada por BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, exequente falecida, com mais de um herdeiro. É cediço que o credor falecido deve ser substituído pelo ESPÓLIO, que é representado pelo inventariante. No caso concreto, o ofício requisitório indicou como credor do precatório PAULO CESAR MACIEL DE CAMPOS. Nestas condições, considerando a natureza administrativa dos precatórios, oficie-se ao juízo de origem para retificar o ofício requisitório indicando como credor ESPÓLIO DE BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, encaminhando o termo de inventariante, se existente. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018447-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ODORIO MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018447-75.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ODORIO MARIANO DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Certidão (fl. 79) noticia que o processo está instruído com as peças essenciais. Determino ao Ente Público Devedor que proceda à inclusão em seu orçamento, nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF, deste PR, de natureza alimentar, no valor de R$ 48.454,19 (quarenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais dezenove centavos), em nome de Odório Mariano da Silva. Inclua-se este PR, se regularmente instruído, na ordem cronológica de apresentação, observada inscrição no TJMT. Contrato de honorários (fls. 76/78) deverá ser observado quando do pagamento deste precatório. Em harmonia aos princípios da efetividade, concentração de atos e econômica processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de processo de compensação e/ou pagamento administrativo sobre o mesmo título serão materializadas na ocasião do pagamento. Ante o público e notório escândalo sobre expedição de cartas de crédito em nosso Estado que culminou no ajuizamento pelo MPE de ação civil pública de improbidade administrativa tendo por objeto a nulidade de determinadas certidões de crédito, aliado ainda, tratar-se de precatório formado individualmente, consubstanciado em título executivo extrajudicial (certidão de crédito) com o seguinte conteúdo: "... o servidor abaixo nominado possui crédito salarial oriundo de decisões judiciais transitadas em julgado, que originaram os Precatórios n. 5.702/1999, n. 59/1996, n. 10/1996, n. 14/1996, n. 28/1997, n. 81/1999, n. 80/1999, n. 04/2000, n. 05/2000, n. 09/2000, n. 3.511/2007". (destaquei) Determino, por cautela, as seguintes providências: 1) Certifique se o título extrajudicial (certidão de crédito) que constitui este PR está incluído naqueles que são objeto de investigação e suspensão de pagamento por ordem judicial proferida no Juízo da Vara de ACP e AP de Cuiabá; 2) Certifique se o credor consta nos processos coletivos originários, e se referidos processos estão com andamento regular; ou, em caso negativo, o motivo da paralisação, bem como, se houve pagamento, cessão parcial ou integral do presente crédito; 3) Certifique-se nos PR coletivos (descritos no título executivo extrajudicial / certidão de crédito), a formação individualizada deste requisitório em favor da parte credora. Se positivo, intime-se o credor para ciência e eventual manifestação no prazo de até 05 dias, pena de anuência e concordância tácita, sem prejuízo da suspensão do processo até aferição técnica de eventual duplicidade entre PR Coletivo e Individual. Com ou sem manifestação, dê-se vista dos autos à douta PGJ (art. 67, V, "e" do RI/TJMT). Inexistindo oposição e irregularidades, certifique-se e aguarde-se pagamento do crédito requisitado com rigorosa observância à ordem cronológica de apresentação referente aqueles de sua natureza e em conformidade com o disposto no artigo 100/CF. Em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpra-se mediante as certificações necessárias. Intimem-se. Às providências. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052154-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MOEMA POMPEO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FABRINNY MEDEIROS OAB - MT5940-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE OAB - 03507548000110 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052154-51.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MOEMA POMPEO DE CAMPOS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Trata-se de precatório oriundo de ação ajuizada por BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, exequente falecida, com mais de um herdeiro. É cediço que o credor falecido deve ser substituído pelo ESPÓLIO, que é representado pelo inventariante. No caso concreto, o ofício requisitório indicou como credora do precatório MOEMA POMPEO DE CAMPOS. Nestas condições, considerando a natureza administrativa dos precatórios, oficie-se ao juízo de origem para retificar o ofício requisitório indicando como credor ESPÓLIO DE BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, encaminhando o termo de inventariante, se existente. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052152-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUREMA POMPEO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FABRINNY MEDEIROS OAB - MT5940-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE OAB - 03507548000110 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052152-81.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JUREMA POMPEO DE CAMPOS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Trata-se de precatório oriundo de ação ajuizada por BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, exequente falecida, com mais de um herdeiro. É cediço que o credor falecido deve ser substituído pelo ESPÓLIO, que é representado pelo inventariante. No caso concreto, o ofício requisitório indicou como credora do precatório JUREMA POMPEO DE CAMPOS. Nestas condições, considerando a natureza administrativa dos precatórios, oficie-se ao juízo de origem para retificar o ofício requisitório indicando como credor ESPÓLIO DE BRÍGIDA MARIA MACIEL DE CAMPOS, encaminhando o termo de inventariante, se existente. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018402-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IZAIAS DOS SANTOS SILVA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZAIAS DOS SANTOS SILVA JUNIOR OAB - MT11849-B (ADVOGADO)
SILVIO JOSE COLUMBANO MONEZ OAB - MT8996-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018402-71.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: IZAIAS DOS SANTOS SILVA JUNIOR DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em favor de Izaias dos Santos Silva Junior contra o Estado de Mato Grosso. À fl. 64, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 23.279,44 (vinte e três mil duzentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018454-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO TOMAS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018454-67.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RICARDO TOMAS DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 38.751,84 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de honorários advocatícios deverá ser observado quando da materialização do pagamento. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual compensação e/ou pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Por fim, por prudência e cautela, determino ao DAP as seguintes providências: 1. Certificar se o título extrajudicial (Certidão expedida pela SAD/MT, que embasou a execução) está incluído naqueles que são objeto de suspensão de pagamento por ordem judicial proferida no Juízo da Vara de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá; 2. Certificar se o credor consta nos processos COLETIVOS originários (descritos no título executivo extrajudicial/ certidão de crédito); bem como se referidos autos estão com andamento regular, ou em caso negativo, especificar o motivo da paralisação, assim como, se houve pagamento, cessão parcial ou integral do crédito; 3. Certificar nos precatórios COLETIVOS originários (descritos no título executivo extrajudicial/certidão de crédito), a formação individualizada deste requisitório em favor do credor. Inexistindo inconsistências, certifique-se e aguarde o pagamento com rigorosa observância à ordem cronológica de apresentação referente aqueles de sua natureza e em conformidade com o disposto na Constituição Federal. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0066678-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ODINES DE ARRUDA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE TADEU RODRIGUES DE AMORIM OAB - MT7898-O (ADVOGADO)
LENINE JOSE DE FIGUEIREDO OAB - MT3729-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ OAB - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0066678-53.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ODINES DE ARRUDA E SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE CUIABÁ REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE CUIABÁ Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 230.934,63 (duzentos e trinta mil novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. O contrato de honorários advocatícios deverá ser observado no momento de quitação do crédito principal. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual compensação e/ou pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento,

obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0050969-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ORMI JULIA SCHNEIDER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO EUGENIO ARAUJO OAB - MT6670 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE SAPEZAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0050969-75.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ORMI JULIA SCHNEIDER DEVEDOR:REQUERIDO: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza comum, expedido em nome de ORMI JULIA SCHNEIDER contra a Fazenda Pública Municipal de Sapezal. À fl. 32, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 337.930,42 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e trinta reais e quarenta e dois centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Retifique-se a autuação para fazer constar o devedor corretamente: Fazenda Pública Municipal de SAPEZAL. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0051629-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PALOMA BARRETO CURSINO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TULIO CESAR ZAGO OAB - MT12737-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0051629-69.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: PALOMA BARRETO CURSINO DOS SANTOS DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em nome de Paloma Barreto Cursino dos Santos em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 23, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 32.453,10 (trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e três reais e dez centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0135881-10.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FAUSTINO NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO FAUSTINO NETO OAB - MT10364-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

Para ciência da quitação dos autos.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052128-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ACELINO POQUIVIQUI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE OVELAR OAB - MT8342-O (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
JOSUE AMBROSIO RIBEIRO OAB - MT8784 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052128-53.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ACELINO POQUIVIQUI DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Acelino Poquiviqui em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 85, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 20.198,18 (vinte mil cento e noventa e oito reais e dezoito centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0058795-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS CARVALHO JUNIOR OAB - MT5646-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0058795-55.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOAO BATISTA DE LIMA DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por João Batista de Lima em desfavor do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. À fl. 40, o

Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 85.890,75 (oitenta e cinco mil oitocentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência

Decisão / Intimação do Presidente

DEPARTAMENTO AUXILIAR DA PRESIDENCIA
Protocolo: 46699/2018
Classe: Precatório
Interessado(s): SALETE MARIA MASCHKE
Advogado(s): MARCO AURELIO FAGUNDES
Requisitado: FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE SINOP

Com intimação dos interessados para ciência que estes autos passam seu andamento para PJE , e que o físico será arquivado, devendo toda movimentação e peticionamento seguir a rotina do PJE, conforme portaria 731/2019.

Dr. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR
Juiz de Direito Conciliador da Central dos Precatórios
DEPARTAMENTO AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, em Cuiabá 16/12/2019
Belª. CESARINE APARECIDA GARCIA DE CASTRO
Diretora de o Departamento Auxiliar da Presidência

Órgão Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1019134-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIENE BARBOSA SILVA OAB - MT4983-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CÂMARA LEGISLATIVA DE CAMPOS DE JÚLIO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 1019134-52.2019.8.11.0000 – Classe: DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (95) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA - OE.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000485-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE CLORINDA VIEIRA DE MATOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADOLFO ARINE OAB - MT6727-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA E CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCIA TERESA RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (TERCEIRO INTERESSADO)
ALMIR FRANCISCO DE MATOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU A ORDEM. E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA – DECISÃO QUE INDEFERIU A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO PAGAMENTO DO PRECATÓRIO CORRESPONDENTE À DEMORA PARA O PAGAMENTO – INVIABILIDADE – PAGAMENTO ANTERIORMENTE REALIZADO AO INVENTARIANTE – CABIMENTO - DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO NO JUÍZO DO ARROLAMENTO DE BENS – AUTOS DO INVENTÁRIO ARQUIVADO – DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO – SEGURANÇA CONCEDIDA. Cabível e possível o pagamento devido ao credor falecido diretamente ao inventariante, como há mais de 17 anos vinha sendo liquidado o débito, dando efetivo cumprimento à ordem de pagamento do precatório, assegurando a atualização monetária incidente sobre o valor devido, nos termos do art. 100, §5º, da CF e art. 394 do CC.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007930-45.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CUIABA CAMARA MUNICIPAL (EMBARGANTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALITA ALESSANDRA MORI COIMBRA OAB - MTA1419400 (ADVOGADO)
LENINE POVOAS DE ABREU OAB - MT17120-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADOR GERAL DE JUSTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – INOCORRÊNCIA – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – MEIO INADEQUADO – RECURSO REJEITADO. Para que seja cabível os embargos de declaração, é necessário haver conexão entre a matéria arguida e os requisitos ensejadores, conforme preconizam os artigos 1.022 e 489, §1º, do CPC. Sendo interposto com fim específico de rediscutir a matéria, os embargos de declaração deve ser conhecido e rejeitado.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1010705-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (AUTOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL Nº 6.040, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016, DE CUIABÁ – MT - COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA NAS DEPENDÊNCIAS DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO E DESPORTO - ARTIGO 24, INCISOS V E IX, DA CARTA DA REPÚBLICA - NORMAS CONSTITUCIONAIS DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA - INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE – INOCORRÊNCIA DE OFENSA MERAMENTE REFLEXA - LEI MUNICIPAL QUE CONTRARIA ATOS NORMATIVOS FEDERAL QUE REGULA A MATÉRIA - OFENSA AO PACTO FEDERATIVO - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA - AÇÃO JULGADA

PROCEDENTE. 1. Admite-se o controle de constitucionalidade com base em normas da Constituição Federal de observância obrigatória, ainda que não incorporadas expressamente ao ordenamento constitucional do respectivo Estado-membro". 2. O constituinte federal conferiu aos Municípios a possibilidade de 'legislar sobre assuntos de interesse local' e 'suplementar a legislação federal e a estadual no que couber' (artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal), devendo suas leis guardar compatibilidade com as normas editadas pelos demais entes da federação, não havendo espaço para inovações naquilo que a União já definiu no exercício de suas competências legislativas, sob pena de violação ao princípio federativo. 3. É inconstitucional a lei municipal que, em matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, utiliza-se do argumento do interesse local para restringir ou ampliar as determinações contidas em texto normativo de âmbito nacional e estadual.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1010327-77.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADOR GERAL DE JUSTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO (AUTOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (INTERESSADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ART. 1º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017 QUE ACRESCENTOU O ART. 60, INCISO VII, AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA IMPUGNADA – PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA – MÉRITO - UNIFICAÇÃO ENTRE TRÊS CARREIRAS DISTINTAS E ESPECÍFICAS DA SEFAZ – ATO NORMATIVO DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - ARTIGO 39 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – VIOLAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO POR CONCURSO – VÍCIO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. 1. São inconstitucionais as normas que, oriundas de emenda parlamentar, não guardem pertinência com o objeto da proposta do Governador do Estado e disponham, ademais, sobre organização administrativa do Executivo e criem cargos públicos.” (STF -ADI 2305, Relator Ministro Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgamento em 30.06.2011, DJe 05.08.2011). 2. Considerando a impossibilidade de o Poder Legislativo promulgar emendas aos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Executivo, assim como o fato de que a promoção do servidor público por meio de ampliação da sua competência funcional constitui forma de provimento derivado incompatível com a determinação contida no art.37, II, da Constituição Federal, de que os cargos públicos devem ser providos por concurso público, impõe-se a imediata suspensão da eficácia do artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 81, de 23.11.2017, que acrescentou o art. 60, inciso VII, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1009670-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ERICO STEVAN GONCALVES (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANI RODRIGUES COLADELLO OAB - MT12684-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUARANTA DO NORTE CAMARA MUNICIPAL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS VIDIGAL SANTOS OAB - MT21105O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº. 1.846/2019 DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT. INICIATIVA PARLAMENTAR. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS. DISPENSA DO REGISTRO DE FREQUÊNCIA E PONTUALIDADE. VÍCIO FORMAL. PROCEDÊNCIA. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. RESERVA DE INICIATIVA. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 190, CAPUT, E 195, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. II, DA CONST. ESTADUAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL RECONHECIDA. NORMA EXTIRPADA DO MUNDO JURÍDICO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. A dispensa de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE) do controle de registro da jornada de trabalho (frequência e pontualidade) envolve o regime jurídico dos servidores públicos, matéria reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo. 2. Por isso, uma vez constatado que essa dispensa foi veiculada por intermédio de lei deflagrada por iniciativa da Câmara de Vereadores do Município, usurpando competência legiferante reservada ao Prefeito, deve ser reconhecida a sua inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, dada a ofensa aos princípios que cuidam da repartição de competências (art. 195, parágrafo único, inc. II, da Const. Estadual) e separação de poderes (art. 190, caput, da Const. Estadual).

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1009871-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THAIRINE VAZATA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO HENRIQUE CHIAD LUGO OAB - MS15203 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, DESPROVEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE TAPURAH-MT. NOMEAÇÃO DA AGRAVANTE VIA DIÁRIO OFICIAL. FALTA DE COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTIPULADO. ATO DE TORNADO SEM EFEITO. NOVA NOMEAÇÃO PLEITEADA. TRANSCURSO DE TEMPO CONSIDERÁVEL. TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA. IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO NÃO AFERÍVEL DE PLANO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR MANDAMENTAL MANTIDO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, “a nomeação em concurso público, após transcorrido considerável lapso temporal da homologação do resultado final do certame, sem a notificação pessoal do interessado, viola o princípio da publicidade e razoabilidade” (AgInt nos EDcl no AREsp 1202731/PI, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia, 1ª Turma, DJE 30.8.2018). 2. A ilegalidade da nomeação tardia, contudo, só deve ser reconhecida quando cabalmente comprovada a omissão da autoridade administrativa em comunicar pessoalmente o candidato sobre a publicação do ato. 3. Assim, se os documentos que instruem o writ e este recurso não dão a segurança necessária para se afirmar que a agravante desconhecia o ato de nomeação ou que a autoridade coatora teria deixado de notificá-la, para além da publicação em Diário Oficial, da convocação, deve ser mantida a decisão em se indeferiu a liminar mandamental.

Acórdão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1013503-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAM GOMES LISBOA DA COSTA FILHO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VLADIMIR MARCIO YULE TORRES OAB - MT13251-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU PARCIALMENTE A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. FASE CLASSIFICATÓRIA. AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO. NEGATIVA EM ATRIBUIR A PONTUAÇÃO RELATIVA. EQUÍVOCO. ASSISTENTE JURÍDICO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO. ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ITEM 19.2.1. DO EDITAL Nº. 30/2013/GSCP. PÓS-GRADUAÇÃO EM ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO. NEGATIVA EM ATRIBUIR A PONTUAÇÃO RELATIVA. ACERTO. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO CADASTRO NO PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. IRREGULARIDADE EVIDENCIADA. LIMINAR RATIFICADA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA EM CONSONÂNCIA COM O PARECER. 1. De acordo com o subitem 19.2.1 do Edital de Abertura do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações de Notas e Registro do Foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso (Edital nº. 30/2013/GSCP), o candidato que comprovasse o exercício de advocacia, delegação, cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito, por um mínimo de três anos até a data da primeira publicação do edital de abertura do certame, seria contemplado com dois pontos (2,0) na fase de Avaliação de Títulos. 2. Assim, uma vez verificado que o candidato, ora impetrante, instruiu o pedido de Inscrição Definitiva com documentos suficientemente hábeis a comprovar a formação acadêmica na área jurídica e o exercício de cargo privativo de bacharel em Direito, denominado Assistente Jurídico, pelo período mínimo exigido no certame, deve ser atribuída a ele a pontuação relativa a esse título. 3. Por força do disposto no art. 3º, da Resolução nº. 2/2014 do MEC/CNE, a validade dos cursos de pós-graduação lato sensu está condicionada a prévio cadastro no Portal do Ministério da Educação. Deste modo, se duas das três especializações realizadas pelo impetrante não constavam no cadastro referido, elas são consideradas, à vista dessa irregularidade, inidôneas para fins de pontuação no certame.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1011143-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FED DAS EMP DE TRANS ROD DE PASS DOS EST DE MT MS E RO (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDINILSON FERREIRA DA SILVA OAB - SP252616-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RÉU)
MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE - CAMARA MUNICIPAL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARINY ALMEIDA PEREIRA DA SILVA OAB - MT20789-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI N. 4.478 DE 02 DE JULHO DE 2019, DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, QUE DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE PARA AS PESSOAS ACOMETIDAS DE TRANSTORNO MENTAL, DE BAIXA RENDA, EM TRATAMENTO NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS DO MESMO MUNICÍPIO – VÍCIO FORMAL – OCORRÊNCIA – LEI DE AUTORIA DE VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL – USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ARTS. 9º; 66, II E 173, §2º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO – NORMA QUE INTERFERE INDEVIDAMENTE NA GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO, AFETANDO O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES – PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA NORMA IMPUGNADA. O art. 61, § 1º, inc. II, b, estabelece a competência privativa do chefe do Poder Executivo para o início do processo legislativo em relação às matérias relativas aos serviços públicos, como o transporte coletivo. Dessa forma, padece de inconstitucionalidade a lei ordinária de iniciativa da câmara municipal que interfere indevidamente na gestão do contrato administrativo de concessão, afetando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviço, impondo obrigações ao Poder Executivo. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1017575-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO JUNIOR GONCALVES OAB - MT8787-O (ADVOGADO)
FABRICIO TSUJI ISHIKI OAB - MT13218-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAMARA MUNICIPAL DE JUARA (RÉU)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DEFERIU A LIMINAR, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL N.º 2.732, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 – VINCULAÇÃO DE RECEITA DE IMPOSTO A DESPESA ESPECÍFICA – INDÍCIOS DE VÍCIO FORMAL E MATERIAL - PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A SUSPENSÃO LIMINAR – SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DA LEI MUNICIPAL ATÉ ANÁLISE DO MÉRITO.LIMINAR DEFERIDA. 1 - A concessão da medida liminar se impõe na ação direta de inconstitucionalidade, diante da demonstração concomitante dos requisitos – fumaça do bom direito e perigo da demora –, devendo ser suspensa a eficácia da Lei Municipal n.º 2.732, de 21 de dezembro de 2018, até o julgamento de mérito pelo Plenário, ante a presença de inícios de vício formal de iniciativa da lei. 2 - Pelo menos em princípio, a Lei Municipal questionada afronta ao artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal (reproduzido na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Juara), o qual veda o estabelecimento de vinculação de receita proveniente de imposto quando não previstas ou autorizadas na Constituição Federal, porquanto cerceia o poder de gestão financeira do chefe do Poder Executivo e obsta o custeio das despesas urgentes, imprevistas ou extraordinárias, que se façam necessárias ao longo do exercício financeiro, tanto mais que deve se dar aplicação aos recursos de receita pública consoante critérios de responsabilidade fiscal consentâneos com os anseios democráticos.

Acórdão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1014835-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EIDER GARCIA DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS SILVA ZANOTTO OAB - MT23637-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR PRESIDENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI (TERCEIRO INTERESSADO)
WEKSLEY BALTAZAR SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
IGOR CAVALCANTE DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – CANDIDATO CLASSIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA – ACOLHIMENTO DE PEDIDO DE REMOÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO – PRELIMINAR – COISA JULGADA – REJEITADA – INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE, ARBITRARIEDADE E/OU PRETERIÇÃO DO CANDIDATO – PRECEDENTES DESTA CORTE, DO CNJ, STJ E DO STF – ORDEM DENEGADA. 1- O CPC dispõe que a coisa julgada ocorre quando se reproduz ação idêntica a anteriormente ajuizada, sendo necessário, para tanto, que haja identidade de partes, pedido e causa de pedir, e que a ação que se repete já tenha sido decidida por sentença de que não caiba recurso. In casu, as partes, o pedido e a causa de pedir divergem das Ações Mandamentais ajuizadas anteriormente. 2- Esta Corte Estadual, seguindo jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 837.311/PI, adota o entendimento de que os candidatos aprovados fora do número de vagas determinado originariamente no edital, os quais integram o cadastro de reserva, não possuem direito líquido e certo à nomeação, mas mera expectativa de direito para o cargo a que concorreram. 3- O acolhimento do pedido de remoção formulado por servidor efetivo, ao contrário do que alega o Impetrante, não fere seu direito líquido e certo. Ao revés, o indeferimento do pleito de remoção e a nomeação daqueles aprovados para o cadastro de reserva é que frustraria legítima expectativa daquele que já integra o serviço público. Nos termos do que entende o STJ, no momento da remoção, os atingidos pelo ato administrativo não eram candidatos aprovados no certame em posição inferior ao Impetrante, mas servidores devidamente investidos no cargo, não se podendo falar, pois, em preterição. (AgInt no RMS 49.084/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018).

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1010872-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KARINA DA SILVA GODINHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAELCO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO INTERNO – MANDADO DE SEGURANÇA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA LIMINAR – DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Para a concessão de liminar em sede de mandado de segurança deve haver o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 7º, inc. III, da Lei nº 12.016/2009, quais sejam, a relevância do fundamento e risco de ineficácia da medida, o que não ocorreu no caso em apreço.

Acórdão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1012942-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA MARA PEREIRA BARBOSA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS MEDAUAR SILVA OAB - BA37113 (ADVOGADO)
JOSE ELIAS DE ALBUQUERQUE MOREIRA OAB - BA40095 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - EDITAL Nº 30/2013/GSCP - PROVA DE TÍTULOS - PRETENSÃO A ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA PRIVATIVA DE BACHAREL EM DIREITO, POR UM MÍNIMO DE TRÊS ANOS ATÉ A DATA DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO - REQUISITO MERAMENTE CLASSIFICATÓRIO - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. 1. O Edital n. 30/2013/GSCP, estabelece, no item 19.1, que “os Títulos devem ser comprovados no momento da realização da Inscrição Definitiva, sem concessão de dilação de prazo para a produção desta prova, e, no prazo e na forma determinados”, requisito não preenchido pela candidata. 2. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu os seguintes parâmetros acerca da exigência de três anos de atividade jurídica: (i) o termo inicial do prazo de três anos é a data da conclusão do curso de Direito; (ii) o momento de comprovar o transcurso desse prazo é a data da inscrição definitiva no concurso, o que foi corroborado pela tese firmada no Tema 509, da repercussão geral. 3. O exercício da advocacia de no mínimo três anos é condição meramente classificatória, constituindo um diferencial para elevar a pontuação dos candidatos e exatamente por isto que não se admite qualquer flexibilização.

Acórdão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1012842-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WELLON VINICIUS MARQUES DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILKER GUSTAVO MARQUES DE SOUZA OAB - MT21661-A (ADVOGADO)
JULIO ALMEIDA DE SOUZA OAB - MT11716-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR PRESIDENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GILBERT DE ANUNCIAÇÃO LUZ (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA – PROCESSO SELETIVO INTERNO – PROGRAMA DE MESTRADO OFERECIDO PELO JUDICIÁRIOS AOS SERVIDORES DE CARREIRA – INDEFERIMENTO DA MATRICULA POR NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO PREVISTO NO EDITAL – DIREITO CONTROVERTIDO – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA AUTORIDADE COATORA QUE DEMONSTRA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA O SERVIDOR CLASSIFICADO - AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – ORDEM DENEGADA. Não sendo possível a constatação imediata de que o caso comporta o manejo da ação mandamental, notadamente pelo possível cometimento de ato ilícito atribuível à responsabilidade da autoridade indigitada coatora, ainda com aptidão para malferir direito líquido e certo da impetrante, que não logrou êxito em apresentar prova pré-constituída do direito pleiteado, exigida para a concessão da ordem, e sabendo que o mandado de segurança não comporta dilação probatória, a ordem deve ser denegada.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1006725-15.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROS (AUTOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (INTERESSADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO. E M E N T A AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE – MATÉRIA VERSANDO SOBRE O MEIO AMBIENTE – LEIS ESTADUAIS QUE AUMENTAM O TAMANHO DAS ÁREAS CARACTERIZADAS PEQUENAS PISCICULTURAS DISPENSANDO-LHES DA EXIGÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA – AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE – NECESSIDADE DE CDASTRAMENTO NOS ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL – PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. O controle abstrato de constitucionalidade de normas estaduais que dispensam a licença ambiental para a atividade dos pequenos piscicultores (com até 05 hectares de lâmina d´água) em face da Constituição Estadual, deve ponderar a acepção social do desenvolvimento sustentável da região, com o escopo de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de existência digna das gerações futuras, em outras palavras, sendo possível melhorar a qualidade de vida da comunidade atual sem prejudicar o potencial desenvolvimento das novas gerações. A tutela do meio ambiente não importa torná-lo intocável, tampouco privar o homem de explorar os recursos naturais, porque isso também melhora a qualidade de vida. Afinal, toda a ação do homem interfere no meio ambiente. O que não se permite, isso sim, é a degradação, a desqualificação do ambiente, a ponto de implicar no desequilíbrio e no esgotamento.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1004779-71.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (AUTOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (INTERESSADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (INTERESSADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO. E M E N T A AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE – MATÉRIA VERSANDO SOBRE O MEIO AMBIENTE – LEIS ESTADUAIS QUE AUMENTAM O TAMANHO DAS ÁREAS CARACTERIZADAS PEQUENAS PISCICULTURAS DISPENSANDO-LHES DA EXIGÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA – AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE – NECESSIDADE DE CADASTRAMENTO NOS ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL – PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. O controle abstrato de constitucionalidade de normas estaduais que dispensam a licença ambiental para a atividade dos pequenos piscicultores (com até 05 hectares de lâmina d´água) em face da Constituição Estadual, deve ponderar a acepção social do desenvolvimento sustentável da região, com o escopo de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de existência digna das gerações futuras, em outras palavras, sendo possível melhorar a qualidade de vida da comunidade atual sem prejudicar o potencial desenvolvimento das novas gerações. A tutela do meio ambiente não importa torná-lo intocável, tampouco privar o homem de explorar os recursos naturais, porque isso também melhora a qualidade de vida. Afinal, toda a ação do homem interfere no meio ambiente. O que não se permite, isso sim, é a degradação, a desqualificação do ambiente, a ponto de implicar no desequilíbrio e no esgotamento.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1016732-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RÉU)
CAMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA (RÉU)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DEFERIU A LIMINAR. E M E N T A MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LICITAÇÕES - LEI FEDERAL 8666/1993 - ARTIGOS 23 E 120 - DEFINIÇÃO DE VALORES - NORMA DE CARÁTER GERAL - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO - LEI MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DESTES VALORES - INCONSTITUCIONALIDADE - PROCEDÊNCIA - INTERPRETAÇÃO DO 193 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 22, INCISO XXVII e 30, INCISO I, CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PREJUÍZO CONCRETO EM PERSPECTIVA – PRESENÇA ANTE A POSSIBILIDADE DE NOVA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA INDEVIDA – MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA. A competência constitucional dos Municípios, em face do artigo 193 da Constituição Estadual, norma com que alberga a pretensão, diploma legal ferido, somente admite edição de Leis Municipais que dizem, respeito a questões de interesse do próprio Município, não podendo, ao talante dos legisladores municipais, dilatar regra constitucional para abrangerem normas de caráter geral, cuja mantença da vigência da lei em descompasso com as regras constitucionais irroga à Municipalidade a possibilidade de prejuízo futuro caso não adotada.

Acórdão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1001799-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYSE CRYSTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT13890-O (ADVOGADO)
WILLIAN XAVIER SOARES OAB - MT18249-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA GALVAO FRIA OAB - MT22486-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEIS MUNICIPAIS N. 1.820/2016 E 1.952/2019 – DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POXORÉU – ANO ELEITORAL – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E IMPESSOALIDADE – INEXISTÊNCIA – INTERESSE PÚBLICO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO – AVALIAÇÃO PRÉVIA – CLÁUSULA DE REVERSÃO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA FINALIDADE PÚBLICA – SEDE INSTALADA HÁ MAIS DE DOIS ANOS E EM PLENO FUNCIONAMENTO – POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – DESCUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO DE CONSULTA DO TCE E DE NORMAS ELEITORAIS – CONTROLE DE LEGALIDADE – AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE EM DISSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. A doação de bem imóvel com encargo não implica em ofensa aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, máxime quando demonstrado, com clareza solar, que o ato combatido foi norteado pelo interesse público, objetivando a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu. “Os bens imóveis do Município não podem ser objeto de doação, salvo mediante ato do Prefeito, autorizado pela Câmara Municipal” [art. 185 da Constituição Estadual]. Não há inconstitucionalidade da norma que autorizou a doação do bem imóvel [Lei n. 1.820/2016], tampouco da que a

modificou [Lei n. 1.952/2019], sobretudo porque a segunda lei simplesmente amoldou a doação aos parâmetros legais, atendendo notificação recomendatória emanada do Ministério Público Estadual, com a demonstração do interesse público, da previsão da avaliação prévia e da cláusula de reversão. Eventual descumprimento à Resolução de Consulta do TCE, ou às normas eleitorais, que obstam a doação de bem público em ano eleitoral, são matérias que, em tese, não se submetem ao controle abstrato de constitucionalidade, a ser questionada por ação direta, mas se trata de controle de legalidade do ato praticado, devendo ser impugnado pelas vias ordinárias próprias.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-196 DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Processo Número: 1019134-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIENE BARBOSA SILVA OAB - MT4983-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CÂMARA LEGISLATIVA DE CAMPOS DE JÚLIO (RÉU)

Certifico, que o processo de n. 1019134-52.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 11:39:15 e distribuído inicialmente para o Des(a). LUIZ FERREIRA DA SILVA

Conselho da Magistratura

Provimentos

PROVIMENTO N. 32/2019-CM, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.
O PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais estabelecidas no artigo 289, II, “d”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, e
CONSIDERANDO o que disciplina o artigo 8º, caput, da Lei Estadual n. 9.999/2013, com a redação dada pela Lei Estadual n. 10.849/2019; e
CONSIDERANDO, por fim, a decisão proferida pelo Egrégio Conselho da Magistratura, em Sessão Ordinária de 16.12.2019, nos autos da Proposição n. 0077933-08.2019.8.11.0000;
RESOLVE:
Art. 1º. Majorar, de modo excepcional e exclusivamente para o mês de dezembro/2019, o valor do auxílio-alimentação pago aos Magistrados ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso de que trata a Lei Estadual n. 9.999/2013 para o importe de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), observadas em tudo mais as disposições contidas na referida lei estadual e nos demais regramentos da matéria.
§1º. A majoração de que trata o caput fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da demanda.
§2º. Se necessário, elaborar-se-á folha complementar para a concretização do contido no caput.
Art. 2º. Para os demais meses subsequentes, o valor do auxílio-alimentação permanecerá, até ulterior alteração, a ser de R$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais).
Art. 3º. Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Conselho da Magistratura
(documento assinado digitalmente)

Decisões do Conselho da Magistratura

RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE/VICE-PRESIDENTE (ART. 28, XXVIII, B DO RITJ/MT - MAT. ADM.) - 65/2014 - 0100013-39.2014.8.11.0000
RECORRENTE: ANA RITA CORDENONSI BUCHMANN - ANALISTA JUDICIÁRIO
RECORRIDO: ORLANDO DE ALMEIDA PERRI - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: Recorre da decisão proferida pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, que resultou na expedição da Portaria 257/2014-PRES, que tornou público o resultado do reenquadramento efetuado em maio/2014, para os servidores efetivos ativos, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 63, da Lei nº 8.814/2008.
Relator: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
1º Membro: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
2º Membro: DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO
Decisão: "POR UNANIMIDADE,OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA SERVIDORA ANA RITA BUCHMANN, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, JULGANDO, OUTROSSIM, PREJUDICADO PELA MAIORIA O RECURSO Nº 14/2013, CIA N. 0022566-09.2013.811.0000, EM APENSO.”

RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE/VICE-PRESIDENTE (ART. 28, XXVIII, B DO RITJ/MT - MAT. ADM.) - 150/2014 - 0102070-30.2014.8.11.0000
RECORRENTE: GUACIRA CECILIA CALVITTI - AUXILIAR JUDICIÁRIO
RECORRIDO: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: Recorre da decisão proferida pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, que resultou na expedição da Portaria 257/2014-PRES, que tornou público o resultado do reenquadramento efetuado em maio/2014, para os servidores efetivos ativos, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 63, da Lei nº 8.814/2008
Relator: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
1º Membro: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
2º Membro: DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO
Decisão: "POR UNANIMIDADE,OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA SERVIDORA GUACIRA CECÍLIA CALVITTI, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, JULGANDO, OUTROSSIM, PREJUDICADO PELA MAIORIA O RECURSO Nº 512/2013, CIA N. 0079859-34.2013.811.0000, EM APENSO.”

ExpedienteProposição CIA n. 0077933-08.2019.8.11.0000
Eminentes Pares,
Como é cediço, os Magistrados ativos do Poder Judiciário estadual fazem jus ao pagamento de auxílio-alimentação, verba de caráter indenizatória que não pode ser incorporada ao subsídio ou vantagem para quaisquer efeitos, instituída pela Lei Estadual n. 9.999/2013. Nesse contexto, desde a edição da **Lei Estadual n. 10.849/2019**, os valores do auxílio-alimentação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso passaram a ser fixados por este Conselho da Magistratura, senão vejamos: Art. 1º Esta Lei altera a **Lei nº 9.999, de 29 de novembro de 2013**, e a Lei nº 9.547, de 03 de junho de 2011, para **autorizar o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso a fixar os valores do auxílio-alimentação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso**. Em igual direção encontra-se o caput do artigo 8º da mencionada Lei Estadual n. 9.999/2013, in verbis: Art. 8º O auxílio-alimentação dos magistrados será concedido na folha de pagamento do mês anterior ao de competência, em valor a ser fixado por meio de ato normativo do Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019. Diante dessa realidade, nenhum impedimento repousa na hipótese desta Corte, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, no âmbito de sua autonomia administrativa e financeira, majorar neste ou naquele mês específico o valor do auxílio em questão. Isso porque, não se desconhece que o custo de vida, em muito capitaneado pelos insumos alimentícios, aumenta diuturnamente, contudo o Poder Judiciário, sobremaneira em tempos de arrocho financeiro, não é capaz de atribuir ao auxílio-alimentação o valor ideal, mas somente aquele possível. Como visto alhures, entretanto, se num mês ou noutro, em razão das medidas de austeridade adotadas nesta Corte, o enxuto orçamento possibilitar a majoração excepcional do auxílio, esta medida servirá para dar-lhe, ao menos em tais períodos, os efetivos contornos ideiais.Tendo tudo o que se disse por horizonte é que formulo e submeto aos eminentes Pares minuta de provimento para **majorar**, de modo excepcional e exclusivamente para o mês de dezembro/2019, o valor do auxílio-alimentação pago aos Magistrados ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso de que trata a Lei Estadual n. 9.999/2013 para o importe de **R$ 2.300,00** (dois mil e trezentos reais), observada a disponibilidade orçamentária e financeira a ser afiançada pela Coordenadoria de Planejamento deste Tribunal e com elaboração de folha complementar, se necessário. Acresça-se, por relevante, que, para os demais períodos subsequentes o valor do auxílio-alimentação permanecerá, até ulterior alteração, a ser de R$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais).Essas as justificativas de proposição que submeto ao augusto crivo de Vossas Excelências.Ao Departamento do Conselho da Magistratura para posterior autuação.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador **CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA -**Presidente do Tribunal de Justiça
De acordo:
Desembargadora **MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS -**Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Desembargador **LUIZ FERREIRA DA SILVA -**Corregedor-Geral da Justiça

Decisão do Presidente

Pedido de Averbação de Tempo de Serviço n. 113/2009 Prot. Atenas 217469
Requerente: Leila Cristina de Lima Gomes - Técnico Judiciário
Resumo da decisão de fls. 58/59-TJ/CM.
Vistos, etc. Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de averbação de tempo de serviço formulado pelo servidor **Leila Cristina de Lima Gomes**, para determinar averbação do tempo de contribuição contido na certidão apresentada, que totalizam 2.209 dias, correspondendo a 6 anos e 19 dias, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, com suporte no art.130, incisos I e IV, da Lei Complementar Estadual n. 04/90.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA -Presidente do Tribunal de Justiça

Pedido de Averbação de Tempo de Serviço n. 35/2003 Prot. Atenas 23840
Requerente: Mario Fernandes Dias - Auxiliar Judiciário
Vistos, etc.Trata-se de pedido formulado pelo servidor **Mario Fernandes Dias,** Auxiliar Judiciário PTJ, matrícula 6722, lotado no Tribunal de Justiça, pugnando pela retificação do tempo de serviço averbado em seus registros funcionais.
Apresentada a 2ª via da Certidão de Tempo de Contribuição pelo servidor (fls. 20/22), o Departamento de Recursos Humanos prestou a Informação n. 5165/2019-DRH (fls. 28/29). Pois bem. Apesar do requerente apontar equívoco no período averbado, o DRH logrou explicitar que os períodos contabilizados para os fins de averbação na ficha do funcional do requerente, divergem daqueles constantes da certidão de tempo de contribuição pois necessária a liquidação em dias para não haver concomitância com outra anotação, anteriormente averbada, bem como com a assunção do servidor neste Poder. Diante disso, indefiro o pedido de retificação formulado pelo requerente, ante a impossibilidade da contagem recíproca de períodos concomitantes. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, ao arquivo. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA -Presidente do Tribunal de Justiça

Decisão do Relator

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO N. 6/2019 NUMERAÇÃO ÚNICA: 0032893-03.2019.811.0000
RECORRENTE: E. F. B.
Advogado: Lázaro Roberto Moreira Lima OAB/MT 10.006
Advogado: João Emanuel Moreira Lima OAB/MT 9983
Advogado: Patrícia Luciana Gargantini OAB/MT 13.049
Advogado: Irenio Lima Fernandes OAB/MT 3507-B
RECORRIDO: JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE/MT.
Vistos etc. Considerando a certidão de fls. 38, arquive-se, a Exceção de Suspeição, procedendo-se as baixas e anotações necessárias. Após, tornem conclusos o recurso administrativo 4/2019 (CIA **0005803-20.2019**), para análise.
Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
Desa. Maria Helena G. Póvoas - Relatora.

EXEÇÃO DE SUSPEIÇÃO 4/2019 NUMERAÇÃO ÚNICA: 0032372-58.2019.811.0000
RECORRENTE: E. F. B.
Advogado: Lázaro Roberto Moreira Lima OAB/MT 10.006
Advogado: João Emanuel Moreira Lima OAB/MT 9983
Advogado: Patrícia Luciana Gargantini OAB/MT 13.049
Advogado: Irenio Lima Fernandes OAB/MT 3507-B
RECORRIDO: JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE/MT.
Vistos etc. Considerando a certidão de fls. 38, arquive-se, a Exceção de Suspeição, procedendo-se as baixas e anotações necessárias. Após, tornem conclusos o recurso administrativo 5/2019 (**CIA 0005805-87.2019**) para análise.
Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
Desa. Maria Helena G. Póvoas - Relatora.

Atos do Presidente

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 16 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

ATO N. 1710/2019-CM, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos de Pedido de Aposentadoria n. 70/2019 (NU. 0042502-10.2019.8.11.0000), em 05.12.2019;
CONSIDERANDO o erro material constante no Ato n. 1669/2019-CM, disponibilizado no DJE n. 10639, em 13.12.2019, e publicado em 16.12.2019, quanto a correta identificação dos dados pessoais da servidora.
RESOLVE:
Retificar o Ato n. 1669/2019-CM, disponibilizado no DJE n. 10639, em 13.12.2019, e publicado em 16.12.2019, para fazer constar que concede à servidora GIORGIA MARIA BARROS ALMEIDA, portadora do RG n. 0832452-2 SSP/MT e CPF n. 513.411.661-04, Matrícula 3725, Auxiliar Judiciário-PTJ, da Secretaria do Tribunal de Justiça, Classe "C", Nível XI, enquadrada pela Lei n. 8.709, de 18.09.2007, revogada pela Lei n. 8.814, de 15.01.2008, acometida de patologia enquadrada no rol do artigo 213, §1º, da Lei Complementar n. 04/90; aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, com fulcro no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003, combinado com o artigo 6º-A da Emenda Constitucional n. 41/2003, este incluído pela Emenda Constitucional n. 70/2012, e artigos 213, inciso I, 215 e 216, parágrafo único, da Lei Complementar n. 04, de 15.10.1990, com efeitos a partir da publicação deste.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(Documento assinado digitalmente)

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Vice Presidência

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009945-22.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO PINHEIRO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO SERGIO FEGURI OAB - MT5490-O (ADVOGADO)
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J J S CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) J J S CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0050772-36.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA MISCHIATTI DO AMARAL (APELANTE)
ALEXANDRE RAYEL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILLA DE ARAUJO BALDUINO MEDEIROS OAB - MT9519-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
SOLUCAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILBER NORIO OHARA OAB - MT8261-O (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - SP209931-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) SOLUCAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002191-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
ADM DO BRASIL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALFREDO ZUCCA NETO OAB - SP154694-O (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
KLEBER JORGE JUNIOR OAB - MT20778-O (ADVOGADO)
ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO MUNARI CANOZO OAB - SP203856-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO JOHN DEERE S.A. (AGRAVADO)
NILSON MULLER (AGRAVADO)
AGROPECUARIA AURORA LTDA - ME (AGRAVADO)
SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA (AGRAVADO)
ADM DO BRASIL LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO EMANUEL PAIM OAB - MT14606-A (ADVOGADO)
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN OAB - MT18024-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
FABIANNY CALMON RAFAEL OAB - MT21897-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR OAB - MT7187-O (ADVOGADO)
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
GUILHERME FERNANDES GARDELIN OAB - SP132650-O (ADVOGADO)
VALESKA FERNANDES LUCCHI OAB - SP357495 (ADVOGADO)
ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO MUNARI CANOZO OAB - SP203856-O (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
KLEBER JORGE JUNIOR OAB - MT20778-O (ADVOGADO)
LUCIANA COSTA PEREIRA OAB - MT17498-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NILSON MULLER - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) NELSON MULLER e outros (4) para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008974-64.2005.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FAGUNDES CONSTRUCOES LTDA (APELANTE)
GALERA CENTRAIS ELETRICAS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NOELI IVANI ALBERTI OAB - MT4061-O (ADVOGADO)
RANNIER FELIPE CAMILO OAB - MT22135-A (ADVOGADO)
WILSON LOPES OAB - MT7396-A (ADVOGADO)
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
RODRIGO DA SILVA GRACIOSA OAB - SC13079 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FAGUNDES CONSTRUCOES LTDA (APELADO)
GALERA CENTRAIS ELETRICAS S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO DA SILVA GRACIOSA OAB - SC13079 (ADVOGADO)
WILSON LOPES OAB - MT7396-A (ADVOGADO)
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
NOELI IVANI ALBERTI OAB - MT4061-O (ADVOGADO)
RANNIER FELIPE CAMILO OAB - MT22135-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) FAGUNDES CONSTRUCOES LTDA e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002995-07.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECIR BROCCO (APELANTE)
MERI BURILLE BROCCO (APELANTE)
VALTUIR BROCCO (APELANTE)
SELONY BEDIN BROCCO (APELANTE)
VALDETE BROCCO (APELANTE)
ADRIANO DA CUNHA BARBOSA (APELANTE)
ARLETE INES ZAGO BARBOSA (APELANTE)
CLAUDIA DA CUNHA BARBOSA (APELANTE)
CLAUDIO DA CUNHA BARBOSA (APELANTE)
OTACILIO BROCCO (APELANTE)
SORRIPLAST SORRISO PLASTICOS LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT9845-O (ADVOGADO)
VANDERLEI LANZ OAB - MT7880-A (ADVOGADO)
FERNANDO LANZ OAB - MT16425-A (ADVOGADO)
LUIS CARLOS NESPOLI JUNIOR OAB - MT19139-A (ADVOGADO)
CAMILA SIMOES MARTINS OAB - PR40227-A (ADVOGADO)
DOUGLAS LUIZ DA CRUZ LOUZICH OAB - MT10823-O (ADVOGADO)
HIGOR HENRIQUE DE ALBUQUERQUE SILVA OAB - MT23412-A (ADVOGADO)
RODRIGO FELIX CABRAL OAB - MT15576-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO DA CUNHA BARBOSA (APELADO)
CLAUDIO DA CUNHA BARBOSA (APELADO)
CLAUDIA DA CUNHA BARBOSA (APELADO)
SELONY BEDIN BROCCO (APELADO)
ARLETE INES ZAGO BARBOSA (APELADO)
SORRIPLAST SORRISO PLASTICOS LTDA - ME (APELADO)
VALDECIR BROCCO (APELADO)
VALDETE BROCCO (APELADO)
VALTUIR BROCCO (APELADO)
MERI BURILLE BROCCO (APELADO)
OTACILIO BROCCO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO FELIX CABRAL OAB - MT15576-O (ADVOGADO)
LUIS CARLOS NESPOLI JUNIOR OAB - MT19139-A (ADVOGADO)
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT9845-O (ADVOGADO)
DOUGLAS LUIZ DA CRUZ LOUZICH OAB - MT10823-O (ADVOGADO)
VANDERLEI LANZ OAB - MT7880-A (ADVOGADO)
FERNANDO LANZ OAB - MT16425-A (ADVOGADO)
HIGOR HENRIQUE DE ALBUQUERQUE SILVA OAB - MT23412-A (ADVOGADO)
CAMILA SIMOES MARTINS OAB - PR40227-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) SORRIPLAST SORRISO PLASTICOS LTDA - ME e outros para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007116-10.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO HERNANDES MARANGONI FILHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA FERNANDES MARANGONI OAB - MT16574-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) PEDRO HERNANDES MARANGONI FILHO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007167-36.2010.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:

FIBRIA CELULOSE S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON COELHO VIGNINI OAB - SP247816 (ADVOGADO)
ELLEN COELHO VIGNINI OAB - SP95353 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IDEAL INSDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
VOTORANTIN CELULOSE E PAPEL S.A (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) IDEAL INSDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003964-11.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VERDI-MATERIAIS DE CONTRUCAO LTDA - ME (APELADO)
EDI WILSON CAETANO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA MARIA VIDOTTO MARTINS OAB - MT14990-O (ADVOGADO)
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) VIA VERDI-MATERIAIS DE CONTRUCAO LTDA - ME e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010425-36.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
THAIS ARAUJO PAIVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) THAIS ARAUJO PAIVA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013021-35.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GOLD DELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS RODRIGUES DE SIQUEIRA (APELADO)
JUCECLEIA SANTIN DE SIQUEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCIELLI MENEZES BERTOTTI OAB - MT12163-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) MARCOS RODRIGUES DE SIQUEIRA e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003931-15.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
WAGNER PEREIRA MOURA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
JESSIKA NAIARA VAZ DA SILVA OAB - MT21354-A (ADVOGADO)
LUCIANA BORGES MOURA CABRAL OAB - MT6755-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
WAGNER PEREIRA MOURA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA BORGES MOURA CABRAL OAB - MT6755-O (ADVOGADO)
JESSIKA NAIARA VAZ DA SILVA OAB - MT21354-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007599-79.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CHARLES CAETANO ROSA (APELADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) CHARLES CAETANO ROSA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037139-65.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO DE SOUSA LOBO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS OAB - MT7202-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FL PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAROL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) GUSTAVO DE SOUSA LOBO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007195-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE VACELLI DANTE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILSON TEIXEIRA CAMPOS OAB - 098.170.068-32 (PROCURADOR)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) JOSE VACELLI DANTE para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0035216-33.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MERCANTIL LUNA LTDA (APELANTE)
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-O (ADVOGADO)
MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO OAB - SP156347-O (ADVOGADO)
KALIANDRA ALVES FRANCHI OAB - BA14527-A (ADVOGADO)
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

LINA DA COSTA LEITE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILTON JOSE FERREIRA PAES FARIAS OAB - MT16318-O (ADVOGADO)
FABIANO FARIAS FERREIRA PAES OAB - MT15021-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MERCANTIL POLLUX LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) LINA DA COSTA LEITE para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006223-46.2015.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALVO CARNEIRO (APELANTE)
MARIA ANGELICA JORGE DA CUNHA CARNEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA PEREIRA FERNANDES OAB - MT18786-E (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001147-05.2015.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA SOBRINHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELCIO LIMA DO PRADO OAB - MT4757-O (ADVOGADO)
SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA OAB - MT3546-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA SOBRINHO para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0047126-18.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ROBERTO ARCANJO DIAS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KHERMAN SORBONE BATISTA DE ANUNCIACAO OAB - MT18054-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) MARCOS ROBERTO ARCANJO DIAS para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1006184-87.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA MARIA DA SILVA GUIMARAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISANDRO NUNES BUENO OAB - MT10833-A (ADVOGADO)
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) SANDRA MARIA DA SILVA GUIMARAES para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000798-78.2014.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAINE CRISTINA BUFON (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RINALDO FERREIRA DA SILVA OAB - MT6813-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ELAINE CRISTINA BUFON para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008755-87.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AIMEE MARANHAO AYRES FERREIRA (APELANTE)
EMANUEL MESSIAS FERREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO)
DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE OAB - MT6199-O (ADVOGADO)
GIZELA BARRETO SAMPAIO OAB - MT19763O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TECA DO BRASIL FLORESTAL LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA PAULA COSTA OAB - MT10952-O (ADVOGADO)
ALEX LEONARDO DE OLIVEIRA OAB - MT12911-O (ADVOGADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. RECORRENTE: EMANUEL MESSIAS FERREIRA e AIMEE MARANHÃO AYRES FERREIRA RECORRIDO: TECA DO BRASIL FLORESTAL LTDA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por EMANUEL MESSIAS FERREIRA e AIMEE MARANHÃO AYRES FERREIRA com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (ID 15020990): “APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - USO DA SUPERFÍCIE PARA FINALIDADE DIVERSA DA AJUSTADA – AUTORIZAÇÃO TÁCITA DOS OUTORGANTES – AUSÊNCIA DE PROVA DE DANOS MATERIAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – VALOR IRRISÓRIO – FIXAÇÃO POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO - VALOR QUE ATENDE OS REQUISITOS DO §2º DO ART. 85 DO CPC – MANUTENÇÃO – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO VERIFICADA - RECURSOS NÃO PROVIDOS. Há autorização tácita dos outorgados quando um deles é sócio da indústria que se instalou na área sobre a qual se ajustou a Escritura Pública de Constituição de Direito de Superfície. Os danos materiais só são indenizáveis se devidamente comprovados. Sendo irrisório o valor da causa os honorários de sucumbência devem ser fixados segundo apreciação equitativa do magistrado que, tendo avaliado os requisitos do §2º do art. 85 do CPC, devem ser mantidos. Inviável a condenação em litigância de má-fé quando não demonstrada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. (AP 0008755-87.2012.8.11.0041, DESA. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 19/12/2018). ” Os recorrentes sustentam que houve a violação aos artigos 1225, 1227, 1369 e 1374, todos do Código Civil, ao fundamento de ser ilegítimo o uso do direito de superfície pela parte recorrida para instalação de indústria, sem a observância das formalidades previstas na legislação mencionada, ainda que tenha havido a instituição de empresa com a participação de um dos filhos dos recorrentes e a ciência/aceitação, ainda que tácita, da instalação da empresa na área objeto de outra escritura pública de direito de superfície, com finalidade diversa (plantação de madeiras para fins de reflorestamento). Recurso tempestivo (ID 7094922). Sem contrarrazões. É o relatório. Decido. Sistemática de Recursos Repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos. A

partir da provável violação aos artigos 1225, 1227, 1369 e 1374, todos do Código Civil, a parte recorrente alega que é ilegítimo o uso do direito de superfície pela parte recorrida para instalação de indústria, sem a observância das formalidades previstas na legislação mencionada, ainda que tenha havido a instituição de empresa com a participação de um dos filhos dos recorrentes e a ciência/aceitação, ainda que tácita, da instauração da empresa na área objeto de outra escritura pública de direito de superfície, com finalidade diversa (plantação de madeiras para fins de reflorestamento). É importante destacar que existem outros recursos que envolvem as mesmas partes e debatem outros aspectos do mesmo contrato de direito do uso de superfície, sendo que estes se encontram em análise pelo Superior Tribunal de Justiça. Observa-se, destarte, que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356, do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso, quanto à arguida divergência jurisprudencial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XV

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006108-21.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RONDOMAQ-MAQUINAS E VEICULOS LTDA (AGRAVANTE)
CLOVES LUIZ GUIMARAES (AGRAVANTE)
JUSSARA GARCIA GUIMARAES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA PALMIERI FERREIRA CORREA DA COSTA OAB - MT8064O (ADVOGADO)
RODOLFO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT7445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002364-21.2014.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO SCARIOT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA SAMIRA PAYAO FRANCO OAB - SP239437-O (ADVOGADO)
MARCOS CAMPOS DIAS PAYAO OAB - SP96057-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002897-19.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
YOLANDA DE SOUZA RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) YOLANDA DE SOUZA RIBEIRO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000343-81.2017.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE21233-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO TSEREWAMRI O (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL n. 0000343-81.2017.8.11.0110 RECORRENTE: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A RECORRIDO: ANTÔNIO TSEREWAMRI O Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A com fundamento no art. 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado, ID n. 11783978: “APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO FIRMADO COM INDÍGENA IDOSO E ANALFABETO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A CONTRATAÇÃO – ÔNUS QUE LHE INCUMBIA – ART. 6º, VIII, DO CDC C/C ART. 373, II, DO CPC – DÉBITO DECLARADO INEXIGÍVEL – DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR – DANO MORAL IN RE IPSA – QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM CONFORMIDADE COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS POR ESTA CÂMARA CÍVEL – REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Diante da negativa de contratação, cabe ao réu o ônus de comprovar o fato modificativo ou extintivo do direito da parte autora, nos termos do artigo 373, II, do CPC. Não se desincumbindo de tal ônus, figura-se injustificada a cobrança. A instituição financeira, diante da atividade de risco que desenvolve, responde pelas disfunções de seus serviços, absorvendo os danos daí decorrentes, a teor do que disciplina a Súmula nº 479 do STJ. Configura dano moral o desconto indevido de empréstimo em folha de pagamento de aposentado, independentemente de comprovação do prejuízo sofrido pela vítima ou da prova objetiva do abalo à sua honra e à sua reputação, porquanto, são presumidas as consequências danosas resultantes do fato gerador do dano. A indenização deve ser fixada em valor razoável e proporcional ao grau de culpa do ofensor, à extensão dos danos e à capacidade econômica das partes. Comprovados os descontos indevidos efetuados na folha de pagamento de pensionista do INSS, impõe-se a restituição de valores à parte prejudicada, sob pena de ocorrer enriquecimento sem causa. Entretanto, a repetição deve ser feita de forma simples se não há comprovação da má-fé. (Apelação n. 0000343-81.2017.8.11.0110 – Terceira Câmara de Direito Privado – Des. Dirceu dos Santos, Julgado em 14/08/2019). Opostos Embargos de Declaração, restaram rejeitados, ID n. 20086005. O Banco Recorrente alega que o acórdão violou os artigos 186 e 422 do CC, uma vez que não cometeu qualquer ato ilícito com a negativação, alternativamente, assevera que o valor arbitrado a título de danos morais gera enriquecimento indevido ao Recorrido, pois são exorbitantes e não condiz com a extensão do dano causado. O Recurso é tempestivo e devidamente preparado, conforme certidões de ID n. 22910484 e n. 22908973. O Recorrido não apresentou contrarrazões, conforme certidão de ID n. 26799475. É o relatório. Decido. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione à questão discutida neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Ausência de prequestionamento. Súmulas 282 e 356 do STF Com o objetivo de evitar a supressão de Instância, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, para que o Superior Tribunal de Justiça tenha condições de reexaminar a controvérsia suscitada, é preciso que a questão tenha sido decidida em única ou última Instância pelos Tribunais

Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, ex vi Súmula 282/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". Ainda que, caso se conclua pela existência de omissão no julgado, para que a matéria seja considerada prequestionada, é imprescindível que sejam opostos Embargos de Declaração com a indicação precisa do ponto supostamente omisso, em aplicação da Súmula 356/STF – "O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". Nesse sentido: "TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. INDIVISIBILIDADE DO IMÓVEL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS DOS AUTOS. SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 7 DO STJ. 1. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. Para afastar o entendimento a que chegou a Corte de origem, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a possibilidade de dividir o bem imóvel penhorado, como sustentado neste recurso especial, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'. 3. Agravo interno a que se nega provimento". (AgInt no REsp 1760106/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018). Dessa forma, verifica-se que em relação à mencionada violação aos artigos 186 e 422 do CC, tal questão não foi abordada pelo acórdão impugnado, e também não foram trazidas quando opostos Embargos de Declaração, situação que obsta o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça e impede a admissão do recurso. Posto isso, não satisfeita a exigência do artigo 105, III, da CF, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IV

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0003154-81.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL DIAS DA CONCEICAO CARVALHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIZETE SANTOS FRANCA OAB - MT16457-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) IZABEL DIAS DA CONCEICAO CARVALHO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006851-73.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RANIL SALVADOR DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) RANIL SALVADOR DE LIMA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0039703-07.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LAERCIO GOMES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) LAERCIO GOMES para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040004-51.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE HUMBERTO MACHADO DE MENDONCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMYR CESAR FRANCO OAB - MT14091-O (ADVOGADO)
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO)
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Especial em Apelação Cível n. 0040004-51.2015.8.11.0041 RECORRENTE ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO JOSÉ HUMBERTO MACHADO DE MENDONÇA Decisão: Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0044911-69.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO AFONSO TEICHMANN (APELANTE)
CAT INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILA MICHIKO TEISCHMANN OAB - MT16962-O (ADVOGADO)
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO CERAVOLO DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAQUEL CRISTINA FERNANDES SAVIAN OAB - DF41318-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) FABIO CERAVOLO DE OLIVEIRA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000226-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MOTOGARCAS COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA (AGRAVANTE)
MOTOGARCAS COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA (AGRAVANTE)
ADMINISTRADORA BELA FORMOSA LTDA - EPP (AGRAVANTE)
ADMINISTRADORA E LOCADORA AGUAS DO XINGU LTDA (AGRAVANTE)
PRESTAL PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
SAN LOURENZO PARK HOTEL LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADMINISTRADOR JUDICIAL (AGRAVADO)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCEL RIBEIRO DA ROCHA OAB - MT13000/O (ADVOGADO)
CHRISSY LEAO GIACOMETTI OAB - MT15596-O (ADVOGADO)
EBER SARAIVA DE SOUZA OAB - MT8267/B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCEL RIBEIRO DA ROCHA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial

interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009553-97.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO GALANI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4617-O (ADVOGADO)
VIVIANE MEIRA FERREIRA RODRIGUES OAB - MT12305-B (ADVOGADO)
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009553-97.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO GALANI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4617-O (ADVOGADO)
VIVIANE MEIRA FERREIRA RODRIGUES OAB - MT12305-B (ADVOGADO)
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005218-82.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PIATA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO PREVIDENCIARIO CREDITO PRIVADO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS DAVID ALBUQUERQUE BRAGA OAB - MT132306-O (ADVOGADO)
MERIELEN DAL RI ZIVIANI OAB - SP271586 (ADVOGADO)
TIAGO SCHREINER GARCEZ LOPES OAB - SP194583 (ADVOGADO)
FABIO ROSAS OAB - SP131524 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISETORIAL II (TERCEIRO INTERESSADO)
INCENTIVO MULTISETORIAL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A. para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015208-47.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS SOARES DOURADO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ILDO ROQUE GUARESCHI OAB - MT5417-O (ADVOGADO)
SERGIO HENRIQUE GUARESCHI OAB - MT9724-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) EMBARGADO(S) JOSE CARLOS SOARES DOURADO para apresentar contrarrazões ao Recurso de Embargos de Declaração no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000762-63.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO OLIVEIRA DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUDER OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT10271-A (ADVOGADO)
ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA OAB - MT7669-O (ADVOGADO)
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
JOAO OLIVEIRA DE LIMA OAB - MT4257-O (ADVOGADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0000762-63.2016.8.11.0037 RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S.A. RECORRIDO: JOÃO OLIVEIRA DE LIMA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 23870961) interposto por BANCO DO BRASIL S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (id 5390045): “RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS – SENTENÇA QUE RECONHECEU A CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO NA HIPÓTESE DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO – DECISÃO CASSADA – PROCESSO EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO DO MÉRITO PELO TRIBUNAL – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS RESCINDIDO IMOTIVADAMENTE – DIREITO À PERCEPÇÃO PROPORCIONAL DOS HONORÁRIOS – PRINCÍPIO DA BOA FÉ CONTRATUAL – PRETENSÃO DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS SOBRE O VALOR DA CAUSA – DESCABIMENTO – ARBITRAMENTO MEDIANTE APRECIAÇÃO EQUITATIVA – INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não há que se falar em carência da ação ou falta do interesse de agir na ação que busca o arbitramento de honorários advocatícios, ainda que existente contrato prevendo a forma de remuneração, uma vez que, ocorrendo a rescisão unilateral e imotivada do contrato, o advogado faz jus a receber pelo trabalho despendido até então. Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito, quando reformar sentença fundada no artigo 485 do Código de Processo Civil. Afigura-se ilegítimo à instituição financeira furtar-se da obrigação de efetuar o pagamento dos honorários advocatícios contratados durante considerável lapso temporal. Observância aos princípios da função social do contrato, da boa-fé objetiva e da vedação ao enriquecimento indevido. Os honorários serão fixados atendidos o grau de zelo do profissional; o lugar; a natureza e a importância da causa; o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço. Valor arbitrado mediante apreciação equitativa e observância a critérios de razoabilidade e proporcionalidade”. (TJMT – Terceira Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0000762-63.2016.8.11.0037, Relatora: Desª CLEUCI TEREZINHA CHAGAS, j. em 12/12/2018). Opostos Embargos de Declaração (id’s 5688205 e 14346477), decidiu-se, in verbis (id’s 12440486 e 20189971): “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – OMISSÃO QUANTO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO – ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS COM EFEITO INFRINGENTE. Uma vez verificada a omissão do julgado quanto ao arbitramento dos honorários advocatícios referente ao

trabalho prestado nos Embargos à Execução, os aclaratórios devem ser acolhidos, com efeito modificativo, a fim de sanar o vício apontado". "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO JUDICIAL – POSSIBILIDADE – PONDERAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO DOS FEITOS - FIXAÇÃO NA PROPORÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS – EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. Rescindido o contrato de prestação de serviços advocatícios, de forma unilateral e imotivada, bem como sem que esteja prestada a contraprestação para tal situação, o arbitramento da verba honorária é medida que se impõe, considerando o grau do zelo do profissional, lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho dispendido pelo advogado, bem como, seguindo os parâmetros utilizados pelo STJ em situações análogas. Os honorários devem ser fixados por equidade, com fulcro no art. 85, §§ 2º e 8º do CPC". O Recorrente alega violação aos artigos aos artigos 113, 421, 422 e 473, do Código Civil; 22 e 23 da Lei n. 8.906/94; 20, §§ 3º e 4º, e alíneas "a", "b" e "c", do Código de Processo Civil de 1973 (Lei n. 5.869/73); 85, § 8º, incisos I e III, do § 2º, do CPC (Lei n. 13.105/2015), além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que na hipótese de rescisão unilateral de contrato de prestação de serviços advocatícios, cuja cláusula prevê a remuneração do advogado somente em razão da sucumbência, não é possível o arbitramento judicial de honorários. Recurso tempestivo (id 24341955). Contrarrazões no id 27613984. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente alega que ao argumento de que na hipótese de rescisão unilateral de contrato de prestação de serviços advocatícios, cuja cláusula prevê a remuneração do advogado somente em razão da sucumbência, não é possível o arbitramento judicial de honorários. No acórdão impugnado ficou consignado, in verbis: "Assim, a controvérsia gira em torno do Contrato firmado entre as partes, mais especificamente na Cláusula Oitava, que prevê remuneração exclusivamente pelos honorários de sucumbência. Tal forma de remuneração, seguida da destituição do patrono antes do término da demanda, além de frustrar a expectativa do profissional, gera ônus para o contratante, sob pena de caracterizar locupletamento e enriquecimento ilícito. Dessa forma, conquanto haja previsão na Cláusula Oitava do Contrato afirmando que o apelante seria remunerado apenas por meio dos honorários de sucumbência, a luz do entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, é devido o arbitramento da verba remuneratória em razão do trabalho desempenhado pelo causídico". (id 20189971 -p 4) Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. TRANSAÇÃO. INOVAÇÃO EM APELAÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIÁVEL DE OFÍCIO. PRECLUSÃO DA MATÉRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. RESCISÃO UNILATERAL ANTECIPADA. DIREITO A ARBITRAMENTO JUDICIAL. SÚMULA 83/STJ. VALOR DOS HONORÁRIOS. DESPROPORCIONALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (...) 6. Nos termos da jurisprudência deste Sodalício, é cabível o ajuizamento da ação de arbitramento para cobrança de honorários, de forma proporcional aos serviços até então prestados, quando revogado imotivadamente o mandato judicial que previa a remuneração pela sucumbência da parte contrária. Incidência do Enunciado n. 83/STJ. 7. As instâncias ordinárias entenderam que seria adequada a fixação da verba honorária em 15% (quinze por cento), percentual que não se mostra desproporcional, sendo certo que a sua modificação exigiria a reapreciação do grau de diligência do profissional, da natureza e da importância da causa e do trabalho e do tempo exigido para o serviço, o que encontra óbice na via eleita, ante a incidência do Enunciado n. 7/STJ. 8. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1167313/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018). Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos artigos 113, 421, 422 e 473, do Código Civil; 22 e 23 da Lei n. 8.906/94; 20, §§ 3º e 4º, e alíneas "a", "b" e "c", do Código de Processo Civil de 1973 (Lei n. 5.869/73); 85, § 8º, incisos I e III, do § 2º, do CPC (Lei n. 13.105/2015), visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 4. Rever as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, procedimento inviável em recurso especial, consoante o óbice da Súmula nº 7/STJ. 5. Incide a Súmula nº 126/STJ na hipótese em que o acórdão recorrido se assenta em fundamentos de natureza infraconstitucional e constitucional (art. 37, § 6º, da Constituição), qualquer deles suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado e a parte vencida não interpôs o indispensável recurso extraordinário. 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Diante desse quadro, inviável a admissão do recurso neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002208-45.2012.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
EMANOELA GOMES DE OLIVEIRA DURANDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO DE MARTINS E PINHEIRO OAB - MT4431-A (ADVOGADO)
VINICIUS DE MORAIS OLIVEIRA OAB - GO34487-A (ADVOGADO)
MIRELLE PEREIRA ALVES OAB - MT14989-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZENAIDE CUSTODIO CARDOSO (APELADO)
MILTON FERREIRA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JORGE LUIZ CORREA MARTINELLI OAB - MT15036-O (ADVOGADO)

Recurso Especial nos autos da apelação 0002208-45.2012.8.11.0004 Recorrente: Emanoela Gomes de Oliveira Durando Recorrido: Zenaide Custodio Cardoso e outro Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por EMANOELA GOMES DE OLIVEIRA DURANDO com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (Id. 20301968): APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – REQUISITOS DO ART. 561 DO CPC – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – CONTRATO DE COMODATO – AUSÊNCIA DE PROVA - EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO – ACOLHIMENTO - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A prova da posse e do esbulho possessório são ônus da autora da ação de reintegração e condição sine qua non para sua procedência. 2. A ausência de prova do contrato de comodato verbal gratuito, que incumbia à autora da ação, nos termos do inciso I do artigo 373 do CPC, esvazia a arguição de esbulho possessório.3. Provada a posse mansa e pacífica do réu por mais de 05 (cinco) anos, deve ser acolhida a exceção de usucapião. 4. Sentença mantida. Recurso desprovido. (Ap 0002208-45.2012.8.11.0004, RELATORA: DESA. ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO

PRIVADO, Julgado em 16/10/2019)". Alega violação ao artigo 1.240 do Código Civil, uma vez que não estariam presentes os requisitos necessários à declaração da usucapião dos recorridos. Recurso tempestivo (Id. 23703477). Sem contrarrazões, conforme certidão de Id. 27804011. É o relatório. Decido. Não aplicação da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação ao artigo 1.240 do Código Civil, está amparada na assertiva de que não estariam presentes os requisitos necessários à declaração da usucapião dos recorridos. No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REIVINDICATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS. 1. A reivindicatória, de natureza real e fundada no direito de sequela, é a ação própria à disposição do titular do domínio para requerer a restituição da coisa de quem injustamente a possua ou detenha (CC/1916, art. 524, e CC/2002, art. 1.228), exigindo a presença concomitante de três requisitos: a prova da titularidade do domínio pelo autor, a individualização da coisa e a posse injusta do réu (REsp 1.060.259/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe de 04/05/2017). 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base nos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que o recorrido apresentou título idôneo, apto a comprovar a propriedade do bem, e consignou não estarem presentes os requisitos necessários à configuração da usucapião em favor dos recorrentes. Alterar tais conclusões demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 947.898/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 12/11/2019) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005786-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DE PAULA AZEVEDO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vice-Presidência Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 1005786-64.2019.8.11.0000 Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por CRISTIANE DE PAULA AZEVEDO, com fundamento no art. 105, inciso III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, assim ementado (id 26024465). Vieram os autos conclusos com certidão de ausência de pagamento das custas do Recurso Extraordinário e pedido para concessão da assistência judiciária gratuita. Pois bem, compulsando os autos verifica-se que desde a propositura do Agravo de Instrumento a Recorrente já postulava pela gratuidade judiciária, no entanto, o pedido não foi apreciado até então. Denota-se que o pedido veio acompanhado apenas por declaração de hipossuficiência, o que não se revela de todo suficiente para concessão do pedido, pelo que determina-se a intimação da parte para, querendo, em 05 (cinco) dias, comprovar o preenchimento dos pressupostos para a concessão do pedido de gratuidade da justiça, tendo em vista que os que se encontram nos autos não são suficientes para reconhecer a hipossuficiência. A demonstração, nesse caso, deve vir por elementos como Declaração de Imposto de Renda, Extratos Bancários, entre outros, evidenciando a escassez de recursos a ponto de inviabilizar a parte de demandar em juízo, por impossibilidade de atender aos custos judiciais. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se a parte Recorrida para, querendo, em 15 dias, apresentar as contrarrazões nos termos do art. 1.030, do CPC Após, conclusos. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XII Vice-Presidência Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 1005786-64.2019.8.11.0000 Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por CRISTIANE DE PAULA AZEVEDO, com fundamento no art. 105, inciso III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, assim ementado (id 26024465). Vieram os autos conclusos com certidão de ausência de pagamento das custas do Recurso Extraordinário e pedido para concessão da assistência judiciária gratuita. Pois bem, compulsando os autos verifica-se que desde a propositura do Agravo de Instrumento a Recorrente já postulava pela gratuidade judiciária, no entanto, o pedido não foi apreciado até então. Denota-se que o pedido veio acompanhado apenas por declaração de hipossuficiência, o que não se revela de todo suficiente para concessão do pedido, pelo que determina-se a intimação da parte para, querendo, em 05 (cinco) dias, comprovar o preenchimento dos pressupostos para a concessão do pedido de gratuidade da justiça, tendo em vista que os que se encontram nos autos não são suficientes para reconhecer a hipossuficiência. A demonstração, nesse caso, deve vir por elementos como Declaração de Imposto de Renda, Extratos Bancários, entre outros, evidenciando a escassez de recursos a ponto de inviabilizar a parte de demandar em juízo, por impossibilidade de atender aos custos judiciais. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se a parte Recorrida para, querendo, em 15 dias, apresentar as contrarrazões nos termos do art. 1.030, do CPC Após, conclusos. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003179-51.2008.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IGINO LUIZ SEGANFREDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PENALVA VERDOLIN OAB - MT10818-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) IGINO LUIZ SEGANFREDO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002826-25.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SAVI GALVAO (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONY PETERSON BARBOSA DE OLIVEIRA OAB - MT15565-A (ADVOGADO)
SILVAN AURI BERTONCELLO OAB - MT16688-O (ADVOGADO)
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT13967-O (ADVOGADO)
ALEX PROVENZI OAB - MT9984/O-O (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
SAVI GALVAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX PROVENZI OAB - MT9984/O-O (ADVOGADO)
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT13967-O (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
RONY PETERSON BARBOSA DE OLIVEIRA OAB - MT15565-A (ADVOGADO)
SILVAN AURI BERTONCELLO OAB - MT16688-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) SAVI GALVAO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022725-52.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA CRISTINA GALLARDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMYR CESAR FRANCO OAB - MT14091-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BARBARA CRISTINA GALLARDO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005222-64.2014.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA DALVA SMANIOTTO (APELADO)
LILIANE FERRARI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ANA DALVA SMANIOTTO e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0503171-74.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONETE LOPES DE SALES (APELANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
LEONETE LOPES DE SALES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) LEONETE LOPES DE SALES para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002502-27.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HELIANE DE CASTRO ZANOL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) HELIANE DE CASTRO ZANOL para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003714-03.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREIRA GARAVAZO OAB - MT17941-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. PEREIRA LOIOLA - MANUTENCAO INDUSTRIAL - ME (APELADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) M. PEREIRA LOIOLA - MANUTENCAO INDUSTRIAL - ME para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042395-13.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. I. W. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO ARRUDA VAZ GUIMARAES OAB - MT17401-O (ADVOGADO)
GABRIEL ANTONIO CERVANTES DE SOUZA OAB - MT15657-O (ADVOGADO)
SIDNEI LOPES DA CUNHA OAB - MS15657 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
P. C. P. G. V. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO ANTUNES BARROS OAB - MT3825-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIEIRA SANTANA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022705-73.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSEFA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) JOSEFA DA SILVA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012947-25.2008.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
QUATRO MARCOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS LOMBARDI SANT ANNA OAB - SP278607-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERMERCADO AGUA VERMELHA LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MOHAMAD RAHIM FARHAT OAB - MT2542-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) SUPERMERCADO AGUA VERMELHA LTDA - EPP para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015482-62.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO POMMOT MAIA (APELANTE)
MASSEY FERGUSON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ORLANDO CAMPOS BALERONI OAB - MT4849-O (ADVOGADO)
WILLIAM BEHLING PEREIRA DA LUZ OAB - MT207648-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MASSEY FERGUSON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (APELADO)
MARCO AURELIO POMMOT MAIA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM BEHLING PEREIRA DA LUZ OAB - MT207648-O (ADVOGADO)
ORLANDO CAMPOS BALERONI OAB - MT4849-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) MARCO AURELIO POMMOT MAIA para, no

prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0050066-53.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIA FRANCISCA SANTANA CAMPOS (APELADO)
BENEDITO DA COSTA CAMPOS (APELADO)
SILAS JUSTINIANO PEDRACA (APELADO)
IDAIR VALERIANA DA CRUZ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT9225-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BENEDITO DA COSTA CAMPOS e outros (3) para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Despacho Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007780-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
V2 TIBAGI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTICARTEIRA - NAO PADRONIZADO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREZ E SILVA OAB - PR78342 (ADVOGADO)
RODRIGO GOMES BRESSANE OAB - MT8616-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WLADIMIR NEVES PORTELA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - 008.487.391-40 (PROCURADOR)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial no Agravo de Instrumento n. 1007780-30.2019.8.11.0000 RECORRENTE (s): V2 TIBAGI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTICARTEIRA - NAO PADRONIZADO RECORRIDO (s): WLADIMIR NEVES PORTELA Vistos, etc. O Departamento Judiciário Auxiliar certificou que não foi recolhido o preparo recursal no ID 28206499. Diante disso, nos termos do Artigo 1.007, § 4º, do CPC, intime-se os recorrentes para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento, em dobro, do valor devido das custas, sob pena de deserção. Decorrido o prazo e havendo manifestação do recorrente, encaminhem-se os autos ao DEJAUX para certificar o efetivo pagamento. Após, intime-se o recorrido para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Despacho Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008317-95.2014.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO TADASHI KINFUKU (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN CARLO STAVARENGO OAB - MT21713-A (ADVOGADO)
VALTER STAVARENGO OAB - MT11665-O (ADVOGADO)
ROSANGELA PENDLOSKI OAB - MT3256-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HAMILTON MASSAHIRO MASUDA (APELADO)
PEDRO KIYOSHI KINFUKU (APELADO)
KOMAZO KINFUKU (APELADO)
JHONY YOSHIO KINFUKU (APELADO)
HISAKO KINFUKU (APELADO)
TAKESHI GERALDO KINFUKU (APELADO)
PAULO EIJI KINFUKU (APELADO)
JANETE MASSAMI KINFUKU DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NICOLAS MASSAHARU ISHITANI OAB - MT15285-A (ADVOGADO)
JOSE VALNIR TEXEIRA OAB - MT3624-A (ADVOGADO)
MARCIO RODE OAB - MT9447-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

VICE-PRESIDÊNCIA PJE N. 0008317-95.2014.8.11.0007. RECORRENTE: MARIO TADASHI KINFUKU. RECORRIDO: PEDRO KIYOSHI KINFUKU E OUTROS. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIO TADASHI KINFUKU, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Quanto ao pleito para a concessão dos benefícios da justiça gratuita postulada, observa-se que não há comprovação do alegado. Assim, intime-se a parte Recorrente para comprovar sua hipossuficiência financeira no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da gratuidade, conforme dispõe o artigo 99, § 2°, do CPC. Após, à conclusão. Cumpra-se. Publique-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 75508 / 2019
RAI AO STJ Nº 75508/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 49573/2018 - CLASSE: CNJ-417) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - ANDRÉ FELLIPE DE AMORIM (Advs: Dr(a). FRANCISVALDO PEREIRA DE ASSUNÇAO - OAB 12240/MT), AGRAVADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: AGRAVANTE(S):
ANDRÉ FELLIPE DE AMORIM
AGRAVADO(S):
MINISTÉRIO PÚBLICO
D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por ANDRÉ FELLIPE DE AMORIM com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 754/756 - TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019.Desa MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, Vice-Presidente
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 69756 / 2019
REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 69756/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 97277/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE ALTA FLORESTA
RECORRENTE(S) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, RECORRIDO(S) - MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA (Advs: Dr(a). NAIARA ROSSA MORELLO - PROCURADORA DO MUNICÍPIO - OAB 17433/MT), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GOSSO (Advs: Dr(a). BRENO BARRETO MOREIRA DE OLIVEIRA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001408)
Decisão: Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, III, do CPC, determino o sobrestamento do trâmite deste recurso até o pronunciamento definitivo do STF sobre a questão (Tema 1.002). Procedam-se às devidas anotações atinentes ao NUGEP. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 72745 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 72745/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 15724/2019 - CLASSE: CNJ-426) COMARCA DE COLNIZA
RECORRENTE(S) - ÂNTONIO PEREIRA RODRIGUES NETO (Advs: Dr(a). GILBERTO CARLOS DE MORAIS - OAB 25598/go), RECORRIDO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 64705 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 64705/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 117277/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER
RECORRENTE(S) - CÂNDIDO GUIMARÃES RODRIGUES (Advs: Dra. CRISTIANE MONTEIRO VIDAL - OAB 10112/MT, Dr(a). RICARDO VIDAL - OAB 2.679/MT), RECORRIDO(S) - ANA CARLOTA DE ALMEIDA E OUTRA(s) (Advs: Dr. JATABAIRU FRANCISCO NUNES - OAB 4903/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - MARCIA TERESA MULLER DE

ABREU LIMA (Advs: Dr. ALESSANDRO TARCÍSIO ALMEIDA DA SILVA - OAB 4677/MT, Dr(a). MAURICIO AUDE - OAB OAB/MT 4.667, Dr(a). SAMUEL RICHARD DECKER NETO - OAB 4965/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ANTONIO CARLOS CAPELETTI SANT´ANA (Advs: Dr. ELISEU CERISARA - OAB 324/mt), INTERESSADO(S) - HALLEY DIGITAL MÁQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA (Advs: Dra. CRISTIANE MONTEIRO VIDAL - OAB 10112/MT, Dr(a). RICARDO VIDAL - OAB 2.679/MT)
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 61794 / 2019
REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 61794/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 20533/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE ÁGUA BOA
RECORRENTE(S) - HAMILTON COSTA SANTANA (Advs: Dra. MÔNICA LARISSE ALVES ARAÚJO - OAB 14130/MT), RECORRIDO(S) - MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA (Advs: Dr. DIEGO MAYOLINO MONTECHI - OAB 12124/MT), RECORRIDO(S) - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (Advs: Dr. MURILLO ESPÍNOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB 3127-A/MT, Dra. OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB 4062/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68744 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 68744/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 52591/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA
RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). FABIO PAULINO CALUMBI - PROCURADOR FEDERAL - OAB 90014189), RECORRIDO(S) - EDINALDO ANTONIO DINIZ (Advs: Dr. RONALDO QUINTÃO - OAB 10058/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042836-57.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ANTONIO CARLOS DA SILVA (APELANTE)
ICATU SEGUROS S/A (APELANTE)
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
EDINEY DOMINGUES BARROS OAB - MT14282-O (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENAN DOMINGUES BARROS OAB - MT18538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. (APELADO)
ESPÓLIO DE ANTONIO CARLOS DA SILVA (APELADO)
ICATU SEGUROS S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
EDINEY DOMINGUES BARROS OAB - MT14282-O (ADVOGADO)
RENAN DOMINGUES BARROS OAB - MT18538-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FABIANA SALES DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ANTONIO CARLOS DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos da APELAÇÃO CÍVEL n. 0042836-57.2015.8.11.0041 Recorrente: ICATU SEGUROS S. A. Recorrido: ESPÓLIO DE ANTONIO CARLOS DA SILVA Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por ICATU SEGUROS S. A. (id 28277532) com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (id 20163494): “APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – RECUSA DO PAGAMENTO POR EMBRIAGUEZ DO SEGURADO CONDUTOR – AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO DEMONSTRADO – RECUSA INJUSTIFICADA – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. O fato de o segurado estar embriagado no momento em que ocorreu o acidente de automóvel que ocasionou a sua morte, não exclui, por si só, o direito do beneficiário à indenização do seguro, exceto quando esse fator promove significativo incremento do risco de ocorrência do sinistro, circunstância esta que não restou demonstrada. A recusa indevida/injustificada do pagamento da indenização securitária enseja reparação a título de dano moral por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário, estando caracterizado o dano in re ipsa. (AgRg no AREsp 595.031/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 08/08/2016).” (TJMT, RAC 0042836-57.2015.8.11.0041, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 18/10/2019) Os Embargos de Declaração id 20958459 e 21644490 foram rejeitados, conforme id 24128496. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão por suposta afronta ao artigo 768 do Código Civil, uma vez que o segurado agravou intencionalmente o risco objeto do contrato ao dirigir embriagado e acima do limite de velocidade permitido na via. Assevera que a Súmula n. 620 do STJ permite o overruling (superação do entendimento), relatando que “a análise pormenorizada desses julgamentos revela, que, todos eles, partiram ou concluíram com base em uma equivocada apreensão da orientação firmada pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na sua Carta Circular SUSEP/DETEC/GAB n° 08/2007 (“Carta Circular 08/07”), sobre o tema da alcoolemia nos contratos de seguro de pessoas. Admitiu-se a existência de uma vedação, aliás, de uma orientação da SUSEP, que vedaria a negativa do pagamento securitário mesmo em casos de comprovada embriaguez do segurado, o que jamais ocorreu”. Afirma que o reconhecimento de crime previsto no artigo 306 do Código Nacional de Trânsito permite a superação do entendimento exposto no acórdão recorrido. Recurso tempestivo e preparado, conforme certidões id 28312950 e 28388478. É o relatório. Decido. Estabelece o Art. 995, parágrafo único, do CPC, que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso”. Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente não demonstrou os requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo, uma vez que não apontou qualquer fundamento relacionado ao efeito suspensivo, deixando de apontar eventual probabilidade do direito ou perigo de dano. Dessa forma, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do Art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, retornando concluso o feito para análise da admissibilidade dos recursos interpostos. Observe a Secretaria a constituição do novo patrono, Dr. Daniel Matias Schmitt, anotando nos registros pertinentes. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003375-10.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
KAWANNY GRAZIELLY MACHADO OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINE DOURADO MACHADO ROCHA OAB - MT19105-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL (APELADO)
STA CASA DE MISERICORDIA E MATERNIDADE DE RONDONOPOLIS (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
WILZA APARECIDA LOPES SILVA OAB - SP173351-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DORISVAL ALVES TENORIO (TERCEIRO INTERESSADO)
ISABEL MARTINS DE SOUSA MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
. CÉLIO DAVID S. BORGES (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos da APELAÇÃO CÍVEL n. 1003375-10.2017.8.11.0003 Recorrente: KAWANNY GRAZIELLY MACHADO OLIVEIRA Recorrido: CENTRAL NACIONAL UNIMED – COOPERATIVA CENTRAL e OUTRO Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por KAWANNY GRAZIELLY MACHADO OLIVEIRA (id 28134992) com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (id 24504468): “APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – SERVIÇO HOSPITALAR – FALHA NA PRESTAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE PROVA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A indenização por ato ilícito exige a prova inequívoca da autoria, do dano, da culpa e do nexo de causalidade entre o dano e a culpa, ausentes tais elementos configuradores da responsabilidade civil, não há o dever de indenizar.” (TJMT, RAI 1003375-10.2017.8.11.0003, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/11/2019) Não foram apresentados Embargos de Declaração. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão, “a fim de que seja REFORMADA a sentença recorrida e arbitrariamente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, condenando as Recorridas ao pagamento de danos morais no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados por juros e multa desde a data do fato até do presente até o efetivo pagamento, conforme artigo 927 do Código Civil e 14 do Código de Defesa do Consumidor, caso Vossas Excelências assim não entendam, que condene em patamar aceitável para que haja o efeito punitivo da ação das Requeridas em detrimento a informações importantes de um recém-nascido, bem como preventivo perante a sociedade.” Não foi apontada nenhuma violação à dispositivo de Lei. Recurso tempestivo, conforme certidão id 28151474. Justiça gratuita deferida à parte Recorrente, conforme certidão id 28274498. É o relatório. Decido. Estabelece o Art. 995, parágrafo único, do CPC, que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso”. Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente não demonstrou os requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo, uma vez que não apontou qualquer fundamento relacionado ao efeito suspensivo, deixando de apontar eventual probabilidade do direito ou perigo de dano. E ainda, deixou de apontar a violação aos dispositivos de Lei, o que resulta na aplicação da Súmula n. 284 do STF. Dessa forma, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do Art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, retornando concluso o feito para análise da admissibilidade dos recursos interpostos. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1003955-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANELISE FERNANDES PINTO DE ARRUDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR RODRIGO TEOFILO DE CARVALHO OAB - MT8713-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 1003955-78.2019.8.11.0000 Recorrente: ANELISE FERNANDES PINTO DE ARRUDA Recorrido: MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por ANELISE FERNANDES PINTO DE ARRUDA (id 28121473) com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO assim ementado (id 25675997): “AGRAVO INTERNO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO POR MAIOR – ATINGIMENTO DE MAIORIDADE –ANÁLISE DA LIMINAR - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. 1- É cediço que não deve ser concedido o efeito suspensivo ao agravo de instrumento, quando ausentes os requisitos autorizadores da medida. 2- Não tendo a agravante apresentado qualquer argumento capaz de ensejar a modificação do julgado por esta Relatora, deve a decisão agravada ser mantida. 3. Recurso não provido.” (TJMT, RAI 1003955-78.2019.8.11.0000, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 25/11/2019) Não foram apresentados Embargos de Declaração. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão, sustentando que foi negada a tutela de urgência em Primeiro Grau e no Agravo de Instrumento. Assevera que há negativa de vigência dos art. 2º inc. I, art. 3º II, art. 5º inc. II, alinea "A" da Lei n° 3.373/58, e também do art. 33, § 3°, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser reconhecido o direito a continuar recebendo a pensão por morte de sua avó, que detinha sua guarda, até os 21 (vinte e um) anos. Afirma que a decisão recorrida é contrária à jurisprudência do STJ, devendo ser reformada para adequação. Recurso tempestivo e deferida a Justiça Gratuita, conforme certidões id 28402484 e 28413990. É o relatório. Decido. Alega a parte Recorrente que o acórdão recorrido afrontou dispositivo da Lei n. Lei n° 3.373/58 e do ECA, motivo pelo qual deve ser reformado. Estabelece o Art. 995, parágrafo único, do CPC, que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso”. Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente não demonstrou a probabilidade do direito invocado, uma vez que a decisão que está sendo recorrida é precária (provisória), incidindo, em tese, o óbice da Súmula n. 735 do STF, impedindo a concessão do efeito postulado. Dessa forma, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do Art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, retornando concluso o feito para análise da admissibilidade dos recursos interpostos. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006444-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)

BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO JOHN DEERE S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006444-88.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12545599): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006444-88.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353997). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486474). Contrarrazões (ID 27681972). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555450) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ. Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555450) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006444-88.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12545599): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando

atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006444-88.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353997). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486477). Contrarrazões (ID 27681981). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555450) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006388-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006388-55.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12521480): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006388-55.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353984). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486462). Contrarrazões (ID 27685453). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23640455). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja

suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521481) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521481) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário

1006388-55.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12521480): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006388-55.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353984). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486460). Contrarrazões (ID 27685457). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521481) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118).

(g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006396-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006396-32.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522952): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006396-32.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361462). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486482). Contrarrazões (ID 27681991). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23630487). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de

pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006396-32.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522952): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006396-32.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361462). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486483). Contrarrazões (ID 27681994). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006439-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO JOHN DEERE S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006439-66.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522962): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006439-66.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361455). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486465). Contrarrazões (ID 27685480). Pedido de efeito suspensivo

não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23636473). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522963) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522963) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006439-66.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522962): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006439-66.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361455). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486467). Contrarrazões (ID 27685485). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de

Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522963) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006423-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006423-15.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12521494): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006423-15.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353979). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486484). Contrarrazões (ID 27685463). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23608987). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521495) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521495) No entanto, para rever o entendimento firmado

no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006423-15.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12521494): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006423-15.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353979). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486460). Contrarrazões (ID 27685457). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12521495) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006396-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
INACIO JOSE WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA WEBLER (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006396-32.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522952): "AGRAVO DE

INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006396-32.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361462). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486482). Contrarrazões (ID 27681991). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23630487). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006396-32.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12522952): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006396-32.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21361462). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486483). Contrarrazões (ID 27681994). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se

verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12522953) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030154-80.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOLIDEZ TRANSPORTES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDUELLI CONDUTORES ELETRICOS LTDA - EPP (APELADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

VICE-PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL N. 0030154-80.2009.8.11.0041. RECORRENTE: SOLIDEZ TRANSPORTES LTDA. RECORRIDO: CONDUELLI CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA - EPP. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por SOLIDEZ TRANSPORTES LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra as decisões monocráticas proferidas nos ids. 15856471-TJ e 20972467-TJ. A parte Recorrente alega violação aos artigos 372 e 373, do CPC. Recurso tempestivo (id. 24849477-TJ). Contrarrazões no id. 28196999-TJ. É o relatório. Decido. Não exaurimento. Inadequação. Súmula 281 do STF A expressão "causas decididas em única ou última instância" contida no artigo 105, inciso III, da Constituição da República, pressupõe a existência de acórdão, o que significa que o decisum atacado deve ser proferido pelo colegiado. Dessa forma, tratando-se de decisão monocrática, imprescindível, primeiro, a provocação do Tribunal por meio de Agravo Interno sobre a questão suscitada, para que, só então, se possa cogitar o acesso às Instâncias excepcionais, como dispõe a Súmula 281 do STF. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RETENÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NA ORIGEM. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE DE ÊXITO RECURSAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA. 1. Cuida-se de reclamação que aponta usurpação de competência do Tribunal de origem pela retenção de agravo em recurso especial. 2. Em que pese, a princípio, esteja caracterizada a usurpação de competência, carece a reclamante do necessário interesse de agir, tendo em vista a ausência de probabilidade de êxito recursal. Isso porque o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática, sendo, portanto, manifestamente inadmissível, à luz do disposto no art. 105, III, da CF/88 e na Súmula 281/STF. 3. O interesse de agir repousa na verificação da utilidade e da necessidade do pronunciamento judicial pleiteado. Nessa linha, eventual acolhimento da reclamação não traria à reclamante qualquer utilidade, pois sua situação processual, do ponto de vista prático, não se tornaria melhor com a subida do agravo em recurso especial. 4. Agravo interno não provido". (AgInt na Rcl 34.077/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 13/04/2018)." "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS NA ORIGEM REJEITADOS MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA Nº 281/STF. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. O recurso extraordinário é inadmissível quando interposto após decisão monocrática proferida pelo relator, haja vista que não esgotada a prestação jurisdicional pelo Tribunal de origem. Incidência da Súmula nº 281/STF. 2. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais indicados como violados, carecem do necessário prequestionamento. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 3. A análise das questões relativas à legitimidade ad causam, à existência de dano moral indenizável e ao quantum indenizatório encontra óbice nas Súmulas 636 e 279/STF. 4. Agravo regimental não provido. (STF ARE 866925 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 12/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-109 DIVULG 08-06-2015 PUBLIC 09-06-2015)." Da análise do caderno processual, verifica-se que o objeto recursal consiste em decisão monocrática proferida no Recurso de Apelação Cível, situação que acarreta o não cabimento do Recurso Especial no caso concreto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002830-76.2007.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL KOHLER (APELANTE)
EDEMAR GERSON KNUTZEN (APELANTE)
JOSE FABRINI (APELANTE)
WILSON DELMIR FUCKS (APELANTE)
NORMA NIENOW (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO DA CUNHA MARINHO OAB - SP202844-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
AGEVAL ARMAZENS GERAIS VALE AZUL LTDA (TERCEIRO

INTERESSADO)
COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA CANARANA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 0002830-76.2007.8.11.0012. RECORRENTE: WILSON DELMIR FUCKS. RECORRIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por WILSON DELMIR FUCKS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 20476491-TJ): "AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DE TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DEVIDA PELOS EXECUTADOS – NOMEAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CURADORA ESPECIAL – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA – INEXISTÊNCIA DE CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA DO TRÂNSITO EM JULGADO – APELAÇÃO PROVIDA – ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – DESCABIMENTO – SÚMULA Nº 568 DO STJ – REDISCUSSÃO DO CONTEÚDO DECIDIDO – MESMOS FUNDAMENTOS ANTERIORMENTE APRESENTADOS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS CAPAZES DE MODIFICAR O DECISUM – MANIFESTA INADMISSIBILIDADE – ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC/15 – APLICAÇÃO DE MULTA – ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/15 – RECURSO INADMITIDO. Se a parte agravante se limitou a rediscutir o mesmo conteúdo objeto da decisão agravada que monocraticamente deu provimento ao recurso de apelação, para afastar a prescrição reconhecida em primeiro grau, em razão da ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública acerca do trânsito em julgado, trazendo à discussão os mesmos fundamentos anteriormente apresentados, não cumprindo o disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC/15, o recurso não deve ser admitido. À vista da Súmula nº 568 do STJ, é cabível o julgamento monocrático do recurso de apelação cível quando tratar-se de matéria cujo entendimento já se encontra consolidado neste Tribunal ou no Superior Tribunal de Justiça, mormente se a parte agravante sequer demonstra efetivo prejuízo no julgamento monocrático, aplicando-se à hipótese o princípio da Pas de Nullité Sans Grief. Sendo o recurso manifestamente inadmissível, deverá ser aplicada a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/15, a ser arbitrada no momento do julgamento, caso haja unanimidade na votação. (N.U. 0002830-76.2007.8.11.0012, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 23/10/2019)." A parte Recorrente alega violação ao artigo 206, §5º, do CC. Recurso tempestivo (id. 24847974-TJ). Contrarrazões no id. 26748950-TJ. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Não recolhimento da multa do artigo 1021, §4º, do CPC. O recorrente, quando condenado ao pagamento da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, somente poderá interpor Recurso Especial se realizar o depósito do valor correspondente à sanção pecuniária que lhe foi imposta, cuja comprovação consiste em pressuposto objetivo de recorribilidade expressamente reconhecido pelo STJ: Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADO. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA. 1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente o fundamento da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º). 2. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no montante equivalente a 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei. 3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa." (AgInt no AREsp 1419184/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019). "AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ART. 544, § 4º, I, DO CPC DE 1973. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inc. I, do CPC de 1973 e art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes. 2. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º, do citado artigo de lei. 3. Agravo interno não provido, com aplicação de multa." (AgInt no AREsp 1032891/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 09/05/2017). Diante dessas ponderações, cumpre anotar que o acórdão proferido no presente Agravo Interno, aplicou multa de 2% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 1.021, § 4º, do CPC. Dessa forma, em análise ao caso concreto, observa-se que não há nos autos comprovante de depósito concernente à multa aplicada no Agravo Interno. Logo, ausente um dos requisitos de admissibilidade recursal. Insta consignar que foi oportunizado ao Recorrente o recolhimento da multa (id. 27371464-TJ), sendo a mesma recolhida erroneamente, por duas vezes, conforme id. 24908016-TJ e id. 28079960. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0033515-61.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAIQUE WELLINGTON MAGALHAES DE ARRUDA (APELADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

VICE-PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS AUTOS DE APELAÇÃO CIVEL N. 0033515-61.2016.8.11.0041. RECORRENTE: UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. RECORRIDO: CAIQUE WELLINGTON MAGALHÃES DE ARRUDA. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 17898483-TJ): "APELAÇÃO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS – PLANO DE SAÚDE – REALIZAÇÃO DE EXAME – INDICAÇÃO MÉDICA - NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO – DANO MORAL – CARACTERIZADO – QUANTUM FIXADO – ADEQUADO – HONORÁRIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA – POSSIBILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Os planos de saúde podem estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não podem limitar o tratamento a ser utilizado pelo paciente. O valor arbitrado a título de danos morais deve levar em conta tanto a capacidade econômica do ofensor quanto as condições do ofendido, a fim de atender o caráter reparatório e pedagógico da sanção. O STJ já afirmou que "são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante. Eles não são devidos apenas quando a Defensoria atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte". (N.U. 0033515-61.2016.8.11.0041, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, julgado em 02/10/2019)." O recurso de Embargos de Declaração restou assim ementado (id. 24123964-TJ): "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS – PLANO DE SAÚDE – REALIZAÇÃO DE EXAME – INDICAÇÃO MÉDICA -

NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO – DANO MORAL – CARACTERIZADO – QUANTUM FIXADO – ADEQUADO – HONORÁRIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA – POSSIBILIDADE – RECURSO DESPROVIDO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS - MAJORAÇÃO DEVIDA - RECURSO PROVIDO. Embargos de declaração providos para sanar omissão quanto à majoração dos honorários advocatícios em fase recursal (art. 85, §11, do CPC). (N.U. 0033515-61.2016.8.11.0041, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, julgado em 13/11/2019).” A parte Recorrente alega violação ao artigo 10, §1º, da Lei nº 9.656/98, e aos artigos 186 e 927, do CC, uma vez que o mero descumprimento de cláusula contratual controvertida não enseja a condenação por dano moral. Recurso tempestivo (id. 19137482-TJ). Contrarrazões no id. 19887451-TJ. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o entendimento do STJ. Súmula 83 do STJ A Súmula 83 do STJ preconiza que “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”. In casu a Recorrente sustenta que o plano de saúde contratado pela parte recorrida exclui expressamente o exame da cobertura contratual, bem assim que o referido serviço não está previsto no rol de procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS. No acórdão impugnado ficou consignado que: “Em que pesem as alegações da apelante, há que ser mantida a r. sentença recorrida. Verifica-se que os relatórios médicos colacionados (ID 13009496) indicam a necessidade de realização do exame para prescrição do tratamento adequado ao caso. Assim, embora admitida a possibilidade de o contrato de plano de saúde conter cláusulas que limitem os direitos do consumidor, é abusiva a cláusula que exclui da cobertura do plano procedimento necessário para a realização de tratamento de doenças previstas no mesmo. Nesse sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. NEGATIVA DE COBERTURA. ABUSIVIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e as cláusulas contratuais pactuadas entre as partes (Súmulas 5 e 7/STJ). 3. É abusiva a cláusula que exclui da cobertura do plano de saúde procedimento ou medicamento necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no referido plano. Precedentes. 4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Consoante entendimento pacificado no STJ, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 6. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp 1311530/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019) Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que os planos de saúde podem estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não podem limitar o tratamento a ser utilizado pelo paciente. É o entendimento do STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL DA QUAL SUSTENTA VIOLAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 2. ARTROSCOPIA E MOSAICOPLASTIA DO JOELHO. LISTA DE PROCEDIMENTOS DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. 3. DANO MORAL. CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. 4. MINORAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A não indicação, na petição de recurso especial, do dispositivo legal relacionado à lei federal supostamente violada, atrai a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. A jurisprudência desta Corte já firmou o entendimento no sentido de que a "operadora de plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não podem limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente. Dessa forma, sendo fato incontroverso a cobertura securitária para a enfermidade em questão, inviável a insurgência da recorrente pretendendo limitar o tipo de tratamento a que deve se submeter o paciente." (AgInt no AREsp 1.072.960/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/6/2017, DJe 8/9/2017). 2.1. Também está firmada a orientação de que é inadmissível a recusa do plano de saúde em cobrir tratamento médico voltado à cura de doença coberta pelo contrato sob o argumento de não constar da lista de procedimentos da ANS, pois este rol é exemplificativo, impondo-se uma interpretação mais favorável ao consumidor. 3. Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que caracteriza ato ilícito, passível até mesmo de reparação moral, a recusa injustificada em cobrir exame médico essencial ao diagnóstico e tratamento de doença coberta pelo plano de saúde. Incidência da Súmula n. 83/STJ. 4. Aplica-se a Súmula n. 7/STJ também à pretensão de reexame do quantum indenizatório fixado pela origem, sendo tal providência admitida apenas quando o montante for estabelecido em patamar excessivo ou irrisório, situação que não se verifica no caso concreto, em que se fixou o montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1328258/AL, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018) AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AOS ARTS. 2º E 12 DA LEI 6.360/76. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. NATUREZA ABUSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do NCPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação. 2. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido no recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco alvo dos embargos de declaração opostos, para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. 3. De acordo com a orientação jurisprudencial do STJ, o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma, sendo abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento domiciliar quando essencial para garantir a saúde ou a vida do segurado. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1302405/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. NEGATIVA DE COBERTURA. ABUSIVIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e as cláusulas contratuais pactuadas entre as partes (Súmulas 5 e 7/STJ). 3. É abusiva a cláusula que exclui da cobertura do plano de saúde procedimento ou medicamento necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no referido plano. Precedentes. 4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Consoante entendimento pacificado no STJ, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 6. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp 1311530/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019) Assim, verifica-se que o contrato em apreço, Cláusula 10.6.2, letra “b”, que trata dos Serviços Complementares de Diagnóstico e Tratamentos; Exames Especializados, remete ao Rol de Procedimentos do CONSU e de Resoluções da ANS que elenca que os casos em que há cobertura para o exame prescrito, vale dizer, câncer pulmonar, linfoma, câncer colo-retal, nódulo pulmonar, câncer de mama metastático, câncer de cabeça e pescoço, melanoma e câncer de esôfago. Ressalta-se que STJ entende que o Rol de

Procedimentos do CONSU e de Resoluções da ANS é exemplificativo, porquanto não se pode excluir um tratamento simplesmente por não constar na lista da ANS. Nessa linha: AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO CONTRATUALMENTE. DOENÇA COBERTA PELO PLANO. LISTA DE PROCEDIMENTOS DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que, embora não seja vedada a inclusão de cláusulas restritivas no contrato de plano de saúde, é abusiva aquela que exclui o custeio dos meios e materiais necessários ao melhor desempenho do tratamento indicado pelo médico, voltado à cura de doença com cobertura contratual. 2. Está pacificado neste Tribunal o entendimento de que não se pode excluir um tratamento simplesmente por não constar da lista de procedimentos da ANS, haja vista se tratar de rol meramente exemplificativo e que, por isso, não afasta o dever de cobertura do plano de saúde. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1760883/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 20/08/2019) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. NEGATIVA DE COBERTURA. CLÁUSULA LIMITATIVA E AUSÊNCIA NO ROL DA ANS NÃO JUSTIFICA A RECUSA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO INDICADO PELO MÉDICO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. TRATAMENTO. NEGATIVA NO FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS INDICADOS POR MÉDICO. DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. CABIMENTO. PRECEDENTES. VALOR. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1448210/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019) Ainda: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. CONTRATOS DE CONSUMO. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA EXAME. ROL ANS. NÃO TAXATIVIDADE. SENTENÇA MANTIDA. Aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor à relação havida entre as partes, nos termos do Enunciado nº 608 da Súmula do STJ. A controvérsia consiste no direito do autor de ver coberto pelo plano de sáude contratado o exame requerido por seu médico de Análise de Perfil Farmacogenético para o Uso de Antidepressivos e Reguladores de humor. Rol de procedimentos da ANS não possui taxatividade nem representa exclusão tácita de cobertura contratual. Não incumbe aos planos de saúde limitar o tipo de tratamento que será prescrito, incumbência essa que pertence ao profissional da medicina que assiste o paciente. Sentença mantida. Honorários recursais fixados. RECURSO DESPROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70081462954, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marlene Marlei de Souza, Julgado em: 29-08-2019) Ademais, não há cláusula expressa no contrato que exclua o tratamento de câncer no pulmão e coração. Dessa forma, as cláusulas contratuais relativas à cobertura nos contratos de assistência médica e hospitalar (plano de saúde) devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao paciente, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana e do direito constitucional à saúde. Assim, restou demonstrada a abusividade da restrição imposta pela requerida." Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO DOMICILIAR (HOME CARE). AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. 1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura, motivo porque deve arcar com as despesas relativas ao tratamento médico domiciliar (home care). Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1181543/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 01/08/2018)". "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a ausência de determinado procedimento médico no rol da ANS não afasta o dever de cobertura por parte do plano de saúde, quando necessário ao tratamento de enfermidade objeto de cobertura pelo contrato. Precedentes. 2. Nesse contexto, derruir as conclusões do decisum atacado, no sentido de que houve abusividade na recusa, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 desta Corte. 3. Agravo interno desprovido." (AgInt no AREsp 1452700/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019) (g.n.)" Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta ao artigo 10, §1º, da Lei nº 9.656/98, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a", conforme disposto no Enunciado nº 16 da Reunião dos Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil: "É aplicável a Súmula 83 do STJ ao recurso especial interposto com fundamento na alínea 'a' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal". Diante desse quadro, inviável a admissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. Assim, ao alegar violação aos artigos 186 e 927, do CC, a parte recorrente sustenta que não há falar em ato ilícito passível de indenização, uma vez que o mero descumprimento de cláusula contratual controvertida não enseja a condenação por dano moral. No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO. DEMORA. DANO MORAL. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. PARÂMETROS DESTA CORTE. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ. 3. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R$ 8.000,00 (oito mil reais). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1173569/PB, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 03/04/2018) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão fracionário deste Tribunal, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se, Intimem-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018548-21.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLORISVALDO PEREIRA LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)
GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA OAB - MT8575-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RAYANNY LIVIA MIRANDA NOCETI OAB - MT18652-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial em Apelação Cível n. 0018548-21.2010.8.11.0041 RECORRENTE FLORISVALDO PEREIRA LIMA RECORRIDO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (ID 24458961) interposto por FLORISVALDO PEREIRA LIMA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado (ID 15931492): "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA – TENTATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL - ENDEREÇO INSUFICIENTE – MUDANÇA PARA OUTRO ESTADO – LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA - PROVA PERICIAL NÃO REALIZADA - EXAME

IMPRESCINDÍVEL PARA A SOLUÇÃO DA DEMANDA – NÃO COMPROVAÇÃO DO DIREITO ALEGADO - RECURSO NÃO PROVIDO. Nas ações de seguro obrigatório DPVAT, a perícia médica é imprescindível para o arbitramento do valor da indenização, nos termos da Súmula 474 do STJ. Se o autor não comparece àquele ato e nem impugna a decisão que o deferiu, fica caracterizada a ausência de prova constitutiva do direito vindicado, ônus que lhe é incumbido (art. 373, I, do CPC), o que impõe a improcedência da lide." (N.U 0018548-21.2010.8.11.0041, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 18/09/2019) Os Embargos de Declaração ID 17471511 foram rejeitados conforme ementa de ID 20423479. Alega violação aos artigos 485, §1º, 487, inciso I, e 1.022 do Código de Processo Civil, aduzindo que fora intimado da perícia médica por meio do seu patrono e não pessoalmente, bem como que instruiu a exordial comprovando o acidente, atendimento médico-hospitalar e, laudo pericial, atestando invalidez permanente. Recurso tempestivo (ID 24600494). O Recorrente é beneficiário da justiça gratuita (ID 24676983). Contrarrazões juntadas conforme ID 27757992. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione à questão discutida neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, incidindo, in casu, o disposto no artigo 1.030, V, "a", do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos Vislumbra-se dos autos, provável ofensa a jurisprudência pacífica do STJ no sentido de que, recaindo a perícia sobre a própria parte, é necessária a sua intimação pessoal, não por meio do seu advogado, uma vez que se trata de ato personalíssimo, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - AUTORA MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ - PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA - NÃO COMPARECIMENTO DA AUTORA - INTIMAÇÃO POR INTERMÉDIO DO ADVOGADO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - APELAÇÃO DESPROVIDA. IRRESIGNAÇÃO DA DEMANDANTE. Hipótese: Cinge-se a controvérsia a decidir se é necessária a intimação pessoal da parte para o comparecimento na perícia médica, que recaia sobre a própria parte, ou se a intimação pode se dar por intermédio do advogado. 1. O ato processual ora analisado se trata de intimação para a prática de uma conduta pessoal da parte, qual seja, o comparecimento para a realização da perícia médica, portanto trata-se de ato personalíssimo. 1.1. Não pode a intimação ser feita ao representante processual, se o ato deve ser pessoalmente praticado pela própria parte, como é o caso dos autos. 2. Recaindo a perícia sobre a própria parte, é necessária a sua intimação pessoal, não por meio do seu advogado, uma vez que se trata de ato personalíssimo. Precedente. 3. Recurso especial provido." (REsp 1364911/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016) A parte Recorrente defende que a intimação para o comparecimento à perícia médica, designada pelo juízo, deve ser pessoal, e não por intermédio de advogado. Observa-se, portanto, que houve o devido prequestionamento da questão acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356 do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Em interpretação conjunta do art. 1.034, parágrafo único, do CPC e Súmula 292/STF, fica dispensado o exame dos demais dispositivos supostamente violados. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IX

Decisão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0049869-98.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO DALFITO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial n. 0049869-98.2015.811.00041 - PJE Recorrente: ESTADO DE MATO GROSSO Recorrido: ALEX SANDRO DALFITO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO assim ementado (ID. 8721865): "AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – URV - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO- PEDIDO DE RETRATAÇÃO DA DECISÃO – IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - RECURSO DESPROVIDO. 1.Não se opera a prescrição do fundo de direito nos casos em que se busca o pagamento de diferenças salariais decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão-somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula n. 85 desta Corte. 2.Agravo Interno desprovido. (RAC nº 0049869-98.2015.811.0041, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 05/08/2019). O Recorrente alega violação aos artigos 189 do Código Civil e 1º do Decreto nº 20.910/32, sustentando que conforme o entendimento do STF, as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, o que fulmina a pretensão autoral nos cinco anos subsequentes à reestruturação, não havendo falar em trato sucessivo, bem como apontou dissídio jurisprudencial em relação à mesma matéria, argumentando que enquanto o acórdão recorrido aplicou a prescrição de trato sucessivo, com incidência da Súmula nº 85 do STJ, o acórdão paradigma entendeu incidir a prescrição de fundo de direito, cujo termo inicial é a reestruturação de carreira dos servidores públicos. Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados pelo acórdão proferido no ID. 20926486. Recurso tempestivo (ID. 23213478). Sem contrarrazões (ID. 28148986). É o relatório. Decido. Não aplicação da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ. Súmula 83 do STJ. A Súmula 83 do STJ preconiza que "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". A parte Recorrente sustenta violação aos artigos 189 do Código Civil e 1º do Decreto nº 20.910/32, alegando que as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, o que fulmina a pretensão autoral nos cinco anos subsequentes à reestruturação, não havendo falar em trato sucessivo, apontando, ainda, dissídio jurisprudencial em relação à mesma matéria. A questão foi expressamente analisada pelo acórdão recorrido, como se observa dos seguintes trechos: "O ESTADO DE MATO GROSSO, de forma retorica e insistente, requer o reconhecimento da prescrição do fundo de direito, para a percepção de vantagens decorrentes da URV, ao argumento que é inaplicável o Enunciado Sumular n.º 85/STJ. Ressalta, ainda, que o entendimento desta Corte de Justiça está contrário ao propalado pelo Superior Tribunal de Justiça. O recurso não merece prosperar, haja vista que os argumentos deduzidos, não são suficientes a infirmar a decisão monocrática hostilizada. Isso porque, encontra-se em harmonia com a jurisprudência hodierna do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual não se opera a prescrição do fundo de direito, nos casos em que se busca o pagamento de diferenças salariais decorrentes da errônea conversão em URV, atingindo apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, pois se trata de relação de trato sucessivo, conforme preconizado na Súmula 85/STJ. Para corroborar o alegado, colacionado recente jurisprudência da Corte de Justiça, que analisou situação homologa oriunda deste Sodalício, in verbis: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA DE CRUZEIRO REAL EM URV. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. O entendimento

perfilhado no acórdão a quo encontra-se em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte no sentido de que, nas ações em que se busca o pagamento das diferenças salariais decorrentes da edição da Lei 8.880/1994, a relação é de trato sucessivo, incidindo a prescrição tão somente sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, conforme disposto na Súmula 85/STJ. [...]. 3. Agravo interno não provido.(STJ - AgInt no AREsp: 1324782 MT 2018/0171467-2, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 13/12/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2019). Cito ainda, os seguintes julgados, no sentido de que não se opera a prescrição de fundo, in literris: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. URV. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOTÓRIO. 1. Deve ser rejeitada a tese de não conhecimento do recurso especial, uma vez que nas situações de notória divergência jurisprudencial, é possível a mitigação dos requisitos formais de admissibilidade do recurso especial previstos na legislação processual. 2. Conforme precedentes deste Superior Tribunal, nas ações que tratam de diferenças salariais decorrentes da conversão em URV, não ocorre a prescrição do próprio fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da demanda, conforme preconizado na Súmula 85/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento.(STJ - AgInt no REsp: 1698072 SP 2017/0230193-2, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 20/02/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/03/2018). ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM URV. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta Corte, segundo a qual não se opera a prescrição do fundo de direito nos casos em que se busca o pagamento de diferenças salariais decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão-somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula 85 desta Corte (AgInt no REsp. 1.694.727/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 21.2.2018). 2. Agravo Interno do Município de São Paulo a que se nega provimento.(STJ - AgInt no REsp: 1476171 SP 2014/0214573-9, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 22/03/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/04/2018) Com isso, observa-se que o entendimento lançado no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência pacífica de que nas demandas em que se busca o reconhecimento de diferenças salariais advindas de errônea conversão da moeda a prescrição atinge tão somente as parcelas anteriores aos 5 (cinco) anos que antecederam à data da propositura da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ, uma vez que a relação jurídica existente é de trato sucessivo, que se renova mês a mês. Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos 189 do Código Civil e 1º do Decreto nº 20.910/32, visto que os entendimentos expostos no acórdão recorrido encontram-se em sintonia com as orientações sedimentadas no STJ, o que obsta a admissibilidade do presente recurso. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula nº 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a", conforme disposto no Enunciado nº 16 da Reunião dos Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil: "Enunciado nº 16 - É aplicável a Súmula 83 do STJ ao recurso especial interposto com fundamento na alínea 'a' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal". Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013373-74.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE SÉRGIO BACON (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON CESAR MELO FARIA OAB - MT6474-O (ADVOGADO)
TIANE VIZZOTTO OAB - MT12679-O (ADVOGADO)
NEVIO MANFIO OAB - MT16226-B (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTIANE HECK OAB - MT16253-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE NAIARA PEREIRA DE SA (AGRAVADO)
L. J. H. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL BARION DE PAULA OAB - MT11063-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ALINE NAIARA PEREIRA DE SA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
LOURDES MARIA GAIO BACON (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial nº 1013373-74.2018.811.0000 RECORRENTE: ESPÓLIO DE SÉRGIO BACON RECORRIDO: ALINE MAIARA PEREIRA DE SÁ e L.J.H. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESPOLIO DE SÉRGIO BACON, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID. 16993986): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – MORTE DO PAI E MARIDO DOS AUTORES - ALIMENTOS PROVISIONAIS – ARTIGO 300 DO CPC – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS – TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA – CABIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. Uma vez preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC, a concessão da tutela de urgência para compelir o recorrente ao pagamento dos alimentos provisionais, conforme artigos 186, 927 e 948, inciso II, todos do Código Civil, a manutenção da decisão é medida que se impõe. (TJMT, RAI nº 1013373-74.2018.811.0000, Desa. Antônia Siqueira Gonçalves, Terceira Câmara de Direito Privado, julgado em 18/09/2019). " O Recorrente sustenta violação ao artigo 489, incisos I e IV do Código de Processo Civil, do acórdão que manteve decisão de 1º grau que determinou o pagamento de alimentos provisórios no valor de 10.000,00 (dez mil reais), em decorrência do acidente de trânsito que levou a óbito o pai e marido dos recorridos/agravados, pugnando pela reforma do julgamento, para que seja estabelecido o valor no patamar de dois terços do salário mínimo, posto que exacerbado. Recurso tempestivo (ID. 24341956). Contrarrazões (ID. 27936487). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Compulsando os autos, verifica-se a inexistência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Ato decisório não definitivo. Súmula 735 do STF. Aplicação analógica. Nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça a aplicação e a uniformização da interpretação de normas infraconstitucionais, não sendo possível o cabimento de Recurso Especial contra acórdão proferido em sede de tutela provisória, ante o caráter precário da decisão. In casu, o órgão fracionário deste Tribunal manteve a decisão de Primeiro Grau que deferiu parcialmente a tutela provisória de urgência para determinar que, em virtude de acidente de trânsito envolvendo os litigantes, o Recorrente efetue o pagamento de alimentos provisórios mensais à parte Recorrida no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Insta esclarecer que o processo ainda está pendente de julgamento do mérito da demanda. Neste caso, a decisão é provisória, incidindo, por analogia, a Súmula n. 735/STF, segundo a qual, "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (ART. 544 DO CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 522 DO CPC) INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE APRECIOU ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL. MANUTENÇÃO DO DECISUM PELO TRIBUNAL. INSURGÊNCIA QUE SE LIMITA AO MÉRITO DISCUTIDO NA AÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DA QUESTÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. JUÍZO PROVISÓRIO. AUSÊNCIA DE "CAUSA DECIDIDA". INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 735/STF. 1. O recurso especial interposto contra aresto que julgou a antecipação de tutela ou liminar deve limitar-se aos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência, notadamente em casos em que o seu deferimento ou indeferimento importa ofensa direta às normas legais que disciplinam tais medidas. Dessa forma fica obstada a análise de suposta violação de normas infraconstitucionais relacionadas ao mérito da ação principal, porquanto as instâncias ordinárias não decidiram definitivamente sobre o

tema, sendo proferido, apenas e tão somente, um juízo provisório sobre a questão. 2. "Não pode ser conhecido o recurso especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Quanto a tal matéria, somente haverá 'causa decidida em única ou última instância' com o julgamento definitivo". (REsp 765.375/MA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 176) 3. Inteligência da Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". 4. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1321619/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 26/02/2019) – destaquei. "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 1.022, I, E III, E 1.026, § 1º, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO DECISUM QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 735 DA SÚMULA DO STF. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ANTE A PRESENÇA DE RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. A recorrente não demonstrou de que modo os arts. 1.022, I, e III, e 1.026, § 1º, do CPC/2015 foram violados pelo acórdão recorrido, porquanto não indicados, na petição de recurso especial, os pontos do acórdão embargado tidos como omissos, obscuros ou contraditórios. Dessa forma, a fundamentação apresentada no recurso se mostra deficiente, dada a alegação genérica de afronta a dispositivo de lei federal, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. Consoante a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial postulando o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, pois esta possui natureza precária e provisória do juízo de mérito, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância a quo. Dessa forma, configura-se a ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento das instâncias ordinárias, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária, o que atrai a aplicação analógica da Súmula 735/STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar." 3. A análise do preenchimento ou não dos requisitos da tutela de urgência demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ. 4. Agravo interno improvido." (STJ, AgInt no AREsp 1346554/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019) – destaquei. Portanto, no tocante à aventada violação aos artigos ora mencionados, inadmissível o recurso, face ao óbice da Súmula 735/STF. Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011799-16.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITORIOS DO AGRONEGOCIO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS HOKUMURA REIS OAB - SP192158 (ADVOGADO)
SIDNEY PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - SP182679-O (ADVOGADO)
GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI OAB - SP276388 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO MUSSI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 1011799-16.2018.8.11 Recorrente: LEANDRO MUSSI. Recorrido: ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por LEANDRO MUSSI com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (ID n. 20966471): "PRODUTOR RURAL – SUSPENSÃO DAS AÇÕES EXECUTIVAS – INVIABILIDADE – PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL INDEFERIDO POR ESTA CORTE DIANTE DO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 48 DA LEI 11.101/2005 – RECURSO PROVIDO. A suspensão das ações de execução é um "benefício" deferido àquele que teve seu pedido de processamento da recuperação judicial deferido, o que não é o caso dos autos, visto que o agravado não preencheu os requisitos mínimos para tanto (art. 48, Lei nº 11.101/05), razão pela qual deve ser retomado os procedimentos extrajudiciais condizentes.." (TJMT, RAI 1011799-16.2018.8.11.0000, DESA. NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 22/10/2019) Não foram apresentados Embargos de Declaração. A parte Recorrente apresentou seu Recurso Especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão ante suposta afronta à literalidade do art. 48 da Lei 11.101/05 e, por conseguinte, para que fosse mantida a decisão de 1º grau, haja vista a necessidade de proteger ativo essencial do produtor rural, que buscou sua recuperação judicial em cumprimento aos requisitos da Lei 11.101/05, especialmente o biênio de atividade exigido pelo art. 48, que não se faz pelo registro na Junta Comercial e sim, pela comprovação efetiva da atividade profissional organizada, tal como orienta os Enunciados 96 e 97 da III Jornada de Direito Comercial, refletindo, inclusive, a tese fixada pelo REsp 1.193.115-MT, que originalizou a pacificação do tema por onde a questão foi aventada, cujo entendimento é esposado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos termos dos 32 agravos de instrumento já julgados naquele sodalício, como, também, no Tribunal de Justiça do Paraná (AI 0001366-92.2019.8.16.0000), no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (AI 0300929-20.2016.8.05.0022) e no Tribunal de Justiça de Goiás (Ap. Cív. 349897-45.2015.8.09.0074 (201593498977), e, finalmente, em apoio à decisão colegiada oriunda do REsp 1.800.032 e, ainda, com base nas doutrinas do Professor Fábio Ulhoa Coelho e Manoel Justino Bezerra Filho, que se contrapõem, de modo bem substancial, um-a-um todos os fundamentos do acórdão recorrido. Afirma que a decisão recorrida autoriza a retomada do procedimento de consolidação da posse dos bens essenciais ao futuro da Recuperação Judicial, demonstrando o periculum in mora. Assevera que o fumus boni juris resta aparente, pela tese fixada pelo Resp n. 1193115/MT, que originalizou a pacificação do tema por onde a questão, objeto dos autos, foi aventada. Em relação ao mérito do recurso especial, assevera que "muito embora o credor esteja autorizado pelo art. 26 da Lei 9.514/1997 a realizar a notificação extrajudicial do devedor e, assim, em caso de não pagamento, proceder à consolidação do imóvel, há uma estrutura normativa especial decorrente da parte final do § 3.º do art. 49, da Lei 11.101/05, em harmonia com a jurisprudência do STJ, que impede a prática deste ato quando o ativo que se busca a expropriação possui nítida operacionalidade à Recuperação Judicial e ao próprio empreendimento, estabelecendo o legislador, ainda, o meio adequado para o proprietário do bem, inclusive o fiduciário, em solicitar a restituição do ativo (LRE - art. 85), ainda que sobre este ponto repouse discussão jurídica sobre o deferimento do processamento da recuperação judicial, já que há de se preservar o futuro da recuperação judicial, caso confirmada pelo c. STJ." Recurso tempestivo e preparado, conforme certidões id n. 25272993 e 24816486. É o relatório. Decido. Estabelece o artigo 995, parágrafo único, do CPC, que "A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso". Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente aponta a existência de julgamento do REsp n. 1800032/MT, além da prolação dos enunciados n. 96 e 97, aprovados na III Jornada de Direito Comercial realizado pelo STJ e Conselho da Justiça Federal, afirmando que tais fundamentos seriam aptos a confirmar a probabilidade do direito invocado. Assevera que não existe qualquer dispositivo legal que obrigue a observância do biênio legal apontado no acórdão, pugnando pelo reconhecimento de afronta aos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005, assim como artigos 966 e 971 do

Código Civil. Aponta que o AI 2205990-27.2018.8.26.0000, elencado como paradigma, oriundo do TJSP, traz como fundamento a tese de que, para fins de recuperação judicial, prescinde de registro do produtor rural perante a Junta Comercial, sustentando que a interpretação do Eg. TJMT está em desarmonia com os demais Tribunais de Justiça. Aduz que deve ser aplicado o melhor direito à espécie, nos termos da Súmula n. 456 do STF. Por fim, diz que "todas as decisões que analisaram a matéria recentemente estarem suspendas por ordem do STJ (TP's 2017, 2196, 2210) e TutProv nos Resp's 1.798.642, 1.810.379, 1.805.457 e no REsp 1.846.218, sendo que neste último o preclaro Ministro Marco Buzzi considerou o precedente do REsp 1.800.032, aqui avocado, como paradigma a ser seguido". Insta esclarecer que, embora exista posicionamento no STJ que albergue a possibilidade de êxito das teses expostas neste recurso, supostamente confirmando a probabilidade do direito invocado, o REsp 1.846.218/MT, que foi mencionado pela parte Recorrente, não se amolda ao caso em discussão nos autos, até porque ali não se discute a necessidade de cumprir o biênio de inscrição na Junta Comercial, mas sim, saber se a inscrição comercial deve se relacionar com o objeto da atividade empresarial exercida pelo produtor rural, nos termos do acórdão proferido nos autos n. 1010794-56.2018.8.11.0000. Ou seja, são situações distintas. Importante observar, ainda, que no presente recurso a recuperação judicial, em si, não é o cerne da discussão, mas sim a possibilidade de constrição dos imóveis que foram ofertados em garantia ao credor, que busca a consolidação da propriedade destes. Em relação ao perigo da demora, assevera que eventual manutenção do acórdão, possibilita que a credora ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A retome o procedimento de consolidação de 10 (dez) áreas rurais nas quais o recorrente cultiva lavoura e, por conseguinte, gera importante caixa que será utilizado em sua atividade. Pois bem. Analisando superficialmente o recurso apresentado, verifica-se que o cerne do direito discutido nestes autos não engloba a recuperação judicial do produtor rural inscrito na junta comercial por período superior a 02 (dois) anos, uma vez que tal discussão está sendo travada em outros processos, tais como o de n. 1010992-93.2018.8.11.0000. O que ocorre é que no presente feito existe apenas uma decisão reflexa àquela, sendo que houve a decisão do Juízo de origem que permitiu o prosseguimento da consolidação de propriedade dos imóveis dados em garantia em razão do indeferimento da Recuperação Judicial. Ou seja, foram cumpridos os requisitos da Lei 9.514/1997 para efetivar a consolidação da propriedade dos imóveis elencados nos autos, motivo pelo qual houve a determinação para o prosseguimento dos atos expropriatórios. Note-se que a questão da possibilidade do prosseguimento da recuperação judicial não é objeto do Agravo de Instrumento n. 1011285-29.2019.8.11.0000, o que afasta a possibilidade de efeito pleiteado. Dessa forma, não pode ser utilizada a tese versada em outro processo para postular o efeito suspensivo nestes autos, motivo pelo qual, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010992-93.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO MUSSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
GABRIEL COELHO CRUZ E SOUSA OAB - MT18521/O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA OAB - MT15836 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
METROPOLITAN LIFE INSURE CO. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO BILOTTI FERREIRA OAB - SP247031 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
HAMMOUD ADVOGADOS ASSOCIADOS (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 1010992-93.2018.8.11.0000 Recorrente: LEANDRO MUSSI Recorrido: METROPOLITAN LIFE INSURE CO Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por LEANDRO MUSSI (id 27106974) com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (id 7666663): "RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO – NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO POR MAIS DE 2 ANOS – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 971 DO CÓDIGO CIVIL E ARTIGO 48 DA LEI 11.101/2005 – RECURSO PROVIDO – DECISÃO REFORMADA. Nos termos do artigo 48 da Lei 11.101/2005, poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei. Não preenche o requisito do artigo 48 da Lei 11.101/2005, o devedor com inscrição na Junta Comercial desde o ano de 2002, que perdurou por mais de 15 (quinze) anos e tinha objeto social diverso do registro atual que não conta com mais de 02 (dois) anos, institutos que não se confundem e impede o aproveitamento da inscrição antiga." (TJMT, RAI 1010992-93.2018.8.11.0000, DESA. NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 07/05/2019) Os Embargos de Declaração id 7730424 foram rejeitados, conforme decisão id 10407499. Foram apresentados novos Aclaratórios no id 10545043, que restaram rejeitados no acórdão id 23971998. Restaram indeferidos os pedidos liminares de suspensão do cumprimento de atos expropriatórios praticados pelos credores até o julgamento final do recursos, conforme se constata nos ids 7763353 e 15868062. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão ante suposta afronta aos artigos 1º, 2º, 48, § 2º e 51, da Lei 11.101/05 e dos artigos 966, 970 e 971, todos do Código Civil, uma vez que, para fim de aplicação do regime de recuperação judicial, ao empresário rural basta a obtenção do registro na Junta Comercial, independentemente da data da sua formalização, desde que seja possível comprovar o desempenho da atividade empresarial no biênio anterior ao pleito recuperacional. Afirma que o acórdão recorrido destoa de diversos precedentes que tratam da idêntica matéria nos Tribunais de Justiça Estaduais (propositura de recuperação, pelo produtor rural, com inscrição há menos de 02 anos em órgão mercantil) dentre os quais, o acórdão do agravo de instrumento n. 2205990- 27.2018.8.26.0000, oriundo da egrégia 1.ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do próprio STJ no REsp 1.800.032, este julgado no último dia 05.11.2019, portanto, atualíssimo (fumus boni juris). Assevera que o julgado recorrido está autorizando, por via reflexa, que todos os credores tomem as medidas expropriatórias, como, por exemplo, a consolidação da propriedade de imóveis rurais pela ECO SECURITIZADORA (DOC. 01) (periculum in mora), motivo pelo qual postula pela concessão do efeito suspensivo inaudita altera parte. Recurso tempestivo e preparado, conforme certidões id 27264476 e 27370989. É o relatório. Decido. Estabelece o artigo 995, parágrafo único, do CPC, que "A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso". Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente aponta a existência de julgamento do REsp n. 1800032/MT, além da prolação dos enunciados n. 96 e 97, aprovados na III Jornada de Direito Comercial realizado pelo STJ e Conselho da Justiça Federal, afirmando que tais fundamentos seriam aptos a confirmar a probabilidade do direito invocado. Assevera que não existe qualquer dispositivo legal que obrigue a observância do biênio legal apontado no acórdão, pugnando pelo reconhecimento de afronta aos

artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005, assim como artigos 966 e 971 do Código Civil. Aponta que o AI 2205990-27.2018.8.26.0000, elencado como paradigma, oriundo do TJSP, traz como fundamento a tese de que, para fins de recuperação judicial, prescinde de registro do produtor rural perante a Junta Comercial, sustentando que a interpretação do Eg. TJMT está em desarmonia com os demais Tribunais de Justiça. Aduz que deve ser aplicado o melhor direito à espécie, nos termos da Súmula n. 456 do STF. Por fim, diz que "todas as decisões que analisaram a matéria recentemente estarem suspendas por ordem do STJ (TP's 2017, 2196, 2210) e TutProv nos Resp's 1.798.642, 1.810.379, 1.805.457 e no REsp 1.846.218, sendo que neste último o preclaro Ministro Marco Buzzi considerou o precedente do REsp 1.800.032, aqui avocado, como paradigma a ser seguido". Insta esclarecer que, embora exista posicionamento no STJ que albergue a possibilidade de êxito das teses expostas neste recurso, supostamente confirmando a probabilidade do direito invocado, o REsp 1.846.218/MT, que foi mencionado pela parte Recorrente, não se amolda ao caso em discussão nos autos, até porque ali não se discute a necessidade de cumprir o biênio de inscrição na Junta Comercial, mas sim, saber se a inscrição comercial deve se relacionar com o objeto da atividade empresarial exercida pelo produtor rural, nos termos do acórdão proferido nos autos n. 1010794-56.2018.8.11.0000. Ou seja, são situações distintas. Em relação ao perigo da demora, assevera que: 1) existe procedimento promovido pela credora ECO SECURITIZADORA de consolidação da propriedade de 10 (dez) áreas rurais nas quais é cultivado a lavoura do Recorrente, gerando importante renda a ser utilizada na atividade rural; 2) há determinação do r. Juízo de direito da 9.ª Vara de Campinas/SP, em execução promovida pela credora FMC, para sequestro de 90.000 (noventa mil) arrobas de algodão em pluma, safra 2018/2019, que só está suspensa, de maneira precária e provisória, em razão da decisão liminar do Conflito de Competência n. 168.606, mas que a qualquer momento pode perder sua eficácia em vista dos efeitos do acórdão aqui recorrido, fazendo com que o credor retome a marcha de expropriação e liquide com a produção do recorrente enquanto não se define se o mesmo pode estar em recuperação judicial; 3) existe ainda determinação do r. Juízo de direito da 6ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, em ação promovida pela própria recorrida MetLife, para realização do leilão da fazenda Monte Sião, consistente numa área agricultável utilizado pelo produtor rural de aproximadamente 4.035 hectares, que também só está suspensa, de maneira precária e provisória, em razão da decisão liminar do Conflito de Competência n. 166.897, mas que também pode, a qualquer momento, perder sua eficácia, exatamente como na hipótese acima mencionada. Pois bem. Analisando superficialmente o recurso apresentado, verifica-se que a probabilidade do direito resta demonstrada ante o julgamento pelo STJ do REsp N. 1800032/MT, que decidiu no mesmo sentido das postulações da parte Recorrente, embora a decisão não tenha sido unânime. Insta esclarecer que tal decisão ainda não transitou em julgado, sendo imperioso ressaltar que existe indicação de afetação do tema discutido nos autos por esta Vice-Presidência, ainda pendentes de julgamento (REsp n. 1841380/MT, 1834936/MT, 1834932/MT e 1834452/MT). Note-se que já houve decisão do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, no seguinte sentido: "Ante o exposto e exaltando a importante iniciativa de seleção do presente recurso representativo da controvérsia pela ilustre Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Estado de Mato Grosso, com fundamento no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, distribua-se este processo por prevenção ao Recurso Especial n. 1.684.994/MT (2017/0176137-8)." Ou seja, há indicação de afetação da tese ante a necessidade de pacificação do tema. Em relação ao perigo da demora, verifica-se que a parte aponta a existência das medidas constritivas relatadas anteriormente, que devem ser analisadas individualizadamente. Em relação a determinação do r. Juízo de direito da 9.ª Vara de Campinas/SP, em execução promovida pela credora FMC, para sequestro de 90.000 (noventa mil) arrobas de algodão em pluma, safra 2018/2019 e determinação do r. Juízo de direito da 6ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, em ação promovida pela credora MetLife, para realização do leilão da fazenda Monte Sião, consistente numa área agricultável utilizado pelo produtor rural de aproximadamente 4.035 hectares, verifica-se que ambas estão suspensas, ainda que de maneira precária e provisória, em razão da decisão liminar do Conflito de Competência n. 168.606. Ou seja, existe decisão judicial vigente que impede a continuidade dos atos expropriatórios, afastando a necessidade de concessão do efeito pretendido nestes autos. Já no tocante ao procedimento promovido pela credora ECO SECURITIZADORA de consolidação da propriedade de 10 (dez) áreas rurais, nas quais é cultivada a lavoura do Recorrente, gerando importante renda a ser utilizada na atividade rural, verifica-se que o documento id 27106994 comprova que o Juízo de origem autorizou em 28/11/2019 a continuidade dos procedimentos extrajudiciais destinados à consolidação da propriedade dos imóveis registrados no CRI de Tapurah (matrículas nºs 082, 090, 093 e 094), Feliz Natal/MT (matrículas nºs 1.054 e 1.413) e Lucas do Rio Verde (matrículas nºs 6.365, 3.110, 239 e 16.559). Importante ressaltar que foi realizado, ainda no ano de 2018, estudo sobre a produtividade das áreas a serem consolidadas, assim decidindo: "Ante o exposto, em atenção ao bem elaborado parecer do Administrador Judicial, entendo que está comprovada a ESSENCIALIDADE dos imóveis objeto das matrículas n. 082, 090, 093 e 094, do Cartório de Registro de Imóveis de Tapurah-MT, como, também, das matrículas n. 1.054 e 1.413, do Cartório de Registro de Imóveis de Feliz Natal-MT e, ainda, das matrículas n. 6.365, 3.110, 239 e 16.559, do Cartório de Registro de Imóveis de Lucas do Rio Verde, pelo que DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, e SUSPENDO a pretendida consolidação das referidas áreas pretendidas por ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITORIOS DO AGRONEGOCIO S.A." Dessa forma, por entender que se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do art. 995, parágrafo único, do CPC, defiro parcialmente o pedido de efeito suspensivo pleiteado tão somente para impedir a continuidade dos atos constritivos relativos aos procedimentos extrajudiciais destinados à consolidação da propriedade dos imóveis registrados no CRI de Tapurah (matrículas nºs 082, 090, 093 e 094), Feliz Natal/MT (matrículas nºs 1.054 e 1.413) e Lucas do Rio Verde (matrículas nºs 6.365, 3.110, 239 e 16.559). Assim, verificando que já foram indicados recursos representativos da mesma controvérsia, determino a suspensão do trâmite deste recurso (Controvérsia 29 do STJ), consoante o disposto no art. 1036, §1º do CPC. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. Procedam-se às devidas anotações atinentes ao NUGEP. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência

Intimação do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 77278 / 2019
RAI AO STJ Nº 77278/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 13415/2016 - CLASSE: CNJ-202) COMARCA DE RONDONÓPOLIS
AGRAVANTE(S) - BANCO DO BRASIL S.A. (Advs: Dra. CINARA CAMPOS CARNEIRO - OAB 8521/mt, Dr. FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA - OAB 13884/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - CLÓVIS GONÇALVES VICENTINI E OUTRO(s) (Advs: Dr. ADILON PINTO DA SILVA - OAB 6258-B/MT, Dr. ADILON PINTO DA SILVA JÚNIOR - OAB 11136/MT, Dr. DIEGO TOBIAS DAMIAO - OAB 10257/mt)
Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 77693 / 2019
RAI AO STF Nº 77693/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 34127/2013 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE CANARANA - AGRAVANTE(S) - WALTER LOPES FARIAS (Advs: Dr. GILMAR MOURA DE SOUZA - OAB 5681/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - RONALDE AFONSO CECON (Advs: Dr. LEOVERAL FRANCISCO LOPES - OAB 3549-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 77049 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 77049/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 86862/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
RECORRENTE(S) - GEAP - AUTOGESTÃO EM SAÚDE (Advs: Dr(a). EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE - OAB 24923/DF, Dr(a). GABRIEL

ALBANESE DINIZ DE ARAUJO - OAB 20334/DF, Dr(a). NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - OAB 11.065/A, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - T. M. R. REPRESENTADO POR SEU PAI CANDIDO MEDEIROS RODRIGUES (Advs: Dr(a). JOSÉ CARLOS MENEGATTI - OAB 12029/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) recorrido(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 58549 / 2019 REC. ESPECIAL Nº 58549/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 85584/2015 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE JUSCIMEIRA RECORRENTE(S) - LUIZ GONZAGA AZEVEDO FILHO E SUA ESPOSA (Advs: Dr. FRANCISCO DE CARVALHO - OAB 1792-a/mt, Dr. GELSON LUÍS GALL DE OLIVEIRA - OAB 3966/MT), RECORRIDO(S) - ESPÓLIO DE ARY FERREIRA DE SOUZA E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). JOIFER ALEX CARAFFINI - OAB 13909-b/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação: A parte contrária para manifestar-se com relação ao teor da petição, no prazo de cinco dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e retornem os autos conclusos.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Corregedoria-Geral da Justiça

Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF

Provimentos

PROVIMENTO N. 49/2019, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Atualiza os valores da tabela de emolumentos dos atos praticados pelos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Mato Grosso para o ano de 2020, nos termos do § 2º, do art. 1º, da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO , no

uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como nos termos da decisão prolatada no Expediente CIA n. 0075247-43.2019.8.11.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar em 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais) os valores da tabela de emolumentos dos atos praticados pelos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Mato Grosso para o ano de 2020, nos termos do § 2º, do art. 1º, da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019.

Art. 2º Este Provimento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA

(documento assinado digitalmente)

PROVIMENTO N. 50/2019, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Atualiza o valor da contribuição para o Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais – FCRCPN, nos termos do art. 4º e parágrafos da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como nos termos da decisão prolatada no Expediente CIA n. 0077814-47.2019.8.11.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar em 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais) a contribuição para o Fundo de Compensação aos Registradores Civis de Pessoas Naturais – FCRCPN, nos termos do art. 4º e parágrafos da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019, que passará para o valor de R$ 6,08 (seis reais e oito centavos).

Art. 2º Este Provimento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA

(documento assinado digitalmente)

PROVIMENTO N. 48, DE 09 DE DEZEMBR O DE 2019.

Dispõe sobre a expansão do projeto-piloto executado no âmbito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá para todas as unidades judiciárias criminais das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande, regulamentando o encaminhamento dos alvarás de soltura, mandados de prisão, requisição de presos e comunicações em geral aos estabelecimentos penais por meio eletrônico (malote digital e e-mail institucional) para o seu devido cumprimento, e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com a decisão prolatada no Pedido de Providências n. 85/2016 (CIA n. 0054384-71.2016.8.11.0000);

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre a expansão do projeto-piloto executado no âmbito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá para todas as unidades judiciárias criminais das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande, regulamentando o encaminhamento dos alvarás de soltura, mandados de prisão, requisição de presos e comunicações em geral aos estabelecimentos penais por meio eletrônico (malote digital e e-mail institucional) para o seu devido cumprimento, nos termos deste Provimento.

Art. 2º Além das formalidades legais, os alvarás de soltura deverão ser expedidos pelo BNMP 2.0 ou sistema nacional que o substitua, contendo os elementos indispensáveis para a segura identificação da pessoa a ser liberada, devendo ser encaminhados ao estabelecimento penal por malote digital.

§ 1º Encaminhado o alvará de soltura por meio do malote digital, o gestor judiciário confirmará, via telefone, o recebimento da ordem de soltura pelo estabelecimento penal e certificará nos autos a data, o horário da ligação, o nome e o cargo de quem recebeu a ordem.

§ 2º Havendo indisponibilidade do malote digital, o envio do alvará de soltura ou mandado de prisão será por meio de e-mail institucional, com o cumprimento da determinação posta no parágrafo anterior.

§ 3º Na hipótese de impossibilidade comprovada do encaminhamento do alvará por malote digital ou e-mail institucional, o cumprimento será realizado por intermédio de oficial de justiça, que deverá certificar a data, local e horário do cumprimento do alvará de soltura, o nome do estabelecimento penal e do diretor, bem como se resultou ou não na soltura da pessoa identificada no mandado, bem assim as razões que eventualmente justificaram a manutenção da prisão.

§ 4º A pessoa em favor do qual for expedido o alvará de soltura será colocada imediatamente em liberdade, salvo se estiver presa em flagrante por outro crime ou houver mandado de prisão expedido em seu desfavor, após a consulta ao sistema de informação criminal do respectivo tribunal e ao sistema nacional, que será de responsabilidade do diretor da unidade prisional.

§ 5º Ainda que outros motivos justifiquem a manutenção da prisão, nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, o alvará de soltura deverá ser expedido e apresentado à autoridade administrativa responsável pela custódia, para baixa nos registros competentes em relação ao processo ou inquérito a que se refere o alvará.

§ 6º O cumprimento do alvará de soltura é ato que envolve o juízo prolator da decisão e a autoridade administrativa responsável pela prisão, não estando submetido à jurisdição, condições ou procedimentos de qualquer outro órgão judiciário ou administrativo, ressalvada as hipóteses legais.

§ 7º Ao receber o alvará de soltura, o agente responsável pela prisão, no caso de dúvida, confirmar o envio eletrônico pela autoridade judicial competente ou exigir a identificação pessoal do oficial de justiça; e, em qualquer caso, confirmar a expedição da ordem, mantendo imediatamente contato telefônico com o gestor judiciário, somente efetuando a soltura se confirmada a expedição do alvará e inexistindo outras ordens de prisão em vigência em desfavor da pessoa identificada no documento, sendo seu dever fazer a checagem e o cumprimento das ordens judiciais; constituindo, outrossim, irregularidade grave a liberação de presos sem a observância dessas formalidades.

§ 8º Quando for encaminhado o alvará de soltura por meio eletrônico, o gestor judiciário confirmará, via telefone, no primeiro dia útil subsequente ao envio, o seu cumprimento, certificando nos autos a data, o horário da ligação, o nome e o cargo do servidor que deu cumprimento à ordem, bem como se resultou ou não na soltura do preso e as razões que eventualmente justificaram a manutenção da custódia.

§ 9º Caso a ordem de soltura tenha sido exarada durante o plantão judiciário, a confirmação do cumprimento da medida deverá ser realizada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo juiz-plantonista que encaminhou o alvará de soltura, cuja autoridade mandará certificar nos autos a data, o horário da ligação, o nome e o cargo do servidor que lhe

deu cumprimento.
Art. 3º O gestor judiciário deverá informar a Corregedoria-Geral da Justiça quando o encaminhamento e o cumprimento do alvará de soltura não tiverem sido realizados por meio eletrônico, também, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
Art. 4º Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias após a decisão que determinou a soltura, o processo deverá ser concluso ao juiz para verificação do cumprimento do respectivo alvará.
Art. 5º As requisições e comunicações dos atos processuais ao indiciado, vítima, testemunha, réu ou condenado preso serão realizadas por meio eletrônico.
Art. 6º A checagem da pessoa a ser solta deverá ser realizada pela unidade prisional, de acordo com a regulamentação do fluxo interno pela Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso, para o cumprimento das ordens judiciais encaminhadas por meio eletrônico.
Art. 7º Fica suspenso para as unidades judiciárias criminais das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande o cumprimento de todos os dispositivos da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Judicial – CNGC incompatíveis com a expansão do projeto-piloto determinada por meio deste Provimento.
Art. 8º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
(documento assinado digitalmente)

O Anexo encontra-se no Caderno de Anexo do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Anexo

Decisão

Cia n.: 0075247-43.2019.8.11.0000 (Favor mencionar este número)
Requerente: Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso (Anoreg/MT)
Advogados: Dr. Rodrigo Coningham de Miranda (OAB/MT 18.515) Dr. Vitor Carmo Rocha (OAB/MT 15.334) Dr. Jeonathãn Suel Dias (OAB/MT 15.978)
Vistos.
Trata-se de pedido de providências formulado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso – ANOREG-MT , requerendo, em síntese, a correção monetária da tabela de emolumentos do foro extrajudicial para o ano de 2020, mediante atualização dos valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor –INPC, com fulcro no § 2º do art. 1º da Lei estadual n. 7.550/2001.
No andamento n. 12, o Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria desta Corregedoria-Geral da Justiça – DOF/CGJ informou que o último reajuste ocorreu por meio do Provimento n. 006/2019-CGJ, que recompôs os valores em 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos percentuais), referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2018. Destacou, também, que o INPC acumulado neste ano de 2019, referente aos meses de janeiro a novembro, perfaz 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais); constando, ainda, na aludida peça informativa, que desde a gestão de 2011/2013 a atualização da tabela incide somente nos emolumentos e gatilhos, sem atualização das faixas.
É o relato do essencial.
Decido.
De acordo com a Lei estadual n. 7.550/2001, que fixa os valores dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e registrais, bem como institui o Fundo de Compensação ao Registradores Civis das Pessoas Naturais – FCRCPN e dá outras providências, a tabela de emolumentos será reajustada anualmente, por ato do Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, visando à recomposição dos valores, em virtude da desvalorização da moeda, conforme preceitua o § 2º do art. 1º da aludida lei estadual, assim redigido:
Art. 1º As tabelas de remuneraçãodos serviços notariais e de registrosda Lei nº 3.605, de 19 de dezembrode 1974, com modificaçõesposteriores,passama vigorar reformuladas, com os valores, notas explicativas e parâmetros estabelecidos no Anexo I que consta das tabelas "A" – Atos dos Tabeliães;"B" – Atos dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais; "C" – Atos dos Oficiais do Registro de Imóveis; "D" – Atos dos Oficiais de Registrosde Protestosde Títulos Comerciais; "E" – Atos dos Oficiais do Registro de Títulos e Documentose do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; e, "F" – Associação Mato-grossensedo Ministério Público, Associação Mato-grossensedos Magistradose Ordemdos Advogadosdo Brasil.
§ 1º As tabelas serãoafixadas nos respectivostabelionatos e ofícios de registro.
Outrossim, é cediço que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e tem por objetivo corrigir o poder de compra dos salários dos trabalhadores, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo, sendo o seu valor divulgado no sítio eletrônico do aludido instituto mensalmente. Destarte, como ainda não foi divulgado o INPC referente ao mês de dezembro de 2019, o índice desse trintídio será contemplado no próximo reajuste da tabela de emolumentos.
No presente expediente, o DOF/CGJ informou no andamento n. 12 que o INPC acumulado neste ano de 2019, referente aos meses de janeiro a novembro, perfaz o total de 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais).
Posto isso, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 1º da Lei estadual n. 7.550/2001, determino a atualização das tabelas de emolumentos do Foro Extrajudicial nos moldes acima citados, ou seja, em 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), referente ao período de janeiro/2019 a novembro/2019, com base no INPC.
Remeta-se este expediente ao Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria desta Corregedoria-Geral da Justiça – DOF/CGJ para que edite provimento a fim de atualizar a tabela de emolumentos do foro extrajudicial.
Após, arquive-se este feito com observância das formalidades legais.
Por medida de celeridade e economia processual, a cópia da presente decisãoservirá como ofício, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2016-CGJ.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
Corregedor-Geral da Justiça
(documento assinado digitalmente)

Expediente CIA n. 0077814-47.2019.8.11.0000
Vistos.
Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Orientação e Fiscalização desta Corregedoria-Geral da Justiça – DOF/CGJ, informando que o valor da contribuição para o Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - FCRCPN foi atualizado por meio do Provimento n. 04/2019-CGJ, perfazendo atualmente o valor de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos).
Informou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado no período de janeiro a novembro de 2019 perfaz o total de 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais).
É o relato do essencial.
Decido.
Como se sabe, o Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais – FCRCPN foi criado pela Lei estadual n. 7.550/2001, visando remunerar os Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais pelos atos praticados gratuitamente por força de lei federal, a fim de atender ao disposto no art. 8º da Lei n. 10.169/2000.
Além disso, o Fundo de Compensação também é utilizado para a complementação da renda mínima das serventias deficitárias, que comprovarem a insuficiência de recursos em razão do baixo movimento dos serviços, cuja renda bruta não atingir 5 (cinco) salários mínimos no mês, conforme preceitua o art. 7º da Lei estadual n. 7.550/2001.
Outrossim, cumpre consignar que o aludido Fundo é constituído pela contribuição dos notários e registradores incidente sobre qualquer ato registrado ou lançado em livros notariais e de registro, excluídos os atos do registro civil, competindo ao Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso a incumbência de majorar ou reduzir os valores da referida contribuição, bem como atualizá-los na mesma proporção que a tabela de emolumentos, de acordo com o art. 4º e seus parágrafos da Lei estadual n. 7.550/2001, assim redigidos:
[...] Art. 4º O Fundo será constituído mediante a contribuição pelos notários e registradores, do valor de R$2,70 (dois reais e setenta centavo), incidente sobre qualquer ato registrado ou lançado em livros notariais e de registro, excluídos os atos do registro civil.
§ 1º A contribuição referida no caput deste artigo poderá ser majorada ou reduzida, por ato do Corregedor-Geralda Justiça do Estado de Mato

Grosso, de maneira motivada e com base em dados objetivos, visando à manutenção do equilíbrio entre os valores arrecadadose os repassadosa título de compensação.
§ 2º No caso de majoração do valor da contribuição, os valores dos emolumentos serão revistos, por ato motivado do Corregedor-Geralda Justiça do Estado de Mato Grosso, observando-se proporcionalidade.
§ 3º Na hipótese de correçãoda tabela de custas, o valor da contribuição destinada ao Fundo será também reajustado, na mesma proporção. [...] Destacamos
Outrossim, é cediço que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e tem por objetivo corrigir o poder de compra dos salários dos trabalhadores, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo, sendo o seu valor divulgado no sítio eletrônico do aludido instituto mensalmente. Destarte, como ainda não foi divulgado o INPC referente ao mês de dezembro de 2019, o índice desse trintídio será contemplado no próximo reajuste da referida contribuição.
No andamento n. 2, o Departamento de Orientação e Fiscalização desta Corregedoria-Geral da Justiça – DOF/CGJ informou que o valor da contribuição ao Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais – FCRCPN foi atualizado neste ano de 2019 por meio do Provimento n. 04-CGJ, contemplando o INPC acumulado no período de abril de 2014 a dezembro de 2018, perfazendo atualmente o valor de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos), destacando, por fim, que o INPC acumulado no período de janeiro a novembro de 2019 perfaz o total de 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), motivo pelo qual impõe-se a atualização do valor da referida contribuição.
Posto isso, em cumprimento ao art. 4º e parágrafos da Lei Estadual n. 7.550/2001, determino a atualização monetária da contribuição para o Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais – FCRCPN em 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), referente ao período de janeiro a novembro de 2019, com base no INPC, que passará para o valor de R$ 6,08 (seis reais e oito centavos).
Remeta-se o expediente ao Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria desta Corregedoria-Geral da Justiça – DOF/CGJ para que edite provimento a fim de atualizar a contribuição para o aludido fundo.
Após, arquive-se o presente feito com observância das formalidades legais.
Por medida de celeridade e economia processual, a cópia do presente despacho servirá como ofício, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2016-CGJ.
Cuiabá, 16 dezembro de 2019.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
Corregedor-Geral da Justiça
(documento assinado digitalmente)

CIA n. 0054384-71.2016.8.11.0000 – Processo Físico
Pedido de Providências n. 85/2016
Vistos.
Trata-se do Pedido de Providências em que o GMF se manifestou às fls. 231/233, quanto à movimentação de presos no Estado de MT, se posicionando nos termos do revogado Provimento n. 01/2018-CGJ, ou, alternativamente, solicitando que seja editado provimento para estabelecer fluxograma "com a delimitação territorial da origem e destinação de cada custodiado, diferenciados por sexo, hipótese na qual estaria dispensadaa anuência para a movimentaçãonos limites previamenteestabelecidos".
Anote-se que conforme já frisamos neste feito e nos apensos, a situação carcerária do Estado necessita de esforços conjuntos dos poderes, de forma a melhorar o ambiente estrutural e a movimentação de presos provisórios, sendo realizada reunião nesta Corregedoria no dia 07 de novembro de corrente ano para deliberar sobre este tema, com a participação do GMF, Secretaria de Administração Penitenciária e Secretaria de Inteligência da SESP.
Na ata da reunião mencionada, houve o alinhamento e deliberações quanto aos seguintes assuntos: 1. Fechar o meio de expedição dos mandados de prisões e alvarás de solturas; 2. Checagens por parte da SESP dos alvarás de soltura; e 3. Anuência da transferência de presos. grifei
Logo, analisando com cuidado as deliberações da reunião, verifica-se a necessidade de regulamentação quanto ao item 5, in verbis:
"[...] 5) Expandir para todas as unidades criminais de primeiro grau de Cuiabá e Várzea Grandeo envio eletrônico dos mandadosde prisão, alvarás de soltura, requisições de presos e comunicações às unidades prisionais para cumprimento, ampliando assimo projeto piloto da 9ª criminal da capital.
5.1) Fica a cargo da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária regulamentar o fluxo interno para o cumprimento das ordens judiciais encaminhadaspor meio eletrônico. [...]"
Nesse particular, ressalte-se que a CNGC atual possui algumas previsões dissonantes ao que se deliberou na reunião, especialmente quanto ao cumprimento de alvará de soltura, senão vejamos para análise de alteração:
"CAPÍTULO V – DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Seção 1 – DisposiçõesGerais [...]
Seção 14 – Do Cumprimento de Atos Ordinatórios pelos Gestores dos Juizados Especiais Criminais CadernoProcessual
[...]
Dos Alvarás de Soltura
Art. 984. Além das formalidades legais e outras que o Juiz instituir, os alvarás de soltura deverão conter a numeração anual por ordem crescente e ininterrupta de expedição, a indicação do reconhecimento da firma do Juiz pelo gestor judiciário e o númerodo telefone para confirmação, e só poderão ser encaminhados ao estabelecimento penal por intermédio de oficial de justiça, que receberá o documento mediante recibo exarado nos autos do processo.
§ 1º Os alvarás de soltura serão expedidos em três vias, uma das quais ficará nos autos e as demais enviadas ao Juízo das Execuções Criminais, se for o caso.
§ 2º Nas Comarcasdo interior, se o alvará de soltura tiver de ser cumprido pelas Varasde Execuções Penais, será instruído com certidão do distribuidor. Nesse caso, a carta precatória deverá conter certidão da secretaria de que, contra o preso, não há outra ordemde prisão naquela Unidade Judiciária.
[...]
CAPÍTULO VII – OFÍCIO CRIMINAL
Seção 1 – Livros Obrigatórios [...]
Seção 14 – Ordens de Soltura e de Prisão e Transferênciae Remoção de Presos
[...]
Art. 1.427. Além das formalidades legais e outras que o Juiz instituir, os alvarás de soltura deverão conter a numeração anual por ordem crescente e ininterrupta de expedição, a indicação do reconhecimento da firma do Juiz pelo Gestor judiciário e o númerodo telefone para confirmação, e só poderão ser encaminhados ao estabelecimento penal através de oficial de justiça, que receberáo documento mediante recibo exarado nos autos do processo, exceto nas Comarcasonde a distribuição dos mandados e alvarás for realizada por meio da central de mandados, a qual competeo rigorosocontrole.
§ 1º Ao recebero alvará de soltura, o agente responsávelpela custódia do liberando deverá, no caso de dúvida, exigir a identificação pessoal do oficial de justiça, e em qualquer caso confirmar a expedição da ordem, mantendo imediatamente contato telefônico com o Gestor judiciário ou com o próprio Juiz, somente efetuando a soltura se confirmada a expedição do alvará, constituindo irregularidade grave a liberação de custodiados sem a observânciadessas formalidades.
§ 2º O preso em favor do qual for expedido o alvará de soltura será colocado imediatamente em liberdade, salvo se estiver presoem flagrante por outro crime ou houver mandado de prisão expedido em seu desfavor, após a consulta ao sistema de informação criminal do respectivotribunal e ao sistema nacional. Ainda que outros motivos justifiquem a manutenção da prisão, conforme disposto anteriormente, o alvará de soltura deverá ser expedido e apresentado pelo oficial de justiça diretamente à autoridade administrativa responsávelpela custódia, para baixa nos registroscompetentes em relação ao processoou inquérito a que se refereo alvará.
§ 3º O oficial de justiça deverá certificar a data, local e horário do cumprimento do alvará de soltura, o estabelecimento prisional e o respectivo diretor, bem como se resultou ou não na soltura do preso e as razões que eventualmentejustificaram a manutençãoda prisão.
§ 4º O cumprimento do alvará de soltura é ato que envolve o juízo prolator da decisão e a autoridade administrativa responsável pela custódia, não estando submetido à jurisdição, condições ou procedimentosde qualquer outro órgãojudiciário ou administrativo, ressalvadaas hipóteses dos artigos 1.427, § 6º e 1.425, parágrafo único, da CNGC.
§ 5º O cumprimento de alvará de soltura de preso custodiado em Estados

diversosdeveráser feito pelo meio mais expedito.
§ 6º Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias após a decisão que determinou a soltura, o processo deverá ser concluso ao juiz para verificação do cumprimentodo alvará de soltura.
§ 7º O não cumprimento do alvará de soltura na forma e no prazo será oficiado pelo juiz do processo à CorregedoriaGeral da Justiça, inclusive do juízo deprecado, quando for o caso, para apuração de eventual falta disciplinar e adoção de medidas preventivas, e ao Ministério Público, para apuraçãode responsabilidadecriminal.
§ 8º A Corregedoria deverá manter registro em relação aos alvarás de soltura não cumpridos na forma e nos prazos previstos na presente resolução, para informação ao Departamentode Monitoramento do Sistema Carcerário– DMF, quando solicitada.
Art. 1.428. Os alvarás de soltura serão expedidos em quatro vias, uma das quais ficará nos autos e as demais serão entregues ao oficial de justiça, destinando-se uma ao preso liberado, outra ao carcereiro, e a última para lançamento da certidão do Oficial de Justiça, que a devolverá para juntada aos autos respectivos.Sendo o caso, será ainda comunicada, por ofício, à Vara de Execuções Penais competente.
Art. 1.429. Quando o alvará de soltura for cumprido por Carta Precatória esta será instruída com certidão do distribuidor local, e, havendo alguma incidência, com certidão da secretaria por onde tramitar o respectivo feito, visando verificar se há outra ordemde prisão na comarca.
[...]
Art. 1.448. As comunicações dos atos processuais ao indiciado, réu ou condenado preso serão realizadas por oficial de justiça diretamente no estabelecimentoonde custodiado, dispensada a requisiçãopara a formalização de tais atos em juízo. [...]
Art. 1.581. Os alvarás de soltura deverão ser instruídos com certidões, negativa ou positiva, do distribuidor da comarcade origem e, quando existir ordemde prisão contra o requerenteda secretariacompetente.
[...]
Ressalte-se que conforme deliberado na reunião realizada nesta Corregedoria os alvarás de soltura deverão ser cumpridos, obrigatoriamente, por meio eletrônico (malote-digital, e-mail institucional, etc.), em comunicação encaminhada à unidade prisional, ou, não sendo possível, por intermédio de oficial de justiça, após justificada impossibilidade dos meios eletrônicos.
É bom se destacar que ao ser encaminhado o alvará de soltura por meio eletrônico, o gestor judiciário deverá confirmar, via telefone, o recebimento do alvará pelo estabelecimento penal para que certifique nos autos a data, o horário da ligação, o nome e o cargo de quem recepcionou a ordem, bem como se resultou ou não na soltura do preso e as razões que eventualmente justificaram a manutenção da prisão, uma vez que o dever de checagem do preso é de competência da unidade prisional, ficando sob responsabilidade da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária a regulamentação do fluxo interno para o cumprimento das ordens judiciais enviadas eletronicamente.
Ademais, no processo de Cia n. 0046025-74.2012.811.0000 restou informando pelo DAPI a possibilidade de se utilizar o malote digital para enviar mandados de prisão e alvarás de soltura, destacando a disponibilização de módulo do sistema SIAP para que as unidades prisionais realizem as checagens dos presos ao se efetivar o cumprimento da ordem de soltura, providência de concessão de acesso já em andamento.
Contudo, antes da expansão da expansão do projeto piloto para todas as unidades judiciais criminais do Poder Judiciário do Estado, convém ampliarmos a fase de testes para as unidades criminais das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande, regulamentando-se o encaminhamento dos alvarás de soltura e comunicações em geral aos estabelecimentos penais, por meio eletrônico (malote digital), para o seu devido cumprimento, conforme deliberado na reunião com a participação do GMF, Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Inteligência da SESP e esta Corregedoria.
Diante desses fundamentos e considerando as deliberações realizadas na reunião acima mencionada, mostra-se conveniente a publicação de provimento de expansão do projeto piloto da 9ª Vara Criminal de Cuiabá para todas as unidades criminais de Cuiabá e Várzea Grande, com vistas a desburocratizar o cumprimento dos alvarás de soltura e as comunicações em geral do judiciário com os estabelecimentos penais.
Nesse sentido, sugiro a aprovação da anexa minuta de provimento dispondo sobre a expansão do projeto piloto para o encaminhamento dos alvarás de soltura, mandados de prisão, requisição de presos e comunicações em geral aos estabelecimentos penais por meio eletrônico (malote digital) e dando outras providências.
Cuiabá, 05 de dezembro de 2019.
Juiz Auxiliar OTÁVIO PEIXOTO
Corregedoria-Geral da Justiça

Pedido de Providências n. 85/2016 (CIA n. 0054384-71.2016.8.11.0000)
Vistos.
Aprovo, por seus próprios fundamentos, a manifestação do Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Otávio Vinicius Affi Peixoto, acerca da necessidade de expansão do projeto-piloto executado no âmbito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá para todas as unidades judiciárias criminais das comarcas de Cuiabá e Várzea Grande, mediante a edição de provimento regulamentando o encaminhamento dos alvarás de soltura, mandados de prisão, requisição de presos e comunicações em geral aos estabelecimentos penais por meio eletrônico (malote digital e e-mail institucional) para o seu devido cumprimento, no âmbito das unidades judiciárias que farão parte da expansão deste projeto-piloto.
Por conseguinte, determino:
I – a publicação de provimento, nos termos propostos no aludido pronunciamento;
II – a comunicação dos magistrados que atuam nas varas criminais das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande quanto a edição do novo provimento; e
III – o traslado de cópias da manifestação do Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Otávio Vinicius Affi Peixoto, desta decisão e do Provimento, para os autos do Pedido de Providências n. 2/2013 (CIA n. 0046025-74.2012.811.0000).
Cumpra-se.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
Corregedor-Geral da Justiça
(documento assinado digitalmente)

Coordenadoria de Magistrados

Portaria Presidência

PORTARIA Nº 1576/2019-PRES
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o expediente (0069370-25.2019), subscrito pela Exma. Sra. Desa. Clarice Claudino da Silva,
RESOLVE :
Convocar o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOÃO FERREIRA DA SILVA, para completar quórum na Segunda Câmara de Direito Privado, na sessão do dia 11/12/2019, quarta-feira, às 8h30min, Plenário 2, em face da ausência justificada da Exma. Sra. Desa. Clarice Claudino da Silva.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça

Coordenadoria Judiciária

Departamento Judiciário Auxiliar

Distribuição e Redistribuição

Aos 13/12/2019 foram distribuídos/redistribuídos os seguintes processos:

CÂMARA: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Exceção de Suspeição 76774/2019 Classe: 318 - CNJ
RELATOR(A) DES. MARCOS MACHADO
Origem: COMARCA DE SORRISO
Protocolo: 76774/2019
Número Único: 0008227-12.2019.8.11.0040
Assunto: EXECUÇÃO
EXCIPIENTE: EDILEUSA DA SILVA CALCA
ADVOGADO(S): Dr. CARLOS EDUARDO PARO LOPES - OAB 12083/MT
EXCIPIENTE: OSVALDO CALÇA
ADVOGADO(S): Dr. CARLOS EDUARDO PARO LOPES - OAB 12083/MT
EXCEPTO: JUIZ DE DIREITO DA 2.A VARA CRIMINAL DA COMARCA DE

SORRISO
DISTRIBUIÇÃO - Sorteio
Magistrados participantes do sorteio: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES. PAULO DA CUNHA e DES. MARCOS MACHADO
Magistrados impedidos: DR. ANDERSON CANDIOTTO

CÂMARA: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Apelação 72090/2019 Classe: 198 - CNJ
RELATOR(A) DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO
Origem: COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA
Protocolo: 72090/2019
Número Único: 0005545-54.2010.8.11.0055
Assunto: EXECUÇÃO
APELANTE(S): MINISTERIO PUBLICO
APELADO(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S): Dr. ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS- PROCURADOR DO ESTADO - OAB 7100/MT
REDISTRIBUIÇÃO - Artigo 80 §1/§2 - RI
Magistrados participantes do sorteio: DES. MARIO R. KONO DE OLIVEIRA, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA e DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO
Magistrados impedidos: DRA. ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSÃO e DR. FRANCISCO NEY GAIVA

Para atendimento ao artigo 83 inciso II do RI - 10ª Ed. o sorteio é realizado primeiramente entre as câmaras competentes seguido do sorteio entre os magistrados que a compõem.

NIL ROSINHA QUEIROZ BRAGAGLIA
Diretor(a) do Departamento Judiciário Auxiliar

Primeira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019128-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALGODOEIRA ZANDONADI LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO VERDE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
AJ1 ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019128-45.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019130-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENGERON CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUSMIRON ROMEIRO FILHO OAB - MT8138-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
B B EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019130-15.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019152-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. V. D. R. J. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019152-73.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019171-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURI MEDEIROS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA AZEVEDO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019171-79.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019172-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON BELONE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO GOMES NERY OAB - MT2051-O (ADVOGADO)
JUDSON GOMES DA SILVA BASTOS OAB - MT8857-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALBERTO TORREMOCHA (AGRAVADO)
IJANI AYNE VIOLA TORREMOCHA (AGRAVADO)
JOAO CARLOS TROUVA (AGRAVADO)
IZILDA APARECIDA VIOLA TROUVA (AGRAVADO)
IDA GAVOGLIO VIOLA (AGRAVADO)
CILENE PRADOS VIOLA (AGRAVADO)
IVANDER ROBERTO VIOLA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019172-64.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019174-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. S. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARLENE KATIA FOGLIATTO OAB - MT12106-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. D. B. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019174-34.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019184-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BEATRIZ DE ALENCAR TAQUES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019184-78.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019185-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOTTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREYA MONTI OSORIO OAB - MT12605-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
GILSON HELLMANN (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019185-63.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019191-70.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANNALINE ALVES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
NARALINE ALVES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AIRTON TELES DOS SANTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019191-70.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019193-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL PAIAGUAS QDA 3-A BLOCO (01 A 09) (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELY LEVINA DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019193-40.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019197-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEY JOSE CAMPOS OAB - MT44243-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA NILVA DE LIMA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019197-77.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019210-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS REGINA ZIBETTI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILAINE CRISTINA RISSI OAB - SP390311 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED SEGUROS SAUDE S/A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019210-76.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019216-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE TESSARO OAB - MT12484-A (ADVOGADO)
SILVIA SIMONE TESSARO OAB - PR26750 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGENCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA - EPP (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019216-83.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018407-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELINEIA DE SOUZA RADI (AGRAVANTE)
LAYENNI STEFANI SOUZA RADI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE REGINA PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12861-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERLETE SEBASTIANA JUSTINO EUGENIO (AGRAVADO)
SIMONY AUXILIADORA JUSTINO EUGENIO (AGRAVADO)
ARMANDO DE SOUZA EUGENIO JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-S (ADVOGADO)
THIAGO OLIVEIRA AMADO OAB - MT11506-O (ADVOGADO)

Assim, em razão exposto, DEFIRO o pedido de reconsideração e CONCEDO o feito suspensivo à decisão agravada, até que haja o julgamento do feito. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018407-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELINEIA DE SOUZA RADI (AGRAVANTE)
LAYENNI STEFANI SOUZA RADI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE REGINA PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12861-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERLETE SEBASTIANA JUSTINO EUGENIO (AGRAVADO)
SIMONY AUXILIADORA JUSTINO EUGENIO (AGRAVADO)
ARMANDO DE SOUZA EUGENIO JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-S (ADVOGADO)
THIAGO OLIVEIRA AMADO OAB - MT11506-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000727-75.2013.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDIMARIO RIBEIRO DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-O (ADVOGADO)
DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES OAB - MT9889-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, acolho os embargos de declaração para, dando-lhes efeito infringente para, suprindo a omissão apontada, reduzir o valor indenizatório de R$ 7.593,73, devendo ser descontado o valor de R$ 1.181,25, já pago ao embargado pela seguradora/embargante, de modo que o valor a ser pago ao embargado é de R$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007752-87.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LINDEMBERG ROGERIO CARDOSO DA SILVA (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

Isto posto, dou parcial provimento ao apelo, para determinar que a correção monetária incida a partir do evento danoso e, para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais ao importe de R$ 1.000,00 (mil reais). Custas pro rata. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001040-72.2013.8.11.0036
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE PEZARICO (APELANTE)
MARCOS EUGENIO PEZARICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO ROBERTO PESCE OAB - MT5137-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DUILIO PIATO JUNIOR (APELADO)
AMAURY JOSE DOMINGUES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE OSMAR LUIZ PEZARICO (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, tendo em vista que os apelantes já manifestaram sua irresignação recursal em momento anterior, quando da interposição do Recurso de Apelação nº 0000 470-52.2014.8.11.0036, proclamo a preclusão do direito de recorrer e nego seguimento ao presente apelo. Intime-se. Expedindo o necessário. Cuiabá, 13 de dezembro de 2.019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025323-42.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GIOVANNI SAVIO DA SILVA (APELANTE)
G.S.DA SILVA - ME (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE EMPRESARIOS - SICOOB EMPRESARIAL MT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO MANOEL PINTO FILHO OAB - MT1113-O (ADVOGADO)

Portanto, não conheço do recurso. Majoro os honorários advocatícios para 15% sobre o valor da causa, permanecendo suspensa a exigibilidade dos valores por ser a parte beneficiária da AJG. Custas pelo apelante. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019010-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE LEGRAMANTE SELVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24092/O (ADVOGADO)

Assim, admito a interposição recursal tal como efetivada (CPC/2015, art. 1.019, “caput”), recebo e autorizo o processamento do agravo por instrumento, e na forma do art. 1.019, I, do CPC/2015, DEFIRO o pleito de atribuição de efeito suspensivo, ficando o quadro assim acertado até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, inclusive pelos contrapontos que serão feitos pelas contrarrazões, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias. Comunique-se o juízo singular. Expeça-se o necessário. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019010-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE LEGRAMANTE SELVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24092/O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019010-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE LEGRAMANTE SELVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24092/O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO AGRAVANTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente ao preparo do Recurso de Agravo de Instrumento, SOB PENA DE ANOTAÇÃO DE SALDO DEVEDOR E DAS IMPLICAÇÕES DELA DECORRENTES (PROTESTO E EXECUÇÃO FISCAL).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018386-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. E. C. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIANY COSMES DA SILVA OAB - MT25021-A (ADVOGADO)
ALAN FAUST OAB - MT12641/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. V. M. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO)
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO)
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO)
RAFAEL VASQUES SAMPIERI BURNEIKO OAB - MT6797-O (ADVOGADO)
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-E (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
S. C. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Pelo exposto, em sede de cognição primária, analisando a situação concreta dos autos e dos documentos instruidores, reconsidero a decisão, e, por conseguinte, DEFIRO, EM PARTE, O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para determinar que o agravado: 1) além de pagar o valor arbitrado pelo juízo “a quo”, 2) pague o plano de saúde de menor, e 3) forneça o leite especial para a sua filha na quantidade e pelo tempo que for necessário. Intime-se a parte agravada para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, encaminhe-se a Procuradoria Geral de Justiça, porquanto há interesse de menor. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018386-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. E. C. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIANY COSMES DA SILVA OAB - MT25021-A (ADVOGADO)
ALAN FAUST OAB - MT12641/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. V. M. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO)

DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO)
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO)
RAFAEL VASQUES SAMPIERI BURNEIKO OAB - MT6797-O (ADVOGADO)
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-E (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
S. C. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012624-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO TAVARES PEIXOTO (AGRAVANTE)
RAPHAEL DOUGLAS PEIXOTO (AGRAVANTE)
RAIANE ANITY PEIXOTO (AGRAVANTE)
SANDRA NARA MARIUSSI PEIXOTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR ARIONES PIMPINATI JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALDIR ARIONES PIMPINATI JUNIOR OAB - MT6145-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
THESTOESSES FERREIRA CANDIDO (TERCEIRO INTERESSADO)
DIRCE REGINA CELICE FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDREA CELICE FERREIRA CATHALAT (TERCEIRO INTERESSADO)

Portanto, caracterizada a deserção, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, cuja análise foi prejudicada pela ausência de comprovação de recolhimento das custas pelo Agravante. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo. Às demais providências. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018951-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GUSTAVO BALLA (AGRAVANTE)
WALTER TAPIAS TETILLA (AGRAVANTE)
JOSE MAURICIO PORTO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UEMERSON ALVES FERREIRA OAB - MT14866 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO CONSTANTINO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGINA CELIA SABIONI LOURIMIER OAB - MT9087-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, DEFIRO EM PARTE A LIMINAR para conceder o efeito suspensivo à decisão agravada, sem prejuízo de eventual decisão em sentido contrário, até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Comunique-se e, requisitem-se informações ao juízo da causa. Nos termos do inciso II, do artigo 1.019 do NCPC, intime-se o agravado para responder, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se os autos a Procuradoria Geral de Justiça. Intimem-se. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018951-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GUSTAVO BALLA (AGRAVANTE)
WALTER TAPIAS TETILLA (AGRAVANTE)
JOSE MAURICIO PORTO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UEMERSON ALVES FERREIRA OAB - MT14866 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO CONSTANTINO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGINA CELIA SABIONI LOURIMIER OAB - MT9087-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018531-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EVELINE BITENCOURT XAVIER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO)
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE SIMEI BARROS DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAREN CORREA AMORIM DE OLIVEIRA OAB - MT19498-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NARA KAROLINE ROPCK BARROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Portanto, como a prova não convence quanto à falta de condições financeiras e econômicas para a realização do preparo recursal, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Assim, com fulcro no art. 99, §7º, do CPC/2015, intime-se a agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher o preparo recursal, sob pena de não conhecimento (CPC/2015, art. 1.007, caput). Expeça-se o necessário. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018531-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EVELINE BITENCOURT XAVIER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO)
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE SIMEI BARROS DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAREN CORREA AMORIM DE OLIVEIRA OAB - MT19498-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NARA KAROLINE ROPCK BARROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

INTIMAÇÃO AO AGRAVANTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente ao preparo do Recurso de Agravo de Instrumento, SOB PENA DE ANOTAÇÃO DE SALDO DEVEDOR E DAS IMPLICAÇÕES DELA DECORRENTES (PROTESTO E/OU EXECUÇÃO FISCAL.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019128-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALGODOEIRA ZANDONADI LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO VERDE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
AJ1 ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019128-45.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 19:21:11 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012527-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MENDES PAVAO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4617-O (ADVOGADO)
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO DE PAULA OAB - MT10374-B (ADVOGADO)
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO HENRRIQUE REIS PAVAO (EMBARGADO)
WILLIAM HENRIQUE REIS PAVAO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELLE CRISTIAN CARPENEDO OAB - MT6337-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARIA APARECIDA REIS DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0001539-90.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SUL AMERICA SERVICOS DE SAUDE S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT123907-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
RODRIGO POUSO MIRANDA OAB - MT12333-O (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO MUNIZ VILELA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSANE COSTA ITACARAMBY OAB - MT8755-O (ADVOGADO)
MARIELE DE LIMA MUNIZ OAB - MT8943-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
seguradora Lider (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) JOAO MUNIZ VILELA para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0007294-32.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EUSEBIO LEITE RIBEIRO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013933-95.2012.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO HOTTEZ SILVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT7502-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) PAULO ROBERTO HOTTEZ SILVEIRA para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018420-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO SEVERINO BOTELHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALTER JUNIOR ALVES DOS SANTOS OAB - MT18126-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
S. M. A. B. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FRANCIELLY TEIXEIRA FAUSTINO ADAM (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Tendo em vista que o processo originário tramita em segredo de justiça, o que impede a verificação dos autos neste Tribunal por entraves sistêmicos impostos pelo PJE, bem como considerando a urgência relatada no agravo de instrumento, intime-se o agravante para que junte, em 05 (cinco) dias, cópia dos autos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator em substituição legal

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018866-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO AROLDO DE ARAUJO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)

Assim, admito a interposição recursal tal como efetivada (CPC\2015, art. 1.019, “caput”), de modo que recebo e autorizo o processamento do agravo por instrumento, mas INDEFIRO o pleito de antecipação da pretensão recursal, mantendo a r. decisão agravada, para que o quadro fique assim acertado até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, inclusive pelo contraponto que será feito pelas contrarrazões, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Intime-se a agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC\2015, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006591-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE CORREA MINHOTO OAB - SP177342-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARTE MANHA UNIFORMES EIRELI - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA ANGELICA SILVA DA COSTA ZANATA OAB - MT13335-O (ADVOGADO)
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) ARTE MANHA UNIFORMES EIRELI - EPP para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004804-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Sistema S/A (EMBARGANTE)
ANDRE CASTRILLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE CASTRILLO OAB - MT3990-O (ADVOGADO)
SADI BONATTO OAB - PR10011-O (ADVOGADO)
FERNANDO JOSE BONATTO OAB - PR25698-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE CASTRILLO (EMBARGADO)
Banco Sistema S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE CASTRILLO OAB - MT3990-O (ADVOGADO)
SADI BONATTO OAB - PR10011-O (ADVOGADO)
FERNANDO JOSE BONATTO OAB - PR25698-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AFRANIO LOUREIRO BORBA (TERCEIRO INTERESSADO)
INSTITUTO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) ANDRE CASTRILLO E BANCO SISTEMA S. A. para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014748-76.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA BS S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
JOICE WOLF SCHOLL OAB - MT8386-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOICE WOLF SCHOLL (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOICE WOLF SCHOLL OAB - MT8386-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) JOICE WOLF SCHOLL para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002932-52.2014.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
REJANE ALICE ELY (EMBARGANTE)
ADOLAR SEBALDO ELY (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ITAMAR DE CAMARGO VIEIRA JUNIOR OAB - MT13224-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR GARCIA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO DE MATOS OAB - MT14561-B (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s)PAULO CESAR GARCIA para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018872-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA MENDONCA COSTA OAB - SP195829-O (ADVOGADO)
FLAVIA CRISTINA MOREIRA DE CAMPOS ANDRADE OAB - SP106895 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVADO)
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)

Por tai fundamentos, admito a interposição recursal tal como efetivada, de modo que recebo e autorizo o processamento do agravo de instrumento, e DEFIRO o pedido de antecipação da tutela recursal, para determinar e assegurar que a impugnante/agravante participe da AGC como credora de crédito de R$ 36.785.005,34, em referência à dívida objeto desta impugnação em específico, ficando o quadro assim acertado até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, inclusive pelo contraponto que será feito pelas contrarrazões, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Intimem-se os agravados, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que respondam no prazo de 15 dias. Após, dê-se vistas à d. Procuradora Geral de Justiça. Expeça-se o necessário. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1013358-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE NELSON FERRAZ OAB - PR30890-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNISAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVO WAISBERG OAB - 132.147.028-23 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)
COSTA & VIEIRA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCELO GONCALVES (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) UNISAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018872-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA MENDONCA COSTA OAB - SP195829-O (ADVOGADO)
FLAVIA CRISTINA MOREIRA DE CAMPOS ANDRADE OAB - SP106895 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVADO)
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017991-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACY MIGUEL SCANAGATTA (AGRAVANTE)
IRMA SCANAGATTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE OAB - MT6199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DENISE BOLOGNA AMANTINI (AGRAVADO)
RICARDO AMANTINI (AGRAVADO)
RENATO AMANTINI (AGRAVADO)
ELIANA GONCALVES SALVADOR AMANTINI (AGRAVADO)
LEONARDO AMANTINE MARONEZI (AGRAVADO)
NELSON SINOPOLI (AGRAVADO)
CLAUDIO AMANTINI (AGRAVADO)
CLAUDIO AMANTINI JUNIOR (AGRAVADO)
PATRICIA TORRANO TURTELLI MARONEZI (AGRAVADO)
MARIA HELENA AMANTINI MARONEZI (AGRAVADO)
MARIA THEREZA BLANCO DE CARVALHO AMANTINI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO HERMANN RAMOS OAB - MT8855-O (ADVOGADO)
NELSON HANADA OAB - SP11784 (ADVOGADO)
CLAUDIO SHINJI HANADA OAB - SP100529 (ADVOGADO)

Pelo exposto, ao menos por ora, os fundamentos da decisão agravada devem ser prestigiados, de modo que admito a interposição recursal tal como efetivada, pelo que recebo e autorizo o processamento do agravo de instrumento, mas INDEFIRO o pedido de tutela de urgência recursal, ficando o quadro assim acertado até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, inclusive pelo contraponto que será feito pelas contrarrazões, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Intimem-se os agravados, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que respondam no prazo de 15 dias. Expeça-se o necessário. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017991-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACY MIGUEL SCANAGATTA (AGRAVANTE)
IRMA SCANAGATTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE OAB - MT6199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DENISE BOLOGNA AMANTINI (AGRAVADO)
RICARDO AMANTINI (AGRAVADO)

RENATO AMANTINI (AGRAVADO)
ELIANA GONCALVES SALVADOR AMANTINI (AGRAVADO)
LEONARDO AMANTINE MARONEZI (AGRAVADO)
NELSON SINOPOLI (AGRAVADO)
CLAUDIO AMANTINI (AGRAVADO)
CLAUDIO AMANTINI JUNIOR (AGRAVADO)
PATRICIA TORRANO TURTELLI MARONEZI (AGRAVADO)
MARIA HELENA AMANTINI MARONEZI (AGRAVADO)
MARIA THEREZA BLANCO DE CARVALHO AMANTINI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO HERMANN RAMOS OAB - MT8855-O (ADVOGADO)
NELSON HANADA OAB - SP11784 (ADVOGADO)
CLAUDIO SHINJI HANADA OAB - SP100529 (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004772-05.2009.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-A (ADVOGADO)
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIDIA NICOLAU DE ANDRADE AMARAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO DONIZETE CONSONI GIROTTO OAB - MT12392/O (ADVOGADO)

Assim, determino a intimação das partes para, no prazo de 60 dias, manifestarem sobre eventual adesão à plataforma on line, criada para adesão ao acordo homologado perante o Colendo Supremo Tribunal Federal. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Des. Sebastião BARBOSA FARIAS Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004772-05.2009.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-A (ADVOGADO)
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIDIA NICOLAU DE ANDRADE AMARAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO DONIZETE CONSONI GIROTTO OAB - MT12392/O (ADVOGADO)

Assim, determino a intimação das partes para, no prazo de 60 dias, manifestarem sobre eventual adesão à plataforma on line, criada para adesão ao acordo homologado perante o Colendo Supremo Tribunal Federal. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Des. Sebastião BARBOSA FARIAS Relator

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1015523-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVANTE)
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVANTE)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BELMIRO HERCULANO DA SILVA (AGRAVADO)
JOSEFA EMIDIO GUIMARAES (AGRAVADO)
MARCIA DE SOUZA LOPES (AGRAVADO)
ADILSON DEFENDI (AGRAVADO)
GERCENI DE SOUZA SILVA (AGRAVADO)
JULIANNE CAJU DE OLIVEIRA SOUZA MORAES (AGRAVADO)
ANTONIA EMIDIO GUIMARAES (AGRAVADO)
LUZIA PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
VALMIR ALVES DOS SANTOS (AGRAVADO)
IVANI MARIA DA SILVA (AGRAVADO)
MATIAS TRASSI (AGRAVADO)
VALDEREI APARECIDA DA SILVA TRASSI (AGRAVADO)
LEVINIA MARIA DA SILVA (AGRAVADO)
MARLY ALVES LEITE (AGRAVADO)
JOAQUIM SABINO DA SILVA (AGRAVADO)
FLAVIA RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)
EDSON DE SOUZA LOPES (AGRAVADO)
FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019152-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. V. D. R. J. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019152-73.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:52:18 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000501-66.2007.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
AGRICOLA BOMSOLO LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATEUS MENEGON OAB - MT11229-A (ADVOGADO)
FABIANO GAVIOLI FACHINI OAB - MT5425-A (ADVOGADO)
THIAGO ARRUDA SOARES PARPINELLI OAB - MT24411/O (ADVOGADO)
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUIMORVAN PINTO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ORLI MACEDO MELO OAB - MT20031-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
EGUIVAN PINTO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELIZANGELA PINTO BUENO (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) GUIMORVAN PINTO para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019152-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. V. D. R. J. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019152-73.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:52:18 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000095-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT123907-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004572-27.2008.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER SANDRO DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BARBOSA TEIXEIRA DE MAGALHAES OAB - MT6882-O (ADVOGADO)
MARCO ANTONIO GUIMARAES JOUAN JUNIOR OAB - MT10369-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. S. M. (EMBARGADO)
NEUSA CASTANHA DOS SANTOS (EMBARGADO)
LAURO DE MATOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUDIMAR PANIS FACHINETTO OAB - MT5864-O (ADVOGADO)
RENATO SOUSA DUTRA OAB - MT5809-A (ADVOGADO)
KLEITON LAZZARI OAB - MT8727-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007552-68.2013.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
NASA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO PAULO FELIPE DA SILVA PINHEIRO OAB - GO34189 (ADVOGADO)
RICK LE SENECHAL BRAGA OAB - TO2644-O (ADVOGADO)
ANTONIO DOMINGOS BRAGA OAB - GO4188-O (ADVOGADO)
MAURO CESAR BARTONELI JUNIOR OAB - GO23380-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE ALMEIDA LIMA (EMBARGADO)
SANTINA RODRIGUES LIMA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALFREDO DE OLIVEIRA WOYDA OAB - MT7719-B (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1000482-49.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-A (ADVOGADO)
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-A (ADVOGADO)
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-O (ADVOGADO)
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-A (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
STPHANY DAYANE DA SILVA (AGRAVADO)

Intimação ao Agravante para fornecer novo endereço do Agravado, tendo em vista a devolução do AR pelo motivo ".NÃO EXISTE O N° INDICADO"...., no prazo legal.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019171-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURI MEDEIROS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA AZEVEDO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019171-79.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:58:02 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019172-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON BELONE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO GOMES NERY OAB - MT2051-O (ADVOGADO)
JUDSON GOMES DA SILVA BASTOS OAB - MT8857-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALBERTO TORREMOCHA (AGRAVADO)
IJANI AYNE VIOLA TORREMOCHA (AGRAVADO)
JOAO CARLOS TROUVA (AGRAVADO)
IZILDA APARECIDA VIOLA TROUVA (AGRAVADO)
IDA GAVOGLIO VIOLA (AGRAVADO)
CILENE PRADOS VIOLA (AGRAVADO)
IVANDER ROBERTO VIOLA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019172-64.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:01:03 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019174-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. S. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARLENE KATIA FOGLIATTO OAB - MT12106-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. D. B. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019174-34.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:22:43 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032387-06.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RESENDE E CIA LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO GALVAN OAB - MT8056-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PLATINA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (EMBARGADO)
SOIMPEX S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-A (ADVOGADO)
ANA PAULA BARBOSA RIBEIRO OAB - MT13654-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019184-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BEATRIZ DE ALENCAR TAQUES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019184-78.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019185-63.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
LOTTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREYA MONTI OSORIO OAB - MT12605-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON HELLMANN (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019185-63.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019193-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL PAIAGUAS QDA 3-A BLOCO (01 A 09) (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELY LEVINA DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019193-40.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009965-75.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO DE MAGALHAES (AGRAVADO)

Diante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso, ante a perda do objeto. Intime-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo. Cumpra-se. Des. Sebastião BARBOSA FARIAS Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019197-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEY JOSE CAMPOS OAB - MT44243-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA NILVA DE LIMA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019197-77.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1015942-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANARU DA SILVA PAIXAO OAB - MT10105-O (ADVOGADO)
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA OAB - SP41775-O (ADVOGADO)
DANIELA BENES SENHORA HIRSCHFELD OAB - SP171674-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NAIR FARIA LEITE LOUREIRO (AGRAVADO)
MARIA CICERA DE SOUSA (AGRAVADO)
LUCIANA DA COSTA RAMOS OLIVEIRA (AGRAVADO)
MAMEDES BENEDITO DE ALMEIDA (AGRAVADO)
LUIZ CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
ADELSON FRANCISCO DE PAULA (AGRAVADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AGRAVADO)
EWALDO GUSTAVO DE AGUIAR (AGRAVADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TOMAS SOUZA GALVAO OAB - GO40095 (ADVOGADO)
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO OAB - MS10766-O (ADVOGADO)
TOMAS ESCOSTEGUY PETTER OAB - RS63931 (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
DIEGO SOUZA GALVAO OAB - RS65378 (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
VALERIA LEMES DE MEDEIROS OAB - DF27403O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0001790-04.2017.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TERESINHA PIRES BORGES DA CONCEICAO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OSCAR ALVES DA SILVA JUNIOR OAB - MT18917-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019210-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS REGINA ZIBETTI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILAINE CRISTINA RISSI OAB - SP390311 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED SEGUROS SAUDE S/A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019210-76.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018350-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JHONES FERREIRA PIRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THEMIS LESSA DA SILVA OAB - MT15355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-A (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-O (ADVOGADO)

Com essas considerações, com fundamento na súmula 568 do STJ, julgo monocraticamente o recurso, e DOU PROVIMENTO ao recurso, e julgou extinto o feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV do CPC, e, por via de consequência, determino a restituição ao Apelante do veículo apreendido liminarmente. Ante o provimento do recurso com a improcedência da ação, de rigor a condenação da instituição autora, ora Apelada, em custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios em favor do patrono do Apelante, os quais fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da causa, montante que entendo adequado a todo a trabalho até aqui realizado. Intime-se. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-233 HABEAS CORPUS CÍVEL
Processo Número: 1013448-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

A. D. A. T. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA DA SILVA OAB - MT14054-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. E. D. V. D. E. F. C. A. M. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. D. S. L. B. (TERCEIRO INTERESSADO)
S. L. D. C. B. (PACIENTE)
ALMAR BUSNELLO OAB - MT12213-A (ADVOGADO)

Diante do exposto, JULGO PREJUDICADO o “habeas corpus”, em razão da perda superveniente de seu objeto. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019 Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-233 HABEAS CORPUS CÍVEL
Processo Número: 1013448-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. D. A. T. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA DA SILVA OAB - MT14054-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. E. D. V. D. E. F. C. A. M. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. D. S. L. B. (TERCEIRO INTERESSADO)
S. L. D. C. B. (PACIENTE)
ALMAR BUSNELLO OAB - MT12213-A (ADVOGADO)

Diante do exposto, JULGO PREJUDICADO o “habeas corpus”, em razão da perda superveniente de seu objeto. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019 Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019216-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE TESSARO OAB - MT12484-A (ADVOGADO)
SILVIA SIMONE TESSARO OAB - PR26750 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGENCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA - EPP (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019216-83.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016919-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVANTE)
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARINA MOISES MENDONCA OAB - MT210867-O (ADVOGADO)
LUIZ ALCESTE DEL CISTIA THONON FILHO OAB - SP211808O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Pelo exposto, com fundamento nos arts. 1.015 e 932, III, ambos do CPC, não conheço do recurso, porquanto manifestamente inadmissível sua interposição. Intime-se, expedindo o necessário. Cumpridas as providências de praxe, arquive-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0017365-20.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA RITA SANTOS BRANDAO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABENUR AMURAMI DE SIQUEIRA OAB - MT9107-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE EMÍLIA BAPTISTA GODOY (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
UBIRAJARA DE SIQUEIRA FILHO OAB - MT15714-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NICOLAU PINTO DE GODOY FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
UBIRAJARA DE SIQUEIRA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIA ROSA PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
A. S. B. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011903-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA LINS CONCEICAO DE MEDEIROS OAB - MT15685-O (ADVOGADO)
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB - MT15732-A (ADVOGADO)
PRISCILA KEI SATO OAB - MT15684-A (ADVOGADO)
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS OAB - PR24498-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO CALETTI DEON (EMBARGADO)
RUBIA ARGENTA DEON (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA MATIAS OAB - MT21936-A (ADVOGADO)
JOAQUIM LUIZ BERGER GOULART NETTO OAB - MT11269-O (ADVOGADO)
THYAGO RIBEIRO DA ROCHA OAB - MT24296-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PARECIS MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015449-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARA REGINA TAYAR TEPEDINO (AGRAVANTE)
PAULO ROBERTO PIERRI TEPEDINO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO RAFAEL DE JESUS COSTA NASSER OAB - MT16905-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANE DE OLIVEIRA BARROS (AGRAVADO)
ESPÓLIO DE ALCEU DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
REGINALDO SCHURING (AGRAVADO)
MARLENE PIZA DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
DEISY FATIMA BARROS (AGRAVADO)
SANDRA DE OLIVEIRA TORCHI (AGRAVADO)
ENDRIGO DE FREITAS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALMIR ANTONIO DE MORAES OAB - MT4933-O (ADVOGADO)
SILENO REZENDE TAVARES OAB - MT5652-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE ALCEU DE OLIVEIRA MARLENE PIZA DE OLIVEIRA ADRIANE DE OLIVEIRA BARROS SANDRA DE OLIVEIRA TORCHI para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002793-44.2016.8.11.0003

Parte(s) Polo Ativo:
CESAR AUGUSTO TERRENGUI (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT6141-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022440-93.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO GONCALVES ORTEGA OAB - MT15126-O (ADVOGADO)
PATRICIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA OAB - SP131725-O (ADVOGADO)
ALINE RIBEIRO VALENTE OAB - SP268365 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO CIVIL PANTANAL SHOPPING (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT14039-O (ADVOGADO)
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0022440-93.2014.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002047-70.2016.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON STASIUK (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA ANTONIOLO OAB - MT14281-O (ADVOGADO)
ELIANA NUCCI ENSIDES OAB - MT14014-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002047-70.2016.8.11.0044 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001202-04.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO VIGANO PICCOLI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DYOGO COSTA MARQUES OAB - MT11084-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVO WEINCH (APELADO)
INGO JORGE BARBIAN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001202-04.2011.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000955-69.2012.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO TADAHIRO HATA (APELANTE)
RUTH HATUE WATANABE HATA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DALILA COELHO DA SILVA ANUNCIACAO OAB - MT6106-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUZUCO SENGA HATA (APELADO)
DOMINGOS HATA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NERY BARCO HERNANDES JUNIOR OAB - MT9756-O (ADVOGADO)
VALMIR ANTONIO DE MORAES OAB - MT4933-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000955-69.2012.8.11.0053 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Segunda Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019127-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS M. DE OLIVEIRA MERCADO LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO DYEGO ARAUJO CARVALHO OAB - TO8414 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLVO (BRASIL) S.A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019127-60.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019129-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TONI DA COSTA FERREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (AGRAVADO)
BANCO BMG SA (AGRAVADO)
BANCO PAN S.A. (AGRAVADO)
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019129-30.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019140-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
W. C. N. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
QUEREN HAPUQUE ALBERNAZ MARQUES OAB - MT19614-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. C. C. C. S. S. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019140-59.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019142-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
H. G. D. C. E. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-E (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. N. A. D. S. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019142-29.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019148-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVERIO MAEHLER (AGRAVANTE)
ERMINDO MAEHLER (AGRAVANTE)
ASAS PALACE HOTEL LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCIA AGUEDA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT13652O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juizo Segunda Vara de Direito Bancario (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019148-36.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019183-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. E. F. F. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019183-93.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019203-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019203-84.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019206-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J MARTINS DE ALMEIDA - EPP (AGRAVANTE)
REGINA CELIA LIRA DE CARVALHO (AGRAVANTE)
JOAQUIM MARTINS DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WANNER LUIZ DE OLIVEIRA OAB - GO32974 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZEMA CIA DE PETROLEO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019206-39.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019212-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON BAUMGRATZ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RALFF HOFFMANN OAB - MT13128-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRICOLA CACHIMBO INDUSTRIAL, EXPORTADORA, IMPORTADORA, COMERCIO DE CEREAIS E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019212-46.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000568-05.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDINO VIANA DE SOUZA (EMBARGANTE)
JORGE DA SILVA RAMOS (EMBARGANTE)
MOACIR RODRIGUES DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY RODRIGUES ARANTES OAB - MT13616-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALMIR FERREIRA BARBOSA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISABETE APARECIDA DA SILVEIRA ARAUJO DA SILVA OAB - MT8341-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PATRICIA DE SOUSA SILVA (TESTEMUNHA)
JÚLIO GIACOMIN (TESTEMUNHA)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRATO VERBAL DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM - IMPROCEDÊNCIA – TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MELHOR INTERPRETAÇÃO A SER DADA AO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO – DESCABIMENTO – EMBARGOS REJEITADOS. O fato de a conclusão da decisão embargada não corresponder exatamente às expectativas do embargante não desafia o manejo dos aclaratórios. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre controvérsia jurídica, ou interpretação do quadro fático-probatório, ou mesmo sobre a melhor prova a ser adotada, todas amplamente apreciadas pelo colegiado. “Mostra-se inviável a alteração do acórdão recorrido, na via dos embargos de declaração, em face de error in judicando, na medida em que este não se configura erro material capaz de ser corrigido por meio de embargos de declaração.” (STJ – EDcl no REsp 798.283/ES).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000998-70.2014.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS ALVES DE MATOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE FREITAS RODRIGUES OAB - MT12424-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte

decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA – OMISSÃO – INOCORRÊNCIA – ARTIGO 1.022 DO CPC/15 – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA SOBRE O CANCELAMENTO DO PLANO DE SAÚDE – DESCABIMENTO – EMBARGOS REJEITADOS. Devem ser rejeitados os embargos de declaração, quando ausente a omissão apontada pela parte embargante e se pretende rediscutir matéria já apreciada, consistente na notificação prévia sobre o cancelamento do plano de saúde a ensejar o pagamento de dano moral, o qual foi enfrentado de maneira clara e expressa pelo acórdão objurgado, não se observando as hipóteses previstas no artigo 1.022 do CPC/15. Mesmo nos embargos de declaração com o fim específico de prequestionamento, é necessário observar os limites previstos no artigo 1.022 do CPC/15, impondo-se sua rejeição quando não se verificarem os vícios nele elencados.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006875-55.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE ALMEIDA MALVEZZI (APELANTE)
RP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO OAB - MT16013-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PIERRE TEIXEIRA DE PAULA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TULIO CESAR ZAGO OAB - MT12737-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA C/C APURAÇÃO DE HAVERES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – PROCEDÊNCIA – PRETENDIDA ALTERAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA SOCIEDADE – AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/73 – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO SÓCIO PERMANECENTE PELO SÓCIO RETIRANTE – DIA DA PROPOSITURA DA AÇÃO COMO DATA-BASE – CONTRATO SOCIAL SILENTE QUANTO À FORMA DE DISSOLUÇÃO – HAVERES A SEREM APURADOS MEDIANTE BALANÇO DE DETERMINAÇÃO - ART.606 DO CPC/15 - AFASTAMENTO DO FUNDO DE COMÉRCIO NA APURAÇÃO DE HAVERES – ACOLHIMENTO PARCIAL – EXCLUSÃO DAS BENFEITORIAS IMPLEMENTADAS NO IMÓVEL (LOCADO) – ALEGADA ISENÇÃO DOS HONORÁRIOS NA FORMA DO ART.603, §1º, DO CPC/15 – INAPLICABILIDADE – OFERTA DE CONTESTAÇÃO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – APELO PARCIALMENTE PROVIDO. Deve ser considerada como termo inicial da sociedade a data que que o contrato social consigna ter se dado o início das atividades. À míngua de prévia notificação do permanecente pelo sócio retirante acerca de sua intenção de se retirar da sociedade, e tendo a ação dissolutória sido ajuizada na vigência do CPC/73 – que não possuía correspondente ao art.605 do CPC/15 –, necessário o alinhamento à jurisprudência do STJ vigente à época, segundo a qual, “a apuração de haveres deve ter como marco inicial a data do ajuizamento da presente ação de dissolução, haja vista a demonstração inequívoca da inexistência de affectio societatis.” (REsp 1371843/SP). Ainda que o sócio permanecente não tenha oferecido resistência, concordando com o pedido de dissolução parcial, certo é que, ao ofertar contestação, não pode se valer do benefício do §1º do art.603 do CPC/15, de modo que a sucumbência haverá de ser apurada pelo procedimento comum, segundo o §2º do mesmo artigo. Silente o contrato social acerca da dissolução da sociedade e da respectiva apuração dos haveres, esta deverá ocorrer, nos termos do art.606 do CPC/15, mediante balanço de determinação. No balanço de determinação, deve-se levar em conta (a) o valor de mercado dos bens da sociedade; (b) a simulação do pagamento de todos os débitos e do recebimento de todos os créditos; (c) a quantificação do patrimônio líquido, composto de elementos corpóreos e incorpóreos, inclusive o valor do estabelecimento comercial, ou seja, o fundo de comércio (REsp 907.014/RS), com exceção das benfeitorias no imóvel (locado) onde instalado o estabelecimento comercial. Reconhecida a sucumbência recíproca, deverá cada parte arcar com a verba honorária do(s) patrono(s) da parte adversa.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015964-05.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA III - SPE LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE MACHADO TORRES (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE DIOGO DUTRA FILHO OAB - MT12960-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, ACOLHEU PARCIALMENTE OS EMBARGOS. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS – DISCUSSÕES ACERCA DO DESACERTO DO QUANTUM RESTITUÍVEL – TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MELHOR INTERPRETAÇÃO A SER DADA AO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO – DESCABIMENTO – ART.1.022, §2º, II, C/C ART.489, §1º, VI, AMBOS DO CPC/15 – INOBSERVÂNCIA DE TESE FIXADA EM RECURSO REPETITIVO (TEMA 1.002 DO STJ) – NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES PARA A ADEQUAÇÃO DO ARESTO EMBARGADO AO PARADIGMA - EMBARGOS ACOLHIDOS EM PARTE.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000978-19.2013.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE DE ALMEIDA ARAUJO OAB - MT19362-O (ADVOGADO)
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER OAB - PR07919 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LORENZETTI LTDA (EMBARGADO)
ROBERTO PEDRO SCOLARI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DOUGLAS LIRIA FERNANDES BRASIL OAB - MT15322-O (ADVOGADO)
JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI OAB - MT15877-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL – TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – DESCABIMENTO – EMBARGOS DESPROVIDOS. O fato de a conclusão da decisão embargada não corresponder exatamente às expectativas do embargante não desafia o manejo dos aclaratórios. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre controvérsia jurídica, ou interpretação do quadro fático-probatório, ou mesmo sobre a melhor prova a ser adotada, todas amplamente apreciadas pelo colegiado.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011984-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIO MOREIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
QUALIMAGEM SERVICOS DIAGNOSTICOS POR IMAGEM EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LISBOA FERNANDES OAB - DF41233 (ADVOGADO)
GABRIEL FEGURI OAB - MT26604/O (ADVOGADO)
ALMINO AFONSO FERNANDES JUNIOR OAB - DF42516 (ADVOGADO)
FABIAN FEGURI OAB - MT16739-O (ADVOGADO)
ALMINO AFONSO FERNANDES OAB - MT3498O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
RONIMARCIO NAVES ADVOGADOS - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE RAMIRES PINTO COELHO OAB - MT9944-O (ADVOGADO)
LUCIA PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT10948/O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO – AUSÊNCIA DE PROVA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – QUESTÃO QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - HIPÓTESE DE CABIMENTO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é oponível apenas para a arguição de matérias passíveis de serem conhecidas de ofício pelo juízo e que não necessitem de dilação probatória. Na hipótese, os Agravantes sustentam que o Agravado não juntou qualquer documento que comprove a devida prestação dos serviços jurídicos para o qual foi contratado, discussão essa que exige dilação probatória, fase incompatível com a exceção de pré-executividade. Com efeito, em que pese a parte Executada argumentar o contrário, tem-se que é necessária a produção de provas a fim de verificar se realmente houve a prestação de serviços pelo Exequente, ainda mais quando há nos autos, contrato de prestação de serviço devidamente assinado pelas partes e comprovantes de transferências feitas pelos Agravantes.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014285-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DILMAR BIAZUSSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAYTON OUVERNEI OAB - MT13051-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA REGEM SOUZA OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BIBIANO PEREIRA LEITE NETO OAB - MT8938-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE – TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA PELO JUIZ A QUO – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO FORMULADO PELO REQUIRIDO/AGRAVANTE – ANÁLISE POSTERGADA –RESTABELECIMENTO DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR - TESE RECURSAL DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO – IMPROCEDÊNCIA – PRONUNCIAMENTO JUDICIAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO – OBSERVÂNCIA AO ART. 93, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 11 DO CPC – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. De acordo com o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e artigo 11 do Código de Processo Civil, todas as decisões judiciais, inclusive as interlocutórias, devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. Não há que falar em carência de fundamentação, quando a decisão hostilizada justifica que restabelecimento do cumprimento da medida liminar se perfaz em razão do julgamento do recurso de agravo de instrumento n.º 1008144-02.2019.8.11.0000 e, que a análise do pedido de reconsideração será postergada para depois de intimada a parte adversa.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0051337-34.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA PERUSSO OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER ARGUELHO MOURA OAB - MT9689-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIEIRA DE CAMARGO COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME (APELADO)
REGINA REVERDITO VIVEIROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO RACHID MAIA DE ANDRADE OAB - MT7450-O (ADVOGADO)
RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR OAB - MT15138-A (ADVOGADO)
FREDERICO LEONCIO GAIVA NETO OAB - MT13537-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. EMENTA: RAC – AÇÃO DE OPOSIÇÃO INTERVENTIVA – PROPOSTA NA VIGÊNCIA DO CPC/73 – AMPLIAÇÃO DO OBJETO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO C/C COBRANÇA (AÇÃO PRINCIPAL) – CELEBRAÇÃO DE ACORDO NA DEMANDA ORIGINÁRIA HOMOLOGADA POR SENTENÇA – INOCORRÊNCIA DA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA OPOSIÇÃO – NECESSÁRIA ANÁLISE DO PEDIDO DE MÉRITO FORMULADO PELO TERCEIRO PREJUDICADO – SENTENÇA CASSADA – RECURSO PROVIDO. 1 – Tratando-se de Oposição interventiva, segundo lições de Cândido Dinamarco, há a "ampliação do objeto do processo, ao pôr diante do juiz uma nova pretensão a ser julgada juntamente com a do autor, em sentença única (art. 59) – e essa sentença será precedida de um procedimento só, com uma só instrução em que todos os fatos alegados por todas as partes serão objeto de exame". 2 – No caso dos autos, é de solar clareza que a Oposição não perdeu o seu objeto, e o mérito deve ser enfrentado, mormente em razão da solução apresentada na demanda principal - Ação de Busca e Apreensão c/c Cobrança nº. 029089-74.2014.8.11.0041 - a qual a Opoente não integra, inobstante seu interesse esteja umbilicalmente interligado.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013667-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADIMILSON FELIX DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOHNNY DE SOUZA NOLETO OAB - MT19170-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIMONE BESOLD OAB - MT17545/O (ADVOGADO)
DAIANE CANAVERDE STROGULSKI OAB - MT22392/O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE DE BEM IMÓVEL – LIMINAR DEFERIDA – REQUISITOS DO ART. 561 CPC PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A tutela possessória reclama a convergência dos requisitos previstos no art. 561 do CPC, que se incluem na esfera probante do autor, por moldar o fato constitutivo do seu direito. Na hipótese, ainda que de forma sumária, o conjunto probatório trazido aos autos favorece à verossimilhança do que foi alegado pela Autora/Agravada e, ainda, em contrapartida, o Réu/Agravante não trouxe contraprova capaz de desconstituir as razões e provas da Agravada, ou demonstrar melhor posse sobre a área disputada.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012454-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SUZANA GONCALVES LUZ SPONTONI (AGRAVANTE)
WILSON SPONTONI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA ALICE COELHO NEVES OAB - MT17943O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERASMO FIGUEIREDO DE MIRANDA (AGRAVADO)
DULCILEI MARQUES DE OLIVEIRA MIRANDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ISMAEL MUHAMAD ABDEL JALIL OAB - MT5794-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM IMÓVEL – LIMINAR DEFERIDA – REQUISITOS DO ART. 561 CPC PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A tutela possessória reclama a convergência dos requisitos previstos no art. 561 do CPC, que se incluem na esfera probante do autor, por moldar o fato constitutivo do seu direito. Na hipótese, ainda que de forma sumária, o conjunto probatório trazido aos autos favorece à verossimilhança do que foi alegado pelos Autores/Agravados e, ainda, em contrapartida, o Réu/Agravante não trouxe contraprova capaz de desconstituir as razões e provas dos Agravados, ou demonstrar melhor posse sobre a área disputada.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010930-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. F. M. E. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO GARCIA BARBOSA OAB - MT17134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MARCOS ESTRELA SILVEIRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, VENCIDOS O RELATOR E A 1ª VOGAL DESPROVEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA 2º VOGAL, EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE LIMINAR – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - MATRÍCULA DE ALUNO EM CURSO SUPERIOR – NÃO CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO – IMPOSSIBILIDADE – LIMINAR INDEFERIDA – RECURSO DESPROVIDO. A conclusão do ensino médio para o ingresso em curso de graduação em instituição de ensino superior é obrigação a todos imposta pelo artigo 44, II, da Lei nº 9.394/96. A aprovação em vestibular não autoriza a efetivação de matrícula em curso superior, não concluído o ensino médio.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010522-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA FREITAS DEL SANTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA SALES PAVINI OAB - MT20212-O (ADVOGADO)
YAGO GATTASS CREPALDI OAB - MT21108-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CACERES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – TUTELA DE URGÊNCIA – INCLUSÃO NOS QUADROS DA COOPERATIVA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DO EFEITO ATIVO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme dispõe o artigo 300 do Código de Processo Civil. Na hipótese, não se revela razoável o deferimento da tutela de urgência para determinar que a Agravante seja incluída nos quadros da Cooperativa Agravada, uma vez que não há nos autos elementos que demonstrem os requisitos necessários para sua admissão no quadro de cooperados. Ademais, não há perigo de dano decorrente do indeferimento da tutela de urgência, uma vez que embora a Recorrente não integre o quadro de associados da Recorrida, pode exercer a psicologia plenamente, inexistindo, a princípio, violação ao direito constitucional ao livre exercício do trabalho e à livre iniciativa (CF, art. 1º, IV, e art. 5º, XIII).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008226-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO AIDAR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON RITTER OAB - MT15465-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
H MUNIZ FEITOSA & CARVALHO LTDA - EPP (AGRAVADO)
ADRIA SANTOS MUNIZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NADIA FERNANDES RIBEIRO OAB - MT4038-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUERES E ACESSÓRIOS C/C PEDIDO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL – LIMINAR CONCEDIDA MEDIANTE CAUÇÃO – CRÉDITO LOCATÍCIO – IMPOSSIBILIDADE – PRÓPRIO IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO – PEDIDO NÃO CONHECIDO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do art. 59, § 1.º, da Lei de Locações, é possível concessão de liminar desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel. Na hipótese, considerando que o suposto débito locatício perseguido nesta demanda ainda não se tornou incontroverso, tampouco goza de certeza, liquidez e exigibilidade, inviável seu aceite como garantia para o despejo liminar. Diante da ausência de manifestação do Juízo de primeiro grau quanto ao oferecimento do próprio imóvel objeto do contrato locatício como caução, não é possível qualquer manifestação do órgão colegiado a respeito da questão ainda não debatida, sob pena supressão de instância e ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008444-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGER - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERLON SALES OAB - MT16094/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXPRESSO RUBI LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO VINICIUS DOS REIS OAB - MT17942/O (ADVOGADO)
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E PROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRELIMINAR - PERDA DE OBJETO - SUSPENSÃO LIMINAR DO EDITAL PELO TCE/MT - REJEIÇÃO - MÉRITO - SUSPENSÃO LIMINAR DE EDITAL DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL - CONCESSÃO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - CONTRATOS VENCIDOS - CARÁTER PRECÁRIO - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE LICITAÇÃO - HIERARQUIA - LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS - RECURSO PROVIDO. O resultado de julgamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso não caracteriza questão prejudicial ao prosseguimento do processo e à análise, na via recursal, do mérito, em razão do princípio da autonomia dos Tribunais e independência de instâncias. O deferimento da tutela de urgência só se justifica quando concomitantemente presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ausente um desses requisitos, o indeferimento da tutela de urgência é medida que se impões, muito mais

ainda quando evidenciado a probabilidade de direito e dano inversos. A natureza jurídica da precariedade contratual de transporte coletivo não se desnatura e nem se altera com o estado econômico da agravada. Assim, a recuperação judicial que enfrenta não pode e não deve subverter princípios fundamentais de direito público, que obrigam o Estado a promover contratação regular dos serviços delegados de transporte coletivo intermunicipal, muito mais ainda quando a administração pública cumpre ditames constitucionais de hierarquia superior à lei infraconstitucional, a exemplo da Lei nº 11.101/2005.-

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0000432-07.2013.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMARI APARECIDA CAPELETTO RODRIGUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CECILIA NOBRE TORRES OAB - MT17453-O (ADVOGADO)
GILDO CAPELETO OAB - MT7288-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA ARAUJO BARBOSA OAB - MT9847-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, VENCIDO O 1º VOGAL, DESPROVEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. E M E N T A: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO INTERNO – IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – IMPROCEDÊNCIA – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO – IMPROVIMENTO E POSTERIOR RETRATAÇÃO/RECONSIDERAÇÃO EM AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA – BENEFÍCIO REVOGADO – DECISÃO FUNDAMENTADA – ALEGAÇÃO DE DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS – DESCABIMENTO – AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA HIPOSSUFICIÊNCIA – REVOGAÇÃO COM AMPARO NO ARTIGO 98 DO CPC/15 E JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL – RECURSO DESPROVIDO. Deve ser mantida a decisão monocrática que, em juízo de retratação, reconsiderou da decisão proferida anteriormente, para dar provimento ao recurso de apelação interposto pela instituição financeira apelante e, por consequência, revogar o benefício da justiça gratuita concedido à agravante/apelada, uma vez que foi proferida com amparo na legislação de regência – artigo 98 do CPC/15- e na jurisprudência deste tribunal.-

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014271-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXPRESSO SATELITE NORTE LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO INACIO MORAIS OAB - GO26951-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE JESUS PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANDERLY RUDGE GNOATO OAB - MT17786-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – NEGATIVA DE EFEITO SUSPENSIVO À IMPUGNAÇÃO – MANUTENÇÃO – TRANSCURSO DE MAIS DE DOIS ANOS DA HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO – CÔMPUTO DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O QUANTUM EXEQUENDO – CONSECTÁRIOS LÓGICOS – ART.406 DO CC E ARTS. 322, §1º E 524, INC. II E III, AMBOS DO CPC/15 – EXCESSO DE EXECUÇÃO INEXISTENTE – RECURSO DESPROVIDO. Se entre a data da homologação do acordo extrajudicial firmado entre as partes e o manejo do respectivo cumprimento passaram-se mais de dois anos – haja vista os sucessivos recursos abusivos da devedora (Apelação, REsp e RAI ao STJ) –, imperioso o cômputo de juros de mora legais e correção monetária, tal como preveem os incisos II e III do art.524 do CPC/15, ainda que não estipulados no ajuste ou mesmo na sentença homologatória, já que tais acréscimos são consectários lógicos do quantum exequendo, nos termos do artr.406 do CC/2002 e do art.322, §1º, do CPC/15. Impedir que as credoras computem sobre o valor do acordo os juros decorrentes da mora e a atualização do débito em função da corrosão da moeda neste interregno seria premiar a devedora agravante que, em venire contra factum proprium, abusou do direito de recorrer, interpondo apelo contra a sentença que homologou acordo por ela própria proposto.-

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1011399-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA HABITACIONAL E CONDOMINIAL AUTONOMA DO ESTADO DE MATO GROSSO LTDA-COHAUT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ FARIA OAB - MT10917-A (ADVOGADO)
UNIVAR PIVA FADANELLI OAB - MT26474/O (ADVOGADO)
RODRIGO DIRENE DE MORAES OAB - MT13878-O (ADVOGADO)
DIOGO VINICIUS ALVES BUOGO OAB - MT26055/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELMA APARECIDA DE LIMA FERNANDES SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TARCISIO LUIZ BRUN OAB - MT16191-O (ADVOGADO)
HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT OAB - MT14360-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, INADMITIU O RECURSO. E M E N T A: AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO MONOCRÁTICA – AÇÃO CAUTELAR EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – IMPUGNAÇÃO – PROCEDÊNCIA – PRETENSÃO DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS COM BASE NO PROVEITO ECONÔMICO DA CAUSA – DECISÃO MONOCRÁTICA – DESPROVIMENTO – DECISÃO FUNDAMENTADA – RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA – MANIFESTA INADMISSIBILIDADE – ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC/15 – APLICAÇÃO DE MULTA – ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/15 – RECURSO INADMITIDO. Se a parte agravante não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada que monocraticamente negou provimento ao recurso e manteve a decisão que julgou procedente a impugnação oposta a Ação Cautelar de Exibição de Documento em Fase de Cumprimento de Sentença, e não trouxe nenhum fato novo capaz de ensejar a reforma da decisão monocrática, não cumprindo o disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC/15, o recurso não deve ser admitido. Sendo o recurso manifestamente inadmissível, deverá ser aplicada a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/15, a ser arbitrado no momento do julgamento, em caso de unanimidade do acórdão.-

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1008119-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXPEDITO FIGUEIREDO DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO PIRES ATALA OAB - MT6062-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO AMARANTE PASSOS (AGRAVADO)
CELSO ABRANTES MARQUES (AGRAVADO)
ITAMAR BATISTA DOS SANTOS (AGRAVADO)
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE (AGRAVADO)
FRANKLIN ROOSEVELT VIEIRA VIDAURRE (AGRAVADO)
ROMEU DE AQUINO NUNES (AGRAVADO)
LOUISE KRISTINA LOPES DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO POUPEX (TERCEIRO INTERESSADO)

MARIA DO SOCORRO ALVES FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A: AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO MONOCRÁTICA – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA – HONORÁRIOS – DECISÃO QUE NÃO RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO POR SER CABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO MONOCRÁTICA – NEGATIVA DE SEGUIMENTO – DECISÃO FUNDAMENTADA – RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA – RECURSO DESPROVIDO. Se a parte agravante não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada que monocraticamente não conheceu do recurso por ausência de impugnação especifica aos fundamentos da decisão recorrida (art. 1.016, III, do CPC/15), e não trouxe nenhum fato novo capaz de ensejar a reforma da decisão monocrática, não cumprindo o disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC/15, o recurso deve ser desprovido.-

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009769-08.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE BISPO DE ARAGAO FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO)
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEROLA CARVALHO ARAGÃO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSANA ROCHA CARVALHO OAB - 026.705.061-51 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, VENCIDA A RELATORA, PROVERAM PARCIALMENTE O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA 1ª VOGAL, EXMA SRA. DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE GUARDA E ALIMENTOS – TUTELA DE URGÊNCIA – AÇÃO MANEJADA NO FORO DE DOMICÍLIO DA CRIANÇA – GUARDA COMPARTILHADA - REGIME PADRÃO NA AUSÊNCIA DE CONSENSO ENTRE OS GENITORES - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 1.584, § 2º, E 1.585, DO CÓDIGO CIVIL – ALIMENTOS PROVISÓRIOS MANTIDOS NO PATAMAR DE 74,8% DO SALÁRIO MÍNIMO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 - A Ação de Guarda c/c Alimentos c/c Visita n. 1001579-67.2017.8.11.0040 foi proposta pela alimentanda P.C.A. no foro do seu atual domicílio, na Comarca de Sorriso, em consonância com o artigo 53, inciso II, do CPC, o qual dispõe que é competente o foro do domicílio da alimentanda para ação em que se pedem alimentos. 2 - Mantendo em foco apenas e exclusivamente o melhor interesse da criança, no particular, o caso reclama a guarda compartilhada, permitindo que o Agravante possa participar ativamente das decisões da filha, ainda que resida em cidade diferente, ainda que a residência base da criança seja em Sorriso, com a mãe. 3 - Embora compartilhada, necessário fixar o domicílio principal da criança. Por contar, atualmente, com menos de 03 (três) anos de idade e por estar acostumada à rotina estabelecida pela genitora, fixo como principal residência o atual domicílio, na cidade de Sorriso/MT. 4 - Conquanto o pai tenha dito que recebe ajuda de custo paga pelo Sindicato dos Corretos/MT no montante de R$ 1.656,10 (um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dez centavos), está incontroverso pelos comprovantes de depósito que vem colaborando, mensalmente, com o valor de R$ 700,00 (setecentos reais), o que equivale aos 74,8% do salário mínimo vigente, fixados na decisão agravada.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015434-44.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. O. P. L. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA OLIVEIRA MENDONCA OAB - MT17086-A (ADVOGADO)
WELITON MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB - MT14005-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Z. R. D. S. (APELADO)
Outros Interessados:
C. G. L. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM – PROCEDÊNCIA – PREENCHIDOS OS REQUISITOS CARACTERIZADORES – PRELIMINAR – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – MÉRITO – DIVERGÊNCIA QUANTO AO LAPSO TEMPORAL DA CONVIVÊNCIA – PERÍODO DE DURAÇÃO DEMONSTRADO ATÉ O ÓBITO DO DE CUJUS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Preenchidos os requisitos do artigo 98 do CPC/15, o deferimento da justiça gratuita é medida que se impõe. Constata-se pelas provas colhidas nos autos que a apelada logrou êxito em demonstrar os requisitos indispensáveis ao reconhecimento da união estável até a data do falecimento do de cujus, ônus que lhe competia, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, o qual estabelece que incumbe à parte autora provar fato constitutivo do seu direito.-

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004742-57.2012.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
AGROPECUARIA MARINGA LTDA (EMBARGANTE)
ANTENOR SANTOS ALVES JUNIOR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO PAULO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR OAB - MT12007-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO INTERNO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – DESPROVIMENTO – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCOS - CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE – INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO - EMBARGOS REJEITADOS. Devem ser rejeitados os embargos de declaração, quando ausente a contradição e obscuridade apontadas pela parte embargante e se pretende rediscutir matéria já apreciada, vez que que os honorários majorados sobre o valor da causa ou sobre o valor da dívida atualizada correspondem ao valor do débito atualizado, conforme disposto no art. 85, § 2º, do CPC/15. Mesmo nos embargos de declaração com o fim específico de prequestionamento, é necessário observar os limites previstos no artigo 1.022 do CPC/15, impondo-se sua rejeição quando não se verificarem os vícios nele elencados.-

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1007589-13.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOUZE CLARO FERREIRA DE CAMPOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT12791-A (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A - AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PARCIAL PROCEDÊNCIA – DECISÃO MONOCRÁTICA – APELO DESPROVIDO – DECISÃO FUNDAMENTADA – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS CAPAZES DE MODIFICAR O DECISUM – RECURSO DESPROVIDO. Encontrando-se a decisão monocrática que negou provimento ao Recurso de Apelação Cível interposto pela ora agravante, mantendo a sentença de parcial procedência da Ação de Indenização por Danos Morais devidamente fundamentada e não havendo nos autos elementos novos capazes de modificar o entendimento, o desprovimento do agravo interno é medida que se impõe.-

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001964-80.2018.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANO BALABAM (EMBARGANTE)
JOAO CARLOS BALABAN (EMBARGANTE)
ADM DO BRASIL LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLEICA FATIMA DE GOES FERMINO DE LIMA OAB - MT4049-A (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS BALABAN (EMBARGADO)
ADM DO BRASIL LTDA (EMBARGADO)
MARIANO BALABAM (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SOLEICA FATIMA DE GOES FERMINO DE LIMA OAB - MT4049-A (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONTRADIÇÃO E OMISSÕES – INOCORRÊNCIA - PRETENSÃO DE REANÁLISE DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA – ARTIGO 1.025 DO CPC/15 - EMBARGOS REJEITADOS. Devem ser rejeitados os embargos de declaração, quando ausentes a contradição e as omissões apontadas pelo embargante e se pretende rediscutir matéria já apreciada. Por força do disposto no artigo 1.025 do CPC/15, considerar-se-á prequestionada a matéria nos autos, ainda que rejeitados os embargos de declaração, caso o tribunal superior entenda existentes os vícios que justifiquem a oposição dos embargos declaratórios.-

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000582-35.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE DE PAULA MONTEIRO NETO OAB - SP29443-A (ADVOGADO)
MARCIAL BARRETO CASABONA OAB - SP26364-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BOM JESUS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (APELADO)
YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A (APELADO)
PEDROMAR TRANSPORTES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO OAB - MT6294-A (ADVOGADO)
MAURICIO MARQUES SBEGHEN OAB - RS62175-A (ADVOGADO)
VANDERLEI CHILANTE OAB - MT3533-A (ADVOGADO)
ANTONIO MARTELLO JUNIOR OAB - MT6370-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A - RAC - AÇÃO DE COBRANÇA DE ESTADIAS PELO ATRASO NO DESCARREGAMENTO DE CARGA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE REJEITADA – MÉRITO - ATRASO INJUSTIFICADO POR PARTE DA DESTINATÁRIA NO RECEBIMENTO DA MERCADORIA - DIREITO AO RECEBIMENTO DE DIÁRIAS RELATIVAS AO TEMPO EM QUE O VEÍCULO PERMANECEU PARADO NO LOCAL DE DESTINO, CONFORME ART. 11, § 5º DA LEI Nº 11.442/07, A TÍTULO DE ESTADIAS – APURAÇÃO DO MONTANTE EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 – Em que pese à contratante afirmar que não tomou conhecimento da subcontratação do transporte, segundo norma cogente do artigo 5º-A, § 2º, da Lei 11.442/07, o contratante e o subcontratante dos serviços de transporte rodoviário de cargas, assim como o cossignatário e o proprietário da carga, são solidariamente responsáveis pela obrigação de descarregamento de mercadoria no prazo máximo de 05 (cinco) horas, contados da chegada ao destino. Preliminar rejeitada. 2 - No caso concreto inexiste documento intitulado de Conhecimento de Transporte de Carga – TAC atinente à programação de chegada da mercadoria, conforme determina a norma regulamentadora. 3- Ausente o documento que pudesse impor ao transportador o período da entrega programada, conclui-se que o trajeto de Uberaba/MG até Rondonópolis/MT ocorreu dentro do prazo hábil para iniciar a contagem do tempo de descarregamento, que são de 05 (cinco) horas. 4 - Diante dos elementos probatórios existentes nos autos, é devida a indenização de que trata o § 5.º do artigo 11 da Lei n.º 11.442/2007, uma vez que foi desrespeitado o prazo máximo para descarga por culpa da destinatária final.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003639-63.2009.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS FERRARIN LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CHAVES BARCELLOS OAB - RS31602-O (ADVOGADO)
KELTON ALFREDO VOLPE OAB - MT19741/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIRGINIA PATRICIA S R OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEBORA SIMONE SANTOS ROCHA FARIA OAB - MT4198-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AGROPECUARIA PALMEIRA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
CELINA MARCOS HERNANDEZ (TERCEIRO INTERESSADO)
WILSON NATAL FERRARIN (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS REZENDE DE PADUA (TERCEIRO INTERESSADO)
DEBORA SIMONE SANTOS ROCHA FARIA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO FELISBINO DE FARIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
EVERSON CARLOS ROCHA (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCISCO ARIANO CRESPO (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLA ILMA SANTOS ROCHA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIO KASUO MIURA (TERCEIRO INTERESSADO)
CILBENE CRISTINA SANTOS ROCHA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOBERT FERREIRA DA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
WALDIR ANTONIO SERAFIM DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
RODOVIA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEILA AGUETONI (TERCEIRO INTERESSADO)
PARECIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/C LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO TUIM DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE CARLOS REIS ROCHA (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS REIS ROCHA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE EUSTAQUIO DE ALMEIDA MELO (TERCEIRO INTERESSADO)
SANTINA ANTONIA BARBOSA (TERCEIRO INTERESSADO)
OTAVIANO OLAVO PIVETTA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE OSMAR CARVALHO BARBOSA (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU PARCIALMENTE O RECURSO E

NA PARTE CONHECIDA DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL – EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE VALORES REFERENTES ÀS SAFRAS DE 2010 A 2012 – FALTA DE INTERESSE RECURSAL – CAPÍTULO NÃO CONHECIDO – AÇÃO DE USUCAPIÃO PENDENTE DE JULGAMENTO – PLEITO DE SUSPENSÃO DA AÇÃO INDENIZATÓRIA – PREJUDICIALIDADE EXTERNA NÃO RECONHECIDA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO NA PARTE CONHECIDA. 1- O interesse é um dos pressupostos recursais subjetivos necessários ao recebimento do Apelo, que é traduzido pela situação desfavorável em que foi colocada a parte Recorrente. No caso, a Recorrente almeja a exclusão do pagamento dos valores referentes aos últimos 03 (três) anos do contrato de arrendamento; contudo, não houve deferimento desse pedido, motivo pelo qual é flagrante a falta de interesse recursal. 2- A suspensão do processo é faculdade do Julgador, que deve avaliar sua utilidade. Na hipótese, embora a Ação de Usucapião tenha como objeto a área de terras em que foi firmado o contrato de arrendamento que deu origem ao pedido indenizatório, caso seja reconhecido o direito de aquisição da propriedade, a Recorrente tem meios próprios para reaver os valores reconhecidos como devido à Apelada. O sobrestamento deste feito, neste momento, não é imprescindível.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003674-06.2007.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ADAMA BRASIL S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA GRASSANO PEDALINO OAB - PR16932-O (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO OAB - PR21151-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEILA MARCIA SANTANA THOMANN (APELADO)
ELSO LUIZ THOMANN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANNY DE ALMEIDA FARIA OAB - MT9290/B (ADVOGADO)
JARBAS LEITE FERNANDES OAB - MT2544-A (ADVOGADO)
LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT6949-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (TERCEIRO INTERESSADO)
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (TERCEIRO INTERESSADO)
BAYER CROPSCIENCE LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MILENIA AGRO CIENCIAS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
IUNES FRANCHINI (TERCEIRO INTERESSADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE - FRAUDE DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO - NULIDADE DE TODOS OS ATOS PRATICADOS POSTERIORMENTE - LITIGANTE DE BOA-FÉ QUE NÃO DEU CAUSA À DEMANDA - AVERBAÇÃO DE ESCRITURA DE GARANTIA HIPOTECÁRIA - IRREGULARIDADE - DIFÍCIL RECONHECIMENTO - FÉ PÚBLICA DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - AFASTAMENTO DA VERBA DE SUCUMBÊNCIA - RECURSO PROVIDO. O sistema processual civil adota, quanto à obrigação de arcar com as verbas da sucumbência, o princípio da causalidade, segundo o qual a parte que tenha dado causa à instauração do processo é quem deve suportar o seu custo. Não há que se falar em verba de sucumbência do vencido que age com boa-fé, principalmente aquele que não tenha de plano reconhecido a irregularidade, diante da fé pública dos cartórios extrajudiciais, bem como ao apresentar a contestação não questiona o direito do autor, resumindo sua resposta em uma defesa técnica.-

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016872-83.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
HUMBERTO DINIZ NUNES FORMIGA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MERILLY LAIS SAVAN SOARES OAB - MT21474-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
H.M.C. - HOSPITAL E MATERNIDADE CLINICA DA CRIANCA LTDA. (APELADO)
UNIMED VALE DO SEPOTUBA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELADO)
MARCOS ANTONIO JORDAO GUIMARAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIAN VINICIUS PAGNUSSAT OAB - MT13525-B (ADVOGADO)
JOACIR JOLANDO NEVES OAB - MT3610-O (ADVOGADO)
JOSEMAR CARMERINO DOS SANTOS OAB - MT7072-O (ADVOGADO)
JULIANO HIGINO DA SILVA JUNIOR OAB - MT4045-O (ADVOGADO)
CLESIO PLATES DE OLIVEIRA OAB - MT23592-O (ADVOGADO)
LUCIANO DE SALES OAB - MT5911-O (ADVOGADO)
FRANCISMAR SANCHES LOPES OAB - MT1708-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A: RAC - AÇÃO INDENIZATÓRIA – PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE DO HOSPITAL ACOLHIDA – MÉRITO - IMPLANTAÇÃO DE CATETER PARA SOLUCIONAR CÁLCULO RENAL – PROCESSO INFECCIOSO DESENCADEADO APÓS O PROCEDIMENTO – PACIENTE TABAGISTA, SEDENTÁRIO, DIABÉTICO E HIPERTENSO - EVENTO DANOSO PREVISÍVEL (FORÇA MAIOR) - AUSÊNCIA DE PROVAS DA CULPA DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELO IMPLANTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA MANTER O HOSPITAL NO POLO PASSIVO. 1 - O STJ já fixou entendimento no sentido de que, caso se esteja diante de contrato com manutenção de hospitais e indicação de rol de conveniados, o nosocômio responderá, solidariamente, por eventual má prestação do serviço. Legitimidade passiva confirmada. 2 - Ao contrário do alegado na inicial, os autos não contêm dados concretos no sentido de que o profissional que atendeu o paciente teria faltado com a atenção ou agido sem o devido zelo quanto ao implante de cateter para resolver quadro de cálculo renal. 3 – No caso concreto, de acordo com a perícia, o médico observou todas as técnicas para o procedimento questionado. Além do mais, paciente hipertenso, tabagista, sedentário e estar sobrepeso à época dos fatos são fatores que aumentam as complicações durante e após o ato cirúrgico, o que implica em manutenção da sentença de improcedência.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007258-72.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GISELI MARIA RONDON NARITA (APELANTE)
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE AVILA OAB - MT4322 (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GISELI MARIA RONDON NARITA (APELADO)
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (APELADO)
DULCYARA LOPES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JULIO CESAR DE AVILA OAB - MT4322 (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
ADELITA VINAGRE PINHEIRO DUARTE OAB - MT10707-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO DA SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA E DESPROVEU O APELO DE GISELE MARIA RONDON NARITA. E M E N T A: RAC - AÇÃO INDENIZATÓRIA – CIRURGIA PLÁSTICA MASTOPEXIA, MAMOPLASTIA E LIPOABDMONOPLASTIA – MÁ CICATRIZAÇÃO E PROCESSO INFECCIOSO

DESENCADEADO APÓS O PROCEDIMENTO – PACIENTE QUE DESATENDEU ÀS ORIENTAÇÕES DA CIRURGIÃ PLÁSTICA – PORTADORA DE QUADRO DEPRESSIVO COM CRISES DE SURTO PSICÓTICO - AUSÊNCIA DE PROVAS DA CULPA DA MÉDICA RESPONSÁVEL E DO HOSPITAL - RECURSO DO HOSPITAL PROVIDO – RECURSO DA PACIENTE DESPROVIDO. 1 - O sucesso do pós-operatório de qualquer procedimento cirúrgico depende do paciente, cabendo à médica lhe apresentar as recomendações mínimas para que haja a cicatrização, sendo esta obrigação devidamente cumprida pela cirurgiã plástica, o que afasta a sua culpa pela má cicatrização da ferida cirúrgica. 2 – No caso, conquanto incontroversa a contaminação da paciente pela Micobactéria de Crescimento Rápido (MCR), inexiste nos autos a prova irresoluta de que a origem desse contágio ocorreu no Hospital. 3 - Não se pode olvidar do regramento constitucional máximo de que, na dúvida, é de rigor a absolvição. A partir dos elementos concretos produzidos nos autos, e considerando a literatura médica inerente à infecção hospitalar, conclui-se que o nosocômio não tem responsabilidade alguma sobre o processo infecioso da paciente, o que configura excludente de responsabilidade. Sentença reformada para julgar improcedentes os pedidos.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001997-22.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FABRYCIO ALLEX DA SILVA MARTINS (APELANTE)
JESSICA THAIS BULHOES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO ARRUDA CUSTODIO OAB - MT11997-A (ADVOGADO)
EDNEIA SILVANA GONCALVES OAB - MT12320-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SPE PORTAL DOS IMIGRANTES LTDA (APELADO)
RAPHAEL PIVA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT10168-O (ADVOGADO)
DEBORA REGINA SOUZA OAB - MT14947-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DE VALORES E PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CONSTRUTORA – MANTIDA – VALORES PAGOS A TÍTULO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO IMOBILIÁRIO – VERBA RECEBIDA TÃO-SOMENTE PELA IMOBILIÁRIA – DANOS MORAIS – INDEVIDOS – MERO ABORRECIMENTO – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. 1- Ainda que se trate de relação consumerista, em que a responsabilidade de todos aqueles que, de alguma forma, participaram da cadeia produtiva, é solidária (artigo 7.º, parágrafo único e artigo 18, ambos do CDC), neste caso não foi firmado o instrumento de promessa de compra e venda da unidade imobiliária. A rescisão do contrato não se deve a atos praticados pela construtora, responsável tão somente pela construção e entrega do imóvel, mas pela alienação da unidade escolhida para outra pessoa. A construtora não deve ser responsabilizada pela restituição dos valores que nunca recebeu, referentes ao pagamento de parte do preço exigido pela empresa Apelada, para a prestação de assessoria imobiliária. 2- Qualquer pretensão hábil a ensejar indenização moral deve vir acompanhada de elementos que evidenciem ofensa à honra, imagem e demais qualidades do ser humano e, na hipótese concreta, não há qualquer indício nesse sentido. Não há como afirmar que os Apelantes suportaram qualquer situação constrangedora ou que lhes tenha causado humilhação.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003006-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLEI VIEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS HENRIQUE CARLI OAB - MT8559-O (ADVOGADO)
ADRIANO DAMIN OAB - MT4719-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TUT TRANSPORTES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL CISNEIRO RODRIGUES OAB - MT19032-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ZAPAZ ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. RECURSO DE APELAÇÃO - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA APÓS A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 49 DA LEI 11.101/2005 - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Por expressão do artigo 49 da Lei 11.101/2005, somente os créditos já constituídos por ocasião do processamento da falência serão alcançados pelos seus efeitos.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003603-49.2014.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUACO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RAFAEL BUSS OAB - MT7023-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
4 IRMAOS AGRICULTURA E PECUARIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO PIACENTINI OAB - MT7170-A (ADVOGADO)
CRISTIANO PIZZATTO OAB - MT5082-O (ADVOGADO)

ACORDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RAC – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO VERBAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DESCUMPRIMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA – SERVIÇOS MAL EXECUTADOS E/OU NÃO REALIZADOS – RESCISÃO ESCORREITA – ÔNUS DA PROVA NÃO SATISFEITO PELA EMPRESA CONTRATADA – PROTESTO INDEVIDO DE CHEQUE PÓS-DATADO – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 - No caso dos autos, é incontroverso o contrato verbal de prestação de serviços. O ponto nodal da lide se circunscreve à má prestação do serviço por parte da contratada, de reforma de secador de grãos e de cobertura da moega, bem como a ausência de troca da trifurcada e de centralização do elevador. 2 - Se a empresa contratada não arrolou, sequer, uma testemunha que tivesse trabalhado na sua equipe e que fosse capaz de corroborar a assertiva de satisfação da contraprestação, mantendo-se no campo das meras alegações, não se desincumbiu do ônus de provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da contratante, caindo por terra o pedido da reconvenção de cobrança do cheque sustado por quebra de contrato.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002872-16.2011.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON RICARDO DE BARROS (APELANTE)
NEULY PEREIRA DE PAIVA BOROTTA (APELANTE)
RUBENS BOROTTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
MARCELO MARTINS DE OLIVEIRA OAB - MT5958-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MYLLEID RODRIGUES DA MOTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANDERLEI CHILANTE OAB - MT3533-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE REJEITOU A PRELIMINAR, NO MÉRITO, NÃO

CONHECEU O RECURSO DE RUBENS BOROTTA E NEULY PEREIRA DE PAIVA BOROTTA; CONHECERAM PARCIALMENTE O APELO DE EMERSON RICARDO DE BARROS E NA PARTE CONHECIDA PROVERAM PARCIALMENTE. EMENTA: RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – PRIMEIRO APELO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEITADA – MÉRITO – OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – CÓPIA LITERAL DA CONTESTAÇÃO – MÉRITO RECURSAL NÃO CONHECIDO –SEGUNDO APELO – RÉU REVEL – ANÁLISE DAS QUESTÕES DE DIREITO – QUESTÕES DE FATO NÃO CONHECIDAS – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – VALOR REDUZIDO – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1- Deve figurar no polo passivo da demanda aquele que deve suportar as consequências da sentença condenatória. Neste caso, a Ação foi ajuizada, além de outros, com o intuito de reaver montante pago a título de entrada para a aquisição de imóvel. Logo, se o valor foi depositado em conta bancária da Recorrente, não há falar em ilegitimidade ad causam, pois, mantida a procedência do pleito autoral, deverá suportar as consequências da sentença. 2- O Recurso que não combate especificamente os fundamentos da sentença ofende ao princípio da dialeticidade recursal e não comporta conhecimento. Na hipótese, ao interpor o Recurso de Apelação, os Recorrentes não rebateram os fundamentos da sentença, interpuseram Apelo genérico, tão somente copiaram literalmente a contestação, de forma que o que não contêm as razões que amparam o inconformismo dos Recorrentes e possibilitam a necessidade de cassação da sentença. 3- Em favor do Apelante revel só cabe a análise das questões essencialmente de direito, sendo-lhe defeso, em grau recursal, alegar matérias que envolvam situações de fato que deveriam ter sido arguidas em momento próprio, sob pena de afronta ao instituto da preclusão. No caso, somente a tese referente ao valor do dano moral foi analisada porque, por lógica, somente poderia ser conhecidas em sede recursal. 3- Para fixar a verba indenizatória por danos morais, o julgador deve arbitrar valor que signifique efetiva satisfação ao lesado, sem que incorra em enriquecimento ilícito. No caso concreto, reduz-se a verba indenizatória para R$ 10.000,00 (dez mil reais), porque tal quantia se mostra adequada a trazer satisfação para a Apelada, sem configurar enriquecimento sem causa.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001540-82.2006.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
CARAMURU ALIMENTOS S/A. (APELANTE)
GILMAR ANTONIO SUBTIL GODINHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO MANOEL JUNIOR OAB - MT3284-B (ADVOGADO)
GILMAR ANTONIO SUBTIL GODINHO OAB - MT11436-O (ADVOGADO)
NELSON APARECIDO MANOEL JUNIOR OAB - MT5454-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIAMARA TERESINHA GAIATTO (APELADO)
CARAMURU ALIMENTOS S/A. (APELADO)
GLADIR GAIATTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON APARECIDO MANOEL JUNIOR OAB - MT5454-B (ADVOGADO)
JOAO MANOEL JUNIOR OAB - MT3284-B (ADVOGADO)
GILMAR ANTONIO SUBTIL GODINHO OAB - MT11436-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO DE CARAMURU ALIMENTOS S/A E JULGOU PREJUDICADO O APELO DE GLIMAR ANTONIO SUBTIL GODINHO. EMENTA: RAC – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE PRODUTO RURAL NULIDADE DA SENTENÇA POR OFENSA À COISA JULGADA – VÍCIO CONFIGURADO NO CASO CONCRETO – REPETIÇÃO DE SENTENÇA JÁ REFORMADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - APELO INTERPOSTO DA PARTE CREDORA PROVIDO – APELO DO ADVOGADO PREJUDICADO. 1 - A decisão proferida pela 2ª Câmara Cível no RAC 106.309/08, na sessão realizada em 22/04/2009, em que haja declarado a nulidade da sentença que extinguiu a Execução para Entrega de Coisa Incerta convertida em Execução para Pagamento de Quantia Certa porque reconheceu a higidez da CPR n.º 1.723/2004, detém o limite insuperável da imutabilidade, ante à autoridade da coisa julgada, destinada à preservação dos efeitos jurídicos. 2 – No caso concreto, a Juíza condutora do feito prolatou nova sentença nos Embargos à Execução e, sem causa aparente, mais uma vez, acolheu a tese de nulidade da CPR n.º 1.723/2004 por desvio de finalidade e também porque a credora deixou de antecipar o pagamento descrito no título, incorrendo, de forma clara, em ofensa à coisa julgada, a qual está atrelada ao princípio da segurança jurídica. 3 – Anulada sentença, fica prejudicada a análise do recurso do advogado que busca majorar a verba sucumbencial.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1003974-49.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL JOSE DE MORAES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT12791-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO INTERNO - INTERPOSIÇÃO EM VIRTUDE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MAJOROU O VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA E FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - VALOR ARBITRADO DE FORMA PONDERADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1- Nota-se que os honorários advocatícios foram estipulados conforme preceitos do artigo 85, § 8. º do CPC/15, que determina a fixação por apreciação equitativa “nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico”. 2-Isso porque, ainda que a verba fosse calculada em percentual máximo permitido em lei (20%) sobre o valor da condenação (R$ 2.193,75), continuaria irrisória, o que não se mostra devido ante ao caráter alimentar dos honorários advocatícios. 3-Assim, ao considerar que a ação é de cobrança, com tramitação desde 2017, o trabalho desenvolvido pelo causídico ao distribuir a demanda, comparecer à audiência de conciliação, acompanhar o feito, bem como a condenação em R$ 2.193,75, entendo que a quantia fixada em R$ 1.100,00 (mil e cem reais) é apropriada ao caso em tela, de modo que não há falar em alteração/redução. 4- De mais a mais, nota-se que o montante fixado não ultrapassa a indenização aferida pela parte Autora/agravada, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp 443.746/RS, verbis: “Os honorários advocatícios devem se pautar pela razoabilidade de seu valor, daí por que devem guardar autêntica relação com os valores em discussão”.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0036705-37.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCONI COMERCIO SERVICO E REPRESENTACOES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA MITIKO HONDA DA FONSECA OAB - MT7111-O (ADVOGADO)
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
N. C. DE OLIVEIRA EQUIPAMENTOS EIRELI - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO DO NASCIMENTO OAB - MT14908-O (ADVOGADO)
WEUDYS CAMPOS FURTADO OAB - MT14700-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BMC BRASIL IMPORT E COMERCIO DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÕES LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. EMENTA: RAC - AÇÃO MONITÓRIA – RELAÇÃO DE CONSUMO – VÍCIO OCULTO DO PRODUTO REVELADO NO PRAZO DA GARANTIA – OPÇÃO

DA CONSUMIDORA EM CONTINUAR O NEGÓCIO JURÍDICO E NÃO PELAS PRERROGATIVAS DO ARTIGO 18, § 1º, DO CDC – VÍCIO SANADO – VALOR DOS SERVIÇOS – ALEGADO RATEIO ENTRE A FABRICANTE E A CONCESSIONÁRIA – PROVA DE LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO APENAS DA BOMBA HIDRÁULICA ENVIADA PELA FABRICANTE – DEMAIS COBRANÇAS EXIGÍVEIS – CONSIGNAÇÃO DE VALOR INSUFICIENTE – NEGATIVAÇÃO NA SERASA – DANO MORAL NÃO CONGIFURADO – MORA EVIDENTE – MULTA PROCESSUAL POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDIDADE PROCESSUAL – CONDENAÇÃO INJUSTA – APURAÇÃO DE SALDO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO – REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1 - No caso concreto, o vício oculto foi revelado em 12/04/2010, ou seja, após 06 (seis) meses de uso, mas só foi sanado somente em 28/02/2013, depois de transcorrido o prazo para a fornecedora, o que conferiria à consumidora exercer quaisquer das 03 (três) garantias legais do art. 18, § 1º, do CDC. Todavia, a consumidora optou em manter o negócio jurídico, o que implica em renúncia ao direito de reclamar a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga pelo maquinário ou o abatimento proporcional do preço do produto. 2 – Na espécie, há provas suficientes que apenas a fabricante assumiu o compromisso de não cobrar o preço da bomba hidráulica nova, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), o que significa que a Nota Fiscal nº. 4010 não tem lastro e deve ser excluída da cobrança pela via da Ação Monitória. 3 – Acolhe-se, em parte, os Embargos Monitórios para reconhecer que a dívida pendente é de R$ 23.498,00 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais), a qual deverá ser corrigida pelo INPC a partir do vencimento (28/02/2013) até a data da consignação de parte do valor (02/05/2014), e acrescida de juros de mora de 1% a contar da citação (18/04/2014) até a consignação (02/05/2014). 4 – Se a consumidora não consignou toda a quantia devida, pois o valor correto é R$ 23.498,00 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais), e não de R$ 16.008,10 (dezesseis mil e oito reais e dez centavos), significa que a mora prevalece, sendo perfeitamente justificável a negativação do nome da consumidora nos cadastros de maus pagadores. 5 - O fato de a prestadora do serviço terem pugnado pela produção de prova oral com o escopo de comprovar que não realizou o acordo na esfera extrajudicial não significa que tal medida processual foi inútil, tampouco protelatória. Multa processual incabível no caso.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1007189-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HYTHALLO ALVES RODRIGUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TANZILA LOPES OLAZAR REGES OAB - MT22079-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO INTERNO - APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE NARRADO E A INVALIDEZ APONTADA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O DECISUM HOSTILIZADO - DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Renitente, a Seguradora defende a inexistência de nexo causal entre o acidente narrado e a invalidez apontada ao argumento de que os documentos juntados aos autos não corroboram com as assertivas do Agravado. Em vista disso, defende que não há falar em pagamento do seguro. Entretanto, na hipótese o Recorrido juntou o boletim de atendimento hospitalar (Id. 10494506 e Id. 10494507), em que é possível notar que deu entrada no hospital no mesmo dia do acidente (04/10/2016), tendo sido diagnosticado com fratura no tornozelo. Corroborando, observa-se que o laudo técnico (Id. 10494538, pág. 4) afirma que a origem da lesão deu-se exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor. Portanto, apesar do boletim de ocorrência ter sido lavrado após o sinistro, nota-se pelos demais documentos juntados aos autos que o Agravado foi vítima de acidente com veículo automotor, que lhe resultou em lesão no tornozelo esquerdo, sendo, inclusive, necessária a realização de cirurgia para implantes ortopédicos. Logo, não há falar em ausência de prova do nexo causal. Assim, infere-se que a Agravante busca a modificação do julgado sem, contudo, trazer elementos capazes de modificar o decisum objurgado que já rejeitou essa mesma tese. Recurso desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010248-40.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA REIMER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIN LEONEL VILELA OAB - MT15821-A (ADVOGADO)
ALVARO AUGUSTO CARVALHO JESUS PEREIRA OAB - MT18160-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA RITA REIMER DOS SANTOS (APELADO)
ISIDORO CELSO DOS SANTOS JUNIOR (APELADO)
JOSE REIMER JUNIOR (APELADO)
ISADORA REIMER DOS SANTOS (APELADO)
CELSO JOSE REIMER JUNIOR (APELADO)
ANA CAROLINE DOS SANTOS REIMER (APELADO)
DORIS URZEDO REIMER (APELADO)
ANA PAULA DOS SANTOS REIMER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO BUBBY REIMER DOS SANTOS OAB - MT8543-O (ADVOGADO)
ANDREIA OLIVEIRA MENDONCA OAB - MT17086-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ERIN LEONEL VILELA OAB - MT15821-A (ADVOGADO)
ALVARO AUGUSTO CARVALHO JESUS PEREIRA OAB - MT18160-A (ADVOGADO)
ESPÓLIO DE DORES MEY DE URZEDO REIMER (TERCEIRO INTERESSADO)
SEBASTIAO TADEU REIMER (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE JOSÉ REIMER (TERCEIRO INTERESSADO)
SHELLZIA CAMELO COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
VICTOR CELSO COSTA REIMER (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE REIMER (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA MARIA REIMER (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RAC – AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA – DECRETO DA REVELIA – PRETENDIDA RESTITUIÇÃO DO PRAZO – JUSTA CAUSA CONFIGURADA EM PARTE – RETIRADA DOS AUTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ANTES DE ENCERRADO O PRAZO PARA A DEFESA – RESTITUIÇÃO DO PRAZO REMANESCENTE – DEFESA INTEMPESTIVA POR OUTROS FUNDAMENTOS – REVELIA CONFIRMADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 - Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa. Todavia, considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário. Essa é a exegese do artigo 223, § 1º, do CPC. 2 – No caso concreto, o envio açodado dos autos à Promotoria de Justiça 05 (cinco) dias antes de encerrar o prazo para a defesa prejudicou o direito de o causídico retirá-lo da Secretaria, mormente porque não há informações sobre a data da devolução do processo por parte do Parquet. 3 – Considera-se justa a restituição do prazo remanescente para contestar, que foi de 05 (cinco) dias, contados a partir do último termo para o Ministério Público restituir os autos, na espécie, marcado para 27/11/2017. 4 - Retomando-se a contagem do prazo processual em 28/11/2017 (terça-feira), a demandada tinha até 05/12/2017 para protocolizar a defesa. Todavia, esta peça aportou aos autos somente em 14/12/2017, o que configura a sua revelia.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1008253-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CROMO AGRICOLA LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA OAB - PR22076 (ADVOGADO)
FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES OAB - PR20738-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA CAROLINA SILVA VASCONCELOS LOBO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEY RICARDO FEITOSA DE PAULA OAB - MT17078-A (ADVOGADO)
LUIS FERNANDO SILVA LOBO OAB - 405.583.201-04 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
LUIS FERNANDO SILVA LOBO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O AGRAVO DE INSTRUMENTO E JULGOU PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – IMISSÃO NA POSSE – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR APÓS A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE - NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA PARA DIRIMIR DÚVIDA ACERCA DA ÁREA REIVINDICADA E OCUPADA - RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO – RECURSO DE AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. A ação de imissão, além de exigir a prova de propriedade do bem, requer, ainda, a demonstração de que a posse exercida pela parte adversa é injusta. 2. Demandando a questão de maior dilação probatória, já que ausente prova inequívoca das alegações da autora/agravante, não há que se falar em concessão da antecipação dos efeitos da tutela. 3. Imperioso manter a decisão agravada a fim de prestigiá-la, com aplicação do Princípio da Imediatidade, uma vez que o prolator da decisão ora atacada é quem melhor pôde avaliá-la, pois teve atuação direta sobre a prova oral colhida na audiência de justificação, ou seja, teve contato direto e imediato com a prova oral.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026660-76.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA MARTA CALIARE AVILA (APELANTE)
ERNANI ALBUQUERQUE PREUSS (APELANTE)
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO OAB - MT9906-O (ADVOGADO)
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
LUCIMAR APARECIDA KARASIAKI OAB - MT6448-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELADO)
SANDRA MARTA CALIARE AVILA (APELADO)
ERNANI ALBUQUERQUE PREUSS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO OAB - MT9906-O (ADVOGADO)
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
LUCIMAR APARECIDA KARASIAKI OAB - MT6448-O (ADVOGADO)
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)
NORMA SUELI DE CAIRES GALINDO OAB - MT6524-B (ADVOGADO)

Vistos etc. Tendo em vista a ausência de certidão de intimação do terceiro interessado para apresentar contraminuta ao recurso de agravo, chamo o feito à ordem e converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA, a fim de apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.010, § 1º, do CPC/15.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019127-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS M. DE OLIVEIRA MERCADO LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO DYEGO ARAUJO CARVALHO OAB - TO8414 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLVO (BRASIL) S.A (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019127-60.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 19:04:45 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007523-28.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO APARECIDO BATISTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR46009-O (ADVOGADO)
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO)
DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI OAB - MT20689-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOTEADORA ASSAI S/S LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RAFAEL MENEGAZO OAB - PR48017-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso IV, do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, nego provimento monocrático ao recurso. Por consequência, a verba honorária comporta majoração para 15% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §§ 1º, 2º e 11, do CPC/2015, levando-se em conta a atuação do advogado da parte recorrida nesta instância recursal, sob condição suspensiva de exigibilidade, conforme o artigo 98, §3º, do CPC/15. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004688-72.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
M CORREA DA SILVA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DOMINGAS RONDON OAB - MT21853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HERMESON OLIVEIRA MOURA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO, CONFORME DESCRITO ABAIXO: SESSÃO para o dia 11/02/2020 às 08h:30min. HORÁRIO: 14 horas LOCAL: Sala de Audiência da Central de Conciliação e Mediação de 2º Grau de Jurisdição. ENDEREÇO: Av. Historiador Rubens de Mendonça, S/N°, Centro Político Administrativo - CPA – Anexo Des. Antônio Arruda – Prédio da Turma Recursal (em frente ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022344-94.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
DAYANE DOLCE DAVANTEL MEDEIROS (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
EVANDRO OPOLSKI MEDEIROS (APELANTE)
DILAMAR DOLCE SANTOS DAVANTEL - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AFONSO DECANINI NETO OAB - MT9123-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
LUIS FERNANDO DECANINI OAB - MT9993-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
DILAMAR DOLCE SANTOS DAVANTEL - ME (APELADO)
EVANDRO OPOLSKI MEDEIROS (APELADO)
DAYANE DOLCE DAVANTEL MEDEIROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS FERNANDO DECANINI OAB - MT9993-B (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)

AFONSO DECANINI NETO OAB - MT9123-A (ADVOGADO)

Desta feita, não prospera a pretensão do banco/recorrente para que incidam os encargos de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, posto que escorreita a sentença também neste tópico. Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso IV, do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, nego provimento monocrático a ambos os recursos.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019129-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TONI DA COSTA FERREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (AGRAVADO)
BANCO BMG SA (AGRAVADO)
BANCO PAN S.A. (AGRAVADO)
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019129-30.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 20:11:37 e distribuído inicialmente para o Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019140-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
W. C. N. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
QUEREN HAPUQUE ALBERNAZ MARQUES OAB - MT19614-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. C. C. C. S. S. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019140-59.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 23:26:57 e distribuído inicialmente para o Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019142-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
H. G. D. C. E. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-E (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. N. A. D. S. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019142-29.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 15/12/2019 23:30:27 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015818-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LAURENTINO MOREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE PIRES DE ANDRADE OAB - MT2257-O (ADVOGADO)
TERCIO DO CARMO PIRES OAB - MT18612-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DENIZE BORGES DOCK (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA BORGES MOURA CABRAL OAB - MT6755-O (ADVOGADO)
JESSIKA NAIARA VAZ DA SILVA OAB - MT21354-A (ADVOGADO)

Intime-se o Agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do recurso

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1016024-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALISSON LUIZ DALMASO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO LEONARDO GARCIA DE AQUINO OAB - MT7691-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVALDO ANGELO DALMASO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO PEREIRA DE LUCENA OAB - MT16528-O (ADVOGADO)
MARIANA BRANT MESQUITA OAB - MT20542/O (ADVOGADO)
ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA OAB - MT6249-O (ADVOGADO)
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AGROPECUARIA DALMASO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019148-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVERIO MAEHLER (AGRAVANTE)
ERMINDO MAEHLER (AGRAVANTE)
ASAS PALACE HOTEL LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCIA AGUEDA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT13652O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juizo Segunda Vara de Direito Bancario (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019148-36.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:16:19 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0026922-50.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
NARA CRISTINA DA FONSECA OAB - MT25096-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIEGO GERDO KOCH (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLA SALVADOR OAB - MT15785-O (ADVOGADO)
MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE OAB - MT8942-O (ADVOGADO)
DANIELLE AVILA ALMEIDA OAB - MT14442-B (ADVOGADO)
DARLA MARTINS VARGAS OAB - MT5300-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1005148-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WILLY VINICIOS COSTA DA CRUZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005612-26.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELSO VICENTE POZZOBON (EMBARGANTE)
MARLENE PIANO POZZOBON (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA ERGANG DA SILVA OAB - MT11047-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VILMAR AGOSTINI (EMBARGADO)
ILMA KEMPF (EMBARGADO)
ESPÓLIO DE NILSON SCHEMMER KEMPF (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

MARCOS DE MOURA HORTA OAB - MT9811-O (ADVOGADO)
MAURO ANTONIO STUANI OAB - MT6116-O (ADVOGADO)
KAMILLA PAVAN OAB - RS66874-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ALCEU ADEMIR KEMPF (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001781-95.2011.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MADALENA PAIVA RIBEIRO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ULYSSES RIBEIRO OAB - MT5464-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ UMBERTO EICKHOFF (EMBARGADO)
CARLOS ALBERTO CAPELETTI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA OAB - MT6249-O (ADVOGADO)
ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA OAB - MT6565-O (ADVOGADO)
AMANDA GABRIELA GEHLEN OAB - MT19506-O (ADVOGADO)
SILVIA SOARES FERREIRA DA SILVA OAB - MT14610-O (ADVOGADO)
LUIS CARLOS DE CARVALHO DORES OAB - MT12724-O (ADVOGADO)
PEDRO HENRIQUE FERREIRA MARQUES OAB - MT19486-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CARLOS DALY DALCOL TREVISAN (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012797-43.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO DOMINGOS DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO FERNANDO PECORA DE AMORIM OAB - MT17695-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, dou parcial provimento ao Apelo, fixo os honorários advocatícios de primeira instância e fixo em 20% (vinte por cento) do valor da causa, em desfavor da empresa VIVO S/A. Demais consectários mantidos conforme a sentença hostilizada. Deixo de majorar os honorários advocatícios, porque de acordo com o STJ, "não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais de sucumbência no caso de parcial provimento ao recurso", bem como por ter sido fixada no máximo legal permitido. (STJ. AgInt no AREsp 1451789/MS. Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE. TERCEIRA TURMA. Julgado em 19/08/2019. Publicado no DJe em 22/08/2019).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014884-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-A (ADVOGADO)
WALDIR SIQUEIRA DE FARIAS OAB - MT10201-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MERCEDES ZACARKIM BARAO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE LOPES DA SILVA BRITO OAB - MT11915-O (ADVOGADO)

Intime-se o Agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do recurso

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001401-17.1989.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ZENIO SILVA (EMBARGADO)
Outros Interessados:
ÁUREA LÍLIA BATISTA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
AUREA - PROMOCOES PUBLICIDADE E REPRESENTACOES (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, diante do exposto, dou parcial provimento aos Embargos de Declaração para sanar a omissão apontada e fazer constar na decisão monocrática o parágrafo acerca dos honorários sucumbenciais recursais, nos termos acima exposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004693-58.2015.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO OAB - MT13547-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. F. D. S. (APELADO)
L. V. D. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEJAIR ROBERTO LIU JUNIOR OAB - MT10777-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
E. F. C. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
H. C. C. (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, com fundamento no Verbete n.º 568 da Súmula do STJ, nego provimento ao Apelo. Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que não houve condenação dos Recorrentes ao pagamento de honorários na sentença.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008751-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
G. C. F. D. F. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-A (ADVOGADO)
RENATO SAITO OAB - MT13392-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. A. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
VINICIUS CARLLOS CRUVINEL OAB - MT19490-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
V. A. C. F. (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em), no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição e documentos juntados pelo Agravante nos Ids. 25687460, 25687472, 25687477, 25687479, 25687481, nos termos do art. 437, § 1.º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005804-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ANICE DE CARVALHO GOMES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANIRALDO BORGES CAMPOS OAB - MT2687/O (ADVOGADO)
JOSE ROBERTO ALVIM OAB - MT3285-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE CEZALPINO MENDES TEIXEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA DE ARAUJO E SILVA OAB - MT4208-A (ADVOGADO)
ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA OAB - MT8322-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018477-13.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
DAVI PEREIRA ANTONIO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIA DE ARAUJO SOUZA OAB - MT10921-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO)

Portanto, indefiro o pedido de assistência gratuita. Nos termos do artigo 99, § 7.º, do CPC, intime-se o Agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do preparo, sob pena de deserção.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011754-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO ALVES PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVILSON JOSE GUIMARAES OAB - MT6534-O (ADVOGADO)
IDELVANDA RODRIGUES DE MORAES OAB - MT23583-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BOSTON PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DECIO CRISTIANO PIATO OAB - MT7172-O (ADVOGADO)
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
WAGNER SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
NATANIEL CRUZ (TERCEIRO INTERESSADO)
IARA CRUZ (TERCEIRO INTERESSADO)
ANGELO BERNARDINO DE MENDONCA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
NATANIEL CRUZ (TERCEIRO INTERESSADO)
INTEGRANTES DO MOVIMENTO ACAMPAMENTO 13 DE OUTUBRO (TERCEIRO INTERESSADO)
DANIEL FERNANDES (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao Agravante, para manifestar-se acerca dos documentos acostados pelo AGRAVADO: BOSTON PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA, nas Contrarrazões de ID 16295478, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015298-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL MESSIAS DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO JOSE DA SILVA OAB - MT15745-O (ADVOGADO)
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA FILHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR PILEGI RODRIGUES OAB - MT7437-O (ADVOGADO)

Intime-se o Agravante, na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, trazer provas de que é beneficiário da justiça gratuita ou efetuar o pagamento do preparo nos termos do artigo 1.007, § 4.º, do CPC (dobro), sob pena de deserção.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013453-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZACARIAS MENEZES DINIZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO LUIZ GOBBI OAB - MT19229-A (ADVOGADO)

Feitas essas considerações, nos moldes do Verbete Sumular n.º 568 do STJ, dou provimento ao recurso para reformar a decisão hostilizada e, de conseguinte, reconhecer a prescrição da pretensão contida na ação de origem.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011886-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA FLAVIA COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH OAB - MT8428-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - INFÂNCIA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
WELLITON JORGE BARBOSA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
G. C. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

De outro lado, porém, verifica-se que o recurso em tela foi interposto somente no dia 09/08/2019, o que torna imperioso reconhecer que este Instrumental é manifestamente intempestivo. Diante do exposto, com fulcro art. 932, inciso III, do CPC c/c art. 51, inciso I-B, do Regimento Interno desta Corte, não conheço do Agravo de Instrumento por ser manifestamente intempestivo. Publica-se. Intime-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016247-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA MARIA MAGOGA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNA THAILINE VERSARI OAB - MT21470-O (ADVOGADO)
DANUSA SERENA ONEDA OAB - MT13124-A (ADVOGADO)
DANIEL MARZARI OAB - MT15507-A (ADVOGADO)

Feitas essas considerações, nos moldes do Verbete Sumular n.º 568 do STJ, nego provimento ao recurso e mantenho incólume o decisum vergastado.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017521-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TULIO JOSE DE ALMEIDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMILENE SOUZA BORGES OAB - MT13186-B (ADVOGADO)

Dessa forma, ausente um dos requisitos necessários para concessão da liminar recursal, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo. Comunique-se ao Juiz da causa. Intime-se o Agravado para contraminutar o recurso, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018045-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KARINE MICHELE GONCALVES (AGRAVADO)
A. G. P. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS DISARSZ ALVES OAB - MT17441-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 995 do CPC, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo. Comunique ao Juiz de origem. Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar contrarrazões. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018045-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KARINE MICHELE GONCALVES (AGRAVADO)
A. G. P. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS DISARSZ ALVES OAB - MT17441-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005607-04.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELSO VICENTE POZZOBON (EMBARGANTE)
MARLENE PIANO POZZOBON (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA ERGANG DA SILVA OAB - MT11047-A (ADVOGADO)
DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT4050-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ILMA KEMPF (EMBARGADO)
VILMAR AGOSTINI (EMBARGADO)
ESPÓLIO DE NILSON SCHEMMER KEMPF REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE ALCEU ADEMIR KEMPF (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
AMARO CESAR CASTILHO OAB - MT4384-B (ADVOGADO)
MARCOS LEVI BERVIG OAB - MT6312-O (ADVOGADO)
KAMILLA PAVAN OAB - RS66874-A (ADVOGADO)
LUCIANA WERNER BILHALVA OAB - MT12222-A (ADVOGADO)
MAURO ANTONIO STUANI OAB - MT6116-O (ADVOGADO)
MARCOS DE MOURA HORTA OAB - MT9811-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011360-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HUGO BLANCO URRUTIA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MACIEL BORGES OAB - MT20640-O (ADVOGADO)
LUIS RODOLFO DE FARIA FIGUEIREDO OAB - MT11520-O (ADVOGADO)
LUIZ FLAVIO BLANCO ARAUJO OAB - SP257932-O (ADVOGADO)
LICINIO CARPINELLI STEFANI OAB - MT12806-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018229-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIA IRENE TRAJANO TRICHES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR SPERANZA JUNIOR OAB - MT15290-A (ADVOGADO)
BRENO FRANCA TABOSA RIBEIRO OAB - MT24935/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANNA BERTOTTO TRICHES (AGRAVADO)
ARLETE TRICHES (AGRAVADO)
TRICHES AGROPECUARIA LTDA (AGRAVADO)
ADROIR TRICHES (AGRAVADO)
ALGACIR TRICHES (AGRAVADO)

Com essas considerações, INDEFIRO a liminar vindicada, devendo o agravante aguardar o julgamento de mérito deste recurso por parte desta Egrégia Câmara. Intimem-se a parte agravada, por intermédio do respectivo patrono, para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões (art. 1019, II, do CPC). Às providências de estilo, autorizando a Senhora Secretária da Segunda Câmara Cível a assinar os expedientes necessários. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001614-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. D. S. R. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS OAB - MT14507-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. A. R. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYSA MARTIMIANO DO NASCIMENTO WEIPPERT OAB - MT23237-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
J. C. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) Advogado do(a) APELADO: MAYSA MARTIMIANO DO NASCIMENTO WEIPPERT - MT23237-A, para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005691-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
REZZIERI MADEIRAS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER SOARES SULAS OAB - MT8455-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
RODOBENS CAMINHOES CUIABA S/A (AGRAVADO)
GAZZONI & CIA LTDA - ME (AGRAVADO)
LP SAO PAULO EMPREENDIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARLINDO DO CARMO OAB - MT3722-O (ADVOGADO)
SEBASTIAO CALDEIRA DA SILVA OAB - SP47384 (ADVOGADO)
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
RODOBENS CAMINHOES CUIABA S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000422-98.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSEMAR APARECIDA SAMPAIO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO LUIZ DE ARRUDA LINDOTE OAB - MT14876-O (ADVOGADO)
LEDSON GLAUCO MONTEIRO CATELAN OAB - MT14309-A (ADVOGADO)

Diante do exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao Recurso de Apelação. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008566-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO DE ARRUDA GARCIA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERMES BEZERRA DA SILVA NETO OAB - MT11405-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA OAB - MT3662-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE MARIA SEBASTIANA DE ARRUDA GARCIA (TERCEIRO INTERESSADO)
CLARISMAR NEGRISOLI COUTO (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016090-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSELENA BATISTA BARBOSA (AGRAVADO)
IVETE DIAS DA SILVA FERREIRA (AGRAVADO)
NADIR SOARES DA COSTA (AGRAVADO)
LEONILIA PEREIRA DE SOUZA (AGRAVADO)
EZAQUIAS CORDEIRO VASCO (AGRAVADO)
CRISTIANI REZENDE (AGRAVADO)
NEIDE BENEDITA SABINO (AGRAVADO)
BERENICE DO ESPIRITO SANTO (AGRAVADO)
MARIO ANTONIO MOREIRA (AGRAVADO)
NIVALDO PROENCA (AGRAVADO)
MERCE ALVES RODRIGUES (AGRAVADO)
JUCINET DA SILVA ARRUDA FIGUEIREDO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)

Feitas essas considerações, dou provimento ao recurso nos moldes do Verbete Sumular 568 do STJ, reformo a decisão a quo, e indefiro a inversão do ônus da prova. Publique-se. Intime-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005303-49.2017.8.11.0088
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. DA S. SILVERIO - ME (APELADO)

Portanto, considerando que o processo eletrônico que recebeu a numeração equivocada tramita normalmente neste Tribunal de Justiça e que ali já foi proferida decisão referente a este Apelo, não conheço do Recurso e determino o seu arquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018684-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO PEREGRINO MORALES (AGRAVANTE)
ROBERTO PEREGRINO MORALES JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGELHO MASSUD JUNIOR OAB - MS4329 (ADVOGADO)
CAROLINA MONTEIRO FERREIRA OAB - MS19310-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO JAMIL NADAF (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO)
OMAR KHALIL OAB - MT11682-O (ADVOGADO)

Feitas essas considerações, ante a falta dos elementos essenciais para a medida in limine (art. 1.019, I, do CPC), indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal. Comunique-se ao Juiz da causa. Intime-se o Agravado para contraminutar o recurso, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003026-34.2015.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
TINA TANYA DE AMORIM (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, nego provimento ao Apelo e mantenho intacta a sentença objurgada. Em primeira instância, a Requerente (ora Recorrente), foi condenada ao pagamento da verba honorária em meio salário mínimo. Assim, diante do desprovimento do Apelo, majoro os honorários advocatícios para R$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, os quais ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, consoante o artigo 98, § 3.º do CPC/15. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1028465-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDELY FERREIRA LEMES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

Dessa forma, não há outro caminho a não ser julgar improcedentes os pedidos iniciais. Com essas considerações, dou provimento ao Apelo interposto pela Seguradora, reformo a sentença hostilizada e julgo improcedentes os pedidos trazidos na exordial de origem. Inverto o ônus sucumbencial para condenar a Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (um mil reais), consoante artigo 85, §§ 2.º e 8.º do CPC/15, os quais ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do artigo 98, § 3º do CPC/15. Nos termos do artigo 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC/2015, fixo os honorários advocatícios recursais em R$ 300,00 (trezentos reais) a serem pagos ao causídico da Seguradora; contudo, também suspensos conforme artigo 98, § 3º do CPC/15. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013281-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
ALTEMAR DUTRA DOS SANTOS SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
ALTEMAR DUTRA DOS SANTOS SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO)

Com essas considerações, dou parcial provimento ao Apelo de Altemar Dutra dos Santos Silva e reajusto a verba honorária para R$ 700,00 (setecentos reais). Nego provimento ao Apelo da Seguradora. Demais consectários mantidos conforme sentença vergastada. Deixo de fixar os honorários advocatícios, porque de acordo com o STJ, “não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais de sucumbência no caso de parcial provimento ao recurso”. (STJ. AgInt no AREsp 1451789/MS. Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3.ª Turma. Julgado em 19/08/2019. DJE 22/08/2019). Diante do desprovimento do Apelo da Porto Seguro, majoro os honorários advocatícios para R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15 a serem pagos ao causídico de Altemar Dutra dos Santos Silva. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1039833-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BOSCO MENDONCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, dou parcial provimento ao Apelo, afasto a condenação à indenização securitária na quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) e reajusto o valor do ressarcimento às despesas médicas para R$ 2.516,63 (dois quinhentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos). Demais consectários, conforme sentença objurgada. Deixo de fixar os honorários advocatícios, porque de acordo com o STJ, "não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais de sucumbência no caso de parcial provimento ao recurso". (STJ. AgInt no AREsp 1451789/MS. Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3.ª Turma. Julgado em 19/08/2019. DJE 22/08/2019). Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-233 HABEAS CORPUS CÍVEL
Processo Número: 1015209-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
I. S. C. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IEDY SILVA COTRIM SMIDERLE OAB - MT25585-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. V. E. D. F. E. S. D. C. D. S. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
L. P. K. D. C. (PACIENTE)
K. P. D. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
L. V. A. D. C. (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto julgo extinto o habeas corpus sem resolução do mérito diante da perda do seu objeto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017792-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAROLO NORTE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINARTH ARAUJO CARDOSO JUNIOR OAB - DF32596-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERRARIA VIAMONENSE LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PERES DO PINHO OAB - MT8065-O (ADVOGADO)
CRISTIANO NOGUEIRA PERES PREZA OAB - MT10807-O (ADVOGADO)

Cinge anotar, a fim de que não pairem dúvidas, que a ação de origem tramita de forma física, impedindo, assim, o acesso desta Relatora ao conteúdo processual. Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III do Código de Processo Civil, não conheço do recurso por ser manifestamente inadmissível. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0047160-95.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MACROPORT DISTRIBUIDORA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMARO DE OLIVEIRA FALCAO OAB - MT14522-O (ADVOGADO)
SOLANO DE CAMARGO OAB - SP149754-O (ADVOGADO)
EDUARDO LUIZ BROCK OAB - SP91311-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO ALVES & CIA LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CYNTIA KATHEUSCIA DA CRUZ E SILVA CARVALHO OAB - MT8649-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
EURO AMERICA - COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação da parte adversa para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre os embargos de declaração opostos no ID nº 27114967, nos termos do § 2º do art. 1.023 do CPC/2015.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1029838-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOCIMAR DA SILVA SOUZA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (TERCEIRO INTERESSADO)

Nessa toada, conclui-se que não há qualquer omissão e contradição a ser sanada e que as Embargantes pretendem o reexame de questão já decidida e devidamente fundamentada, o que não é concebível por esta via, pois não é este o objetivo dos Embargos de Declaração. Feitas essas considerações, rejeito os Embargos de Declaração e mantenho incólume a decisão hostilizada. Publique-se. Intime-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005015-36.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NILVA PEREIRA LUCAS DE MORAES (APELADO)
JOAO AMELIO DE MORAES (APELADO)
J. A. DE MORAES & CIA LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO FRANGE JUNIOR OAB - MT6218-O (ADVOGADO)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 932, inciso III, do CPC e o artigo 51, inciso I-B, do Regimento Interno desta Corte, não conheço do Recurso de Apelação por manifestamente inadmissível. Deixo de majorar os honorários advocatícios, porque não foi fixado pelo Juízo de origem. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003827-16.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PARAKANA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIERME ROMERO OAB - MT6240-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST DE MT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ROBLES VARGAS OLIVAREZ RODRIGUES OAB - MT5605-O (ADVOGADO)

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR – RECURSO INTEMPESTIVO - REJEIÇÃO -

MÉRITO - PROTEÇÃO POSSESSÓRIA – INTERDITO PROIBITÓRIO – PRESENÇA DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 561 E 567, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/15 – PRESENÇA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE EXERCIDA PELA AUTORA DA DEMANDA E DA AMEAÇÃO SOFRIDA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em intempestividade recursal se a apelação foi interposta dentro do prazo legal, considerando a suspensão do expediente por Portaria da Presidência do Tribunal de Justiça. No manejo da ação de interdito proibitório, os pressupostos necessários estão previstos nos artigos 561 e 567, ambos do CPC/15, sendo que para o sucesso da ação, imperiosa a comprovação pelo autor do exercício da posse sobre o imóvel e a da ameaça sofrida. Sendo comprovada nos autos a posse exercida pela autora da demanda e a alegada ameaça, impõe-se a manutenção da sentença de procedência do pedido inicial.-

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023640-04.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON MARQUES DE OLIVEIRA OAB - DF52161 (ADVOGADO)
GUSTAVO ANDERE CRUZ OAB - DF1985-A (ADVOGADO)
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZAINE RAMOS LINO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELCIO CARLOS VIANA PINTO OAB - MT6588-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NOVA CASA BAHIA S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, dou provimento ao Recurso e afasto a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Mantenho hígidos os demais termos da sentença invectivada. Ante o provimento do Apelo e a reforma da sentença, há de ser reconhecida a sucumbência recíproca. Assim, condeno a Recorrida ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), já considerando o trabalho desenvolvido nesta seara recursal. O remanescente das citadas verbas (50%), deverá ser quitado pela Apelante e a outra corré, de forma solidária. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1028045-95.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAMAR ZEITOUN (EMBARGANTE)
I C COM IND DE FERRAGENS E PERFILADOS LTDA - EPP (EMBARGANTE)
IRLAN ZEITOUN (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO)
TAISSA GEANDRA DE ALMEIDA OAB - PR61253 (ADVOGADO)
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

Diante do exposto, rejeito os Embargos de Declaração. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001684-95.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
FIAGRIL LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NOELI IVANI ALBERTI OAB - MT4061-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIGRAIN S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDEGAR STECKER OAB - DF9012-O (ADVOGADO)

Desta maneira, acolho em parte os embargos para sanar a omissão no que se refere à preliminar de incompetência do Juízo de origem, conforme fundamentação acima e mantenho inalterado o decisum nos demais pontos. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003697-30.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON PEREIRA DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GIRALDI FARIA OAB - MT7245-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG96864-A (ADVOGADO)

Por fim, de acordo com a regra do artigo 1.025 do CPC/15, a simples oposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, “ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade”. Diante disso, acolho estes declaratórios somente a título de complementação e mantenho meu posicionamento no decisum objurgado. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001184-87.2014.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ADM DO BRASIL LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ROBERTO ZILIANI OAB - MT644-O (ADVOGADO)
EDIR BRAGA JUNIOR OAB - MT4735-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTENOR SETTE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDY WILSON PICCINI OAB - MT4950-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – APLICAÇÃO DA TEORIA DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO – JULGAMENTO EXTRA PETITA – NÃO OCORRÊNCIA - DECISÃO ESTÁ ATRELADA AO CONJUNTO DOS FATOS - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS EMBARGOS – REVELIA - NÃO INCIDÊNCIA DOS SEUS EFEITOS NO CASO CONCRETO - FALTA DE INTERESSE – NÃO CONHECIMENTO DA TESE RECURSAL- DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. É cediço que o Julgador está adstrito aos limites da lide, sendo-lhe vedado decidir fora ou além do que foi pedido, conforme dispõe os artigos 141 e 492, caput, do CPC/15. Contudo, além do pedido, a causa de pedir é outro elemento indispensável à prestação jurisdicional, pois leva ao conhecimento do Julgador os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido e delimita a atividade jurisdicional a ser prestada. Na hipótese, não se mostra extra petita a sentença impugnada, pois a decisão está atrelada ao conjunto dos fatos e ainda, ao ponto nevrálgico da lide, que é a inexigibilidade do título executivo. No que se refere à segunda tese suscitada pela Recorrente de que a ausência de impugnação dos Embargos não acarreta os efeitos da revelia, verifica-se total falta de interesse recursal neste ponto, posto que não houve a aplicação de tais efeitos no caso sob análise e tampouco foram presumidas verdadeiras as alegações do autor/apelado. Ademais, em que pese a decisão ao final tenha sido pelo provimento parcial dos embargos, esta não se deu com base na revelia do Embargado, ora Apelante e sim pelos documentos e provas acostadas nos autos, tanto é que a julgadora sentenciante ressaltou que a presunção de veracidade decorrente da revelia - art. 344 do CPC, é apenas relativa, devendo o juiz atentar para os elementos probatórios existentes, no intuito de proferir seu julgamento com mais confiabilidade e convencimento, e então passou à análise do mérito dos embargos.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1010361-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OLAVO AGUIAR PAIVA FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

PRISCILA IKEDA CAETANO OAB - MT18596-O (ADVOGADO)
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
CAMILA DE CARVALHO MARTINS OAB - MT26322/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO INTERNO - AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E ABANDONO DA CAUSA – NÃO CONFIGURADOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição ocorre quando o titular do direito deixa de adotar as providências tendentes a proporcionar o andamento do processo, sendo possível o reconhecimento da prescrição intercorrente quando verificada a desídia por parte do autor da ação. Da dinâmica dos atos processuais examinados, inobstante o lapso temporal existente entre a data do ajuizamento da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente e a efetiva citação do Executado, tem-se que o Agravado não deixou de realizar as providências que lhes competia, sempre se manifestando nos autos depois de intimado para o prosseguimento da ação. Consoante estabelece o art. 485, III do Código de Processo Civil, o processo será extinto sem resolução do mérito quando o Autor, por desídia, deixar de praticar atos ou cumprir diligências indispensáveis ao andamento do processo por prazo superior a 30 (trinta) dias. Caso isso ocorra, a parte deverá ser intimada, pessoalmente, para suprir a falta, no prazo de 5 (cinco) dias. Em pese a ação de origem ter sido ajuizada em 22/11/2010 e a citação do Executado/Agravante efetivada em 18/09/2018, não há que falar em abandono da causa pelo Exequente/Agravado, haja vista que todas as providências solicitadas pelo Juízo nesse ínterim foram atendidas pelo Credor.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008942-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE RYUZO SUGIZAKI OAB - GO29608-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO EVANGELISTA DE SOUZA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – INCERTEZA QUANTO À LOCALIZAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA – NECESSIDADE DA PERÍCIA – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO ÀS PARTES – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Considerando que até agora não foram possíveis a identificação e a localização exata da área a ser reintegrada, ou seja, não há como afirmar que a área objeto da ação é a mesma ocupada pelo Agravante, conforme parecer técnico do engenheiro agrônomo nomeado pelo Juízo (ID 8008895), necessária a realização dos trabalhos periciais. De outro lado, não se vislumbra a ocorrência de prejuízo irreparável à Recorrente, que não deixará de receber a prestação jurisdicional a que faz jus.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004594-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE AILTON SANTOS DA SILVA (AGRAVANTE)
CLEBER FIRMINO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO KATSUMI FUGI OAB - SP92003 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RNC PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
RODOROMA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (AGRAVADO)
TRANSPORTADORA RODOVIA LTDA (AGRAVADO)
TRANSPORTADORA ROMA LOGISTICA LTDA (AGRAVADO)
RFNC PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
ROMAGRAOS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (AGRAVADO)
T.R.R. ROMA TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA. (AGRAVADO)
SENC PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
TREVISAN & SALLES JUNIOR ADVOGADOS ASSOCIADOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VERONICA LAURA DE CAMPOS CONCEICAO OAB - MT7950-O (ADVOGADO)
ANTONIO FRANGE JUNIOR OAB - MT6218-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – HOMOLOGAÇÃO DO PLANO – CONTROLE DE LEGALIDADE PELO JUDICIÁRIO – POSSIBILIDADE – DESÁGIO E CARÊNCIA – ILEGALIDADE EVIDENCIADA – JUROS DE MORA – INCLIDENCIA EM PERCENTUAL ADEQUADO – DECISÃO REFORMADA EM PARTE – RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. De acordo com o artigo 54 da Lei 11.101/05, o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial. Considerando que o PRJ prevê a adimplemento da verba trabalhista em 12 (doze) prestações, sendo a primeira após o término do período de carência (12 meses), é certo que a proposta apresenta pelas Recuperandas ofende os ditames legais, pois permite que as devedoras iniciem os pagamentos após o prazo previsto no art. 54 da Lei 11.101/05. A Constituição Federal assegura, no art. 7.º, VI, a irredutibilidade de salário dos trabalhadores, exceto quando disposto em convenção ou acordo coletivo. Assim, A proposta de deságio de 70% (setenta por cento) totalmente ilegal, porquanto deprecia direito indisponível, sem qualquer participação da categoria sindical, de sorte que não pode ser mantido. A incidência de juros de mora no patamar de 0,5%(zero virgula cinco) por cento ao mês aos créditos da classe dos trabalhadores não se mostra ínfima e atende os princípios da recuperação judicial, eis que favorece o soerguimento da empresa mediante o adimplemento da verba alimentar.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001474-62.2006.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
NILVA MATOS TEIXEIRA (APELANTE)
WALTER MOREIRA DE SOUZA (APELANTE)
MIGUEL GONCALVES DE REZENDE (APELANTE)
MARINALVA ANTONIA DA SILVA REZENDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE BALBINO DA SILVA OAB - MT3063-A (ADVOGADO)
ARISTIDES JOSE BOTELHO DE OLIVEIRA OAB - MT3911-O (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT16164-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL GONCALVES DE REZENDE (APELADO)
ADELAIR PLEP (APELADO)
JUAREZ CUNHA RIBEIRO (APELADO)
OZIRES CUNHA RIBEIRO (APELADO)
DANIEL CUNHA RIBEIRO (APELADO)
JORGE MAMORU KACHIYAMA (APELADO)
FRANCISCO PRESTES CUNHA (APELADO)
GERALDO MACHADO DE OLIVEIRA (APELADO)
ROSALVO CUNHA RIBEIRO (APELADO)
LADISLAU SILVEIRA CUNHA (APELADO)
EDEMAR CUNHA RIBEIRO (APELADO)
ELDO CUNHA RIBEIRO (APELADO)
NILVA MATOS TEIXEIRA (APELADO)

WALTER MOREIRA DE SOUZA (APELADO)
MARINALVA ANTONIA DA SILVA REZENDE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARISTIDES JOSE BOTELHO DE OLIVEIRA OAB - MT3911-O (ADVOGADO)
MARCELO MANFRIM OAB - SP163821-O (ADVOGADO)
ELCIO LIMA DO PRADO OAB - MT4757-O (ADVOGADO)
JORGE BALBINO DA SILVA OAB - MT3063-A (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
GHYSLEN ROBSON LEHNEN OAB - MT15312-O (ADVOGADO)
RODRIGO CARLOS BERGO OAB - MT8435-O (ADVOGADO)
SALVADOR LABREA MUNHOZ (TERCEIRO INTERESSADO)
CARTÓRIO DISTRITO DE CATUAÍ (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA CLEOFE LABREA MUNHOZ (TERCEIRO INTERESSADO)
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)
LAURA PAULINA LABREA MUNHOZ DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante de tal omissão, fica suspenso o julgamento dos recursos até a intimação do patrono dos herdeiros e/ou sucessores habilitados, cujas procurações encontram-se no ID nº 7080911 para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar apelação à sentença de ID nº 7080670 e ID nº 7080671 e contrarrazões aos recursos de apelação.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0000444-30.2000.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KEILA TIOLA E SILVA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
BB-FINANCEIRA S.A.-CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO INTERNO – INTERPOSIÇÃO EM VIRTUDE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO E MANTEVE A SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO DE CAUSA - REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTO NAS RAZÕES DA APELAÇÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO PROTELATÓRIO - APLICAÇÃO DE MULTA - RECURSO DESPROVIDO. Ao compulsar os autos, constata que, inobstante as alegações do Recorrente de que nos casos de abandono de causa pelo autor, a extinção do processo só pode ocorrer mediante requerimento da parte contrária, verifica-se que não merece acolhida. Com efeito, da leitura dos autos, nota-se que a Agravada compareceu espontaneamente nos autos, fato que supre sua citação, o que em um primeiro momento, levaria a aplicação da regra prevista no Verbete Sumular 240 do STJ. Contudo, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a regra só se aplica nos casos em que a Execução for embargada. Assim, tendo em vista que a Recorrida, apesar de citada, não opôs Embargos, infere-se que não se aplica ao caso o verbete sumular 240 do STJ. Não fosse isso o bastante, vê-se que além da intimação pessoal do representante legal do Recorrente, os advogados deste também foram intimados via DJE (ID 3477702) para impulsionar o feito, mas mantiveram-se silentes. Portanto, levando em consideração que a parte foi intimada pessoalmente para manifestar nos autos, justifica-se a manutenção da decisão, eis que proferida em conformidade com a regra processual vigente. Tratando-se de decisão unânime, faço a ressalva de que o Recorrente seja condenado a pagar a Recorrida a multa prevista no artigo 1.021, § 4.º do CPC/15, a qual fixo em 4% (quatro por cento) do valor atualizado da causa, como forma de obstar a interposição de recursos infundados e/ou meramente protelatórios.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005929-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA RUBIAO (AGRAVANTE)
CHRISTOPHER ANDREW WOOLLEY (AGRAVANTE)
LUCIANO JOSE ALVARES RUBIAO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PERSION ALDEMANI MARTINS DE FREITAS OAB - MT17803/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS FERREIRA MIRANDA (AGRAVADO)
RIVAIR FERNANDES DA SILVA (AGRAVADO)
ABIDIAS JOSE DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
FRANCISCO DOS SANTOS DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
LEOZIR DE OLIVEIRA ANDRADE (AGRAVADO)
JOSE NUNES DOS SANTOS (AGRAVADO)
JURACI DE CASTRO MILITAO (AGRAVADO)
LUCIA DE ASSIS CAPELLI (AGRAVADO)
PAULO SERGIO TONETTA (AGRAVADO)
JOSE FRANCISCO DA SILVA (AGRAVADO)
FRANQUE RONALDO DOS ANJOS (AGRAVADO)
MARIA VILMA DA SILVA (AGRAVADO)
IEZO SILAS CAPPELLI (AGRAVADO)
NORI JORGE POLLES (AGRAVADO)
ODAIR ANTONIO DA SILVA (AGRAVADO)
ESPERENDEUS FERNANDES LAGES (AGRAVADO)
ADILSON BRUSTOLOM MOREIRA (AGRAVADO)
ISOIR MOREIRA SILVA (AGRAVADO)
ROSANE DE VARGAS (AGRAVADO)
OSIAS PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
RAFAEL GOMES DE SOUZA (AGRAVADO)
SIDNEI GOMES LEAL (AGRAVADO)
ERICA ALESSANDRA FERNANDES (AGRAVADO)
JOAO BATISTA PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
JOSE AUGUSTO NEGRISOLI DOS SANTOS (AGRAVADO)
MARINETE RECULIANO PLASTER BERGER (AGRAVADO)
ISAEL DE OLIVEIRA SOUSA (AGRAVADO)
JOSE DE OLIVEIRA ANDRADE (AGRAVADO)
VAGNER GASTAO CAPELLI (AGRAVADO)
SUELEN GOMES DE SOUZA (AGRAVADO)
JOSE APARECIDO DONIZETE DA SILVA (AGRAVADO)
CELESTE ASSY RISELO (AGRAVADO)
ELAINE GOMES DE SOUZA (AGRAVADO)
CARLOS HERRERA (AGRAVADO)
LUCIANA GOMES MACHADO HERRERA (AGRAVADO)
LEUDIS SILVEIRA ALVES (AGRAVADO)
JOSE LUIS DA SILVA (AGRAVADO)
EDINA MARIA DE LIMA SILVA (AGRAVADO)
LEANDRO ZITKOSKI (AGRAVADO)
LEODETE TOMAZI (AGRAVADO)
ALCEMAR DE SOUZA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. Diante do noticiado acordo na Comarca de origem pelo ID nº 25474983, manifeste-se a parte agravante seu interesse no presente recurso, uma vez que no item "1" do acordo protocolado na origem, este se estende a todos os litigantes. Por sua vez, no item "11" o pactuado limita-se aos réus JOSÉ APARECIDO DONIZETE DA SILVA e DENISE APARECIDA ORCELLI DA SILVA, conforme se denota do ID nº 25474984.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014547-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LIOMAR FERNANDES SOARES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLINGTON MARLOS SALLA BERG OAB - MT18393-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA APRECIDA GAMES SOARES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLY ALBERTO HEITMANN NETO OAB - MT20763-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE

MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C PARTILHA DE BENS - TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA LIMINARMENTE - INDISPONIBILIDADE DO VEÍCULO TOYOTA HILUX E DOS VALORES EXISTENTES EM CONTAS DE TITULARIDADE DO AGRAVANTE E DA AGRAVADA – DOCUMENTOS APTOS A COMPROVAR A ALEGADA NECESSIDADE DE RESGUARDAR A PARTILHA DE BENS DO CASAL E AFASTAR O RISCO DE DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL – ÓBICE DO § 3º DO ARTIGO 300 DO CPC/15 PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA MEDIDA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Se pelos documentos que instruem os autos constata-se, ao menos neste momento processual, o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência vez que a parte agravada logrou êxito em demonstrar a probabilidade do seu direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, ante a necessidade de resguardar a partilha de bens do casal, além de afastar o risco de dilapidação patrimonial, há que ser mantida a tutela concedida para a indisponibilidade de valores e de veículo. Não bastassem as razões acima, há que se destacar que a pretensão recursal esbarra no óbice do § 3º do artigo 300 do CPC/15.-

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001842-93.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
OTACILIO POTOWARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE MENEZES FREITAS OAB - MT24641-O (ADVOGADO)
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso V, do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento monocrático ao apelo, tão somente para excluir a condenação do apelante em litigância de má-fé e restabelecer-lhe os benefícios da justiça gratuita.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002050-03.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO EVANGELISTA FRANCISCO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO)
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

Intimem-se as partes para, querendo e nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, se manifestar.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001504-90.2015.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO ANSELMO PEZZINI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT12972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO JOHN DEERE S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

Posto isso, não conheço do recurso por ser manifestamente deserto, à luz do art. 1.007, § 4.º, do CPC. Oportuno à parte Apelante o levantamento da quantia recolhida junto ao Departamento responsável.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019183-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. E. F. F. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019183-93.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005118-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JANE CRISTINA FRIEDRICHS TONHA (EMBARGANTE)
MAURICIO CARDOSO TONHA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO LUIS BORTOLINI OAB - MT0016808A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DA AMAZONIA SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISANGELA HASSE OAB - MT8689-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018552-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. H. T. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DA CUNHA PEREIRA OAB - MT16214-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CAREN DA SILVA TORRES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Vistos etc. Conforme se depreende do ID nº 21171994, a liminar recursal foi deferida em favor da UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO levando em consideração que não havia risco eminente à saúde do paciente C.H.T.C., de 04 (quatro) anos de idade, que não pudesse aguardar o julgamento do mérito do agravo em questão. Contudo, o menor C.H.T.C. protocolou nos autos o pedido de reconsideração no ID nº 28055995, trazendo Laudo Neuropsicológico (ID nº 28058971) e Relatório Médico (ID nº 28058979), os quais demonstram a urgência no atendimento, inclusive imprescindível para o desenvolvimento do menor na fase em que se encontra, cuja interrupção poderá trazer prejuízos irreparáveis. Contudo, por se tratar de um paciente de 04 (quatro) anos de idade e diante da urgência no atual estágio do tratamento para o normal desenvolvimento do menor, conforme relatórios médicos juntados aos autos, de fato, a interrupção abrupta poderá lhe ser prejudicial, sendo assim, a prudência recomenda que a liminar recursal deve ser reconsiderada até o julgamento do recurso pela Colenda Câmara. Desta forma, reconsidero a liminar recursal de ID nº 27171994, mantendo a liminar de primeiro grau, a fim de possibilitar a continuidade do tratamento do menor, até julgamento do presente recurso, ocasião em que os fatos serão melhor analisados, em cotejo com o contrato firmado entre as partes e respectivas cláusulas.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010014-49.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CID IMOVEIS EIRELI - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO)

JULLYEMERSON RODRIGUES ROSA DE MORAES AGUIAR OAB - MT15894-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALTANIR DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAVI MARQUES OAB - MT14678-O (ADVOGADO)

Assim, no intuito de evitar alegação de nulidade e em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer manifestação.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003470-11.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DALVA DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

Assim, no intuito de evitar alegação de nulidade e em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer manifestação.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017770-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HILEIA REGINA CASTANHO VIEIRA (EMBARGANTE)
UNISAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EMBARGANTE)
DJALMA VIEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO POMERANC MATSUMOTO OAB - SP174042 (ADVOGADO)
ANA FLAVIA DE MATOS LIMA OAB - SP384701 (ADVOGADO)
IVO WAISBERG OAB - SP146176 (ADVOGADO)
BARBARA PESSOA RAMOS OAB - SP296996 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE NELSON FERRAZ OAB - PR30890-O (ADVOGADO)
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ OAB - PR25661-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, considerando que não há na decisão impugnada quaisquer dos vícios previstos no artigo 1022, do CPC, rejeito os Embargos de Declaração e mantenho intacta a decisão embargada.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002811-17.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
OI S.A. (APELANTE)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD OAB - MT14099-A (ADVOGADO)
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAMILA AGUIRRE DO AMARAL (APELADO)
LUIZ FERNANDO WERLANG RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDILO TENORIO BRAGA OAB - MT14070-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Advogado do(a) APELADO: EDILO TENORIO BRAGA - MT14070-O Advogado do(a) APELADO: EDILO TENORIO BRAGA - MT14070-O para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015641-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CRESTANI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO OLIVEIRA MACHADO OAB - MT9012-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VITALINO DALLA BONA (AGRAVADO)
VALDIR DALLABONA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SULVIANE RIGO LUSTOZA OAB - MT24651-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IRIO BRAZ BRUN (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS ANTONIO BERTEI LONGHI (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO ARISTON DE MOURA (TERCEIRO INTERESSADO)
RADIO PIONEIRA DE TANGARA DA SERRA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
DJALMA RIBEIRO ROMEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019203-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019203-84.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014406-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CATARINA HARGESHEIMER FAVATO (AGRAVADO)
KEILA APARECIDA COURA DA SILVA (AGRAVADO)
ALEXANDRE JOAO BRUGNERA (AGRAVADO)
ARMANDO FAVATO (AGRAVADO)
BRUGNERA & FAVATO LTDA - ME (AGRAVADO)
REGINALDO HARGESHEIMER FAVATO (AGRAVADO)
SILIDA MARLI SCHIRMANN BRUGNERA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANA DA COSTA OAB - MT5447-B (ADVOGADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso V, do CPC/15 c/c Súmula 568 do STJ, dou provimento monocrático ao recurso, a fim de reformar a decisão singular para manter o bloqueio de R$ 13.937,69 (treze mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos) depositado na conta poupança da agravada KEILA APARECIDA COURO DA SILVA.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001687-58.2016.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
SUELEN TURRA (APELANTE)
ANIVANDO MANOEL FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO AUGUSTO SANDRI OAB - MT11912-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANIVANDO MANOEL FILHO (APELADO)
SUELEN TURRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CICERO AUGUSTO SANDRI OAB - MT11912-B (ADVOGADO)

Diante do exposto, com fundamento no Verbete n.º 568 da Súmula do STJ, dou provimento ao Recurso de Apelação para desconstituir a sentença extintiva do feito e determinar o retorno dos autos à origem para as devidas providências. Com o provimento do Apelo, resta prejudicada a análise do Recurso Adesivo. Deixo de fixar os honorários recursais, tendo em vista a reabertura do trâmite processual. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014322-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILL SANTANA CASTRO E SILVA OAB - MT7381-B (ADVOGADO)
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVANDRO RICARDO RIES DA SILVEIRA (AGRAVADO)
ANGELA AUGUSTIN DA SILVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS FERNANDO ROESLER BARUFALDI OAB - RS65309 (ADVOGADO)
SERGIO HENRIQUE GUARESCHI OAB - MT9724-O (ADVOGADO)
CARLA ADRIANA INOCENCIO DE MATOS OAB - MT25012-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CELY DA CARMEN AUGUSTIN (TERCEIRO INTERESSADO)
CLOVIS AUGUSTIN (TERCEIRO INTERESSADO)
VIVIANE IZABELLA DA SILVA AUGUSTIN (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932 do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento monocrático ao recurso da instituição bancária apelante, tão somente para afastar a multa do artigo 1.026, § 2º, do CPC/15. P. I. C.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019212-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON BAUMGRATZ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RALFF HOFFMANN OAB - MT13128-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRICOLA CACHIMBO INDUSTRIAL, EXPORTADORA, IMPORTADORA, COMERCIO DE CEREAIS E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019212-46.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003624-56.2011.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO DE MATOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO DE MATOS OAB - MT14561-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ACOFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)

Intimação ao Apelante, na pessoa de seu advogado, para comprovar, de forma clara a hipossuficiência, no prazo de 05 (dias), sob pena de indeferimento da Justiça Gratuita, conforme dispõe o artigo 99 §2º, do CPC/15

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0019048-48.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA MEDEIROS DESTRO (APELANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA II - SPE LTDA. (APELANTE)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO)
KASSIA RABELO SILVA OAB - MT16874-O (ADVOGADO)
JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR OAB - MT11785-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA MEDEIROS DESTRO (APELADO)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (APELADO)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA II - SPE LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR OAB - MT11785-A (ADVOGADO)
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO)
KASSIA RABELO SILVA OAB - MT16874-O (ADVOGADO)
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)

Feitas essas considerações, em resumo, desprovejo o apelo interposto pelas demandadas Rodobens Negócios Imobiliários S.A. e Sistema Fácil - Incorporadora Imobiliária – Cuiabá - SPE Ltda. Não conheço do pedido recursal formulado por Ana Paula Medeiros Destro atinente à condenação das Apeladas no valor da Cláusula Penal por descumprimento contratual, por se tratar de inovação. Tendo em vista que ambos os litigantes foram vencidos nos apelos, deixo de fixar os honorários recursais. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001688-81.2017.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO RODRIGUES (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRA NISHIMOTO BRAGA SAVOLDI OAB - MT9216-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0033763-61.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS TARDIVO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORIAN EUGENIA DE SA CARVALHO OAB - MT26904/O (ADVOGADO)
EDSON VIEIRA NOIA JUNIOR OAB - MT18529-O (ADVOGADO)
EDSON VIEIRA NOIA OAB - MT10621-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTA NIGRO FRANCISCATTO OAB - MT15249-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012389-77.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDOESTE DE MATO GROSSO - SICREDI SUDOESTE MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAERCIO FAEDA OAB - MT3589-O (ADVOGADO)
JAIR CARLOS CRIVELETTO OAB - MT4917-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA RITA DE CASSIA MESQUITA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO OAB - MT14941-O (ADVOGADO)

No que diz respeito ao ônus sucumbencial, não há falar em condenação da parte autora de forma proporcional, vez que a cooperativa apelante decaiu em todos os seus pedidos, motivo pelo qual mantem-se a sentença também neste ponto. Ante o exposto, nos termos do artigo 932 do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, nego provimento monocrático ao recurso e elevo para 20% o percentual de condenação dos honorários advocatícios, ante a previsão do artigo 85, §11, do CPC/15. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014909-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIA SILVEIRA DA CRUZ (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MARIZA RIVAROLA ROCHA OAB - MS5896-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEX DIAS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações e, com arrimo no art. 932, inciso III, segunda figura do CPC/2015, julgo prejudicado o presente recurso ante a perda superveniente de interesse recursal.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018753-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO LUCIANO GUERINI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAROLINE DE CASSIA LA SERRA SOCIO OAB - MT26352/B (ADVOGADO)

Portanto, ausentes os requisitos necessários para concessão da liminar recursal, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000719-64.2005.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB CENTRAL MT/MS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO LUCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO BISPO DA ROSA (APELADO)
ANTONIO AMARO DE MATOS (APELADO)
ARISTIDES BENEDITO DA SILVA (APELADO)
ANTONIO JOAO TEIXEIRA (APELADO)
ANILDO SANTANA MORAES FILHO (APELADO)
ALVINA DA SILVA ALMEIDA (APELADO)
ANTONIETA ROSA CUNHA DE CARVALHO (APELADO)
ANTONIA ALZERINA DA SILVA (APELADO)
AGUINALDO CUNHA DE CARVALHO (APELADO)
JOAO PINTO DE ARRUDA (APELADO)
ALMERINDA DIAS DA CRUZ (APELADO)
ALBERTINA FERREIRA DE SOUSA (APELADO)
IZALTINA DA COSTA FONSECA (APELADO)
IVONE JESUS DA SILVA CORREA (APELADO)
JOAO DIAS DA CRUZ (APELADO)
JOAO BATISTA DE AMORIM SANTOS (APELADO)
MANOEL DE ALCANTARA (APELADO)
LUZIANO DE MORAES (APELADO)
MANOEL SANTANA DE JESUS (APELADO)
MANOEL NUNES DE MORAES (APELADO)
JUCILENE APARECIDA DOS REIS DA SILVA (APELADO)
JOSEFINA LAURA DA FONSECA RIBEIRO (APELADO)
LEOPOLDINO ROQUE VIANA (APELADO)
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA SILVA (APELADO)
JOAQUIM MARTIM DOS SANTOS (APELADO)
CARLOS ROBERTO CORREIA (APELADO)
JOSE ROBERTO DIAS DA CRUZ (APELADO)
JOSE ABILIO VIANA (APELADO)
BEBIANA DE MIRANDA ARRUDA (APELADO)
ATAIDE LEOCADIO DE ARRUDA (APELADO)
CARLOS DE MORAES (APELADO)
BENTO ALVES DE ARRUDA (APELADO)
GERMANO DOMINGOS DE AMORIM (APELADO)
ELVIRA MONICA DE MELO (APELADO)
IRONICIO JOSE VIEIRA (APELADO)
GREGORIA PAULINA DA SILVA (APELADO)
ELOI FERMINO DE MORAES COSTA (APELADO)
EGIDIO DE JESUS (APELADO)
DEUZINETE FERREIRA DE SOUZA (APELADO)
CATARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA (APELADO)
EDSON RIBEIRO (APELADO)
DEVANIL ELENA DE MATOS (APELADO)
CAROLINDO ROMAO DA SILVA (APELADO)
CATARINA IVONETE DA FONSECA RIBEIRO (APELADO)
PEDRO LEOCADIO DE ARRUDA NETO (APELADO)
PEDRO BATISTA LUIZ (APELADO)
RODRIGO JUNIOR PADILHA (APELADO)
PRISLAYNE BRITO BARBOSA (APELADO)
NEDERSON DE SA TAPAJOS (APELADO)
MILTON ALVES DE SOUZA (APELADO)
PAULO RAMOS (APELADO)
NEUZENIR TELES DE LIMA (APELADO)
MARIA MARCOLINA DA SILVA MORAES (APELADO)
MARIA JOSE PEREIRA DA SILVA (APELADO)
MARIONEI BENEDITO DE ARRUDA (APELADO)
MARIA ROMANA NARDES DA SILVA (APELADO)
MARIA DIAS DA CONCEICAO (APELADO)
MARIA CONCEICAO RABELO DE SOUSA (APELADO)
MARIA HELENA PEIXOTO DA SILVA (APELADO)
MARIA DOS ANJOS DE MIRANDA (APELADO)
THOMAZ ALINOR DE MORAES (APELADO)
TEREZA LEOCADIA DE ARRUDA (APELADO)
SEBASTIANA DE MAGALHAES (APELADO)
ROSIMERE DE SOUSA CARDOSO (APELADO)
TEREZO SANTANA DE MIRANDA (APELADO)
SILVANE DE MORAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO LUIZ NEVES GOMES OAB - MT17234-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000719-64.2005.8.11.0053 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008951-68.2019.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
ADVOCACIA BRIDI - ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDI FIGUEIREDO BRIDI OAB - MT9413-A (ADVOGADO)
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0008951-68.2019.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001219-28.2008.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ZEZITO LEITE DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YURI ROBSON NADAF BORGES OAB - MT15046-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL DIANAS RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEREMIAS FERRAZ DE ANDRADE NETO OAB - MT3052-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NEREU MUNIZ DE MACEDO FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)

DIVINO MARINHO DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 0001219-28.2008.8.11.0053 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001174-83.2014.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
RAULINO RUCKER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001174-83.2014.8.11.0030 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001351-73.2014.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIMARA SEBASTIANA DA CRUZ MORALECO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER KLERISSON ROZAO OAB - MT14571-A (ADVOGADO)
DAIANA COSTA BEBER OAB - MT13781-O (ADVOGADO)
BRUNO CASAGRANDE E SILVA OAB - MT8535-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (APELADO)
LUCIMAR VICENTINA SALMAZO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS PEREIRA MULLER OAB - MT18308-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
LUIS FELIPE LAMMEL OAB - MT7133-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001351-73.2014.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019149-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCEL SOUZA DE CURSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019149-21.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019173-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA BENEDITA DE CASTRO RONDON CARVALHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019173-49.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019175-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EROS JOSE AGUIAR SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019175-19.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019179-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON FERREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
juízo da terceira vara da fazenda pública da Comarca de Cuiabá/MT (AGRAVADO)
DIRETOR PRESIDENTE DO MTPREV (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019179-56.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019200-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE SAMPAIO DIOGO OAB - MT23530/A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALINA FELIX DA SILVA SANTOS (AGRAVADO)
FERNANDO CESAR DA SILVA (AGRAVADO)
GLORIA LUCIA DE OLIVEIRA LARA (AGRAVADO)
EVANICE SOUZA DIAS (AGRAVADO)
ELIZABETH CRUZ DE CAMPOS (AGRAVADO)
EVANIL RODRIGUES DE LIMA (AGRAVADO)
EDIR FIGUEIREDO E SILVA (AGRAVADO)
JURACY ROSA RAMOS DE MONLEVADE (AGRAVADO)
ELIDIA JESUS DE AMORIM VIEIRA (AGRAVADO)
EDNA COLOMBARI MINOSSO (AGRAVADO)
JUVINILIO FRANCISCO FILHO (AGRAVADO)
JANUARIA GOMES DA COSTA ALMEIDA (AGRAVADO)
IVETE DA SILVA ABREU (AGRAVADO)
JOAO FELIX PEREIRA (AGRAVADO)
JOANILZA ALMEIDA DOS SANTOS (AGRAVADO)
IEDA MARIA PINHEIRO DO NASCIMENTO (AGRAVADO)
IDALIA DE SOUZA ALVES (AGRAVADO)
HILDA ZARQUE DE BRITO (AGRAVADO)
IEDA MARIA BRIGHENTI (AGRAVADO)
HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019200-32.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Número: 1019209-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RIVALDO TIBURCIO DE RAMOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIEGO JESUS APARECIDO RIBEIRO OAB - MT10631-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019209-91.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Pauta de Julgamento

"Julgamentos designados para a Sessão Ordinária da Egrégia Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, a ser realizada no dia 27/01/2020 às 14:00 horas, no Plenário 04, Segunda-feira (Ato Regimental n. 10/2017-TP) do Egrégio Tribunal de Justiça."

Apelação 7480/2016 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE DIAMANTINO.
Protocolo Número/Ano: 7480 / 2016
RELATOR: DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS
APELANTE(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S): Dr(a). DIEGO PEREIRA MACHADO - PROCURADOR FEDERAL
APELADO(S): LOURENÇO FERREIRA MACHADO
ADVOGADO(S): Dr(a). HELTON GEORGE RAMOS
Dr(a). OUTRO(S)

SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO em Cuiabá, aos 16 dias do mês de Dezembro de 2019.

"Julgamentos designados para a Sessão Ordinária da Egrégia Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, a ser realizada no dia 27/01/2020 às 14:00 horas, no Plenário 04, Segunda-feira (Ato Regimental n. 10/2017-TP) do Egrégio Tribunal de Justiça."

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (Opostos nos autos do(a) Apelação 121964/2016 - Classe: CNJ-198)
Protocolo Número/Ano: **71963 / 2019**
RELATOR(A): DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS
EMBARGANTE: ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S): Dr(a). NATÁLIA DE ANDRADE CASTELO BRANCO DINIZ -
PROCURADORA DO ESTADO
EMBARGADO: NEUZA DOS REIS VENDRAMIN E OUTRO(s)
ADVOGADO(S): Dr(a). VITOR ARTHUR PASTRE
Dr(a). OUTRO(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, em Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019.
SILBENE NUNES DE ALMEIDA
Diretora da 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo
Total de Processos: 1

Acórdão

Apelação 24064/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE SINOP. Protocolo Número/Ano: 24064 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ANTONIO ROSSANI (Advs: Dr(a). VINICIUS RIBEIRO MOTA - OAB 10491-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). IZADORA ALBUQUERQUE SILVA XAVIER - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 16684-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
DIREITO AMBIENTAL E CONSTITUCIONAL - APELAÇÃO – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – DESMATAMENTO - ÁREA DE RESERVA LEGAL – PRETENSÃO DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL – DESCABIMENTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.
A responsabilidade por danos ambientais é objetiva, bastando, para a sua configuração, a demonstração do nexo causal entre a ação ou a omissão e o dano ambiental evidenciado, pouco importando se tenha culpa, ou não, o infrator.
"O novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da 'incumbência' do Estado de garantir a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I)" (AgRg no REsp 1.434.797/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 07/06/2016).

Apelação 23563/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE SORRISO. Protocolo Número/Ano: 23563 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - RENATO DAVID PRANTE (Advs: Dr(a). LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA - OAB 11543-b/mt, Dr(a). RAFAEL BARION DE PAULA - OAB 11063/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). ADRIANA VASCONCELOS DE PAULA E SILVA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 23930-A/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, AFASTOU A QUESTÃO PREJUDICIAL DE NULIDADE DE SENTENÇA E, NO MÉRITO, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA - JULGAMENTO EXTRA PETITA - NÃO OCORRÊNCIA - REJEIÇÃO - LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA - ERRO NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - LIMITES E CONFRONTAÇÕES INCORRETOS - CONFIRMAÇÃO POR PERÍCIA JUDICIAL - INFRAÇÃO AMBIENTAL - DETECTAÇÃO POR CARTA DE IMAGEM - DESMATAMENTO DE ÁREA MENOR - NULIDADE PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO, DO TAC E DA CDA - SENTENÇA MANTIDA - APELO DESPROVIDO.
Não configura julgamento extra petita o ato sentencial que julga parcialmente procedente o pedido, porque está em conformidade com a pretensão esposada na inicial. Logo, não há falar em nulidade da sentença.
O erro no procedimento administrativo de licenciamento ambiental, quanto aos limites e confrontações do imóvel, implica a nulidade, parcial, da Licença Ambiental Única expedida pelo órgão ambiental competente.
Constatada, por meio da prova pericial, que houve o desmatamento no imóvel rural da parte autora, ainda que em área menor do que a constante no Auto de Infração, deve-se manter a sentença que decretou a nulidade parcial da LAU, do referido Auto de Infração, do TAC e da CDA.

Apelação 10644/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 10644 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINDEPO - MT (Advs: Dr. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB 4032/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 7718-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO - DELEGADOS DE POLÍCIA - PRETENSÃO DE MANUTENÇÃO DE VERBAS PESSOAIS - SUPRESSÃO DO ATS - ALTERAÇÃO DO REGIME JURÍDICO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SUBSÍDIO - LEI COMPLEMENTAR N. 76/2000 - IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO PRESERVADA - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.
Resguardada a irredutibilidade de vencimentos e de proventos, não possuem os servidores públicos direito adquirido a regime jurídico anterior.
Composto o subsídio pelas vantagens pecuniárias percebidas pelos servidores e incorporadas a seu patrimônio pessoal, bem assim observada a garantia da irredutibilidade dos vencimentos e proventos, não

há falar em ofensa ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.

Apelação 130984/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE NOVA UBIRATÃ. Protocolo Número/Ano: 130984 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - MINISTERIO PÚBLICO, APELANTE(S) - ISIDRO SETTER (Advs: Dr(a). FELIPE DE MATTOS TAKAYASSU - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 23255/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, APELADO(S) - ISIDRO SETTER (Advs: Dr(a). FELIPE DE MATTOS TAKAYASSU - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 23255/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO PARA ANULAR O ATO SENTENCIAL E JULGOU PREJUDICADO O RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – AMBIENTAL – DESMATAMENTO – NULIDADE DE CITAÇÃO EDITALÍCIA – AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS À LOCALIZAÇÃO DO CITANDO – DESCUMPRIMENTO DO ART. 256, § 3o DO CPC/15 – PRINCÍPIOS DA MÚTUA COOPERAÇÃO E MÁXIMA EFETIVIDADE DO PROCESSO – ACOLHIMENTO – PREJUDICIAL ACOLHIDA - RECURSO DA DEFENSORIA PÚBLICA PROVIDO – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO SINGELO - APELO MINISTERIAL PREJUDICADO.

1.Diante da previsão expressa no § 3o, do art. 256, do CPC, imprescindível o esgotamento das diligências necessárias à localização do citando, sob pena de nulificar todo o trâmite processual posterior à citação editalícia, em decorrência do princípio da cooperação e máxima efetividade do processo.

2.É pacífico o entendimento, na jurisprudência pátria, de que, para proceder à citação por edital, é necessário o esgotamento de todas as tentativas de localização do devedor. Não se cumprindo tal exigência, o reconhecimento da nulidade da citação por edital se torna medida impositiva.

Apelação / Remessa Necessária 132023/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE MATUPÁ. Protocolo Número/Ano: 132023 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - VALTER MIOTTO FERREIRA (Advs: Dr. CLEBER KOCHHANN - OAB 7678/mt), INTERESSADO/APELADO - ROGERIO RODIGHIERO DE ABREU (Advs: Dr. ADOLFO WAGNER ARECO GONZALES - OAB 5438/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DO RECURSO E RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ILEGITIMIDADE ATIVA RECURSAL DA AUTORIDADE COATORA – RECURSO NÃO CONHECIDO.

Não é lícito considerar que, em juízo, hajam em substituição à pessoa jurídica de direito público, tanto que o artigo 14 § 2º, da Lei 12.016/09 estendeu à autoridade coatora a possibilidade de recorrer, mas o recurso só pode versar sobre os pontos que pudessem levá-la, em demanda subsequente, a responder civilmente por seus atos.

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – TÉCNICO EM RADIOLOGIA – CARGA HORARIA 24 HORAS – PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO FEDERAL – COMPETÊNCIA DA UNIÃO – JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS – IMPOSSIBILIDADE – VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO – CONFIGURADO – SEGURANÇA CONCEDIDA – SENTENÇA RATIFICADA.

Cabe à União legislar privativamente sobre condições para o exercício de profissões.

A Lei Federal n. 7.394/1986 é norma geral aplicável a todos os profissionais da área, tanto no setor privado quanto no público.

Apelação / Remessa Necessária 151032/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE SINOP. Protocolo Número/Ano: 151032 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. BRUNO HOMEM DE MELO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 6613-b/mt), INTERESSADO/APELADO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA SÃO LUIZ LTDA (Advs: Dr. FERNANDO ULYSSES PAGLIARI - OAB 3047/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.

EMENTA:

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE APELAÇÃO COM REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO C/C ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - COBRANÇA DA TACIN (TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO) – CONTRAPRESTAÇÃO INSTITUÍDA PELO ENTE ESTATAL – CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL, ESPECÍFICO E DIVISÍVEL - INCIDÊNCIA DO ARTIGO 145 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 E DO ARTIGO 77 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - LEGALIDADE RECONHECIDA - INATIVIDADE EMPRESARIAL - DEMONSTRAÇÃO - NÃO SUJEIÇÃO À INCIDÊNCIA DO TRIBUTO - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EQUITATIVOS – PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO PARA HONORÁRIOS PERCENTUAIS – CABIMENTO – ENQUADRAMENTO NA EXATA HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 85, § 3o, I, e § 4o, III, DO CPC – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE – PROVEITO ECONÔMICO INFERIOR A 500 SALÁRIOS MÍNIMOS - ART. 496, § 3o, II, DO CPC - INAPLICABILIDADE DO DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO - SENTENÇA REFORMADA - REEXAME NÃO CONHECIDO - RECURSO PROVIDO, EM PARTE.

1. É legítima a Taxa de Segurança Contra Incêndio - TACIN -, se cobrada em razão da prevenção de incêndios, porquanto instituída como contraprestação a serviço essencial, específico e divisível. Entrementes, se a empresa contribuinte paralisa as suas atividades, tornando público o fato junto aos órgãos competentes, ao tempo e modo devidos, não há falar na sua sujeição à aludida incidência tributária.

2. Consoante o entendimento do STJ, o CPC/2015 estabeleceu três importantes vetores interpretativos, que buscam conferir maior segurança jurídica e objetividade à fixação de honorários advocatícios, segundo os quais o arbitramento equitativo deve ser aplicado de forma subsidiária, ou seja, apenas, quando não for possível pela regra geral, ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Ante a procedência da Exceção de Pré-Executividade, para o fim de reconhecer a ilegitimidade passiva de ex-sócio, excluindo-o da demanda executória de base, hão de ser fixados honorários advocatícios, em favor de seu patrono, na hipótese, na forma estabelecida no artigo 85, § 3o, II, e § 4o, III, do CPC.

Apelação 19532/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 19532 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ALEX FABIANO DE BARROS PINTO (Advs: Dr. ARDONIL MANOEL GONZALEZ JUNIOR - OAB 13945/MT), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). AÍSSA KARIN GEHRING - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 5.741/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO COM PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO NO CARGO PÚBLICO – SERVIDOR PÚBLICO – POLICIAL MILITAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA – REGULARIDADE – SANÇÃO DE DEMISSÃO – LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NA ESFERA CRIMINAL - INCOMUNICABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO EM DECISÃO ADMINISTRATIVA – RECURSO DESPROVIDO.

Ausente qualquer ilegalidade, não se afasta o ato administrativo que impôs ao Policial Militar a sanção de demissão da corporação, sobretudo se comprovada a conduta incompatível com a função pública por ele exercida.

Não se vincula o resultado do Processo Administrativo à extinção da punibilidade decretada no Feito Criminal, atinente ao mesmo fato, tendo em vista a independência entre as esferas administrativa e penal, apenas interferindo esta última naquela primeira, diante da absolvição por negativa de fato ou de autoria.

Apelação 24801/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE PARANATINGA. Protocolo Número/Ano: 24801 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). ANA CRISTINA COSTA DE ALMEIDA BARBIERO TEIXEIRA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 5.735-O/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU

EM PARTE O RECURSO E, EM SEDE DE REEXAME, RETIFICOU PARCIALMENTE A SENTENÇA.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO DA SENTENÇA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – INOCORRÊNCIA – MÉRITO – DISPENSAÇÃO DE LEITE "PREGOMIN" – PACIENTE DIAGNOSTICADA COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE – COMPROVAÇÃO – NECESSIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA DA PACIENTE – DEMONSTRADAS – DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE – ARTIGO 196 DA CRF – PRODUTO NÃO CONSTANTE DA LISTA DO SUS – INSUMO DE MARCA ESPECÍFICA – IRRELEVÂNCIA – PRESCRIÇÃO MÉDICA – PROFISSIONAL DETENTOR DE CONHECIMENTO TÉCNICO – CONDENAÇÃO GENÉRICA – INOCORRÊNCIA – MULTA COMINATÓRIA – AFASTADA – PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO – SENTENÇA PARCIALMENTE RATIFICADA EM REEXAME NECESSÁRIO.

Todos os entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são solidariamente responsáveis pela saúde e assistência públicas, de forma que qualquer um deles pode ser acionado em demanda que visa à obtenção de medicamentos ou procedimentos alusivos à saúde.

É dever do Estado, à luz do artigo 196 da CRFB, prover os meios necessários ao pleno exercício do direito à saúde, constituindo o fornecimento de medicamentos e/ou do produto apto para o tratamento uma de suas principais vertentes de atender, com eficiência, à finalidade constitucional prevista para tanto.

O fato de o medicamento e/ou o produto apto para o tratamento não constar da lista do SUS, ou ser insumo de marca específica, não veda a sua dispensação pelo Poder Público, uma vez comprovada sua necessidade, mediante documento emitido por profissional detentor do conhecimento técnico.

A sentença que ratifica a medida liminar, que impõe o cumprimento de obrigação certa e determinada, não é uma decisão genérica e indeterminada.

A multa imposta à Fazenda Pública pelo descumprimento de ordem judicial, embora factível, deve ser substituída por outros meios, menos prejudiciais ao ente público, que assegurem a efetividade da decisão judicial.

Apelação 24981/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE CANARANA. Protocolo Número/Ano: 24981 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - MUNICÍPIO DE CANARANA (Advs: Dr. EDSON ROCHA - OAB 3669-A/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). ADRIANA VASCONCELOS DE PAULA E SILVA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 23930-A/MT), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). ADRIANA VASCONCELOS DE PAULA E SILVA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 23930-A/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU EM PARTE O APELO DO ESTADO DE MATO GROSSO E PROVEU NA SUA TOTALIDADE O RECURSO DO MUNICÍPIO DE CANARANA.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS – PESSOA HIPOSSUFICIENTE – DOENÇA CARDÍACA – MEDICAMENTO NÃO DISPONIBILIZADO PELO SUS – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DO MEDICAMENTO – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEFICIÊNCIA DOS MEDICAMENTOS CONSTANTES DOS PROTOCOLOS DO SUS – RECURSO DO ESTADO, PROVIDO, EM PARTE – MULTA AFASTADA – RECURSO DO MUNICÍPIO, PROVIDO.

É dever do Estado, à luz do artigo 196 da CRF, prover os meios necessários ao pleno exercício do direito à saúde, constituindo o fornecimento de medicamentos uma de suas principais vertentes de atender, com eficiência, à finalidade constitucional prevista para tanto.

Comprovada a imprescindibilidade do medicamento prescrito no receituário do paciente, por meio de relatório médico, que revela o uso e a ineficácia de outros fármacos, impõe-se ao Poder Público a obrigação de fornecer tal medicação.

É pacífica a jurisprudência do STJ, no sentido de que "é possível o fornecimento de medicamentos não incorporados à lista do SUS, mediante Protocolos Clínicos, quando as instâncias ordinárias verificam a necessidade do tratamento prescrito", devendo, contudo, verificar a imprescindibilidade do medicamento em detrimento daqueles fornecidos regularmente, pelo mesmo.

A multa imposta à Fazenda Pública pelo descumprimento de ordem judicial, embora factível, deve ser substituída por outros meios, que assegurem a efetividade da decisão judicial, porém menos prejudiciais ao ente público.

Apelação 52279/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 52279 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - LOURIVAL DE OLIVEIRA (Advs: Dr. ARDONIL MANOEL GONZALEZ JUNIOR - OAB 13945/MT), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO. Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO C/C REINTEGRAÇÃO DE CARGO PÚBLICO – SERVIDOR PÚBLICO – POLICIAL MILITAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA – REGULARIDADE – INEXISTÊNCIA DE PROCESSO PENAL A APURAR O MESMO FATO - IRRELEVÂNCIA - INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL - SANÇÃO DE DEMISSÃO – LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO EM DECISÃO ADMINISTRATIVA – RECURSO DESPROVIDO.

Ausente qualquer ilegalidade, não se afasta o ato administrativo que impôs ao Policial Militar a sanção de demissão da corporação, sobretudo se comprovada a conduta incompatível com a função pública por ele exercida, após a apuração da infração disciplinar, mediante processo em que respeitado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

É pacífico o entendimento jurisprudencial acerca da independência entre as apurações de ilícitos pela esfera administrativa e judicial, que apenas se comunicarão diante da eventual absolvição pela inexistência de fato e/ou pela negativa de autoria.

Apelação / Remessa Necessária 58567/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 58567 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (Advs: Dra. SADORA XAVIER FONSECA CHAVES-PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - OAB 10.332/MT, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO/APELADO - SONIA LUIZA DE SOUZA PINHEIRO (Advs: Dr(a). IRINEU PEDRO MUHL - OAB 5719-b/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO E RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA.

EMENTA:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL COM REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE ENQUADRAMENTO DE CLASSE C/C COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – MAGISTÉRIO – PROGRESSÃO FUNCIONAL – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REENQUADRAMENTO DE ACORDO COM A LEI – DIFERENÇAS SALARIAIS – DEVIDAS – CORREÇÃO MONETÁRIA – ÍNDICE DEFINIDO APÓS JULGAMENTO DO RE N. 870947/SE, PELO STF – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RETIFICADA PARCIALMENTE.

O artigo 9º, § 6º, da Lei Municipal nº 2.361/2001, garante a progressão funcional de forma automática, em caso de ausência da avaliação de desempenho, não devendo a omissão administrativa prejudicar os servidores que já possuem o direito adquirido ao almejado benefício.

O índice a ser aplicado, a título de correção monetária, deve ser fixado após o julgamento do RE n. 870947/SE, pelo Supremo Tribunal Federal

Apelação 66661/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 66661 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - GARANTIA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME (Advs: Dr. JOSE ROBERTO BENEDETI - OAB 7145/mt), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - VENDA DE GÁS GLP - REVENDEDORA AUTORIZADA PELA ANP - RESTRIÇÃO DA

COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO AO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DA SEDE DA EMPRESA - AUSÊNCIA DE NORMA JURÍDICA LIMITATIVA - RECURSO PROVIDO.
Nos termos da Portaria ANP n. 297/03, vigente à época dos fatos, e da Resolução ANP n. 51/16, não há regra que estabeleça ao revendedor, autorizado pela ANP, a comercializar gás GLP somente na base territorial do município da sede da empresa autorizada.
A imposição judicial de proibir a revenda do gás GLP, fora dos limites municipal, restringindo a comercialização dos recipientes transportáveis cheios entre os revendedores da mesma base territorial em que sediada a empresa revendedora, à míngua de proibição expressa na legislação pertinente, ou de justificativa plausível e concreta para a restrição, importa em indevida mitigação à livre iniciativa econômica e à concorrência de mercado, estampadas no artigo 170 da Constituição Federal.

Apelação 42461/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE SORRISO. Protocolo Número/Ano: 42461 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RODRIGO SANTOS DE CARVALHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 18026-A/MT), APELADO(S) - WERNER ADOLFO ALTENBURGER E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). FABIO LUIS ANTONIO - OAB 31.149/PR, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.
EMENTA:
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS EMBARGANTES – NÃO CONHECIMENTO – ALTERAÇÃO CONTRATUAL NÃO REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL – INEFICÁCIA CONTRA TERCEIROS – RESPONSABILIDADE DO EX-SÓCIO – SÓCIO QUE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA – PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA – RECURSO PROVIDO EM PARTE
Ex-sócio de empresa que não comprova sua exclusão do quadro societário, perante a Junta Comercial antes da ocorrência do fato gerador do tributo, pode ter suas contas e aplicações financeiras bloqueadas.
Verificado que o nome do sócio foi incluído na CDA como corresponsável e, a teor do art. 204 do CTN e do art. 3o da Lei n. 6830/80, correta a sua inclusão no polo passivo da ação de execução fiscal, presumindo-se legítimo e responsável pelo débito.

Apelação 43283/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 43283 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - HUGO GOMES LIMA (Advs: Dr. ALBERTO DE AQUINO - OAB 2678/MT), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. DIEGO DE MAMAN DORIGATTI - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 13467 / MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – AUSÊNCIA DE VALOR DA MULTA NO AUTO DE INFRAÇÃO – VÍCIO FORMAL AFASTADO - INCAPAZ DE GERAR NULIDADE – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – RECURSO IMPROVIDO.
A ausência da fixação do valor da multa no auto de infração não é capaz de ensejar a nulidade do referido procedimento administrativo, nem impossibilita sua defesa.
A indicação do tipo legal em que se subsume a conduta ilícita, que traz a multa imposta, em seu valor mínimo e máximo, é suficiente para garantir a legalidade do processo administrativo e afastar o vício formal do auto de infração.

Apelação 81625/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE. Protocolo Número/Ano: 81625 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO DE GROSSO (Advs: Dr(a). CRISTIANE SAMPAIO DIOGO - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 23530-A/MT), APELADO(S) - TERRA ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA (Advs: Dr(a). IANNA IAMANY PEREIRA - OAB 51304-A/GO, Dr(a). LEIDIANY ALVES REIS - OAB 32901-GO, Dr(a). LUCIANO BORGES MARQUES - OAB 31365-GO, Dr(a). LUIZ VITOR PEREIRA FILHO - OAB 16321/A/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.
EMENTA:
TRIBUTÁRIO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA – ICMS – OPERAÇÃO INTERESTADUAL – AUSÊNCIA DE CONVÊNIO APROVADO PELO CONFAZ – IRRELEVÂNCIA – ALÍQUOTA DE 12% NO ESTADO DE ORIGEM – INEXISTÊNCIA DE BENEFÍCIO FISCAL PREVISTO NO DECRETO ESTADUAL N. 4.540/2004 – DIRETO AO CREDITAMENTO DO IMPOSTO – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA AFASTADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado DE que, nas operações interestaduais, não cabe ao estado de destino exigir do contribuinte a parte do ICMS que deixou de ser recolhidA ao estado de origem, em virtude do gozo de algum benefício fiscal não previamente autorizado pelo CONFAZ.
A aquisição de produtos de outros estados da Federação por quem não goza de benefícios ou incentivos fiscais afasta a aplicação da vedação ao creditamento do ICMS, prevista no Decreto Estadual n. 4.540/2004.
Em vista de a empresa autora ser contribuinte de ICMS, no Estado de Mato Grosso, deve ser afastada da sentença a declaração de inexistência de relação jurídica tributária.

Apelação 8590/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS. Protocolo Número/Ano: 8590 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - JONAS DA SILVA MATTOS (Advs: Dra. ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS - OAB 14423/mt, Dr(a). JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA - OAB 18425/mt), APELADO(S) - MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS (Advs: Dr(a). THIAGO PEREIRA GARAVAZO - PROCURADOR DO MUNICÍPIO - OAB 17941/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RECONHECEU DE OFÍCIO A INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS OPOSTOS.
EMENTA:
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL - INTEMPESTIVOS - INOBSERVÂNCIA DO TRINTÍDIO LEGAL PREVISTO NO ART. 16, III, DA LEF - REJEIÇÃO LIMINAR - APELO CONHECIDO PARA, EX OFFICIO, RECONHECER A INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS OPOSTOS PELA PARTE EXECUTADA.
1 - É firme o entendimento jurisprudencial, inclusive, por orientação promanada do Colendo Superior Tribunal de Justiça de que é permitido ao Tribunal de Segunda Instância reconhecer, em apelação, de ofício, a questão relativa à tempestividade dos embargos à execução fiscal e rejeitá-los, liminarmente, quando demonstrado que foram opostos pela parte executada fora do trintídio legal.
2 - De acordo com o art. 16, III, da Lei de Execução Fiscal, o executado deverá oferecer os embargos no prazo de trinta dias, contados da intimação da penhora que, uma vez realizada pela via editalícia, aquele prazo somente começa a fluir a partir do término do lapso temporal assinado no edital.
3 - Em vista disso, impõe-se conhecer do recurso de apelação para, ex officio, reconhecer a intempestividade dos embargos opostos pela executada devedora, rejeitando-os liminarmente e, por conseguinte, reformar a sentença singular.

Apelação 103223/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 103223 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - CAIUBI EMANUEL SOUZA KUHN (Advs: Dr(a). LUIS ALMEIDA DE FIGUEIREDO FILHO - OAB 7050/mt), APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARCIA REGINA SANTANA DOS SANTOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9000060), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARCIA REGINA SANTANA DOS SANTOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9000060), APELADO(S) - CAIUBI EMANUEL SOUZA KUHN (Advs: Dr(a). LUIS ALMEIDA DE FIGUEIREDO FILHO - OAB 7050/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU AMBOS OS APELOS.
EMENTA:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – LESÃO CAUSADA POR ATUAÇÃO DE POLICIAL MILITAR – DISPARO DE ARMA DE FOGO MUNICIADA COM BALA DE BORRACHA – LESÃO FÍSICA – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – CONDUTA DO AGENTE PÚBLICO, DANO E NEXO DE

CAUSALIDADE – COMPROVAÇÃO – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR FIXADO – OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE – DANO ESTÉTICO – INOCORRÊNCIA – APELOS DESPROVIDOS.

Tratando-se de responsabilidade civil objetiva, basta a demonstração da conduta do agente público, o dano e o nexo de causalidade, para que o Estado seja obrigado a reparar a lesão experimentada.

Demonstrado o agir desmedido do agente público, causando lesão ao autor, atingido no tórax por bala de borracha, quando participava de manifestação estudantil, impõe-se ao Estado de Mato Grosso o dever de indenizar, porquanto caracterizado o dano moral.

A fixação do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como à dupla finalidade da reparação do dano moral.

Inexistindo prova de que a modificação do estado físico do Apelante, ocasionada pelas cicatrizes oriundas do ferimento, provocado pela munição não letal, lhe causa constrangimento, vergonha, ou sentimento pessoal de debilidade, aliado ao fato de as marcas remanescentes do ferimento consistirem em pequenas cicatrizes, quase imperceptíveis, não há falar na ocorrência de dano estético.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 TRIBUNAL DE JUSTIÇA(Oposto nos autos do(a) Apelação / Remessa Necessária 121050/2015 - Classe: CNJ-1728). Protocolo Número/Ano: 12462 / 2019. Julgamento: 09/12/2019. EMBARGANTE - MARIA AUXILIADORA DIAS DE MATTOS (Advs: Dr(a). FRANK ANTÔNIO DA SILVA - OAB 12.372/MT, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 3194/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

EMENTA:

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM DECISÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO - NÃO EXERCIDO - ACÓRDÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL COM REEXAME NECESSÁRIO - REFORMA DA SENTENÇA - AÇÃO DE ANULAÇÃO DO ATO JURÍDICO - CONTRATO TEMPORÁRIO - TAC FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO - AUSÊNCIA DE DIREITO - ATOS ILEGAIS - INAPLICABILIDADE DOS TEMAS DO STF - MATÉRIA DIVERSA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

Os Embargos de Declaração não serão acolhidos, caso não verificados os vícios previstos no artigo 1.022, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

Apelação 65880/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE BARRA DO BUGRES. Protocolo Número/Ano: 65880 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ALESSANDRA OLIVEIRA DA SILVA (Advs: Dr(a). RICARDO MORARI PEREIRA - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 17080-B/MT), APELADO(S) - MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES (Advs: Dr. RONEY MARCOS FERREIRA - OAB 10316/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO — INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS — CIRURGIA DE LAQUEADURA — GRAVIDEZ POSTERIOR — NEXO DE CAUSALIDADE — NÃO CONFIGURAÇÃO — RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO — INEXISTÊNCIA — RECURSO DESPROVIDO.

Eventual gravidez, ocorrida após a realização do procedimento de laqueadura tubária, não configura falha médica, ainda que adotado com a finalidade de planejamento familiar, pois, como os demais métodos contraceptivos, não é munido da garantia de que o resultado pretendido (a não gravidez) não venha a ocorrer, de sorte que não há falar no nexo de causalidade.

Demonstrado que a paciente tinha ciência do índice de ineficácia do método contraceptivo de laqueadura, não se configura o nexo de causalidade, apto a gerar a responsabilidade civil e o dever de indenização por danos materiais e morais pelo Município, em virtude de posterior diagnóstico de gravidez.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA CAPITAL(Oposto nos autos do(a) Apelação 175911/2016 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 97445 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. EMBARGANTE - BANCO DO BRASIL S. A. (Advs: Dr. EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA - OAB 133091/SP, Dr. FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA - OAB 13884/MT, Dr(a). JOÃO BATISTA ARAÚJO BARBOSA - OAB 9.847/MT), EMBARGADO - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. BRUNO HOMEM DE MELO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 6613-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ACÓRDÃO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - MULTA PROCON - RECURSO PROVIDO, EM PARTE - VALOR DA MULTA MINORADA - APLICADA EM UFIR - LEI DA FILA - EXTINÇÃO DA UNIDADE DE REFERÊNCIA - APURAÇÃO DO VALOR - PREVISÃO NA LEI MUNICIPAL N. 70/2000 - NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO - AUSÊNCIA DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM GRAU RECURSAL - OMISSÃO RECONHECIDA - COMPENSAÇÃO DA VERBA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 86, DO CPC - SENTENÇA MODIFICADA - ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS - APLICAÇÃO DOS EFEITOS INFRINGENTES.

Os embargos de declaração devem ser acolhidos quando a decisão embargada padecer de vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão).

Remessa Necessária 121195/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 121195 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO(S) - EDMILSON DIAS DE MORAES (Advs: Dr(a). WAGNER VASCONCELOS DE MORAES - OAB 15.244/mt, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (Advs: Dr(a). LUIZ AUGUSTO PIRES CEZÁRIO JÚNIOR - PROCURADOR MUNICIPAL - OAB 17020/MT, Dra. SADORA XAVIER FONSECA CHAVES- PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - OAB 10.332/MT, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL – REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – AÇÃO DE DESPEJO – INADIMPLÊNCIA DE ALUGUÉIS – COMPROVAÇÃO – DEVER DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS E DOS ENCARGOS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - SENTENÇA MANTIDA.

Comprovada a inadimplência de alugueis, deve-se julgar procedente o pedido de despejo, determinando, ainda, o pagamento dos débitos em atraso, da multa, prevista na cláusula penal e do IPTU.

Remessa Necessária 141446/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE ALTO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 141446 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO(S) - ANTONIO ROMUALDO NETO (Advs: Dr. ILVANIO MARTINS - OAB 12301-a/mt), INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS (Advs: Dr. ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA - OAB 8322/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO POPULAR – CEMITÉRIO MUNICIPAL – AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – POSSIBILIDADE DE CONTAMINAÇÃO DO AQUÍFERO FREÁTICO - AÇÃO COM CUNHO OBRIGATÓRIO E INDENIZATÓRIO – EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - SENTENÇA RATIFICADA.

O objeto da ação popular é a anulação, ou a declaração de nulidade, de atos lesivos ao patrimônio público, tal como prevê o artigo 1o da Lei 4.717/1965, inexistindo nesta via processual a possibilidade de efetivar uma condenação em obrigação de fazer, posto tratar-se de medida a ser perseguida mediante a Ação Civil Pública.

Se a pretensão manifestada na seara da Ação Popular corresponder a uma obrigação de fazer, patente se mostra a inadequação da via eleita e, pois, escorreita a sentença que, a esse fundamento, extingue o feito, sem a resolução do mérito.

Apelação 151436/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE ALTO ARAGUAIA. Protocolo Número/Ano: 151436 / 2017. Julgamento:

09/12/2019. APELANTE(S) - QUEROLAINE MARQUES DA SILVA (Advs: Dr(a). EMANUELLY PEREIRA DA SILVA - OAB 49.176/pr), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 2606/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

TRIBUTÁRIO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – APREENSÃO DE MERCADORIA – MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL IDÔNEA – INFRAÇÃO MATERIAL DE CARÁTER PERMANENTE – LEGALIDADE – SENTENÇA MANTIDA - APELO DESPROVIDO.

É legítima a apreensão de mercadorias desacompanhadas da documentação fiscal idônea, para cessar infração material de efeitos permanentes.

Apelação 49623/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE ALTA FLORESTA. Protocolo Número/Ano: 49623 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - MÁRCIA FERRAZ DA ROSA (Advs: Dr(a). MARA MONE FERREIRA SOARES - OAB 17224/MT), APELADO(S) - MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA (Advs: Dr(a). ANGELA CAROLINE WEIRICH - OAB 14819/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - - PROGRESSÃO EM CARREIRA DIVERSA DAQUELA PARA A QUAL HOUVE A APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO - INCONSTITUCIONALIDADE - ANULAÇÃO IMEDIATA DO ATO ADMINISTRATIVO VICIADO - AUTOTUTELA - PRESENÇA DE DIREITOS MATERIAIS DE EFEITOS CONCRETOS - NECESSIDADE DA PRECEDÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO - OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA - CONFIGURAÇÃO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO FERIDO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

À Administração Pública é dado o poder-dever de anular os seus atos reputados ilegais, independentemente de provocação; entrementes, se de tais atos decorrerem decorram direitos, de efeitos concretos, que repercutam na esfera do interesse do administrado, o desfazimento deve ser precedido do regular processo administrativo, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

Apelação 55199/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 55199 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - CENTRO DAS INDÚSTRIAS PRODUTORAS E EXPORTADORAS DE MADEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CIPEM/MT (Advs: Dr. DEIVISON ROOSEVELT DO COUTO - OAB 8353/MT, Dr(a). GEISA VIEIRA ESPINDOLA - OAB 19628/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 4.509-O/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE - SIMPLES NACIONAL - REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - ICMS - SUBLIMITE PARA A OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL - REGULAMENTO ESTADUAL - LEGALIDADE - RECURSO DESPROVIDO.

Não há confundir o limite de faturamento anual, para fins de permanência no regime diferenciado do Simples Nacional, com o limite do faturamento para o usufruto da redução da base de cálculo do ICMS, que constitui um benefício fiscal.

No ano-calendário de 2013, no Estado de Mato Grosso, poderiam ser optantes do Simples Nacional as empresas, cujo faturamento anual não ultrapassasse o sublimite de R$ 2.520.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte reais), instituído pelo Decreto Estadual n. 1.415/2012.

Entrementes, dentre essas empresas, somente aquelas, que o faturamento não ultrapasse o sublimite de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), fazem jus à redução da base de cálculo do ICMS, prevista no artigo 47, § 1o, anexo VIII, do RICMS/MT, conforme o § 8o da mesma regra.

Apelação 55205/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 55205 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - FABIANO FRATTA PEREIRA PINTO (Advs: Dr(a). AUDA TAYSA PIMENTA MAIA - OAB 18984), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 3112 / MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – CURSO DE OPERAÇÕES PENITENCIÁRIAS ESPECIALIZADAS – FALTA DISCIPLINAR – EXCLUSÃO – DEVIDO PROCESSO LEGAL – GARANTIDO – ILEGALIDADE – NÃO COMPROVADA – AUSENTE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

Não se sustenta a alegação de nulidade de decisão administrativa, quando o conjunto probatório não demonstra a violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, ainda mais, no rito sumário especial do mandado de segurança, destinado à proteção de direito líquido e certo, que deve ser comprovado por meio de prova pré-constituída.

Remessa Necessária 69820/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE BARRA DO BUGRES. Protocolo Número/Ano: 69820 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE DENISE (Advs: Dr(a). ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES - OAB 11226/MT), INTERESSADO(S) - MÁRIO LEMOS DE ALMEIDA (Advs: Dr(a). MICHELE BEUTINGER DE MATTOS MARTINEZ - OAB 9.122, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – REEXAME NECESSÁRIO DA SENTENÇA – AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – EX-PREFEITO – PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL – REJEITADAS – CONVÊNIOS – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – MERA IRREGULARIDADE – MALVERSAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO E OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO – NÃO DEMONSTRADOS – IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – RATIFICAÇÃO.

O montante recebido, por meio de convênios, firmados com a União, foi incorporado ao erário municipal. Logo, o Município tem legitimidade ativa, para a propositura de ação que vise ao ressarcimento do dano, advindo da ausência de prestação de contas.

Em vista de a ação objetivar o ressarcimento ao erário, deve ser rejeitada a preliminar de ausência de interesse processual.

Na ausência de provas de que houve malversação do dinheiro público, bem assim de que ocorreu prejuízo ao erário municipal, decorrente da omissão de prestar contas dos convênios firmados pelo Município, na gestão do ex-Prefeito, a improcedência do pedido ressarcitório deve ser mantida.

Remessa Necessária 87967/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA. Protocolo Número/Ano: 87967 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (Advs: Dr. JOSÉ RICARDO FERREIRA GOMES - OAB 11837/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU A QUESTÃO DE INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE E DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS AO ÓRGÃO ESPECIAL. SUSPENSO O JULGAMENTO.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL – REEXAME NECESSÁRIO DA SENTENÇA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LEI MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO – CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA A GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTAL – RECONHECIDA – RESERVA DE PLENÁRIO – REMESSA AO ÓRGÃO ESPECIAL – JULGAMENTO SUSPENSO.

O princípio da Reserva de Plenário, previsto no artigo 97 da Constituição da República Federativa do Brasil, veda aos órgãos fracionários dos Tribunais e aos Relatores, no Recurso de Apelação, o reconhecimento da inconstitucionalidade de normas.

Não havendo pronunciamento, no âmbito do Tribunal de Justiça, a respeito da inconstitucionalidade de determinado ato normativo, deve a matéria ser submetida à sua análise, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 949 do CPC.

Apelação 140055/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE MIRASSOL D´OESTE. Protocolo Número/Ano: 140055 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - VANDA AUGUSTO DA SILVA (Advs: Dr(a). SUELLEN MENEZES BARRANCO - OAB 15667/MT), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). PATRÍCIA CAPELEIRO - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9001409). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.

EMENTA:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - MORTE DE MENOR INFRATOR ACOLHIDO EM CENTRO SÓCIOEDUCATIVO - PROPOSITURA DA AÇÃO DE BASE NA VIGÊNCIA DO PRAZO QUINQUENAL - DETERMINAÇÃO DA CITAÇÃO QUATRO MESES APÓS O PROTOCOLO DA INICIAL - DEMORA NA CITAÇÃO NÃO ATRIBUÍVEL À AUTORA DA DEMANDA - PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO - CONFIGURAÇÃO – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA IGUALMENTE CARACTERIZADA NA MODALIDADE CULPA POR NEGLIGÊNCIA – DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA - DANO MORAL - REPARAÇÃO DEVIDA - CONSECTÁRIOS LEGAIS - TEMA 810 DO STF - DANO MATERIAL - PENSIONAMENTO NECESSÁRIO - PREJUDICIAL AFASTADA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

O Superior Tribunal de Justiça, após o julgamento do REsp 1.251.993/PR, sob o rito dos Recursos Repetitivos, pacificou o entendimento de que a prescrição quinquenal, prevista no art. 1o, do Decreto 20.910/1932, deve ser aplicada a todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja ela federal, estadual ou municipal, independentemente da natureza da relação jurídica.

É descabido afirmar alcançada pela prescrição a pretensão indenizatória, em face da Fazenda Pública, quando a demanda é intentada durante a vigência do prazo quinquenal e a demora na citação não se mostra imputável à desídia da parte autora.

Sob o prisma da responsabilidade objetiva o ente público somente estaria exonerado do dever de indenizar, se acaso comprovada a ausência de nexo causal, seja por culpa exclusiva da vítima, por caso fortuito, por força maior, ou por fato exclusivo de terceiro, o que não se evidencia no caso dos autos (CRF, art. 37, § 6º).

A agressão de um abrigado por outro, ou outros, não pode ser considerada um ato inesperado, ou caracterizar culpa exclusiva de terceiro no sistema de custódia, posto corresponder a evento previsível, que demanda a adoção de todas as medidas tendentes a evitá-lo.

Se o Estado se omite no cumprimento de seu dever, preexistente, da vigilância e da guarda da incolumidade do internado, configura-se, igualmente, a sua culpa na modalidade de negligência.

O valor da indenização a ser arbitrada deve seguir critérios de razoabilidade e proporcionalidade, mostrando-se efetivo à repreensão do ilícito e à reparação do dano, sem, em contrapartida, constituir enriquecimento ilícito.

Conforme jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, nas famílias de baixa renda, há presunção relativa de assistência vitalícia dos filhos frente aos seus genitores.

A jurisprudência tem admitido o pensionamento à família, em razão do falecimento de filho, fixada em 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo até que a vítima viesse a completar 25 (vinte e cinco) anos de idade, e, a partir dessa data, em 1/3 (um terço) do salário mínimo até a data em que o falecido viesse a atingir 65 (sessenta e cinco) anos, que, em tese, representa a expectativa de vida do homem brasileiro.

No que tange aos consectários legais incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Publica Estadual, devem estes ser fixados após o julgamento do RE n. 870947/SE, pelo Supremo Tribunal Federal.

Apelação 1697/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS. Protocolo Número/Ano: 1697 / 2018. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). BRUNO HOMEM DE MELO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 6.613-B/MT), APELADO(S) - NILTON JOSÉ DOS REIS (Advs: Dr. FÁBIO YEGROS PEREIRA - OAB 8574/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU EM PART O RECURSO.

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO - ALEGAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO - VEÍCULO - CONTRATO DE COMPRA E VENDA SEM RECONHECIMENTO DE FIRMA - CRV EM BRANCO - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ DO ADQUIRENTE - PROVAS INSUFICIENTES PARA FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO - INSTRUÇÃO PROBATÓRIA IMPRESCINDÍVEL - DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA - APELO, EM PARTE, PROVIDO.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado, inclusive na sistemática dos recursos repetitivos, de que o reconhecimento da fraude à execução exige a comprovação de que houve o registro da penhora do bem ou que haja prova de que o adquirente agiu de má-fé.

Em vista da fragilidade das provas, quanto à data da efetivação da compra e venda do veículo penhorado no feito executivo e à boa-fé do adquirente, mostra-se imprescindível a desconstituição da sentença, para que haja a devida instrução probatória.

Apelação 20696/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 20696 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ALONSO ALVES PEREIRA (Advs: Dr(a). RUY DE SOUZA GONÇALVES - OAB 12133/mt), APELADO(S) - ANTÔNIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO (Advs: Dr. DÉCIO JOSÉ TESSARO - OAB 3162/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO POPULAR – DANO AMBIENTAL – PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL – CONDIÇÕES PROCEDIMENTAIS DA LEI N. 4.717/1965 – NÃO DEMONSTRADAS – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – RECURSO PROVIDO EM PARTE.

A ação popular é o meio utilizado para a anulação de atos ou contratos administrativos lesivos ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, no que tange à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, pois não serve para a defesa de interesses particulares, tampouco pode ser utilizada a alteração da decisão judicial.

Não demonstrada, pelos argumentos expendidos, pretensão destinada à proteção do patrimônio público, do meio ambiente e da moralidade administrativa contra o ato ilegal e lesivo, condições da ação popular, nos termos do que prevê a Lei n. 4.717/1965 (regula a Ação Popular).

Afasta-se a condenação em litigância de má-fé e indenização por perdas e danos, quando não restar comprovado algum fato jurídico prescrito nos incisos do artigo 80 do CPC.

Apelação / Remessa Necessária 2904/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 2904 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - MUNICÍPIO DE CUIABÁ (Advs: Dr(a). CARLOS EDUARDO LOPES - PROCURADOR DO MUNICÍPIO - OAB 90014167), INTERESSADO/APELADO - L. PETSCH - ME (Advs: Dr(a). VANDER JOSÉ´PASETTI - OAB 11.734-MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO E, EM SEDE DE REEXAME RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO –APELAÇÃO COM REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE – ISSQN – AUTO DE INFRAÇÃO – FATOS GERADORES – NÃO EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL – INEXISTÊNCIA DE VÍCIO – LEGALIDADE – MULTA – REDUÇÃO PARA 40% – INTELIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 201/2009 – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RATIFICADA.

Impõe ao Magistrado a quo reduzir o seu montante para o percentual

condizente com a jurisprudência pátria, mormente considerado que não compete ao Judiciário atuar como legislador positivo para estabelecer isenções tributárias.
O auto de infração goza de presunção de legitimidade e de legalidade, incumbindo ao contribuinte demonstrar, ainda que de forma indiciária, a irregularidade do ato administrativo.

Apelação 54282/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE PARANATINGA. Protocolo Número/Ano: 54282 / 2017. Julgamento: 09/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). ETHIENE BRANDÃO E SILVA - OAB 7058/mt), APELADO(S) - DERALDINO JOSE RAMOS E OUTRA(s) (Advs: Dra. BERTOLINA ALVES DE LIMA - OAB 11165/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. MÁRCIO VIDAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.
EMENTA:
PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE USUCAPIÃO – PREJUDICIAL DE NULIDADE DA SENTENÇA - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - CONFIGURAÇÃO - JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS - NÃO ABERTURA DE PRAZO À PARTE PARA COMPLEMENTAÇÃO DA SUA DEFESA – VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA - ART. 10 DO CPC – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO MÚTUA, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – PREJUDICIAL ACOLHIDA - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.
1. Nos termos do artigo 10, do Código de Processo Civil/2015, o juiz não deve decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, regra essa que se consubstancia em verdadeiro corolário do princípio da cooperação mútua.
2. O princípio da cooperação, regra que complementa a garantia do contraditório, consubstancia-se no esforço dos sujeitos processuais, a fim de evitar acontecimentos que possam dilatar, injustificadamente, a marcha processual, e, desse modo, "(...) impõe que o magistrado comunique às partes a intenção de abreviar o procedimento, julgando antecipadamente a lide. Essa intimação prévia é importantíssima, porquanto profilática: i) evita uma decisão-surpresa, que abruptamente encerre o procedimento, frustrando expectativas das partes;(...)" (FREDIE DIDIER JR, Curso de Direito Processual Civil, 7ª ed., vol. I, Editora JusPodivm, p. 473).

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020460-24.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRACY MARIA CUNHA DE BRITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIZA MACEDO DE CASTRO OAB - MT12645-O (ADVOGADO)
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1007338-19.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SINOP (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)
ADAILTON NASCIMENTO NUNES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIA DE SOUZA OAB - MT20024-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, declaro a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para apreciar este recurso, por conseguinte, determino a remessa dos autos à Turma Recursal competente. Conservados os efeitos dos atos decisórios já proferidos até a sua reapreciação pelo Juízo competente.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000471-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA OAB - MT18239-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMILENE SOYANE DA SILVA MATOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMILENE SOYANE DA SILVA MATOS OAB - MT17703-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, RETIFICO INTEGRALMENTE a sentença para denegar a segurança. Em consequência, julgo PREJUDICADO o recurso.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019149-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCEL SOUZA DE CURSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019149-21.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:32:21 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017558-40.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES SIQUEIRA DE SA (APELADO)

Com essas considerações, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para afastar a prescrição intercorrente.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000150-71.2011.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JAURU (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONCIO PINHEIRO DA SILVA NETO OAB - MT14377-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BARBOSA SOBRINHO (APELADO)

Com essas considerações, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para afastar o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018929-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OTAIZA MARCON COLLI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL WINTER OAB - MT11470-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1013175-79.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ

(JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
NELSON EDUARDO BASSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
LAIS DE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT20079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, RETIFICO INTEGRALMENTE a sentença e, de consequência denegar a segurança.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018932-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR GOULART LANES OAB - MT13329-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Desse modo, tenho que resta ausente a probabilidade do direito da Recorrente, motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002570-48.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE FASSICOLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIMAR LOULA FILHO OAB - MT14290-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018851-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIRLANA DE SOUZA DOERNER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL WINTER OAB - MT11470-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018722-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GRUPO JVF LTDA SPE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL REGINALDO URANI DE OLIVEIRA OAB - GO25996 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000892-87.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEBER FIGUEIREDO LAGRECA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019173-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA BENEDITA DE CASTRO RONDON CARVALHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019173-49.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:08:50 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019175-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EROS JOSE AGUIAR SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019175-19.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:25:30 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013137-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO PATRIOTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA OAB - MT7844/B (ADVOGADO)
MARCEL ALEXANDRE LOPES OAB - MT6454-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, em juízo de cognição sumária, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo formulado.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019179-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON FERREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
juízo da terceira vara da fazenda pública da Comarca de Cuiabá/MT (AGRAVADO)
DIRETOR PRESIDENTE DO MTPREV (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019179-56.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1008493-13.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
NATALINO BRUNETTO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ALTEMIR BRUNETTO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0002424-74.2012.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COMODORO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE COMODORO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO RODRIGUES PERES OAB - MT17877-B (ADVOGADO)
JOAO VIRGILIO DO NASCIMENTO SOBRINHO OAB - MT3112-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
IRACI CORDEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001182-61.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE DOS REIS (APELADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015893-91.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. H. T. C. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
J. D. Q. T. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010885-83.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NILDA GOMES BENTA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN MARCELE BARBOSA GUEDES OAB - MT14344-O (ADVOGADO)
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1008853-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME ANIBAL MONTENARI OAB - MT17165-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIEZES VILMAR MAGGI SCHEFFER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALECIANE CRISTINA SANCHES OAB - MT14513-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1004587-83.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LAURA CRISTINA DE SOUZA ORMOND (APELADO)
JULIO DE ARRUDA MARTINHO (APELADO)
JONNE COSTA CARVALHO (APELADO)
JOAO PEREIRA DA CUNHA FILHO (APELADO)
JOAN JORGE CORREA (APELADO)
JESSIKA PEREIRA VASQUE (APELADO)
JEAN CESAR MONTEIRO (APELADO)
JAQUELINE DE SOUZA FORTALEZA (APELADO)
LUCI HELENA DE AMORIM LEMES (APELADO)
LUCIANA MARIA LEITE DOS SANTOS (APELADO)
LORISAMAR SILVA CARDOZO (APELADO)
LISDETE DE FATIMA OLIVEIRA (APELADO)
LIDIANE NUNES SOARES DE ANDRADE (APELADO)
LIA FERNANDA BRUNO GONCALVES OLIVEIRA (APELADO)
LEONARDO OLIVEIRA HASIMOTO DOS SANTOS (APELADO)
LEANDRO MEDEIROS DE BRITO (APELADO)
MARCIO ALMEIDA HIRATA (APELADO)
MARCELO ZANATTA VOLPONI FREITAS (APELADO)
LUIZ CARLOS DIAS DE SOUZA (APELADO)
LUDMILA CHARBEL NOVAIS TEIXEIRA (APELADO)
MARIO TIERRE DE ALMEIDA (APELADO)
MARGARETH DE ALENCAR ALFARO (APELADO)
RONER LUIZ SALLES (APELADO)
RITA CAROLINA FRANCISCO CARDOSO DE SOUZA (APELADO)
RENATO DE SA RIZK (APELADO)
REGINALDO MOREIRA MAGALHAES (APELADO)
REGINALDO CAMARGO FERREIRA FILHO (APELADO)
PAULO ISSAC COSTA CORREA (APELADO)
PAULO CESAR DE SOUZA (APELADO)
MILTON FERRAZ DE OLIVEIRA (APELADO)
TAIZA SOARES CAVALCANTE (APELADO)
SILVIA MARTINS DE LEMOS (APELADO)
SILVIA MARIA DA SILVA FERNANDES (APELADO)
SILBENE FATIMA CORREA DE LEMOS (APELADO)
SIDNEI APARECIDO DE OLIVEIRA (APELADO)
SARA CRISTINA OLIVEIRA DE ALMEIDA (APELADO)
SANDRA REGINA FERREIRA (APELADO)
ROSEMEIRE BENEDITA DA LUZ (APELADO)
WALDOMIRO ALVES RONDON JUNIOR (APELADO)
VALERIA CRISTINA INFANTINO NASCIMENTO (APELADO)
VADRELINA OLIVEIRA DA SILVA (APELADO)
THAMIRYS PADILHA SOARES LEITE (APELADO)
VERA LUCIA DA SILVA SILVEIRA (APELADO)
TAMIRES RODRIGUES DE SOUZA LELIS (APELADO)
ANA CRISTINA VALIM REIS MOLINO (APELADO)
CARLA NATALIA HAAS (APELADO)
ELINEY SANATANA VIANA (APELADO)
ALEX FABIANO BARBOSA DE AQUINO (APELADO)
BENEDITO DUEL BALDUINA (APELADO)
ALCYDES JORGE JUNIOR (APELADO)

BENEDITO ARODIL GUIMARAES DOS SANTOS (APELADO)
ADRIANO BAPTISTA ANDRELINO (APELADO)
BENEDITA MARCELINA DOS SANTOS FIGUEIREDO (APELADO)
ANDRE PARDINHO DE OLIVEIRA (APELADO)
ADAO BACA HERMOZA (APELADO)
ANA SOFIA DE OLIVEIRA (APELADO)
EDSON GOMES DA SILVA (APELADO)
EDINEI APARECIDO PEREIRA DA SILVA (APELADO)
DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS (APELADO)
DELSON FERRAZ DE OLIVEIRA (APELADO)
CLEONILDES RODRIGUES DE OLIVIERA (APELADO)
CLAUDIANO CONRRADO DE AMORIM (APELADO)
CLAUDIANA FRANCELINO GONCALVES (APELADO)
CARLOS ALBERTO FERREIRA DE BARROS (APELADO)
FERNANDO FERNANDES PRADO (APELADO)
FERNANDA FERNANDES DA SILVA CARMO CARVALHO (APELADO)
ELZAMIRA GONCALVES DE SOUZA (APELADO)
ELIZETE DE LOURDES PEIRA LIMA (APELADO)
ELIZABETE SILVANA DE ALMEIDA (APELADO)
ELCIO ADAO DA COSTA (APELADO)
EDUARDO FRANCA LIMA (APELADO)
EDUARDO ALMEIDA ASSUNCAO (APELADO)
JANNY JEICY JENNY DE LIMA (APELADO)
IVO MARTINS DOS SANTOS (APELADO)
IVANA FREITAS SILVA (APELADO)
HILDA GARCIA (APELADO)
HELIO DA SILVA (APELADO)
GRACIELLA OLIVEIRA DE SOUZA (APELADO)
GISLAINE MARA AMADOR (APELADO)
GERONICE MARIA DE MORAES HORN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHRISTIANO CESAR DA SILVA OAB - MT14688-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1039563-48.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIRCE MOREIRA DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000101-73.2014.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GENY PEREIRA DE ALMEIDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILKER CHRISTI CORREA OAB - MT12228-O (ADVOGADO)
GRACIELLY ROSA ORMOND OAB - MT18163-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0503520-77.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ODETE MARISA MOZZAQUATRO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ OAB - MT22947-O (ADVOGADO)
KARINNE DAYDAME PEDROSO RENNO OAB - MT18896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0039902-63.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE JESUS CABRAL (EMBARGADO)
EVA MARIA JERONIMA (EMBARGADO)
EVA CAMPOS DE ARAUJO (EMBARGADO)
DEUSILA MARIANO DA SILVA (EMBARGADO)
CLAUDIA RODRIGUES LOPES BRITO (EMBARGADO)
ADRIANA PEREIRA DA SILVA (EMBARGADO)
VALDEMAR DA SILVA FARIAS (EMBARGADO)
MARIA ZILMA PARENTE DOS SANTOS (EMBARGADO)
LEYKA FERREIRA SANTOS (EMBARGADO)
LEONOR ALVES DOS SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAIRO GEHM OAB - MT16063-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019200-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE SAMPAIO DIOGO OAB - MT23530/A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALINA FELIX DA SILVA SANTOS (AGRAVADO)
FERNANDO CESAR DA SILVA (AGRAVADO)
GLORIA LUCIA DE OLIVEIRA LARA (AGRAVADO)
EVANICE SOUZA DIAS (AGRAVADO)
ELIZABETH CRUZ DE CAMPOS (AGRAVADO)
EVANIL RODRIGUES DE LIMA (AGRAVADO)
EDIR FIGUEIREDO E SILVA (AGRAVADO)
JURACY ROSA RAMOS DE MONLEVADE (AGRAVADO)
ELIDIA JESUS DE AMORIM VIEIRA (AGRAVADO)
EDNA COLOMBARI MINOSSO (AGRAVADO)
JUVINILIO FRANCISCO FILHO (AGRAVADO)
JANUARIA GOMES DA COSTA ALMEIDA (AGRAVADO)
IVETE DA SILVA ABREU (AGRAVADO)
JOAO FELIX PEREIRA (AGRAVADO)
JOANILZA ALMEIDA DOS SANTOS (AGRAVADO)
IEDA MARIA PINHEIRO DO NASCIMENTO (AGRAVADO)
IDALIA DE SOUZA ALVES (AGRAVADO)
HILDA ZARQUE DE BRITO (AGRAVADO)
IEDA MARIA BRIGHENTI (AGRAVADO)
HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019200-32.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019209-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

RIVALDO TIBURCIO DE RAMOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIEGO JESUS APARECIDO RIBEIRO OAB - MT10631-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019209-91.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001538-55.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA ALVES DE SOUZA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENY DE ARRUDA RIBEIRO OAB - MT14108-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012048-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA MARIA SALOMAO DANTAS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO)
HERMES DA SILVA OAB - MT14884-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação do Relator

APELAÇÃO Nº 61613/2019 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS APELANTE(S) - ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA (Advs: Dr. SILVIO JOSÉ COLUMBANO MONEZ - OAB 8996/MT), APELANTE(S) - ANTONIO TADEU MELLO (Advs: Dr. SILVIO JOSÉ COLUMBANO MONEZ - OAB 8996/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: "Vistos etc. I - Não comprovado o pagamento das custas processuais, conforme Certidão de p. 2647, INTIMEM-SE os Apelantes para proceder o recolhimento **em dobro** do preparo, com fulcro no Art. 1007 do CPC/2015, sob pena de deserção, no prazo de 05 (cinco) dias. II - Cumpra-se." DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK (RELATORA)

APELAÇÃO Nº 13586/2019 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, APELADO(S) - JAQUELINE FAVETTI (Advs: Dr(a). RILIS EVANGELISTA DE OLIVEIRA - OAB 12346/mt), APELADO(S) - MÁRCIO ALVES FERREIRA (Advs: Dra. FÁTIMA JUSSARA RODRIGUES - OAB 6090/MT), APELADO(S) - LUCIANO RACI DE LIMA E OUTRO(s) (Advs: Dra. GABRIELA DE SOUZA CORRÊIA - OAB 10031/MT, Dr. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB 4032/MT), APELADO(S) - MURILO DOMINGOS E OUTRO(s) (Advs: Dr. JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO - OAB 6203/MT), APELADO(S) - ROTAFAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, APELADO(S) - NÉLIO FERNANDES (Advs: Dr. MARCELO RODRIGUES LEIRIÃO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 3669/MT), APELADO(S) - ARILSON COSTA DE ARRUDA (Advs: Dra. FÁTIMA JUSSARA RODRIGUES - OAB 6090/MT)
Decisão: "(...) Isso significa que, extinto o mandato judicial, não pode, o mandatário, após o falecimento do outorgante, exercer a prerrogativa da representação processual, nem substabelecer os poderes decorrentes daquele instrumento, cuja eficácia jurídica cessa com o óbito do mandante. Assim, determino que se proceda à habilitação dos herdeiros do “de cujus” (CPC, arts. 313, § 2o, I), (b) que o(a) inventariante comprove a sua condição de representante do espólio, desde que os bens da herança ainda não tenham sido partilhados e (c) que venha aos autos a procuração outorgada, pelo(a) inventariante, em nome do espólio de Murilo Domingos. Para esse efeito, intime-se, pessoalmente, o autor da Ação, ora Apelante, encaminhando-se-lhes cópia do presente despacho e da petição de fls. 5356/5357. Suspendo este processo, por sessenta (60) dias, em virtude do óbito – regularmente comprovado – do Recorrido, Murilo Domingos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se." DES. MÁRCIO VIDAL (RELATOR)

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0008230-98.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE SORRISO (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
DAVI GUSTAVO AGUIAR DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Certifico que o Processo nº 0008230-98.2018.8.11.0040 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0001067-39.2014.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOBRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO CAMPOS FILHO OAB - MT23568-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VITORIA BENEDITA DA CRUZ (APELADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 0001067-39.2014.8.11.0030 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0016331-63.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONNECT MOBILE COMERCIO DE CELULARES LTDA - ME (JUÍZO RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEIVISON ROOSEVELT DO COUTO OAB - MT8353-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0016331-63.2014.8.11.0041 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018427-22.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARIA ALVES FERREIRA EIRELI (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0018427-22.2012.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução

185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001722-16.2010.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001722-16.2010.8.11.0009 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017229-91.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS ALVES (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0017229-91.2013.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016620-11.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDILSON DA SILVA SIQUEIRA (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0016620-11.2013.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002171-30.2005.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JAURU (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO XISTO DO CARMO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0002171-30.2005.8.11.0047 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001253-23.2013.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
LAERCIO SOARES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GENIA PONTES DA SILVA DE PAULA OAB - MT8611-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001253-23.2013.8.11.0022 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014993-35.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0014993-35.2018.8.11.0002 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019162-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO E TRANSPORTE BRILHANTE LTDA. (AGRAVANTE)
EVALDO REZENDE DUARTE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PACHECO DE REZENDE OAB - MT3244-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado do Mato Grosso/Procuradoria Geral (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019162-20.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019163-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDESON DUMMER BUSS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE ALMEIDA OAB - MT20758-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019163-05.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019189-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEOVAN FARIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA OAB - 725.043.901-49 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
WERISLENE JULIA NOGUEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEY RICARDO FEITOSA DE PAULA OAB - MT17078-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019189-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008947-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENZO RANGEL DE MENDONCA MEDEIROS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO SILVA MOURA OAB - MT12307-O (ADVOGADO)

LUCIANO SALLES CHIAPPA OAB - MT11883-O (ADVOGADO)
JOSE ANTONIO DUARTE ALVARES OAB - MT3432-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – BLOQUEIO DE VALORES – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO – INVIABILIDADE – INAPLICABILIDADE DO ART. 854 DO CPC – CONSEQUENTE DESBLOQUEIO DO MONTANTE PENHORADO – ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL CONCEDIDA – RECURSO PROVIDO. Consoante entendimento expressado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.721.168/PE, mesmo após a entrada em vigor do artigo 854 do CPC, a medida de bloqueio de dinheiro, via BacenJud, não perdeu a natureza acautelatória e, assim, para ser efetivada, antes da citação do executado, exige a demonstração dos requisitos que autorizam a sua concessão.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1022153-11.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
ANTONIO ALVES DA COSTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRENNO DE PAULA MILHOMEM OAB - MT17720-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – EMISSÃO DE LICENCIAMENTO ANUAL CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE MULTAS – EXIGÊNCIA ILEGÍTIMA QUANDO NÃO SE CUMPRE O REQUISITO DA DUPLA NOTIFICAÇÃO – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO COMPROVADA - ILEGALIDADE – SÚMULAS 172 E 312 DO STJ – SENTENÇA RATIFICADA. É manifestamente ilegal exigir o pagamento de multas decorrentes de infrações no trânsito para a emissão de licenciamento anual, sem a dupla notificação do infrator.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012487-83.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
G. E. S. S. (APELADO)
TERESA CRISTINA DE BARROS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNA CECILIA PAZ DE CASTRO OAB - SP380802-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA – REJEIÇÃO – MÉRITO - MORTE DE PRESO POR OUTROS DETENTOS- CHOQUE HEMORRÁGICO, LESÕES PERFURANTES DO CORAÇÃO E PULMÃO – VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL – RESPONSABILIDADE DO ESTADO- DANO MORAL – CONFIGURADO – PENSIONAMENTO MENSAL – FILHO MENOR DE IDADE – DEPENDÊNCIA ECÔNOMICA PRESUMIDA – VALOR DEVIDO ATÉ A DATA QUE O FILHO DA VÍTIMA VIER A COMPLETAR 25 ANOS – DANO MORAL – MANUTENÇÃO - VALOR ARBITRADO EM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO TEMA 810 DO STF QUE DISPÕE SOBRE CONSECTÁRIOS LEGAIS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SENTENÇA CONDENATÓRIA - MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL ARBITRADO- PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO – DESNECESSIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa se não houve pedido de produção de prova nos autos e, ainda, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 841526/RS, em repercussão geral, fixou a tese que “em caso de inobservância do dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Carta Magna, o Estado é responsável pela morte de detento”. Demonstrado que o óbito se deu quando o detento estava sob a guarda dos agentes estatais, os quais tinham o dever legal de resguardar sua integridade física e moral, deve ser reconhecida a responsabilidade objetiva do Estado na ocorrência do evento danoso. O Superior Tribunal de Justiça já firmou posicionamento no sentido de que a dependência econômica dos filhos menores em relação aos pais é presumida, dispensando a produção de qualquer outro meio de prova. Se encontra sedimentado, de igual modo, na Corte Cidadã que o pensionamento ao filho deve ir até quando este completar 25 (vinte e cinco) anos. É sabido que a reparação do dano moral, em casos tais, possui função meramente compensatória, com o objetivo de suavizar o pesar, pois impossível se faz retornar ao status quo ante. Assim, a justa indenização deve ser baseada em um juízo de ponderação, entre a dor suportada pelos familiares e a capacidade econômica de ambas as partes. O Supremo Tribunal Federal já firmou o posicionamento que, nas condenações impostas a Fazenda Pública, revela-se inconstitucional a atualização segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09), uma vez que não se “qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina”. Tocante aos honorários advocatícios, não há que se falar em arbitramento em sede de cumprimento de sentença tendo em vista que a sentença recorrida fixou o valor da condenação. Entende-se como prequestionada a matéria que foi objeto de análise e decisão no acórdão recorrido, sendo despicienda a referência expressa a dispositivo de lei federal (prequestionamento explícito), bastando que a questão jurídica tenha sido efetivamente decidida (prequestionamento implícito).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002556-73.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO MARCIO BATISTA SILVESTRE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANATALICIO VILAMAIOR OAB - MT5172-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – AUTOR QUE RESPONDEU POR PROCESSO CRIMINAL PELO DELITO DE ROUBO – ABSOLVIÇÃO PELO JUIZO SINGULAR– APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO – INCERTEZA QUANTO A PARTICIPAÇÃO DA PARTE NOS CRIMES - DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA ILEGALIDADE– INEXISTÊNCIA DE ERRO JUDICIÁRIO - NÃO INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO –PROCESSO CRIMINAL QUE TRAMITOU REGULARMENTE –DECISÕES PROFERIDAS DE ACORDO COM OS ELEMENTOS EXISTENTES NOS AUTOS – SENTENÇA MANTIDA- RECURSO DESPROVIDO. A respeito dos atos inerentes ao Poder Judiciário a Carta Magna admitiu a indenização na hipótese de ocorrência de erro judiciário ou, ainda, nas hipóteses em que o detento permanecer preso além do tempo fixado na sentença. Para que se caracterize o erro judiciário não basta a absolvição posterior, tem que ser demonstrado que foram proferidas decisões ilegais, contrárias a lei, com nítido propósito de prejudicar a parte. A decretação da custódia preventiva quando comprovados os elementos legais satisfatórios para a sua decretação, mostra-se legítima.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1024129-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA OAB - MT18239-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA AIRES DA SILVA BARBOSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA RODRIGUES DA SILVA VIEIRA OAB - MT21038-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – MULTAS – VINCULAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL AO PAGAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – EXTRATO QUE COMPROVA A NOTIFICAÇÃO DO IMPETRANTE – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 131, §2º, DO CTB – DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA – RECURSO PROVIDO. Nos termos

do art. 131, §2º, do CTB, o veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais a ele vinculados, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. A juntada do extrato do veículo com as respectivas notificações e datas de postagem descaracteriza a alegada ausência de dupla notificação quanto às infrações discutidas nos autos e impõe a denegação da ordem.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005378-72.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA DO CARMO PINHO DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT19148-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – ENQUADRAMENTO FUNCIONAL EM NÍVEL MAIS ELEVADO – LC 4.012/2014 – ESTABELECE QUE PARA ENQUADRAMENTO NO NÍVEL CONSIDERAR-SE O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO A PARTIR DA DATA DE INGRESSO DO PROFISSIONAL NO CARGO EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO – IMPOSSIBILIDADE DE COMPUTAR O TEMPO DE SERVIÇO COMO INTERINO PARA FINS DE PROGRESSÃO — SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A Lei Complementar do Município de Várzea Grande n. 4.012/2014, estabelece que, para o enquadramento funcional utilizados para identificar a "progressão vertical" do servidor, faz-se necessário o interstício temporal de 03 (três) anos em cada nível, contando como tempo de serviço público a data de ingresso do profissional no cargo efetivo. Não havendo previsão na legislação municipal, o servidor não pode valer-se do tempo de serviço exercido como interino, para progressão na carreira.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005953-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINO CAMPEOL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS RIBEIRO MOTA OAB - MT10491-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL – DECISÃO QUE INDEFERE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENSÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO – INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DO AGENTE QUE LAVROU O AUTO DE INFRAÇÃO NÃO EVIDENCIADOS – REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO CONFIGURADO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Para o deferimento da tutela de urgência se mostra necessário o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: Probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Não evidenciada a ilegitimidade o agente que lavrou o auto de infração, constata-se a ausência do requisito da probabilidade do direito. Ausentes os requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, deve ser mantida a decisão que indeferiu a tutela de urgência pleiteada pela parte autora.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014694-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA TEIXEIRA DA COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo a decisão incólume. Às providências. Desa. Maria Aparecida Ribeiro

Relatora

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0032265-27.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO JOSE RONDON (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO INATIVO - LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA - IMPOSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO NO FUTURO - CONVERSÃO EM PECÚNIA - POSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas é admissível, diante da impossibilidade de fruição no futuro em razão de inatividade, face à aposentadoria, sob pena de configuração do enriquecimento ilícito da Administração.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015972-28.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DE PAIVA ABREU (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO NOGUEIRA FILHO OAB - GO31521-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO — VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO — REQUISITOS ESSENCIAIS À IMPETRAÇÃO — ARTIGO 10 DA LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 — NÃO DEMONSTRAÇÃO. Deve ser indeferida a segurança, quando ausente a demonstração de violação a direito líquido e certo ou justo receio de que esteja na iminência de sofrê-la, nos termos do artigo 10 da Lei nº 12.016, de 7 agosto de 2009. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1000670-37.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA MACIEL ESCOBAR OAB - MT16695-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA DE VASCONCELOS AQUINO FARIA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT16512-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE COBRANÇA - INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 568/99 E 663/01 DO MUNICÍPIO DE SINOP EM ANTINOMIA COM O DISPOSTO CONSTITUCIONAL QUE EXIGE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA CONCESSÃO DE VANTAGEM OU AUMENTO DE REMUNERAÇÃO – INOBSERVÂNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE - PROGRESSÃO FUNCIONAL – AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR DESÍDIA DA ADMINISTRAÇÃO – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – DIREITO À PROGRESSÃO – SENTENÇA RATIFICADA – RECURSO DESPROVIDO. A inexistência de previsão orçamentária, por si só, não macula de inconstitucionalidade a Lei Municipal, mas, tão somente, gera ineficácia dos seus comandos legais durante o período em que estava condicionada à respectiva previsão orçamentária. (TJMT, RAC 11357/2013). A progressão vertical de servidora pública que cumpre o intervalo temporal previsto em lei é devida, ainda que não tenha participado de avaliação de desempenho, por pura omissão da própria Administração, que deixou de realizá-la.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1004399-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BENEDICTO MIGUEL CALIX FILHO OAB - MT9192 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS AJUIZADA PELO SINDICATO – EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM ANÁLISE DE MÉRITO ANTE A ILEGITIMIDADE ATIVA – A LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL PRESSUPÕE QUE SE TRATE DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DA CATEGORIA – INCABÍVEL A AÇÃO COLETIVA NAS SITUAÇÕES EM QUE SE VERIFICAR A PRESENÇA DE DIREITOS HETEROGÊNEOS – RECURSO DESPROVIDO. Consoante doutrina e jurisprudência abalizada, o direito e interesse individual da categoria a ser defendido pelo Sindicato é o de caráter homogêneo, ou seja, aqueles decorrentes de origem comum, do grupo ou categoria de pessoas determinadas ou determináveis, que compartilhem prejuízos de origem comum. A matéria objeto da demanda, diz respeito apenas a parcela da categoria – contratados temporariamente-, inserindo-se no rol de direitos individuais heterogêneos uma vez que o direito vindicado não é de alcance amplo e nem se afigura uniforme em relação a todos.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1006205-49.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO SILVA TORRES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1006205-49.2017.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) Assunto: [Isonomia/Equivalência Salarial] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [JOAO SILVA TORRES - CPF: 053.027.731-04 (APELADO), EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF: 001.765.941-83 (ADVOGADO), MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO - CNPJ: 03.507.415/0007-30 (APELANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0002-25 (REPRESENTANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (APELANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO E RATIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA- AÇÃO MONITÓRIA – PEDIDO DE REVISÃO ADMINISTRATIVA DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA –DIREITO RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE – PROCESSO ADMINISTRATIVO SUSPENSO AGUARDANDO DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO – SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL - AÇÃO AJUIZADA ATEMPADAMENTE - CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO TEMA 810 DO STF QUE DISPÕE SOBRE CONSECTÁRIOS LEGAIS – RECURSO DESPROVIDO- SENTENÇA RATIFICADA. O prazo prescricional, quando há processo administrativo, fica suspenso até decisão final deste, o que inocorreu na espécie visto que, até o ajuizamento da ação monitória, o processo se encontrava suspenso aguardando ordem de pagamento e, assim, não houve fluição do prazo para propositura da demanda. O Supremo Tribunal Federal já firmou o posicionamento que, nas condenações impostas a Fazenda Pública, revela-se inconstitucional a atualização segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09), uma vez que não se “qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina”.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1003122-25.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELA DA SILVA JARA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – ENQUADRAMENTO FUNCIONAL – LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR – INTERRUPÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO – CONFORME ORIENTAÇÃO DO ART. 95, § 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.797/2012 – SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. O usufruto de licença para tratar de interesses particulares não é computado como tempo de serviço, inclusive para fins de promoção, na forma do art. 95, § 4º da Lei nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Escolar Básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Várzea Grande.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1006325-09.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENGEPONTE CONSTRUCOES LTDA (APELADO)
ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARLA KAROLINA APARECIDA DIAS POMPERMAYER OAB - MT15965-O (ADVOGADO)
RODRIGO AUGUSTO FAGUNDES TEIXEIRA OAB - MT11363-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LAZARO QUEIROZ BORGES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – RETENÇÃO DE PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL – IMPOSSIBILIDADE – EXCEÇÃO PARA PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA – PRECEDENTES DO STJ – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RATIFICADA. Consoante entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, não pode a Administração Pública reter pagamento de contrato administrativo por serviços efetivamente prestados, forte na ausência de regularidade fiscal, exceto quando há previsão expressa no contrato.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000140-17.2016.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SANTO AFONSO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES OAB - MT15389-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000140-17.2016.8.11.0026 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Educação Pré-escolar] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM

NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGANTE), VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES - CPF: 001.688.691-79 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS. Se não há, no acórdão, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas o mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, não há outro caminho senão o desprovimento dos embargos de declaração. Não existindo quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos devem ser rejeitados.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000011-05.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA OAB - MT14696-O (ADVOGADO)
ITAMAR LIMA DA SILVA OAB - MT14828-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNALDO VILLAR PEREZ (AGRAVADO)
W .V PEREZ REPRESENTACOES - ME (AGRAVADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000140-17.2016.8.11.0026 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Educação Pré-escolar] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGANTE), VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES - CPF: 001.688.691-79 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS. Se não há, no acórdão, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas o mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, não há outro caminho senão o desprovimento dos embargos de declaração. Não existindo quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos devem ser rejeitados.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000011-05.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA OAB - MT14696-O (ADVOGADO)
ITAMAR LIMA DA SILVA OAB - MT14828-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNALDO VILLAR PEREZ (AGRAVADO)
W .V PEREZ REPRESENTACOES - ME (AGRAVADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000140-17.2016.8.11.0026 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Educação Pré-escolar] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARENÁPOLIS (EMBARGADO), MPEMT - ARENÁPOLIS (EMBARGANTE), MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - CNPJ: 37.464.161/0001-46 (EMBARGANTE), VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES - CPF: 001.688.691-79 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS. Se não há, no acórdão, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas o mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, não há outro caminho senão o desprovimento dos embargos de declaração. Não existindo quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos devem ser rejeitados.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020331-38.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVA MIQUELINA DE CAMPOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO OAB - MT14941-O (ADVOGADO)
ALEX VIEIRA PASSOS OAB - MT17731-A (ADVOGADO)
ANTONIO PAULO ZAMBRIM MENDONCA OAB - MT6576-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (EMBARGADO)
MPEMT - CUIABÁ - PATRIMÔNIO E IMPROBIDADE (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL PEROTTO PAGOT OAB - MT12055-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA ENFRENTADA E DECIDIDA COM CLAREZA NO DECISUM COMBATIDO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Nenhum órgão judicial é obrigado a adotar as teses ou dispositivos eleitos pelas partes, mas a julgar a pretensão com amparo no ordenamento jurídico vigente, de modo que o acórdão não é omisso por ter adotado entendimento diverso daquele pretendido pelo embargante. 2. “A contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com o entendimento da parte. Embargos rejeitados” (STJ – Embargos de Declaração no REsp nº 218.528/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 4ª Turma, julgado em 07/02/2002, DJ de 22/04/2002).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014997-61.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE JUNGES ELY (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT15198-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1014997-61.2018.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Suspensão da Exigibilidade, CND/Certidão Negativa de Débito] Relator: Dr. EDSON DIAS REIS Turma Julgadora: [Dr. EDSON DIAS REIS, DR. GILBERTO LOPES BUSSIKI, DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (AGRAVANTE), SIMONE JUNGES ELY - CPF: 020.392.331-64 (AGRAVADO), CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI - CPF: 016.164.341-80 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – TRIBUTÁRIO – AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL – ITCD – INOCORRÊNCIA DE FATO GERADOR - RECURSO DESPROVIDO. Para dar validade formal à doação de imóvel, a simples consulta administrativa mediante cadastro de GIA não é instrumento hábil a transferir a propriedade do imóvel doado.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0005023-44.2016.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JONAS MARCOS TESSAROLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HULGO MOURA MARTINS OAB - MT4042-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMENTA RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – TRIBUTÁRIO – PRELIMINAR DE VIA ELEITA INADEQUADA – AFASTADA TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE SEMOVENTES ENTRE PROPRIEDADES DE MESMO TITULAR – NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS – APLICABILIDADE DA SÚMULA 166 DO STJ – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA CONFIRMADA. O mandado de segurança é remédio constitucional destinado a proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade. A mera transferência interestadual de semoventes entre propriedades de mesma titularidade não caracteriza circulação econômica de mercadoria, pelo que não resta configurado o fato gerador do ICMS, a teor do que dispõe a Súmula n. 166 do STJ. Recurso não provido. Sentença ratificada.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0005910-13.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO VERDE (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT (RECORRIDO)
ROSEMAR MADALENA FERREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA OAB - MT9331-O (ADVOGADO)
NELSON RICARDO KLEIM OAB - MT16809-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0005910-13.2016.8.11.0051 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [ROSEMAR MADALENA FERREIRA - CPF: 48205176191 (JUÍZO RECORRENTE), VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA - CPF: 111.644.091-15 (ADVOGADO), Prefeito do Municipio de Campo Verde - Fabio Schroeter (RECORRIDO), Prefeito do Municipio de Campo Verde - Fabio Schroeter (JUÍZO RECORRENTE), VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA - CPF: 111.644.091-15 (ADVOGADO), ROSEMAR MADALENA FERREIRA - CPF: 48205176191 (RECORRIDO), JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO VERDE (JUÍZO RECORRENTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT - CNPJ: 24.950.495/0001-88 (RECORRIDO), NELSON RICARDO KLEIM - CPF: 718.120.161-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENCA. E M E N T A REMESSA NECESSÁRIA — MANDADO DE SEGURANÇA — PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR — SUSPENSÃO DE 60 DIAS SEM DIREITO A REMUNERAÇÃO — OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO — ORDEM CONCEDIDA. Nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei nº. 8.429/92, o afastamento cautelar de servidor das suas funções públicas pela prática de atos ímprobos é medida excepcional que objetiva a preservação das provas a serem coligidas no âmbito da instrução processual e evitar eventual extravio de documentos oficiais acessíveis aos réus, se houver a permanência nos cargos eletivos ocupados. Assim, não havendo nos autos a comprovação inequívoca e concreta do propósito de interferência na normalidade da instrução probatória, o afastamento cautelar de agentes públicos se apresenta inadmissível.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013179-24.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREIRA GARAVAZO OAB - MT17941-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE RODRIGUES LIMA (APELADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0013179-24.2014.8.11.0003 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS - CNPJ: 03.347.101/0001-21 (APELANTE), JOSE RODRIGUES LIMA - CPF: 240.725.321-34 (APELADO), THIAGO PEREIRA GARAVAZO - CPF: 026.522.651-13 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – FALECIMENTO DO EXECUTADO ANTES DA CITAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DA CDA – ALATERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO – IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO – EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. Como cediço, a legislação tributária permite o ajustamento da CDA, mesmo que nula, devolvendo, contudo, o prazo de defesa do executado, conforme art. 2º, § 8º, da LEF e art. 203, do CTN. Entretanto, tal expediente não se mostra possível quando a alteração do polo passivo consiste na substituição do crédito executado, sob pena de se alterar o próprio lançamento realizado. Inteligência do enunciado de súmula nº. 392, do STJ. Outrossim, a jurisprudência do STJ entende que somente com a citação válida do executado há a constituição da relação processual. Desse modo, até a citação válida, não existe sucessão processual, mas modificação do sujeito passivo, descabida em execução fiscal. No caso dos autos, o devedor veio a óbito antes mesmo do ajuizamento da demanda executiva, fato que impede o redirecionamento da execução, impondo-se a extinção do processo, sem resolução do mérito, ante a ausência da condição da ação relativa à legitimidade passiva.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0056239-30.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

ANDRESSA CALLEGARI SILVA (EMBARGADO)
ANDERSON PAULO ROSSI (EMBARGADO)
ALCINA ALVES DE ARAUJO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMYR CESAR FRANCO OAB - MT14091-O (ADVOGADO)
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — ALEGAÇÃO DE OMISSÃO — INEXISTÊNCIA — SIMPLES REVELAÇÃO DE DISCORDÂNCIA COM O TEOR DO ACÓRDÃO — ACOLHIMENTO — INADMISSIBILIDADE — EMBARGOS REJEITADOS. A alegação de omissão, quando reveladora de simples discordância da parte com o teor do acórdão, não autoriza acolhimento de embargos de declaração.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000643-75.2010.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANGELO DOGNANI - ME (APELADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000643-75.2010.8.11.0017 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [A Fazenda Publica Estadual (APELANTE), JOSE ANGELO DOGNANI - ME - CNPJ: 36899615000149 (APELADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (APELANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL – EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO – INTIMAÇÃO PESSOAL DO REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA EFETIVADA – ABANDONO CARACTERIZADO – RECURSO NÃO PROVIDO. A desídia ou o abandono da causa pressupõe que o autor, intimado pessoalmente, deixa de promover os atos e diligências que lhe incumbir. Evidenciado que a Fazenda Pública deixou de impulsionar o feito mesmo após seu representante judicial ter sido pessoalmente intimado para tanto, através de remessa dos autos, revela-se correta a extinção do processo por abandono. 3. Apelação cível conhecida e não provida, mantida a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1000018-60.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RONDON AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP (RECORRIDO)
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FABIO PANTOLFI FERRARINI OAB - MT14864-A (ADVOGADO)
JOSE RICARDO FERREIRA GOMES OAB - MT11837-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1000018-60.2017.8.11.0055 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Municipais, Concessão / Permissão / Autorização] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [RONDON AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP - CNPJ: 00.270.960/0001-71 (RECORRIDO), JOSE FABIO PANTOLFI FERRARINI - CPF: 014.546.781-35 (ADVOGADO), Secretário de Fazenda do Município de Tangará da Serra (JUÍZO RECORRENTE), JOSE RICARDO FERREIRA GOMES - CPF: 003.581.331-81 (ADVOGADO), MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - CNPJ: 03.788.239/0001-66 (RECORRIDO), JOSE RICARDO FERREIRA GOMES - CPF: 003.581.331-81 (ADVOGADO), JUÍZO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA (JUÍZO RECORRENTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENCA. E M E N T A REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA — MANDADO DE SEGURANÇA —EXPEDIÇÃO DE "ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO" CONDICIONADA AO RESPOSTA DA ANAC — IMPOSSIBILIDADE — SENTENÇA SOB REEXAME RATIFICADA. A atuação da Administração Pública, ainda que fruto do exercício do poder de polícia fiscalizador deve calcar-se de acordo com os princípios da boa-fé, legalidade e da proteção da confiança. Logo, por mais fundados que sejam os de inadequação do estabelecimento comercial, a sua interdição e consequente recolhimento do alvará de funcionamento regularmente expedido em momento oportuno não poderão prescindir da prévia instauração de processo administrativo, garantindo-se o regular e necessário exercício do contraditório e da ampla defesa.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012718-26.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ULTRAZUL COMERCIO DE GAS LTDA - ME (APELADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0012718-26.2008.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Taxa de Licenciamento de Estabelecimento] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [MUNICIPIO DE SINOP - CNPJ: 15.024.003/0001-32 (APELANTE), ULTRAZUL COMERCIO DE GAS LTDA - ME - CNPJ: 04.385.168/0002-02 (APELADO), MIGUEL TAVARES MARTUCCI - CPF: 266.831.228-06 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º, DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1036073-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOCELINO DE SOUZA FERREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA ADRYELLEN PADILHA FERREIRA OAB - MT27278-E (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA OAB - MT18239-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1036073-81.2019.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [JOCELINO DE SOUZA FERREIRA - CPF: 810.431.391-68 (APELANTE), BRUNA ADRYELLEN PADILHA FERREIRA - CPF: 042.935.431-20 (ADVOGADO), DIRETOR DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 03.829.702/0001-70 (APELADO), ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA - CPF: 010.927.851-83 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NAO CONHECEU DO RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA ATACADA POR RECURSO DE APELAÇÃO – ERRO GROSSEIRO – PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE – FUNGIBILIDADE RECURSAL – INAPLICABILIDADE – RECURSO NÃO CONHECIDO. Não há que se aplicar o princípio da fungibilidade recursal quando se tratar de erro grosseiro, consistente na interposição do recurso de apelação para atacar decisão que não colocou termo ao processo.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001915-12.2009.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JEFERSON VICENTE WAGNER (EMBARGADO)

Número Único: 0001915-12.2009.8.11.0059 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Ambiental] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (EMBARGANTE), JEFERSON VICENTE WAGNER - CPF: 513.565.541-72 (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA ENFRENTADA E DECIDIDA COM CLAREZA NO DECISUM COMBATIDO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Nenhum órgão judicial é obrigado a adotar as teses ou dispositivos eleitos pelas partes, mas a julgar a pretensão com amparo no ordenamento jurídico vigente, de modo que o acórdão não é omisso por ter adotado entendimento diverso daquele pretendido pelo embargante. 2. “A contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com o entendimento da parte. Embargos rejeitados”. (STJ – Embargos de Declaração no REsp nº 218.528/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 4ª Turma, julgado em 07/02/2002, DJ de 22/04/2002).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002513-79.2015.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUARA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO JUNIOR GONCALVES OAB - MT8787-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0002513-79.2015.8.11.0018 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Multas e demais Sanções] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 03.467.321/0001-99 (APELANTE), OZANA BAPTISTA GUSMAO - CPF: 327.525.981-49 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE JUARA - CNPJ: 15.072.663/0001-99 (APELADO), MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - CPF: 365.797.189-00 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MARCELO JUNIOR GONCALVES - CPF: 326.922.772-87 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA ADMINISTRATIVA – LEGITIMIDADE DO PROCON PARA APLICAÇÃO DA INFRAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO – ILEGALIDADE – NÃO VERIFICAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – SUSTENTAÇÃO ORAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – PRINCÍPIO DO INFORMALISMO – ANULAÇÃO – INADMISSIBILIDADE – VALOR APLICADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO DESPROVIDO O Procon é o órgão competente para fiscalizar e aplicar sanções na esfera administrativa, resguardando o direito do consumidor. Não há falar-se em nulidade do processo administrativo que ensejou a aplicação da multa pelo Procon, por ter observado os procedimentos legais, respeitando o contraditório e a ampla defesa. O princípio do informalismo aplica-se aos processos administrativos realizados no Procon, não sendo necessário, por isso, sustentação oral.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009397-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HUMBERTO SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS RIBEIRO MOTA OAB - MT10491-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL – DECISÃO QUE INDEFERE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENSÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO – INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DO AGENTE QUE LAVROU O AUTO DE INFRAÇÃO E PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO EVIDENCIADOS – REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO CONFIGURADO – RECURSO ADMINISTRATIVO E AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA – PERIGO NA DEMORA NÃO DEMONSTRADO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Para o deferimento da tutela de urgência se mostra necessário o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: Probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Não evidenciada a ilegitimidade o agente que lavrou o auto de infração e/ou a ocorrência de prescrição intercorrente do procedimento administrativo, constata-se a ausência do requisito da probabilidade do direito. Diante da pendência de julgamento do recurso administrativo e ausência de inscrição em dívida ativa, não se verifica o risco de dano com o indeferimento da decisão que visa a suspensão da exigibilidade da multa ambiental. Ausentes os requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, deve ser mantida a decisão que indeferiu a tutela de urgência pleiteada pela parte autora.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014301-25.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT13967-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (AGRAVADO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1014301-25.2018.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Revogação/Concessão de Licença Ambiental] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [FLAVIO DE PINHO MASIERO - CPF: 010.284.951-02 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE SINOP (AGRAVANTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO), MPEMT - SINOP (AGRAVADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO CIVIL PÚBLICA — EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS — AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL — INEXISTÊNCIA —APRESENTAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL — OBRIGATORIEDADE — TUTELA DE URGÊNCIA — POSSIBILIDADE — REQUISITOS AUTORIZADORES — EXISTÊNCIA — RECURSO PROVIDO EM PARTE. O perigo na demora da prestação jurisdicional milita a favor do meio ambiente, a possibilitar o deferimento da tutela de urgência, para obrigar ao demandado apresentar a licença ambiental, com o objetivo de promover os necessários reparos e adequações no empreendimento construído.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009032-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DARLAN SOUZA VASCONCELOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS CORREA DE MELLO OAB - MT8690-O (ADVOGADO)
MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO OAB - MT17461-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1009032-76.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). SERLY MARCONDES ALVES] Parte(s): [DARLAN SOUZA VASCONCELOS - CPF: 689.130.012-68 (APELANTE), LUIS CARLOS CORREA DE MELLO - CPF: 406.497.681-91 (ADVOGADO), MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO - CPF: 012.008.371-00 (ADVOGADO), DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 02.872.448/0001-20 (APELADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – MULTAS – VINCULAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL AO PAGAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – EXTRATO QUE COMPROVA A NOTIFICAÇÃO DO IMPETRANTE – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 131, §2º, DO CTB – DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA – RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do art. 131, §2º, do CTB, o veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais a ele vinculados, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. A juntada do extrato do veículo com as respectivas notificações e datas de postagem descaracteriza a alegada ausência de dupla notificação quanto às infrações discutidas nos autos e impõe a denegação da ordem.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010854-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS OAB - MT7194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMAR MOREIRA DE LIMA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1010854-92.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS - CPF: 420.184.802-78 (ADVOGADO), MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (AGRAVANTE), ADEMAR MOREIRA DE LIMA - CPF: 602.356.836-04 (AGRAVADO), MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUTIVO FISCAL – TRIBUTÁRIO - IPTU – DECISÃO QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO DOS AUTOS COM BASE NO PROVIMENTO 13/2013-CGJ – VALOR INSIGNIFICANTE – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE LEI STRICTO SENSU - INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO FAZENDÁRIO – OFENSA AOS ARTIGOS 156 E 141 DO CTN E AO ARTIGO 2º, §1º, DA LEI 6.830/80 - DECISÃO REFORMADA – PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NA ORIGEM – RECURSO PROVIDO. 1 – É vedado ao Judiciário promover a extinção ou o arquivamento provisório dos executivos fiscais sob a justificativa do baixo valor executado, com embasamento em provimentos, a exemplo do Provimento 13/2013-CGJ-MT, tendo em vista que apenas à Fazenda Pública cabe decidir sobre a conveniência e oportunidade de cobrar seus créditos tributários, ou não, pela via judicial, até porque o valor inexpressivo não está elencado no rol exaustivo do artigo 156 do CTN. 2 – Os créditos fazendários regularmente constituídos apenas podem ser modificados, extintos, ou ter sua exigibilidade suspensa nas hipóteses previstas em lei stricto sensu (Lei Complementar da União). 3 – Sem a indispensável previsão legal, fica vedada a modificação, extinção ou suspensão da exigibilidade de créditos tributários, a teor do que dispõe o artigo 2º, §1º da lei que regulamenta as Execuções Fiscais – Lei n. 6.630/80 e artigo 141 do CTN. 3- Decisão reformada. Prosseguimento do executivo fiscal na origem. Recurso Provido.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010854-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS OAB - MT7194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMAR MOREIRA DE LIMA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1010854-92.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS - CPF: 420.184.802-78 (ADVOGADO), MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (AGRAVANTE), ADEMAR MOREIRA DE LIMA - CPF: 602.356.836-04 (AGRAVADO), MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, por meio da Turma Julgadora,

proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUTIVO FISCAL – TRIBUTÁRIO - IPTU – DECISÃO QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO DOS AUTOS COM BASE NO PROVIMENTO 13/2013-CGJ – VALOR INSIGNIFICANTE – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE LEI STRICTO SENSU - INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO FAZENDÁRIO – OFENSA AOS ARTIGOS 156 E 141 DO CTN E AO ARTIGO 2º, §1º, DA LEI 6.830/80 - DECISÃO REFORMADA – PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NA ORIGEM – RECURSO PROVIDO. 1 – É vedado ao Judiciário promover a extinção ou o arquivamento provisório dos executivos fiscais sob a justificativa do baixo valor executado, com embasamento em provimentos, a exemplo do Provimento 13/2013-CGJ-MT, tendo em vista que apenas à Fazenda Pública cabe decidir sobre a conveniência e oportunidade de cobrar seus créditos tributários, ou não, pela via judicial, até porque o valor inexpressivo não está elencado no rol exaustivo do artigo 156 do CTN. 2 – Os créditos fazendários regularmente constituídos apenas podem ser modificados, extintos, ou ter sua exigibilidade suspensa nas hipóteses previstas em lei stricto sensu (Lei Complementar da União). 3 – Sem a indispensável previsão legal, fica vedada a modificação, extinção ou suspensão da exigibilidade de créditos tributários, a teor do que dispõe o artigo 2º, §1º da lei que regulamenta as Execuções Fiscais – Lei n. 6.630/80 e artigo 141 do CTN. 3- Decisão reformada. Prosseguimento do executivo fiscal na origem. Recurso Provido.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004848-06.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
QUERUBINO SOARES NETO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1004848-06.2018.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Correção Monetária] Relator: Des. LUIZ CARLOS DA COSTA Turma Julgadora: [DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES. MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (AGRAVANTE), QUERUBINO SOARES NETO - CPF: 40083837191 (AGRAVADO), ALE ARFUX JUNIOR - CPF: 841.001.921-34 (ADVOGADO), TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA - CPF: 040.461.736-02 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A AGRAVO INTERNO — AGRAVO DE INSTRUMENTO — EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL — CERTIDÃO DE CRÉDITO SALARIAL — CORREÇÃO MONETÁRIA — INCIDÊNCIA DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL (IPCA-E) — ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 810 — OBSERVÂNCIA — NECESSIDADE. Na sessão de 20 de março do corrente ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal formou expressiva maioria no julgamento dos embargos declaratórios opostos no RE 870947/SE, no sentido de manter hígido o acórdão com rejeição destes; logo, nada obsta e tudo aconselha a imediata aplicação do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema nº 810. Daí decorrente, relativamente à correção monetária, incide o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por se tratar de execução de título extrajudicial fundada em certidão de crédito salarial. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1036115-67.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA OAB - MT18239-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERSON RONDON SANTANA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCEL LUERSEN OAB - MT14419-A (ADVOGADO)
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1036115-67.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [WANDERSON RONDON SANTANA - CPF: 631.061.911-04 (APELADO), PAULO ANTONIO GUERRA - CPF: 569.358.461-53 (ADVOGADO), MARCEL LUERSEN - CPF: 011.930.871-12 (ADVOGADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (APELANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA - CPF: 010.927.851-83 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU EM PARTE O RECURSO E RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA. E M E N T A APELAÇÃO CIVEL – REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR – PRELIMINAR DE INVIABILIDADE DA VIA ELEITA – NÃO ACATADA – DISCUSSÃO SOBRE A LEGALIDADE DO ATO – PRELIMINAR DE DELIMITAÇÃO DO LICENCIAMENTO VEICULAR PARA O ANO DE 2018 - CONHECIDA - MÉRITO - EXTRATO EMITIDO PELO SITE DO DETRAN – AUSÊNCIA DE DUPLA NOTIFICAÇÃO ATÉ A DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO - EMISSÃO DE LICENCIAMENTO ANUAL CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE MULTAS – EXIGÊNCIA ILEGÍTIMA QUANDO NÃO CUMPRIDO O REQUISITO DA DUPLA NOTIFICAÇÃO – SÚMULAS 172 E 312 DO STJ – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE. Não se discute, no caso em tela, a validade ou não das multas, que deverá ser aferida em autos próprios, mas, a exigência de pagamento destas para a expedição de licenciamento anual, sem que houvesse a dupla ciência do infrator. Delimitação anual para expedição do licenciamento do referido veículo para o ano de 2018. É manifestamente ilegal exigir o pagamento de multas decorrentes de infrações no trânsito para a emissão de licenciamento anual, sem a dupla notificação do infrator.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1036115-67.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA OAB - MT18239-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERSON RONDON SANTANA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCEL LUERSEN OAB - MT14419-A (ADVOGADO)
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1036115-67.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON

DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [WANDERSON RONDON SANTANA - CPF: 631.061.911-04 (APELADO), PAULO ANTONIO GUERRA - CPF: 569.358.461-53 (ADVOGADO), MARCEL LUERSEN - CPF: 011.930.871-12 (ADVOGADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (APELANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), ADEMIR SOARES DE AMORIM SILVA - CPF: 010.927.851-83 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU EM PARTE O RECURSO E RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA. E M E N T A APELAÇÃO CIVEL – REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR – PRELIMINAR DE INVIABILIDADE DA VIA ELEITA – NÃO ACATADA – DISCUSSÃO SOBRE A LEGALIDADE DO ATO – PRELIMINAR DE DELIMITAÇÃO DO LICENCIAMENTO VEICULAR PARA O ANO DE 2018 - CONHECIDA - MÉRITO - EXTRATO EMITIDO PELO SITE DO DETRAN – AUSÊNCIA DE DUPLA NOTIFICAÇÃO ATÉ A DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO - EMISSÃO DE LICENCIAMENTO ANUAL CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE MULTAS – EXIGÊNCIA ILEGÍTIMA QUANDO NÃO CUMPRIDO O REQUISITO DA DUPLA NOTIFICAÇÃO – SÚMULAS 172 E 312 DO STJ – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE. Não se discute, no caso em tela, a validade ou não das multas, que deverá ser aferida em autos próprios, mas, a exigência de pagamento destas para a expedição de licenciamento anual, sem que houvesse a dupla ciência do infrator. Delimitação anual para expedição do licenciamento do referido veículo para o ano de 2018. É manifestamente ilegal exigir o pagamento de multas decorrentes de infrações no trânsito para a emissão de licenciamento anual, sem a dupla notificação do infrator.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1022075-17.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON BUENO DA SILVA (RECORRIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1022075-17.2017.8.11.0041 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [EDSON BUENO DA SILVA - CPF: 352.345.121-34 (RECORRIDO), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE), DIRETOR PRESIDENTE DO DETRAN - MT (JUÍZO RECORRENTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 03.829.702/0001-70 (TERCEIRO INTERESSADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 03.829.702/0001-70 (RECORRIDO), JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO - CPF: 005.386.691-60 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – EMISSÃO DE LICENCIAMENTO ANUAL CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE MULTAS – EXIGÊNCIA ILEGÍTIMA QUANDO NÃO SE CUMPRE O REQUISITO DA DUPLA NOTIFICAÇÃO – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO COMPROVADA - ILEGALIDADE – SÚMULAS 172 E 312 DO STJ – SENTENÇA RATIFICADA. É manifestamente ilegal exigir o pagamento de multas decorrentes de infrações no trânsito para a emissão de licenciamento anual, sem a dupla notificação do infrator.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002844-04.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ILMA SANTOS MORAIS (RECORRIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO JENEZERLAU DOS SANTOS OAB - MT3613-O (ADVOGADO)
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1002844-04.2017.8.11.0041 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Licenciamento de Veículo] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [ILMA SANTOS MORAIS - CPF: 459.985.311-91 (JUÍZO RECORRENTE), JOAO JENEZERLAU DOS SANTOS - CPF: 153.793.966-15 (ADVOGADO), DETRAN - MATO GROSSO (RECORRIDO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 03.829.702/0001-70 (TERCEIRO INTERESSADO), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO (REPRESENTANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), DETRAN - MATO GROSSO (JUÍZO RECORRENTE), ILMA SANTOS MORAIS - CPF: 459.985.311-91 (RECORRIDO), JOAO JENEZERLAU DOS SANTOS - CPF: 153.793.966-15 (ADVOGADO), JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE), DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - CNPJ: 03.829.702/0001-70 (RECORRIDO), KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO - CPF: 005.386.691-60 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RETIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - EMISSÃO DE LICENCIAMENTO ANUAL CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE MULTAS - DUPLA NOTIFICAÇÃO COMPROVADA – LEGALIDADE - MULTA APLICADA POR ÓRGÃO DIVERSO DA AUTORIDADE COATORA - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DE MATO GROSSO - SENTENÇA RETIFICADA - SEGURANÇA DENEGADA. Comprovada a dupla notificação do infrator não há que se falar em ato ilegal ou abusivo do Detran/MT. O CTB traça a competência de cada ente da federação nas fiscalizações de trânsito e afasta a responsabilidade da autoridade coatora para figurar no polo passivo de processo que não deu causa. Penalidade aplicada por órgão federal não é de competência desta Justiça Estadual.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000625-62.2002.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE DENISE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

VALDINEI LUIZ GUEDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON VIEIRA NOIA OAB - MT10621-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000625-62.2002.8.11.0008 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Inadimplemento, Liminar] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [VALDINEI LUIZ GUEDES - CPF: 593.128.661-68 (APELADO), EDSON VIEIRA NOIA - CPF: 293.255.011-04 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (APELANTE), MAX ANTONIO FERREIRA - CPF: 302.020.196-91 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE DENISE - CNPJ: 03.953.718/0001-90 (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - LOCAÇÃO DE CAMINHÃO - EX-PREFEITO MUNICIPAL E PARTICULAR - DUBIEDADE - EFETIVO CUMPRIMENTO DA AVENÇA INDEMONSTRADO - IMPROCEDÊNCIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - RECURSO PROVIDO. Dúbio o contrato firmado entre particular e ex-Prefeito Municipal, e indemonstrado o seu efetivo cumprimento, não há como condenar a Fazenda Municipal a pagar dívida incerta quanto à sua existência.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005938-75.1997.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J SANTO MEDEIROS - ME (APELADO)

APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO DO FEITO – PEDIDO EQUIVOCADO DA FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO - SENTENÇA CASSADA – RECURSO PROVIDO. Comprovado nos autos que o requerimento de extinção do executivo fiscal formulado pela Fazenda Pública foi equivocado, uma vez que não houve o pagamento do débito tributário, conforme prevê o art. 924, II, do CPC, deve ser cassada a sentença, determinando o regular prosseguimento da execução.

Comunicado

SESSÃO DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
PAUTA DE JULGAMENTO
COMUNICO QUE OS PROCESSOS ABAIXOS ENCONTRA-SE PAUTADO PARA SESSÃO DE JULGAMENTO DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO DO DIA 28/12/2020, PARA CONTINUAÇÃO DE JULGAMENTO 942 e EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ÀS 14:00 HS, NO PLENÁRIO - 03,
1 - Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. (Opostos nos autos do(a) Apelação 128725/2014 - Classe: CNJ-198), Protocolo: 64558/2019, EMBARGANTE - FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO (Advs:Dr(a). MARCOS ANTÔNIO QUEIROZ FULLIN, Dr(a). ADEMAR JOSÉ PAULA DA SILVA, Dr(a). RODRIGO TERRA CYRINEU, Dr(a). MICHAEL RODRIGO DA SILVA GRAÇA, Dr. FELIPE TERRA CYRINEU, Dr(a). GABRIELA TERRA CYRINEU), EMBARGADO - MINISTÉRIO PÚBLICO, Relator - Exmo. Sr(a). DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, 1º Vogal Des. JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, 2ª Vogal Desa. ANTONIA SIQUEIRA GONÇALVES, 3ª Vogal Desa. MARIA EROTIDES KNAIP BARANJAK e 4ª Vogal HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.
2 - Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE CÁCERES. (Opostos nos autos do(a) Apelação 18639/2015 - Classe: CNJ-198), Protocolo: 49925/2019, Relator - Exmo. Sr(a). DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018575-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FRANCA DE LIMA (AGRAVANTE)
IVETE MARIZE LUFT (AGRAVANTE)
ANTONIO FEITOSA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ALCEU JOSE MENEZES DE MELO (AGRAVANTE)
MARCELO MELO SANTOS (AGRAVANTE)
VALERIA QUEIROZ (AGRAVANTE)
SEBASTIAO FEITOSA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
RAQUEL BARBOSA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018645-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COLPAR PARTICIPACOES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDENIR PIGAO MICHEIAS ALVES OAB - SP97311-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão da antecipação de tutela recursal. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se para apresentar contrarrazões. Após, colha-se o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018398-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JCM ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANTUNES DO CARMO OAB - MT4070-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela recursal. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se o Agravado, para, querendo, apresentar contrarrazões. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008341-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. D. (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
U. D. E. S. D. D. L. -. U. (EMBARGADO)
F. F. M. J. (EMBARGADO)
G. F. M. (EMBARGADO)
M. D. C. M. F. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH OAB - DF26966-O (ADVOGADO)
GUSTAVO TEIXEIRA GONET BRANCO OAB - DF42990 (ADVOGADO)
LARISSA DE SOUSA CARDOSO OAB - DF56406 (ADVOGADO)
VICTOR HUGO GEBHARD DE AGUIAR OAB - DF50240 (ADVOGADO)
GUILHERME PUPE DA NOBREGA OAB - DF29237 (ADVOGADO)
HELENA VASCONCELOS DE LARA RESENDE OAB - DF40887

(ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

Posto isso, ausente o vício da omissão imputado à decisão combatida, impõe-se o desprovimento do recurso de embargos de declaração interposto pelo Ministério Público. No mais, cumpra-se a decisão recorrida na parte que determinou a colheita de manifestação da douta Procuradoria-Geral de Justiça, voltando-me os autos, após, para exame meritório. 3. Publique-se. 4. Cumpra-se, anotando-se o necessário. Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016456-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTOSEG S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVANTE: PORTOSEG S/A. AGRAVADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Diante da certidão de Id. 22788950, intime-se a agravante para regularizar o preparo, nos termos do art. 1.007, §4º, do CPC/15, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0031433-57.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (APELANTE)
EDSON ANGELO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA OAB - 03.929.049/0001-11 (REPRESENTANTE)
ALEX VIEIRA PASSOS OAB - MT17731-A (ADVOGADO)
ANTONIO PAULO ZAMBRIM MENDONCA OAB - MT6576-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - PATRIMÔNIO E IMPROBIDADE (APELADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o Recorrente comprove a condição de hipossuficiência mediante a juntada de documentos que evidenciem a presença dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, entre eles quaisquer documentos que reputarem úteis que demonstre o seu direito; ou promovam o recolhimento do preparo recursal. Intime-se. Cumpra-se. Edson Dias Reis Juiz de Direito Convocado

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0024417-52.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALIDES BENEDITA DE SIQUEIRA (APELANTE)
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA PASSOS SILVEIRA BUENO OAB - MT20891-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - PATRIMÔNIO E IMPROBIDADE (APELADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o Recorrente comprove a condição de hipossuficiência mediante a juntada de documentos que evidenciem a presença dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, entre eles quaisquer documentos que reputarem úteis que demonstre o seu direito; ou promovam o recolhimento do preparo recursal. Intime-se. Cumpra-se. Edson Dias Reis Juiz de Direito Convocado

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000569-24.2005.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELCILIO APRIGIO DIAS (APELADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000569-24.2005.8.11.0008 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (APELANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE), ELCILIO APRIGIO DIAS - CNPJ: 15.369.390/0001-49 (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO – INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL – DESÍDIA CARACTERIZADA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. O reconhecimento da prescrição é matéria de ordem pública e pode ser feito em qualquer fase do processo. Materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição intercorrente é matéria que se impõe.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000118-57.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DORIANE JESUS DE FIGUEIREDO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, conheço dos embargos e os REJEITO, porque, embora rotulados Declaratórios, estes Embargos pretendem conduzir a novo julgamento, com reapreciação daquilo que ficou decidido. É como voto. Desa. Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006751-29.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (APELANTE)
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO OAB - 03.829.702/0001-70 (REPRESENTANTE)
MARIO LUCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)
SILVIO CESAR DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIA FATIMA DE PAULA OAB - MT10140-O (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)

VISTOS. Compulsando os autos, verifica-se que Seguradora Lider S.A. e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN apresentaram recurso de apelação, id. 7376173 e 7376181, contudo, o autor, ora apelado, não foi intimado para apresentar suas contrarrazões. Assim, intime -se o

recorrido para, querendo, apresentar contrarrazões aos recursos de apelação, nos termos do art. 1.010, §1º, do CPC. Em seguida, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Às providências. Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1021931-43.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DO CARMO RODRIGUES (APELANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DO CARMO RODRIGUES (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

VISTO Trata-se de recursos de apelação cível com reexame necessário de sentença interpostos pelo Estado de Mato Grosso e por José do Carmo Rodrigues contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT, que nos autos da ação de cobrança nº. 1007284-77.2016.811.0041, ajuizada por pelo segundo apelante, julgou parcialmente procedente a presente ação Analisando o recurso verifico que não houve apresentação de contrarrazões, pelo autor José, ao recurso de apelação interposto pelo Estado de Mato Grosso (ID.9021953). Isto posto determino que a secretaria diligencie quanto a apresentação das contrarrazões; E INTIME-SE, se necessário. Ás providencias. Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0501103-54.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO PARCIAL ao presente recurso, para reformar a sentença objurgada no sentido de manter a multa fixada pelo Procon no valor de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) e condenar o apelado ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Fazenda Pública, que fixo em 10% sobre o proveito econômico. É como voto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0501557-34.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Ante ao exposto, conheço o recurso e NEGO PROVIMENTO, o que implica em ratificar a sentença objurgada. É como voto.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019163-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDESON DUMMER BUSS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE ALMEIDA OAB - MT20758-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019163-05.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005638-78.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUELLEN FERREIRA DE ALMEIDA OAB - MT14910 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAYZA RANGEL BLASZAK (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO JOSE GALDINO OAB - MT14575-A (ADVOGADO)
PEDRO RINALDO DE ARAUJO OAB - MT12293-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. Intimem-se o apelante para, no prazo de cinco (5) dias, manifestar sobre a petição (Id. 13320003). Às providências. Cuiabá, 5 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002621-85.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB - RJ84367-A (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, dado o fato de que ainda não se iniciou o julgamento do presente recurso, homologo o pedido de desistência recursal formulado pelo recorrente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no artigo 998 do Diploma Processual Civil e artigo 51, X, do Regimento Interno deste e. Tribunal. Intimem-se. Às providências. Edson Dias Reis Juiz de Direito Convocado

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018213-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO SANTOS DO REGO (AGRAVADO)
RICARDO TOMMASI FILHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA LOUREIRO OLIVEIRA DUFFLES AMARANTE OAB - RJ219927 (ADVOGADO)
FLAVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA OAB - SP235398 (ADVOGADO)
ANDRE TAVARES ACCIOLY DE OLIVEIRA OAB - RJ196477 (ADVOGADO)
MARCELA MELO PEREZ OAB - RJ169617 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Dessa forma, recebo e determino o processamento do recurso, sem deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal. Intimem-se os agravados para que respondam (Código de Processo Civil, artigo 1.019, II). Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019139-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO GOMES ALBEFARO OAB - MT5738-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019139-74.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 23:24:20 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO

Intimação Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1013995-56.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

EUDES TARCISO DE AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO ROLDAO DA SILVA NETO OAB - MT24362-O (ADVOGADO)
MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR OAB - MT12264-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE-DEMA (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao Recurso de Apelação Cível nº 0003407-52.2018.8.11.0082. Comunique-se o Juízo de 1º Grau acerca do teor desta decisão. Intime-se. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1013995-56.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EUDES TARCISO DE AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO ROLDAO DA SILVA NETO OAB - MT24362-O (ADVOGADO)
MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR OAB - MT12264-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE-DEMA (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao Recurso de Apelação Cível nº 0003407-52.2018.8.11.0082. Comunique-se o Juízo de 1º Grau acerca do teor desta decisão. Intime-se. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018397-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA. (AGRAVANTE)
JUAREZ DE OLIVEIRA E SILVA FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO GARCIA BARBOSA OAB - MT17134-O (ADVOGADO)
JOAO CARLOS BRITO REBELLO OAB - MT6024-E (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
FRANCISCO EUSEBIO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
FARIA FRAGA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIFERENCIAL CORRETORA DE TIT E VALORES MOBILIARIOS SA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSEMAR RAMIRO E SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE NONATO FREIRE DE SENA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBSON LUIZ SOARES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
PEDRO LUIZ SZABO (TERCEIRO INTERESSADO)
NEILTON DE OLIVEIRA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONARDO PAES BORBA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, defiro o pedido de concessão da antecipação de tutela recursal, para admitir a substituição do valor bloqueado pela garantia prestada por meio de bem imóvel denominado Fazenda Maracanã I, dispensando os Agravantes de substituir o bem não aceito (Fazenda Maracanã II). Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se o Agravado para apresentar contrarrazões. Após, colha-se o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1005213-94.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GENEZIO MOREIRA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE QUINTAO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Posto isso, em juízo de retratação, DEFIRO EM PARTE o efeito suspensivo almejado para sobrestar os efeitos da decisão a quo, afim de afastar a indisponibilidade que recaiu sobre os bens móveis e imóveis do agravante, mantendo-se, contudo, a constrição sobre o imóvel rural [Fazenda Monte Verde], como garantia processual em caso de eventual condenação por dano ambiental, ou, por outro lado, a liberação da restrição do referido bem, mediante a apresentação de outro imóvel livre e desembaraçado ou outra garantia idônea que alcance o montante da compensação ambiental, a ser avaliada pelo juízo de primeiro grau. Comunique-se, com urgência, ao juiz singular. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 19. Dr. Edson Dias Reis Juiz de Direito Convocado.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000419-73.2011.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - ITIQUIRA (APELANTE)
ANTONIO ELIAS NETTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALCY ALVES VELASCO OAB - MT5847-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ITIQUIRA (APELADO)
ANTONIO ELIAS NETTO (APELADO)
DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS (APELADO)
JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER (APELADO)
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DE MATO GROSSO (APELADO)
ERNANI JOSE SANDER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONAN DE OLIVEIRA SOUZA OAB - MT4099-O (ADVOGADO)
ALCY ALVES VELASCO OAB - MT5847-O (ADVOGADO)
DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT12062-O (ADVOGADO)
ROMARIO DE LIMA SOUSA OAB - MT18881 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Destarte, não comprovada a condição de hipossuficiência, de rigor o indeferimento do pedido de concessão da assistência judiciária gratuita. Posto isso, determino a intimação do Recorrente, para realizar o recolhimento do preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção. Intime-se. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018421-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CASA D'IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Manifeste a agravante, no prazo de cinco (5) dias, acerca da decisão que declinou da competência (Primeira Instância, Id. 26879503). Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 5 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000184-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXPRESSO SAO LUIZ LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALBERTY LUIZ DO REGO LUNA OAB - DF1583600A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AGER/MT (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

EMERSON DE ALMEIDA DE SOUZA OAB - MT6387-O (ADVOGADO)
VANIELE MENDES FIOR DE CASTRO OAB - MT12964/O (ADVOGADO)
LUARA SANTANA HENRY OAB - MT20850/B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Logo, intimem-se a agravante para, no prazo de cinco (5) dias, manifestar sobre o interesse no prosseguimento do recurso. Às providências. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017664-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVANEIDE MARTINS DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT12972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE SAPEZAL (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, sem prejuízo de melhor análise por ocasião do julgamento pelo colegiado, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela recursal. 4. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer contraminuta. 5. Após, colha-se manifestação da Douta Procuradoria-Geral de Justiça. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018451-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BOSCO PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Isso posto, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Notifique-se o Juízo a quo sobre esta decisão, solicitando-lhe informações. Intime-se a Agravada para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça. Desa. Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018473-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO FABIO DIAS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS CORREA MARINHO OAB - GO29262 (ADVOGADO)

Intimação ao Agravado para apresentar contraminuta no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017674-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLLON VINICIUS OLIVEIRA GAMA OAB - MT20289-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MFMT CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVERTON BENEDITO DOS ANJOS OAB - MT12464-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, indefiro o efeito suspensivo vindicado. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se o Agravado, para, querendo, apresentar contrarrazões. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017674-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLLON VINICIUS OLIVEIRA GAMA OAB - MT20289-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MFMT CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVERTON BENEDITO DOS ANJOS OAB - MT12464-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018138-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COLONIZADORA SINOP S A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE BESOLD OAB - MT17545/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (AGRAVADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
VITALE INDUSTRIAL NORTE S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE SINOP (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Dessa forma, não demonstrada, nesta quadra de cognição não exauriente, a probabilidade de provimento do recurso, não é juridicamente admissível a suspensão da eficácia da decisão agravada, pelo que, tão somente determino o processamento do recurso. Intimem-se o agravado para que responda (Código de Processo Civil, artigo 1.019, II). Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 5 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1018105-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MERCEARIA BRITO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SARAH EUSTAQUIO DE CARVALHO MOTA OAB - MT22559-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ENADIEL CARLOS DE BRITO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Quanto ao TUST e TUSD bradou o Superior Tribunal de Justiça, “estátua”: A PRIMEIRA SEÇÃO, por maioria, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), suspendendo a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. (STJ, Primeira Seção, ProAfR no REsp 1692023/MT, relator Ministro Herman Benjamin, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 15 de dezembro de 2017). Em cumprimento, suspendo a tramitação dos autos. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1003486-74.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 3ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TROPICAL PALACE HOTEL E TURISMO LTDA - EPP (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS BIGNARDI OAB - MT12901-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. Quanto ao TUST e TUSD bradou o Superior Tribunal de Justiça, “estátua”: A PRIMEIRA SEÇÃO, por maioria, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), suspendendo a tramitação de

processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. (STJ, Primeira Seção, ProAfR no REsp 1692023/MT, relator Ministro Herman Benjamin, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 15 de dezembro de 2017). Em cumprimento, suspendo a tramitação dos autos. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 12 de setembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019189-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEOVAN FARIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA OAB - 725.043.901-49 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
WERISLENE JULIA NOGUEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEY RICARDO FEITOSA DE PAULA OAB - MT17078-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019189-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Ofício de intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000181-71.1998.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ALZERINDA MARTINI REFATTI (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ ODILON SANTOS ZINELLI (TERCEIRO INTERESSADO)
MULTIDRAGAS IND E COM DE EQUIP INDUSTRIAIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CARTA DE ORDEM 67/2019-PJE 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo CARTA DE ORDEM Expedida ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de ALTA FLORESTA/MT, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo. De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, nos autos eletrônicos n. 0000181-71.1998.8.11.0007. FAZ SABER ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de ALTA FLORESTA/MT, ou a quem suas vezes fizer, que foi ordenada, nos autos eletrônicos supramencionados, EM VIRTUDE DO QUE SE EXPEDIU a presente Carta de Ordem, na qual Vossa Excelência lançará o seu respeitável "CUMPRA-SE", determinando a intimação do DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - NUCLEO DE ALTA FLORESTA/MT, na pessoa do seu Procurador, para ciência e manifestação do inteiro teor da(s) r. decisão(ões)/v.acórdão(s) anexo(s), podendo ser encontrado na Av. Ariosto s.n., ao lado da OAB, devolvendo-se a seguir a presente Carta de Ordem, devidamente cumprida e certificada, a este Tribunal, a fim de serem tomadas as providências necessárias. Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Departamento da Segunda Secretaria Cível Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça, ao(s) 16 dias do mês de dezembro de 2019. SILVANDRA SILVA CARVALHO Diretora do Departamento da 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO S/N° - CPA CAIXA POSTAL 1071 – CUIABÁ – MT – CEP: 78.050-970 – TELEFONE PABX: (65) 3617-3000 DEPARTAMENTO DA SEGUNDA SECRETARIA CÍVEL TELEFONE: 65 3617-3457 FAX: 65 3617-3458

Ofício de intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000625-62.2002.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE DENISE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDINEI LUIZ GUEDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON VIEIRA NOIA OAB - MT10621-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CARTA DE ORDEM 68/2019-PJE 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo CARTA DE ORDEM Expedida ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de BARRA DO BUGRES/MT, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo. De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, nos autos eletrônicos n. 0000625-62.2002.8.11.0008. FAZ SABER ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de BARRA DO BUGRES/MT, ou a quem suas vezes fizer, que foi ordenada, nos autos eletrônicos supramencionados, EM VIRTUDE DO QUE SE EXPEDIU a presente Carta de Ordem, na qual Vossa Excelência lançará o seu respeitável "CUMPRA-SE", determinando a intimação do MUNICÍPIO DE DENISE/MT, na pessoa do seu Procurador, para ciência e manifestação do inteiro teor da(s) r. decisão(ões)/v.acórdão(s) anexo(s), podendo ser encontrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE/MT, devolvendo-se a seguir a presente Carta de Ordem, devidamente cumprida e certificada, a este Tribunal, a fim de serem tomadas as providências necessárias. Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Departamento da Segunda Secretaria Cível Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça, ao(s) 16 dias do mês de dezembro de 2019. SILVANDRA SILVA CARVALHO Diretora do Departamento da 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO S/N° - CPA CAIXA POSTAL 1071 – CUIABÁ – MT – CEP: 78.050-970 – TELEFONE PABX: (65) 3617-3000 DEPARTAMENTO DA SEGUNDA SECRETARIA CÍVEL TELEFONE: 65 3617-3457 FAX: 65 3617-3458

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008547-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA BOARO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA ADOLFO ORGEDA OAB - MT20909-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0503999-70.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSAF & ASSAF LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001758-97.2013.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - PORTO ALEGRE DO NORTE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE ROSA NUNES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que

será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000267-44.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
PAZ AMBIENTAL LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE COELHO JUNQUEIRA OAB - RO6485-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA MUTUM ? MT (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002181-86.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
HBS SERVICOS EIRELI - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ACACIO ALVES SOUZA OAB - MT14724-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADALBERTO TEIXEIRA DA SILVA (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AGENOR RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO OAB - MT14184-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008092-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAN SCHNEIDER OAB - MT15345-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C V SCHUDIKEN - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE MANFRIN BENATTI OAB - MT12802/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009335-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - MIRASSOL D´OESTE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002695-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ADELAR FAGANELLO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ORLI MACEDO MELO OAB - MT20031-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006941-03.2016.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO NUNES DE AZEVEDO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005861-43.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OLIVIO FERREIRA PAIVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005034-32.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO JOSE FERREIRA FILHO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005230-02.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONEY MARCOS FERREIRA OAB - MT10316-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDIR MARIA DA SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001034-31.2012.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. R. DE LIMA SANTOS COMERCIO - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINTIA LETICIA MAGALHAES OAB - MT27007-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL

Processo Número: 0001378-36.2013.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ZULEIDE PEREIRA RAMOS (TERCEIRO INTERESSADO)
ZULEIDE PEREIRA RAMOS - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005720-28.2001.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS DA ROSA E SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000217-78.2015.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
2.0 HOTEIS RONDONOPOLIS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRAZIELA DE SOUZA JUNQUEIRA OAB - SP177073 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006246-30.2008.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSÉ MAURICIO DA SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005012-71.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOÃO SOARES DE OLIVEIRA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005125-25.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INÊS CLARO ALVES (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005221-40.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVERALDO ALVES PEREIRA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000744-59.2017.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ALTO ARAGUAIA (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA SEVERO DOS ANJOS (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE ALTO ARAGUAIA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE RUBENS FALBOTA OAB - MT10171-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1032455-02.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMP MATOGROSS DE PESQ ASSIST E EXT RURAL SA EMPAER MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICHARD RODRIGUES DA SILVA OAB - MT8602-A (ADVOGADO)
TELMA APARECIDA DE MELO SOEHN OAB - MT15587-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GLIEBER HENRIQUES BELIENE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT19091-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012534-94.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINERVINO F. DE MORAIS (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002074-91.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI OAB - SP313913 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELISAMA DUARTE SANTOS (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL RODRIGUES SOARES OAB - MT15559-O (ADVOGADO)
IGOR MORENO DE OLIVEIRA OAB - MT21960-A (ADVOGADO)
MARIA ALINE LIMA CARVALHO BEDIN OAB - MT24630-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015004-53.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO DIONISIO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOSE AILTON DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANGELICA BATISTA CORREA CALABRIA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005478-65.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
JOSE TARGINO OAB - MT3476-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEJUTI MARIA DA SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013863-96.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AVELINO LOCH (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ULYSSES PAGLIARI OAB - MT3047-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006871-83.2016.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDILSON TRISTAO DE LIMA - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008832-77.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
L. Q. C. DE LIMA JAMBERCI - EPP (APELANTE)
LILIAN QUEZIA CALIXTO DE LIMA JAMBERCI (APELANTE)
OSMAR JAMBERCI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS HONORIO DE CASTRO OAB - MT3541-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006802-51.2016.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMAR COELHO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005243-98.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDURVALINO ALVES DA SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003526-39.2008.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARMELITA BORGES DE CARVALHO SOUZA (APELADO)
C. BORGES DE CARVALHO SOUZA - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011119-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LORIVAL DINIZ DE AMORIM (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0008862-27.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. 2. V. C. D. C. D. S. (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. M. G. (RECORRIDO)
M. D. S. (RECORRIDO)
M. P. D. E. D. M. G. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS COLDEBELLA OAB - MT21969-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
M. A. F. L. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006300-42.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI OAB - SP313913 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BARBARA BERTAZO OAB - SP310995-A (ADVOGADO)
ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO OAB - SP146997-A (ADVOGADO)
SIMONE PEREIRA SAVI OAB - SP373600-A (ADVOGADO)
MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA OAB - SP299951-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013950-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIVAL APARECIDO ALMEIDA COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT19091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0027787-10.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIA MONTEIRO DA SILVA MORAIS (APELADO)
LEO GONSAGA MEDEIROS (APELADO)
HELIO ADELINO VIEIRA (APELADO)
CLARINDO VICENTE DE FIGUEIREDO FILHO (APELADO)
LUIZ EUGENIO DE MIRANDA (APELADO)
CONSUELO GONCALVES RIBEIRO GUEDES (APELADO)
BENEDITA ROSALIA DA SILVA E SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013942-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUIZA OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT19091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006928-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO LEITE GARCIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - COLNIZA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MATO GROSSO COMERCIO DE ASFALTOS LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VANIA ORBEN (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCISCO ASSIS CAMARGO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023809-11.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERNANE MARTINS (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008421-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JONATAS EDUARDO DE MIRANDA CAMPOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE RUBENS FERREIRA DE SANTANA OAB - MT26556/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
CUIABA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROOSEVELT LEITE DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001708-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE AFONSO ALVES DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO MORAES OAB - MT4732-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS HENRIQUE NUCCI VACARO OAB - MT4118-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NEUSA ARAUJO GONCALVES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0031123-85.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AURIBELINA DE MIRANDA LEITE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUSSIVELT PAES DA CUNHA OAB - MT12487-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022141-19.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAMIRIS DE OLIVEIRA MORAES OAB - MT14748-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DONATONI ENGENHARIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TELMA REGINA RIBEIRO DONATONI OAB - MT18966-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005078-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SAMUEL MARCELO BARRETO BISSOTO (APELANTE)
THAYLA CAMPOS COLETA DE SOUZA (APELANTE)
MARIO RENATO DA SILVA (APELANTE)
MANOEL DE JESUS FREITAS JUNIOR (APELANTE)
ROGERIO CAIXETA MORAES DE FREITAS (APELANTE)
THALITA MARA DE OLIVEIRA (APELANTE)
LETICIA BARBOSA FRANCA (APELANTE)
ANA PAULA CARRIJO BARBOSA ANDRAUS (APELANTE)
ALESSANDRA CARVALHO MARIANO (APELANTE)
CELESIA ORMOND RIBEIRO DE CAMPOS (APELANTE)
JOSE GERALDO FAVALESSO (APELANTE)
CARLOS HENRIQUE ATALIBA PAIVA DA SILVA (APELANTE)
GEAZI ZAFFANI (APELANTE)
ALINE BRUEHMUELLER ALE FERNANDES (APELANTE)
ANGELITA CARLOTTO DE ABREU (APELANTE)
RENATA MACHADO BARBOSA LIMA DE MIRANDA (APELANTE)
MAISA SANTOS VALDERRAMAS TALON (APELANTE)
VICTOR ANTONIO TEIXEIRA ALVES (APELANTE)
VERONICA CRISTINA MORAES BRANDAO (APELANTE)
MICHELLE FORTES CATHALAT (APELANTE)
MARINA BEZERRA DE OLIVEIRA (APELANTE)
MARISTELA DA SILVA ANDREONI (APELANTE)
RENATA ALICE LIBARDI (APELANTE)
DIONISIO JOSE BOCHESE ANDREONI (APELANTE)
GLEISSON OSCAR LIBARDI (APELANTE)
PAULO LUIZ BATISTA NOGUEIRA (APELANTE)
ELIEZER ZAFFANI (APELANTE)
AFONSO CELSO SOUZA LIMA JUNIOR (APELANTE)
MARCOS DE MORAES GOMES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
MARCIO FALEIROS DA SILVA OAB - MT12568-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0033350-34.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO ROSA LIMA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000007-21.2016.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTHIANE QUEIROZ DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALCEMIR CARLOS DA SILVA OAB - MT14151-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RIUSDELAR LOPES PEREIRA OAB - MT12652-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009932-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS OAB - MT7194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAO DE PAULA MARTINS (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008229-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA VIANA DE VASCONCELOS SOARES OAB - MT20455-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ABILIO JACQUES BRUNINI MOUMER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAVID WENER FARINELLI SERILO OAB - MT19592-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011044-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO LAMONICA BOVINO OAB - SP132527 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010830-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA LUCENA PEREIRA DIAS OAB - MT7194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YGARO LUGON CARVALHO CHAVES (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006302-03.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA CAMPOS CRUZ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO CARLOS FERREIRA MENDES OAB - MT4126 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
HERMINIA CAMPOS DA CRUZ (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000271-78.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NOEMIA BISPO DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KEILA FIGUEIREDO MIRANDA OAB - MT5638-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA BOMDESPACHO DE ARRUDA LIMA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0003622-71.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
D. N. D. S. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TANIA REGINA NANES DA SILVA OAB - MT4827-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DAIKCIELLE DA SILVA NASCIMENTO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0006301-94.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CAMPO VERDE (APELADO)
Outros Interessados:
JOSIANA MARINHO BORGES GERALDINO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
V. J. B. G. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020795-24.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS SGUAREZI & CIA LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO)
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO)
RUTE PEDROSA FIGUEIRA OAB - MT18357-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
JOSE FERNANDO CASTILHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO HORSCHUTZ GUIMARAES OAB - MT3515-O (ADVOGADO)
ADEMAR SANTANA FRANCO OAB - MT4255-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0053143-70.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDYLVA FONTES DE CAMARGO VIANA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TOMAS DE AQUINO SILVEIRA BOAVENTURA OAB - MT3565-O (ADVOGADO)
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 03.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001042-94.2011.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001042-94.2011.8.11.0009 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001070-96.2010.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001070-96.2010.8.11.0009 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001904-02.2010.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001904-02.2010.8.11.0009 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi

digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017338-32.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAPHAEL LUCAS DO NASCIMENTO SILVA (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
DARLANE DO NASCIMENTO PEREIRA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0017338-32.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001151-40.2014.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
JORANI FERREIRA DA COSTA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
MUNICIPIO DE NOBRES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001151-40.2014.8.11.0030 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0044349-60.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGIA PLANEJAMENTO ASSESSORIA E CONTABILIDADE LTDA - ME (APELANTE)
GUILHERME & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA CARRAZZONE FERREIRA OAB - MT6686-O (ADVOGADO)
JOSE GUILHERME JUNIOR OAB - MT2615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0044349-60.2015.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001186-28.2012.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS MENDES LEAL FILHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOICE PINTO PEREIRA DE SIQUEIRA OAB - MT20116-A (ADVOGADO)
TANIELLY PASTICK ALVES OAB - MT22359-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001186-28.2012.8.11.0011 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Terceira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019144-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUMOTTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019144-96.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019161-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EUROPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANY GUIRRA CORTE OAB - MT22080-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019161-35.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019169-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA CANDIDA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA LETICIA CURVO BRITES OAB - MT25131/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019169-12.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019199-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IMPERIO MINERACOES LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO SCHMIDT OAB - MT19571-A (ADVOGADO)
ADEMAR SANTANA FRANCO OAB - MT4255-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FRANCISCO VELLOZO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019199-47.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019228-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NABILLA JANAINA MAFFINI BOELL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDES DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019228-97.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034500-64.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES OAB - GO29917-A (ADVOGADO)
JOSE LUIZ MATTHES OAB - SP76544-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GIRUS MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA (APELADO)
KARINA KEIKO KAWAI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ATILA KLEBER OLIVEIRA SILVEIRA OAB - MT10464-O (ADVOGADO)
JOAO BATISTA BENETI OAB - MT3065-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0034500-64.2015.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Indenização por Dano Moral] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [KARINA KEIKO KAWAI - CPF: 734.230.171-04 (APELADO), ATILA KLEBER OLIVEIRA SILVEIRA - CPF: 951.012.331-53 (ADVOGADO), GIRUS MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 73.909.400/0003-50 (APELADO), JOAO BATISTA BENETI - CPF: 473.459.938-68 (ADVOGADO), CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA - CNPJ: 01.851.716/0001-65 (APELANTE), KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES - CPF: 273.028.628-42 (ADVOGADO), JOSE LUIZ MATTHES - CPF: 046.311.598-80 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONSUMO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – ART. 12 e 18 DO CDC – DANOS À SAÚDE DO CONSUMIDOR – DANO MORAL CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – QUANTUM ADEQUADO E RAZOÁVEL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. O fornecedor e o fabricante são objetivamente responsáveis pelos danos ocasionados ao consumidor decorrentes de vício do produto, nos termos dos artigos 12 e 18 do Código de Defesa do Consumidor. O §1º, do art. 25, da legislação consumerista, dispõe que: "§ 1° Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores." Na fixação do quantum indenizatório a título de danos morais deve o julgador observar a extensão do dano, a situação econômica das partes, o grau de culpa do ofensor, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003115-17.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODAIR RAMOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA OAB - MT21613-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0003115-17.2017.8.11.0013 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [JOSE ANTONIO DOS SANTOS - CPF: 207.507.901-30 (APELANTE), EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR - CPF: 356.727.038-95 (ADVOGADO), ODAIR RAMOS (APELADO), HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA - CPF: 883.894.641-87 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS –ACIDENTE DE TRÂNSITO – IRRESIGNAÇÃO QUANTO A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM DANO MORAL – DANO NÃO DEMONSTRADO – INDENIZAÇÃO NÃO CONFIGURADA – RECURSO DESPROVIDO. O acidente de trânsito, por si só, não gera a reparação por dano moral, haja vista ser necessária a demonstração do dano psíquico proveniente do sinistro, situação que não foi demonstrada no presente caso. Embora configurada a responsabilidade do apelado pela ocorrência do acidente de trânsito, sob a ótica dos direitos da personalidade a mera colisão entre veículos, sem vítimas, não se enquadra no conceito de dano moral indenizável.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000977-80.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
CERAMICA HAVAI LTDA - ME (APELANTE)
SERGIO LUIS DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO RICALDES DE LIMA OAB - MT14389-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0000977-80.2017.8.11.0012 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens, Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [SERGIO LUIS DOS SANTOS - CPF: 395.677.101-04 (APELANTE), RAMAO RICALDES DE LIMA - CPF: 175.689.601-10 (ADVOGADO), CERAMICA HAVAI LTDA - ME - CNPJ: 12.188.460/0001-74 (APELANTE), BANCO BRADESCO SA - CNPJ: 60.746.948/0001-12 (APELADO), MAURO PAULO GALERA MARI - CPF: 433.670.549-68 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS Á EXECUÇÃO – EXCESSO DE PENHORA – NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE OUTROS MEIOS OU DE SUBSTITUIÇÃO DO BEM – INEXISTÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Ainda que a avaliação do imóvel penhorado seja muito superior ao valor da dívida exequenda, não pode ser considerado como excesso de penhora quando o executado/embargante não efetua o pagamento da dívida, não requer a substituição do bem penhorado ou não indica outro bem no intento de satisfazer a execução.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016069-70.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI (EMBARGADO)
LUIZ HENRIQUE CAPOCCI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO RAFAEL BUSS OAB - MT7023-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANTONIO LUIZ TAVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0016069-70.2013.8.11.0002 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução]

Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI - CPF: 935.536.411-34 (EMBARGADO), EDUARDO RAFAEL BUSS - CPF: 615.913.350-00 (ADVOGADO), LUIZ HENRIQUE CAPOCCI - CPF: 007.187.451-83 (EMBARGADO), EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO - CPF: 015.733.028-13 (EMBARGANTE), PAULO HUMBERTO BUDOIA - CPF: 559.148.708-44 (ADVOGADO), EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO - CPF: 015.733.028-13 (TERCEIRO INTERESSADO), ANTONIO LUIZ TAVEIRA - CPF: 193.569.276-34 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DE TERCEIRO – OMISSÃO INEXISTENTE - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO – NÃO CABIMENTO - EMBARGOS REJEITADOS. Os embargos de declaração somente devem ser acolhidos quando presente, na decisão embargada, quaisquer dos requisitos elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, quais sejam, erro material, obscuridade, contradição ou omissão.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012851-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R MOTA CAMARGO & CIA LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEYSLLER WILLON SILVA OAB - MT23307-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (AGRAVADO)
FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO)
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1012851-13.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Indenização por Dano Moral] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [KLEYSLLER WILLON SILVA - CPF: 627.784.711-20 (ADVOGADO), R MOTA CAMARGO & CIA LTDA - ME - CNPJ: 12.942.031/0001-40 (AGRAVANTE), FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA - CNPJ: 03.470.727/0001-20 (AGRAVADO), FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 00.784.470/0001-93 (AGRAVADO), REINALDO AMERICO ORTIGARA - CPF: 717.564.341-15 (ADVOGADO), CELSO DE FARIA MONTEIRO - CPF: 182.328.128-18 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – ALEGAÇÃO DE VÍCIO OCULTO EM VEÍCULO – SOBREPOSIÇÃO DE CARACTERES NA GRAVAÇÃO DO NÚMERO DO MOTOR – PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO SIMILAR OU DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS, EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA – NECESSIDADE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 300 DO CPC – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Não estando satisfeitos os requisitos do art. 300 do NCPC, exigindo a questão maior dilação probatória, de rigor o indeferimento da tutela antecipada pretendida.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010456-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA LOPES S.A. (AGRAVANTE)
VERO EMPREENDIMENTOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO FERRAZ DA SILVA (AGRAVADO)
ADA CONSUELO LEAL DE QUEIROZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ABRAAO SIMAO DE ALMEIDA OAB - MT14535-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CONSTRUTORA LOPES S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1010456-48.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [EDUARDO ANTUNES SEGATO - CPF: 004.440.001-27 (ADVOGADO), CONSTRUTORA LOPES S.A. - CNPJ: 09.177.659/0001-92 (AGRAVANTE), VERO EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 13.631.489/0001-41 (AGRAVANTE), GERALDO FERRAZ DA SILVA - CPF: 384.306.491-15 (AGRAVADO), ADA CONSUELO LEAL DE QUEIROZ - CPF: 621.855.601-82 (AGRAVADO), CONSTRUTORA LOPES S.A. - CNPJ: 09.177.659/0001-92 (TERCEIRO INTERESSADO), GUILHERME ABRAAO SIMAO DE ALMEIDA - CPF: 027.663.501-95 (ADVOGADO), GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA - CPF: 022.871.091-02 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO QUE INDEFERIU O EFEITO SUSPENSIVO À IMPUGNAÇÃO OFERTADA AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PEDIDO DE REFORMA – DESCABIMENTO – AUSÊNCIA DE DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE POSSÍVEL EXCESSO DE EXECUÇÃO QUE NÃO BASTA PARA QUE O EFEITO SUSPENSIVO SEJA AGREGADO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A concessão do efeito suspensivo à impugnação ofertada ao cumprimento de sentença, é exceção que requisita demonstração da possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação e requer que esteja garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficiente, como dispõe o art. 525, § 6º, do CPC. Circunstância dos autos em que não se justifica a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista a ausência de dano de difícil reparação.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015567-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VERANICE RONDON DE ARRUDA E SILVA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIAO EDUCACIONAL CANDIDO RONDON - UNIRONDON LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1015567-13.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Prestação de Serviços, Estabelecimentos de Ensino, Obrigação de Fazer / Não Fazer] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [VERANICE RONDON DE ARRUDA E SILVA - CPF: 968.766.381-20 (AGRAVANTE), UNIAO EDUCACIONAL CANDIDO RONDON - UNIRONDON LTDA - CNPJ: 24.771.792/0001-66 (AGRAVADO), ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - CPF: 109.211.228-61 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – MENSALIDADES ANTERIORES EM ABERTO – REMATRÍCULA RECUSADA – LEGITIMIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O art. 5º da Lei 9.870/99 dispõe que “os alunos já matriculados, salvo quando inadimplentes, terão direito à renovação das

matrículas, observado o calendário escolar da instituição, o regimento da escola ou cláusula contratual". Se a própria recorrente admite a inadimplência, a negativa se torna legítima e conduz à manutenção do decisum que bem indeferiu o pedido inaugural de urgência.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1033182-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIANE ALVES SOBRINHO NASCIMENTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1033182-24.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60 (APELANTE), FAGNER DA SILVA BOTOF - CPF: 014.138.231-73 (ADVOGADO), PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60 (REPRESENTANTE), FRANCIANE ALVES SOBRINHO NASCIMENTO - CPF: 010.888.842-88 (APELADO), ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO - CPF: 000.971.781-10 (ADVOGADO), SAULO DALTRO MOREIRA SILVA - CPF: 654.724.201-30 (ADVOGADO), RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - CPF: 444.850.181-72 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS – VALOR MANTIDO – QUANTUM ADEQUADO AOS PARÂMETROS IMPOSTOS PELO ART. 85 DO CPC E PRECEDENTES DO TJ/MT – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O fato da parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência mínima ou recíproca. Devem ser mantidos os honorários advocatícios arbitrados em consonância com os critérios impostos pelo art. 85 do CPC, em valor suficiente a remunerar o trabalho dos advogados, com o fito de não tornar aviltante o exercício da profissão.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003595-11.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
K C P KIRCH & CIA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO VARZEAGRANDENSE DE EDUCACAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1003595-11.2017.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Perdas e Danos, Espécies de Contratos] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [K C P KIRCH & CIA LTDA - ME - CNPJ: 18.681.626/0001-76 (APELANTE), PAULO FERNANDO SCHNEIDER - CPF: 525.284.720-72 (ADVOGADO), INSTITUTO VARZEAGRANDENSE DE EDUCACAO - CNPJ: 33.005.422/0001-09 (APELADO), GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - CPF: 495.513.371-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXISTÊNCIA CONTRATUAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS – CONTRATO VERBAL – ÔNUS DA PROVA DO AUTOR – INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I, DO CPC – NÃO COMPROVAÇÃO – ADEQUADA VALORAÇÃO DAS PROVAS – LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO – ART. 371 DO CPC – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Não tendo os apelantes se desincumbido do seu ônus de provar o alegado contrato verbal, conforme o teor do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, não há que se falar na reforma da sentença. "O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento". (Inteligência do art. 371, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001912-02.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ODETE SILVA DE MORAES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1001912-02.2018.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Perdas e Danos, Fornecimento de Energia Elétrica] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ODETE SILVA DE MORAES - CPF: 340.104.671-34 (APELANTE), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE), ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 03.467.321/0001-99 (APELADO), EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - CPF: 129.551.388-94 (ADVOGADO), EDYEN VALENTE CALEPIS - CPF: 816.121.251-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA (DESVIO DE ENERGIA NO RAMAL DE ENTRADA) – COBRANÇA DA DIFERENÇA DE CONSUMO – DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA NO MEDIDOR – ELABORAÇÃO DO TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO TOI – DÉBITO LEGÍTIMO – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora de energia adotará as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado, ou faturado a menor. (artigos 129 e 130, da Resolução Normativa nº 414/2010). Sendo a irregularidade decorrente de desvio de energia elétrica no ramal de entrada do medidor, mostra-se desnecessária a apuração pericial. No caso, a concessionária de energia realizou a inspeção no medidor, emitindo o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), o qual foi assinado pela cliente, juntou aos autos as fotografias do medidor com a indicação de irregularidade, acostou memória de cálculo e, ainda, o histórico de consumo do aparelho mostrando que o consumo entre 04.2014 e 08.2017 era de "0kWh" e que após a inspeção passou a ser maior que 100kWh, justificando a cobrança realizada no presente feito.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008782-02.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YOLANDA BENEDITA ABADIA MARTINS DE BARROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MARTINS DE BARROS OAB - MT7047-O (ADVOGADO)
MARIA HEDVIGES MARTINS DE BARROS SILVA OAB - MT7271-O

(ADVOGADO)
Outros Interessados:
BURITI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0008782-02.2014.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Vícios de Construção, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [YOLANDA BENEDITA ABADIA MARTINS DE BARROS - CPF: 762.654.471-49 (APELADO), MARIA HEDVIGES MARTINS DE BARROS SILVA - CPF: 777.935.441-53 (ADVOGADO), EDUARDO MARTINS DE BARROS - CPF: 345.847.061-15 (ADVOGADO), BURITI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ: 02.630.673/0001-50 (APELANTE), OTACILIO PERON - CPF: 008.309.419-91 (ADVOGADO), CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA - CNPJ: 15.378.979/0003-75 (APELANTE), JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - CPF: 713.876.681-53 (ADVOGADO), JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES - CPF: 000.140.911-51 (ADVOGADO), BURITI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ: 02.630.673/0001-50 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – INTIMAÇÃO – IRREGULARIDADE – ALEGAÇÃO DE NULIDADE – FALTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO CONSTITUÍDO – MANIFESTAÇÕES POSTERIORES NOS AUTOS E INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE – PRECLUSÃO – PRELIMINAR REJEITADA – MÉRITO – INTEMPESTIVIDADE RECURSAL RECONHECIDA – ART. 1.003, § 5º, DO CPC – RECURSO INADMISSÍVEL – VÍCIO INSANÁVEL – RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NESTA DESPROVIDO. A ausência de intimação de advogado constituído nos autos e outras eventuais irregularidades ou vícios ocorridos no processo devem ser alegados na primeira oportunidade em que a parte teve para se manifestar, inclusive pela observância ao princípio da celeridade processual, o que não foi feito na hipótese. Não se conhece da apelação interposta após o prazo legal de quinze dias contados a partir da data da publicação da sentença, em razão da sua intempestividade.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004338-64.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT123907-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO JUNIOR DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1004338-64.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [FABIO JUNIOR DA SILVA - CPF: 063.307.231-17 (APELADO), RODRIGO BRANDAO CORREA - CPF: 545.491.911-04 (ADVOGADO), PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0036-90 (APELANTE), LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - CPF: 489.842.991-20 (ADVOGADO), LUIZ HENRIQUE VIEIRA - CPF: 027.320.216-28 (ADVOGADO), seguradora Lider - CNPJ: 09.248.608/0001-04 (TERCEIRO INTERESSADO), JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS - CPF: 074.596.986-01 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS – VALOR MANTIDO – QUANTUM ADEQUADO AOS PARÂMETROS IMPOSTOS PELO ART. 85 DO CPC E PRECEDENTES DO TJ/MT – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Devem ser mantidos os honorários advocatícios arbitrados em consonância com os critérios impostos pelo art. 85 do CPC, em valor suficiente a remunerar o trabalho dos advogados, com o fito de não tornar aviltante o exercício da profissão.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017619-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAYANE ALVES DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1017619-87.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Seguro, Seguro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [RAYANE ALVES DE ARAUJO - CPF: 058.967.351-38 (APELANTE), RODRIGO BRANDAO CORREA - CPF: 545.491.911-04 (ADVOGADO), PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0036-90 (APELADO), FAGNER DA SILVA BOTOF - CPF: 014.138.231-73 (ADVOGADO), RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - CPF: 444.850.181-72 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – PRETENSÃO DE OBSTAR AS INCURSÕES EXTRAJUDICIAIS À RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA – DESNECESSIDADE – DANOS MORAIS POR NEGATIVA DO PEDIDO ADMINISTRATIVO – INEXISTÊNCIA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR PERCENTUAL – PEDIDO DE MAJORAÇÃO – NECESSIDADE – ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO ARTIGO 85, §§ 2º E 8º, DO CPC – VALOR QUE OBSERVA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Em que pese as alegações da recorrente, não verifico qualquer método de comunicação extrajudicial por parte da seguradora que possa lhe causar qualquer tipo de ofensa ou prejuízo, ao ponto de serem obstados por determinação judicial. Na hipótese, a simples recusa da seguradora em receber o pedido administrativo, não enseja a caracterização do abalo moral pretendido, pois não restou seguramente comprovado a existência de circunstância especial capaz de atingir os direitos de personalidade a caracterizar prejuízo moral passível de indenização. A verba honorária, quando arbitrada em valor irrisório, merece ser majorada, levando em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017047-27.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDO BENTO DE MELO (APELANTE)
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDECIR CALCA OAB - MT5247-O (ADVOGADO)
MILENA PIRAGINE OAB - MT17210-A (ADVOGADO)
KATIA REGINA SANTANA NUNES OAB - MT15510 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (APELADO)
ROMILDO BENTO DE MELO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILENA PIRAGINE OAB - MT17210-A (ADVOGADO)
KATIA REGINA SANTANA NUNES OAB - MT15510 (ADVOGADO)
VALDECIR CALCA OAB - MT5247-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0017047-27.2013.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ROMILDO BENTO DE MELO - CPF: 570.506.511-68 (APELADO), VALDECIR CALCA - CPF: 527.552.078-68 (ADVOGADO), KATIA REGINA SANTANA NUNES - CPF: 705.128.501-78 (ADVOGADO), COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL - CNPJ: 28.196.889/0001-43 (APELANTE), MILENA PIRAGINE - CPF: 295.235.348-40 (ADVOGADO), KATIA REGINA SANTANA NUNES - CPF: 705.128.501-78 (ADVOGADO), ROMILDO BENTO DE MELO - CPF: 570.506.511-68 (APELANTE), VALDECIR CALCA - CPF: 527.552.078-68 (ADVOGADO), COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL - CNPJ: 28.196.889/0001-43 (APELADO), MILENA PIRAGINE - CPF: 295.235.348-40 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS. E M E N T A APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE COBRANÇA – CONTRATO DE SEGURO EM GRUPO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – REJEITADA – SÚMULA Nº 278 DO STJ – DIFERENÇA ENTRE CIÊNCIA DA LESÃO E DO SEU CARÁTER PERMANENTE – CONTAGEM A PARTIR DA CONSTATAÇÃO DA INVALIDEZ COMPROVADA POR LAUDO MÉDICO PERICIAL – LAPSO NÃO VERIFICADO – TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA – DATA DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – ART. 86 DO CPC – MANUTENÇÃO – AMBOS OS RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. “As ações de cobrança de SEGURO ajuizadas contra as seguradoras possuem a chamada prescrição ânua, consoante disposto no art. 206, §1º, II, alínea “b”, do C. Civil e súmulas 101 e 278 do STJ, cujo termo inicial se dá no momento da ciência inequívoca da incapacidade laboral. Após o julgamento de recurso repetitivo perante o STJ, tendo como acórdão paradigma o REsp n. 1.388.030/MG, restou firmado o entendimento de que “exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.[...] (N.U 0009158-51.2015.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 24/04/2019, Publicado no DJE 02/05/2019)” Não se pode confundir “ciência da lesão” com “conhecimento do caráter permanente”, uma vez que este só pode ser obtido por laudo médico, e não a partir de critérios de presunção, como o decurso do tempo e a não submissão ou interrupção a tratamento de reabilitação. O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que, nas indenizações securitárias, a correção monetária incide desde a data da celebração do contrato até o dia do efetivo pagamento do seguro, pois a apólice deve refletir o valor contratado atualizado. Ocorrendo o julgamento pela parcial procedência do feito, com a concessão de metade dos pedidos autorais, deve ser aplicado o disposto no artigo 86 do Código de Processo Civil, para se distribuir, em partes iguais, o pagamento das custas e dos honorários advocatícios.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011003-09.2013.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JUPIA DE OLIVEIRA MESTRE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANILDO JOSE FERREIRA OAB - MT8213-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERNANDO CABRAL MACHADO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO GERALDO DE LIMA OAB - MT6256-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
VALDOMIRO MESSIAS DE ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO)
MARILENE GERONIMO SANTOS ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO)
RACHID NAPOLESSI NETO (TERCEIRO INTERESSADO)
SEBASTIAO LUIZ DE SOUSA (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0011003-09.2013.8.11.0003 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Compra e Venda, Defeito, nulidade ou anulação] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ERNANDO CABRAL MACHADO - CPF: 158.614.651-34 (APELADO), SEBASTIAO GERALDO DE LIMA - CPF: 284.504.001-63 (ADVOGADO), JUPIA DE OLIVEIRA MESTRE - CPF: 023.005.911-20 (APELANTE), IVANILDO JOSE FERREIRA - CPF: 284.019.301-97 (ADVOGADO), VALDOMIRO MESSIAS DE ANDRADE - CPF: 104.206.651-53 (APELANTE), MARILENE GERONIMO SANTOS ANDRADE - CPF: 049.879.808-94 (APELANTE), RACHID NAPOLESSI NETO - CPF: 975.811.351-87 (APELANTE), ILMAR SALES MIRANDA - CPF: 295.650.301-49 (ADVOGADO), SEBASTIAO LUIZ DE SOUSA - CPF: 345.507.041-87 (TERCEIRO INTERESSADO), VALDOMIRO MESSIAS DE ANDRADE - CPF: 104.206.651-53 (TERCEIRO INTERESSADO), MARILENE GERONIMO SANTOS ANDRADE - CPF: 049.879.808-94 (TERCEIRO INTERESSADO), RACHID NAPOLESSI NETO - CPF: 975.811.351-87 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DO RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO – REPLICAÇÃO DA CONTESTAÇÃO – OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO CUMPRIDO – RECURSO NÃO CONHECIDO. As razões de apelação devem articular os fatos e os fundamentos com base nos quais se hostiliza a sentença recorrida. Cabe ao recorrente rebater e impugnar a fundamentação constante da sentença, demonstrando o seu equívoco, o seu defeito e requerendo que nova decisão seja prolatada. Não obstante a apelante tenha pleiteado a reforma da sentença, não há qualquer ataque à sua fundamentação.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000436-56.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILLA AKEMI OSHIRO OAB - SP304931-A (ADVOGADO)
KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGAO RODRIGUES OAB - RJ84676-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE DIVINO MOREIRA NUNES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLY GARCIA VALDEZ OAB - MT19702-A (ADVOGADO)
JANETE GARCIA DE OLIVEIRA VALDEZ OAB - MT3908-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. (TERCEIRO INTERESSADO)
DINAMAR PEREIRA NUNES BORGES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1000436-56.2019.8.11.0013 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Cédula de Crédito Rural, Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL - CNPJ: 28.196.889/0001-43 (APELANTE), KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGAO RODRIGUES - CPF: 016.166.297-89 (ADVOGADO), PRISCILLA AKEMI OSHIRO - CPF: 229.409.898-69 (ADVOGADO), ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. - CNPJ: 01.378.407/0001-10 (REPRESENTANTE), BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/2473-24 (APELANTE), RAFAEL SGANZERLA DURAND - CPF: 256.107.188-05 (ADVOGADO), DINAMAR PEREIRA NUNES BORGES - CPF: 908.567.401-87 (APELADO), MARCELLY GARCIA VALDEZ - CPF: 023.075.331-09 (ADVOGADO), JANETE GARCIA DE OLIVEIRA VALDEZ - CPF: 207.960.801-00 (ADVOGADO), ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. - CNPJ: 01.378.407/0001-10 (TERCEIRO INTERESSADO), BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/2473-24 (TERCEIRO INTERESSADO), DINAMAR PEREIRA NUNES BORGES - CPF: 908.567.401-87 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), ESPÓLIO DE DIVINO MOREIRA NUNES (APELADO), MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da

Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – INDEFERIMENTO DE PERÍCIA DOCUMENTAL INDIRETA – SUFICIÊNCIA DA PROVA DOCUMENTAL PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA – PRELIMINAR REJEITADA – ALEGAÇÃO DE INAPLICABILIDADE DO CDC – INDIFERENÇA – INTELIGÊNCIA DO § 1º, DO ART. 373 DO NOVO CPC – SEGURO PRESTAMISTA – NEGATIVA INJUSTIFICADA AO PAGAMENTO DO SEGURO – ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE – AUSÊNCIA DE EXAME CLÍNICO PRÉVIO – INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DO DEVER DE INFORMAÇÃO – DIREITO À COBERTURA DO SEGURO CONTRATADO – DANOS MORAIS CONFIGURADOS – INDENIZAÇÃO DEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Compete ao juiz decidir antecipadamente a lide sempre que entender presentes as provas necessárias para formar seu convencimento, mormente quando o processo tenha sido instruído com documentos suficientes para embasá-lo. É indiferente o fato de a relação contratual em certas situações ser regida ou não pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente quando isto é importante apenas para a verificação do ônus da prova, conforme se extrai do § 1º, do art. 373, do Novo Código de Processo Civil. A contratação do seguro prestamista deu ao segurado e seus beneficiários a convicção de que, em caso de morte ou invalidez permanente, este quitaria o saldo devedor do contrato. Na ocasião do pacto, não foram realizados exames médicos para averiguar sobre o estado de saúde do de cujus, assumindo, a seguradora apelante, os possíveis riscos, aplicando-se ao caso o princípio da boa-fé contratual, uma vez que se faz necessária a comprovação de má-fé do segurado ao omitir informações relevantes na contratação do seguro. Na presente demanda, restou configurado os danos morais, uma vez que houve a recusa do pagamento da indenização por motivo que o apelado não deu causa. A alegação do recorrente de doença pré-existente e a sua recusa ao pagamento da indenização gerou muito mais que meros aborrecimento ou transtornos ao recorrido, porquanto este teve, inclusive, que se socorrer do Poder Judiciário para ter seu direito resguardado.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015266-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILTON CAMPOS DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATYANNE NEVES BALDUINO OAB - TO2732 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1015266-66.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Busca e Apreensão, Liminar] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [TATYANNE NEVES BALDUINO - CPF: 603.855.611-72 (ADVOGADO), WILTON CAMPOS DA SILVA - CPF: 522.976.671-91 (AGRAVANTE), BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - CNPJ: 52.568.821/0001-22 (AGRAVADO), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - CPF: 063.868.708-08 (ADVOGADO), THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - CPF: 013.846.211-99 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FRUSTRADA – COMPROVAÇÃO DA MORA – NÃO OCORRÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Segundo dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69, a mora pode ser comprovada por carta registrada expedida por Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. Ainda que comprovado o inadimplemento do contrato, por parte do consumidor, não houve a sua regular constituição em mora, na medida em que a notificação extrajudicial não foi entregue no endereço indicado no contrato, tendo retornado com a anotação “ausente”, sem que a instituição financeira credora tenha se preocupado, de resto, em promover o protesto do contrato. Não preenchidos os requisitos previstos no artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/1969, impõe-se a revogação da medida liminar de busca e apreensão deferida na origem.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009056-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIETE MARIA AMORIM DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1009056-96.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [LUIZ HENRIQUE VIEIRA - CPF: 027.320.216-28 (ADVOGADO), PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60 (AGRAVANTE), ELIETE MARIA AMORIM DA SILVA - CPF: 707.970.051-53 (AGRAVADO), ALBERTO PELISSARI CATANANTE - CPF: 006.883.781-02 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – HONORÁRIOS PERICIAIS – ÔNUS DA PARTE QUE REQUEREU A PROVA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Sendo a prova pericial requerida pela seguradora, é dela o ônus de pagamento quanto aos honorários do expert, a teor do art. 95 do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012823-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENIVALDO DA ROCHA PEREIRA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FERREIRA DE ALMEIDA OAB - MT9116-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
THAYS FERNANDA DALAVALLE (AGRAVADO)
BSB AUTO IMPORTS LTDA - ME (AGRAVADO)
SPORTCARS COMERCIO E LOCACOES DE VEICULOS EIRELI (AGRAVADO)
N&J COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
MARCELO SIXTO SCHIAVENIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO DA SILVA MAGALHAES OAB - AC2072 (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1012823-45.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Financiamento de Produto, Busca e Apreensão] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [GUILHERME FERREIRA DE ALMEIDA - CPF: 839.864.051-00 (ADVOGADO), ENIVALDO DA ROCHA PEREIRA - ME - CNPJ: 21.566.703/0001-51 (AGRAVANTE), BSB AUTO IMPORTS LTDA - ME - CNPJ: 16.540.496/0001-26 (AGRAVADO), SPORTCARS COMERCIO E LOCACOES DE VEICULOS EIRELI - CNPJ: 22.854.069/0001-15 (AGRAVADO), N&J COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 13.247.126/0001-07 (AGRAVADO), MARCELO SIXTO SCHIAVENIN - CPF: 006.888.579-22 (AGRAVADO), THAYS FERNANDA DALAVALLE - CPF: 828.488.741-04 (AGRAVADO), CARLOS ALBERTO DA SILVA MAGALHAES - CPF: 25931326120 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E

M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – VEÍCULO ADQUIRIDO DE EMPRESA ACUSADA DE ESTELIONATO – DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO – TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE NÃO REGULARIZADA – TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA – PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 300 DO CPC – DECISÃO REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ante a evidência da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, impõe-se a reforma da decisão com a confirmação da liminar recursal. Sendo a decisão provisória, de cognição incompleta, poderá ser revista a qualquer tempo pelo Magistrado, caso surjam novos elementos de convicção, inclusive após a apresentação da contestação, se for o caso.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013440-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO NORBERTO MENEGATI (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JOSE JOAO VITALIANO COELHO OAB - MT18440-O (ADVOGADO)
KEILA DOS SANTOS ALMEIDA OAB - MT25148-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1013440-05.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ANTONIO NORBERTO MENEGATI - CPF: 535.624.291-34 (AGRAVANTE), UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - CNPJ: 03.533.726/0001-88 (AGRAVADO), JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - CPF: 713.876.681-53 (ADVOGADO), JOSE JOAO VITALIANO COELHO - CPF: 036.257.851-61 (ADVOGADO), JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES - CPF: 000.140.911-51 (ADVOGADO), KEILA DOS SANTOS ALMEIDA - CPF: 044.785.991-90 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO – PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL – REAJUSTE DE MENSALIDADE ANUAL – AUMENTO DE FAIXA ETÁRIA – POSSIBILIDADE ENTRE OS CONTRATANTES E PREVISÃO CONTRATUAL – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA – PERCENTUAL APLICADO PELA FAIXA ETÁRIA (100,51%) – NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL PARA AFERIÇÃO DE EVENTUAL ABUSIVIDADE – PERIGO DE DANO EVIDENCIADO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A legislação de regência de plano de saúde autoriza o reajuste anual de planos coletivos aos contratos definidos entre a operadora de planos de saúde (UNIMED) e a pessoa jurídica contratante. Presentes indícios da plausibilidade do direito e risco de dano, em relação ao aumento da mensalidade do plano de saúde, em função do implemento da idade e reajuste anual, deve ser mantido o deferimento da liminar recursal até um melhor esclarecimento dos fatos, durante a instrução processual.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005400-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ RENATO DE BARROS BAMBIRRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO)
VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA OAB - MT22996-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO ALVES SILVA OAB - MT11800-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1005400-34.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Rescisão / Resolução, Despesas Condominiais, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Antecipação de Tutela / Tutela Específica] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - CPF: 361.777.921-20 (ADVOGADO), LUIZ RENATO DE BARROS BAMBIRRA - CPF: 581.371.731-53 (AGRAVANTE), VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA - CPF: 004.323.121-70 (ADVOGADO), MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A. - CNPJ: 14.773.721/0001-49 (AGRAVADO), RODRIGO ALVES SILVA - CPF: 867.986.851-53 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES – FRAÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA AUTÔNOMA – SUSPENSÃO DA TAXA DE CONDOMÍNIO – POSSIBILIDADE – CONTRAPARTIDA, NÃO USUFRUIR DO IMÓVEL – PRECEDENTES DESTE SODALÍCIO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Para que seja concedida a tutela de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, é necessário que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. “Deve-se deferir tão-somente a cobrança referente a despesas de CONDOMÍNIO e quaisquer outras despesas que eventualmente existirem ou recaírem sobre o imóvel bem como de inserir o nome dos requerentes nos órgãos de restrição ao crédito, ante ao desinteresse no negócio e possibilidade de grandes prejuízos com a inscrição. Lado outro, como consequência, fica suspensa a usufruição do imóvel pelo agravante, sob pena de evidente desequilíbrio contratual.[...](N.U 1002133-54.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 25/06/2019, Publicado no DJE 02/07/2019)”

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014752-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JBS S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE SOUZA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDER PEREIRA DE ASSIS OAB - MT8066-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BERTIN LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
TINTO HOLDING LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1014752-16.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Suspensão do Processo, Correção Monetária, Causas Supervenientes à Sentença] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - CPF: 444.850.181-72 (ADVOGADO), JBS S/A - CNPJ: 02.916.265/0001-60 (AGRAVANTE), JOSE DE SOUZA - CPF: 128.562.239-15 (AGRAVADO), EDER PEREIRA DE ASSIS - CPF: 830.016.701-34 (PROCURADOR), TINTO HOLDING LTDA - CNPJ: 01.597.168/0001-99 (TERCEIRO INTERESSADO), BERTIN LTDA (TERCEIRO INTERESSADO), EDER PEREIRA DE ASSIS - CPF: 830.016.701-34 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – INCIDENTE DE DESCONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA JÁ PROCESSADO E JULGADO – PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DO RESP QUE NÃO OBSTA O

PROCESSAMENTO DO FEITO PRINCIPAL – INCLUSÃO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS NA BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA QUE VISA O MERO REEMBOLSO – DECISÃO MODIFICADA NO PONTO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Inobstante à pendência de julgamento de Recurso Especial, não possuindo este efeito suspensivo, e tendo a sentença transitada em julgado, o feito provisório deve ser necessariamente convertido em definitivo. Os honorários advocatícios "devem ser calculados sobre o valor da condenação principal atualizada, com exclusão das custas judiciais, pois esta trata-se de mero reembolso de valores dispendidos para o trâmite da ação, e não compõe o bem maior perseguido na demanda principal" (TJSP. Ap. nº 0011504-94.2017.8.26.0361).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013315-45.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLAM EMPREENDIMENTOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CASSIO FELIPE MIOTTO (APELADO)
AURISTELA MARIA DA SILVA CAMPOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CASSIO FELIPE MIOTTO OAB - MT7252-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO BRADESCO SA (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1013315-45.2018.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [CASSIO FELIPE MIOTTO - CPF: 550.563.931-34 (APELADO), CASSIO FELIPE MIOTTO - CPF: 550.563.931-34 (ADVOGADO), AURISTELA MARIA DA SILVA CAMPOS - CPF: 935.857.991-91 (APELADO), GLAM EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 14.685.541/0001-05 (APELANTE), EDUARDO ANTUNES SEGATO - CPF: 004.440.001-27 (ADVOGADO), BANCO BRADESCO SA - CNPJ: 60.746.948/0001-12 (APELANTE), NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - CPF: 668.018.009-06 (ADVOGADO), BANCO BRADESCO SA - CNPJ: 60.746.948/0001-12 (TERCEIRO INTERESSADO), GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA - CPF: 022.871.091-02 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – HIPOTECA INSTITUÍDA PELA CONSTRUTORA EM FAVOR DO AGENTE FINANCEIRO – SÚMULA 308 DO STJ – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE TODOS OS INTEGRANTES DA CADEIA DE FORNECIMENTO DE BENS PERANTE O CONSUMIDOR – INTELIGÊNCIA DO ART. 7º , PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC – ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA CORRETAMENTE DISTRIBUÍDO, TENDO EM VISTA O DECAIMENTO MÍNIMO DA PARTE AUTORA – MINORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – NÃO CABIMENTO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A adjudicação compulsória é o remédio jurídico colocado à disposição de quem, munido de contrato de promessa de compra e venda ou título equivalente, não logra êxito em obter a escritura definitiva do imóvel. Se os adquirentes cumpriram com a obrigação pecuniária, quitando o valor da dívida assumida, fazem jus, portanto, à baixa do gravame hipotecário e à escrituração definitiva na matrícula do bem. A Súmula 308 do STJ prevê que a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, independente se anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante o adquirente de boa fé que quitou o bem imóvel. A construtora/incorporadora contribuiu de forma direta para que os autores não obtivessem a escrituração pública do imóvel adquirido, sendo evidente a sua responsabilidade solidária com o agente financeiro para a causa, já que foi ela que celebrou o contrato de compra e venda do imóvel com os autores, recebeu o pagamento integral, deu quitação, porém, não repassou o valor ao banco, com o qual celebrou contrato de empréstimo, oferecendo este mesmo bem imóvel para hipoteca como garantia real. A parte autora decaiu minimamente em seus pedidos, o que faz incidir o art. 86, parágrafo único, do CPC, impondo-se aos demandados arcarem com a integralidade dos ônus sucumbenciais e processuais. Devem ser mantidos os honorários advocatícios arbitrados em consonância com os critérios impostos pelo art. 85 do CPC, em valor suficiente a remunerar o trabalho dos advogados, com o fito de não tornar aviltante o exercício da profissão.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011249-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INPASA AGROINDUSTRIAL S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE MATHEUS DE FRANCA GUERRA OAB - MT10082-O (ADVOGADO)
FERNANDO MASCARELLO OAB - MT11726-O (ADVOGADO)
XENIA MICHELE ARTMANN OAB - MT13697-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1011249-84.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Imissão, Servidão Administrativa] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS - CPF: 267.709.178-07 (ADVOGADO), HENRIQUE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP - CNPJ: 02.301.535/0001-28 (AGRAVANTE), INPASA AGROINDUSTRIAL S/A - CNPJ: 29.316.596/0001-15 (AGRAVADO), FELIPE MATHEUS DE FRANCA GUERRA - CPF: 927.908.281-72 (ADVOGADO), XENIA MICHELE ARTMANN - CPF: 011.501.261-32 (ADVOGADO), FERNANDO MASCARELLO - CPF: 027.221.699-24 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – LIMINAR DE IMISSÃO NA POSSE – INTERESSE PÚBLICO URGENTE – EXPANSÃO DAS REDES DE ENERGIA ELÉTRICA – REQUISITOS LEGAIS OBEDECIDOS – URGÊNCIA CONSTATADA – INDENIZAÇÃO – AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA PRÉVIA – METODOLOGIA ADEQUADA – PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Em caso de constituição de servidão administrativa, se o dominante alegar urgência e depositar o valor da indenização que entende devida, conforme prevê o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, ele deve ser imitido na posse do imóvel, não se mostrando necessária perícia judicial prévia, tendo em vista o risco de ver afetada toda a coletividade pela morosidade em iniciar a obra. O valor indenizatório oferecido pelo autor para fins de imissão na posse, encontrado por meio de laudo administrativo elaborado com base em elementos técnicos e de forma razoável, afigura-se, na hipótese, suficiente neste momento processual, até que se ajuste o quantum preciso da indenização devida, o que deverá ocorrer quando da realização da perícia judicial definitiva.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1008322-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
C. H. K. J. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE WILZEM MACOTA OAB - MT7481-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
G. K. M. K. J. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANA VETTORI SANTAMARIA STABILE OAB - MT14877-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1008322-48.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Fixação] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma

Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [JULIANA VETTORI SANTAMARIA STABILE - CPF: 017.706.391-28 (ADVOGADO), GEYZA KARLA MONTEIRO KARA JOSE - CPF: 929.949.111-91 (AGRAVADO), CARLOS HENRIQUE KARA JOSE - CPF: 895.217.571-91 (AGRAVANTE), JOSE WILZEM MACOTA - CPF: 169.859.168-30 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE AGRAVO INTERNO – AÇÃO DE DIVÓRCIO C/C PARTILHA DE BENS E ALIMENTOS – DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA A EX-CÔNJUGE – PRESENÇA DOS REQUISITOS À CONCESSÃO DA LIMINAR (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 995 DO CPC) – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Presentes os requisitos de verossimilhança e relevância a sufragar o entendimento acolhido em liminar e não demonstrados outros motivos para se alterá-la, é de se manter a decisão já proferida.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011035-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALAERTE LUIZ DE FREITAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIA JANE BRANDAO MARTINS GARCIA OAB - MT7580-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SAFARI COMERCIO DE VEICULOS LTDA. (AGRAVADO)
SAGA CORRETORA DE SEGUROS S/A (AGRAVADO)
BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAYSA LALLI RIBEIRETE FRANCO OAB - PR61459 (ADVOGADO)
JEFFERSON DO CARMO ASSIS OAB - PR4680-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1011035-93.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Juros de Mora - Legais / Contratuais, Consórcio] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [JULIA JANE BRANDAO MARTINS GARCIA - CPF: 469.227.921-49 (ADVOGADO), ALAERTE LUIZ DE FREITAS - CPF: 888.090.728-04 (AGRAVANTE), SAFARI COMERCIO DE VEICULOS LTDA. - CNPJ: 00.752.386/0001-98 (AGRAVADO), SAGA CORRETORA DE SEGUROS S/A - CNPJ: 00.283.283/0001-26 (AGRAVADO), BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - CNPJ: 14.723.388/0001-63 (AGRAVADO), THAYSA LALLI RIBEIRETE FRANCO - CPF: 058.100.719-02 (ADVOGADO), JEFFERSON DO CARMO ASSIS - CPF: 003.569.489-00 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO COMINATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – SUSPENSÃO DO FEITO PARA COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO. A exigência de comprovação de prévio requerimento administrativo para, só então, reconhecer a existência de pretensão resistida, caracteriza excesso de formalismo, ferindo o direito de acesso à justiça garantido pela CF/88, especialmente quando após tentativa de conciliação sem apresentação de propostas, o feito foi devidamente saneado.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010235-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO OSVALDO PONTES (AGRAVADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1010235-65.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Alienação Fiduciária] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - CPF: 261.067.088-51 (ADVOGADO), BANCO PAN S.A. - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (AGRAVANTE), BENEDITO OSVALDO PONTES - CPF: 022.319.801-34 (AGRAVADO), JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS - CPF: 109.484.968-51 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – BUSCA E APREENSÃO – PURGAÇÃO DA MORA – REMOÇÃO DO VEÍCULO – CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE E POSSE PLENA –OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR – RECURSO DESPROVIDO – DECISÃO MANTIDA. Somente após decorrido o prazo de 05 (cinco) dias para purgação da mora é que se consolidará a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário. Não há falar em desacerto do juízo de primeiro grau quando a decisão interlocutória cria óbice à alienação do veículo apreendido, antes de possibilitado o pagamento integral da dívida.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010665-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
B M G BEINE COMERCIO - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANARY CARVALHO BORGES OAB - MT6445-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA NEUSITE MIRANDA GARDES (TERCEIRO INTERESSADO)
BARTIRA MIRANDA GARDES BEINE (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS EDUARDO FERRI BEINE (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO BOSCO GARDES (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1010665-17.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Cédula de Crédito Comercial, Exceção de Pré-executividade] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [DIANARY CARVALHO BORGES - CPF: 364.002.468-00 (ADVOGADO), B M G BEINE COMERCIO - ME - CNPJ: 08.073.941/0001-67 (AGRAVANTE), BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/0001-91 (AGRAVADO), FABIULA MULLER - CPF: 965.365.439-04 (ADVOGADO), GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - CPF: 729.961.619-04 (ADVOGADO), BARTIRA MIRANDA GARDES BEINE - CPF: 836.623.241-72 (TERCEIRO INTERESSADO), CARLOS EDUARDO FERRI BEINE - CPF: 304.799.241-04 (TERCEIRO INTERESSADO), JOAO BOSCO GARDES - CPF: 027.519.841-34 (TERCEIRO INTERESSADO), MARIA NEUSITE MIRANDA GARDES - CPF: 800.009.401-00 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO– EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – NÃO DEMONSTRADA – AUSÊNCIA DE DOLO - DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO. A condenação em litigância de má-fé exige a comprovação da prática intencional da presença de uma das situações descritas no artigo 80 do CPC, o que não se verifica dos autos.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014628-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

VALDON RIBEIRO FIGUEIREDO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO MASTRANGELLI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CESAR AUGUSTO DA SILVA SERRANO OAB - MT5341-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1014628-33.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [SAULO AMORIM DE ARRUDA - CPF: 022.039.211-02 (ADVOGADO), VALDON RIBEIRO FIGUEIREDO - CPF: 274.600.101-20 (AGRAVANTE), RICARDO MASTRANGELLI - CPF: 431.795.419-20 (AGRAVADO), CESAR AUGUSTO DA SILVA SERRANO - CPF: 650.457.771-49 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS – AUSÊNCIA DE GARANTIA - BEM DADO EM HIPOTECA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL - DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Não há como se admitir idônea, a título de garantia, apta a suspender a execução, o próprio bem imóvel hipotecado. A regra disposta no art. 919 do Código de Processo Civil é a de que os embargos à execução não terão efeito suspensivo, contendo no § 1º do referido dispositivo legal a exceção, segundo o qual poderá ser atribuído efeito suspensivo a requerimento da parte, quando verificados os requisitos para concessão da tutela provisória e a execução esteja garantida por penhora, depósito ou caução.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1007041-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HESA 115 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (AGRAVANTE)
Helbor Empreendimentos S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELLA KFOURI MEIRELLES CABRAL OAB - SP258958 (ADVOGADO)
JULIO NICOLAU FILHO OAB - SP105694 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANA MEURER MOTTER (AGRAVADO)
MARIO AMERICO SANTANA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA OAB - MT22996-A (ADVOGADO)
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO)
PAULO SERGIO MISSASSE OAB - MT7649-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1007041-57.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Depoimento] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [MARCELLA KFOURI MEIRELLES CABRAL - CPF: 317.028.158-54 (ADVOGADO), HESA 115 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ: 12.857.179/0001-87 (AGRAVANTE), MARIO AMERICO SANTANA - CPF: 900.285.971-68 (AGRAVADO), JULIANA MEURER MOTTER - CPF: 003.370.491-06 (AGRAVADO), MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - CPF: 361.777.921-20 (PROCURADOR), Helbor Empreendimentos S/A - CNPJ: 49.263.189/0001-02 (AGRAVANTE), JULIO NICOLAU FILHO - CPF: 075.823.918-10 (ADVOGADO), PAULO SERGIO MISSASSE - CPF: 523.097.541-53 (ADVOGADO), VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA - CPF: 004.323.121-70 (ADVOGADO), MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - CPF: 361.777.921-20 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS – REALIZAÇÃO DE PERÍCIA – DEFERIMENTO PELO JUÍZO – DECISÃO NÃO AGRAVÁVEL – RECURSO DESPROVIDO. Escorreita a decisão monocrática que não conhece de agravo que impugna a produção antecipada da prova, uma vez que nos art. 382, §4º, do CPC, ao procedimento é incabível a interposição de recurso.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008168-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA ALVES DE MACEDO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE AQUINO DOS SANTOS OAB - MT23911/O-A (ADVOGADO)
LINDAMARA TEIXEIRA DIAS OAB - MT22479-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSMAR DANTAS SARAIVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT26193/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1008168-30.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Dissolução] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [CRISTIANE AQUINO DOS SANTOS - CPF: 814.194.141-00 (ADVOGADO), MARIA AUXILIADORA ALVES DE MACEDO - CPF: 420.484.861-34 (AGRAVANTE), LINDAMARA TEIXEIRA DIAS - CPF: 050.610.001-45 (ADVOGADO), OSMAR DANTAS SARAIVA - CPF: 117.180.498-97 (AGRAVADO), PAULO SERGIO FERREIRA DOS SANTOS - CPF: 424.442.331-15 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – RECURSO DESPROVIDO – DECISÃO MANTIDA. O afastamento conjugal se caracteriza como medida extrema, de modo que o seu deferimento deve ter por base provas inequívocas.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011608-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEVALDINA LEITE DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
QUIRINO DIAS DE MOURA (AGRAVADO)
MARIA LINDAURA DE ALMEIDA (AGRAVADO)
ALIPIO DUARTE DE OLIVEIRA NETO (AGRAVADO)
LUCINDA MAURA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ITAU SEGUROS S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (TERCEIRO INTERESSADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1011608-34.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES Turma Julgadora: [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [DANIELA CRISTINA VAZ PATINI - CPF: 918.859.651-68 (ADVOGADO), BRADESCO SEGUROS S/A - CNPJ: 33.055.146/0001-93 (AGRAVANTE), LUCINDA MAURA DA SILVA - CPF: 326.048.901-00 (AGRAVADO), MARIA

LINDAURA DE ALMEIDA - CPF: 314.441.211-20 (AGRAVADO), ALIPIO DUARTE DE OLIVEIRA NETO - CPF: 298.810.721-15 (AGRAVADO), DEVALDINA LEITE DE OLIVEIRA - CPF: 795.572.361-91 (AGRAVADO), QUIRINO DIAS DE MOURA - CPF: 143.364.561-00 (AGRAVADO), RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - CPF: 444.850.181-72 (ADVOGADO), FELIPE SOUZA GALVAO - CPF: 828.289.200-97 (ADVOGADO), SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS - CNPJ: 33.041.062/0001-09 (TERCEIRO INTERESSADO), CAIXA SEGURADORA S/A - CNPJ: 34.020.354/0001-10 (TERCEIRO INTERESSADO), ITAU SEGUROS S/A - CNPJ: 61.557.039/0001-07 (TERCEIRO INTERESSADO), TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. - CNPJ: 33.164.021/0001-00 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL – SEGURO – SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH) – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE LIMITADA AOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No caso, o contrato firmado entre as partes trata de relação securitária habitacional, sendo basicamente um contrato de adesão, razão pela qual, enquadra-se o agravante no conceito de prestador de serviços e os agravados como consumidores, tornando-se perfeitamente aplicável à hipótese o Código de Defesa do Consumidor. 2. Na espécie, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as "regras do Código de Defesa do Consumidor aplicam aos contratos de financiamento vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (3ª Turma, AgRg no REsp 1093154/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, unânime, Data do Julgamento 16/12/2008, DJ de 20/02/2009)", contudo, a inversão do ônus da prova só poderá ser mantida quanto aos contratos firmados após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser redistribuído o ônus da prova quanto aos demais contratos.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014215-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFG BRASIL S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-A (ADVOGADO)
JULIANA FERREIRA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT15865-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
STILO CONSULTORIA TRIBUTARIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA (AGRAVADO)
ALMEIDA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO DE ANDRADE ZAGONEL OAB - MT11504-O (ADVOGADO)
JONATHAN DE SOUZA PAIVA OAB - MT18982-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1014215-20.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Prestação de Serviços, Nulidade / Inexigibilidade do Título, Exceção de Pré-executividade] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA - CPF: 007.454.531-04 (ADVOGADO), AFG BRASIL S/A - CNPJ: 03.209.087/0001-08 (AGRAVANTE), JULIANA FERREIRA QUINTEIRO DE ALMEIDA - CPF: 004.110.331-90 (ADVOGADO), STILO CONSULTORIA TRIBUTARIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA - CNPJ: 06.076.579/0001-52 (AGRAVADO), ALMEIDA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME - ME - CNPJ: 13.988.869/0001-38 (AGRAVADO), MARCELO DE ANDRADE ZAGONEL - CPF: 934.483.091-68 (ADVOGADO), JONATHAN DE SOUZA PAIVA - CPF: 026.143.031-94 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – INEXIGIBILIDADE E ILIQUIDEZ DO TÍTULO – FALTA DE PRESSUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – RECURSO PROVIDO. Na ação de execução, havendo dúvidas quanto à exigibilidade do título apresentado, patente a necessidade de extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do CPC/2015, visto que ausente um dos pressupostos para o seu desenvolvimento válido e regular.

Intimação

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1041878-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO FARIA AZEVEDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000079-66.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GERALDA MOISES BENASSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO AUGUSTO SANDRI OAB - MT11912-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FORTILUX INFORMATICA E PARTICIPACOES LTDA - EPP (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016122-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO SAUDE S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARTA DE SOUZA CANUTO PEREIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHEL ANDERSON AZEVEDO ACHITTI OAB - MT19332-A (ADVOGADO)
GLECY KELLY NUNES DE MELO OAB - MT13624-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014621-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIDELMA INACIO DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THEMIS LESSA DA SILVA OAB - MT15355-A (ADVOGADO)
JONATHAN WASHINGTON DA COSTA OLIVEIRA OAB - MT13953-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012164-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. R. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ENADIA GARCIA DOS SANTOS RIBEIRO OAB - MT8249-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. V. R. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA AUGUSTA DA COSTA BARBOSA OAB - MT26411-A (ADVOGADO)
WALDENIR FIGUEIRA DESTO OAB - MT3743-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
T. M. V. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003262-25.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DELCI FRANCISCO XAVIER (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016859-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GEANE CRISTINA BARROS DOS SANTOS LOPES EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RENATO DE FRANCA OAB - MT16096-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DANILLO OLIVEIRA BARBOZA E CIA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
DANILLO OLIVEIRA BARBOZA (TERCEIRO INTERESSADO)
KATLEEN RODRIGUES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016237-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ORAL SIN FRANQUIAS LTDA - ME (AGRAVANTE)
JK IMPLANTES E ORTODONTIA LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO ALVIM REZENDE DE OLIVEIRA OAB - PR57486 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GRACIA COELHO LOPES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA DA SILVA PAZINI PAIXÃO OAB - MT26261/O-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
O S INSTITUTO ODONTOLOGICO LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001215-12.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARIEL ELIAS DE SOUZA OAB - MT11945-B (ADVOGADO)
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SARAH CRISTINA ARGOLO LOBO (APELADO)
NORIVAL DE OLIVEIRA LOBO NETO (APELADO)
MBR ALIMENTOS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR FONTAO REBELO OAB - MG121500-A (ADVOGADO)
ALISON MENDES NOGUEIRA OAB - MG130555-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016210-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDJAIMES RAMOS NASCIMENTO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017515-49.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SWAMI RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANA DIAS DE CAMPOS OAB - MT9369-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON CASELI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER OAB - MT4676-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MR JOE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA OLIMPIA RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001592-49.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDNA MARQUESINI (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042096-02.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
K.R. LOPES DE CASTRO & CIA LTDA - EPP (APELANTE)

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT OAB - MT14360-O (ADVOGADO)
TAIRINE ELISA BOBATO SCHMITT OAB - MT17174 (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
K.R. LOPES DE CASTRO & CIA LTDA - EPP (APELADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT OAB - MT14360-O (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
TAIRINE ELISA BOBATO SCHMITT OAB - MT17174 (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017671-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA MARIA DE PROENCA LEITE (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014333-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA PAULA DE MORAIS SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000028-17.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE DEUS RODRIGUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
FERNANDA SCHAFER QUEIROZ OAB - MT18671-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015773-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EPITACIO RIBAS DA ROSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CESAR DEL GROSSI OAB - MS9916-B (ADVOGADO)
LUIZ SERGIO DEL GROSSI OAB - MT8294-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
UNIRIO SCHIRMER (TERCEIRO INTERESSADO)
CAMPOMAQ COM E REPR DE MAQUINAS AGRICULAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010689-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN OAB - MT3494/B (ADVOGADO)
EDER ROBERTO PIRES DE FREITAS OAB - MT3889-O (ADVOGADO)
ERIKA RODRIGUES ROMANI OAB - MT5822-A (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO WAHLBRINK OAB - MT8830-A (ADVOGADO)
JEAN WALTER WAHLBRINK OAB - MT5658-O (ADVOGADO)
REINALDO VIEIRA DA CUNHA OAB - MT11.989 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MATRICIA MONTEIRO DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAICON SEGANFREDO OAB - MT11833-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000374-63.2001.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
IRANILCE AUXILIADORA DE MELO SEVERINO (APELANTE)
ANA ALICE DE MELO FRANCO SEVERINO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT13384-O (ADVOGADO)
OSCAR LEONEL DE MENEZES OAB - MT3709-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE DANIEL LIMIRO MARCAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMILDO SOUZA GROTA OAB - MT4333-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
RENATA GONCALVES COIMBRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
DANIEL LIMIRO MARCAL (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003870-88.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
DANIS CLEI FERREIRA DE ALMEIDA (APELANTE)
LAUDICEIA ROCHA AMENDOLA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
JEFERSON VANDERLEI GEISS OAB - MT16818-O (ADVOGADO)
STEFANIE ROSA GOMES GEISS OAB - MT12189-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LAUDICEIA ROCHA AMENDOLA (APELADO)
DANIS CLEI FERREIRA DE ALMEIDA (APELADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

(APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
STEFANIE ROSA GOMES GEISS OAB - MT12189-O (ADVOGADO)
JEFERSON VANDERLEI GEISS OAB - MT16818-O (ADVOGADO)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003994-42.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO RENATO ALVES RIBEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO ROBERTO DA COSTA MARQUES OAB - MT2818-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HILTON NEY GAIVA (APELADO)
DACIO FREDERICO GAIVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DULCE HELENA GAHYVA OAB - MT7699-O (ADVOGADO)
SORAYA MARANHAO BAGIO OAB - MT8079-O (ADVOGADO)
VINICIUS FALCAO DE ARRUDA OAB - MT14613-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0031602-20.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIMARA SIQUEIRA RIBEIRO (APELANTE)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (APELANTE)
EXPRESSO JUARA TRANSPORTES LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CALVOSO CARVALHO DE MENDONCA OAB - MT6173-O (ADVOGADO)
SILVERIO SOARES DE MORAES OAB - MT12006-O (ADVOGADO)
CLAUDIA BRUNO LEMOS OAB - MT12355-A (ADVOGADO)
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-A (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXPRESSO JUARA TRANSPORTES LTDA - EPP (APELADO)
JOSIMARA SIQUEIRA RIBEIRO (APELADO)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILVERIO SOARES DE MORAES OAB - MT12006-O (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
CLAUDIA BRUNO LEMOS OAB - MT12355-A (ADVOGADO)
ANDRESSA CALVOSO CARVALHO DE MENDONCA OAB - MT6173-O (ADVOGADO)
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002581-64.2003.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO DE CARVALHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSCAR LEONEL DE MENEZES OAB - MT3709-O (ADVOGADO)
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT13384-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO CESAR DOS SANTO (APELADO)
ANA MARIA DE FATIMA FORIN (APELADO)
ANTENOR FORIN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SENILTON VICENTE DE SOUZA OAB - MT4744-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011430-35.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
QUIRINO MENDES NETTO (APELANTE)
ELZA VETORASSO MENDES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA VETORASSO MENDES OAB - MT333361-O (ADVOGADO)
THIAGO MORAES TONELLI OAB - SP353785-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES SOUZA (APELADO)
JOSE PEREIRA DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SHIRLEI MESQUITA SANDIM OAB - MT5257-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IMOBILIARIA VETORASSO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016070-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RENAULT DO BRASIL S.A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBADILO SILVA CARVALHO OAB - PR44016-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL RINALDI CARDOSO SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA CLARA DA SILVA OAB - MT10373-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEICULOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
SELMA FERNANDES DA CUNHA OAB - MT15600-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016452-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE IVO CHAVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO)
ISADORA BIONDO DE SOUZA OAB - MT26003/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARGINO BEDIN (AGRAVADO)
EDILES ZANCHETIN BEDIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARLEY GOMES GONCALVES OAB - MT12192-O (ADVOGADO)
ADRIANA STIEVEN PINHO BEDIN OAB - MT9344-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO)
OTAVIO RIBEIRO CHAVES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ISADORA BIONDO DE SOUZA OAB - MT26003/O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016029-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NOVANIS ANIMAL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL BECKER OAB - MT14071-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE MIRANDA LIMA OAB - MT13241-S (ADVOGADO)
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037093-03.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO ARMOA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANIR DE OLIVEIRA FERRAZ OAB - MT10607-O (ADVOGADO)
FABIO SILVA DOS SANTOS OAB - MT9473-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMILIO CASSIANO OSSANI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONEY SANDRO CUNHA OAB - MT5030-O (ADVOGADO)
ANDRE RODRIGO SCHNEIDER OAB - MT7824-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004970-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOARES BRANDAO & CIA LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR JOEL CARDOSO OAB - MT3473-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PONTUAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA (APELADO)
ANTONIO MAERCIO DE JORGI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLODOALDO ANTONIO BAIA HERANI OAB - MT13288-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003560-49.2014.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO PEREIRA DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEZILVA ALVES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSEANE MALHEIROS ALVIM OAB - MT18564-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DANIEL DE OLIVEIRA TEIXEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE OSVALDO DA COSTA FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
RAQUEL MADUREIRA REIS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
MARINA APARECIDA ROSA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCINETE DA SILVA SOARES (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000074-80.2006.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
VENANCIO GONCALVES NETO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILCECLEIDE FATIMA DE OLIVEIRA OAB - MT6607-A (ADVOGADO)
MAURICIO BUENO MAGALHAES OAB - MT7509-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA COLETO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO FIORENZA DE SOUZA OAB - MT8352-A (ADVOGADO)
PAULO HENRIQUE DE SOUZA OAB - MT8062-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000255-62.2016.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUZA ARSUFI ELIAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE FUHR OAB - MT19109-O (ADVOGADO)
VERONICA ESTEFANI DE ALMEIDA OAB - MT22868-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J O GONCALVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA DE CAMPOS LUNA OAB - MT12418-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001450-76.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE RAMOS PINHEIRO DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIANE COELHO DUARTE OAB - MT13703-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007639-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO LUZ PEREIRA OAB - MT18473-O (ADVOGADO)
MOISES BATISTA DE SOUZA OAB - MT21442-O (ADVOGADO)
EDNEY MARTINS GUILHERME OAB - RS103070-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIONEI MOURA RODRIGUES (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000961-54.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCARD S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOLIMAR CORREIA DA SILVA LEMES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO BULHOES DOS SANTOS OAB - MT8182-O (ADVOGADO)
MARCIO FERNANDO CARNEIRO OAB - MT17975-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1045222-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THELMO ALBERTO DE SOUZA OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELBERT DE PAULA RODRIGUES OAB - MG124343-A (ADVOGADO)
JENNIFER COSTA DE ANDRADE OAB - MT23494-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

ITAU UNIBANCO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA OAB - MT16160-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027318-61.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZINHA LOPES (APELANTE)
TOME JANUARIO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-A (ADVOGADO)
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE HELENA JULIA MULLER DE ABREU LIMA (APELADO)
GUILHERME JULIO MULLER DE ABREU LIMA (APELADO)
FLAVIO JULIO BEZERRA BARBOSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003926-33.2017.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ORLENI PORTO DA SILVA (APELANTE)
K. V. S. S. (APELANTE)
J. A. S. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURO PRESTES DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT16030 (ADVOGADO)
ANDREIA BORGES DOS SANTOS OAB - MT17438-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025354-96.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZALENCA MARIA FACCIN GUIMARAES (APELANTE)
DAVID DIVINO SODRE MONTEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR AUGUSTO MAGALHAES OAB - MT3237-O (ADVOGADO)
ALINO CESAR DE MAGALHAES OAB - MT14445-O (ADVOGADO)
JOAO PAULO VINHA BITTAR OAB - MT14370-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID DIVINO SODRE MONTEIRO (APELADO)
ZALENCA MARIA FACCIN GUIMARAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO VINHA BITTAR OAB - MT14370-O (ADVOGADO)
CESAR AUGUSTO MAGALHAES OAB - MT3237-O (ADVOGADO)
ALINO CESAR DE MAGALHAES OAB - MT14445-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011733-29.2015.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
W. M. D. C. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. F. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO CESAR FONTES ASSUMPCAO OAB - MT13279-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
R. P. F. F. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004529-39.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (APELANTE)
VERDE TRANSPORTES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO AFFONSO DIEL OAB - MT19144-O (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALCIR DOS ANJOS LEITE (APELADO)
JUCINEIA MARIA DE SOUZA LEITE (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006313-29.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO LOPES DA SILVA (APELANTE)
AGRO-MARIANA PRODUTOS AGRICOLA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IRACILDO PEREIRA DE CARVALHO OAB - MT7681/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO TADEU GUILHEN OAB - MT3103-A (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO GOMES OAB - PR70642-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000115-52.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARTELLI TRANSPORTES LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHEL KAPPES OAB - MT14185-O (ADVOGADO)
ALANA ALTHEMEYER OAB - MT16966-O (ADVOGADO)
JAIRO JOAO PASQUALOTTO OAB - MT3569-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011781-07.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
WHESLEY CARLOS DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO REZENDE OAB - MT11847-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALAN VITOR BRAGA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALAN VITOR BRAGA OAB - MT8443-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018230-79.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
V. S. D. S. (APELANTE)
M. P. E. (APELANTE)
I. P. D. S. (APELANTE)
U. J. P. D. S. (APELANTE)
I. P. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDINEY DOMINGUES BARROS OAB - MT14282-O (ADVOGADO)
RENAN DOMINGUES BARROS OAB - MT18538-O (ADVOGADO)
SIRLENE FERNANDES DE OLIVEIRA OAB - MT21267-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. C. D. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARINA DOS REIS BELTRAO GUIMARAES OAB - MT12225-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
J. U. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001053-37.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA MERCEDES FILARTIGA CUNHA OAB - MS7830 (ADVOGADO)
DIEGO RIBAS PISSURNO OAB - MS9380 (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRIGORIFICO NUTRIBRAS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO ALMODIN PEREIRA OAB - MT16580-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010293-89.2009.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
REALNORTE TRANSPORTES S.A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO AFFONSO DIEL OAB - MT19144-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE MARTINS (APELADO)
J. B. M. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VIVIANE MEIRA FERREIRA RODRIGUES OAB - MT12305-B (ADVOGADO)
WILLIAN PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4617-O (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO DE PAULA OAB - MT10374-B (ADVOGADO)
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MESQUITA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000601-05.2016.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCILIA GOMES OAB - SP84206-A (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RONICLEI SOARES DO ROSARIO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005370-79.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REGIANNE MARIA FLAUZINO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATALIA CARGNIN QUATRIN OAB - MT17737-O (ADVOGADO)
LUIZ QUATRIN OAB - MT10537-O (ADVOGADO)
LEONIDAS CARGNIN QUATRIN OAB - MT22284-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000143-02.1997.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725 (ADVOGADO)
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON GOLIN (APELADO)
FRANCISCO PEDRO GOLIN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSEMAR CARMERINO DOS SANTOS OAB - MT7072-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CARLOS CIRINO (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDECI JOSE CIRINO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO LINHARES GOLIM (TERCEIRO INTERESSADO)
EDNEIA CARMO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROSALIA MARIA DE OLIVEIRA CIRINO (TERCEIRO INTERESSADO)
AGROPECUÁRIA FOGO DE CHÃO LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000282-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA DOS SANTOS (APELANTE)
MURILO FERREIRA BLANCO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000605-45.2013.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
SALETE COSSETIN FACCIO (APELANTE)
FACCIO PRESTADORA DE SERVICO LTDA - EPP (APELANTE)
ELOI MOACIR FACCIO (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FELIPE LAMMEL OAB - MT7133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CEREALISA FACCIO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005615-06.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE EURÍPEDES DE SOUZA PAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALMIR MARCELO GIMENEZ GONCALVES OAB - MT10083-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA APARECIDA DE SOUZA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002378-07.2017.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
EVA ELISEU DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014046-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIGMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA SCARACATI OAB - MT11166O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANE BALKE (AGRAVADO)
SUPER MAIS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO)
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO)
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014513-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED VALE DO JAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVONEY BATISTA ANZOLIN OAB - MT8122-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KATIANNE THAIZ DE SOUSA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
KATIA NASCIMENTO CARLOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011717-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. K. A. NAGASAWA & CIA LTDA - ME (AGRAVANTE)
MAGDA ALVES NOVAIS NAGASAWA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANNA DE MENDONCA OAB - MT8006/O (ADVOGADO)
CLAUDIA SODRE DE MORAES OAB - MT17612-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA SCHLATTER (AGRAVADO)
ULRICH WITTWER (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1003608-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
E. G. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEILSON PEREIRA DE CARVALHO OAB - MT24625-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. Z. P. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA OAB - MT11324-O (ADVOGADO)
ISRAEL CLEBER MACHADO DA SILVA OAB - MT24836/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
H. Z. M. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006910-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOLAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELA CAROLINE FERREIRA MACHADO OAB - MT21711-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
S. B. V. M. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GRAZIELE PENACHIONI CLAUDINO OAB - MT16305-O (ADVOGADO)
REGINA CELIA SABIONI LOURIMIER OAB - MT9087-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
RICARDO MAGOSSO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1028245-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SINVAL DE OLIVEIRA SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012716-94.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCONDES PEREIRA DE SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KHESIA ADRIANA CAMARCO THIMMIG FERNANDEZ OAB - MT10334-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009035-67.2015.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDY MARIA GALVAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIEGO SANTIAGO FREITAS DINIZ OAB - MT16066-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001996-53.2014.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
TRANS-ACRAN TRANSPORTE E LOGISTICA - EIRELI - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR MARTINS BORGES OAB - PR14184-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSCORPA TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE BASTOS MARQUEZI OAB - SP97087-O (ADVOGADO)
ANDRE LUIZ BOLZAN AMARAL OAB - SP287799-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MAIR DO CARMO COLPAS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0039263-50.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO MARCONDES ALVES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIERME ROMERO OAB - MT6240-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. A. NEDERLOF & CIA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO MENDES VILAS BOAS OAB - MT10121-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001176-74.2018.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
RENEU MINUZZI DALLA NORA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY FRUTO OAB - MT7229-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010147-10.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
SUEDIR DA SILVA RIBAS (APELANTE)
EDERLY CATARINA CACERES RIBAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008036-81.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRO OLIVEIRA DE FREITAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO GRANDE DA CUNHA FILHO OAB - MT19985-O (ADVOGADO)
LISLEY DE CARVALHO KAVASAKI OAB - MT20063-O (ADVOGADO)
AFONSO WALKER OAB - MT15563-O (ADVOGADO)
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
GUILHERME MELGAR NASCIMENTO OAB - MT24531/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO GALDEZ ALVES FERREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANGELIZA NEIVERTH OAB - MT13851-O (ADVOGADO)
ALANN LOPES CARASSA OAB - MT20715-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004887-32.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRIW DE SOUZA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA LIMA DOS ANJOS (APELADO)
ALICE LIMA DE MIRANDA (APELADO)
ANTONIO CARLOS DOS ANJOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABRICIO GUIMARAES DOS SANTOS OAB - MT19868-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
L. A. L. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
B. L. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000410-90.2017.8.11.0063
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. C. -. I. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B. K. A. T. D. O. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
V. T. D. O. (TERCEIRO INTERESSADO)
M. K. A. D. A. T. O. (TERCEIRO INTERESSADO)
M. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005705-24.2013.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
I. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANSSIELY LONGHINI CARLOS POSSAMAE OAB - MT19968-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. R. D. P. (APELADO)
N. D. P. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
L. D. P. (TERCEIRO INTERESSADO)
Á. A. D. S. D. P. (TERCEIRO INTERESSADO)
P. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0050200-80.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA BENEDITA DA SILVA DORILEO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOZANE TONIOLO OAB - MT7063-O (ADVOGADO)
ROSA MARIA TEIXEIRA MATTAR OAB - MT6911-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)
WESCLEI DA SILVA DORILEO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0035339-55.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANETE FATIMA DO AMARAL OAB - MT10151-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CORIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO DA SILVA CRUZ OAB - MT6660-O (ADVOGADO)
RAQUEL ARRUDA SOUFEN OAB - SP332501 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JEAN JOSE CLINI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1026393-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ISABEL BORGES FERNANDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELIO PAIAO OAB - MT18145-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008176-13.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA TEREZA BARROS FIGUEIREDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000961-26.2017.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FELICIO TEMRITE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002590-05.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CARLOS DE ARRUDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CESAR MARTINS CUNHA OAB - MT12079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANALIA PINTO DE ARRUDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THOMAS CANELLAS DELUQUE OAB - MT23395/O-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003226-77.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FIAGRIL LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NOELI IVANI ALBERTI OAB - MT4061-O (ADVOGADO)
BRUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA GUTIERRES OAB - SP237773-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LAVORO AGROCOMERCIAL LTDA - EPP (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO MAGALHAES FERRARI OAB - MT13985-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002236-37.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. B. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. P. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON LOPES ALVES OAB - MT8953-O (ADVOGADO)
KETTY NEY BIANCA HOLANDA AIRES OAB - MT19386-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
L. K. R. P. B. (TERCEIRO INTERESSADO)
L. K. R. P. B. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000520-38.2010.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDISON LUIZ DE MEDEIROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GEIZE ARANHA DE MEDEIROS OAB - MT10830-O (ADVOGADO)
MARILUZE SILVA MULLER PINHEIRO OAB - MT10523-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0054314-62.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BROOKFIELD CENTRO-OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GLAUCO JOSE CARNEIRO FERREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUCO JOSE CARNEIRO FERREIRA OAB - MT11246-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TG CENTRO OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S. A. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0051618-53.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUSA INES INOCENCIO FINGER (APELANTE)
DARCY ARNO FINGER (APELANTE)
H. F. COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA INES INOCENCIO FINGER (APELADO)
H. F. COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
DARCY ARNO FINGER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007419-60.2012.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE VALDECIR FELIPE DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LUIZ DA SILVA OAB - MT7458-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0031617-47.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS SVERSUT ACOSTA OAB - MT9634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARAJAS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO EULLER BARROS ROCHA OAB - MT12140-O (ADVOGADO)

Vistos. Tendo em vista a possível composição da lide entre as partes, nos termos do art. 2º, alíneas 'a' e 'b', da Ordem de Serviço nº 003/2012 – NPMCSC (normas para realização de triagem de processos e remessa às centrais/centros judiciários) encaminhem-se os autos à CENTRAL DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE 2º GRAU DE JURISDIÇÃO. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002569-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRDU SPE CUIABA 01 LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO AUGUSTO HANUM SARDINHA OAB - GO23151-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAIMUNDO NONATO DA CONCEICAO LICAR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA OAB - MT12025-O (ADVOGADO)

Vistos. Tendo em vista a natureza da demanda e a possível composição da lide entre as partes e o terceiro interessado e, nos termos do art. 2º, alíneas 'a' e 'b', da Ordem de Serviço nº 003/2012 – NPMCSC (normas para realização de triagem de processos e remessa às centrais/centros judiciários) encaminhem-se os autos à CENTRAL DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE 2º GRAU DE JURISDIÇÃO. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1030356-59.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA ALMEIDA ALVES (APELANTE)
RAPHAEL ALVES BRUNINI (APELANTE)

MYCHAEL JOHNY ALVES BRUNINI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOAO DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT6232-O (ADVOGADO)
GUSTAVO MILHAREZI MENDONCA OAB - MT9148-O (ADVOGADO)
JADERSON ROCHA REINALDO OAB - MT24389-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ARCANJO RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ZAID ARBID OAB - MT1822-A (ADVOGADO)
JOIFER ALEX CARAFFINI OAB - MT13909-B (ADVOGADO)

Assim, em atenção ao disposto no art. 99, § 2º do NCPC, determino sejam os recorrente intimados para, querendo, no prazo previsto no art. 79-B, § 1º do RITJMT, comprove nos autos os pressupostos exigidos para a concessão/manutenção da assistência judiciária, ou seja, da alegada situação atual de hipossuficiência de recursos financeiros, com a juntada do extrato de movimentação financeira "ativa" dos últimos 05 meses, da cópia do holerite, da declaração do imposto de renda de 2019 e das faturas recentes de energia elétrica, além de outros documentos que julgar pertinentes. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0031074-20.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPOLIO DE AFRANIO MAIA DE ALMEIDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIS MAIA DE ALMEIDA OAB - MT9153/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LICIANE CONCEICAO OLIVEIRA FERRAZ FERRASONI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANA BARROS PORFIRIO SOBRINHO OAB - MT10223-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TEREZA MOREIRA DE ALMEIDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Observando a petição de ID nº 21981043 apresentada pela parte apelada, determino que a Secretaria certifique que dia a parte apelante tomou ciência da intimação de ID nº 20304046, bem como qual data findou o prazo para o recolhimento do preparo pelo recorrente. Após, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, intime-se o apelante para se manifestar acerca destes fatos no prazo de 5 (cinco) dias. Após, conclusos. Às providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015393-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. C. B. PARRA EIRELI - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATEUS CASSIO LOPES DE LIMA OAB - MT19495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO)
MARIO CEZAR DE LIMA OAB - MT6618-O (ADVOGADO)

Vistos etc. Diante do termo de renúncia acostado ao Id 8849554, intime-se pessoalmente o representante legal da empresa apelante para regularizar a representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso (art. 76, §2º, II, CPC/15). Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

Protocolo Número/Ano: 77516 / 2019
REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 77516/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 92833/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE POXORÉO
EMBARGANTE - DEVANIR CALCIOLARI E OUTRO(s) (Advs: Dr. ANTONIO ROGERIO ASSUNCAO DA COSTA STEFAN - OAB 7030/MT, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGANTE - LUIZ CARLOS GONÇALVES ANUNCIAÇÃO, EMBARGADO - ELSON JOSÉ REZENDE (Advs: Dr. EDUARDO HORSCHUTZ GUIMARÃES - OAB 3515/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018887-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONES DA SILVA OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR OLIVEIRA DE LIMA OAB - MT17649-O (ADVOGADO)
JEFFERSON NUNES FLORES OAB - MT17575-O (ADVOGADO)

Posto isso, indefiro o efeito suspensivo. Comunique-se sobre esta decisão ao Juízo do feito. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013840-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE MASSAVI (AGRAVANTE)
EDSON FLORES MACIEL (AGRAVANTE)
JOAO ELIDIO MASSAVI (AGRAVANTE)
MARIA MASSAVI VIANA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARIME BRETAS GUIMARAES OAB - MT25564-A (ADVOGADO)
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULA DE JESUS MACIEL (AGRAVADO)
GILMAR DE OLIVEIRA (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1013840-19.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ANDRE MASSAVI, EDSON FLORES MACIEL, JOAO ELIDIO MASSAVI, MARIA MASSAVI VIANA AGRAVADO: PAULA DE JESUS MACIEL, GILMAR DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: ANDRE MASSAVI, EDSON FLORES MACIEL, JOAO ELIDIO MASSAVI, MARIA MASSAVI VIANA para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018699-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J. E. D. F. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
L. M. D. A. F. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CESAR HENRIQUE DE ALMEIDA SAMPAIO OAB - MT20712-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
M. S. D. A. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Com essas considerações, INDEFIRO a medida liminar recursal vindicada. Notifique-se o Juízo de origem para que preste as informações que entender necessárias, inclusive se o agravante cumpriu a obrigação estabelecida pelo art. 1.018 do CPC. Intime-se o agravado para, querendo, dentro do prazo recursal legal, apresentar contraminuta, facultando-lhe a juntada de documentação que entender necessária. Após, vistas ao MP. Por fim, advirto a possibilidade de aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC, nos caso de interposição de agravo interno, considerado, em votação unânime, manifestamente inadmissível ou improcedente. Ao final, retornem os autos conclusos. Às providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018629-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RODRIGUES DE SOUSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO FERNANDES DE SOUZA OAB - MT5721-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

JOEL MAURO DA SILVA (AGRAVADO)

Com isso, por não vislumbrar razões para a concessão da pleiteada suspensividade, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR. Oficie-se o Juízo a quo acerca do teor desta decisão e requisitem-se informações acerca do cumprimento da obrigação estabelecida pelo art. 1.018, § 2º, do CPC, bem como se foi proferida nova decisão que interfira no processamento deste recurso. Intime-se a parte agravada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraminuta, facultando-lhe a juntada de documentação que entender pertinente. Advirto, por fim, a possibilidade de aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC, a qual ficará condicionada ao depósito prévio que trata o § 5º do mesmo artigo, no caso de interposição de agravo interno considerado manifestamente inadmissível ou improcedente. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018564-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCIANE DA COSTA NUNES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA BRAGA DA SILVA OAB - MT17895-A (ADVOGADO)

Isso posto, com fulcro no artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, não conheço do agravo de instrumento. Publique-se. Intimem-se. Comunique-se a decisão ao Juízo de origem. Se transcorrido in albis o prazo recursal, procedam-se com as devidas baixas.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018978-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELLE VITTORAZI DE ARRUDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALLAN FONTES CORREA OAB - MT25118/O (ADVOGADO)

Diante do exposto, INDEFIRO o pretendido efeito suspensivo. Intime-se a agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC. Às demais providências de estilo.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012855-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS KALLAS PIANTINO BARBARA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SHIRLEY LOPES MAIDANA DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEYSE DAYANE ROCHA NUNES OAB - MT17292-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1012855-50.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ELIAS KALLAS PIANTINO BARBARA AGRAVADO: SHIRLEY LOPES MAIDANA DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVADO: SHIRLEY LOPES MAIDANA DE OLIVEIRA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) contraminuta ao Agravo, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018626-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ATILA MONTEIRO BORGES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE FABIO MARQUES DIAS JUNIOR OAB - MT6398-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZORTEA CONSTRUCOES LTDA (AGRAVADO)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - 433.670.549-68 (PROCURADOR)
LUIZ CARLOS ALGARANHAES ANTUNES OAB - 103.752.011-49 (PROCURADOR)

Em face dessa constatação, determino seja a parte recorrente intimada, por seu advogado e pelo DJE, para efetuar o recolhimento do preparo recursal, em dobro, no prazo de 05 (cinco) dias, previsto no art. 1.007, §4º, do CPC, sob pena de deserção. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003005-48.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
HERBERT DOS SANTOS BATISTA (APELANTE)
LILLIS FERNANDA BATISTA (APELANTE)
HELENA MARIA SANTOS BATISTA CARMO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARMANDO OTAVIO MARCONDES GUIDIO OAB - MT2356-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

Desse modo, NÃO CONHEÇO do recurso de apelação, com fulcro no art. 932, inciso III, do CPC, bem como no art. 51, inciso I-B do Regimento Interno deste Sodalício. Intime-se. Cumpra-se. Uma vez transcorrido o prazo recursal, retornem os autos a origem mediante formalidades de estilo.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015762-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DELCI BALEEIRO SOUZA JUNIOR OAB - MT18359-O (ADVOGADO)
LARISSA AMORIM DE QUEIROZ MACHADO OAB - MT19687-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, ante a manifesta prejudicialidade do presente recurso, dele NÃO CONHEÇO, nos termos do artigo 932, inciso III do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Transcorrido o prazo recursal, certifique-se e dê-se as baixas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018332-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDOESTE DE MATO GROSSO - SICREDI SUDOESTE MT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELOISE DE SOUZA (AGRAVADO)

Vistos. O recurso como apresentado ostenta vício conducente à sua ruína. Faculto, pois, a complementação do agravo na forma do art. 1.017, § 3º, do CPC, para a juntada das peças obrigatórias, em cinco dias, nos termos do parágrafo único do art. 932 do mesmo diploma legal. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018288-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA CONCEICAO DE SOUZA (AGRAVANTE)
LAIZA DIAS DE ARRUDA (AGRAVANTE)

MARCIA CARLOS DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
VANDERLI MARQUES DA SILVA (AGRAVANTE)
MILENA SALVATERRA MEIRA (AGRAVANTE)
ANTONIA DE ALMEIDA SOUZA (AGRAVANTE)
ODINEIA DIAS DA SILVA (AGRAVANTE)
ANA CAROLINA ALVES CALAZANS (AGRAVANTE)
PATRICIELE DA CRUZ ALVES (AGRAVANTE)
NATHALIA INGRID DE ABREU FERREIRA (AGRAVANTE)
NICOLY CAROLINA LEMES DA SILVA (AGRAVANTE)
KELVEN PAULO LUZ SANTOS (AGRAVANTE)
ROSILÉIA DO ESPÍRITO SANTOS (AGRAVANTE)
CEBELINA ANDREZA DA SILVA (AGRAVANTE)
HELIO DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
LAIZA DIAS DE ARRUDA (AGRAVANTE)
JESUS HONORATO DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
JESSYKA SANT ANA DE CAMPOS (AGRAVANTE)
JESSIKA DAIELLY ALMEIDA DA SILVA (AGRAVANTE)
JOEZER COSTA E SILVA (AGRAVANTE)
JULIANA DE CAMPOS (AGRAVANTE)
KAROLINY DE SOUZA MIRANDA LEITE (AGRAVANTE)
LIVIA KAROLINA CORREA BATISTA DA SILVA (AGRAVANTE)
KELLY CRISTINA DA SILVA (AGRAVANTE)
KATIA FLOR MOTA (AGRAVANTE)
ROSILEIA DO ESPIRITO SANTO (AGRAVANTE)
SANDRA SILVA SOARES (AGRAVANTE)
PAULO HENRIQUE PEREIRA SIMAO (AGRAVANTE)
ROSEMEIRE BARBOSA MARQUES (AGRAVANTE)
THAIS CRISTINA PAES DE ARRUDA (AGRAVANTE)
VALQUIRIA ARRUDA E SILVA (AGRAVANTE)
SILBENE MARIA DE ARAUJO (AGRAVANTE)
SILVINHA BENEDITA DE SOUZA KRUGER (AGRAVANTE)
ANA DA SILVA COSTA (AGRAVANTE)
ALLYNNE SILVA SANTOS (AGRAVANTE)
ANA KAROLYNA PEREIRA GONCALVES (AGRAVANTE)
ANA CELIA DA SILVA PAIXAO (AGRAVANTE)
ANDREIA QUITERIA RODRIGUES DE MELO (AGRAVANTE)
BRUNA ROSARIA SALAZAR DE LIRA (AGRAVANTE)
ALESSANDRA DIAS DE ARRUDA (AGRAVANTE)
ADRIANE TAQUES DE AMORIM (AGRAVANTE)
DIRCE ALVES PORTILHO (AGRAVANTE)
EVELLYN CAROLINA OLIVEIRA RODRIGUES (AGRAVANTE)
IZADORA DOS SANTOS CARNEIRO (AGRAVANTE)
GABRIELLY APARECIDA ARAUJO MIRANDA (AGRAVANTE)
ELIZABETH VEIGA (AGRAVANTE)
ELAINE APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS (AGRAVANTE)
ELIZANGELA MARIA DA SILVA MORAES (AGRAVANTE)
ELIZANDRA CARVALHO DA SILVA (AGRAVANTE)
BIANCA CARLA ASSIS DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
CRISTIANE DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA (AGRAVADO)

Vistos. Da análise dos autos, verifica-se que os agravantes não comprovaram o recolhimento do preparo recursal. Em que pese constar deferimento da gratuidade judiciária pelo juízo de primeiro grau, entendo que deveria apresentar em segundo grau de jurisdição, documentos que comprovem a hipossuficiência e fazer novo pedido. Sendo assim, oportunizo a juntada do comprovante de pagamento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, ou que efetue o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, conforme estabelecido no art. 1.007, §4º, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014248-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO SILVA HARTMANN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1014248-10.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: TIAGO SILVA HARTMANN AGRAVADO: BANCO BMG SA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: TIAGO SILVA HARTMANN para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015650-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR BRASILINO DE BARROS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADILSON BATISTA LIMA OAB - MT18218-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA MACEDO DE ALCANTARA (AGRAVADO)
ROGERIO ANDRADE GOMES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAMILLE FERNANDA FERREIRA DE SOUZA OAB - SP277652-A (ADVOGADO)
ANA CAROLINE MARAIA OAB - MT26672/O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1015650-29.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ADEMIR BRASILINO DE BARROS AGRAVADO: ROGERIO ANDRADE GOMES, LUCIANA MACEDO DE ALCANTARA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: ADEMIR BRASILINO DE BARROS para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011824-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO PORTO AZEVEDO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMAR PORTO SOUZA OAB - MT7250-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1011824-92.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: LUCIANO PORTO AZEVEDO AGRAVADO: BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: LUCIANO PORTO AZEVEDO para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0009717-59.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PEREIRA DE SOUSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ROSELEIDE MARTINELLI DE MENDONCA OAB - MT8380-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALTER PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAIO CESAR PAVAN OAB - MT20053-O (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)0009717-59.2014.8.11.0003 AGRAVANTE: ANTONIO PEREIRA DE SOUSA AGRAVADO: VALTER PEREIRA DA SILVA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: VALTER PEREIRA DA SILVA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1014078-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

WENDER MOURA GOMES (AGRAVANTE)
HIDRO E ELETRICA MOURA LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO SCHMIDT OAB - MT19571-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO BAIAO OAB - MT21453-A (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)1014078-38.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: HIDRO E ELETRICA MOURA LTDA, WENDER MOURA GOMES AGRAVADO: ITAU UNIBANCO S.A. INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: ITAU UNIBANCO S.A. para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003052-53.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLINA NAMBIQUARA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0003052-53.2018.8.11.0046 EMBARGANTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. EMBARGADO: CARLINA NAMBIQUARA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: CARLINA NAMBIQUARA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1034438-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO JACOB DE SANTANA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO PIEPER ESPINOLA OAB - MT15999-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON JOSE RIBEIRO OAB - MT72640-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1034438-02.2018.8.11.0041 EMBARGANTE: REINALDO JACOB DE SANTANA EMBARGADO: BANCO VOTORANTIM S.A. INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO VOTORANTIM S.A. para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014312-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA MARCELA COUTO SILVA (EMBARGANTE)
ELHOMAR DE FATIMA COUTO SILVA (EMBARGANTE)
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT3022 (ADVOGADO)
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO OAB - MS10766-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANA MARCELA COUTO SILVA (EMBARGADO)
RODOBRAS RODOVIARIO BRASILEIRO DE TRANSPORTES LTDA (EMBARGADO)
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (EMBARGADO)
ELHOMAR DE FATIMA COUTO SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO OAB - MS10766-O (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT3022 (ADVOGADO)
FELIPE COSTA GASPARINI OAB - MS11809 (ADVOGADO)
DANIEL LEONARDO LOBO DOS SANTOS OAB - MS17370 (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1014312-20.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, ELHOMAR DE FATIMA COUTO SILVA, TATIANA MARCELA COUTO SILVA EMBARGADO: ELHOMAR DE FATIMA COUTO SILVA, TATIANA MARCELA COUTO SILVA, RODOBRAS RODOVIARIO BRASILEIRO DE TRANSPORTES LTDA, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ELHOMAR DE FATIMA COUTO SILVA, TATIANA MARCELA COUTO SILVA, RODOBRAS RODOVIARIO BRASILEIRO DE TRANSPORTES LTDA, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0024559-18.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIA APARECIDA DE PINHO NUNES (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TALITA DE FATIMA ARIANE DE CARVALHO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LILIAN CALDAS RODRIGUES OAB - MT18838-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
WALTER DOS SANTOS NUNES (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0024559-18.2012.8.11.0002 EMBARGANTE: NATALIA APARECIDA DE PINHO NUNES EMBARGADO: TALITA DE FATIMA ARIANE DE CARVALHO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: TALITA DE FATIMA ARIANE DE CARVALHO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013205-68.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SISAN ENGENHARIA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO NISHIYAMA OAB - MT12919-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GLAUCISNEY SENA BARBOZA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO LUCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT16751-O (ADVOGADO)
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0013205-68.2015.8.11.0041 EMBARGANTE: SISAN ENGENHARIA LTDA EMBARGADO: GLAUCISNEY SENA BARBOZA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: GLAUCISNEY SENA BARBOZA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027208-15.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO PEREIRA COUTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIRON CESAR DINIZ DE SOUSA OAB - MT14034-O (ADVOGADO)
ANDRE FERREIRA DA SILVA OAB - MT22539-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0027208-15.2017.8.11.0055 EMBARGANTE: CRISTIANO PEREIRA COUTO EMBARGADO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de

declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019144-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUMOTTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019144-96.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 08:57:52 e distribuído inicialmente para o Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001557-43.2019.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO BATISTA REDEZ (APELANTE)
JOSE MOSSUETO DA CRUZ (APELANTE)
FRANCINA DE OLIVEIRA (APELANTE)
MARILZA SEBASTIANA PEREIRA MASSAGUT (APELANTE)
EUNICE DOS PASSOS (APELANTE)
LUCIENE MARIA PEREIRA LEMES (APELANTE)
LUIZ CLAUDIO SEPULCHRO DOS SANTOS (APELANTE)
MARIA ADELIA DOS SANTOS (APELANTE)
LUIZ PAULO ROCHA DE OLIVEIRA (APELANTE)
MARCELO GUALBERTO DE ARRUDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (APELADO)
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (APELADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (APELADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (APELADO)
ITAU SEGUROS S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
ANA RITA DOS REIS PETRAROLI OAB - SP130291-O (ADVOGADO)
VICTOR JOSE PETRAROLI NETO OAB - SP31464-A (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)

Desta forma, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino, nos termos do artigo 99, §7º do CPC, que a apelante efetue o pagamento do preparo recursal, no prazo de 5 dias, sob pena de deserção. Intime-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012481-42.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA KRAFT VIEIRA (APELANTE)
VALDIR AGOSTINHO PIRAN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE OLIVEIRA CHAUL OAB - MG90666O (ADVOGADO)
RICARDO SALDANHA SPINELLI OAB - MT15204-O (ADVOGADO)
THIAGO SANTOS SERAFIM OAB - DF33559-O (ADVOGADO)
ALVARO RUSSOMANO GONI OAB - RS93362-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSUE ELIAS MELCHERT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS FELIPE MEDINA FERREIRA OAB - MT15546-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a apelante para recolher o valor do preparo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0043122-35.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIANE VILELA PAQUER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LELIA FELIPE DOS SANTOS OAB - MT10473-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-S (ADVOGADO)

VISTOS... Verifica-se dos documentos juntados aos autos, que a guia emitida e recolhida em dobro, refere-se a agravo de instrumento, diferentemente do recurso que fora interposto, qual seja, apelação cível (Id nº 26354493). Desta forma, intime-se para regularização do recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042174-35.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI OAB - MT18603-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DISTRIBUIDORA VALE AZUL LTDA - ME (APELADO)
ADRIANA PEREIRA SANTOS (APELADO)

Isso posto, dou provimento ao recurso, para desconstituir a sentença objurgada, para o fim de dar prosseguimento regular no feito. Se transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se com as cautelas de estilo. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001716-63.2008.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DUQUE DABUS OAB - MT108175-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE CARLOS DAVI TAFAREL (APELADO)
Outros Interessados:
CARLIANE TAFAREL SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
AGUIAR TAFAREL (TERCEIRO INTERESSADO)
HELEN SILVA TAFAREL (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLA CRISTINA DA SILVA TAFAREL (TERCEIRO INTERESSADO)
TATIANE DE FREITAS TAFAREL (TERCEIRO INTERESSADO)
NIRIANE TAFAREL SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ELAINE TAFAREL BARROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
BANCO FINASA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTER ALVES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente recurso. P. I. C. Transcorrido in albis o prazo recursal, procedam-se com as devidas baixas.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003590-61.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
GELSI MARIA FORTUNATO (APELANTE)
GUSTAVO CRESTANI FAVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ DA SILVA ARAUJO OAB - MT3963-O (ADVOGADO)
DIVAIR APARECIDO DE PIERI OAB - MT4336-O (ADVOGADO)
GUSTAVO CRESTANI FAVA OAB - MT13038-O (ADVOGADO)
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
DIVANIR MARCELO DE PIERI OAB - MT5698-A (ADVOGADO)
RODRIGO RIBEIRO ARAUJO OAB - MT13984-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
T. A. V. GUIMARAES SERVICOS (APELADO)
GELSI MARIA FORTUNATO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO CRESTANI FAVA OAB - MT13038-O (ADVOGADO)
RODRIGO RIBEIRO ARAUJO OAB - MT13984-A (ADVOGADO)
DIVAIR APARECIDO DE PIERI OAB - MT4336-O (ADVOGADO)
DIVANIR MARCELO DE PIERI OAB - MT5698-A (ADVOGADO)
ANDRE LUIZ DA SILVA ARAUJO OAB - MT3963-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINDA TERESINHA SCHUSTER (TERCEIRO INTERESSADO)
JORGE LUIZ PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

VISTOS... Sobreveio nos autos, pelo apelante, Gustavo Crestani Fava, o seu pedido de desistência recursal (Id nº 27720486). Com efeito, o art. 998 do CPC permite ao recorrente a desistência do recurso, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes. Assim sendo, homologo o pedido de desistência recursal, para que produza os efeitos de direito e, via de consequência, julgo prejudicado o recurso adesivo, interposto por Gelsi Maria Fortunato (Id nº 25078974). Determino, ainda, o retorno dos autos a origem, para o prosseguimento. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018935-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE GROSS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLETE TEIXEIRA DA SILVEIRA OAB - RS19866 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIR VALDAMERI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JARBAS LINDOMAR ROSA OAB - MT9876-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FRANCISCA MARLENE DULNIK (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDEMAR DULNIK (TERCEIRO INTERESSADO)

VISTOS... O agravante pleiteia os benefícios da justiça gratuita, entretanto, apenas afirma que não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas processuais, sem instruir os autos com documentos para comprovar a alegada hipossuficiência. Dessa forma, determino a intimação do agravante para que comprove, no prazo de 05 (cinco) dias, o preenchimento dos pressupostos autorizadores da concessão da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018668-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO INTERMEDIUM SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT OAB - MG101330-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON DIMAS FARIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO RODRIGUES DA SILVA OAB - MT8458-O (ADVOGADO)

VISTOS... O presente recurso foi interposto em 06/12/2019, às 12h59min, entretanto, o pagamento do preparo foi realizado apenas no dia 09/12/2019, de forma simples. Pelo exposto, intime-se o agravante para efetuar o recolhimento em dobro do valor do preparo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013910-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA CAMPOY LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO DA SILVA GUIMARAES OAB - SP264912 (ADVOGADO)
PATRICIA SAUSANAVICIUS GABRIEL OAB - SP263193 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDER RESENDE MARTINS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES OAB - MT83161-O (ADVOGADO)

VISTOS... Sobreveio pedido de desistência do recurso (Id. 28137478). O art. 998 do CPC permite ao recorrente a desistência do recurso, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes. Assim sendo, homologo o pedido de desistência recursal, para que produza os efeitos de direito. Comunique-se ao Juízo a quo. Em seguida, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018761-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EZEQUIEL SOARES MOREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609-O (ADVOGADO)
BRUNO CARLOS PEIXOTO OAB - MT22408/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)

VISTOS... Sobreveio nos autos, pelo agravante, Ezequiel Soares Moreira, o seu pedido de desistência recursal, diante da ausência de interesse no prosseguimento do feito (Id nº 27897591). Com efeito, o art. 998 do CPC permite ao recorrente a desistência do recurso, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes. Assim sendo, homologo o pedido de desistência recursal, para que produza os efeitos de direito. Determino, ainda, o retorno dos autos a origem, para o prosseguimento. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018855-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCILIA GOMES OAB - SP84206-A (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDINEIA NEVES DE CRISTO (AGRAVADO)

Com essas considerações, indefiro a liminar. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se para apresentar contrarrazões. P.I.C.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019161-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EUROPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANY GUIRRA CORTE OAB - MT22080-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019161-35.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019169-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA CANDIDA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA LETICIA CURVO BRITES OAB - MT25131/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019169-12.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:32:47 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002365-13.2015.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA RODRIGUES DA SILVA (EMBARGADO)
GLAUCIO BOSCO DA SILVA (EMBARGADO)
ANTONIO CARLOS FERNANDES DA SILVA (EMBARGADO)
CELIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA (EMBARGADO)
ROMULO EDMUND DA SILVA (EMBARGADO)
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SYLVIA MARIA DE ASSIS CAVALCANTE OAB - MT5771-A (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0002365-13.2015.8.11.0004
EMBARGANTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL
EMBARGADO: MARIA RODRIGUES DA SILVA, ROMULO EDMUND DA

SILVA, CELIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ANTONIO CARLOS FERNANDES DA SILVA, GLAUCIO BOSCO DA SILVA, BANCO DO BRASIL SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: MARIA RODRIGUES DA SILVA, ROMULO EDMUND DA SILVA, CELIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ANTONIO CARLOS FERNANDES DA SILVA, GLAUCIO BOSCO DA SILVA, BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000310-37.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
NUTRIPURA NUTRICAO ANIMAL LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
JOSUEL DA SILVA JUNIOR OAB - MT24556 (ADVOGADO)
MILTON JOSE FERREIRA PAES FARIAS OAB - MT16318-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS SCHNEIDER (EMBARGADO)
MARIA LUCIA JUNQUEIRA FRANCO BERTAZZI (EMBARGADO)
CASSIO NOGUEIRA BERTAZZI JUNIOR (EMBARGADO)
AGROER AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALANA ALTHEMEYER OAB - MT16966-O (ADVOGADO)
REMI CRUZ BORGES OAB - MT11148-A (ADVOGADO)
JAIRO JOAO PASQUALOTTO OAB - MT3569-O (ADVOGADO)
VANDERLEI CHILANTE OAB - MT3533-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0000310-37.2016.8.11.0010 EMBARGANTE: NUTRIPURA NUTRICAO ANIMAL LTDA EMBARGADO: LUIZ CARLOS SCHNEIDER, AGROER AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP, CASSIO NOGUEIRA BERTAZZI JUNIOR, MARIA LUCIA JUNQUEIRA FRANCO BERTAZZI INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: LUIZ CARLOS SCHNEIDER, AGROER AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP, CASSIO NOGUEIRA BERTAZZI JUNIOR, MARIA LUCIA JUNQUEIRA FRANCO BERTAZZI para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Protocolo Número/Ano: 77485 / 2019
REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 77485/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 109572/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
EMBARGANTE - VALORIZA COMERCIO E SERVIÇO LTDA (Advs: Dr(a). VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA - OAB 11247/mt, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - CUIABÁ COMÉRCIO DE ALARMES LTDA (Advs: Dr. TAKAYOSHI KATAGIRI - OAB 4178/mt)
Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016837-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE WANDYR CLAIT DUARTE (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA MARIA COSTA BOTELHO OAB - MT11881-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO WALL STREET (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGAR DO ESPIRITO SANTO OLIVEIRA OAB - MT2781-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ALCIDES CARDOSO PEREIRA CLAIT DUARTE (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
LUIZ GUSTAVO DE LAMONICA ISRAEL PEREIRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
M. L. C. D. D. L. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Com essas considerações, recebo o presente embargos de declaração como pedido de reconsideração para DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO LIMINAR determinando o desbloqueio da penhora na conta bancária dos embargantes/agravantes na exata medida do que foi levantado pelo embargado/agravado, ou seja, da quantia de R$46.000,00, mantendo-se o bloqueio e o impedimento do levantamento do valor remanescente. Oficie-se o Juízo a quo acerca do teor desta decisão, requisitando informações acerca de eventual decisão superveniente que possa influenciar no julgamento deste agravo. Intime-se as partes, advertindo-as sobre possibilidade de aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC, no caso de interposição de agravo interno, considerado, em votação unânime, manifestamente inadmissível ou improcedente. Às providências de estilo.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019199-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IMPERIO MINERACOES LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO SCHMIDT OAB - MT19571-A (ADVOGADO)
ADEMAR SANTANA FRANCO OAB - MT4255-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FRANCISCO VELLOZO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019199-47.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012359-73.2012.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. R. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LETICIA BATISTA DE SOUZA OAB - MT14102-O (ADVOGADO)
SIRLEIA STROBEL OAB - MT5256-O (ADVOGADO)
GERSON BATISTA DE ALBUQUERQUE OAB - MT18615-O (ADVOGADO)
SIMONIA FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT11415-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. P. F. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LETICIA BATISTA DE SOUZA OAB - MT14102-O (ADVOGADO)
GERSON BATISTA DE ALBUQUERQUE OAB - MT18615-O (ADVOGADO)
SIRLEIA STROBEL OAB - MT5256-O (ADVOGADO)
SIMONIA FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT11415-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0012359-73.2012.8.11.0003 EMBARGANTE: MARLY DOS REIS EMBARGADO: ALFREU PINTO FERREIRA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ALFREU PINTO FERREIRA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1031181-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR DURIGAN (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO AUGUSTO CALDERARO DIAS OAB - MT3549-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1031181-03.2017.8.11.0041 EMBARGANTE: FERNANDO CESAR DURIGAN EMBARGADO: BANCO BRADESCO SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO BRADESCO SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018067-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO RIO COXIPO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO FERREIRA DA CRUZ OAB - MT15914-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA I - SPE LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, INDEFIRO o pleito suspensivo/antecipatório vindicado. Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018593-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE GARCIA DE FREITAS (AGRAVANTE)
CARMEN SILVANA PRESOTTO (AGRAVANTE)
VANI DA COSTA FREITAS (AGRAVANTE)
VANDERLEI COSTA RAMOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
DIEGO SOUZA GALVAO OAB - RS65378 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (AGRAVADO)
ITAU SEGUROS S/A (AGRAVADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIANARU DA SILVA PAIXAO OAB - MT10105-O (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante disso, intime os agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar documentos aptos a demonstrar a impossibilidade de recolher as custas, tais como extratos de conta corrente dos últimos seis meses, Declaração de Imposto de Renda dos últimos três anos e outros que comprovem a alegada hipossuficiência, ou que efetuem o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, conforme estabelecido no art. 1.007, §4º, do CPC. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012886-07.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDMIR JOSE SIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GASTAO BATISTA TAMBARA OAB - MT12529-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IRAJA REZENDE DE LACERDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IRAJA REZENDE DE LACERDA OAB - MT11987-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADRIANO XAVIER PIVETTA (TERCEIRO INTERESSADO)
VANGUARDA DO BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ROMEU JOSE CIOCHETTA (TERCEIRO INTERESSADO)
RAIMUNDO TORRES DE AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
ERVI DALLA LIBERA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO GOBBO FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
DALGOMAR IMP E EXP DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME (CUSTOS LEGIS)
MARIA CRISTINA GOBBO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELIANE MARTINI (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, nos termos dos art. 932, inc. III do CPC/15 c/c art. 51, inciso I-B, do RITJMT, NÃO CONHEÇO do vertente recurso, em face da sua manifesta intempestividade e inadmissibilidade. P.I.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017157-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE VICENTE CALABRIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO VIDAL OAB - MT2679-A (ADVOGADO)
CRISTIANE MONTEIRO VIDAL OAB - MT10112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JFS - CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO NUNES NEVES DE ARAUJO OAB - MT18415-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CONSTRUTORA VC LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
ANGELICA BATISTA CORREA CALABRIA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1017157-25.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ESPÓLIO DE VICENTE CALABRIA AGRAVADO: JFS - CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: ESPÓLIO DE VICENTE CALABRIA para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017157-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE VICENTE CALABRIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO VIDAL OAB - MT2679-A (ADVOGADO)
CRISTIANE MONTEIRO VIDAL OAB - MT10112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JFS - CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO NUNES NEVES DE ARAUJO OAB - MT18415-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CONSTRUTORA VC LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
ANGELICA BATISTA CORREA CALABRIA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Com esses fundamentos, deixo de analisar o pleito e, em decisão monocrática, forte no art. 932, III, do CPC, NÃO CONHEÇO do agravo interposto na forma instrumental. Publique-se imediatamente a presente decisão monocrática para conhecimento das partes e, transcorrido o prazo recursal sem qualquer irresignação, realizem-se as anotações e baixa de estilo para arquivamento dos autos. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018615-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAJESTIC CONVENIENCIA LTDA - ME (AGRAVADO)
BASSNUF RODRIGUES TRANSPORTADORA LTDA - ME (AGRAVADO)
BASSNUF RODRIGUES & CIA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO FARIAS DA SILVA JUNIOR OAB - MT21646/O (ADVOGADO)
MARCELA ASSIS PAIVA SERRA BRAGAGLIA OAB - MT13256-O (ADVOGADO)
PRISCILA GARCIA MOREIRA OAB - MT20198/O (ADVOGADO)
JULIANA MACHADO RIBEIRO OAB - MT15581-O (ADVOGADO)
LIVIA MARIA MACHADO FRANCA QUEIROZ OAB - MT14472-O (ADVOGADO)
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280 (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)

Diante do exposto, ausentes os pressupostos legais (fumus boni iuris e periculum in mora), INDEFIRO o efeito suspensivo vindicado. Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1017693-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO EICKHOFF (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR OAB - MT13412-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-A (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)1017693-36.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: LEONARDO EICKHOFF AGRAVADO: BANCO DO BRASIL SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040391-03.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NADYR DUARTE DE ARRUDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS OAB - MT16472-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE MAUA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CLEVERSON CABRAL (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0040391-03.2014.8.11.0041 EMBARGANTE: NADYR DUARTE DE ARRUDA EMBARGADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE MAUA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE MAUA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017382-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAGDA MARIA PINTON TITON OAB - RS63310 (ADVOGADO)
TIAGO IMPERATORI OAB - RS86795 (ADVOGADO)
JHONY RODRIGUES PEREIRA OAB - RS98431 (ADVOGADO)
CHRISTIANO VOLKEN NUNES OAB - RS62809 (ADVOGADO)
GEOVANI LUIZ MUNARI LOTHAMMER OAB - MT14554-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNA SOUZA EIDT (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO ANJOLINO RUMANIA OAB - MT24181-O (ADVOGADO)
BARBARA FERNANDES DE OLIVEIRA OAB - MT231920-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1017382-45.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA AGRAVADO: BRUNA SOUZA EIDT INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVADO: BRUNA SOUZA EIDT para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) contraminuta ao Agravo, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018395-27.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO JOSE QUAINI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA SANTOS SILVA OAB - MT26205-A (ADVOGADO)
DIEGO GUTIERREZ DE MELO OAB - MT9231-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI RAMOS HETZEL DE ARAUJO (EMBARGADO)
MARIA DAS GRACAS NOGUEIRA MARTINELLI (APELADO)
JOSE VALENTIN MARTINELLI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JIANCARLO LEOBET OAB - MT10718-O (ADVOGADO)
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596-O (ADVOGADO)
DARI LEOBET JUNIOR OAB - MT21919-O (ADVOGADO)
LUIZ CESAR PONTES OAB - MT6181-B (ADVOGADO)
WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA OAB - MT23350 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ENEDILSON GRANJA DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0018395-27.2014.8.11.0015 APELANTE: CRISTIANO JOSE QUAINI APELADO: JOSE VALENTIN MARTINELLI, MARIA DAS GRACAS NOGUEIRA MARTINELLI EMBARGADO: SUELI RAMOS HETZEL DE ARAUJO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) APELADO: JOSE VALENTIN MARTINELLI, MARIA DAS GRACAS NOGUEIRA MARTINELLI EMBARGADO: SUELI RAMOS HETZEL DE ARAUJO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002086-45.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EVALDO OLIVEIRA VASCONCELOS (EMBARGANTE)
DILMA BRUNO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN DA SILVA MOREIRA OAB - MT17683-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISMARIO MOURA VASCONCELOS OAB - MT10624-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1002086-45.2017.8.11.0002 EMBARGANTE: EVALDO OLIVEIRA VASCONCELOS, DILMA BRUNO EMBARGADO: AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação do Relator

Protocolo Número/Ano: 138319 / 2008 APELAÇÃO Nº 138319/2008 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE ÁGUA BOA APELANTE(S) - LUIZ SÉRGIO OLYNTHO REHDER (Advs: Dr(a). EM CAUSA PRÓPRIA - OAB 99999998), APELANTE(S) - ESPÓLIO DE ANTONIO RENOR ZAPPELINI, REPRESENTADO PELA INVENTARIANTE IVANDINA MORAES ZAPPELINI E OUTRO(s) (Advs: Dr. FELISBERTO ODILON CORDOVA - OAB 0640/SC, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - NICOLA VICENZO DI SALVO E SUA ESPOSA (Advs: Dr(a). LUIZ SERGIO OLYNTHO REHDER - OAB 31035/sp, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESPÓLIO DE ANTONIO RENOR ZAPPELINI, REPRESENTADO PELA INVENTARIANTE IVANDINA MORAES ZAPPELINI E OUTRO(s) (Advs: Dr. FELISBERTO ODILON CORDOVA - OAB 0640/SC, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - BRUNO ZILBERSTEIN, APELADO(S) - IVAN CECCONELLO, APELADO(S) - WILLIAM ABRÃO SAAD E SUA ESPOSA
INTIMAÇÃO PAUTA:
Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29/01/2020, às 14 horas, no PLENÁRIO 1. Pedido de sustentação oral, nos casos previstos no art. 93, § 13, do Regimento Interno do TJMT, preferência e Memoriais podem ser encaminhados para o email da terceira.secretariadireitoprivado@tjmt.jus.br até 24 horas de antecedência, dispensando-se o preenchimento de cadastro na sessão.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES - RELATOR(A)

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000215-92.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO VINICIUS SANTOS OAB - MT15464-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
MACIEL DA SILVA & CIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANATOLY HODNIUK JUNIOR OAB - MT7963-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial na Apelação Cível n. 1000215-92.2019.8.11.0039 RECORRENTE(s): COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI RECORRIDO(s): MACIEL DA SILVA & CIA LTDA –ME Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO – SICREDI com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (ID 16736969): “APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULAS BANCÁRIAS – INCIDÊNCIA DE ENCARGOS FINANCEIROS – CÁLCULOS COMPLEXOS – NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL – CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO – ANULAÇÃO DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – ART. 5º, LV, DA CF/88 – PRINCÍPIO DA VERDADE REAL – INTELIGÊNCIA DO ART. 370 DO CPC - SENTENÇA CASSADA - RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO . A não realização da fase de instrução, quando requerida pelas partes litigantes, enseja nulidade da sentença por cerceamento de defesa. Deve ser reconhecido o cerceamento de defesa, ante a não existência de oportunidade para produção de provas, devidamente requerida e necessária ao seguro deslinde da demanda. O desrespeito ao procedimento necessário para o regular trâmite dos autos acarreta em atropelo de normas processuais e de princípios constitucionais, como o insculpido no artigo 5º, LV: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” . Não considerando suficientes as provas, havendo a possibilidade, o juiz deve determinar, de ofício, a realização das provas necessárias, em prestígio ao Princípio da Verdade Real, previsto no artigo 370 do CPC. (TJMT – Terceira Câmara de Direito Privado – RAC n. 1000215-92.2019.8.11.0039, Relator: Des DIRCEU DOS SANTOS, j. em 18/09/2019). Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados no acórdão de ID 21324480. O Recorrente alega violação ao artigo 917, § 3º e §4º, I, do CPC, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que a Recorrida não apresentou nenhuma planilha de cálculo e nem o valor incontroverso, a respeito do excesso de execução alegado em sua inicial. Recurso tempestivo (ID 23807963). Sem contrarrazões, conforme ID 28137494. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, incidindo, in casu, o disposto no artigo 1.030, V, “a”, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos A partir da provável ofensa ao artigo 917, § 3º, e § 4º, I, do CPC, a parte recorrente alega que a apresentação do valor incontroverso e da planilha de cálculo, constituem requisitos obrigatórios para oposição de embargos à execução que versem sobre abusividade ou excesso de execução, o que não ocorreu no presento caso. Observa-se que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356, do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001850-36.2011.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCELINO FERRONATTO (APELADO)
VILMAR RIBEIRO DA SILVA (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001850-36.2011.8.11.0030 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Quarta Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019146-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT84400-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JANE STREY (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019146-66.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019150-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSILENE PACIFICO FERREIRA (AGRAVADO)
FRANCISCA CECINA DE OLIVEIRA FERREIRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019150-06.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019153-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
WENDELL DOS SANTOS BARROS OAB - MT26442/O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
DEBORA ALINE PINHEIRO OAB - MT25641-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. S. D. P. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019153-58.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019180-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KELVY MEDEIROS BASILIO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019180-41.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019205-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
D. D. B. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MERILLY LAIS SAVAN SOARES OAB - MT21474-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. D. S. S. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019205-54.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019211-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIONE ALVARENGA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - 007.454.531-04 (PROCURADOR)

Certifico que o Processo nº 1019211-61.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Decisão do Relator

Protocolo Número/Ano: 52490 / 2017
APELAÇÃO Nº 52490/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE SINOP
APELANTE(S) - DOUGLAS JÚNIOR MORENO (Advs: Dr(a). FABIANO PAULO CONSTANTINO - OAB 13433-A/MT), APELADO(S) - BV FINANCEIRA S. A. (Advs: Dr. LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB 14469/MT, Dr(a). MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR - OAB 24197-A/MT)
Decisão: dá-se parcial provimento ao recurso para afastar a cobrança da tarifa de Serviços de Terceiros, no valor de R$1.240,41; Registro de Contrato, no valor de R$217,27 e Avaliação de bens no valor de R$193,00; com a possibilidade de compensação com eventual débito junto ao apelado, referente a esse contrato e/ou repetição do indébito, na forma simples, o que se dará em liquidação de sentença.
Ass.: EXMO. SR. DES. GUIOMAR TEODORO BORGES (RELATOR)

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013193-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA (AGRAVANTE)
RAFAEL DE OLIVEIRA COTRIM DIAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO)
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO)
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOACY DE CAMPOS (AGRAVADO)
MTSUL CONSTRUCOES LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO EDUARDO DA COSTA E SILVA OAB - MT13752-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO MALUF PEREIRA OAB - MT10407-A (ADVOGADO)
CLARISSA LOPES DIAS MALUF PEREIRA OAB - MT12335-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AMAURI DE CAMPOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
AMAURI DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE JOSÉ FRANCISCO DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINERACAO NOVA ESPERANCA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVANTE: KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA, RAFAEL DE OLIVEIRA COTRIM DIAS AGRAVADO: JOACY DE CAMPOS, MTSUL CONSTRUCOES LTDA Por meio de petição, os agravantes Kasual Incorporadora e Construtora Ltda e Rafael Cotrim noticiam que realizaram composição com a agravada, o que acarreta a perda do objeto do presente agravo (ID 28270955). Assim, homologa-se o pedido de desistência do recurso, nos termos do artigo 998, do CPC. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015276-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMAR JOSE VENDRUSCOLO (AGRAVANTE)
VECELLI COMERCIAL AGRICOLA LTDA. (AGRAVANTE)
VECELLI PARTICIPACOES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO FANHANI ALVES OAB - MT17046-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

Intimação ao agravante para efetuar o pagamento do preparo, no valor de R$ 155,88, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017439-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLACYONE FERREIRA DA SILVA NEGRO (AGRAVANTE)
MELCHIADES NEGRO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA JOYCE MARTINS CARVALHO OAB - MT26286/O-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E L ESTEVES IMOBILIARIA (AGRAVADO)

Intimação ao agravante para efetuar o pagamento do preparo, no valor de R$ 155,88, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014757-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IMPACTO COMUNICACAO VISUAL LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TASSIANE AGNES DETOFFOL OAB - MT25472/O (ADVOGADO)
LUIZ OTAVIO PAIM OAB - MT25822/O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) IMPACTO COMUNICACAO VISUAL LTDA para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012546-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
POSTO REDSERV COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP

(EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GENIR MAIDANA DOS REIS OAB - MS15486 (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) POSTO REDSERV COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1032188-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIA DA SILVA OLIVEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000840-58.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO CUSTODIO RAMOS NETTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT17694-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1045121-98.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO VIEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) FRANCISCO VIEIRA para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017291-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RUY DE SOUZA GONCALVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WOLNER NUNES RIBEIRO DE PAULA OAB - MT7503/B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA PEREIRA VALADAO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS PEREIRA SCHMIDT OAB - MT11361-O (ADVOGADO)

Intimação ao agravante para efetuar o pagamento do preparo, no valor de R$ 155,88, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019146-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT84400-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JANE STREY (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019146-66.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:08:54 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019150-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSILENE PACIFICO FERREIRA (AGRAVADO)
FRANCISCA CECINA DE OLIVEIRA FERREIRA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019150-06.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:45:51 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019153-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
WENDELL DOS SANTOS BARROS OAB - MT26442/O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
DEBORA ALINE PINHEIRO OAB - MT25641-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. S. D. P. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019153-58.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 10:12:45 e distribuído inicialmente para o Des(a). GUIOMAR TEODORO BORGES

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1025200-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA CAMPOS DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR HENRIQUE DE ALMEIDA SAMPAIO OAB - MT20712-O (ADVOGADO)
VIVIANNE TAQUES DE OLIVEIRA GARIBOTTI OAB - MT23611/O (ADVOGADO)
LUIS FELIPE SAMPAIO WERNER OAB - MT24585/O (ADVOGADO)
RENNAN DE MORAES RIBEIRO OAB - MT21039/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO HENRIQUE LOPES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO HENRIQUE FERREIRA MARQUES OAB - MT19486-O (ADVOGADO)
GLENDA ALVES CORREA LIMA VERDE OAB - MT21439-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) apelante(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1010, § 1º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006065-97.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VAGNER DE SOUZA FREITAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660-O (ADVOGADO)
MARCOS NESELLO OAB - MT17454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-A (ADVOGADO)

Posto isso, nega-se provimento ao apelo. Intime-se o apelante para providenciar o pagamento das custas respectivas. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006065-97.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VAGNER DE SOUZA FREITAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660-O (ADVOGADO)
MARCOS NESELLO OAB - MT17454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-A (ADVOGADO)

Posto isso, nega-se provimento ao apelo. Intime-se o apelante para providenciar o pagamento das custas respectivas. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015811-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IRLEY DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (AGRAVADO)

Dessa forma, se as circunstâncias evidenciam a insuficiência de recursos apta a provocar o deferimento do benefício vindicado e se o conjunto probatório igualmente é suficiente para demonstrar a alegada incapacidade, o pedido de justiça gratuita há que ser deferido. Posto isso, dá-se provimento ao recurso para conceder o benefício da justiça gratuita ao agravante. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017948-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO RODOBENS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MC & MA TRANSPORTES LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO VINICIUS DOS REIS OAB - MT17942/O (ADVOGADO)

Agravo interposto pelo Banco Rodobens S.A de decisão que indeferiu liminar de busca e apreensão de bens, ao fundamento que são essenciais às atividades da empresa agravada MC & MA Transportes Ltda-ME. O recorrente foi intimado para comprovar o pagamento do preparo do recurso ou efetuar o pagamento em dobro (ID 26655474). A Certidão (Id 28312953) noticia que transcorreu o prazo sem o devido recolhimento. Assim, verifica-se a ocorrência de deserção, em razão do descumprimento da determinação, representado pela não efetivação do mencionado preparo, nos termos do artigo 1.007, §4º do CPC. Posto isso, não se conhece do recurso. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016385-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
10 M GROUP PARTICIPACOES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA MARIA PALACIO OAB - SP218293 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NAYARA ANDREA PEU DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANNA KARULINY ALVES JOSEVICIUS OAB - 036.461.381-57 (PROCURADOR)
ALCRECIA DA SILVA MARQUES FRANCISQUETI OAB - 269.402.668-01 (PROCURADOR)
HENRIQUE LUIZ DE SOUZA CARVALHO DOMINGUES OAB - GO24720-A (ADVOGADO)
MARCELO SOUZA DE BARROS OAB - GO31153-O (ADVOGADO)
ADRIANO RADUAN OAB - 568.497.881-91 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016995-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE BASTOS DE FIGUEIREDO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YANOMANI CARDOSO DA ROSA OAB - MT16774-O (ADVOGADO)
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOLDEM GESTAO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TELMA REGINA RIBEIRO DONATONI OAB - MT18966-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012895-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BERNARDO DA LUZ (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EUZIENE DA SILVA VIEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA ISABEL AMORIM PEREIRA PORTELA OAB - MT7387-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017035-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JULIETE MARTINS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS STELLATO CALIXTO DOS SANTOS ANDRADE OAB - MT14979-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014663-38.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO DA SILVA (EMBARGANTE)
EURIDES ROSARIO NASCIMENTO (EMBARGANTE)
GILMA RAMOS (EMBARGANTE)
FABIO MARCOS DE LIMA (EMBARGANTE)
EDUEZIO FERREIRA DE SOUZA (EMBARGANTE)
JOELSON JESUS DIAS (EMBARGANTE)
JOAO BARBOSA DE MELO (EMBARGANTE)
ARIANA OLIVEIRA COSTA (EMBARGANTE)
WANDERLEY BORGES DOS SANTOS (EMBARGANTE)
SANDRO DE JESUS GOMES (EMBARGANTE)
DOMINGOS CATARINO DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
CLAUDIO GONCALO RODRIGUES (EMBARGANTE)

ELIZEU ANTONIO DE SOUZA (EMBARGANTE)
ANTONIO DA SILVA (EMBARGANTE)
ALAIR PAULO DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO JOSE S DE FIGUEIREDO (EMBARGADO)
ESPÓLIO DE ANTÔNIO MOREIRA DA COSTA (EMBARGADO)
BARBOSA E RAMOS LTDA - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS RAMOS BARBOSA OAB - MT13913-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MIGUEL ANGELO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003254-55.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEVANILZA SANTANA ALMEIDA (APELADO)
HIGOR ALMEIDA DE OLIVEIRA (APELADO)
ALICE ALMEIDA DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELIA SILVA ROCHA OAB - MT14241-O (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
MARCELO VENTURA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT21412/O-A (ADVOGADO)
ERICK HENRIQUE DIAS PRADO OAB - MT17642-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
DEVANILZA SANTANA ALMEIDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017180-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MOACIR OLIVEIRA DOS SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ROSA NICANOR DE SOUZA OAB - MT13889-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013176-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR OAB - PR19608 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006108-12.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
D. V. D. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
V. M. D. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MIKAELY LEAL CONRADO DOS SANTOS OAB - PE32735-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003896-23.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
NEIVA MAZZINO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ITAMAR DE CAMARGO VIEIRA JUNIOR OAB - MT13224-A (ADVOGADO)
LUCAS FRATARI DA SILVEIRA TAVARES OAB - MT11445-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001069-84.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
EULINA GUIMARAES DA CONCEICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO SOARES BONIFACIO OAB - MT16001-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011078-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXSANDRO PECINI PEREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016016-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINALDO RODRIGUES FLORENTINO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010283-08.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ADD CONSTRUTORA E CONSTRUCOES LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER TOSHIO SHIMOSAKAI OAB - MT10386-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. O. FERRAMENTAS EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALDEMAR NESTOR DE ARAUJO FILHO OAB - MT8053-A (ADVOGADO)
HIGHOR DJAMILER MENDES SANTOS OAB - MT14525-A (ADVOGADO)
MAURO ROBSON KLIEMASCHEWSK OAB - MT9630-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
OLAVO ALVES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
SERGIO PEREIRA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002071-40.2015.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
DELMITES LOPES GALVAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAELA MAROSO PICCININ OAB - MT19172-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DONIZETE MARTINS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTELA MARIS PIVETTA OAB - MT6722-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005420-60.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON PEREIRA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIRO CEZAR DA SILVA OAB - MT16249-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON DE LIMA DA SILVA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015199-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTENOR SANTOS ALVES JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCAL YUKIO NAKATA OAB - MT8745-O (ADVOGADO)
FILIPE BRUNO DOS SANTOS OAB - MT17327-O (ADVOGADO)
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME FERNANDES GARDELIN OAB - SP132650-O (ADVOGADO)
JEFFERSON WEISS OAB - MT17628/O (ADVOGADO)
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NOVARTIS BIOCIENCIAS SA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017115-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KLEBER TOCANTINS MATOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANNE KAROLINE DORILEO DE OLIVEIRA TOCANTINS MATOS OAB - MT15153/O-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANNE KAROLINE DORILEO DE OLIVEIRA TOCANTINS MATOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006232-71.2013.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
LORECI FATIMA GRAEFF (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO KOCH OAB - MT7299-A (ADVOGADO)
JIUVANI LEAL OAB - MT24645-O (ADVOGADO)
KARINA ROMAO CALVO OAB - MT19370-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONATHAN PEIXOTO PERALTA MARTINS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ROBERTO DALMAGRO OAB - MT12205-O (ADVOGADO)
MAURICIO VIEIRA SERPA OAB - MT12758-O (ADVOGADO)
RAFAEL WASNIESKI OAB - MT15469-S (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANDRADINO PERALTA MARTINS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009889-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Sistema S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA PFEIFFER FIGUEIREDO OAB - RJ210943 (ADVOGADO)
JACQUES FELIPE ALBUQUERQUE RUBENS OAB - RJ208019 (ADVOGADO)
DIOGO ASSUMPCAO REZENDE DE ALMEIDA OAB - RJ123702 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GRAFICA MODELO LTDA (AGRAVADO)
JULIO CESAR DO NASCIMENTO (AGRAVADO)
SOUVENIR DAL BO JUNIOR (AGRAVADO)
MICHEL DAL BO (AGRAVADO)
SHEILA DAL BO (AGRAVADO)
SIMONE DAL BO (AGRAVADO)
DULCELINA SILVA DO NASCIMENTO (AGRAVADO)
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO HENRIQUE GUARESCHI OAB - MT9724-O (ADVOGADO)
THALLES REZENDE LANGE DE PAULA OAB - MT11922-O (ADVOGADO)
RAFAEL CESAR DO NASCIMENTO OAB - MT16056-A (ADVOGADO)

TELMA RACHEL CANDIL OAB - MT10292-A (ADVOGADO)
ILDO ROQUE GUARESCHI OAB - MT5417-O (ADVOGADO)
RONALDO BATISTA ALVES PINTO OAB - MT7556-A (ADVOGADO)
KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO OAB - MT6294-A (ADVOGADO)
SOUVENIR DAL BO JUNIOR OAB - MT11058-O (ADVOGADO)
ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR OAB - MT3876-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015228-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GRANOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANCHIETA DA SILVA OAB - MG23405-O (ADVOGADO)
PEDRO HENRIQUE MACHADO SILVEIRA OAB - MG99003 (ADVOGADO)
JULIA MARIA MARTINS DA COSTA ARAUJO OAB - MG188641 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA AGROPECUARIA LUCAS RIO VERDE LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADELAR COMIRAN OAB - MT5079-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004057-19.2012.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUSCILENE DOS SANTOS GONCALVES BERNARDINO (APELADO)
RODRIGO BERNARDINO SANTOS (APELADO)
J DOS S G BERNARDINO - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0035620-21.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DELIA CECILIA BURGOS FORTES (APELANTE)
D C B FORTES SERVICOS - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GIOVANNI BEZERRA OAB - MT23025-A (ADVOGADO)
RICARDO GOMES DE ALMEIDA OAB - MT5985-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884-O (ADVOGADO)
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011102-40.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLARO S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R.C. SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RICARDO CAVINA OAB - MT9576-O (ADVOGADO)
REGINALDO MONTEIRO DE OLIVEIRA OAB - MT9945-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AMERICEL S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009673-90.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA TAVARES REIS (EMBARGANTE)
ANTONIO CARMO PIACENTE REIS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AFRANIO GONCALVES COSTA (EMBARGADO)
SILVIA FECCHIO - ME (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-A (ADVOGADO)
RODRIGO CONINGHAM DE MIRANDA OAB - MT18515/O (ADVOGADO)
ATALIAS DE LACORTE MOLINARI OAB - MT21814-O (ADVOGADO)
VITOR CARMO ROCHA OAB - MT0015334A (ADVOGADO)
SILVANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6317-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016137-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SUSANA LUZIA METELLO TAQUES BARINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERMES BEZERRA DA SILVA NETO OAB - MT11405-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO SADY (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELIA REGINA CURSINO FERRAZ OAB - MT3020O (ADVOGADO)
JOSE CARLOS CUNHA FERRAZ OAB - MT3050/O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007957-36.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL GONCALVES FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR BATISTELLA OAB - MT9279-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE DONATO FERREIRA DE QUEIROZ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAMILLA DE ARAUJO BALDUINO MEDEIROS (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPOLIO DE BOLIVAR AMANCIO DE CARVALHO (TERCEIRO INTERESSADO)
DENIZE NAIR QUEIROZ COSTA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
WALDIR ALVES BALDUINO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003865-95.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:

GOL LINHAS AEREAS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103-A (ADVOGADO)
MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB - RJ84367-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIO ADAIR FRANKEN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WESLEY LOPES DA SILVA MARTINS OAB - MT15518-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0036497-19.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARINETE RIBEIRO DA SILVA AMORIM (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)
LEMIR FEGURI OAB - MT10335-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDACAO (APELADO)
VIDEIRA TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ AUGUSTO ARRUDA CUSTODIO OAB - MT11997-A (ADVOGADO)
BRUNO SILVA NAVEGA OAB - RJ118948-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TISSALEIA LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0048556-39.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELANTE)
PAULO OLIVEIRA REGO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
ELIANE BERTUOL DUARTE OAB - MT13747-O (ADVOGADO)
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO)
TALITA OLIVEIRA DE SANT ANA OAB - MT17719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELADO)
PAULO OLIVEIRA REGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANE BERTUOL DUARTE OAB - MT13747-O (ADVOGADO)
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
TALITA OLIVEIRA DE SANT ANA OAB - MT17719-O (ADVOGADO)
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003244-69.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO SERV DA SAUDE E MEIO AMB DO EST MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016942-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JIANCARLO LEOBET (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596-O (ADVOGADO)
WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA OAB - MT23350 (ADVOGADO)
DARI LEOBET JUNIOR OAB - MT21919-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARMO BERGMANN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO BERTICELLI OAB - MT12121-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DOMINGOS MARCA (TERCEIRO INTERESSADO)
DEMÉTRIO CHAVES VIEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
REONILDO DANIEL PRANTE (TERCEIRO INTERESSADO)
RENATO DAVID PRANTE (TERCEIRO INTERESSADO)
INES MARCA (TERCEIRO INTERESSADO)
ELVIS ANTONIO KLAUK JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
NEODIR MARCA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONORA SALES DO NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001774-57.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDECIR TEIXEIRA DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANA NUCCI ENSIDES OAB - MT14014-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001247-80.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA MIGUEL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO GAMA FILHO OAB - MT13444-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002999-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ADEMAR CORREA DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREA PINTO BIANCARDINI OAB - MT5009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR AGOSTINHO PIRAN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO SALDANHA SPINELLI OAB - MT15204-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:

ADVANCED INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016421-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ALMEIDA VILELA OAB - MT11012-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. Y. B. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ANTUNES DO CARMO OAB - MT4070-A (ADVOGADO)
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
GELIENE DE JESUS BRITO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016882-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENIO ROSA E SILVA JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA APARECIDA DE OLIVEIRA OAB - MT16389-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO GILL FERREIRA MACHADO OAB - MT10725-O (ADVOGADO)
JOSE VIEIRA JUNIOR OAB - MT3969-O (ADVOGADO)
CAROLINE PEREIRA MALTA OAB - MT24574/O (ADVOGADO)
EVERALDO DOS SANTOS DUARTE OAB - MT16271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LUCIENIO ROSA E SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008076-68.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOSE LUIZ CHARANTOLA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001193-60.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VASCO RIBEIRO GONCALVES DE MEDEIROS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HUMBERTO NONATO DOS SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO NONATO DOS SANTOS OAB - MT3286-A (ADVOGADO)
FABIO SOUZA PONCE OAB - MT9202-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LEONILDO BACCIN (TERCEIRO INTERESSADO)
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LUCAS DO RIO VERDE (TERCEIRO INTERESSADO)
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINO (TERCEIRO INTERESSADO)
APARICIO VALERIANO SIQUEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001625-70.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VALESCA FABIANA CARDINI LOPES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS HENRIQUE MAGALHAES FERNANDES OAB - MT18804-A (ADVOGADO)
DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES OAB - MT9889-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001658-41.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO SCHNEIDER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL WINTER OAB - MT11470-A (ADVOGADO)
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO)
FABIO LUIS ANTONIO OAB - PR31149-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012782-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRIAPEC AGROPECUARIA LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEVERSON CAMPOS CONTO OAB - MT15055-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - 144.909.548-83 (PROCURADOR)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017017-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ADOLF SEBALD (AGRAVANTE)
DANILO LACERDA DE AGUIAR (AGRAVANTE)
MARIO MULLER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT12972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI OAB - MT18603-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
JULIANA GARCIA RIGOLIN OAB - MT18067-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ILGA SEBALD (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006981-36.2012.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENILDA SOUSA LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZADORA LOPES NOGUEIRA REIS OAB - MT21035-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENIVALDO ALVES PEREIRA (APELADO)
IDELFONSO BUENO SILVEIRO (APELADO)
ELZA ALVES DE OLIVEIRA (APELADO)
GILMAR ALVES ATAIDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EURIPEDES FERREIRA MARTINS JUNIOR OAB - MT20393-A (ADVOGADO)
CANDIDO TELES DE ARAUJO OAB - MT9921-O (ADVOGADO)
FLAVIO RAFAEL DE JESUS COSTA NASSER OAB - MT16905-A (ADVOGADO)
WMARLEY LOPES FRANCO OAB - MT3353-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0006981-36.2012.8.11.0004 APELANTE: ROZENILDA SOUSA LIMA APELADO: IDELFONSO BUENO SILVEIRO, ENIVALDO ALVES PEREIRA, ELZA ALVES DE OLIVEIRA, GILMAR ALVES ATAIDES Visto. Tendo em conta que desprovido de qualquer prova, ainda que indiciária a respeito da imputação criminal, indefiro o pleito da apelante de provocação da autoridade policial. Assim, com o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016560-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO)
JOAO PAULO MORESCHI OAB - MT11686-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO CAMPOS ARAUJO (AGRAVADO)

Intimação ao(s) Agravante(s) para fornecer novo endereço do AGRAVADO: CLAUDIO CAMPOS ARAUJO, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009403-60.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB - MT16308-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARCELO ALMEIDA SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLECY KELLY NUNES DE MELO OAB - MT13624-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO ao apelo. Por conseguinte, majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, §11, do CPC. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se e intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0050627-48.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR OAB - MT18678-O (ADVOGADO)
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO EDUARDO TEIXEIRA COSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CIDINEY RODRIGUES FERREIRA OAB - MT8359-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para autorizar a cobrança dos juros remuneratórios, como encargo de mora. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001016-63.2011.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TOP CAR VEICULOS E PECAS LTDA - ME (APELADO)

Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO ao apelo. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016280-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DARCY LIMA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYANE CIBELLE VARGAS OAB - MT25375/O (ADVOGADO)
GABRIEL APARECIDO ANIZIO CALDAS OAB - SP273528-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERIK FABRICIO CAPITANI (AGRAVADO)

Intimação ao(s) Agravante(s) para fornecer novo endereço do AGRAVADO: ERIK FABRICIO CAPITANI, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001496-59.2017.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SILVA FORTES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELICA RODRIGUES MACIEL OAB - MT10862-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANA SANTANA DE ALMEIDA (APELADO)
Outros Interessados:
F. F. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Por vislumbrar a possibilidade de mediação no caso sub judice, e em atenção à Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça - que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário -, de forma a incentivar e prestigiar os mecanismos consensuais de solução de litígios, determino o encaminhamento destes autos à Central de Conciliação e Mediação de Segundo Grau. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019180-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KELVY MEDEIROS BASILIO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019180-41.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Despacho Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019035-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLA ROBERTA DA SILVA MANFRE GONCALVES (AGRAVADO)
PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA ANDRETTY OAB - MT17634-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
GUIOMAR TEODORO BORGES

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1019035-82.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A E OUTRO AGRAVADO: PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES E OUTRA Processo referência: Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenização por Danos Materiais e Morais n. 1016336-15.2019.8.11.0002 – Juízo da 3ª Vara Civil da Comarca de Várzea Grande Dependência/prevenção: Agravo de Instrumento n. 1018965- 65.2019.8.11.0000 As Agravantes não colacionaram o comprovante do recolhimento do preparo. O art. 46, parágrafo único, da Resolução TJ-MT/TP nº 03, de 12 de abril de 2018, que regulamenta o Processo Judicial Eletrônico no âmbito da 1ª e 2ª instâncias do Poder Judiciário de Mato Grosso, prescreve que o peticionante deverá juntar aos autos a guia e o comprovante de pagamento, no prazo máximo de 05 dias. "Resolução TJ-MT/TP nº 03/18: Art. 46. A emissão de guia de distribuição está disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br) no link emissão de guias eletrônicas, sendo obrigatória a inclusão do número do processo distribuído, que será automaticamente vinculada ao processo eletrônico. Parágrafo único. O peticionante deverá juntar aos autos a guia e o comprovante de pagamento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias." (grifei). O Agravo foi protocolado em 12.12.2019. Logo, aguarde o decurso do prazo do pagamento do preparo. Feito o pagamento do preparo, no prazo, volvam-me conclusos para apreciação do pedido de efeito suspensivo ao recurso. Se decorrido o prazo acima consignado, o que deverá ser certificado pela Secretaria desta e. Câmara, intimem-se as agravantes para proceder o preparo, em dobro, no prazo de cinco dias úteis, a contar a partir do decurso do lapso anterior. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007562-23.2001.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAGNA NEVES BONFIM PAELO (APELANTE)
ARILCE LIMA BONFIM (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO DE SOUZA BONFIM OAB - MT19247/O (ADVOGADO)
ALCEBIADES JOSE BOMFIM OAB - MT3210-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)
NORMA SUELI DE CAIRES GALINDO OAB - MT6524-B (ADVOGADO)

Posto isso, nos termos do art. 932, III do CPC/2015, não se conhece do recurso. Intime-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0035247-14.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE VIDA S/A (APELANTE)
JOSE ALEXANDRE CARVALHO PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
MATHEUS DOS SANTOS SANCHES OAB - MS24165 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ALEXANDRE CARVALHO PEREIRA (APELADO)
MAPFRE VIDA S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
MATHEUS DOS SANTOS SANCHES OAB - MS24165 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)

Visto. Tendo em conta que o Recurso de Embargos de Declaração de id. 20441954, interposto pela BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., não foi apreciado, encaminhe-se os Autos ao Juízo de origem para que analise os supracitados aclaratórios. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018883-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARAMIS CARLOS BERNINI (AGRAVANTE)
NEIDE ZANASI BERNINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANO FRANCISCO DE OLIVEIRA OAB - MT6280-B (ADVOGADO)
CARLA CRISTINA MAYER OAB - MT18586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (AGRAVADO)
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA CELESTE LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILVANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6317-B (ADVOGADO)
PAULO JOSE GIARETTA OAB - PR16965 (ADVOGADO)

Pelo exposto, indefiro a antecipação da tutela recursal. Intimem-se as agravadas para trazer resposta em quinze dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018927-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. S. A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CREA MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT19291-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FERNANDA PEREIRA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Pelo exposto, indefiro o efeito suspensivo. Intime-se o agravado para oferecer resposta em quinze dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018972-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSEANE BATISTA ALENCAR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSIAS DIAS DA SILVA OAB - MT26023-O (ADVOGADO)
FRANCISCO SILVA OAB - MT18408-O (ADVOGADO)

Pelo exposto, indefiro o efeito suspensivo. Intime-se a agravada para oferecer resposta em quinze dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015279-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NADAI LOCACAO DE BENS PROPRIOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
ELZA DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELE GAUDENCIO ALVES DA SILVA OAB - MT7335-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FSG AUTO CENTER EIRELI ME - ME (AGRAVADO)
FABIO DA SILVA GUSMAO (AGRAVADO)
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDINEY DOMINGUES BARROS OAB - MT14282-O (ADVOGADO)

Em consulta ao primeiro grau, observa-se que o feito foi sentenciado com trânsito em julgado em 14.10.2019. A par disso, intime-se a agravante para requerer o que entender de direito. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017880-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL TYS VEICULOS LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TASSO BATALHA BARROCA OAB - MG51556 (ADVOGADO)
PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO OAB - MG84549 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILVIA SOARES FERREIRA DA SILVA OAB - MT14610-O (ADVOGADO)
VERONICA KATIA DE OLIVEIRA OAB - MT24733/O (ADVOGADO)
ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA OAB - MT6565-O (ADVOGADO)
AMANDA GABRIELA GEHLEN OAB - MT19506-O (ADVOGADO)
DAVID GARON CARVALHO OAB - MT19440-O (ADVOGADO)

Com essas considerações, nega-se provimento a estes Embargos de Declaração e mantém-se a decisão que não conheceu o Agravo nº 1017880-44.2019.811.0000, porquanto não visualizada as alegadas omissões. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019035-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLA ROBERTA DA SILVA MANFRE GONCALVES (AGRAVADO)
PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA ANDRETTY OAB - MT17634-O (ADVOGADO)

O Agravo foi protocolado em 12.12.2019. Logo, aguarde o decurso do prazo do pagamento do preparo. Feito o pagamento do preparo, no prazo, volvam-me conclusos para apreciação do pedido de efeito suspensivo ao recurso. Se decorrido o prazo acima consignado, o que deverá ser certificado pela Secretaria desta e. Câmara, intimem-se as agravantes para proceder o preparo, em dobro, no prazo de cinco dias úteis, a contar a partir do decurso do lapso anterior. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002504-54.2014.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
DILMA SALETE MEES (APELANTE)
JOSE ANTONIO MEES (APELANTE)
PAULINO DAVI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE RODRIGO SCHNEIDER OAB - MT7824-B (ADVOGADO)
LUIZ CARLOS CARASSA OAB - MT4223-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO MEES (APELADO)
DILMA SALETE MEES (APELADO)
PAULINO DAVI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RODRIGO SCHNEIDER OAB - MT7824-B (ADVOGADO)
LUIZ CARLOS CARASSA OAB - MT4223-B (ADVOGADO)

Isso posto, não se conhece do apelo, cujo preparo não foi feito como determinado. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017410-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON SCATOLIM DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA CRESTANI PALMA OAB - MT23195-A (ADVOGADO)
TASSIA DE AZEVEDO BORGES OAB - MT12296-O (ADVOGADO)
WANESSA CORREIA FRANCHINI VIEIRA OAB - MT10907-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO FERNANDES PARENTE (AGRAVADO)
MARILDA DE FATIMA BARRETO (AGRAVADO)
JUMELINO PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
APARECIDO BATISTA DOS SANTOS OAB - MT3881-O (ADVOGADO)
DILERMANDO JOAO THIESEN FILHO OAB - MT20854/B (ADVOGADO)
VILSON SOARES FERRO OAB - MT11830-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
OTAVIO CAMPAROTO (TERCEIRO INTERESSADO)

Pelo exposto, indefiro a antecipação da tutela recursal. Intime-se a parte adversa para oferecer resposta em quinze dias. Cuiabá, 18 de novembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000546-09.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO PERAHORI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-A (ADVOGADO)
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0000546-09.2018.8.11.0110 APELANTE: MARIA DO CARMO PERAHORI APELADO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Visto. Tendo em vista que a parte autora é indígena, sem alfabetização, residente em uma aldeia e sujeita ao regime tutelar estabelecido na Lei nº 6.001/1973, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Federal Especializada da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (AGU/PFMT) para que se manifeste a respeito de eventual interesse no presente feito, com supedâneo nos artigos 7º, §2º e 8º do Estatuto do Índio. Após, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, voltando-me conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016436-49.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ADERALDO MARTINS DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0016436-49.2017.8.11.0004 APELANTE: ADERALDO MARTINS DA SILVA APELADO: BANCO PAN S.A. Visto. Tendo em vista que a parte autora é indígena, sem alfabetização, residente em uma aldeia e sujeita ao regime tutelar estabelecido na Lei nº 6.001/1973, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Federal Especializada da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (AGU/PFMT) para que se manifeste a respeito de eventual interesse no presente feito, com supedâneo nos artigos 7º, §2º e 8º do Estatuto do Índio. Após, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, voltando-me conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001792-67.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
JONAS MENDES BARRAVIEIRA OAB - MT13116-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELICA WA UTOMOREWE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0001792-67.2018.8.11.0004 APELANTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. APELADO: ANGELICA WA UTOMOREWE Visto. Tendo em vista que a parte autora é indígena, sem alfabetização, residente em uma aldeia e sujeita ao regime tutelar estabelecido na Lei nº 6.001/1973, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Federal Especializada da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (AGU/PFMT) para que se manifeste a respeito de eventual interesse no presente feito, com supedâneo nos artigos 7º, §2º e 8º do Estatuto do Índio. Após, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, voltando-me conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019066-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUILSON CRUZ DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JATABAIRU FRANCISCO NUNES OAB - MT4903-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. (AGRAVADO)

Posto isso, concede-se o efeito suspensivo vindicado. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017966-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVALDO CAETANO MONTEIRO (AGRAVADO)
THEREZINHA FLORES BINI (AGRAVADO)
MARIA APARECIDA RODRIGUES (AGRAVADO)
JOSE CARLOS DE CARVALHO (AGRAVADO)
SILVIO DE ARAUJO (AGRAVADO)
NEUZA ORMOND RIBEIRO (AGRAVADO)
VALDIR PATZLAFF (AGRAVADO)
ALDO FERNANDES GUIMARAES (AGRAVADO)
ALBANIR CARVALHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FRANCA ARAUJO OAB - MT12621-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017966-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVALDO CAETANO MONTEIRO (AGRAVADO)
THEREZINHA FLORES BINI (AGRAVADO)
MARIA APARECIDA RODRIGUES (AGRAVADO)
JOSE CARLOS DE CARVALHO (AGRAVADO)
SILVIO DE ARAUJO (AGRAVADO)
NEUZA ORMOND RIBEIRO (AGRAVADO)
VALDIR PATZLAFF (AGRAVADO)
ALDO FERNANDES GUIMARAES (AGRAVADO)
ALBANIR CARVALHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FRANCA ARAUJO OAB - MT12621-O (ADVOGADO)

Posto isso, nega-se o efeito suspensivo postulado. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018888-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELINO RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ABGAIL GENTIL (AGRAVANTE)
ANNA KAROLINA GENTIL RODRIGUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ONEIDA OLIVEIRA DE MORAIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT17947-A (ADVOGADO)

Posto isso, concede-se o efeito suspensivo vindicado. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018888-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JOSELINO RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ABGAIL GENTIL (AGRAVANTE)
ANNA KAROLINA GENTIL RODRIGUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ONEIDA OLIVEIRA DE MORAIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT17947-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018965-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES (AGRAVANTE)
CARLA ROBERTA DA SILVA MANFRE GONCALVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA ANDRETTY OAB - MT17634-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVADO)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVADO)

Posto isso, nega-se o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal pretendida. Intime-se a parte agravada para apresentar contraminuta, no prazo. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019205-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
D. D. B. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MERILLY LAIS SAVAN SOARES OAB - MT21474-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. D. S. S. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019205-54.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014758-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAGDA CRISTINA VISNADI - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE ALMEIDA OAB - MT20758-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019096-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VARZEA GRANDE PAINEIS EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO MAUZOLO DA SILVA CAVALCANTI (AGRAVADO)
CORTUME STEPHAN SOCIEDADE ANONIMA (AGRAVADO)

Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada para atribuir efeito suspensivo ao recurso em apreço. Publique-se e intimem-se, advertindo-se os agravados do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõem para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015382-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVO OLIVEIRA DE MOURA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ISAIAS ALVES DE SOUZA OAB - MT15768-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso para afastar a multa cominatória fixada para o caso de não cumprimento da determinação de exibição dos documentos. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019211-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIONE ALVARENGA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - 007.454.531-04 (PROCURADOR)

Certifico que o Processo nº 1019211-61.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001986-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALOR ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR ANDRADE COSTA TEIXEIRA OAB - GO33374 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA OAB - SP248704 (ADVOGADO)
JOEL LUIS THOMAZ BASTOS OAB - SP122443 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VICTOR ANDRADE COSTA TEIXEIRA OAB - GO33374 (ADVOGADO)
ALCOPAN ALCOOL DO PANTANAL LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001974-64.2017.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LINO DA SILVA ARRUDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ATILA SILVA GATTASS OAB - MT2308-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON PEDROSA QUINTINO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RYVIA RYCHELLE MARIA JOSEPH LACERDA SODRE DE SOUZA OAB - MT10049-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0011741-23.2015.8.11.0004

Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ARTEMIA DE CASTRO ANDRADE (AGRAVANTE)
JOSE PEDRO ANDRADE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALVES PEREIRA OAB - SP180821-A (ADVOGADO)
ANDRE JOSE LUDUVERIO PIZAURO OAB - SP272593 (ADVOGADO)
ROGERIO ANTONIO PEREIRA OAB - SP95144-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JANIDES DE SOUSA FERNANDES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALUIZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS OAB - GO17874-O (ADVOGADO)
ARIDAQUE LUIZ NETO OAB - MT3252-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1021, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0001880-28.2008.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIZA APARECIDA GONCALVES (AGRAVADO)
CLAUDIANE LEÃO MAIA (AGRAVADO)
EDINEI LEÃO MAIA (AGRAVADO)
ESPÓLIO DE ANTONIO DE OLIVEIRA MAIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTTO MARQUES DE SOUZA OAB - MT12404-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANTONIO DE OLIVEIRA MAIA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIZA APARECIDA GONCALVES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1021, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015201-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IMPERIO MINERACOES LIMITADA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO SCHMIDT OAB - MT19571-A (ADVOGADO)
ADEMAR SANTANA FRANCO OAB - MT4255-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FRANCISCO VELLOZO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO JOSE PEIXOTO VELLOZO OAB - RJ109231-O (ADVOGADO)
RODOLFO CESAR VASCONCELLOS MOREIRA OAB - MT8719-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016772-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADIR ENAR DE VLIEGER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANI BIANCHI OAB - MT6641-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AMERRA-LEAF AGRO RECOVERY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NOVARTIS BIOCIENCIAS SA (TERCEIRO INTERESSADO)
VILMAR LUIZ CADONA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
COMERCIAL AGROPECUARIA SANTA ROSA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015072-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KELY VANESSA SILVA CORREA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO RODRIGUES PEREIRA OAB - MT15259-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001630-61.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JAILSON EVANGELISTA DE QUEIROZ (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014732-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRANCHER-MOTORES E MAQUINAS LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA ANGELICA DE MORAES NAVARRO OAB - MT6606-O (ADVOGADO)
JAIR DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT4823-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JLC CONTABILIDADE LTDA - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILMAR ANTONIO DO PRADO JUNIOR OAB - MT10709-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1020547-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVA APARECIDA DE CAMPOS (APELADO)
AMANDA GABRIELLA DE CAMPOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010417-18.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CESAR DE BRITO EUBANK (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO BASTIAN FAGUNDES OAB - MT8907-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
RBM IMOVEIS LTDA - ME (APELADO)
GABRIEL KARA JOSE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO GOMES BRESSANE OAB - MT8616-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1004539-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR FARIAS DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1012005-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILKER COSTA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT16285-O (ADVOGADO)
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CREDIFIBRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WASHINGTON FARIA SIQUEIRA OAB - MT18071-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017349-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLASSICA REPRESENTACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO)
RAPHAEL NAVES DIAS OAB - MT14847-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDA BASSO MANHOZO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAIRA MORAES DE MIRANDA OAB - MT20050-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NELI SANTI ROQUE (TERCEIRO INTERESSADO)
EDNA MARIA PASSARINI BATISTA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003053-38.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLINA NAMBIQUARA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003355-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAM CARMONA MAYA OAB - SP257198-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MULTICABO TELEVISAO LTDA (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007954-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO EDEN ZAMARIAN FAVARO (EMBARGANTE)
JONI EDEN BAQUETA FAVARO (EMBARGANTE)
CARLOS HENRIQUE BAQUETA FAVARO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO DA CUNHA NETO OAB - MT12069-O (ADVOGADO)
EDENIR RIGHI OAB - MT8484-O (ADVOGADO)
ABEL SGUAREZI OAB - MT8347-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL ESTEVES STELLATO (EMBARGADO)
DIOGO LUIZ BIONDO DE SOUZA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIOGO LUIZ BIONDO DE SOUZA OAB - MT11973-O (ADVOGADO)
RAFAEL ESTEVES STELLATO OAB - MT10825-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013556-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DILMAR FIGUEIRA DE ALMEIDA JUNIOR (EMBARGANTE)
DILMAR FIGUEIRA DE ALMEIDA (EMBARGANTE)
AUTOPETRO CALIFORNIA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYLO OLIVEIRA DE MORAIS OAB - MT20158-A (ADVOGADO)
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013711-48.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO ROCHA BRUGNOLO (EMBARGANTE)
CELIO BRUGNOLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO LANZARINI OAB - MT11553-O (ADVOGADO)
CESAR ROBERTO BONI OAB - MT8268-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EQUILIBRIO - INDUSTRIA QUIMICA EIRELI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS FELIPE LAMMEL OAB - MT7133-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003581-24.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CIBELE TELLES DORNELLES (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENISE RODEGUER OAB - MT15121-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003310-76.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MULTICREDITO PROMOTORA DE CREDITO E SERVICOS LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON JOSE ANDERSEN BALLAO OAB - PR8351-A (ADVOGADO)
FREDERICO RICARDO DE RIBEIRO E LOURENCO OAB - PR29134-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BALI OTICAS LTDA - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS MENIN OAB - MT25903-A (ADVOGADO)
LUCAS DA SILVA BARBOSA OAB - MT25909-A (ADVOGADO)
MARCIO SILVA DA COSTA OAB - MT24176/O-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017834-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VERONICA LADISLAU BARBOSA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO SILVA OAB - MT18408-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RONALDO BORGES DA SILVA (AGRAVADO)
HERALDO BORGES DA SILVA (AGRAVADO)
ROBERTO BORGES DA SILVA (AGRAVADO)
ELIANE BORGES DA SILVA MACEDO (AGRAVADO)
DINAMARA BORGES DA SILVA (AGRAVADO)
ROSANGELA BORGES DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSUE ALVES NASCIMENTO OAB - MT20466-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE GERALDO BARBOSA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000056-24.2010.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL PELEGRIN (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AIRTON MARTINS DA COSTA OAB - AC2764 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA ALVARES BASTOS (EMBARGADO)
ELIANA DAIANA ROSETTO (EMBARGADO)
ALCÍDIO BASTOS (EMBARGADO)
ADELCIO BASTOS (EMBARGADO)
ALCIMAR BASTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANTE DE LUCIA FILHO OAB - MT297130-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ODETE TEREZINHA RODRIGUES PELEGRIM (TERCEIRO INTERESSADO)
SEBASTIAO PEDRO BARALDI (TERCEIRO INTERESSADO)
CEDENIRA APARECIDA DE ANDRADE BARALDI (TERCEIRO INTERESSADO)
VANDERLEI DEZIDERIO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARTA BARALDI DEZIDERIO (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONEL DA CUNHA MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
LUZDALVA TEIXEIRA MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001930-34.2015.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
OI S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO RURAL DE ARAPUTANGA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA LUCIA DE FREITAS ALVAREZ OAB - MT8311-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030963-70.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALPHAVILLE URBANISMO S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA NAZIMA OAB - SP169451-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO ALPHAVILLE CUIABA (EMBARGADO)
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO PAULO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR OAB - MT12007-O (ADVOGADO)
MILTON MARTINS MELLO OAB - MT3811-O (ADVOGADO)
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação do Relator

Protocolo Número/Ano: 14492 / 2017 APELAÇÃO Nº 14492/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS APELANTE(S) - ESPÓLIO DE FEREZ BECHARA REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE ANIZ BECHARA E OUTRO(s) (Advs: Dr. CLEISE CLEMENTI - OAB 197042/SP), APELADO(S) - ASSOCIAÇÃO DS PRODUTORES RURAIS DA SUCURUÍNA II (Advs: Dr. ANDRE NEWTON DE FIGUEIREDO CASTRO - OAB 8392/MT), APELADO(S) - LÍVIO JOSÉ ANDRIGHETTI (Advs: Dr(a). EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB 13431-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Este Recurso exige julgamento simultâneo com as Apelações n. 0001216-04.2016.8.11.0050 e n. 0001238-62.2016.8.11.0050.Assim, retire-o da sessão de julgamento do dia 18-12-2019, e, após o Recesso, retornem todos conclusos para deliberação.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Relator

Protocolo Número/Ano: 85539 / 2017 APELAÇÃO Nº 85539/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS APELANTE(S) - ESPÓLIO DE FEREZ BECHARA , REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE ANIZ BECHARA E OUTRO(s) (Advs: Dr. CLEISE CLEMENTI - OAB 197042/SP, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - CARLOS ROBERTO MENDES E OUTRO(s) (Advs: Dr. CELSO BORGES DE MOURA - OAB 9124/MT)

Decisão: Este Recurso exige julgamento simultâneo com as Apelações n. 0001216-04.2016.8.11.0050 e n. 0001238-62.2016.8.11.0050.Assim, retire-o da sessão de julgamento do dia 18-12-2019, e, após o Recesso, retornem todos conclusos para deliberação.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Relator

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001050-63.2013.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
V. B. P. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. G. F. (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001050-63.2013.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006400-18.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT8029-O (ADVOGADO)
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HDI SEGUROS S.A. (APELADO)
ELAINE OLIMPIO PEREIRA DE BRITO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIANARU DA SILVA PAIXAO OAB - MT10105-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0006400-18.2017.8.11.0013 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019192-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
Juízo da 2ª Vara Especializada de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1019192-55.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Intimação

Intimação de pauta Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1000376-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J. M. T. (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO FAUSTINO NETO OAB - MT10364-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. V. A. T. (RÉU)
A. A. D. S. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 06 de Fevereiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenario 01.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019192-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
Juízo da 2ª Vara Especializada de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1019192-55.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019208-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
2.ª Vara Especializada de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1019208-09.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1017323-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO MICHELS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES OAB - MT83161-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA MOURA CAMPOE (RECLAMADO)
MARCOS ANDRE MOURA CAMPOE (RECLAMADO)
ALONSO CAMPOE TURBIANO (RECLAMADO)
CARLA ROMANO CAMPOE (RECLAMADO)
CONSTRUTORA CAMPOY LIMITADA (RECLAMADO)

"...Com essas considerações, não conheço da presente reclamação. P.I.C " Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. José Zuquim Nogueira-Desembargador Relator

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019208-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
2.ª Vara Especializada de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1019208-09.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1010051-80.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JALCON FRANCISCO TEODORO (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO LUIS COSTA SAGGIN OAB - MT5734-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AVANILDA SANTEIRO TEODORO SOUSA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURIANA COPETTI DO AMARAL OAB - GO22265 (ADVOGADO)

Ação Rescisória nº 1010051-80.2017.8.11.0000 – Barra do Garças Autor: Jalcon Francisco Teodoro Ré: Avanilda Santeiro Teodoro Sousa V I S T O S. Trata-se de cumprimento de sentença requerido por Lauriana Copetti e Thaís Liziane da Rosa Dourado nos autos da ação rescisória intentada por Jalcon Francisco Teodoro contra Avanilda Santeiro Teodoro Sousa, visando o recebimento da verba honorária sucumbencial, no montante atualizado de R$ 84.571,62 (oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) (id. 5974684). Compulsando os autos, verifico que foi deferida a penhora do imóvel indicado pelas exequentes, mediante Carta Precatória junto ao Juízo da Comarca de Mineiros/GO, com expedição do mandado de penhora e avaliação para cumprimento, com as anotações de praxe (id. 8456637). Dessa forma, com o retorno da aludida carta precatória, o referido bem foi penhorado, contudo, não foi procedida a sua avalição (id. 23453984), de modo foi determinada a intimação das exequentes para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Todavia, nada mais foi requerido pelas exequentes, conforme certidão de id. 27717499, razão pela qual o feito deve ser arquivado. Posto isso, feitas as anotações de estilo, arquive-se. P. I. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006316-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TONY TABACARIA EIRELI - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS BARELLA OAB - MT19537-A (ADVOGADO)
FELIPE AUGUSTO PREDIGER WITT OAB - MT25342/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILKEN BRUNO DOS SANTOS OAB - MG172257 (ADVOGADO)
MARLEN PEREIRA DE OLIVEIRA OAB - MG53261-O (ADVOGADO)

Com intimação aos patronos da Parte Embargada: MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem sobre o Recurso interposto nestes autos.

Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019135-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OTACILO DIAS DE MOURA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019135-37.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019151-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUDIO FRANK MENDES CABRAL (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
WANDER MARTINS BERNARDES OAB - MT15604-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (IMPETRADO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019151-88.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019154-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELE CAMARGO RIBEIRO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCO JOSE CARNEIRO FERREIRA OAB - MT11246-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (IMPETRADO)
EXCELENTISSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019154-43.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019157-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDEVALDO CARVALHO OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS (IMPETRADO)
GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS (IMPETRADO)
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO (IMPETRADO)
ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019157-95.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019158-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENER SANTOS DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS (IMPETRADO)
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS (IMPETRADO)
GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019158-80.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019177-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAYTIBY NATALIE CORDEIRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA OAB - MT18139-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado Mato Grosso (IMPETRADO)
MAURO MENDES FERREIRA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019177-86.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Processo Número: 1019181-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILVANE REINKE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO QUEIROZ GARCIA OAB - MT21052-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019181-26.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019204-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SANTOS DALPIAZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE PAULO BORGES DE ASSIS OAB - MS17127 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019204-69.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019223-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CASA D'IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA LIMITADA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019223-75.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019225-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ABATEDOURO E FRIGORIFICO COLIDER LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONIQUE FACCIN VILELA OAB - MT17724-A (ADVOGADO)
THALLES DE SOUZA RODRIGUES OAB - MT9874-A (ADVOGADO)
JORDAN EMANOEL FERREIRA DA PAIXAO OAB - MT27145/O (ADVOGADO)
CRISLAINE BALDO OAB - MT20510/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
EXCELENTISSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETARIO DE ESTADO DE FAZENDA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019225-45.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019135-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OTACILO DIAS DE MOURA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019135-37.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 12:23:57 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019151-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUDIO FRANK MENDES CABRAL (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
WANDER MARTINS BERNARDES OAB - MT15604-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (IMPETRADO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019151-88.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 09:51:33 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019154-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELE CAMARGO RIBEIRO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCO JOSE CARNEIRO FERREIRA OAB - MT11246-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (IMPETRADO)
EXCELENTISSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019154-43.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 10:19:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019157-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDEVALDO CARVALHO OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS (IMPETRADO)
GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS (IMPETRADO)
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO (IMPETRADO)
ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019157-95.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 11:05:21 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1017971-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MONTE GERIZIM - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA ANGELICA DE MORAES NAVARRO OAB - MT6606-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão: "[...] Ante o exposto, com fulcro no artigo 6º, §5º da Lei 12.016/2009, denego o mandado de segurança. Intime-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator"

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1014423-04.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
JAMILSON ADRIANO DE SOUZA MOURA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CHRISTIANO CESAR DA SILVA OAB - MT14688-A (ADVOGADO)
BRUNO NOGUEIRA CAMELO OAB - MT24813-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO)
JAFFER BARBOSA SCHAPHAUSER OAB - MT20549-A (ADVOGADO)
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (LITISCONSORTES)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao agravado para apresentar contraminuta ao Agravo Interno, no prazo legal, nos termos do art. 1.021, §2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019158-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENER SANTOS DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS (IMPETRADO)
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS (IMPETRADO)
GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019158-80.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019177-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAYTIBY NATALIE CORDEIRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA OAB - MT18139-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado Mato Grosso (IMPETRADO)
MAURO MENDES FERREIRA (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019177-86.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:33:15 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1012970-08.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS DUTRA BARRETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAUL CLAUDIO BRANDAO OAB - MT19145-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO VERDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
SIMONE GRISON BARRETO BREHULA (TERCEIRO INTERESSADO)
ASSIS BARRETO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO ROBERTO BREHULA (TERCEIRO INTERESSADO)

Posto isso, a fim de se evitar decisão surpresa, determino a intimação do impetrante para que demonstre com clareza, no prazo de 05 dias, a necessidade/utilidade da prestação jurisdicional nos autos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Gilberto Lopes Bussiki Juiz de Direito Convocado

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1009574-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO MIRANDA LOURES OAB - PR97086 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao agravado para apresentar contraminuta ao Agravo Interno, no prazo legal, nos termos do art. 1.021, §2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019181-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILVANE REINKE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO QUEIROZ GARCIA OAB - MT21052-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019181-26.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019111-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NADIA CRISTINA DA SILVA SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO - IBFC (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termo do artigo 10 da Lei n. 12.016/09, e, de consequência, DENEGO a segurança. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Intimem-se e cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator"

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1009446-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLY MUSICA DE LIMA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, RECONHEÇO a perda superveniente do interesse processual e, consequentemente, JULGO EXTINTO o Mandado de Segurança, com fundamento no art. 485, VI, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se. Dê-se ciência às partes. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019204-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SANTOS DALPIAZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JOSE PAULO BORGES DE ASSIS OAB - MS17127 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019204-69.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019072-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ISLIENE AUXILIADORA CORREA DE MAGALHAES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTINO ANTONIO DA SILVA NETO OAB - MT6707-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETÁRIO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Na impetração de mandado de segurança é indispensável a utilização do editor interno do sistema do Processo Judicial Eletrônico ou de arquivo portable document format (“pdf”), de qualidade padrão “PDF-A”, na forma da Resolução nº 3, de 12 de abril de 2018, do Tribunal: “O peticionamento inicial e intermediário no Sistema PJe poderá ser realizado pelo editor de texto interno do sistema ou pela inclusão de arquivo portable document format (‘pdf’), de qualidade padrão ‘PDF-A’, a critério do peticionante.” (artigo 26, § 2º). Dessa forma, intimem-se a impetrante para, no prazo de quinze (15) dias, corrigir. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018714-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA OAB - MT15734 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (IMPETRADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE (LITISCONSORTES)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão: "[...] Forte nessas razões, reconheço a ilegitimidade passiva do Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, bem como defiro o pedido de liminar, vindicado pelo Impetrante, para que seja mantido no certame, afastando a sua exclusão quanto à não recomendação da fase de Investigação Social. Notifique-se, pessoalmente, a autoridade coatora, quanto à presente decisão, bem assim para que preste informações no prazo legal. Cumpra-se a providência do inciso II do art. 7o da Lei nº.12.016/2009. Após, ouça-se a Procuradoria-Geral de Justiça. Por fim, voltem-me conclusos para julgamento. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator."

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1014937-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO ALMEIDA OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALISON LUCIO DE OLIVEIRA OAB - MT25664/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão: "[...] Ante o exposto, ao menos neste momento processual, INDEFIRO A LIMINAR requerida. Intime-se. Cumpra-se art. 7º, I e II da Lei nº 12.016/2009. Após, colha-se o parecer da i. Procuradoria Geral de Justiça. Cuiabá/MT, data da assinatura digital. Desa. MARIA EROTIDES KNEIP Relatora"

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1015636-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA PILONETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Essas, as razões por que: i) defiro a liminar para determinar que o Governador do Estado de Mato Grosso nomeie a impetrante no prazo de dez (10) dias; ii) ordeno a notificação da autoridade indicada coatora do conteúdo da petição inicial, para que preste, no prazo de dez (10) dias, as informações; iii) determino ciência ao Procurador-Geral do Estado. Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator"

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019223-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CASA D'IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA LIMITADA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019223-75.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:41:34 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019225-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ABATEDOURO E FRIGORIFICO COLIDER LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONIQUE FACCIN VILELA OAB - MT17724-A (ADVOGADO)
THALLES DE SOUZA RODRIGUES OAB - MT9874-A (ADVOGADO)
JORDAN EMANOEL FERREIRA DA PAIXAO OAB - MT27145/O (ADVOGADO)
CRISLAINE BALDO OAB - MT20510/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
EXCELENTISSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETARIO DE ESTADO DE FAZENDA (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019225-45.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:50:45 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Primeira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019136-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA (IMPETRANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA OAB - GO44870-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAUENES ALVES ARAUJO (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019136-22.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019159-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. S. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS SALOME DE SOUZA OAB - MT24554-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. T. V. C. D. C. D. P. E. L. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
E. O. L. (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019159-65.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019160-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVALDO BATISTA DA SILVA (RÉU)
JUIZO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019160-50.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019164-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VITOR MARTINS DE MORAIS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB - MT23886-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
João Bosco Soares da Silva (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019164-87.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019178-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE CUIABÁ (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019178-71.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019186-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NILTON MARCOS NUNES PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON MARCOS NUNES PEREIRA OAB - MT15481-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE ROSARIO OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
EDINEI ABRAO RODRIGUES (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019186-48.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019187-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON ARIAN FERNANDES E SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KÁTIA RODRIGUES OLIVEIRA, (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019187-33.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019202-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO SANCHES MERCANTES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS MOREIRA MILHOMEM OAB - MT21907-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DE BRASNORTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1019202-02.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019207-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE FRANCIELI DE MOURA SILVA (IMPETRANTE)
ALINE ALVES BORGES DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA BELLEZE SILVA OAB - MT9601-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAPURAH (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019207-24.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MARCOS MACHADO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019218-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO CARLOS FERREIRA LIMA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SAYEG HUMSI DE MELLO ESPINDOLA OAB - SP424340 (ADVOGADO)
ILSON CARLOS JUNIOR OAB - SP423094 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019218-53.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019136-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA OAB - GO44870-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAUENES ALVES ARAUJO (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019136-22.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 19:01:25 e distribuído inicialmente para o Des(a). PAULO DA CUNHA

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0027553-54.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
JOSAIR JOSE RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO POUSO MIRANDA OAB - MT12333-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANTONIO RIBEIRO DA SILVA (VÍTIMA)

"A defesa do apelante de JOSAIR JOSÉ RODRIGUES pleiteou pela apresentação das razões na Instância Superior, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código Processo Penal, intime-se para que sejam apresentadas as devidas razões do recurso de apelação". Desembargador PAULO DA CUNHA Relator

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002678-06.2019.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELL FELIPE BRASILEIRO LEITE (APELANTE)
MATEUS PEREIRA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENTO JOSE DE ALENCAR OAB - MT14539-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

"Conforme manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça (Id.: 27827470), a defesa do apelante de MATHEUS PEREIRA DA SILVA, pleiteou pela apresentação das razões na Instância Superior, nos termos do artigo 600, § 4º, do Código Processo Penal, intime-se para que sejam apresentadas as devidas razões do recurso de apelação". Desembargador PAULO DA CUNHA Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018919-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MAYKO JORIATTI DE MATOS (TERCEIRO INTERESSADO)
ARLONN AUGUSTO MARQUES DO AMARAL (TERCEIRO INTERESSADO)
MONICA IRACEMA DA GUIA SILVA (VÍTIMA)
MARIA EUGENIA DA GUIA SILVA (VÍTIMA)
ELENICE SCHMIDT BATISTA OAB - MT16790/O-O (ADVOGADO)
FABIO JEFERSON BARBOSA DE FREITAS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018710-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ONORIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DANIELA DE SOUZA FREITAS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018597-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO FARIAS SABER (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GUSTAVO FARIAS SABER OAB - MT15959-O (ADVOGADO)
FERNANDO DANIEL CARAMELLO (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALANNYS ROXA KAYSER (VÍTIMA)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019018-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDMAR GOMES DE VASCONCELOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMAR GOMES DE VASCONCELOS OAB - MT13612-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ADMILSON RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CLEBER ALVES OU CLEBERSON ALVES (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDEMAR MARTINS DO CARMO (TERCEIRO INTERESSADO)
VITOR HUGO ALVES DA FONSECA (PACIENTE)
EDMAR GOMES DE VASCONCELOS OAB - MT13612-O (ADVOGADO)

Assim, por não vislumbrar a suficiência de cautelares diversas para frear a reiteração delitiva do paciente, INDEFIRO a liminar vindicada.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018952-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANE ANDRADE RODRIGUES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 12ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LUCIANO PEREIRA JARA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DEIKSON LEON ARRUDA E SILVA (PACIENTE)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018678-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO DA SILVA PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO DA SILVA PEREIRA OAB - MT10446-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3ª VARA CRIMINAL DE VÁRZEA GRANDE/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FABRICIO BENEDITO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
FELIPE DA SILVA GOMES (PACIENTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO

INTERESSADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018874-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ADRIANO DE OLIVEIRA (PACIENTE)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018925-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARIA EUGENIA DA GUIA SILVA (VÍTIMA)
MAYKO JORIATTI DE MATOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MONICA IRACEMA DA GUIA SILVA (VÍTIMA)
FABIO JEFERSON BARBOSA DE FREITAS (TERCEIRO INTERESSADO)
ARLONN AUGUSTO MARQUES DO AMARAL (PACIENTE)
ELENICE SCHMIDT BATISTA OAB - MT16790/O-O (ADVOGADO)
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018947-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARAPUTANGA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JEFFERSON LUIZ SCOTTI (PACIENTE)
JEFFERSON ANTONIONE RODRIGUES (VÍTIMA)
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)

Nesse contexto, não identifico elementos plausíveis a justificar a concessão da liminar, que fica INDEFERIDA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019159-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. S. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS SALOME DE SOUZA OAB - MT24554-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. T. V. C. D. C. D. P. E. L. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
E. O. L. (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019159-65.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019160-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVALDO BATISTA DA SILVA (RÉU)
JUIZO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019160-50.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019164-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VITOR MARTINS DE MORAIS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB - MT23886-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
João Bosco Soares da Silva (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019164-87.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019133-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLE DA SILVA E SOUSA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE DA SILVA E SOUSA OAB - MT25713-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RENATA DO CARMO EVARISTO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FRANTIESCOLI VIEIRA MORAES (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019133-67.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 22:34:37 e distribuído inicialmente para o Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002847-36.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO BATISTA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

"...Com efeito, indefiro o pedido de degravação da mídia. Outrossim, determino a intimação do advogado constituído, a fim de que sejam apresentadas as razões do seu recurso de apelação". Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019178-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE CUIABÁ (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019178-71.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:41:07 e distribuído inicialmente para o Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018664-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEYVISON BARRETO DE SOUZA (IMPETRANTE)
MARCIO JOSE DA SILVA (IMPETRANTE)
EMERSON RODRIGUES DA SILVA (IMPETRANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872-A (ADVOGADO)
GEORGE CLINTON SOUZA SILVA (PACIENTE)

"(...) Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar. Intimem-se. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019186-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NILTON MARCOS NUNES PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON MARCOS NUNES PEREIRA OAB - MT15481-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE ROSARIO OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
EDINEI ABRAO RODRIGUES (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019186-48.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019187-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON ARIAN FERNANDES E SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KÁTIA RODRIGUES OLIVEIRA, (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019187-33.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018738-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SAMUEL FERREIRA VASCONCELOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMUEL FERREIRA VASCONCELOS OAB - MT24920-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAÚBA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DELNICE SILVA LAMEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
APARECIDO EXPEDITO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
SONIA VILHALVA AGUIRRE (TERCEIRO INTERESSADO)
JESSICA PEREIRA DA SILVA LEAO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSILENE RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIA AGUIAR ARAÚJO (VÍTIMA)
SAMUEL FERREIRA VASCONCELOS OAB - MT24920-O (ADVOGADO)
ALICE BEATRIZ VILHALVA RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)

"(...) Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar. Intimem-se. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019202-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO SANCHES MERCANTES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS MOREIRA MILHOMEM OAB - MT21907-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DE BRASNORTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1019202-02.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019218-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO CARLOS FERREIRA LIMA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SAYEG HUMSI DE MELLO ESPINDOLA OAB - SP424340 (ADVOGADO)
ILSON CARLOS JUNIOR OAB - SP423094 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019218-53.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:31:47 e distribuído inicialmente para o Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Intimação do Relator

Protocolo Número/Ano: 73727 / 2019 APELAÇÃO Nº 73727/2019 - CLASSE CNJ - 417 COMARCA CAPITAL APELANTE(S) - RONEI JOSÉ DA SILVA (Advs: Dr. RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB 3301/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELANTE(S) - UDESON DE SOUZA LIMA (Advs: Dr. CARLOS EDUARDO DUARTE TEIXEIRA - OAB 11383/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: "[...] Determino a intimação da defesa do réu Ronei José da Silva, **Dr. Ricardo Monteiro da Silva Monteiro – OAB/MT 3.301** – (fl. 2.809 a 2.811), para apresentar as razões do recurso de apelação na superior instância, nos moldes do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal. Após, ao Ministério Público para as contrarrazões recusais. Retornando os autos, à ilustrada Procuradoria-Geral de Justiça. Cumpra-se." ***PAULO DA CUNHA*** **-** Relator.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006616-52.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS FELIPE PIRES DE ARRUDA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006616-52.2018.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001027-28.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
P. G. D. J. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. J. S. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NIVALDO PEREIRA DA SILVA OAB - MT17795-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
I. Y. O. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0001027-28.2018.8.11.0059 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010779-09.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:

HYAGO JUNIO DE JESUS SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0010779-09.2018.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MARCOS MACHADO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006291-74.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OZIL GONCALVES DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR DE OLIVEIRA OAB - MT16686-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAROLINA DE CARVALHO (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0006291-74.2019.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000924-06.2015.8.11.0098
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EVANDRO MARQUES DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTAVIO SIMPLICIO KUHN OAB - MT14238-O (ADVOGADO)
FRANCIS RAIANE KISCHNER OAB - MT20615-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0000924-06.2015.8.11.0098 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001964-64.2012.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROFINO EDMUNDO DE TOLEDO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001964-64.2012.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Segunda Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019131-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EUSTAQUIO INACIO DE NORONHA NETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUSTAQUIO INACIO DE NORONHA NETO OAB - MT12548-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ELITON CARLOS ZARDO (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019131-97.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019132-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GELSON PAULINO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DEUZAMAR FERREIRA NUNES OAB - MT22222/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz De Direito da Comarca de Guarantã do Norte (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019132-82.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019165-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON PATRIC BORDINHAO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNIDA DA COMARCA DE CLÁUDIA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019165-72.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019166-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019166-57.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019168-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROMISLEI GONCALVES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR OAB - MT7167-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO GABINETE 2 DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ - DR. LEONARDO DE CAMPOS COSTA E SILVA PITALUGA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019168-27.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019190-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO GRANGEIRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
FABIO GRANGEIRO DA SILVA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019190-85.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015896-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE CARLOS ALMEIDA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTES E LACERDA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
REGINALDO SOUZA SILVA (PACIENTE)
FELIPE CARLOS ALMEIDA OAB - MT19847-O (ADVOGADO)
MATEUS FELIX DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
D. R. S. O. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: #{processoTrfHome.instance.numeroProcesso} Classe: #{processoTrfHome.instance.classeJudicial} Assunto: #{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr} Relator: Des(a). #{processoTrfHome.getNomeJuizOrgaoJulgador()} ': java.lang.NullPointerException Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). ALBERTO FERREIRA DE SOUZA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [FELIPE CARLOS ALMEIDA - CPF: 039.800.151-06 (ADVOGADO), REGINALDO SOUZA SILVA - CPF: 062.217.731-13 (IMPETRANTE), EX. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DE PONTES E LACERDA (IMPETRADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), REGINALDO SOUZA SILVA - CPF: 062.217.731-13 (PACIENTE), FELIPE CARLOS ALMEIDA - CPF: 039.800.151-06 (ADVOGADO), FELIPE CARLOS ALMEIDA - CPF: 039.800.151-06 (IMPETRANTE), MATEUS FELIX DE OLIVEIRA - CPF: 057.078.761-03 (TERCEIRO INTERESSADO), D. R. S. O. - CPF: 062.470.231-62 (VÍTIMA), JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTES E LACERDA (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU A ORDEM, CONFIRMANDO A LIMINAR DEFERIDA. E M E N T A HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – PRISÃO PREVENTIVA – INCONFORMISMO – SUSCITADA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR – OCORRÊNCIA – DECISÃO GENÉRICA E FUNDADA NA GRAVIDADE ABSTRATA DA CONDUTA DELITIVA – AUSÊNCIA DE RISCO À ORDEM PÚBLICA – INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS A INDICAREM A IMPRESCINDIBILIDADE DA PRISÃO – IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO ART. 319 DO CPP – CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO – ORDEM CONCEDIDA. Restando ausente no decreto preventivo a necessária fundamentação idônea, apta a sobressair às próprias elementares do tipo penal, configurada está a prescindibilidade da prisão preventiva e a suficiência das medidas cautelares menos gravosas previstas no art. 319 do CPP.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015074-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALINOR SENA RODRIGUES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RONILDO MENDES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE PIRES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCISCA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE CARLOS VITOR DOS SANTOS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALINOR SENA RODRIGUES OAB - MT11453-O (ADVOGADO)

Número Único: #{processoTrfHome.instance.numeroProcesso} Classe: #{processoTrfHome.instance.classeJudicial} Assunto: #{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr} Relator: Des(a). #{processoTrfHome.getNomeJuizOrgaoJulgador()} ': java.lang.NullPointerException Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). ALBERTO FERREIRA DE SOUZA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [ALINOR SENA RODRIGUES - CPF: 284.401.961-72 (ADVOGADO), ALINOR SENA RODRIGUES - CPF: 284.401.961-72 (IMPETRANTE), JOSE CARLOS VITOR DOS SANTOS - CPF: 009.061.211-67 (IMPETRANTE), EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT (IMPETRADO), JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (IMPETRADO), JOSE CARLOS VITOR DOS SANTOS - CPF: 009.061.211-67 (PACIENTE), ALINOR SENA RODRIGUES - CPF: 284.401.961-72 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), RONILDO MENDES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), FRANCISCA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), ALEXANDRE PIRES DE OLIVEIRA - CPF: 942.966.421-20 (TERCEIRO INTERESSADO), RONILDO MENDES DA SILVA - CPF: 059.190.731-36 (TERCEIRO INTERESSADO), FRANCISCA DA SILVA - CPF: 016.233.351-08 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – DECRETAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA – INSURGÊNCIA – TESE NEGATIVA DE AUTORIA – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA – PRETENSA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA – IMPROCEDÊNCIA – PRISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO EM FAVOR DO BOM ANDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO – PRAZO NÃO EXPIRADO ANTE A AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA ORDEM PRISIONAL – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO ORIENTATIVO N.º 43 DA TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DESTE TRIBUNAL – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA. 1. A discussão acerca de ter ou não o paciente qualquer envolvimento com as investigações em andamento demanda um acurado exame do conjunto fático-probatório a ser produzido durante o próprio inquérito e, eventualmente, em instrução probatória em juízo, não cabendo exame na via estreita do “habeas”. 2. Em que pese o caráter excepcional que reveste a privação cautelar da liberdade de ir e vir, demonstrados os pressupostos autorizadores da prisão temporária (art. 1º, incisos I e III, alínea “h”, da Lei 7.960/1989), bem como indicados os fatos concretos que dão suporte à sua imposição, como na hipótese em análise, é de ser mantida a segregação cautelar do paciente. 3. Não se vislumbra a expiração do prazo legal estipulado para a prisão temporária quando sequer foi efetivado o cumprimento da ordem prisional, ante a fuga do distrito da culpa. 4. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia (Enunciado Orientativo n.º 43 da Turma de Câmaras Criminais Reunidas deste Tribunal).

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1009963-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO ALMEIDA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ FERREIRA DE CAMPOS OAB - MT18496-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (RECORRIDO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JANICE OLIVEIRA DOS SANTOS ALMEIDA (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [JANICE OLIVEIRA DOS SANTOS ALMEIDA - CPF: 022.831.461-51 (VÍTIMA), RENATO ALMEIDA SILVA - CPF: 551.756.001-68 (RECORRENTE), ANDRE LUIZ FERREIRA DE CAMPOS - CPF: 842.270.521-49 (ADVOGADO), MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (RECORRIDO), MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PRONÚNCIA –FEMINICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E MEIO CRUEL QUE DIFICULTOU A DEFESA – PRETENSA DESPRONÚNCIA, ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE – APONTADA A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA – INVIABILIDADE – EXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA – PRETENDIDO DECOTE DAS QUALIFICADORAS – INVIABILIDADE – QUALIFICADORAS AMPARADAS EM RAZOÁVEIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL – GRAVIDADE DO CRIME E FUGA DO DISTRITO DA CULPA – RECURSO DESPROVIDO. Havendo provas robustas da materialidade do fato e indícios suficientes de autoria deve ser mantida a decisão de pronúncia, porquanto esta não reclama o mesmo juízo de certeza necessário à condenação, constituindo mero juízo de admissibilidade da acusação, de modo que as dúvidas que ainda persistem serão, por óbvio, dissipadas pelo Corpo de Jurados. As qualificadoras apenas podem ser excluídas quando se mostrarem manifestamente improcedentes e de todo descabidas, pois havendo incertezas quanto à sua configuração nesta quadra procedimental, forçoso sejam elas dirimidas pelo Tribunal do Júri. Persistentes os motivos que outrora determinaram a decretação da prisão preventiva, não há falar em revogação da constrição cautelar da liberdade.

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1009725-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSÉ MARTINS VIEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILMARY DOS SANTOS VILELA OAB - MT20662-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - GUIRATINGA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Goncalo Izidoro de Souza (VÍTIMA)
ADRIANO LOPES DA CONCEICAO (VÍTIMA)
GONÇALO IZIDORO DE SOUZA (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [Goncalo Izidoro de Souza (VÍTIMA), ADRIANO LOPES DA CONCEICAO - CPF: 048.609.033-74 (VÍTIMA), JOSÉ MARTINS VIEIRA (RECORRENTE), WILMARY DOS SANTOS VILELA - CPF: 282.960.951-49 (ADVOGADO), MPEMT - GUIRATINGA (RECORRIDO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - GUIRATINGA (RECORRIDO), GONÇALO IZIDORO DE SOUZA (VÍTIMA)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PRONÚNCIA POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO – INCONFORMISMO DA DEFESA – PRETENDIDA A DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA PREVISTA NO ART. 129 DO CP – INVIABILIDADE – CONTEXTO PROBATÓRIO A SUGERIR A PRESENÇA DE ANIMUS NECANDI – DÚVIDAS QUANTO À HIPÓTESE DESCLASSIFICATÓRIA – COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA DIRIMIR A DÚVIDA – DECISÃO DE PRONÚNCIA COMO DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO – RECURSO DESPROVIDO. Inexistindo certeza incontrastável quanto ao real intento do acusado, impõe-se a manutenção da decisão de pronúncia, pois a apreciação pormenorizada da conduta imputada e a solução das eventuais dúvidas a respeito da intenção do agente ficam a cargo do egrégio Tribunal Popular.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0019084-48.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CARVALHO DE SOUZA (APELANTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMAR COELHO DA SILVA OAB - MT14948-O (ADVOGADO)
JOSE MARCIO DE OLIVEIRA OAB - MT14247-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE CARVALHO DE SOUZA (APELADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMAR COELHO DA SILVA OAB - MT14948-O (ADVOGADO)
JOSE MARCIO DE OLIVEIRA OAB - MT14247-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BANCO BRADESCO S/A (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELANTE), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), BANCO BRADESCO S/A (VÍTIMA), ALEXANDRE CARVALHO DE SOUZA - CPF: 731.952.781-20 (APELADO), ADEMAR COELHO DA SILVA - CPF: 545.627.161-34 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JOSE MARCIO DE OLIVEIRA - CPF: 514.331.091-15 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), ADEMAR COELHO DA SILVA - CPF: 545.627.161-34 (ADVOGADO), ALEXANDRE CARVALHO DE SOUZA - CPF: 731.952.781-20 (APELANTE), JOSE MARCIO DE OLIVEIRA - CPF: 514.331.091-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO DA DEFESA E JULGOU PREJUDICADO O APELO DA ACUSAÇÃO. E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – TENTATIVA DE ROUBO IMPRÓPRIO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DA DEFESA – ALMEJADA A ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO – SUPOSTA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA CAPAZES DE APERFEIÇOAR UM JUÍZO DE CERTEZA – PROVIMENTO – PROVA TÉCNICA NÃO PRODUZIDA NO SENTIDO DE APONTAR QUEM ERA O INTERLOCUTOR DA CHAMADA TELEFÔNICA TRAVADA PELO RÉU NO MOMENTO DA ABORDAGEM POLICIAL – NÃO ESTABELECIDO O NEXO CAUSAL ENTRE A SUPOSTA CONDIÇÃO DE “OLHEIRO” E A SUBTRAÇÃO QUE ESTAVA EM CURSO NA AGÊNCIA BANCÁRIA – INCONFORMISMO DA ACUSAÇÃO – REQUERIDA A CONDENAÇÃO NA MODALIDADE CONSUMADA – RECURSO PREJUDICADO – PROVIDO O RECURSO DA DEFESA E PREJUDICADO O RECURSO DA ACUSAÇÃO. 1. Deve-se privilegiar o princípio in dubio pro reo (artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal) quando não existirem robustos elementos de prova a embasar o pronunciamento condenatório, por não ter o Ministério Público se desvencilhado do ônus que lhe cabe (artigo 156 do Código de Processo Penal). 2. Caracteriza-se o cenário de insuficiência de provas para a condenação na hipótese em que, imputada ao denunciado a condição de “olheiro” de subtração patrimonial perpetrada contra agência bancária, não há prova capaz de estabelecer o nexo causal entre sua conduta (falar sistematicamente ao telefone por longo período de tempo nas proximidades da instituição financeira) e a subtração que concomitantemente estava em curso no banco, em razão de não se saber com quem o acusado falava ao telefone. 3. Acolhida a pretensão absolutória contida no recurso de apelação criminal interposto pela defesa

técnica, prejudica-se a análise da pretensão de reconhecimento da cons

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009127-34.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA KESS AGUILHERA PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO DA SILVA ALMEIDA OAB - MT16358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CÁCERES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [AMANDA KESS AGUILHERA PEREIRA - CPF: 063.353.121-90 (APELANTE), MARCIO DA SILVA ALMEIDA - CPF: 396.490.241-15 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - CÁCERES (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM CONCURSO MATERIAL COM ABANDO DE INCAPAZ – INSURGÊNCIA DA DEFESA – ALMEJADA A INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA REFERENTE AO TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO – IMPOSSIBILIDADE – DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS CONCRETAMENTE EVIDENCIADA – QUANTIDADE, NATUREZA E VARIEDADE DA DROGA APREENDIDA – EXISTÊNCIA DE DIVERSOS PROCEDIMENTOS PENAIS EM CURSO – PRECEDENTES DO STJ – ENUNCIADOS ORIENTATIVOS N. 30 E N. 52 DA TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DO TJMT – RECURSO DESPROVIDO. Para a incidência da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º da Lei de Drogas faz-se necessário o preenchimento cumulativo de todos os pressupostos nela contemplados, evidenciando-se ilegítima a sua aplicação em se tratando de agente que, comprovadamente, se dedique às atividades criminosas, consoante anotações de procedimentos penais em trâmite e a quantidade, natureza e variedade do entorpecente apreendidos, constituindo-se ambos os vetores em fundamentos válidos para o afastamento da minorante.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003922-17.2014.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO DA SILVA SALVALAGGIO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO CASTRO GARCIA OAB - MT13460-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA MUTUM (APELADO)
Outros Interessados:
WAGNER MACEDO (TERCEIRO INTERESSADO)
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ASSISTENTE)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - CNPJ: 77.941.490/0050-33 (VÍTIMA), ALESSANDRO DA SILVA SALVALAGGIO - CPF: 922.686.681-34 (APELANTE), GUSTAVO CASTRO GARCIA - CPF: 705.988.191-34 (ADVOGADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (ASSISTENTE), MPEMT - NOVA MUTUM (APELADO), WAGNER MACEDO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO PELOS CRIMES DE RECEPTAÇÃO E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO – RECURSO DA DEFESA – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO DE AMBAS AS IMPUTAÇÕES POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – CONJUNTURA PROBATÓRIA ROBUSTA A EVIDENCIAR A PRÁTICA DOS DELITOS PELO APELANTE – PROVA ORAL IDÔNEA – PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DA IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME DE RECEPTAÇÃO – ALEGADA AUSÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO – IMPROCEDÊNCIA – VERSÃO DO ACUSADO INVEROSSIMILHANTE – TESTEMUNHOS A CERTIFICAR A RECEPTAÇÃO DO BEM – ATESTADO O CONHECIMENTO DO CARÁTER ILÍCITO DA RES – DOLO EVIDENCIADO – ALMEJADA REDUÇÃO DAS REPRIMENDAS – PROCEDÊNCIA PARCIAL – RETIFICADA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE – ERRO MATERIAL – REDUÇÃO DA PENA DE MULTA – COLIMADA FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO – VIABILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 33 DO CP – SÚMULA 269 STJ – APELO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Inviável a absolvição do acusado das imputações da prática dos crimes de receptação e posse ilegal de arma de fogo quando o conjunto probatório revela, sem dúvidas, a materialidade e a autoria dos delitos, seja à luz dos depoimentos testemunhais, seja em razão da contextura fática. 2. Não há falar em absolvição pela prática do delito de receptação (art. 180, caput, CP) quando as provas carreadas evidenciam a ciência do réu quanto ao caráter ilícito da res (elemento subjetivo do tipo), em razão das circunstâncias aferidas in concreto. 3. Descabido o redimensionamento da pena-base quando o aumento promovido à conta da existência de uma circunstância judicial negativa se mostra escorreito. 4. Evidenciado o erro material no cálculo da reprimenda, por ocasião da segunda etapa dosimétrica, de rigor a retificação. 5. Impõe-se a readequação da pena de multa quando o número de dias-multa não guarda proporcionalidade com o montante da pena privativa de liberdade. 6. Em que pese a reincidência do réu e a subsistência de uma circunstância judicial desfavorável, quando a pena fixada não suplanta 04 (quatro) anos é factível a imposição do regime semiaberto, a teor do art. 33 do Código Penal e da súmula 269 do STJ, se o regime intermediário revelar-se necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000842-44.1996.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO VARELA DA SILVA (APELANTE)
FERREIRINHA SOARES DE ANDRADE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOABE TEIXEIRA DE OLIVEIRA OAB - SP136799-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JUAREZ MORENO GOMES (VÍTIMA)
JOAO BATISTA FERREIRA (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO), CARLOS ALBERTO VARELA DA SILVA - CPF: 318.178.821-04 (APELANTE), JOABE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - CPF: 468.252.821-15 (ADVOGADO), FERREIRINHA SOARES DE ANDRADE (APELANTE), JUAREZ MORENO GOMES (VÍTIMA), JOAO BATISTA FERREIRA (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, ANULOU, DE OFÍCIO, O JULGAMENTO DE CARLOS ALBERTO VARELA DA SILVA E PROVEU O APELO DE FERREIRINHA SOARES DE ANDRADE. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIOS QUALIFICADOS – TRIBUNAL DO JÚRI – RECURSOS DAS DEFESAS – RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DE NULIDADE ABSOLUTA A MACULAR O JULGAMENTO DE UM DOS RÉUS – OMISSÃO DE REGISTRO, NO TERMO DE VOTAÇÃO, DAS RESPOSTAS DADAS PELOS JURADOS A UMA DAS SÉRIES DE QUESITOS FORMULADOS EM RELAÇÃO AO ACUSADO – OBSERVÂNCIA DO ART. 564, III, “K”, DO CPP – IMPERIOSA A CASSAÇÃO DA DECISÃO NO TÓPICO E SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO, RESTANDO PREJUDICADO O RESPECTIVO RECURSO – PRETENDIDA A REFUSÃO DA PENA-BASE DO CORRÉU – ALMEJADO AFASTAMENTO DO DESVALOR ATRIBUÍDO AO COMPORTAMENTO DA

VÍTIMA – PROCEDÊNCIA – VALORAÇÃO NEUTRA – DE OFÍCIO, APLICADA A REGRA DA CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA ENTRE OS CRIMES – ANULADO, DE OFÍCIO, O JULGAMENTO DE CARLOS ALBERTO VARELA DA SILVA E PROVIDO O APELO DE FERREIRINHA SOARES DE ANDRADE, COM PROVIDÊNCIA EX OFFICIO. 1. Considerando que o julgamento de crimes dolosos contra a vida é feito fundamentalmente por meio da votação proferida pelo Júri quanto às perguntas formuladas pelo Juiz togado, a supressão do registro, no termo de votação, das respostas dada pelos jurados a uma das séries de quesitos compromete a própria essência do veredito, caracterizando, nos exatos termos do art. 564, inciso III, "k", do Código de Processo Penal, nulidade absoluta do julgamento, sobretudo quando não consta nos autos qualquer registro preciso acerca do seu resultado. 2. Consolidou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento jurisprudencial de que "(...) o comportamento da vítima deve considerado neutro, se em nada contribuiu para o delito, não justificando o incremento ou a redução da pena-base." (AgRg no REsp 1720603/RN, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019). 3. Se os crimes são de mesma espécie, perpetrados dentro do mesmo contexto fático-temporal, com idêntico modo de execução e derivaram de desígnios absolutamente idênticos, a indicar que o crime subsequente efetivamente constituiu prosseguimento do primeiro, impõe-se, ainda que de ofício, a aplicação da regra do art. 71, parágrafo único, do Código Penal.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000312-29.2016.8.11.0035
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATAN DA SILVA OLIVEIRA (APELANTE)
ELIZANDRO JOEL PLETSCH (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE BONISSONI OAB - MT18717-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ALTO GARÇAS (APELADO)
Outros Interessados:
VITOR HUGO DE MOURA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
FABRÍCIO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
HALLAN KENNED ALVES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA LEONIDIA DE ARAUJO (VÍTIMA)
ORLANDO CRISOSTOMO BARBOSA (VÍTIMA)
ELEONORA ARAUJO BARBOSA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARIA AUXILIADORA ARAUJO (VÍTIMA)
LUIZ LEANDRO FEITOSA NETO (VÍTIMA)
LEONARDO ARAUJO BARBOSA (VÍTIMA)
JOELMA BRITO DOS SANTOS (VÍTIMA)
MARILENE CANDIDA MASSAGUER (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MPEMT - ALTO GARÇAS (APELADO), MARILENE CANDIDA MASSAGUER - CPF: 090.895.191-49 (VÍTIMA), ELEONORA ARAUJO BARBOSA - CPF: 732.536.771-68 (VÍTIMA), MARIA AUXILIADORA ARAUJO - CPF: 101.119.301-97 (VÍTIMA), MARIA LEONIDIA DE ARAUJO - CPF: 106.107.151-00 (VÍTIMA), ORLANDO CRISOSTOMO BARBOSA - CPF: 142.816.191-00 (VÍTIMA), LEONARDO ARAUJO BARBOSA - CPF: 001.640.731-83 (VÍTIMA), JOELMA BRITO DOS SANTOS (VÍTIMA), LUIZ LEANDRO FEITOSA NETO - CPF: 968.881.481-49 (VÍTIMA), ELIZANDRO JOEL PLETSCH - CPF: 007.287.360-47 (APELANTE), TATIANE BONISSONI - CPF: 002.878.390-52 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JHONATAN DA SILVA OLIVEIRA (APELANTE), MPEMT - ALTO GARCAS (APELADO), MPEMT - ALTO GARÇAS (APELADO), FABRÍCIO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO), HALLAN KENNED ALVES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO), VITOR HUGO DE MOURA SILVA - CPF: 062.383.031-07 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DA PRELIMINAR, E NO MÉRITO, DESPROVEU O RECURSO DE JHONATAN DA SILVA OLIVEIRA E NÃO CONHECEU DO RECURSO DE ELIZANDRO JOEL PLETSCH. E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES EM CONCURSO MATERIAL COM CORRUPÇÃO DE MENORES – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DAS DEFESAS – PRELIMINAR ALEGADA EM CONTRARRAZÕES DA ACUSAÇÃO – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE UM DOS CORRÉUS POR INTEMPESTIVIDADE – ACOLHIMENTO – IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA FORA DO PRAZO LEGAL – ARTIGO 593, CAPUT, DO CPP – MÉRITO DO RECURSO REMANESCENTE – ALMEJADA A ABSOLVIÇÃO DO DELITO DO ARTIGO 244-B, CAPUT, DO ECA – ALEGADA A NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA COOPTAÇÃO DOS ADOLESCENTES E DO EFETIVO CORROMPIMENTO À ATUAÇÃO DELITIVA – IMPERTINÊNCIA – CRIME FORMAL – JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – SÚMULA 500 DO STJ – REQUESTADO O RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA EM RELAÇÃO AO DELITO DE ROUBO – IMPOSSIBILIDADE – APELANTE RECONHECIDO PELA VÍTIMA COMO UM DOS EXECUTORES DIRETOS DO DELITO PATRIMONIAL – REQUERIDA A APOSIÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL – INVIABILIDADE – EMPREGO DE FACA COMO ARMA BRANCA TRANSCENDE A MERA CARACTERIZAÇÃO DO TIPO PENAL – POSSIBILIDADE DE INCREMENTAÇÃO DA PENA-BASE – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS DE OFÍCIO – RECONHECIMENTO DO CONCURSO FORMAL DE CRIMES – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 70, CAPUT, DO CP – CÚMULO MATERIAL BENÉFICO EM RELAÇÃO A UM DOS CORRÉUS – VERIFICADA DESPROPORCIONALIDADE NA DOSAGEM DA PENA DE MULTA – READEQUAÇÃO IMPOSITIVA – NÃO CONHECIDO O RECURSO DE ELIZANDRO E DESPROVIDO O RECURSO DE JHONATAN – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS DE OFÍCIO. 1. Não deve ser conhecida a apelação criminal interposta após o prazo legal de 05 (cinco) dias previsto pelo artigo 593, caput, do Código de Processo Penal, porque não preenchido o pressuposto recursal extrínseco atinente à tempestividade. 2. O entendimento pacificado do STJ é no sentido de que o delito de corrupção de menores é formal, consumando-se com a simples prática de conduta criminosa por agente imputável na companhia de um adolescente menor de 18 (dezoito) anos, de modo que é desnecessário que se demonstre a efetiva persuasão exercida pelo agente sobre o adolescente para a prática de infração penal. 3. Impossível o reconhecimento da causa de diminuição de pena atinente à participação de menor importância (artigo 29, § 1º, do Código Penal) se há prova suficiente à demonstração de que o apelante era um dos executores diretos do delito de roubo majorado, consistente no reconhecido realizado pela vítima, que descreveu satisfatoriamente sua atuação criminosa. 4. É pertinente a exasperação da pena-base do delito de roubo em razão da utilização de faca como arma branca, mesmo após a alteração operada pela Lei n.º 13.654/2018 no Código Penal, uma vez que a utilização do artefato possui maior grau de intimidação sobre a vítima, transcendendo a mera caracterização do tipo penal. 5. Trata-se de hipótese de concurso formal próprio de crimes se os agentes, mediante uma só ação, praticam dois crimes, não idênticos, sendo possível constatar a unidade de desígnios, consistente na vontade de praticar a infração patrimonial em concurso com adolescentes (roubo majorado e corrupção de menores). 6. Nos termos do artigo 70, parágrafo único, do Código Penal, a exasperação decorrente do reconhecimento do concurso formal de crimes não pode exceder aquela que seria cabível em razão do reconhecimento do concurso material. 7. O procedimento adotado para a fixação da pena de multa deve guardar proporcionalidade com os parâmetros utilizados para a dosagem da pena privativa de liberdade.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019132-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GELSON PAULINO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DEUZAMAR FERREIRA NUNES OAB - MT22222/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz De Direito da Comarca de Guarantã do Norte (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019132-82.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 21:28:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019131-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EUSTAQUIO INACIO DE NORONHA NETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

EUSTAQUIO INACIO DE NORONHA NETO OAB - MT12548-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ELITON CARLOS ZARDO (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019131-97.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 13/12/2019 20:23:42 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO

Intimação de pauta Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017720-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RUBIA FERRETTI (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FABIANA DE OLIVEIRA VIANA (PACIENTE)
RUBIA FERRETTI OAB - MT9994-B (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Considerando a petição de Id. n. 27714482, determino o adiamento do julgamento do vertente habeas corpus por uma sessão (pauta do dia 18 de dezembro de 2019). Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desembargador Pedro Sakamoto - Relator [Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04].

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018958-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
O. A. L. F. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODACIR ANTONIO LORENZONI FERRAZ OAB - MT16597/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 7. V. C. D. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
V. C. G. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
W. M. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. P. R. P. (PACIENTE)
A. B. D. S. R. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. C. F. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. P. F. R. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. M. T. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. M. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. D. S. B. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. M. D. O. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. D. S. P. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. C. B. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

"(...) Portanto, não se mostrando nítido, primo ictu oculi, o aventado constrangimento ilegal, dito como imposto à paciente, indefiro a liminar requerida, sem prejuízo de exame mais detido pelo órgão colegiado, no julgamento de mérito do writ. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019165-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON PATRIC BORDINHAO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNIDA DA COMARCA DE CLÁUDIA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019165-72.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019166-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019166-57.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:11:26 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019141-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. J. D. A. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DE CASTRO LEITE NOGUEIRA OAB - MT5622/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. C. P. S. (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019141-44.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 15/12/2019 13:41:39 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019168-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROMISLEI GONCALVES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR OAB - MT7167-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO GABINETE 2 DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ - DR. LEONARDO DE CAMPOS COSTA E SILVA PITALUGA (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019168-27.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:32:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018815-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA OAB - MT16257-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1.ª VARA CRIMINAL DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LINAYARA DA SILVA (PACIENTE)
RAFAEL FERREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCAS ALEXSANDER OLIVEIRA MIRANDA (VÍTIMA)
ADILSON PROTAZIO FELIZARTI FAGUNDES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

"(...) Assim, sem a necessária plasticidade, indefiro a liminar, restando a beneficiária o lado sumaríssimo do habeas corpus, com o exercício efetivo da competência do Colegiado, juízo natural. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018864-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR OAB - MT22439-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ALBERTO LUIZ VARGAS JÚNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO MOREIRA DA CUNHA (PACIENTE)
EMERSON LUIZ (TERCEIRO INTERESSADO)
JUNIOR KENED LOURENCO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
OLIMAR GONCALVES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
PAULO CESAR WITCZAK (TERCEIRO INTERESSADO)
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR OAB - MT22439-A (ADVOGADO)

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DANILO LEAO MORAIS (TERCEIRO INTERESSADO)

"(...) Por conseguinte, salvo na hipótese de ilegalidade manifesta, compete ao Colegiado e não ao relator em decisão monocrática, no momento oportuno e após as informações e parecer da Procuradoria de Justiça, a análise do mérito da impetração, motivo pelo qual indefiro o pedido de liminar, restando ao beneficiário o lado sumaríssimo do writ. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018429-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
C. O. D. R. J. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR OAB - MT13822-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. C. D. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR OAB - MT13822-A (ADVOGADO)
J. A. S. M. (TERCEIRO INTERESSADO)
W. O. S. (PACIENTE)

"(...) Assim, sem a necessária plasticidade, INDEFIRO A LIMINAR, restando ao beneficiário o lado sumaríssimo do habeas corpus, com o exercício efetivo da competência do Colegiado, juízo natural. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019190-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO GRANGEIRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
FABIO GRANGEIRO DA SILVA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019190-85.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018997-70.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO AUGUSTO NEVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO AUGUSTO NEVES OAB - MT12012-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MANOEL MARCOS PIRES MOREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO SILVEIRA MOREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
S. D. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
DAIANE SANDI ROSA (VÍTIMA)
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO (PACIENTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Por conseguinte, indefiro o pedido de liminar, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada ao tempo do julgamento do mérito do presente writ.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018955-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN CARVALHO AZEVEDO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTES E LACERDA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ROBSON ANTONIO DA SILVA PASSOS (PACIENTE)
EVERTON RODRIGUES DE MELO (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DE BRASIL - AGENCIA DE PONTES E LACERDA (VÍTIMA)

Assim, dentro de um juízo de risco e não de certeza, indefiro a liminar vindicada, restando ao impetrante o lado sumaríssimo do habeas corpus, com o exercício efetivo da competência do Colegiado, juiz natural.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019081-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON CARDOSO ALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLINGTON CARDOSO ALVES OAB - DF56550 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 6ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SHOPPING TRÊS AMÉRICAS (VÍTIMA)
MATHEUS ARAUJO ANGELO (TERCEIRO INTERESSADO)
LEANDRO RODRIGUES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
VAGNO CHARLES ALVES DA SILVA (PACIENTE)
YTHALO FERREIRA DOS SANTOS SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
WELLINGTON CARDOSO ALVES OAB - DF56550 (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001360-79.2017.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMEKSON BARBOSA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - DIAMANTINO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001614-91.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
RENALDO SANTOS MONTEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE VIOLA DE ALMEIDA OAB - SP355024-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - PONTES E LACERDA (APELADO)
Outros Interessados:
OLÍCIO DOS SANTOS MONTEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROSALVO DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOSE MORAES DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005696-80.2016.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
HONOR DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY DA COSTA CAMPOS OAB - MT16944-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MARLENE FERNANDES GUIMARAES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que

será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0020693-03.2017.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EMERSON PEDRO TRINDADE DOS SANTOS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NAYA ISIS VIEIRA DOS SANTOS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012248-79.2006.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. C. -. C. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. R. T. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
G. E. D. O. B. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 0003753-02.2013.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
VALTER REIS DANTAS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ALEX MAYKSON DA COSTA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013796-27.2015.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE DE JESUS (APELANTE)
ELY BRAZ CRUZ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR AUGUSTO MAGALHAES OAB - MT3237-O (ADVOGADO)
ALINO CESAR DE MAGALHAES OAB - MT14445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-423 AGRAVO REGIMENTAL CRIMINAL
Processo Número: 1009161-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
EDIMAR FERREIRA DOS SANTOS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004712-82.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO FERNANDO GIANINI LEITE OAB - MT20037-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - JUÍNA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANDRIELLI SANTOS DE ARAUJO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006932-65.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
IZAIAS FLORIANO DA SILVA NETO (APELANTE)
YURI DAVID DA SILVA PEDROSA (APELANTE)
PAULO MARCELO SCHUK ROBERTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BATISTA DA SILVA OAB - MT7697-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARCIANO DE OLIVEIRA FRANCA (VÍTIMA)
EDIVALDO GERALDO DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006615-85.2012.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
W. F. D. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. A. F. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
E. F. H. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000356-56.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIS WELLITON DE ALMEIDA GUIMARAES (APELANTE)
JONY PETTERSON GOMES MOREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIDIA PENHA GONCALVES OAB - MT2886-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001234-77.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
P. P. P. B. E. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA SAMAY DE OLIVEIRA PANIAGO OAB - MT19572-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

M. -. J. (APELADO)
Outros Interessados:
A. S. A. D. S. (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008334-57.2014.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
DAVI ALVES DE ABREU (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
GEAZI ALVES DE ABREU (VÍTIMA)
BENEDITA ALVES DE ABREU (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001174-90.2018.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
ELIVANDO JOSE DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-A (ADVOGADO)
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT19474-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - JAURU (APELADO)
Outros Interessados:
JOSE GOMES BEZERRA FILHO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002417-66.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - CÁCERES (APELANTE)
JOILSON CESAR DA CRUZ (APELANTE)
PAULO CESAR LEMES DO ESPÍRITO SANTO (APELANTE)
ANADIR RONDON LEITE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANADIR RONDON LEITE (APELADO)
MPEMT - CÁCERES (APELADO)
PAULO CESAR LEMES DO ESPÍRITO SANTO (APELADO)
Outros Interessados:
JUARES TEOFILO DA SILVA RODRIGUES (VÍTIMA)
ANICE BENEDITA DE ALMEIDA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000500-80.2014.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ODAIR CASAGRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO SORTICA DE LIMA OAB - MT7485-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CÁCERES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANTONIO JOSE SANTANA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002282-05.2017.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
W. D. D. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINE DE GOIS CONRADI OAB - MT22077-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. T. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
M. D. O. (VÍTIMA)
E. D. C. (VÍTIMA)
F. D. S. A. (VÍTIMA)
J. A. D. S. (VÍTIMA)
E. A. R. (VÍTIMA)
A. C. B. (VÍTIMA)
M. E. D. D. A. (VÍTIMA)
D. M. R. (VÍTIMA)
D. S. D. O. (VÍTIMA)
N. D. S. P. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação do Relator

Protocolo Número/Ano: 12718 / 2018 APELAÇÃO Nº 12718/2018 - CLASSE CNJ - 417 COMARCA CAPITAL APELANTE(S) - ALAN AYOUB MALOUF (Advs: Dr(a). ANA LAURA CORREIA LINDORFER - OAB 25552, Dr(a). BARBARA LEONOR BEZERRA - OAB 18508/MT, Dr(a). EDUARDO FERNANDES PINHEIRO - OAB 15431/mt, Dr. HUENDEL ROLIM WENDER - OAB 10858/MT, Dr(a). MARCELA SILVA ABDALLA - OAB 22712/MT), APELANTE(S) - EDÉZIO FERREIRA DA SILVA (Advs: Dr(a). PAULO SALEM PEREIRA GONÇALVES - OAB 18220/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: "Vistos, etc. Considerando que as informações do Juízo foram apresentadas às fls. 6830-6834, bem como, a Procuradoria Geral de Justiça se manifestou à fl. 6838, cumpra-se a determinação final da fl.6825-v, para que seja oportunizado vistas à Defesa, no prazo de 5 dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Às providências. Cumpra-se." Cuiabá, 29 de novembro de 2019.
Ass.: EXMO. SR. DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO (RELATOR)

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000878-45.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO FELIS PEREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
PRISCILA ANTONIA DE OLIVEIRA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GLEICIANE PEREIRA DOS SANTOS (VÍTIMA)
SELMA REGINA PAIS DE SOUZA (VÍTIMA)
MICHELLI DAYANE SANTIAGO MARTINS (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000878-45.2019.8.11.0011 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000431-72.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA JARDIM MALDONADO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELIO REIS DE OLIVEIRA OAB - MT11265-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000431-72.2016.8.11.0040 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007296-36.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIONES DA SILVA FERREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
Elaine Cristina Correia Leite Porto (VÍTIMA)
LUCIA MARIA DA SILVA (VÍTIMA)
ALLYNE SERAFIM LOPES (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0007296-36.2017.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000866-26.2017.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERSON MOREIRA GONCALVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS MOREIRA MILHOMEM OAB - MT21907-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000866-26.2017.8.11.0100 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000160-97.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON COSTA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ISMAEL FRANCISCO DE CARVALHO (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000160-97.2018.8.11.0006 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010172-72.2012.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
C. L. W. (APELANTE)
A. G. M. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA OAB - MT16290-O (ADVOGADO)
ANDRE EDUARDO ESQUICATO DIAS OAB - MT10120-O (ADVOGADO)
CLAUDINEI FORTUNATO DO PRADO OAB - MT16020-O (ADVOGADO)
ULYSSES RIBEIRO OAB - MT5464-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
P. M. G. (VÍTIMA)
MAURO CESAR GONCALVES BENITES OAB - MT12035-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0010172-72.2012.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005300-19.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO DOS SANTOS CHAVES (APELADO)
VONEI RODRIGUES CASTRO (APELADO)
ALEXSANDER SILVEIRA NETO (APELADO)
MARCOS MIRANDA DA SILVA (APELADO)
FERNANDA MARTINY DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA CAMARGO DA SILVA OAB - MT19307-O (ADVOGADO)
PABLINE MAYARA BARBOSA MEDEIROS OAB - MT23873-O (ADVOGADO)
LUIZ GUSTAVO FERNANDES OAB - MT14916-B (ADVOGADO)
FABIANO DALLOCA DE PAULA OAB - MT20075-A (ADVOGADO)
ALEXANDRE IVAN HOUKLEF OAB - MT6703-O (ADVOGADO)
THYAGO APARECIDO HOUKLEF RIBEIRO OAB - MT21880-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0005300-19.2018.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Terceira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019138-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA OAB - GO44870-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAUENES ALVES ARAUJO (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019138-89.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019156-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ARLINDO PERUCHI NETO (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019156-13.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019170-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. L. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. J. D. D. D. 7. V. C. D. C. (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019170-94.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019176-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON RODRIGUES DE SOUZA SA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO DE LIMA PEREIRA JUNIOR OAB - MT9556-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WESLEY JACKSON FARIAS DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019176-04.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019194-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON TORQUATO NEVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCILENE MARTINS ALVAREZ OAB - MT27303/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE APIACÁS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019194-25.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019196-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO OAB - MT8258/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DAYANA FERREIRA QUARESMA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019196-92.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019221-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
N. E. C. P. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON EDUARDO CARNELOSSI PONCIANO OAB - MT26986/A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. V. U. D. S. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
F. E. D. F. J. (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019221-08.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019222-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATHAN JOSE BORELLA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO VIETO MACHADO SCALOPPE OAB - MT19531-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019222-90.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Pauta de Julgamento

Julgamento designado para a sessão ordinária do dia 22/01/2020 (Quarta-feira) da TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, no Plenário 03, às14h, (Ato Regimental n. 05/2016-TP) ou em sessão subsequente,se não decorrido o prazo previsto no artigo 134,§1º, do Regimento Interno.

Apelação 16708/2018 - Classe: CNJ-417 COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA.
Protocolo Número/Ano: 16708 / 2018
RELATOR: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
APELANTE(S): J. L. A.
ADVOGADO(S): Dr. APARECIDO BATISTA DOS SANTOS
Dr(a). OUTRO(S)
APELANTE(S): I. A. M.
ADVOGADO(S): Dr. APARECIDO BATISTA DOS SANTOS
Dr(a). OUTRO(S)
APELADO(S): MINISTERIO PÚBLICO

Apelação 62488/2018 - Classe: CNJ-417 COMARCA DE NOVA XAVANTINA.
Protocolo Número/Ano: 62488 / 2018
RELATOR: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
APELANTE(S): N. C. C.
ADVOGADO(S):
Dr(a). JAMAR CORREIA CAMARGO
Dr(a). OUTRO(S)
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

TERCEIRA SECRETARIA CRIMINAL em Cuiabá, aos 16 dias do mês de Dezembro de 2019.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017364-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON DA SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GILSON DA SILVA OAB - MT21801-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
VILSON SANTOS SOUZA (PACIENTE)

Número Único: 1017364-24.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [GILSON DA SILVA - CPF: 010.767.621-40 (ADVOGADO), GILSON DA SILVA - CPF: 010.767.621-40 (IMPETRANTE), VILSON SANTOS SOUZA - CPF: 041.225.881-11 (INTERESSADO), Juiza de Direito da 1ª Vara criminal da Comarca Tangará Doutora Edna Ederli Coutinho (IMPETRADO), 1º JUÍZO CRIMINAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT (IMPETRADO), VILSON SANTOS SOUZA - CPF: 041.225.881-11 (PACIENTE), GILSON DA SILVA - CPF: 010.767.621-40 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PRETENDIDA LIBERDADE – INVIABILIDADE – RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA – SUJEITO QUE OSTENTA UM VASTO HISTÓRICO CRIMINAL, COM DIVERSAS CONDENAÇÕES DEFINITIVAS - INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. Legítima a prisão preventiva decretada para a garantia da ordem pública, no intuito de salvaguardar a segurança de toda a sociedade, ante a aparente personalidade voltada para o cometimento reiterado de crimes que o paciente possui, inferida da vasta lista de registros criminais existentes em seu desfavor, inclusive, com diversas condenações definitivas, uma vez que tais fatores concretos revelam o risco que a sua liberdade representa ao meio social, a tornar insuficientes as providências cautelares menos gravosas, dispostas no art. 319 do CPP, máxime porque em outro feito ele alcançou a soltura recentemente e, ao que tudo indica, não se conteve e voltou a delinquir, a revelar a incapacidade que possui de controlar o espírito transgressor da lei, bem assim a sua certeza pela impunidade, o que, certamente, dará a ele ainda mais estímulos para permanecer na delinquência.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017225-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA LENZI (IMPETRANTE)
PEDRO HENRIQUE GONCALVES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA CAROLINA LENZI OAB - MT13287O (ADVOGADO)
PEDRO HENRIQUE GONCALVES OAB - MT11999-O (ADVOGADO)
EVERTON SANDRO KARPINSKI (PACIENTE)
FRANCISCO MAURICIO BATISTA PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017225-72.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Regressão de Regime] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [PEDRO HENRIQUE GONCALVES - CPF: 001.012.521-37 (ADVOGADO), PEDRO HENRIQUE GONCALVES - CPF: 001.012.521-37 (IMPETRANTE), EVERTON SANDRO KARPINSKI - CPF: 038.858.961-25 (PACIENTE), MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (TERCEIRO INTERESSADO), JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE (IMPETRADO), ANA CAROLINA LENZI - CPF: 94915970191 (ADVOGADO), PEDRO HENRIQUE GONCALVES - CPF: 001.012.521-37 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE (IMPETRADO), ANA CAROLINA LENZI - CPF: 94915970191 (IMPETRANTE), FRANCISCO MAURICIO BATISTA PEREIRA - CPF: 051.345.373-30 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – PROCESSO EXECUTIVO DE PENA – PACIENTE REGREDIDO PARA O REGIME FECHADO – ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DA REGRESSÃO PER SALTUM – ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, INC. XLVIII, DA CF/88 – POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO DO QUE O ESTABELECIDO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA – ART. 118 DA LEP QUE PERMITE A REGRESSÃO PARA QUALQUER DOS REGIMES PRISIONAIS – PRESCINDIBILIDADE DO RESPEITO À FORMA REGRESSIVA DO ART. 112 DA LEP - PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – COMETIMENTO DE CRIME DOLOSO DURANTE O CUMPRIMENTO DA CONDENAÇÃO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS – REVOLVIMENTO DO LASTRO PROBATÓRIO QUE É INCOMPATÍVEL COM O RITO CÉLERE DO MANDAMUS - ORDEM DENEGADA. A execução da pena respeita a individualidade de cada condenado, possibilitando ao reeducando merecedor, a finalização do cumprimento de sua sanção em regime aberto, por meio da progressão de regime, e àquele que se mostra inapto ao regime em que se encontra inserido, a regressão para mais gravoso, tudo com o fim de alcançar a finalidade de ressocialização inerente à Lei de Execução Penal. O art. 118 da Lei nº 7.210/84, ao tratar da regressão de regime, não impõe a observância da forma progressiva, estabelecida no art. 112, permitindo ao d. magistrado, após a avaliação das circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, decidir pela transferência do reeducando que comete falta grave, para qualquer dos regimes mais rigorosos, não necessitando ficar adstrito ao regime imposto na sentença condenatória, sem que isso ofenda ao disposto no art. 5º, inc. XLVIII, da CF/88. No caso em voga, escorreita a decisão do d. juízo das execuções penais, uma vez que, verificado o cometimento de crime doloso no curso da execução, nos termos do art. 118, inc. I, da LEP, impôs a regressão para o regime fechado. Por fim, imperioso destacar que não cabe a esse e. Sodalício, pela estreita via eleita, realizar um juízo de probabilidade acerca de eventual pena e/ou regime prisional que poderão ser aplicados ao reeducando, ora paciente, acaso seja condenado pelo crime de falsidade ideológica cometido no curso da execução, máxime porque isso exigiria um amplo revolvimento do lastro probatório do feito correlato, incompatível com o rito célere e sumário do habeas corpus. Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017619-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JANIO ALBINO DE CARVALHO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JANIO ALBINO DE CARVALHO (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017619-79.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Progressão de Regime, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [JANIO ALBINO DE CARVALHO - CPF: 545.198.451-49 (IMPETRANTE), JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JANIO ALBINO DE CARVALHO - CPF: 545.198.451-49 (PACIENTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – PROCESSO EXECUTIVO DE PENA – PRETENDIDA RETIFICAÇAO DO CÁLCULO DE PENA E CONCESSÃO DA PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO – INVIABILIDADE – VIA ELEITA QUE INADMITE DILAÇÃO PROBATÓRIA – MEMORIAL DE PENA QUE NÃO DEMONSTRA A IMPLEMENTAÇÃO DO REQUISITO TEMPORAL – AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO D. JUÍZO SINGULAR ACERCA DA MATÉRIA – INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. Inadmite-se a impetração de habeas corpus como sucedâneo recursal, sem prejuízo, em contrapartida, da concessão da ordem, acaso comprovada de plano a flagrante ilegalidade, o que não

ocorre na hipótese em apreço. 2. Não havendo decisão em 1º grau apreciando o pedido de progressão de regime, impede-se a este e. Tribunal de Justiça o exame direto da matéria, sob pena de indevida supressão de instância, máxime se inexiste cálculo de pena homologado, que demonstre a satisfação do requisito temporal da pretendida benesse e o último memorial apresentado indicar que o requisito temporal ainda não se implementou. 3. Discussões acerca de eventuais equívocos contidos no cálculo de pena acostado aos autos do processo executivo não podem ser analisadas na via eleita, por exigir maiores incursões no acervo de prova do processo originário, inviável no rito procedimental célere e sumário do habeas corpus, que inadmite dilação probatória.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017672-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA AUGUSTA DA CRUZ SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COLNIZA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCINETE OLIVEIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNA AUGUSTA DA CRUZ SILVA OAB - MT25872/O (ADVOGADO)
RODRIGO JUNIOR DE SOUZA FREIRE (PACIENTE)

Número Único: 1017672-60.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, Crimes do Sistema Nacional de Armas] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [BRUNA AUGUSTA DA CRUZ SILVA - CPF: 034.456.421-50 (ADVOGADO), RODRIGO JUNIOR DE SOUZA FREIRE - CPF: 068.475.591-28 (IMPETRANTE), JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COLNIZA (IMPETRADO), BRUNA AUGUSTA DA CRUZ SILVA - CPF: 034.456.421-50 (IMPETRANTE), RODRIGO JUNIOR DE SOUZA FREIRE - CPF: 068.475.591-28 (PACIENTE), BRUNA AUGUSTA DA CRUZ SILVA - CPF: 034.456.421-50 (ADVOGADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COLNIZA (IMPETRADO), FRANCINETE OLIVEIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ART. 33, E ART. 35, AMBOS DA LEI N.º 11.343/06 E ART. 12 DA LEI N.º 10.826/03 – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PRETENDIDA LIBERDADE AO PACIENTE – 1. TESES DE NEGATIVA DE AUTORIA E DA CONDIÇÃO DE MERO USUÁRIO DE DROGAS DO PACIENTE QUE NÃO DISPENSAM DILAÇÃO PROBATÓRIA – INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA – 2. CUSTÓDIA CAUTELAR DECRETADA PARA O BEM DA ORDEM PÚBLICA – SUJEITO QUE OSTENTA OUTROS REGISTROS CRIMINAIS - ANOTAÇÕES POR ATOS INFRACIONAIS QUE EVIDENCIAM A PERICULOSIDADE SOCIAL DO INDIVÍDUO - CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. A tese de negativa de autoria só comporta acolhida na via eleita se restar comprovada de maneira irrefutável nos autos, uma vez que a cognição sumária e célere do habeas corpus não admite dilação de provas, de modo a impedir discussões acerca da autoria do crime de tráfico de drogas e da mera condição de usuário do paciente, máxime porque não se descarta a tão conhecida figura do traficante-usuário. 2. Legítima a prisão preventiva decretada em face do sujeito que possui outro registro criminal por delito doloso e anotações pretéritas por atos infracionais pelos quais sofreu a aplicação de medidas socioeducativas, porque tais circunstâncias revelam a aparente habitualidade no cometimento de infracionais penais que possui, a tornar a custódia provisória a única providência cautelar capaz de garantir a ordem pública e a segurança de todos os cidadãos, uma vez que as restrições menos gravosas, dispostas no art. 319 do CPP, seriam inócuas para fazê-lo controlar o aparente espírito transgressor da lei que possui.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017571-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEONIR DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
MATHEUS SALOME DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES OAB - MT24184-O (ADVOGADO)
MATHEUS SALOME DE SOUZA OAB - MT24554-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SORRISO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FRANCIELLI CERATTI (TERCEIRO INTERESSADO)
ADILSON DA COSTA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONIR DE OLIVEIRA (PACIENTE)
RENATO PEREIRA DO LAGO (TERCEIRO INTERESSADO)
DIONATAN NEVES BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
WANDREY ALEXANDRE DORNELLAS REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO FERREIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE NETO FERREIRA DE ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO)
EMERSON OLDONI PAGNONCELLI (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017571-23.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Prisão Preventiva, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MATHEUS SALOME DE SOUZA - CPF: 046.541.281-58 (ADVOGADO), MATHEUS SALOME DE SOUZA - CPF: 046.541.281-58 (IMPETRANTE), LEONIR DE OLIVEIRA - CPF: 067.973.078-80 (IMPETRANTE), JUÍZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SINOP MT (IMPETRADO), ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES - CPF: 044.501.701-56 (ADVOGADO), WANDREY ALEXANDRE DORNELLAS REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO), RICARDO FERREIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO), DIONATAN NEVES BRITO (TERCEIRO INTERESSADO), RENATO PEREIRA DO LAGO (TERCEIRO INTERESSADO), ADILSON DA COSTA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), JOSÉ NETO FERREIRA DE ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO), FRANCIELLI CERATTI (TERCEIRO INTERESSADO), EMERSON OLDONI PAGNONCELLI (TERCEIRO INTERESSADO), JOSE NETO FERREIRA DE ANDRADE - CPF: 034.098.279-94 (TERCEIRO INTERESSADO), WANDREY ALEXANDRE DORNELLAS REZENDE - CPF: 018.975.521-06 (TERCEIRO INTERESSADO), DIONATAN NEVES BRITO - CPF: 033.171.501-57 (TERCEIRO INTERESSADO), LEONIR DE OLIVEIRA - CPF: 067.973.078-80 (PACIENTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SORRISO (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E OUTROS CRIMES – PRISÃO PREVENTIVA – 1. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO A CORRÉU – DECISÃO PRECÁRIA, PROFERIDA EM CARÁTER LIMINAR, SEM RATIFICAÇÃO POR ESTE RELATOR, TAMPOUCO SUBMISSÃO AO CRIVO DO JUIZ NATURAL DA CAUSA – 2. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DO ART. 312 DO CPP, ATRELADAS À TESE DE POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS CAUTELARES DIVERSAS (ART. 319 DO CPP) – PRISÃO DECRETADA A BEM DA ORDEM PÚBLICA – PERICULOSIDADE DO AGENTE - IRRELEVÂNCIA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS ABONATÓRIAS QUANDO CARACTERIZADO O RISCO À ORDEM PÚBLICA – INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES MENOS DRÁSTICAS PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP – 3. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE – VEDADO EXERCÍCIO DE FUTUROLOGIA NA VIA ELEITA – PRISÃO PREVENTIVA QUE NÃO GUARDA VÍNCULOS COM O PROVIMENTO FINAL DA AÇÃO PENAL CORRELATA – 4. SUPOSTA FALTA DE CONTEMPORANEIDADE – INOCORRÊNCIA – SUBSISTÊNCIA DO PERICULUM LIBERTATIS – INTELIGÊNCIA DO ART. 311, DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em extensão ao ora paciente do benefício da liberdade provisória concedido a coacusado, porquanto no caso em apreço, para além de a decisão que concedeu tal benesse ter sido proferida liminarmente, em sede de Plantão, esta sequer foi ratificada por este Relator, tampouco submetida ao crivo do juiz natural da causa, que é a c. Terceira Câmara Criminal. 2. Quando

evidenciados no decreto de prisão preventiva a gravidade concreta da conduta atribuída ao paciente e a sua aparente periculosidade, tem-se por devidamente motivada a custódia e evidenciado o requisito legal pertinente ao periculum libertatis, sendo insuficientes ao afastamento da necessidade da prisão para garantia da ordem pública as condições pessoais favoráveis eventualmente ostentadas pelo agente, sendo certo que, a teor do art. 282, §6º, do CPP, a necessidade da custódia provisória para garantia da ordem pública já pressupõe, essencialmente, a insuficiência de outras cautelares menos drásticas. 3. A prisão preventiva não guarda vínculos com o provimento final da ação penal correlata, sendo legítima desde que presentes os seus requisitos legais, o que torna descabido o argumento de sua desproporcionalidade em razão de eventual pena ou regime prisional a serem aplicados em caso de futura e incerta condenação, o qual, inclusive, exigiria exame aprofundado de provas, incompatível com o rito célere e sumário da ação mandamental. 4. Não há que se falar em falta de contemporaneidade, porquanto a prisão preventiva detém caráter rebus sic standibus, ou seja, a sua determinação, assim como a sua revogação, leva em consideração o estado em que se encontra a causa, não vinculando o seu prolator, que poderá revogá-la, se entender por afastados os requisitos legais, ou novamente decretá-la, acaso surjam novos motivos justificadores da medida extremada. 5. Prisão preventiva mantida. Ordem denegada.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017577-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA ANDRINO DE LIMA (IMPETRANTE)
VICTORIA MARTINS MAIA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FABRICIO DUARTE DE SOUZA MORAIS (PACIENTE)
CIRONIL MARTINS DE FREITAS JÚNIOR (VÍTIMA)
WANATHA OLIVEIRA DE SOUSA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BRUNA ANDRINO DE LIMA OAB - RS103040 (ADVOGADO)
VICTORIA MARTINS MAIA OAB - RS102539 (ADVOGADO)

Número Único: 1017577-30.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Homicídio Qualificado] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [VICTORIA MARTINS MAIA - CPF: 032.452.320-39 (ADVOGADO), VICTORIA MARTINS MAIA - CPF: 032.452.320-39 (IMPETRANTE), BRUNA ANDRINO DE LIMA - CPF: 018.532.230-18 (IMPETRANTE), FABRICIO DUARTE DE SOUZA MORAIS - CPF: 032.928.151-85 (RÉU), 1º Juízo Criminal de Barra do Garças (IMPETRADO), FABRICIO DUARTE DE SOUZA MORAIS - CPF: 032.928.151-85 (PACIENTE), VICTORIA MARTINS MAIA - CPF: 032.452.320-39 (ADVOGADO), BRUNA ANDRINO DE LIMA - CPF: 018.532.230-18 (ADVOGADO), JUIZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), WANATHA OLIVEIRA DE SOUSA (TERCEIRO INTERESSADO), CIRONIL MARTINS DE FREITAS JÚNIOR (VÍTIMA)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PROMESSA DE RECOMPENSA E DISSIMULAÇÃO. 1. PREJUDICIALIDADE DO WRIT. ADVENTO DE NOVO TÍTULO JUDICIAL. INOCORRÊNCIA. REITERAÇÃO DE FUNDAMENTOS. 2. FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO. INIDONEIDADE. IMPROCEDÊNCIA. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DEMONSTRADOS. FUGA. VÍNCULO COM O DISTRITO DA CULPA INEXISTENTE. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. 3. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. PREDICADOS PESSOAIS PER SE INCAPAZES DE OBSTAR A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. 4. NEGATIVA DE AUTORIA. EXAME. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº. 42 DA TCCR/TJMT. 5. MEDIDAS CAUTELARES MAIS BRANDAS. SUBSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO DE FATOS DE IGUAL NATUREZA E GRAVIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA EM CONSONÂNCIA COM O PARECER. 1. Se na decisão de pronúncia exarada após a impetração do writ são veiculados, de modo geral, os mesmos fundamentos outrora utilizados para se decretar a custódia preventiva e/ou negar a sua revogação, ela não pode ser considerada novo título judicial para fins de prejudicar o exame do habeas corpus. 2. Como o desajuste social do paciente, a fuga depois do episódio criminoso e a inexistência de vínculo com o distrito da culpa justificam a prisão preventiva com vistas a assegurar a aplicação da lei penal, não há como reputar inidônea a fundamentação usada no decreto cautelar. Inteligência do disposto no art. 312, caput, do CPP. 3. Por demandar o reexame do conjunto fático-probatório, não é possível analisar a tese de negativa de autoria em sede de Habeas corpus, como bem ilustra o Enunciado nº. 42 da Egrégia Turma de Câmaras Criminais Reunidas: “Não se revela cabível na via estreita do habeas corpus discussão acerca da autoria do delito”. 4. Residência fixa e outras condições subjetivas favoráveis não constituem motivos aptos a impedir, por si sós, a custódia provisória, notadamente quando demonstrados os requisitos e pressupostos ensejadores da cautelar extrema. Inteligência do Enunciado nº. 43 da Turma de Câmaras Criminais Reunidas. 5. Estando a segregação calcada em elementos concretos contidos nos autos, revela-se descabida a aplicação de medidas cautelares alternativas ao encarceramento, dada a sua inadequação e insuficiência para assegurar a aplicação da lei penal e inibir a reprodução de fatos de igual natureza e gravidade, a teor do que estatui o art. 282, inc. I e II, do CPP.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017339-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE OAB - MT23259 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE POXORÉU (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAFAEL ROCHA DA SILVA (PACIENTE)
MARCOS DIONE DE SOUZA SANTANA (TERCEIRO INTERESSADO)
JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE OAB - MT23259 (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017339-11.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Crimes do Sistema Nacional de Armas, Excesso de prazo para instrução / julgamento] Relator: Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA Turma Julgadora: [DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE - CPF: 024.734.681-09 (ADVOGADO), JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE - CPF: 024.734.681-09 (IMPETRANTE), RAFAEL ROCHA DA SILVA - CPF: 061.797.081-50 (PACIENTE), 2º vara da comarca de Poxoreú (IMPETRADO), JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE - CPF: 024.734.681-09 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), MARCOS DIONE DE SOUZA SANTANA - CPF: 019.485.611-90 (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE POXORÉU (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E CORRUPÇÃO ATIVA – PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA INDEFERIDO – 1) AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NÃO VERIFICADO – PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA EXISTENTES – NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA - MODUS OPERANDI E CONTUMÁCIA DELITIVA - 2) EXCESSO DE PRAZO – NÃO CONFIGURADO – INÉRCIA DO PODER JUDICIÁRIO NÃO VERIFICADA – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO COM DATA MARCADA - ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em ilegalidade da prisão preventiva, se restaram demonstrados os requisitos autorizadores previstos no art. 312, do CPP, sendo a custódia cautelar necessária para a garantia da ordem pública, diante do modus operandi empregado no delito, e em razão da possibilidade de reiteração delitiva, revelada pela contumácia do paciente nas práticas criminosas. 2.

Para que ocorra a configuração de excesso de prazo na instrução processual, é imprescindível que a dilação seja em decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação, resulte da inércia do próprio aparato judicial ou implique em ofensa ao princípio da razoabilidade, o que não se vislumbra no presente caso. Ademais, consta dos autos que a audiência de instrução estaria marcada para data próxima, o que afasta a alegação de constrangimento ilegal. 3. Ordem denegada.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017454-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO PERES DIAS NUNES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE MIRASSOL DO OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOAO PAULO DOS REIS (TERCEIRO INTERESSADO)
FELIPE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIANO DE PAIVA MAZALI (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL SA (VÍTIMA)
EDERSON EUSTA QUIO TEIXEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEANDRO PERES DIAS NUNES OAB - MT26383/O (ADVOGADO)
DANIEL FABRICIO DE OLIVEIRA BEZERRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALAN JOSÉ DE OLIVIERA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO PAULO DOS REIS (PACIENTE)

E M E N T A HABEAS CORPUS – ART. 155, §4º, INCS. I E IV, DO CP – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA – PRETENDIDA LIBERDADE – 1. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA QUE NÃO COMPORTA EXAME NA VIA ELEITA – PROPALADA INOCÊNCIA NÃO COMPROVADA DE FORMA IRREFUTÁVEL – 2. MEDIDA SEGREGATÍCIA IMPOSTA A BEM DA ORDEM PÚBLICA E PARA SALVAGUARDAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL – GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME – MODUS OPERANDI EMPREGADO NA CONDUTA DELITIVA - RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA –MANDADO PRISIONAL ABERTO HÁ MAIS DE UM ANO – SUJEITO QUE CONTRATOU DEFENSOR PARA PLEITEAR A EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO – EVIDÊNCIAS CONCRETAS DE FUGA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. A tese de negativa de autoria só comporta acolhida na via eleita acaso comprovada de súbito, o que não ocorre in casu, haja vista tratar-se de matéria meritória que exige dilação probatória, incompatível com a cognição sumária do mandamus. 2. Legítimo o decreto da prisão preventiva lastreado na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, na hipótese de as razões de decidir demonstrarem que o crime perpetrado é demasiadamente grave, haja vista a forma como foi executado, e, ainda, que o paciente ostenta outro registro penal, também, por delito patrimonial, além de encontrar-se foragido, estando o mandado de prisão aberto há mais de um ano, conquanto tenha contratado advogado particular para pleitear a expedição de contramandado em seu favor, porquanto tais fatores concretos evidenciam o intuito de não ser responsabilizado criminalmente e a aparente periculosidade social que possui o suspeito, a tornar insuficiente as restrições menos gravosas, dispostas no art. 319 do CPP para a proteção da ordem social e dos meios e fins do processo.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017214-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FERNANDO DE LIMA BITTENCOURT (PACIENTE)
BENEDITO DOS SANTOS JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIO JOSE GONCALVES (VÍTIMA)
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017214-43.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Homicídio Qualificado] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MARCOS WAGNER SANTANA VAZ - CPF: 580.827.271-87 (ADVOGADO), FERNANDO DE LIMA BITTENCOURT - CPF: 045.220.151-94 (IMPETRANTE), 3 ª Vara da Comarca de Nova Mutum (IMPETRADO), FERNANDO DE LIMA BITTENCOURT - CPF: 045.220.151-94 (PACIENTE), MARCOS WAGNER SANTANA VAZ - CPF: 580.827.271-87 (IMPETRANTE), MARCOS WAGNER SANTANA VAZ - CPF: 580.827.271-87 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), MARCIO JOSE GONCALVES - CPF: 945.670.771-72 (VÍTIMA), BENEDITO DOS SANTOS JUNIOR - CPF: 035.842.761-44 (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, JULGOU PARCIALMENTE EXTINTA A ORDEM E, NA PARTE REMANESCENTE, A DENEGOU. E M E N T A HABEAS CORPUS – 121, §2°, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL – 1. PRELIMINAR: EXTINÇÃO PARCIAL DA ORDEM, SEM EXAME DO MÉRITO - REITERAÇÃO DE PARTE DOS PEDIDOS – AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS – MATÉRIA JÁ APRECIADA E JULGADA PELO COLEGIADO – VEDADA A REANÁLISE, SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA – 2. AVENTADO EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA – INOCORRÊNCIA – PROCESSO COMPLEXO – PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO QUE JUSTIFICAM CERTA DEMORA NO TRÂMITE PROCESSUAL – NÃO VERIFICADA DESÍDIA DA ACUSAÇÃO OU DO JUÍZO – 3. TESE DE AUSÊNCIA DE FUMMUS COMISSI DELICTI – VEDAÇÃO NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS – EVIDÊNCIAS DO COMETIMENTO DO CRIME CONTRA A VIDA – INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 42 DA TCCR – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO – 4. ORDEM DENEGADA. 1. Preliminar: Na inexistência de fatos novos, não se admite a impetração do habeas corpus para rediscussão de matéria já apreciada e julgada pelo Colegiado, em ação mandamental e/ou recursos manejados anteriormente, sob pena de ofensa à coisa julgada. 2. Mérito: O alegado excesso de prazo na prisão preventiva deve ser analisado com juízo de razoabilidade e proporcionalidade, pois os interregnos de tempo previstos na legislação processual não são peremptórios nem fatais, ao contrário, admitem o elastério processual diante das particularidades do caso concreto, como na hipótese de processo complexo em que o paciente é acusado de crime doloso contra a vida, sem a dispensa de expedição de cartas precatórias, tais fatores justificam certo elastério no trâmite processual, sem configurar ofensa ao princípio da razoável duração do processo, máxime se não verificada demora injustificada por culpa do órgão de acusação ou do d. juízo. 3. O rito procedimental célere e sumário do habeas corpus inadmite dilação probatória, de modo a impedir, na via eleita, o exame da tese de ausência de indícios de autoria, por não dispensar maiores incursões no acervo de fatos e provas do feito, máxime se as circunstâncias fáticas evidenciam a possibilidade de o increpado ter praticado a conduta pela qual foi denunciado, a demonstrar os indícios de autoria do crime imputado. Inteligência do Enunciado Orientativo nº 42 do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 101532/2015, aprovado pela Turma de Câmaras Criminais Reunidas do e. TJMT. 4. Ordem denegada. Prisão preventiva mantida.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017787-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS SALOME DE SOUZA (IMPETRANTE)
ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SORRISO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ADILSON DA COSTA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIONATAN NEVES BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
EMERSON OLDONI PAGNONCELLI (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCIELLI CERATTI (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE NETO FERREIRA DE ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO)
WANDREY ALEXANDRE DORNELLAS REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONIR DE OLIVEIRA (PACIENTE)
MATHEUS SALOME DE SOUZA OAB - MT24554-O (ADVOGADO)
ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES OAB - MT24184-O (ADVOGADO)
RENATO PEREIRA DO LAGO (TERCEIRO INTERESSADO)

RICARDO FERREIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL Número Único: 1017787-81.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Receptação, Habeas Corpus - Cabimento, Crimes ocorridos na investigação da prova] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MATHEUS SALOME DE SOUZA - CPF: 046.541.281-58 (ADVOGADO), MATHEUS SALOME DE SOUZA - CPF: 046.541.281-58 (IMPETRANTE), LEONIR DE OLIVEIRA - CPF: 067.973.078-80 (IMPETRANTE), ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES - CPF: 044.501.701-56 (IMPETRANTE), ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES - CPF: 044.501.701-56 (ADVOGADO), JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SORRISO (IMPETRADO), LEONIR DE OLIVEIRA - CPF: 067.973.078-80 (PACIENTE), MATHEUS SALOME DE SOUZA - CPF: 046.541.281-58 (ADVOGADO), ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES - CPF: 044.501.701-56 (ADVOGADO), RENATO PEREIRA DO LAGO - CPF: 178.764.388-30 (TERCEIRO INTERESSADO), RICARDO FERREIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO), ADILSON DA COSTA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), DIONATAN NEVES BRITO - CPF: 033.171.501-57 (TERCEIRO INTERESSADO), EMERSON OLDONI PAGNONCELLI (TERCEIRO INTERESSADO), FRANCIELLI CERATTI (TERCEIRO INTERESSADO), JOSE NETO FERREIRA DE ANDRADE - CPF: 034.098.279-94 (TERCEIRO INTERESSADO), WANDREY ALEXANDRE DORNELLAS REZENDE - CPF: 018.975.521-06 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO, RECEPTAÇÃO QUALIFICADA, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA – PRETENDIDA LIBERDADE – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA CUSTÓDIA CAUTELAR - NÃO CARACTERIZADO – PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO QUE JUSTIFICAM O DIMINUTO ELASTÉRIO NO TRÂMITE PROCESSUAL – DENÚNCIA JÁ RECEBIDA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. É de amplo conhecimento dos operadores do direito que os lapsos temporais previstos na legislação criminal servem apenas como um parâmetro geral ao julgador, que deve interpretar o alegado excesso à luz do princípio da razoabilidade, considerando as vicissitudes do caso concreto, que permitem eventuais dilações sem caracterizar ofensa ao princípio da razoável duração do processo, uma vez que os prazos processuais penais não são fatais, tampouco peremptórios. Em sendo assim, as particularidades do caso concreto podem justificar certo elastério no trâmite processual, inclusive na hipótese versada, que apura a prática de diversos crimes de roubo majorado e receptação qualificada, praticados por uma astuciosa organização criminosa desde o ano de 2017. 2. Constrangimento ilegal não evidenciado. Custódia cautelar mantida. R E L A T Ó R I O IMPETRANTE(S) DR. MATHEUS SALOMÉ DE SOUZA DR. ANTHONY DANIEL DE CAMPOS RODRIGUES PACIENTE LEONIR DE OLIVEIRA R E L A T Ó R I O EXMO. SR. DES. GILBERTO GIRALDELLI Egrégia Câmara: Conforme relatado por ocasião da análise da tutela de urgência, trata-se de habeas corpus, com pedido de apreciação liminar, impetrado em favor do paciente acima identificado, contra suposto ato coator atribuído ao d. Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sorriso/MT, que decretou a prisão preventiva em seu desfavor e a mantém por tempo excessivo nos autos n.º 490-89.2018.8.11.0040 – código 184486, em que investigado no contexto da operação policial nominada de "Camuflagem II", pela suposta prática das condutas ilícitas descritas no art. 180, §1º do Código Penal [receptação qualificada] e art. 2º da Lei n.º 12.850/13 [organização criminosa]. A ilustrar a aventada coação ilegal, sustentam os firmatários do remédio heroico a ocorrência de excesso de prazo na prisão cautelar imposta ao paciente, que se encontra com a liberdade restrita desde o dia 11/11/2019, sem que tenha sido encerrado o inquérito policial, nem sequer oferecida a denúncia em seu desfavor, o que, na intelecção dos causídicos, configura evidente afronta aos artigos 10 e 46 do Código de Processo Penal, bem como ao enunciado da Súmula n.º 697 do Supremo Tribunal Federal, tornando imperativo o relaxamento da segregação experimentada pelo favorecido nesse writ, que ostenta predicados pessoais abonatórios, aptos a lhe credenciarem o direito de responder ao processo em liberdade. Por tudo o que expõem, requerem a concessão in limine da ordem, para que o paciente seja imediatamente colocado em liberdade, mediante a expedição do competente alvará de soltura. E, no mérito, pugnam pela ratificação da tutela de urgência acaso deferida, concedendo-se em definitivo a ordem. A ação de dignidade constitucional veio instruída com procuração e a documentação registrada sob o ID 24838475 ao ID 24844952. Distribuído o processo eletrônico à minha relatoria, por prevenção gerada pelo Habeas Corpus n.º 1017655-24.2019.811.0000 e pelo Habeas Corpus n.º 1017571-23.2019.811.0000, vieram os autos conclusos para análise da medida liminar vindicada. A tutela de urgência reclamada restou indeferida (ID 25460459) e as informações solicitadas à d. autoridade tida por coatora foram prestadas por meio dos documentos acostados ao remédio heroico sob o ID 26410454 ao ID 26410457. Instada a se manifestar, a d. Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (ID 27094452). É o relatório. Inclua-se o feito em pauta para julgamento. V O T O R E L A T O R VOTO EXMO. SR. DES. GILBERTO GIRALDELLI Egrégia Câmara: Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos para sua constituição válida e regular, e uma vez identificadas as condições da ação, o writ há que ser submetido a julgamento. Verte dos autos eletrônicos que o paciente Leonir de Oliveira se encontra preso preventivamente por supostamente cometer a conduta ilícita descrita no art. 180, §1º do Código Penal [receptação qualificada] e art. 2º da Lei n.º 12.850/13 [organização criminosa]. Pois bem. Em acurada análise do caderno processual eletrônico e das informações prestadas pela d. autoridade indigitada de coatora, que foram confrontadas com uma consulta ao sistema informatizado deste e. Sodalício, verifiquei que na data de 30/10/2019, o d. magistrado da instância singela decretou a prisão preventiva do beneficiário deste writ e demais acusados, sendo o respectivo mandado de prisão expedido em desfavor do ora paciente devidamente cumprido no dia 11/11/2019. Na sequência, em 26/11/2019 o Ministério Público Estadual ofertou a denúncia em face do ora paciente e demais acusados, sendo esta devidamente recebida pela d. autoridade judiciária de primeiro grau em 27/11/2019, oportunidade em que foi determinada a citação pessoal dos denunciados para responderem à acusação, com a expedição das respectivas cartas precatórias. Atualmente, o processo encontra-se aguardando a juntada das missivas expedidas a fim de citar os denunciados, para que possa prosseguir com sua regular tramitação. Outrossim, verifiquei que em 06/12/2019 o feito foi remetido à Promotoria de Justiça da Comarca de Sorriso/MT, a fim de que o órgão ministerial emita seu parecer acerca dos pedidos de revogação das prisões preventivas formulados até então. À vista disso, e ao revés do alegado pelos causídicos, observo que a situação fática retratada nos autos legitima o andamento da ação originária, que tramita há pouco mais de 10 (dez) dias [contados do recebimento da denúncia em 27/11/2019], bem como da custódia cautelar, que perdura por menos de um mês; máxime porque para além de haver pluralidade de réus – em número de 09 (nove) -, se trata de processo complexo, que apura a prática de diversos delitos de roubo majorado e receptação qualificada praticados por uma engenhosa organização criminosa desde o ano de 2017, o que, em certa medida, justifica eventual elastério na marcha processual. Destarte, não vislumbro motivos para revogar a prisão preventiva imposta ao paciente, pois, até o momento, não restou caracterizado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que inexiste desídia da acusação ou do d. magistrado singular na condução do feito, o qual vem tramitando regularmente, com as tomadas de medidas cabíveis e necessárias, justificando-se certo atraso na instrução criminal nas peculiaridades do caso concreto. E assim entendo porque, como é sabido, os interregnos de tempo previstos na legislação processual penal para o encerramento da instrução processual servem apenas como parâmetro geral, não sendo, pois, fatais ou peremptórios, haja vista a possibilidade de, em razão das particularidades do caso concreto, serem mitigados, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com isso, para a verificação da alardeada coação ilegal por excesso de prazo, impede-se uma análise puramente matemática, reclamando do d. julgador um raciocínio com juízo de razoabilidade, sopesando o tempo de duração da prisão preventiva com as vicissitudes da situação fática e a complexidade do feito, bem assim com os fatores que possam influir na tramitação regular da ação penal. Por consequência, para ser considerada ilegal a duração da custódia cautelar do indivíduo, a ser cogitado o seu relaxamento, o maior elastério na instrução processual deve ser atribuído ao descaso injustificado da acusação ou do d. juízo ao conduzir o feito, o que inocorre

na hipótese versada. Nessa linha intelectiva firmou-se o entendimento jurisprudencial da Corte Superior, ao se manifestar no sentido de que "Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional (...)" (HC 510.256/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 22/08/2019) – destaquei. Diante deste cenário, há de se concluir que as particularidades do caso concreto justificam um diminuto elastério no trâmite processual e na restrição cautelar do jus ambulandi do increpado, a revelar que o seu tempo de duração não se apresenta desarrazoado, principalmente porque a denúncia em desfavor do paciente já foi ofertada e devidamente recebida, estando o feito no aguardo da juntada das missivas expedidas a fim de citar os denunciados, para que prossiga com sua regular tramitação. Logo, não sendo possível verificar a existência de qualquer ato procrastinatório da acusação ou do d. magistrado singular na condução do processo, inviabiliza-se o acolhimento do pedido defensivo de relaxamento da prisão preventiva imposta ao paciente, porque não caracterizado o alardeado constrangimento ilegal por excesso de prazo; de modo que, inexistindo qualquer ilegalidade, abuso de poder, teratologia ou constrangimento ilegal no direito de locomoção do paciente, o remédio heroico está fadado ao insucesso. Ante todo o exposto, DENEGO A ORDEM de habeas corpus impetrada em prol de LEONIR DE OLIVEIRA e, por conseguinte, mantenho o encarceramento provisório decretado nos autos de origem. É como voto.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017666-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDER JOSE ALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER JOSE ALVES OAB - MT24709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA DA CONCEICAO BUENO DE CAMPOS (VÍTIMA)
EDER JOSE ALVES OAB - MT24709-A (ADVOGADO)
JULIO CESAR ROQUE SAMPAIO (PACIENTE)

Ante o exposto, julgo prejudicado o pedido veiculado no presente "Habeas Corpus" impetrado em favor de Julio Cesar Roque Sampaio, extinguindo-o sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 659 do Código de Processo Penal e 51, inciso XV do Regimento Interno deste Tribunal. Procedidos aos registros, anotações e intimações necessárias, arquivem-se estes autos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 15 de dezembro de 2019 Rondon Bassil Dower Filho Relator

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0011640-36.2008.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARTON DA SILVA LISBOA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURO GONCALO DA COSTA OAB - MT15304-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOELSON GONCALVES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
CRISTIANO VIEIRA AFFONSO (VÍTIMA)

Número Único: 0011640-36.2008.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Homicidio qualificado] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), MARTON DA SILVA LISBOA JUNIOR - CPF: 040.910.421-39 (APELANTE), LAURO GONCALO DA COSTA - CPF: 550.776.681-91 (ADVOGADO), CRISTIANO VIEIRA AFFONSO (VÍTIMA), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), JOELSON GONCALVES DA SILVA - CPF: 910.057.361-20 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRIBUNAL DO JÚRI – RÉU CONDENADO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO [ART. 121, §2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL] – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – PEDIDO DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO COM FULCRO NO ART. 593, INCISO III, 'D', DO CPP: DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS NO QUE TANGE À AUTORIA DO DELITO – IMPROCEDÊNCIA – ACERVO PROBATÓRIO APTO A EMBASAR A DECISÃO PROLATADA PELO CONSELHO DE SENTENÇA – OPÇÃO DOS JURADOS POR UMA DAS POSSÍVEIS CORRENTES DE INTERPRETAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO – SOBERANIA DOS VEREDITOS – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. No recurso de apelação interposto contra sentença proferida pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea 'd', do Código de Processo Penal, somente é cabível ao Tribunal ad quem analisar a existência ou não de suporte probatório a embasar a decisão tomada pelos jurados, de modo que, coexistindo nos autos versões opostas e havendo coerência na escolha de uma delas pelo Júri Popular, não é possível a cassação da decisão, por força do princípio da soberania dos vereditos (art. 5.º, inc. XXXVIII, alínea 'c', da CRFB). Destarte, havendo elementos probatórios que subsidiem o édito condenatório reprochado, é descabido cogitar a anulação do veredito do Tribunal do Júri (Enunciado Orientativo n.º 13 da TCCR do TJMT). II. Apelo defensivo conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016778-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO VITOR SOARES CARDOSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBIE BITENCOURT IANHES OAB - MT5348-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EURICO PAULINO DE CAMPOS (VÍTIMA)

Número Único: 1016778-84.2019.8.11.0000 Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) Assunto: [Homicídio Qualificado, Crime Tentado] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (RECORRIDO), EURICO PAULINO DE CAMPOS - CPF: 000.416.711-20 (VÍTIMA), PAULO VITOR SOARES CARDOSO - CPF: 058.866.811-75 (RECORRENTE), ROBIE BITENCOURT IANHES - CPF: 384.764.011-91 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PRONÚNCIA – TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – 1. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA – LEGÍTIMA DEFESA – IMPROCEDÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DOS REQUISITOS DO ART. 25 DO CP – DÚVIDA INSUPERÁVEL PELO JUIZ SINGULAR – 2. DESCLASSIFICAÇÃO – LESÃO CORPORAL – IMPOSSIBILIDADE – FALTA DE PROVA CABAL QUANTO À INEXISTÊNCIA DE ANIMUS NECANDI – MATÉRIA AFETA AO TRIBUNAL DO JÚRI – PREVISÃO CONSTITUCIONAL – PRONÚNCIA MANTIDA – 3. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS – MOTIVO FÚTIL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA – IMPERTINÊNCIA – INDÍCIOS SUFICIENTES PARA SUSTENTAR A DECISÃO DE PRONÚNCIA – QUALIFICADORAS NÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTES – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE – RECURSO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. Não demonstrada, mediante prova inequívoca, que o Recorrente tenha se munido de uma faca para se defender do ofendido após uma discussão, não deve ser afastada, de pronto, a apreciação da causa pelo juiz natural do feito – Conselho de Sentença do Tribunal do Júri –, em homenagem ao Princípio in dubio pro societate, sobretudo porque a decisão de pronúncia traduz mero juízo de

admissibilidade da acusação. 2. Diante da inexistência de prova cabal indicando que o Recorrente tenha agido com animus necandi, não há que se cogitar sobre a desclassificação do crime de Tentativa de Homicídio para o de Lesão Corporal Simples (art. 129, caput, do CP), devendo tal matéria ser submetida ao crivo do Tribunal do Júri; 3. A exclusão das circunstâncias qualificadoras é uma medida excepcional. Por isso, havendo elementos nos autos a indicar que, em princípio, o Recorrente agiu impelido por motivo fútil (para não pagar uma dívida no valor de R$ 250,00) e se valendo de recurso que dificultou a defesa da vítima (atacando-a de inopino), deve ser mantida a incidência das sobreditas qualificadoras na primeira fase do procedimento escalonado do Tribunal do Júri.

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016039-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO FERREIRA DIAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TALITA SANTANA COSTA OAB - MT19324-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MAIARA RODRIGUES DOS SANTOS (VÍTIMA)

Número Único: 1016039-14.2019.8.11.0000 Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) Assunto: [Decorrente de Violência Doméstica, Ameaça] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [MAIARA RODRIGUES DOS SANTOS - CPF: 059.373.201-40 (VÍTIMA), PAULO SERGIO FERREIRA DIAS - CPF: 009.222.741-42 (RECORRIDO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (RECORRENTE), TALITA SANTANA COSTA - CPF: 077.900.196-60 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – AMEAÇA - LEI 11.340/06 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – INSURGÊNCIA MINISTERIAL – REVOGAÇÃO DO SURSIS PROCESSUAL - TRANSCURSO DO PERÍODO DE PROVA - PROSSEGUIMENTO DO FEITO – POSSIBILIDADE – DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS NO PERÍODO DO SURSIS – REFORMA DA SENTENÇA PARA DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO STJ – RECURSO REPETITIVO (RESP 1.498.038) – RECURSO PROVIDO – CONFORMIDADE COM O PARECER DA PGJ. O benefício da Suspensão Condicional do Processo pode ser revogado, mesmo após o período de prova, quando tal decisão se basear em fatos ocorridos durante esse interregno, consoante entendimento firmado pelo STF e STJ. Deve o Magistrado, pois, analisar os pressupostos necessários para a extinção da punibilidade, que só se fazem inteiramente presentes quando as condições estabelecidas para a suspensão forem integralmente cumpridas durante o período de prova, na medida em que, do contrário, como in casu, que o beneficiado mesmo ciente de suas obrigações, deixou de cumprir todas as cláusulas do acordo, autorizada está a revogação do benefício obtido.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016522-32.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
JURANDIR PEREIRA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO PORTO FRANCO PIOLA OAB - MT13978-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
BRUNA LUCIANA BRITES MARTINEZ (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – LESÃO CORPORAL – RELAÇÕES DOMÉSTICAS – ABSOLVIÇÃO – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – PROVAS IDÔNEAS DA EXISTÊNCIA DO CRIME E AUTORIA – CLANDESTINIDADE DA CONDUTA DELITIVA - ESPECIAL RELEVÂNCIA DAS PALAVRAS DA VÍTIMA – EXAME DE CORPO DE DELITO – PROVA TESTEMUNHAL E CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DO RÉU – CONDENAÇÃO MANTIDA – APELO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Uma vez comprovada a existência e a autoria do crime de lesão corporal praticado contra companheira (art. 129, § 9º, CP), há de ser mantida a sentença condenatória, especialmente, porque as declarações judiciais da vítima, tem especial relevância em crimes deste jaez, e encontram respaldo noutros elementos probatórios existentes nos autos, como as declarações de testemunha, a confissão extrajudicial do réu e o exame de corpo de delito. Além disso, a reconciliação do casal não afasta a tipicidade e a ilicitude do crime de lesão corporal previsto no art. 129, § 9º do CP, em virtude da natureza da ação penal, que é pública incondicionada.

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1015470-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESEQUIAS RUFINO DA CRUZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLINGTON SILVA OAB - MT5354-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO FRANCA OAB - MT3055-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
NILTON ILDEFONSO LOCATELI CAMARA (VÍTIMA)
EDIONES RUFINO DA CRUZ (RÉU)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 1015470-13.2019.8.11.0000 Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) Assunto: [Homicídio Qualificado] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [EDIONES RUFINO DA CRUZ - CPF: 040.976.441-81 (RECORRENTE), PAULOSALEM PEREIRA GONCALVES - CPF: 361.961.931-04 (ADVOGADO), ESEQUIAS RUFINO DA CRUZ - CPF: 162.088.201-97 (RECORRENTE), NILTON ILDEFONSO LOCATELI CAMARA - CPF: 273.096.140-20 (VÍTIMA), DANILO DE ALMEIDA CAMARA - CPF: 043.142.581-79 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), CARLOS EDUARDO FRANCA - CPF: 046.016.881-91 (ADVOGADO), WELLINGTON SILVA - CPF: 432.530.241-72 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO), EDIONES RUFINO DA CRUZ - CPF: 040.976.441-81 (RÉU)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PRONÚNCIA – ART. 121, §2º, INCISOS II, III E IV DO CÓDIGO PENAL – IRRESIGNAÇÃO DA DEFESA – ALMEJADA A IMPRONÚNCIA – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DA PROVA DA MATERIALIDADE E DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA – PRONÚNCIA QUE CONSTITUI MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO – PREVALÊNCIA DO IN DUBIO PRO SOCIETATE – DÚVIDA QUANTO À EFETIVA ADESÃO DO RECORRENTE À CONDUTA CRIMINOSA EXECUTADA PELO SEU FILHO, QUE DEVE SER SUBMETIDA AO JUIZ NATURAL DA CAUSA, QUE É O CONSELHO DE SENTENÇA – DECISÃO DE PRONÚNCIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A decisão de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação. Destarte, se presentes a prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria ou participação no crime doloso contra a vida, requisitos exigidos pelo art. 413 do CPP, impõe-se o pronunciamento do acusado a fim de ser submetido a julgamento pelo eg. Tribunal do Júri, em observância ao comando expresso do art. 5º, inc. XXXVIII, da CF/88 e com fulcro no princípio in dubio pro societate, cabendo eventuais dúvidas serem dirimidas pelos jurados, por ser a propalada inocência do recorrente apenas uma das versões sustentadas no processo e subsidiada por provas idôneas. 2. Decisão de pronúncia mantida. Recurso defensivo desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1011964-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO PEREIRA DE PAULA (RECORRENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
ERIVELTON DEBONI DOS SANTOS OAB - MT20677-O (ADVOGADO)
MANAINA FRANCIS DE ARRUDA DEBONI OAB - MT21571 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
ILÁRIO STEFANELLO (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)

Número Único: 1011964-29.2019.8.11.0000 Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) Assunto: [Homicidio qualificado] Relator: Des(a). GILBERTO GIRALDELLI Turma Julgadora: [DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (RECORRIDO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), BENEDITO PEREIRA DE PAULA - CPF: 016.247.122-07 (RECORRENTE), ERIVELTON DEBONI DOS SANTOS - CPF: 688.425.201-44 (ADVOGADO), MANAINA FRANCIS DE ARRUDA DEBONI - CPF: 695.351.161-34 (ADVOGADO), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (RECORRENTE), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE), ILÁRIO STEFANELLO (VÍTIMA), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PRONÚNCIA POR HOMICÍDIO DOLOSO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO – IRRESIGNAÇÃO DA DEFESA – PRELIMINAR MINISTERIAL DE INTEMPESTIVIDADE – REJEIÇÃO – PRETENDIDA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS DESDE A CITAÇÃO POR EDITAL – NULIDADE INEXISTENTE – VALIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Interposto o recurso pelo próprio recorrente, no momento da intimação pessoal da sentença de pronúncia, manifestando expressamente o desejo de recorrer, o recebimento e processamento do referido stricto sensu é medida que se impõe. 2. Demonstrado nos autos que houve mais de uma tentativa de citação pessoal do recorrente antes daquela realizada por edital, fica afastada a tese de nulidade da citação e dos demais atos processuais subsequentes, inclusive da decisão de pronúncia. 3. Pronúncia mantida. Preliminar de intempestividade rejeitada. Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002419-97.2016.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO FERREIRA DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADHEMAR DE BRITO FIGUEIRA PERES OAB - MT11203-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14, CAPUT, DA LEI N. 10.826/03) – RECURSO DA DEFESA – 1. ABSOLVIÇÃO – ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP) – IMPROCEDÊNCIA – PERIGO ATUAL OU IMINENTE NÃO COMPROVADO – 2. ATENUANTE DA CONFISSÃO – IMPERTINÊNCIA – PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL – SÚMULA 231 DO STJ – 3. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO – IMPERTINÊNCIA – FALTA D E PROVA DO REQUISITO OBJETIVO DO ART. 89 DA LEI N. 9.099/95 – 4. RECURSO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ. 1. Não se reconhece a excludente de ilicitude do Estado de necessidade prevista no art. 24, do CP, se não comprovado inequivocamente que o Apelante portava ilegal de arma de fogo e munições de uso permitido com vistas a salvar direito próprio ou alheio de perigo atual ou iminente, que ele não provocara por sua vontade e nem poderia de outro modo evitar; 2. Nos termos da Súmula n. 231 do STJ o reconhecimento de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo estabelecido em lei; 3. A suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei n. 9.099/95, só é aplicável ao agente que tenha sido denunciado pela prática de crime sancionado com pena mínima igual ou inferior a 1 ano; in casu, foi atribuída ao Apelante a autoria do delito de Porte Ilegal de Arma de Fogo, punível com pena de 2 a 4 anos de reclusão.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000211-69.2018.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
MACSON RODRIGUES (APELANTE)
MAGSON VIOLA SOARES DA SILVA (APELANTE)
PABLO HENRIQUE NASCIMENTO BERNARDINO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR VELOZO JUNIOR OAB - MT17762-O (ADVOGADO)
FABRICIO ALMEIDA FERRACIOLLI OAB - MT18563-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - PORTO DOS GAÚCHOS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
WELLINGTON AFFONSO GOMES (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0000211-69.2018.8.11.0019 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas] Relator: Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA Turma Julgadora: [DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MAGSON VIOLA SOARES DA SILVA - CPF: 063.155.281-20 (APELANTE), MOACIR VELOZO JUNIOR - CPF: 075.143.276-81 (ADVOGADO), Macson Rodrigues (APELANTE), Pablo Henrique Nascimento Bernardino (APELANTE), FABRICIO ALMEIDA FERRACIOLLI - CPF: 019.744.341-92 (ADVOGADO), WELLINGTON AFFONSO GOMES - CPF: 022.011.901-51 (APELANTE), ELIANE FUHR - CPF: 032.193.841-02 (ADVOGADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), MACSON RODRIGUES (APELANTE), PABLO HENRIQUE NASCIMENTO BERNARDINO (APELANTE), WELLINGTON AFFONSO GOMES - CPF: 022.011.901-51 (TERCEIRO INTERESSADO), MPEMT - PORTO DOS GAÚCHOS (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, PROVEU PARCIALMENTE OS RECURSOS. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – RECURSOS DEFENSIVOS - 1. PRELIMINAR - INVALIDADE DE DEVASSA EM APARELHO TELEFÔNICO - INOCORRÊNCIA – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA INEFICIENTE PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS – PRELIMINAR REJEITADA – 2. PRELIMINAR - NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE FUNDAMENTADA NA PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - SENTENCIADO QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº. 50 DO TJMT - 3. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – ALEGADA DÚVIDA ACERCA DA OCORRÊNCIA DOS DELITOS - IMPROCEDÊNCIA - MATERIALIDADE E AUTORIAS COMPROVADAS - ELEMENTOS PROBATÓRIOS SEGUROS QUANTO AO EXERCÍCIO DA TRAFICÂNCIA E VÍNCULO ASSOCIATIVO PARA O TRÁFICO – 4. REDUÇÃO DA PENA-BASE – REDUÇÃO NECESSÁRIA – QUANTUM DE AUMENTO EXACERBADO – QUANTIDADE DE DROGA (MACONHA) NÃO JUSTIFICA O AUMENTO DA PENA MUITO ALÉM DO SEU PONTO INICIAL – 5. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA – RÉU MENOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS NA DATA DOS FATOS – RECONHECIMENTO DA ATENUANTE – EXTENSÃO DO BENEFÍCIO A UM

DOS RÉUS – ARTIGO 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - 6. TRÁFICO PRIVILEGIADO – IMPOSSIBILIDADE – CONDENAÇÃO PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO INDICA A DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA E A REINCIDÊNCIA DESNATURA A PRIMARIEDADE – RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. É racionalmente necessário observar o princípio da vedação da proteção ineficiente de bens jurídicos, verbi gratia o direito fundamental inerente à segurança (artigo 6º, da Constituição Federal). Inexistência de ilicitude da prova obtida por aplicativo whatssapp de réu ligado ao tráfico. A análise do celular resultara de indícios da prática de crime assemelhado a hediondo. 2. Não se vislumbra ausência de fundamentação na sentença no que tange à manutenção da prisão do apelante, considerando que permaneceu preso durante a instrução criminal, e não tendo havido alteração das circunstâncias que ensejou sua prisão, reforçada está a necessidade de manutenção da segregação, agora que restou condenado. Com efeito, nesse sentido caminha o entendimento dessa egrégia Corte Estadual de Justiça em seu Incidente de Uniformização Jurisprudencial nº. 50 que estabelece que a reiteração por parte do magistrado sentenciante, dos elementos ensejadores da segregação cautelar do réu, desde que estes perdurem, é fator motivacional e plenamente hábil para não autorizar ao condenado, apelar da sentença condenatória, em liberdade. 3. Deve ser mantida a sentença condenatória dos delitos de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, quando o feito demonstra que a materialidade e a autoria delitiva se encontram perfeitamente comprovadas no que se refira a comercialização de entorpecentes e a união de esforços com o objetivo de viabilizar a mercantilização de substâncias ilícitas, nos autos da ação penal. 4. O artigo 59 do Código Penal, contempla em suas circunstâncias, as formas pelas quais o delito se dá, sua motivação, circunstâncias fáticas, consequências e características subjetivas do agente infrator. Deve o magistrado, fazer uso dessa gama de elementos para dosar a pena-base de forma equilibrada. As circunstâncias judiciais negativas deve ser atribuídas com um quantum de aumento razoável e diretamente ligado às particularidades do caso concreto, para que a reprimenda primária aplicada ao réu, não seja desajustada e exagerada. 5. Sendo o réu, menor de 21 (vinte e um) anos na data dos fatos, deve ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa. Estando a pena intermediária no mínimo legal. Caso a pena intermediária esteja no mínimo legal, a aplicação da atenuante da menoridade é vedada, por força da Súmula nº. 231 do STJ. 6. A condenação pelo crime de associação para o tráfico e a reincidência, inviabilizam a aplicação da causa especial de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei nº. 11343/2006, em razão de ficar evidenciada a dedicação à atividade criminosa e a não primariedade.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0029254-50.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MAX DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLINHOS BATISTA TELES OAB - MT6656-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAX DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS (APELADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLINHOS BATISTA TELES OAB - MT6656-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOSE MARCONDES DE OLIVEIRA JUNIOR (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
PATRICIA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – CONDENAÇÃO – RECURSO DEFENSIVO – 1. PRELIMINAR – NULIDADE DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E PESSOAL – INEXISTÊNCIA – CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EM ROBUSTO CONJUNTO PROBATÓRIO – ART. 226 DO CPP – NATUREZA RECOMENDATÓRIA – 2. ABSOLVIÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – PROVA CONVINCENTE DA AUTORIA E MATERIALIDADE DO CRIME DE ROUBO MAJORADO – 3. DECOTE DAS MAJORANTES – IMPROCEDÊNCIA – PROVAS DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E DO CONCURSO DE AGENTES – 4. CONCURSO FORMAL DE CRIMES – DESCONSIDERAÇÃO – IMPERTINÊNCIA – CRIME PRATICADO CONTRA DUAS VÍTIMAS – 5. APELO MINISTERIAL – AUMENTO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO – PROCEDÊNCIA – ART. 157, § 2º, I, DO CP VIGENTE À ÉPOCA DO FATO – INEXISTÊNCIA DE ABOLITIO CRIMINIS – CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA – PRELIMINAR REJEITADA – RECURSO DEFENSIVO DESPROVIDO – APELO MINISTERIAL PROVIDO – CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ. 1. A inobservância do modo de reconhecimento pessoal previsto no art. 226 do CPP, de natureza recomendatória, não enseja a nulidade do ato, mormente se a condenação do réu não se baseou, exclusivamente neste meio de prova, mas, em forte conjunto probatório idôneo à demonstração da materialidade e autoria delitiva imputadas ao Apelante; 2. São suficientes para a condenação do réu como autor do crime de Roubo majorado, as declarações das vítimas, colhidas em Juízo, sob o crivo do contraditório, em harmonia com as demais provas, inclusive Termos de Reconhecimento Fotográfico e de Pessoa, aptas a demonstrar, de forma inequívoca, a materialidade e a autoria do crime. Ademais, em crimes, geralmente, praticados sem testemunhas, as declarações da vítima têm especial relevância para o convencimento do julgador conforme pacificado entendimento jurisprudencial; 3. Comprovado o emprego de arma de fogo e a pluralidade de agentes no evento criminoso, por meio das firmes declarações judiciais das vítimas, inadmissível o decote das causas de aumento de pena previstas no art. 157, § 2º, inc. I e II, do CP; 4. Evidenciado que o delito de Roubo majorado foi praticado contra duas vítimas, mediante uma só ação ou omissão, é correto o reconhecimento da causa de aumento da pena prevista no art. 70 do CP; 5. Apesar da Lei nº 13.654/18 ter revogado o inciso I, do § 2º, do art. 157, do CP, ela também acrescentou o § 2º-A, no art. 157, prevendo duas novas hipóteses de Roubo circunstanciado, com pena maior. Nesse contexto, nitidamente, não houve abolitio criminis, mas, continuidade típico-normativa. Portanto, comprovado que, antes da vigência da Lei nº. 13.654/18, o agente cometeu o crime de Roubo, mediante ameaça exercida com emprego de arma de fogo, o que, não foi objeto de abolitio criminis, imperiosa a incidência da causa de aumento da pena do art. 157, § 2º, I, do CP, vigente à época do crime.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000558-50.2014.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
A. R. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAILZA TAVEIRA LEITE OAB - MT17577-O (ADVOGADO)
GLORIA RIBEIRO DIAS SAO JOSE OAB - MT20220-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. S. F. D. A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JANAILZA TAVEIRA LEITE OAB - MT17577-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
A. K. C. C. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0000558-50.2014.8.11.0017 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Estupro de vulnerável, Violência Doméstica Contra a Mulher] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELADO), JANAILZA TAVEIRA LEITE - CPF: 049.351.084-28 (ADVOGADO), ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA - CPF: 604.579.371-49 (APELANTE), JANAILZA TAVEIRA LEITE - CPF: 049.351.084-28 (ADVOGADO), GLORIA RIBEIRO DIAS SAO JOSE - CPF: 040.676.591-05 (ADVOGADO), ANNA KAROLINE CARDOSO COSTA - CPF: 042.129.991-61 (VÍTIMA), MPEMT - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MERITO, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – CONDENAÇÃO – RECURSO DA DEFESA – 1. PRELIMINAR - NULIDADE DA INSTRUÇÃO CRIMINAL – VIOLAÇÃO AO ART. 400 DO CPP – INTERROGATÓRIO DO RÉU ANTES DA DEVOLUÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PARA A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS – IMPROCEDÊNCIA – REGRA DO § 1º DO ARTIGO 222 DO CPP. 1. Nos termos do art. 222, § 1º do CPP, a expedição de carta precatória não suspende o curso da ação penal, de modo, que a inversão, em face do cumprimento da deprecata, na produção da prova testemunhal ou na colheita do interrogatório do acusado, não redunda em nulidade

processual, mormente, quando eventual prejuízo suportado pelo réu não foi demonstrado. 2. MÉRITO – 2.1. ABSOLVIÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS– PALAVRAS SEGURAS DA VÍTIMA SOBRE OS CRIMES – HARMONIA COM DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS – 2.2. DOSIMETRIA – CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 226, II, DO CP – AFASTAMENTO – IMPOSSIBILIDDE – APELANTE PADRASTO DA VÍTIMA – CONTINUIDADE DELITIVA – FRAÇÃO DE 2/3 – DIMINUIÇÃO – INVIABILIDADE – VÁRIOS DELITOS COMETIDOS EM CONSIDERÁVEL ESPAÇO DE TEMPO - LEGALIDADE – 3. RECURSO DESPROVIDO CONFORME PARECER. 2.1. Nos crimes de natureza sexual, nos quais a conduta do agente geralmente se dá às escondidas, a palavra da vítima possui especial relevância para a elucidação de tais ilícitos, mormente, quando em harmonia com os demais elementos probatórios colhidos nos autos; 2.2. Comprovada a condição de padrasto da vítima, imperativa a aplicação da causa de aumento de pena do art. 226, inciso II, do CP; - Se restou incontroversa a ocorrência de vários atos de estupro, que perduraram por aproximadamente 3 anos, não há falar em ilegalidade no aumento da pena em 2/3 pela continuidade delitiva.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007289-81.2015.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEI MENDONCA MIRANDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO BATISTA BORGES JUNIOR OAB - MT7637-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
IRANILDO DE CARVALHO PERES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VALDINEI JOSE VASTOR (TERCEIRO INTERESSADO)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO – RECEPTAÇÃO – ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – 1. ABSOLVIÇÃO – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – PROVAS CONVINCENTES DA MATERIALIDADE E AUTORIA – DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS E OUTRAS PROVAS JUDICIALIZADAS – 2. REGIME ABERTO – IMPERTINÊNCIA – RÉU REINCIDENTE – PENA IMPOSTA SUPERIOR A 4 ANOS – RECURSO DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. Para a condenação pela autoria do crime de Receptação, a posse da res, aliada às circunstâncias fáticas do caso concreto, faz presumir o dolo e inverte o ônus da prova, cabendo, ao réu, demonstrar o desconhecimento da origem ilícita do bem, sob pena, de não o fazendo, desmerecer crédito a versão do fato ofertada pela Defesa. Quanto ao crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, são suficientes para a condenação, as declarações extrajudiciais e judiciais do réu, aliadas às das testemunhas, colhidas em Juízo, sob o crivo do contraditório, aptas a demonstrar, de forma inequívoca, a materialidade e a autoria do delito em questão; 2. Tratando-se de réu reincidente condenado a pena superior a 4 anos de reclusão, sem base legal o estabelecimento de regime inicial aberto para cumprimento da pena.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005928-02.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ROGERIO DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIRO CEZAR DA SILVA OAB - MT16249-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – RECURSO DA DEFESA – I – ABSOLVIÇÃO – ESTADO DE NECESSIDADE – IMPROCEDÊNCIA – PERIGO ATUAL OU IMINENTE NÃO COMPROVADO – ERRO DE TIPO – INEXISTÊNCIA – CONHECIMENTO DA ILICITUDE DA CONDUTA – II - DESCLASSIFICAÇÃO – POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – IMPOSSIBILIDADE – CONDUTA QUE SE AMOLDA À FIGURA DESCRITA NO ART. 14 DA LEI 10.826/03 – PORTE/TRANSPORTE EM VEÍCULO AUTOMOTOR –RECURSO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. I.I. - A alegação genérica de que o réu portava artefatos bélicos para se proteger, desprovida de qualquer amparo nos autos a indicar que tenha agido com a finalidade de se salvar de perigo atual ou inevitável, é insuficiente para que se reconheça a incidência da excludente de estado de necessidade. I.II. - O erro de tipo, previsto no art. 20 do CP, corresponde a todo erro do agente que incida sobre os elementos constitutivos e essenciais da figura criminosa. Logo, quando demonstrado nos autos que o réu tinha amplo conhecimento de que portar/transportar arma de fogo e munições, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, configura crime, não há como se acolher o pedido absolutório com fundamento no alegado erro de tipo. II – A conduta de portar/transportar artefatos bélicos em veículo automotor sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar se subsume com perfeição à figura criminosa prevista no art. 14 da Lei n. 10.826/03. Por isso, não há como desclassificá-la para aquela inserida no art. 12 do mesmo diploma legal, que trata do delito de Posse Irregular de Arma de Fogo de Uso Permitido.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007208-04.2015.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
WASHINGTON MARCONDES CURVO FELIX MEDEIROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON FREITAS NETO OAB - MT21882 (ADVOGADO)
ROSA MARIA TEIXEIRA MATTAR OAB - MT6911-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ERIKA ABEGAIL CASTILHO AVILA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
KEVIN MAIK DOS SANTOS LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, I, E II, DO CP) – CONDENAÇÃO – RECURSO DA DEFESA – 1. PRELIMINAR EX OFFICIO – NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DO APELO – 1.1. INDENIZAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL E 1.2. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE – SUCUMBÊNCIA INEXISTENTE - INDENIZAÇÃO NÃO FIXADA NA SENTENÇA E APELANTE COLOCADO EM LIBERDADE DO CURSO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL – FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL – APELO NÃO CONHECIDO NESSE PONTO. 1.1. Carece de interesse processual o apelante no ponto em que pleiteia o afastamento do pagamento de indenização à vítima, vez que na sentença não se impôs essa a obrigação. 1.2. A carência de interesse processual ainda se estende ao pleito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, seja porque o apelante foi agraciado com a concessão da liberdade no curso da instrução probatória, seja porque, de acordo com o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, a prisão decorrente da condenação confirmada em segundo grau deixou de ser automática. 2. MÉRITO – 2.1. ABSOLVIÇÃO – IN DUBIO PRO REO – IMPROCEDÊNCIA – DELITO QUE NÃO DEIXA VESTÍGIO – CLANDESTINIDADE – ESPECIAL VALOR PROBANTE DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA – CONDENAÇÃO MANTIDA – 2.2. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA – IMPERTINÊNCIA – CONTRIBUIÇÃO EFETIVA PARA O CRIME – 2.3. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL – RECRUDESCIMENTO JUSTIFICADO – 2.4. REGIME PRISIONAL – ABRANDAMENTO – INVIABILIDADE – REPRIMENDA SUPERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO – 7. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITOS – IMPROCEDÊNCIA – DELITO COMETIDO COM GRAVE AMEAÇA À PESSOA – REQUISITOS LEGAIS NÃO ATENDIDOS. APELO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 3. Nos crimes que não deixam vestígios e cometidos clandestinamente, as declarações da vítima assumem especial valor probante, sobretudo quando corroboradas pelos demais elementos constantes no conjunto probatório, a exemplo das declarações dos agentes policiais responsáveis pela prisão em flagrante do Apelante, que foi surpreendido, aliás, ainda em poder da arma de fogo utilizada amedrontar a vítima. 4. Comprovado que o Apelante exerceu conduta relevante no exaurimento do delito contra o patrimônio, sendo o responsável tanto por auxiliar na fuga do corréu como ocultar a arma de fogo utilizada no momento do crime, não há que se cogitar em participação de menor importância. 5. No crime de Roubo, admite-se o uso das majorantes excedentes, não sopesadas na terceira fase dosimétrica, para desabonar as circunstâncias judiciais e justificar o incremento da

pena-base. 6. O quantum de pena imposto, superior a 4 e inferior a 8 anos, impõe a fixação de regime prisional semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, b, do CP. 7. O emprego de grave ameaça à pessoa impede, em face da falta de preenchimento de um dos requisitos objetivos do art. 44, do CP, a substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0018945-80.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SAMUEL LIMA RODRIGUES SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO LEITE OAB - MT24340-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0018945-80.2018.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO (APELADO), SAMUEL LIMA RODRIGUES SANTOS - CPF: 071.977.971-52 (APELANTE), JOSE ROBERTO LEITE - CPF: 020.305.421-05 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), MPEMT - SINOP (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO – TRÁFICO DE ENTORPECENTE – RECURSO DA DEFESA – 1. PRELIMINAR - NULIDADE DO PROCESSO – PRISÃO EM FLAGRANTE – AGRESSÕES SOFRIDAS PELO RÉU – IMPROCEDÊNCIA – EXAME DE CORPO DE DELITO REALIZADO – CONCLUSÃO DE INEXISTÊNCIA DE VESTÍGIOS DE LESÃO CORPORAL – 2. ABSOLVIÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE DE DROGA PARA CONSUMO PESSOAL – IMPROCEDÊNCIA – MATERIALIDADE E AUTORIA DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS – EXISTÊNCIA DE PROVAS IDÔNEAS. 3. PENA-BASE - MÍNIMO LEGAL – PROCEDÊNCIA – CONTUMÁCIA DELITIVA – MOTIVAÇÃO INIDÔNEA PARA CONSIDERAR-SE PREJUDICIAIS, AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DA CONDUTA SOCIAL E PERSONALIDADE DO RÉU – 4. TRÁFICO PRIVILEGIADO – QUANTUM DE REDUÇÃO NA FRAÇÃO MÁXIMA – PARCIAL PROCEDÊNCIA – QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO – 297,5 G DE COCAÍNA – FRAÇÃO DE 1/2 (METADE) – RAZOABILIDADE E PROPORÇÃO DEMONSTRADAS PELA QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA – 5. REDUÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA – PROCEDÊNCIA – HARMONIA COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE REDIMENSIONADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. Inexiste nulidade a ser reconhecida, se o apelante deixou de comprovar a alegação de que fora agredido e torturado por policiais que efetuaram a prisão em flagrante, principalmente, se colacionado ao feito exame de corpo de delito em que se concluiu sobre a inexistência de vestígios de lesões corporais no Apelante; 2. Comprovadas a materialidade do delito de Tráfico ilícito de droga e sua autoria, por meio do robusto acervo probatório – circunstâncias da prisão em flagrante, declarações das testemunhas uníssonas entre si, confirmadas em Juízo, sob o crivo do contraditório, além de laudo pericial que demonstra a apreensão de 297,5 gramas de cocaína –, impõe-se manter a condenação do apelante pelo delito tipificado no art. 33 da Lei nº. 11.343/06, não havendo que se cogitar de desclassificação da conduta denunciada, para Posse de drogas para consumo pessoal; 3. Ainda que o réu responda a outras ações penais ou ostente condenações definitivas em seu desfavor, não é possível extrair os aspectos da sua conduta social e personalidade, com base, unicamente, desses dados, fazendo-se necessários outros meios de comprovação para tanto, como verbi gratia, um estudo psicológico ou social; 4. A aplicação da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei nº. 11.343/06, na fração de 1/2, justifica-se em razão da importante quantidade de cocaína (297,5 gramas), que, inclusive, não serviu para exasperação da pena basilar; 5. Sedimentado o entendimento deste e. Tribunal de que "A fixação da pena de multa deve observar duas etapas, sendo definida na primeira a quantidade de dias-multa, em patamar proporcional à pena privativa de liberdade e, na segunda, o montante do dia-multa, de acordo com a capacidade econômica do apenado." (INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 101532/2015 Disponibilizado no DJE Edição nº 9998, de 11/04/2017, publicado em 12/04/2017).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000263-29.2009.8.11.0036
Parte(s) Polo Ativo:
DHEMERSON PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THALLES FELIPE VIEIRA LOPES MARTINS OAB - MT24816-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ADERSON DE ALMEIDA CAMPOS (VÍTIMA)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO QUALIFICADO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – 1. PREJUDICIAL DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO RETROATIVA – INOCORRÊNCIA – LAPSO PRESCRICIONAL NÃO PERCORRIDO – 2. ABSOLVIÇÃO – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – POSSIBILIDADE – ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NA FASE INQUISITIVA NÃO REPRODUZIDOS EM JUÍZO – OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 155, CAPUT, DO CPP – 3. READEQUAÇÃO DA PENA – ANÁLISE PREJUDICADA. – APELO PREJUDICIAL DE MÉRITO AFASTADA E, NO MÉRITO, APELO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1 - Extraindo-se dos autos que não houve o transcurso do prazo prescricional com base na pena in concreto, inviável o reconhecimento da prescrição punitiva Estatal. 2 - Por traduzir patente ofensa ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, é inadmissível a prolação de sentença condenatória fundamentada exclusivamente em elementos de informação colhidos na fase inquisitiva e não confirmados em Juízo, sendo de rigor a absolvição em casos tais. Inteligência da regra delineada no art. 155, caput, do CPP. 3 - Com o acolhimento da tese absolutória, fica prejudicado o exame do pedido relativo à dosimetria da penal.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0028566-59.2014.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
WESLLEY LUCIANO BRITO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT17947-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOSÉ DE RIBAMAR COSTA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO – TRÁFICO DE DROGAS – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – 1. DESCLASSIFICAÇÃO – ART. 28 DA LEI 11.343/06 – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – PROCEDÊNCIA – ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NA FASE INQUISITIVA NÃO REPRODUZIDOS EM JUÍZO – OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 155, CAPUT, DO CPP – FALTA DE PROVA CONCRETA DA MERCANCIA ILÍCITA – MEROS INDÍCIOS E CONJECTURAS – PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – IN DUBIO PRO REO – 2. REDUÇÃO DA PENA-BASE AO MÍNIMO LEGAL E PRIVILÉGIO DO ART. 33, §4º, DA LEI N.º 11.343/2006 – ANÁLISE PREJUDICADA – 4. APELO PROVIDO. EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1 - Se o réu confessou ser usuário de drogas e inexiste prova incontestável de que o ilícito apreendido pertencia a ele, inviável a manutenção da sentença condenatória, sob pena de ofensa ao Princípio Constitucional da Presunção de Não Culpabilidade e do axioma "in dubio pro reo", decorrente do art. 386, inc. VII do CPP, de modo que a desclassificação para a conduta do art. 28 da Lei de Drogas é medida que se impõe; 2 – Acolhida a tese de desclassificação para o delito de uso de entorpecente e determinada a remessa ao Juizado Especial Criminal, para julgamento da ação penal, resta prejudicada a análise dos pedidos subsidiários de redução da pena-base ao mínimo legal e de concessão da benesse do art. 33, §4º da Lei de Drogas.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000100-71.2015.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
M. G. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA OAB - MT11324-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. C. G. D. S. (VÍTIMA)

E M E N T A APELAÇÃO – VIAS DE FATO CONTRA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 61 DO DECRETO-LEI N. 3.688/41 COM AS IMPLICAÇÕES DA LEI N. 11.343/06) – CONDENAÇÃO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (15 DIAS DE PRISÃO SIMPLES) – SUBSTITUIÇÃO DO SURSIS SIMPLES (ART. 78, § 1º, DO CP) PELO SURSIS ESPECIAL (ART. 78, § 2°, DO CP) – PROCEDÊNCIA – REQUISITOS LEGAIS INTEGRALMENTE ATENDIDOS – RECURSO PROVIDO CONFORME PARECER DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. O atendimento dos requisitos previstos no art. 78, § 2º, do CP (reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e avalição favorável de todas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP), afasta a aplicação do sursis simples (art. 78, § 1º, do CP) e impõe a do sursis especial, mais favorável ao Apelante.

Acórdão Classe: CNJ-413 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002213-86.2009.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO GABRIEL FEITOSA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT10609-A (ADVOGADO)
RAPHAEL ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT18330-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
THIAGO MACEDO DE ANDRADE (TERCEIRO INTERESSADO)
LOJA PONTO FRIO (VÍTIMA)

E M E N T A PENAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MINISTERIAL E CONDENOU O EMBARGANTE POR RECEPTAÇÃO QUALIFICADA – ALEGADA A EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO JULGADO DIANTE DA NÃO TRANSCRIÇÃO LITERAL DOS DEPOIMENTOS QUE EMBASAM A CONDENAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – VÍCIO NÃO VERIFICADO – DECLARAÇÕES PARAFRASEADAS NO BOJO DO ARESTO – ACÓRDÃO QUE DISCRIMINA SATISFATORIAMENTE O CONTEÚDO DA PROVA ORAL QUE SUSTENTA A CONDENAÇÃO – PREJUÍZO NÃO VERIFICADO – REQUERIDA A DEGRAVAÇÃO DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS EM JUÍZO – DESNECESSIDADE – ART. 405, §2.º, DO CPP – DEPOIMENTOS ARMAZENADOS EM MÍDIA AUDIOVISUAL CONSTANTE DOS AUTOS – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. O vício de omissão ensejador do acolhimento dos embargos de declaração consiste na falta de abordagem por parte do órgão julgador acerca de alguma questão sobre a qual deveria pronunciar-se, o que não é o caso, na medida em que o v. acórdão embargado discriminou pormenorizadamente os elementos de cognição que conduziram ao desfecho condenatório, não configurando o aludido vício o simples fato de os depoimentos judiciais terem sido parafraseados e não transcritos literalmente. 2. A teor da jurisprudência do STJ e do TJMT, a degravação dos registros audiovisuais constitui providência excepcional e depende da necessidade da medida, a qual não se verifica in casu, visto que o réu e seus advogados estiveram presentes durante a colheita da prova oral e possuem acesso às mídias, cujo conteúdo, embora não transcrito ipsis litteris, consta do aresto embargado. 3. Vício não configurado. Embargos de declaração desprovidos.

Apelação 14878/2019 - Classe: CNJ-417 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 14878 / 2019. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - RAFAEL ARUÃ POMPEO AMORIM SOUZA (Advs: Dr(a). WILLIAM MARCOS VASCONCELOS - OAB 11.323-MT), APELANTE(S) - WENDER DO NASCIMENTO CARBONERA (Advs: Dr(a). ROSANA ESTEVES MONTEIRO - DEFENSORA PÚBLICA - OAB 9015-O/MT), APELANTE(S) - JOSEFER GONÇALVES DA SILVA (Advs: Dr(a). LAURO GONÇALO DA COSTA - OAB 15304/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS.
EMENTA:
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – RECURSO DEFENSIVO - PRELIMINAR: 1. NULIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – INOCORRÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR QUE OBSERVOU OS REQUISITOS DO ARTIGO 2º DA LEI Nº. 9296/96 – 2. LITISPENDÊNCIA PELA CONEXÃO - INVIABILIDADE - FATOS DIVERSOS E DIFERENTE MODUS OPERANDI, CARACTERIZANDO OPERAÇÃO INTERNA DE TRAFICÂNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS - 3. ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES – MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA EVIDENCIADAS - MERCANTILIZAÇÃO DE ENTORPECENTES – 4. CRIME CONTINUADO. NECESSIDADE DE PRESENÇA DOS ELEMENTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. REITERAÇÃO HABITUAL. DESCARACTERIZAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 4 .
1. Não há que se falar em ilegalidade da autorização da interceptação telefônica se a medida foi deferida à vista da existência de indícios gravosos do tráfico de entorpecente e diante da inexistência de outros meios mais eficazes, na ocasião, para obtenção da prova almejada. Deve ser mantida a sentença condenatória do delito de tráfico de entorpecentes, quando o feito demonstra que a materialidade e a autoria delitiva se encontram perfeitamente comprovadas no que se refira a comercialização de entorpecentes, nos autos da ação penal.
2. Há de ser afastado o pleito quanto a litispendência por conexão, uma vez que ficou apurado que houve associação, ainda que com a mesma finalidade, mas de forma distinta e com grupos diferentes.
3. Deve ser mantida a sentença condenatória do delito de tráfico de entorpecentes, quando o feito demonstra que a materialidade e a autoria delitiva se encontram perfeitamente comprovadas no que se refira a comercialização de entorpecentes, nos autos da ação penal.
4. A prática delituosa foi executada de forma diferente, com circunstâncias de tempo e lugar diferentes; circunstâncias estas que não se encaixam nos requisitos objetivos e subjetivos presentes no art. 71, do CP, para configurar a continuidade delitiva.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0018716-34.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO ANDRADE DA SILVA (APELANTE)
SAMUEL CLEMENTE DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO DE CASSIO MELLO OAB - MT14312-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MAILTON FRANCISCO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JUNIOR LIRA ESTOLANE (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JAIR VICENTE DELLALIBERA (VÍTIMA)

Número Único: 0018716-34.2017.8.11.0055 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Latrocínio] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [JAIR VICENTE DELLALIBERA - CPF: 206.489.281-87 (VÍTIMA), MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (APELADO), TIAGO ANDRADE DA SILVA - CPF: 050.294.551-67 (APELANTE), FERNANDO DE CASSIO MELLO - CPF: 929.840.020-91 (ADVOGADO), SAMUEL CLEMENTE DOS SANTOS (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JUNIOR LIRA ESTOLANE - CPF: 042.679.611-07 (TERCEIRO INTERESSADO), SAMUEL CLEMENTE DOS SANTOS - CPF: 063.928.111-76 (APELANTE), MAILTON FRANCISCO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU

OS RECURSOS. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – CONCURSO DE PESSOAS, EMPREGO DE ARMA DE FOGO E TRANSPORTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR PARA OUTRO ESTADO OU EXTERIOR (ART. 157, § 2º, I, II E IV, DO CP) – CONDENAÇÃO – RECURSO DA DEFESA – 1. ABSOLVIÇÃO – IN DUBIO PRO REO – IMPROCEDÊNCIA – DELAÇÃO DO CORRÉU E INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – 2. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA – IMPROCEDÊNCIA – CONTRIBUIÇÃO EFETIVA PARA O CRIME – 3. DOSIMETRIA – 3.1. PENA-BASE NO MÍNIMO – IMPERTINÊNCIA – CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E CONSEQUÊNCIAS – FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA –3.2. MAJORANTE REFERENTE AO TRANSPORTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR PARA OUTRO ESTADO OU EXTERIOR – AFASTAMENTO – IMPROCEDÊNCIA – INCIDÊNCIA COMPROVADA PELA PROVA TESTEMUNHAL – 3.3. CONCURSO FORMAL NA FRAÇÃO MÍNIMA (1/6) – DESACOLHIMENTO – TRÊS VÍTIMAS – 3.4. REGIME PRISIONAL – ABRANDAMENTO - IMPERTINÊNCIA – PRIMEIRO APELANTE – PENA SUPERIOR A 8 ANOS DE RECLUSÃO – SEGUNDO APELANTE – EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL – ART. 33, § 2º, "A" E § 3º, DO CP – 4. RECURSO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. A delação de corréu, sem intenção de isentar-se de culpa, aliada ao conteúdo do relatório parcial de interceptação telefônica existente nos autos evidenciado a efetiva participação do Apelante na execução do crime de Roubo triplamente majorado, previsto no art. 157, § 2º, I, II e IV, do CP (com redação anterior à da Lei n. 13.654/2018), impõe a manutenção do édito condenatório; 2. Comprovado que o Apelante exerceu conduta relevante no exaurimento do delito contra o patrimônio, pois foi a pessoa responsável por retirar os veículos roubados da esfera de vigilância e transportá-los para a Bolívia, não há que se cogitar de participação de menor importância; 3.1. No crime de Roubo, admite-se o uso das majorantes excedentes, não sopesadas na terceira fase dosimétrica, para desabonar as circunstâncias judiciais e justificar o incremento da pena-base; - Nos termos perfilhados pelo STJ ao julgar o HC 408.726/SP, é correta a avaliação desfavorável da circunstância judicial referente às consequências do crime, se foi vultoso o prejuízo suportado pelas vítimas do Roubo; 3.2. A comprovação de que, ao menos um dos veículos roubados foi transportado até a Bolívia, impede o afastamento da causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, IV do CP; 3.3. Tratando-se de três infrações praticadas em concurso formal próprio, correta é a incidência da fração de aumento de pena de 1/5; 3.4. O quantum de pena imposto e a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis autorizam a fixação de regime prisional mais grave, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do CP.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000049-57.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO DOS SANTOS SOUZA (APELANTE)
JESSICA PRISCILLA DE LIMA OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON REZENDE DOS SANTOS OAB - MT16428-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0000049-57.2016.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [JESSICA PRISCILLA DE LIMA OLIVEIRA - CPF: 043.941.481-46 (APELANTE), ROBSON REZENDE DOS SANTOS - CPF: 016.272.461-69 (ADVOGADO), FERNANDO DOS SANTOS SOUZA (APELANTE), ANTONIO FERREIRA DINIZ - CPF: 524.157.249-04 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), MPEMT - SINOP (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO DE FERNANDO DOS SANTOS SOUZA E DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE JESSICA PRISCILA DE LIMA OLIVEIRA. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS – 1) ABSOLVIÇÃO DE UM DOS APELANTES – PROCEDÊNCIA – CONJUNTO PROBATÓRIO FRÁGIL – MERAS CONJECTURAS – IN DUBIO PRO REO - 2) ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - ABSOLVIÇÃO DE AMBOS OS RÉUS – PROCEDÊNCIA – FALTA DE PROVA IDÔNEA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CORRÉU NO COMÉRCIO ILÍCITO – 3) APLICAÇÃO DA MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06 – IMPOSSIBILIDADE – DEDICAÇÃO AO TRÁFICO – HABITUALIDADE – RECURSO DO RÉU FERNANDO PROVIDO IN TOTUM E APELO DE JÉSSICA PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA PARCIAL COM O PARECER DA PGJ. 1 - Prevalecendo dúvida quanto à prática do ilícito por parte de um dos réus, diante da insuficiência de provas robustas que comprovem a autoria do Tráfico, deve-se decidir em seu favor, em respeito ao axioma "in dubio pro reo", sendo, portanto, imperativa a absolvição; 2 - Diante da fragilidade das provas quanto ao crime de Associação para o tráfico, e não comprovada nem o animus associativo e nem a participação de um dos réus na venda de drogas, imperiosa é a absolvição, em atenção ao axioma "in dubio pro reo". 3 - A quantidade de maconha apreendida na residência da Apelante Jéssica (372,1g), a balança de precisão, os recortes de sacos plásticos em forma de "trouxinhas", o ácido bórico e a caderneta contendo anotações de venda e encomenda de drogas, constituem circunstâncias hábeis a denotar que fazia do Tráfico de drogas o seu meio de subsistência, impedindo, deste modo, a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do artigo 33 da Lei n. 11.343/06.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0019787-65.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DAVI PIMENTA DE OLIVEIRA FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEVIO PEGORARO OAB - MT6904-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0019787-65.2015.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes do Sistema Nacional de Armas] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [DAVI PIMENTA DE OLIVEIRA FILHO - CPF: 027.142.311-01 (APELANTE), NEVIO PEGORARO - CPF: 389.593.210-87 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL - PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - NEGATIVA DE AUTORIA – PROPRIEDADE ATRIBUÍDA A TERCEIRO – ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA - CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL EM HARMONIA COM OS DEPOIMENTOS DE POLICIAIS PRESTADOS EM JUÍZO - VALIDADE - CONTEXTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO DESPROVIDO, DE ACORDO COM O PARECER DA PGJ. Havendo prova da materialidade e da autoria do crime de Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, atribuída ao apelante, além de confissão extrajudicial em harmonia com as palavras dos policias condutores ouvidos em juízo, e, ainda, se a Defesa não logrou, minimamente comprovar suas alegações – ônus que lhe incumbia a teor do disposto no art. 156, do CPP –, é de se manter a sentença condenatória, sendo inviável, portanto, a absolvição.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016411-70.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
IZES ARIEL SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA OAB - GO44870-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0016411-70.2016.8.11.0004 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [IZES ARIEL SOUZA - CPF: 069.085.591-57 (APELANTE), MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA - CPF: 039.443.491-99 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – CONDENAÇÃO – RECURSO DA DEFESA – 1. ABSOLVIÇÃO – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – PROVA ROBUSTA DA MATERIALIDADE E AUTORIA – 2. TRÁFICO PRIVILEGIADO – IMPERTINÊNCIA – AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO – DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS – 3. REGIME PRISIONAL MAIS BRANDO – IMPROCEDÊNCIA – VARIEDADE DAS DROGAS – MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO – 4. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - IMPROCEDÊNCIA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADA – REGISTROS DE REITERAÇÃO DELITIVA – RECURSO DESPROVIDO – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. 1. Exige-se manter a condenação da ré pelo delito de Tráfico ilícito de drogas, se comprovadas a materialidade do crime e sua autoria, por meio do robusto acervo probatório que contempla as circunstâncias em que ocorreu a prisão em flagrante, em especial diante das declarações das testemunhas ouvidas em Juízo e apreensão de nove porções de maconha, duas porções de pasta base de cocaína, além de duas balanças de precisão e cédulas de Real;

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010225-37.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO LUCIO GUIMARAES DE JESUS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURI GUIMARAES DE JESUS OAB - MT6595-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CECÍLIO LUIS DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADELSON DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
WANDERSON BORGES DUARTE (TERCEIRO INTERESSADO)
RODOLFO VICENTE AYOUB (TERCEIRO INTERESSADO)
EDVANDER COSTA CUNHA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE NILTON ALVES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0010225-37.2016.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes do Sistema Nacional de Armas] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [EDVANDER COSTA CUNHA - CPF: 788.184.431-00 (APELANTE), ADOLFO GRASSI DE OLIVEIRA - CPF: 174.036.341-87 (ADVOGADO), MARIO LUCIO GUIMARAES DE JESUS - CPF: 161.845.641-53 (APELANTE), MAURI GUIMARAES DE JESUS - CPF: 424.303.991-72 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), WANDERSON BORGES DUARTE - CPF: 496.189.381-15 (TERCEIRO INTERESSADO), RODOLFO VICENTE AYOUB - CPF: 036.657.431-09 (TERCEIRO INTERESSADO), CECÍLIO LUIS DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO), ADELSON DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO), JOSE NILTON ALVES DA SILVA - CPF: 034.643.725-37 (TERCEIRO INTERESSADO), EDVANDER COSTA CUNHA - CPF: 788.184.431-00 (TERCEIRO INTERESSADO), MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, DESPROVEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, VENCIDO O VOGAL QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO – CONDENAÇÃO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – 1) ABSOLVIÇÃO – ERRO DE TIPO – IMPROCEDÊNCIA – DESCONHECIMENTO DO CALIBRE DA ARMA NÃO INFLU NA TIPICIDADE OU NÃO DA CONDUTA - 2) DESCLASSIFICAÇÃO PARA CRIME MENOS GRAVOSO – IMPERTINÊNCIA – CONDUTA QUE SE AMOLDA À DESCRITA NO ART. 16, CAPUT, DA LEI N. 10.826/03 – 3) RECURSO DESPROVIDO CONFORME PARECER DA CÚPULA MINISTERIAL. 1. A comprovação de que o agente possuía, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, arma de fogo, impede o reconhecimento do erro de tipo, pois, o eventual equívoco sobre o calibre da arma de fogo, se de uso permitido ou restrito, não torna a conduta atípica; 2. Impossível a desclassificação do crime tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/03 para outro “mais brando”, quando comprovado, via laudo pericial, que a arma apreendida na posse do Apelante é de uso restrito.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002068-34.2015.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO DE ALMEIDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEIR ALEXSANDER FRODER OAB - MT9699-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ITIQUIRA (APELADO)
Outros Interessados:
EDILSON GOMES ALVES (TERCEIRO INTERESSADO)
GILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0002068-34.2015.8.11.0027 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes do Sistema Nacional de Armas] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [MPEMT - ITIQUIRA (APELADO), EDILSON GOMES ALVES (APELANTE), RENATO GONCALVES RAPOSO - CPF: 266.848.318-27 (ADVOGADO), MAURO DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO), GILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - ITIQUIRA (APELADO), MAURO DE ALMEIDA (APELANTE), ADEIR ALEXSANDER FRODER - CPF: 975.189.305-44 (ADVOGADO), EDILSON GOMES ALVES (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – COAUTORIA – TRANSPORTE DE ARMA DE FOGO SEM AUTORIZAÇÃO E EM DESACORDO COM DETERMINAÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR – CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO – CONTEÚDO PROBATÓRIO CONSISTENTE – CONFISSÃO DA CIÊNCIA DA CONDUTA – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ. - O crime previsto no artigo 14 da Lei 10.826/2003 (Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido) admite a coautoria ou participação se o sujeito ativo tinha ciência de sua conduta, em transportar armamento sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Portanto, o condutor de veículo que consente, e tem ciência em transportar passageiro portando arma de fogo irregularmente, concorre para o delito, e é igualmente responsável pela sua prática, tanto quanto o proprietário do armamento.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012792-47.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
H. D. M. A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOREIRA MARINHO OAB - MT18791-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
J. P. O. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – CONDENAÇÃO – RECURSO DEFENSIVO – 1. ABSOLVIÇÃO – PROCEDÊNCIA – ANIMUS ASSOCIANDI NÃO COMPROVADO – FRAGILIDADE PROBATÓRIA – EXTENSÃO, DE OFÍCIO, DOS EFEITOS DA DECISÃO AO CORRÉU – ART. 580 DO CPP - SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL IDÊNTICA – IGUAL FUNDAMENTAÇÃO COMUM AOS RÉUS NA SENTENÇA CONDENATÓRIA – RECURSO PROVIDO – DISSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Verificando-se que as provas produzidas nos autos se mostram demasiadamente frágeis, não podendo ser consideradas suficientes para a comprovação inequívoca acerca do crime de integrar organização criminosa, mormente no que tange ao vínculo estável e permanente dos réus, a absolvição é medida que se impõe. O delito de Organização criminosa exige, para a sua caracterização, a existência de vínculo associativo permanente para fins criminosos, ou seja, a predisposição comum de meios para a prática de uma série determinada de delitos; Se o corréu não interpôs Recurso de apelação Criminal, mas, se encontra em idêntica situação fático-processual que o Apelante, devem lhe ser estendidos, de ofício, os efeitos da decisão do v. acórdão, com fulcro no art. 580 do CPP.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002283-23.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JERÔNIMO VITORINO VELASCO NETO (APELANTE)
OSMERITO MENDES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA LETICIA SOUZA LIBERALESSO OAB - MT25605 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ÁGUA BOA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – SENTENÇA CONDENATÓRIA PELO CRIME DO ARTIGO 33, CAPUT DA LEI N.º 11.343/2006 C/C ARTIGO 330 DO CÓDIGO PENAL E ABSOLUTÓRIA EM RELAÇÃO AO CRIME DO ARTIGO 35 DA LEI N.º 11.343/2006, COM TRANSMUTAÇÃO DO CRIME AUTÔNOMO DE CORRUPÇÃO DE MENOR (ART. 244-B DO ECA) PARA A INCIDÊNCIA DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA DO ARTIGO 40, VI DA LEI DE DROGAS (NORMA ESPECIAL ATINENTE À PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM CRIMES DESSA NATUREZA) – IRRESIGNAÇÃO EXCLUSIVAMENTE DEFENSIVA – 1) PLEITO COMUM ABSOLUTÓRIO DE AMBOS OS RÉUS - REJEIÇÃO – AUTORIA E MATERIALIDADE TANTO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS COMO DO DE DESOBEDIÊNCIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS – PALAVRAS COERENTES DOS POLICIAIS QUE SE HARMONIZAM COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO E AS APREENSÕES REALIZADAS – PRESCINDIBILIDADE DO LAUDO DEFINITIVO – 2) PENAS-BASES DE UM DOS RÉUS JÁ ESTABELECIDAS NOS PATAMARES MÍNIMOS LEGAIS – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO – 3) AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA DEMONSTRADA POR PESQUISA REALIZADA NO SÍTIO ELETRÔNICO DESTE SODALÍCIO – DISPENSABILIDADE DE CERTIDÃO CARTORÁRIA – 4) CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA DO ARTIGO 40, VI DA LEI N.º 11.343/2006 CARACTERIZADA PELA EFETIVA PARTICIPAÇÃO DE MENOR NO CRIME DE TRÁFICO – 5) RECONHECIMENTO DA ESPECIAL DIMINUTIVA DO ARTIGO 33, §4.º, DA LEI N.º 11.343/2006 – IMPOSSIBILIDADE – CONCLUSÃO DE DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS QUE PODE SER EXTRAÍDA TANTO DA REINCIDÊNCIA DE UM DOS RÉUS COMO PELA QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS COM ÊNFASE PARA A DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS POR PARTE DE AMBOS OS RECORRENTES – 6) CONSOLIDAÇÃO DOS REGIMES IMPOSTOS NA SENTENÇA PARA O CUMPRIMENTO DAS PENAS DIANTE DA FIEL OBSERVÂNCIA AOS DITAMES DO ART. 33 DO CÓDIGO PENAL – 7) SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS E SURSIS OBSTADAS PELA AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVOS DO ART. 44, I E ART. 77, AMBOS DO CÓDIGO PENAL – 8) PENAS DE MULTA QUE JÁ GUARDAM A DEVIDA PROPORCIONALIDADE COM AS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE – VALOR DE CADA DIA-MULTA ESTABELECIDO NO MÍNIMO LEGAL EM OBSERVÂNCIA ÀS CONDIÇÕES FINANCEIRAS DOS RECORRENTES – 9) ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS – IMPERTINÊNCIA – CONDIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO IMPEDE A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS PROCESSUAIS, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE O ARTIGO 804 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – 10) ALMEJADA RESTITUIÇÃO DE BENS DECLARADOS PERDIDOS NO BOJO DA SENTENÇA – INVIABILIDADE – AUSÊNCIA DE PROVA DA ORIGEM LÍCITA DO DINHEIRO E DOS BENS – APELOS DESPROVIDOS. 1 – Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível que, excepcionalmente, a materialidade do delito de tráfico de entorpecentes seja comprovada por laudo de constatação provisório, desde que este permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo, por ter sido elaborado por perito oficial, em procedimento e com conclusões equivalentes, como ocorre na hipótese. Ademais, se as condições em que se desenvolveram as ações criminosas (tráfico de entorpecentes e desobediência) e as circunstâncias da apreensão do entorpecente, aliadas aos seguros e coerentes depoimentos policiais, tornam devidamente demonstradas a materialidade e a autoria de ambos os crimes imputados, fica autorizada a manutenção do decreto condenatório e, por consequência, afasta-se o pleito comum absolutório; 2 – Carece de interesse recursal o apelante que pretende seja revista suas sanções basilares para ver valoradas em seu favor todas as circunstâncias judiciais se as penas-bases já restaram fixadas em seus patamares mínimos legais; 3 - Mostra-se prescindível a existência de certidão cartorária nos autos para se reconhecer a reincidência, ex vi do enunciado orientativo n.º 18 das TCCR's desse Sodalício: "A falta de certidão cartorária de trânsito em julgado de condenação anterior não impede o reconhecimento de maus antecedentes ou da reincidência desde que tais registros estejam disponibilizados em sítios eletrônicos do Poder Judiciário ou ainda constem de documentos oficiais de órgãos públicos que integram a atividade de persecução penal"; 4 – Deve ser mantida a causa especial de aumento do art. 40, inciso VI da Lei de Drogas se incontroverso que houve participação efetiva de menor no crime de tráfico de drogas perpetrado pelos apelantes, porquanto o mesmo estava confessadamente aguardando a entrega da substância proscrita e sua menoridade restou efetivamente demonstrada por documento juntado nos autos; 5 - A teor do disposto no §4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas. Se ambos os agentes se dedicavam às atividades criminosas, um deles reconhecidamente reincidente e o outro, embora tecnicamente primário, transportava significativa quantia de dinheiro e dois celulares no dia do flagrante, com registro de outra ação penal em que também transportou em sua motocicleta pessoas que estavam com drogas para fins de mercancia ilícita, nenhum deles não faz jus à benesse em questão; 6 – Não há que se falar em alteração dos regimes iniciais para o cumprimento das penas fixadas na sentença e mantidas nessa instância, uma vez estritamente observados os ditames do art. 33 do Código Penal; 7 - Inviável a substituição das penas privativas de liberdade por restritiva de direitos, ante a ausência de preenchimento do requisito objetivo do art. 44, I do Código Penal, o mesmo raciocínio servindo quanto aos requisitos do artigo 77 do Código Penal, que exige pena não superior a dois anos; 8 - De acordo com o método bifásico a quantidade de dias-multa já se encontra em patamares que guardam a devida proporcionalidade com as respectivas penas privativas de liberdade, sendo o valor de cada dia-multa que deve guardar relação com as condições econômicas dos apenados, o qual não merece reparos, uma vez estabelecido no mínimo legal; 9 - Os benefícios da gratuidade de justiça previstos no art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, aqui aplicados por analogia ao processo penal, nos termos do art. 3.º do Código de Processo Penal, somente podem dispensar o hipossuficiente do pagamento das custas processuais ou, mesmo, adiá-lo pelo prazo de 05 (cinco) anos, mas não têm o condão de isentá-lo da respectiva condenação, eis que as custas processuais se constituem em despesas decorrentes da tramitação do processo, ou seja, trata-se de corolário da atividade judiciária, e possuem natureza tributária. Ademais, trata-se de providência que deve ser dirigida ao Juízo da Vara de Execuções Penais, competente para aferir a miserabilidade do condenado, na acepção legal do termo, já que existe a possibilidade de alteração de sua real situação financeira após a data da condenação; 10 - Ao proferir sentença de mérito, em caso de condenação, cabe ao magistrado decidir sobre o perdimento dos bens apreendidos em favor da União, ex vi do artigo 63 da Lei n.º 11.343/2006. In casu, escorreita a declaração de perdimento se a i.

Defesa não logrou demonstrar a origem lícita dos bens apreendidos e ao menos a motocicleta fora efetivamente usada na prática do delito de tráfico de entorpecentes.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001250-55.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
A. G. D. A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. B. C. D. L. (VÍTIMA)

Número Único: 0001250-55.2018.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Estupro de vulnerável] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [ANA BEATRIZ CRUZ DE LIMA (VÍTIMA), ADMIR GONCALO DE ALMEIDA (APELANTE), KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA - CPF: 982.088.101-34 (ADVOGADO), FABIO MOREIRA PEREIRA - CPF: 840.674.971-72 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – CONDENAÇÃO – RECURSO DA DEFESA – 1. PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA – FALTA DE FUNDAMENTO PARA CONDENAÇÃO – FALTA DE ENFRENTAMENTO DE TESE DEFENSIVA – IMPERTINÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CF – DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE DE TODAS AS TESES DEFENSIVAS – SUFICIÊNCIA DE EXCLUSÃO TÁCITA PELOS ARGUMENTOS ESPOSADOS PARA CONDENAÇÃO – PRELIMINAR REJEITADA CONFORME PARECER 1. A exposição, mesmo que sucinta, dos motivos fáticos e das provas que autorizaram a condenação do agente, é suficiente para atestar a regularidade formal da sentença condenatória e afastar a alegação de infringência ao art. 93, IX da CF; - Os julgadores não são obrigados a responder todas as questões e teses aduzidas pelas partes em juízo, sendo, suficiente que exponham os fundamentos que embasam sua decisão, como ocorreu na espécie, com evidente exclusão da tese defensiva de inexistência de prova da materialidade delitiva. 2. MÉRITO – ABSOLVIÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – COMPROVAÇÃO IDÔNEA DA AUTORIA E MATERIALIDADE –- PALAVRAS SEGURAS E CONVINCENTES DA VÍTIMA – HARMONIA COM DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS – 3. RECURSO DESPROVIDO CONFORME PARECER. Nos crimes de natureza sexual, nos quais a conduta do agente geralmente se dá às escondidas, a palavra da vítima tem especial relevância para a elucidação de tais ilícitos, mormente, se em harmonia com a prova testemunhal convincente produzida em juízo.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000905-43.2014.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO DIAS MEDRADO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CASSILHAS VOLPE OAB - SP53553-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
GABRIEL SILVA CERQUEIRA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DANIEL DOMINGOS VIANA (VÍTIMA)

Número Único: 0000905-43.2014.8.11.0095 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins, Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [VICTOR HUGO DIAS MEDRADO (APELANTE), LUIZ FERNANDO CASSILHAS VOLPE - CPF: 546.242.318-72 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), GABRIEL SILVA CERQUEIRA (VÍTIMA), DANIEL DOMINGOS VIANA (VÍTIMA), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGA E CORRUPÇÃO DE MENOR – RECURSO DA DEFESA – 1. PRESCRIÇÃO RETROATIVA – ACOLHIMENTO – ULTRAPASSADO PRAZO PRESCRICIONAL RELATIVO À PENA “IN CONCRETO” FIXADA – EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO QUANTO AO DELITO DESCRITO NO ART. 244-B DO ECA – 2. TRÁFICO DE DROGAS – RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO – IMPROCEDÊNCIA –DEDICAÇÃO À ATIVIDADES CRIMINOSAS – CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Deve ser reconhecida a Prescrição retroativa quanto ao delito de Corrupção de menores, pois, levando em consideração a pena em concreto aplicada para este crime, ultrapassou o prazo prescricional necessário entre o recebimento da denúncia e a prolação da sentença condenatória. A quantidade e variedade do entorpecente apreendido (35 trouxinhas de cocaína, pesando 14,10g; 1 porção grande de maconha, pesando 96,20g; e 1 porção de cocaína, pesando 16,70g), além de outras particularidades do caso concreto, é motivação idônea e apta a demonstrar a dedicação do réu às atividades criminosas, impedindo a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009861-39.2017.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN CESAR FREITAS DA SILVA (APELANTE)
MAYCON RODRIGUES ESPINOSA DE CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
LUCAS DE AMARAL TRAVAGINI (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCAS PEREIRA DO NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCIMAR SANTOS QUAIROZ (VÍTIMA)
GILBERTO DE MATTOS QUEIROZ (VÍTIMA)
IVONETE BERNARDES OLIVEIRA LOPES (VÍTIMA)
NATALE ANTÔNIO BASSO NETO (VÍTIMA)
ADRIANO DE SOUSA LIMA (VÍTIMA)
PRISCILA BOSCO OLIVEIRA LOPES DE QUEIROZ (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NARCISIO VITES DA SILVA (VÍTIMA)
LEONARDO SANTOS QUEIROZ (VÍTIMA)

E M E N T A APELAÇÕES CRIMINAIS - ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO, CONCURSO DE PESSOAS E RESTRIÇÃO À LIBERDADE DAS VÍTIMAS, EM CONCURSO FORMAL, E CORRUPÇÃO DE MENOR, EM CONCURSO MATERIAL – 1)TESES COMUNS DOS APELANTES: - I - ABSOLVIÇÃO DO ROUBO – IMPROCEDÊNCIA - DECLARAÇÃO DA VÍTIMA, POSSE DE ARMA DE FOGO E PRESENÇA NO LOCAL ONDE O VEÍCULO SUBTRAÍDO DA VÍTIMA FOI ENCONTRADO - II - ABSOLVIÇÃO - CORRUPÇÃO DE MENOR – PROCEDÊNCIA - AÇÃO SOCIEDUCATIVA JULGADA IMPROCEDENTE – IN DUBIO PRO REO – 2) RECURSO DO MP: III – PENA-BASE – MAJORAÇÃO - CONSEQUÊNCIAS DO CRIME – TORTURA E PREJUÍZO FINANCEIRO - POSSIBILIDADE EM PARTE –

ABALO PSICOLÓGICO JÁ CONTEMPLADO NA CONDUTA TÍPICA DA TORTURA - PREJUÍZO DE GRANDE MONTA – MAJORAÇÃO DA PENA-BASE – REDIMENSIONAMENTO EM RAZÃO DO SIGNIFICATIVO PREJUÍZO PATRIMONIAL - IV – AUMENTO DA PENA - TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA – CRITÉRIO QUANTITATIVO - INVIABILIDADE – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO STJ – SÚMULA 443 - 3). APELO EXCLUSIVO DE WILLIAM: V - COMPENSAÇÃO - MENORIDADE RELATIVA E TORTURA – PROCEDÊNCIA - PREPODERÂNCIA CONFIRMADA - REDUÇÃO DA PENA – PREVISÃO LEGAL (ART. 67 DO CP) E PRECEDENTE DO STJ - VI – CONCURSO FORMAL – INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO DE 1/6 – IMPROCEDÊNCIA - PRÁTICA DE SETE INFRAÇÕES – INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO MÁXIMA DE AUMENTO DE ½ - ENUNCIADO CRIMINAL 35 DESTE E. TRIBUNAL – VII - PENA DE MULTA – REDUÇÃO - IMPERTINÊNCIA - PENA PECUNIÁRIA BENÉFICA – REGRA DO ART. 72 DO CP NÃO OBSERVADA PELO JUIZ DA CAUSA – VIII - PENA-BASE DA CORRUPÇÃO DE MENOR – PREJUDICIALIDADE - ABSOLVIÇÃO DA CONDUTA DELITUOSA - IX – REGIME SEMIABERTO – IMPERTINÊNCIA - PENA SUPERIOR A 8 ANOS – TORTURA – DUAS CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS – X - PEDIDO DE RECORRER EM LIBERDADE – IMPROCEDÊNCIA - JULGAMENTO DO APELO – REGIME FECHADO –DOSIMETRIA: XI – PENA-BASE – RECONHECIMENTO DE APENAS UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL – PRESENÇA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS – ADEQUAÇÃO DO PERCENTUAL DE ELEVAÇÃO - CONFORMIDADE COM OS PRECEDENTES DO STJ - XII - INCIDÊNCIA DA MENORIDADE RELATIVA - APELANTE COMPLETOU 21 ANOS UM DIA ANTES DO FATO – CONSIDERAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/5 PARA CADA ATENUANTE - PROPORCIONALIDADE — XIII – FIXAÇÃO DO REGIME FECHADO – REINCIDÊNCIA E PENA - RECURSOS DAS DEFESAS E DA ACUSAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDOS – DISSONÂNCIA DO PARECER MINISTERIAL. I - A declaração da vítima confirmando ter ouvido seu nome durante o assalto, aliada à posse de arma de fogo e a prisão do agente, no local onde os veículos subtraídos foram encontrados, mostram-se suficientes para confirmar a autoria dos fatos delituosos que lhe foram imputados; - Nos crimes patrimoniais, as palavras firmes e coerentes das vítimas se sobrepõem à negativa isolada do agente; II - Embora se trate de ações de naturezas distintas, e com produção probatória autônoma, a improcedência da ação socioeducativa induz dúvida quanto à corrupção, notadamente, se o adolescente não foi ouvido em Juízo, o que, enseja a absolvição, ante a incidência do axioma in dubio pro reo; III – Tendo o abalo psicológico da vítima sido absorvido pela agravante da tortura, que já ensejou a elevação da pena-base, seu reconhecimento, em outra fase, configuraria inadmissível bis in idem; todavia, o prejuízo sofrido, no valor de R$40.000,00 extrapola as consequências naturais do delito, pois, afeta significativamente o patrimônio da vítima e, em consequência, enseja a elevação da pena, por este motivo; IV - No crime de Roubo, havendo concurso de majorantes, inviável a adoção do critério quantitativo para a exasperação da pena, na terceira etapa dosimétrica, em fração superior à mínima prevista em lei (1/3), conforme SÚMULA nº. 443, do STJ, pois o aumento acima da previsão legal não deve ser lastreado em subjetivismo, sem fundamentação idônea. In casu, considerando que o emprego de arma foi utilizado na primeira fase dosimétrica, a título de circunstâncias do crime; embora reconhecida a existência de duas causas especiais de aumento (concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas), escorreita a sentença em que se limitou a elevar a reprimenda no patamar mínimo de 1/3; V - A atenuante da menoridade relativa é preponderante sobre qualquer outra agravante, seja de caráter subjetivo ou objetivo, impondo-se sempre proceder à redução da pena intermediária diante de tal concurso, conforme previsão legal do art. 67 do CP e precedentes do STJ; VI - Na hipótese de concurso formal entre 7 infrações, deve ser mantida a fração máxima de aumento de ½, consoante o Enunciado Criminal 35 deste e. Tribunal, em harmonia com entendimento do STJ que, à míngua de regulamentação pelo legislador, lastreado no Princípio da Razoabilidade, lançando mão dos Princípios Gerais de Direito e da Constituição Federal, definiu o parâmetro de majoração com base no número de delitos perpetrados, no intervalo legal entre as frações de 1/6 e ½, exasperando-se a pena do crime de maior reprimenda, posto que para 6 ou mais infrações restou consolidado o entendimento de se fazer incidir a fração de ½ no aumento da pena; VII - Impõe-se manter a pena de multa aplicada, quando se mostra mais benéfica ao Réu do que a legalmente prevista para o concurso formal (CP, art. 72); VIII – Resta prejudicado pleito para fixação da pena-base do crime de Corrupção de menor, diante da absolvição do crime respectivo imputado; IX – Na condenação por roubo majorado, o regime inicial fechado deve ser mantido, ante o estabelecimento da pena privativa de liberdade superior a 8 anos, o reconhecimento da agravante da tortura e a existência de duas circunstâncias desfavoráveis (CP, art. 33, § 2º, 'a'); X - A prisão deve ser mantida quando confirmada a condenação pela prática do crime de roubo majorado, em grau de recurso de réu que respondeu à ação penal segregado, confirmando-se o regime inicialmente fechado; XI – Considerada prejudicial ao Apelante, a circunstância judicial das consequências do crime e constatada a aferição desfavorável de apenas uma circunstância pelo Juiz singular, impõe-se considerar maior gravidade em face da referida circunstância, nos termos da jurisprudência do STJ; em consequência, de rigor, aumentar a pena-base na fração de 1/8 para cada circunstância judicial desfavorável, quantum este, que deve incidir sobre o intervalo de pena existente entre a mínima e a máxima, estabelecidas no preceito secundário do tipo penal incriminador, em conformidade com precedente do STJ; XII - O aumento de 1/6 para cada agravante, embora tenha suporte em precedente do STJ, merece flexibilização deste Tribunal no caso concreto, se por um dia de diferença o Apelante teria direito à minorante da menoridade relativa. Atento aos princípios do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e da proporcionalidade inerente à individualização da pena (CF, arts. 5º, XLVI, e 227, § 3º, V), as agravantes corretamente reconhecidas pelo Magistrado a quo merecem a condução a um único aumento, na fração de 1/5, conforme precedentes do STJ; XIII - Conserva-se o regime inicial fechado ao Apelante reincidente, cuja pena foi superior a 8 anos, com reconhecimento da agravante da tortura e da existência de duas circunstâncias desfavoráveis, por expressa previsão legal (CP, art. 33, § 2º, 'a').

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000250-82.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DARLAN RAMOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA SIMIONATTO OAB - MT14577-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE E POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO (ART. 12 E 14, AMBOS DA LEI N.º 10.826/2003) – ABSOLVIÇÃO – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL – PLEITO CONDENATÓRIO – INSUBSISTÊNCIA – APREENSÃO DE 03 (TRÊS) MUNIÇÕES CALIBRE .38 ENCONTRADAS EM REVISTA PESSOAL E 01 (UMA) MUNIÇÃO DO MESMO CALIBRE LOCALIZADA NA BUSCA DOMICILIAR, DESACOMPANHADAS DE ARMA DE FOGO – AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA – APLICABILIDADE EXCEPCIONAL DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ABSOLVIÇÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Irretocável a r. sentença absolutória que, a par dos precedentes das Cortes Superiores, conclui pela incidência do princípio da insignificância, ponderando para tanto as excepcionalidades do caso concreto, máxime as circunstâncias fáticas da apreensão, a pouca quantidade de munições encontradas dissociadas do armamento compatível, aliadas às condições pessoais do apelado, informando a desproporcionalidade da resposta estatal pretendida pelo Parquet à conduta atribuída ao acusado.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000008-76.2016.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELA COSTA SOUZA (APELANTE)
JOSE APARECIDO DOS SANTOS (APELANTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMILDO SOUZA GROTA OAB - MT4333-B (ADVOGADO)
DANILO MUNIZ PONTES OAB - PR71402-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
DANIELA COSTA SOUZA (APELADO)
JOSE APARECIDO DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANILO MUNIZ PONTES OAB - PR71402-A (ADVOGADO)

ROMILDO SOUZA GROTA OAB - MT4333-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
WAGNER OLIVEIRA LIMA (VÍTIMA)

E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS – IRRESIGNAÇÃO SIMULTÂNEA DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA – 1) INCONFORMISMO MINISTERIAL – RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS POR OUTRO PROMOTOR DE JUSTIÇA, O QUAL PUGNOU PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO COMBATIDA E CONSEQUENTE DESPROVIMENTO DO APELO – RECURSO NÃO CONHECIDO, POR AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – 2) PRETENSÃO DEFENSIVA – 2.1.) PLEITO ABSOLUTÓRIO, POR SUPOSTA FRAGILIDADE PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – MATERIALIDADE E AUTORIAS DEVIDAMENTE COMPROVADAS – IDONEIDADE DA PALAVRA DOS POLICIAIS EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, INCLUSIVE COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DA APREENSÃO DO ENTORPECENTE E DA PRISÃO EM FLAGRANTE DOS ACUSADOS – 2.2.) AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO AO PEDIDO DE REDUÇÃO DAS PENAS-BASES JÁ FIXADAS NO MÍNIMO LEGAL – 2.3.) PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO VEÍCULO E DO NUMERÁRIO APREENDIDOS – IMPOSSIBILIDADE – RÉUS QUE NÃO COMPROVARAM A ORIGEM LÍCITA DO DINHEIRO – APELO MINISTERIAL NÃO CONHECIDO, E DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. 1. Na hipótese dos autos, a petição de interposição do apelo foi apresentada por um Promotor de Justiça e as razões foram oferecidas por outro membro da instituição, o qual, após analisar detidamente os autos, pugnou pela manutenção da decisão atacada, por não vislumbrar qualquer necessidade de reforma ou invalidação do r. provimento jurisdicional monocrático. Tal situação não se trata de desistência vedada pelo art. 576 do Código de Processo Penal, mas de falta de interesse recursal, admitida pelo art. 577, parágrafo único, do Código de Processo Penal, pelo que não se conhece do apelo ministerial; 2.1. Nada obstante a claudicante negativa de autoria sustentada pelos agentes, de rigor a manutenção da r. sentença condenatória pelo crime previsto no art. 33, caput da Lei Antidrogas, quando as circunstâncias que envolveram a flagrância delitiva, assim como a quantidade de droga apreendida (aproximadamente 3,4kg de maconha, distribuídos em 4 tabletes) e o expressivo numerário localizado oculto no filtro de ar do motor do veículo (R$ 15.400,00) utilizado pelos réus como “batedor” de outro automóvel, aliados aos depoimentos dos policiais militares que atenderam a ocorrência, demonstram à saciedade o envolvimento dos réus com a narcotraficância; 2.2. Carece de interesse recursal o pedido de redução das penas-bases para o mínimo legal, quando o juízo a quo assim já aplicou; 2.3. O veículo utilizado na prática de crime previsto na Lei n.º 11.343/2006 está sujeito à apreensão e perdimento, nos termos dos seus artigos 62 e 63, só havendo a mitigação de tais dispositivos quando confrontados com direito de terceiro de boa-fé (Código Penal, art. 91, inc. II, alínea ‘b’). Desse modo, afigura-se descabida a restituição do automóvel de propriedade do próprio réu, e que era utilizado por este como “batedor” para outro veículo carregado de drogas. Igualmente, revela-se inviável a restituição da quantia em dinheiro apreendida em contexto do exercício da narcotraficância, quando ausente prova da sua origem lícita.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010408-08.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
C. F. D. S. (APELANTE)
J. M. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAIANE TONHA GALVAO OAB - MT10130-O (ADVOGADO)
JATABAIRU FRANCISCO NUNES OAB - MT4903-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
D. S. S. D. S. (VÍTIMA)

E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA E EM CONCURSO MATERIAL (DUAS SÉRIAS CONTINUADAS APARTADAS POR UM LAPSO TEMPORAL DE DOIS ANOS) – SENTENÇA CONDENATÓRIA – 1) PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO SUBSIDIADA POR PLEITO DESCLASSIFICATÓRIO PARA O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (ART. 215-A DO CP) – INVIABILIDADE – MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS DEMONSTRADAS – CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO E COESO COM RELEVÂNCIA PARA A PALAVRA DA VÍTIMA EM CONVERGÊNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS – DESCLASSIFICAÇÃO INVIABILIZADA QUANDO CARACTERIZADO O ESTUPRO DE VULNERÁVEL – 2) PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA – PROCEDÊNCIA PARCIAL – PENAS-BASES QUE DEVEM SER READEQUADAS, ENTRETANTO MANTIDAS ACIMA DOS PATAMARES MÍNIMOS LEGAIS POR REMANESCER CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL VALIDAMENTE NEGATIVADA – 3) DECOTE DE OFÍCIO DA AGRAVANTE GENÉRICA DO ART. 61, II, ALÍNEA F DO CÓDIGO PENAL PARA EXTIRPAR BIS IN IDEM COM A ESPECIAL AUMENTATIVA DO ART. 226, II, DO MESMO CÓDEX – 4) CUMULAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA COM O CONCURSO MATERIAL JUSTIFICADA NO CASO CONCRETO PELAS DUAS SÉRIES DELITIVAS INTERROMPIDAS POR UM LAPSO TEMPORAL DE DOIS ANOS EM VIRTUDE DA SEPARAÇÃO DOS APELANTES – UM DOS APELOS DESPROVIDO E O OUTRO PROVIDO PARCIALMENTE. 1) Uma vez comprovadas a materialidade e a autoria delitivas pelas declarações harmônicas e coerentes da vítima, as quais foram corroboradas pelos demais elementos constantes nos autos (relatório psicossocial e depoimentos testemunhais), a manutenção do édito condenatório se impõe, mormente diante dos crimes contra a liberdade sexual serem geralmente praticados sem a presença de testemunhas, mostrando-se de extrema valia a palavra da vítima, sem olvidar que a defesa não conseguiu fazer prova dos álibis invocados, quiçá da possibilidade de desclassificação da conduta para o novel tipo penal de importunação sexual, previsto no artigo 215-A, do CP; 2) Merecem ser readequadas as penas-bases, muito embora não para o mínimo legal, se remanesce validamente negativada ao menos uma das circunstâncias judiciais; 3) Considerando que para a incidência da agravante prevista no art. 61, II, alínea f do Código Penal fora invocada expressamente a condição da vítima ser filha do apelante, sua concomitante aplicação com a causa especial de aumento do art. 226, II, do CP (agente ascendente) na terceira fase dosimétrica, configura manifesto bis in idem; 4) Não há reparos na cumulação da continuidade delitiva com o concurso material quando inequívoco que após um significativo período da prática dos crimes em continuidade delitiva (2007 a 2009), este veio a cessar por aproximadamente 2 (dois) anos quando houve a separação dos apelantes; voltando a acontecer por novo período mais longo inclusive que o primeiro (2011 a 2014), daí porque escorreita a manutenção da continuidade delitiva entre os delitos praticados em cada período, bem como o concurso material entre as duas séries de crimes.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001281-88.2015.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
ANIVALDO NUNES DE ALMEIDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO KURZ ROGGIA OAB - MT13301-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
CLEONICE MARIA DE SOUZA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – SENTENÇA CONDENATÓRIA PELA CONTRAVENÇÃO PENAL DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE (ART. 65 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS) – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO – ALEGADA ATIPICIDADE DO FATO PELA AUSÊNCIA DE CONSUMAÇÃO DA CONTRAVENÇÃO EM REFERÊNCIA, BEM COMO DO DOLO ESPECÍFICO EXIGIDO PELO TIPO - ANEMIA PROBATÓRIA QUE IMPLICA NA REFORMA DA SENTENÇA – APLICAÇÃO DO BROCARDO JURÍDICO IN DUBIO PRO REO – ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE – PLEITOS SUBSIDIÁRIOS DE FIXAÇÃO DA SANÇÃO BASILAR NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL E UM MENOR RECRUDESCIMENTO PELA AGRAVANTE GENÉRICA (1/6 AO INVÉS DE 2/3), ALÉM DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E DA REDUÇÃO DO VALOR IMPOSTO À TÍTULO DE DANO MORAL PARA R$ 300,00 (TREZENTOS) REAIS QUE FICAM PREJUDICADOS - APELO PROVIDO. - Se a prova existente nos autos sustenta, única e exclusivamente, a suposição da prática da contravenção de perturbação da tranquilidade, não há que se falar em decreto condenatório, para o qual imperativa se faz a existência de provas cabais da imputação, não

bastando meras suposições e/ou conjecturas a respeito. - Recurso de apelação defensivo provido.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015465-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAUJO (IMPETRANTE)
CLAUDIO JOSE BARROS CAMPOS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PAULO CEZAR DIAS DE OLIVEIRA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAUJO OAB - MT9098-O (ADVOGADO)
CLAUDIO JOSE BARROS CAMPOS OAB - MT13259/O (ADVOGADO)

E M E N T A HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSIDADE IDEOLÓGICA – PRISÃO PREVENTIVA - I – FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA/FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA – IMPROCEDÊNCIA – CONDUTA DESCRITA DE FORMA PARTICULARIZADA INDÍCIOS FORTES DE AUTORIA DO CRIME - DECISÃO FUNDAMENTADA – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CLARA EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS – GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – II – SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA HÍGIDO - IMPERTINÊNCIA – INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA - FALTA DE EMBASAMENTO LEGAL – PRESSUPOSTO DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – III - SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR – NECESSIDADE DE TRATAMENTO DE SAÚDE – IMPROCEDÊNCIA – FALTA DE COMPROVAÇÃO DA DEBILIDADE EXTREMADA OU IMPOSSIBILIDADE DO TRATAMENTO “INTRAMUROS” – IV - PRISÃO ESPECIAL – POSSIBILIDADE – PACIENTE GRADUADO EM CURSO SUPERIOR – PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS – VALOR RECONHECIDO PORÉM INSUFICIÊNCIA INQUESTIONÁVEL – CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME EXIGENTE DE SUPLEMENTAÇÃO DAS QUALIDADES PESSOAIS PARA DESCONSTITUIÇÃO DO DECRETO - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. I - Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, demonstrada idoneamente a necessidade da custódia, revela-se fundamentada a custódia preventiva com vistas à garantia da ordem pública, mormente, motivada pela a gravidade in concreto do crime mencionada no decreto atacado, considerando-se que o delito pelas suas circunstâncias – sonegação fiscal de grande monta contra o erário público, com envolvimento de várias empresas, pessoas físicas e funcionários públicos -, justificam manter-se a segregação do Paciente, especialmente, se no decisum consta a descrição do crime e suas circunstâncias, contemplando o nexo de causalidade com a conduta imputada mediante apontamento de fortes indícios de autoria do Paciente, na empreitada criminosa; II - Demonstrada a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, posto, que incompatíveis com o decreto, por insuficientes, ou inadequadas, aliás, como prevê o art. 282, inciso I do CPP, sequer há amparo legal para as referidas cautelares; III - Não há como ser concedida a prisão domiciliar quando não há prova idônea de que o Paciente seja portador de doença que lhe acarrete debilidade extremada, ou que o impossibilite de receber tratamento médico na unidade prisional em que estiver custodiado, mormente, quando o Juízo a quo já tenha determinado a realização de cirurgia e exames médicos, visando confirmar a alegada enfermidade e assegurar-lhe o exercício do direito à saúde; IV - A condição de graduado em nível superior, nos termos do art. 295, VII, CPP, impõe o recolhimento do Paciente, antes de condenação definitiva, em prisão especial; V - Conforme as circunstâncias do crime, solitários predicados pessoais favoráveis ao Paciente, embora apreciáveis, não se mostram suficientes, per se, para revogar a cautelar extrema, se ela se revela hígida e encontra respaldo em outros elementos de convicção existentes nos autos.

Intimação

Despacho Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018794-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR GUILHERME MOYA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE POXORÉU (IMPETRADO)
Outros Interessados:
NEUZALINA RODRIGUES DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JAKSON DOS SANTOS PEREIRA (PACIENTE)
VICTOR GUILHERME MOYA OAB - MT20235-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
RONDON BASSIL DOWER FILHO

Vistos etc. Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Jakson dos Santos Pereira, em que se alega a existência de constrangimento ilegal, decorrente de ato praticado pelo d. Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Poxoréu-MT, por meio do qual converteu-se a prisão em flagrante em prisão preventiva. O Paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 25.11.2019 pela autoria, em tese, do crime previsto no art. 157, §2º, II, do CP. Em síntese, narra-se na impetração que a custódia a Jakson vem sendo submetido estaria eivada de constrangimento ilegal, considerando: a) inobservância do prazo para realização da audiência de custódia; b) carência de pressupostos autorizadores da prisão cautelar; c) ofensa ao princípio da presunção de inocência; d) predicados pessoais favoráveis; e e) suficiência de medidas cautelares alternativas à prisão (Id. 277008473). Deste modo, busca a concessão da ordem, em liminar, almejando a revogação da prisão preventiva. Subsidiariamente, requer a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Anexou documentos (Id’s. 27708474 a 27708481). A priori, o inconformismo não prospera. I – Inicialmente, quanto à irresignação do Impetrante em relação à eventual demora na prolação de decisão de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, consigno que “Não há que se falar em relaxamento da segregação provisória quando o auto de prisão em flagrante encontra-se formalmente perfeito, constituindo a demora na conversão da prisão em flagrante em preventiva mera irregularidade (TJ-MG - HC: 10000190734525000 MG, Relator: Eduardo Machado, Data de Julgamento: 10/09/2019, Data de Publicação: 10/09/2019). II – Quanto à falta de pressupostos autorizadores do decreto preventivo, não tem razão o Impetrante, pois, a necessidade de garantia da ordem pública está devidamente demonstrada nos autos. De fato, o paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de roubo majorado (art. 157, §2º, II, CP) e o magistrado que jurisdiciona o processo na origem, converteu o flagrante em prisão preventiva, destacando, para tanto, a presença de prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. As testemunhas Reyner Roosevelt de Souza e Silva e Roberto Rogerio dos Santo Junior, policiais militares, afirmaram perante a autoridade policial que, na data do crime, foram comunicados de que teria acontecido um roubo no assentamento João de Barro, na residência da vítima Neuzalina Rodrigues da Silva, de onde foram subtraídos 1 veículo caminhonete S10, 2 televisores e demais objetos registrados sob Id. 27708476. Após se deslocarem até a estrada que dá acesso ao distrito de Três Pontes (MT-383), os policiais localizaram o veículo subtraído parado, momento em que o Paciente percebeu a presença da guarnição e tentou evadir-se, sendo perseguido e preso em flagrante delito na sequência (Id. 27708476). Registre-se que a vítima Neuzalina reconheceu Jakson por meio de fotografia como um dos autores do roubo (Id. 27708476). Ademais, não se pode desconsiderar, conforme apontado pelo Magistrado e confirmado em consulta ao Sistema Primus, que o Paciente responde a 2 ações penais, uma por Tráfico de drogas e uma por Violência doméstica (Cód. 53874 e 59706 – em trâmite na Comarca de Alto Garças-MT). Assim, em juízo de cognição sumária, entendo que a liberdade do Paciente, nas circunstâncias da prisão e em face de sua vida pregressa, indica a possibilidade de reiteração delitiva. Sobre a matéria, a Turma de Câmaras Criminais Reunidas deste Tribunal já firmou entendimento nesse sentido, no Enunciado Orientativo nº. 6, in verbis: “O risco de reiteração delitiva, fator concreto que justifica a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, pode ser deduzido da existência de inquéritos policiais e de ações penais por infrações dolosas em curso, sem qualquer afronta ao princípio da presunção de inocência”. À vista disso, verifica-se possível abalo à ordem pública, aliás, motivo que foi usado em primeiro grau para justificar a necessidade do decreto cautelar do Paciente, inexistindo, a princípio, qualquer constrangimento ilegal. III – Ademais, a prisão cautelar não constitui afronta ao princípio da presunção de inocência, uma vez, que a

própria Constituição Federal autoriza a prisão mediante ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, LXI). É o caso dos autos, porquanto, a medida extrema de restrição de liberdade fora decretada por meio de ordem judicial escrita, devidamente fundamentada (art. 93, IX, da CF). Além disso, esclarece-se que para o decreto prisional processual não se faz juízo de culpabilidade, mas, tão somente, de necessidade da privação de liberdade para se manter a ordem social e econômica, garantir uma investigação criminal sem percalços, eficiente e profícua, assim como, para assegurar a aplicação da lei penal. IV – No mais, é necessário destacar que, ainda, que o impetrante aponte os predicados pessoais favoráveis do Paciente, é entendimento pacificado na jurisprudência pátria que "(...) Eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação". (STJ - RHC 66.530/MG, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 08/03/2016, DJe 11/03/2016). Em idêntica linha de raciocínio, o Enunciado nº. 43 da Turma de Câmaras Criminais Reunidas preleciona: "As condições pessoais favoráveis não justificam a revogação, tampouco impedem a decretação da custódia cautelar, quando presente o periculum libertatis". V - Registro, por fim, que as medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, não se mostram, a priori, suficientes para a garantia da ordem pública, tampouco possuem previsão legal para tanto, sendo imperiosa, portanto, a manutenção da custódia preventiva, devidamente justificada com base nas hipóteses dispostas no art. 312 do CPP. Desse modo, por não verificar, primo ictu oculi, vício algum no título judicial impugnado, e sabendo-se que o encarceramento provisório tende a ser o único instrumento capaz de salvaguardar a ordem pública, mostra-se inviável, em sede de cognição sumária, promover a restituição do pretendido status libertatis ou substituir a custódia cautelar por medidas alternativas ao cárcere. Feitas essas considerações, indefiro a liminar vindicada. Requisitem-se informações à douta autoridade indigitada como coatora, que deverá prestá-las com observância rigorosa ao prazo legal respectivo e às prescrições pertinentes à matéria constante na CNGC/MT. Em seguida à remessa das informações judiciais, colha-se o parecer da ilustrada Procuradoria-Geral de Justiça e façam-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 15 de dezembro de 2019 Rondon Bassil Dower Filho Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019138-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA PARREIRA OAB - GO44870-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2ª VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAUENES ALVES ARAUJO (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019138-89.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 20:46:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019156-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ARLINDO PERUCHI NETO (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019156-13.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 10:59:17 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018857-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ISAIAS ALVES DE SOUZA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WILLIAN CLARO DE OLIVEIRA (PACIENTE)
ISAIAS ALVES DE SOUZA OAB - MT15768-O (ADVOGADO)

"(...) Feitas essas considerações, indefiro o pedido liminar. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018838-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CANARANA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
KAINAN RAFAEL SILVA SANTOS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6883-A (ADVOGADO)
GRASIELA MANHABOSCO (VÍTIMA)
GABRIEL VICTOR GUIMARAES AMORIM (PACIENTE)

"(...) Diante desse panorama, em que se constata a precariedade dos elementos trazidos com a impetração, valho-me do que preceituam o art. 485, inc. I, do NCPC (aplicado por força do art. 3º, do CPP) e o art. 51, inc. XIV, do RI/TJMT para INDEFIR a petição inicial, EXTINGUINDO o mandamus sem resolução de mérito. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018673-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS BECKMANN MOREL LUCK (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS BECKMANN MOREL LUCK OAB - MT20750-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DOUGLAS BECKMANN MOREL LUCK OAB - MT20750-A (ADVOGADO)
FABIO DIEGO DA SILVA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

"(...) Assim, com essas considerações e à vista da falta de interesse processual, sob a modalidade adequação, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo este Habeas corpus sem resolução do mérito, nos termos do disposto nos arts. 330, inc. III e 485, inc. I, do NCPC (aplicados, aqui, por força do art. 3º, do CPP), e no art. 51, inc. XIV, do RI/TJMT. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018794-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR GUILHERME MOYA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE POXORÉU (IMPETRADO)
Outros Interessados:
NEUZALINA RODRIGUES DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JAKSON DOS SANTOS PEREIRA (PACIENTE)
VICTOR GUILHERME MOYA OAB - MT20235-O (ADVOGADO)

"(...) Feitas essas considerações, indefiro a liminar vindicada. "(...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018834-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IGHOR MIGUEIS RIBEIRO (IMPETRANTE)
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LOANA CONCEICAO FARIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
NUBIA MARTINS PINTO (TERCEIRO INTERESSADO)

EVELYN GARCIA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIO CESAR DA SILVA COICARE (PACIENTE)
BRUNA MARIA WANDERLEY SOARES DE CARVALHO (TERCEIRO INTERESSADO)
RAFAEL FERREIRA DE BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO DE ALENCAR TAVARES FILHO (VÍTIMA)
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849/O (ADVOGADO)
IGHOR MIGUEIS RIBEIRO OAB - MT24804/O (ADVOGADO)

"(...) Ante o exposto, declaro extinta a Ordem de Habeas Corpus impetrada em favor de Julio Cesar da Silva Coicare, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 51, XV, do RITJ/MT, ante a cabal inadmissibilidade da via eleita para a discussão do tema abordado na inicial. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018502-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUANNA LUCHOSKI ALVES IZAIAS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
OLINDO MARIO OLIVEIRA NUNES (PACIENTE)

"(...) Assim, com essas considerações e à vista da falta de interesse processual, sob a modalidade adequação, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo este Habeas corpus sem resolução do mérito, nos termos do disposto nos arts. 330, inc. III e 485, inc. I, do NCPC (aplicados, aqui, por força do art. 3º, do CPP) e no art. 51, inc. XIV, do RI/TJMT. (...)".

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017683-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO SANTOS DE PAULA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO SANTOS DE PAULA OAB - MT20135-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DINOVAN NANTES DA TRINDADE (PACIENTE)
EDUARDO SANTOS DE PAULA OAB - MT20135-A (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
RAKEL SUELLYN MENDES BALBINO DA COSTA (VÍTIMA)

"(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 659 do CPP e art. 51, incisos XV e XXII, do RITJMT, JULGO PREJUDICADO o pedido feito no presente Habeas corpus e, em consequência, EXTINGO A AÇÃO CONSTITUCIONAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ante o superveniente esvaziamento do seu objeto, a ensejar a perda do interesse de agir. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019170-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. L. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. J. D. D. D. 7. V. C. D. C. (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019170-94.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:38:22 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019176-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON RODRIGUES DE SOUZA SA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO DE LIMA PEREIRA JUNIOR OAB - MT9556-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WESLEY JACKSON FARIAS DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019176-04.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 14:29:11 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018953-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE DIAMANTINO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOEDES DANIEL DA CUNHA (TERCEIRO INTERESSADO)
REGIVALDO MARCIO DE SOUZA (PACIENTE)
CARLOS RICHELI GUIMARAES (TERCEIRO INTERESSADO)
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)

Diante do exposto, INDEFIRO a tutela de urgência reclamada em prol do paciente REGIVALDO MARCIO DE SOUZA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018976-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES (IMPETRANTE)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LORRAN FREITAS VIEIRA (PACIENTE)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, INDEFIRO a tutela de urgência reclamada em prol do paciente LORRAN FREITAS VIEIRA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018976-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES (IMPETRANTE)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LORRAN FREITAS VIEIRA (PACIENTE)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, INDEFIRO a tutela de urgência reclamada em prol do paciente LORRAN FREITAS VIEIRA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL

Processo Número: 1019101-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6883-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
L. A. D. S. (VÍTIMA)
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6883-A (ADVOGADO)
UEVERTON ROQUE DOS SANTOS (PACIENTE)

...Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada...

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018847-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ÁGUA BOA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6883-A (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JULIANO REICHERT (TERCEIRO INTERESSADO)
JEFERSON XAVIER MIRANDA (INTERESSADO)
WARLES BARBOSA DE SOUZA (PACIENTE)

Diante do exposto, indefiro a liminar vindicada...

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019194-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON TORQUATO NEVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCILENE MARTINS ALVAREZ OAB - MT27303/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE APIACÁS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019194-25.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002287-38.2015.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
JUVENIR FERREIRA DE MAGALHAES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYNNSON CORREA FERNANDES OAB - MT19481-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MICHELE DE ALMEIDA DANELICHEN (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO JOSE DA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SEBASTIAO FERREIRA GONCALVES (VÍTIMA)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DE MATO GROSSO GABINETE DO DESEMBARGADOR JUVENAL PEREIRA DA SILVA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL (417) – 0002287-38.2015.8.11.0030 APELANTE: JUVENIR FERREIRA DE MAGALHAES APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Nos termos do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal, intimem-se as partes para que apresentem razões e contrarrazões. Na sequência, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para a elaboração de parecer. Após, voltem-me conclusos. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019 DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA Relator

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0018126-90.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DENILSON INACIO MOREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DE FRANCA BARRETO OAB - MT10274-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JESSICA KALLY RODRIGUES DA SILVA (VÍTIMA)

Vistos etc. "Atento à petição acostada ao Id. 24274967, determino que o patrono do acusado seja intimado para oferecer, dentro de oito dias, as razões recursais ao apelo". Rondon Bassil Dower Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002681-55.2006.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM CAVALCANTE DE LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
SILVIO HENRIQUE CORREA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. "Atento à petição acostada ao Id. 23947496, determino que o patrono do acusado seja intimado para oferecer, dentro de oito dias, as razões recursais ao apelo". Rondon Bassil Dower Filho Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019196-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO OAB - MT8258/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DAYANA FERREIRA QUARESMA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019196-92.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0019039-96.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WILLIAM MARTINS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1017810-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR DOS SANTOS AMORIM (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO AUGUSTO DE ARAUJO MARQUES BARBOSA OAB - MT12547-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
TAIS BENITES CALIL (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1002067-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON DOUGLAS DIAS DO NASCIMENTO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (RECORRIDO)
Outros Interessados:
SILAS DE SOUZA LEMES (VÍTIMA)
FRANCIANO DIAS DA PAZ PEREIRA PACHECO (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIO DIAS PACHECO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1002551-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS CAVALCANTE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Outros Interessados:
FAGNER VINICIUS DE MORAES ASSUNCAO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ALEX MARCIO DE MORAIS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1017477-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JAMES LUIZ DE ARAUJO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LENIZE GONCALVES LOPES (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002170-76.2014.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
GIVAGO GABRIEL DA SILVA CARVALHO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MARCOS RUFINO NUNES JUNIOR (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001231-27.2016.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
PAULO AUGUSTO COSME DE SOUZA (VÍTIMA)
DINIZ PEREIRA DE SOUZA JUNIOR (VÍTIMA)
ANTONIO ADAO CORREA DE MORAES (VÍTIMA)
PAULINO CORREA DE MORAES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0019991-38.2009.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO ROSA FLUCH (APELANTE)
JORGE LUIZ DE ASSIS BASTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
PATRICIA DOURADO NEVES (VÍTIMA)
ADEMILDES ARAUJO DE SIQUEIRA (VÍTIMA)
ADELIANA CRISTIANA SIQUEIRA SANTOS (VÍTIMA)
CEZO OLAVO DE ARRUDA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA MARIA MARTINS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003902-29.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
DIVINO RODRIGUES DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEVI MOROZ OAB - MT6402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CAMPO VERDE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003130-09.2015.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - POCONÉ (APELANTE)
VALDINEI APARECIDO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - POCONÉ (APELADO)
VALDINEI APARECIDO DA SILVA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013614-93.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO NUNES DA CUNHA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EZEQUIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA SIQUEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0023648-06.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARIA FERREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELOY GOMES DO NASCIMENTO (VÍTIMA)
LEANDRO DAVI SENA FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0015231-07.2013.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MICHEL HELIO PRADO DE CAMARGO LIBOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO PEDROSO DE JESUS OAB - MT13382-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002883-90.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
AMILTON BRUNO INÁCIO MARTINS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ARAPUTANGA (APELADO)
Outros Interessados:
EDUARDO FELIPE DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0019777-71.2014.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
VALTEMIR GOMES DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEOVANI MENDONCA DE FREITAS OAB - MT11473-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
EDILSON CAMILO (VÍTIMA)
seguradora Lider (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004112-50.2019.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
LOUREMBERG LIMA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO DA SILVA ALMEIDA OAB - MT16358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BIANCA CAROLINE RIBEIRO COSTA (VÍTIMA)
LUCAS GABRIEL LOPES DOS SANTOS OLIVEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008835-53.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KLEYTON TEIXEIRA MACHADO DE LIMA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000892-53.2014.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
SIDINEI DA SILVA TEIXEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE TORTORELLI OAB - MT8974-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MAIKELLE EDUARDA MOURA (VÍTIMA)
ROSANE GONCALVES DE MOURA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0017066-85.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE MARTY NERYS RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALES PASSOS DE ALMEIDA OAB - MT15217-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ODELIO DIAS OLIVEIRA (VÍTIMA)
JOSE CLAUDINO DOS SANTOS (VÍTIMA)
SINOMAR EVANGELISTA PEREIRA (VÍTIMA)
JOSEFA FERREIRA DE SOUZA (VÍTIMA)
LEIDYANA TELES MACHADO (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CARLOS SOARES DE SOUZA (VÍTIMA)
GUILHERME GIACOMAZZI (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009392-72.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
J. F. A. D. S. (APELANTE)

Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
D. B. D. O. D. (VÍTIMA)
J. S. T. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0015536-32.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ILDDENY ALVES (APELANTE)
CLAYTON VINICIOS ALVES DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
RICHARD BARROS DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006338-60.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEIA SILVA DO NASCIMENTO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOHNNY BISCARO DUARTE (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000407-91.2019.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
M. J. S. D. M. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
N. D. C. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002835-10.2005.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO FERNANDO GONCALVES DE CARVALHO (APELANTE)
JOSE FELIX DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA OAB - MT16257-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0017948-83.2011.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS MARTINS DE OLIVEIRA (APELANTE)
NICODEMOS BARBOZA DOS SANTOS FILHO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
IGREJA BATISTA EMANUEL (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0022514-66.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
LAISLA CAROLINE DESIDERIO SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO DEBESA OAB - MT11674-B (ADVOGADO)
KAMILLA PALU SASSAKI OAB - MT16898-A (ADVOGADO)
KATIA CRISTINNA RODRIGUES OAB - MT13451-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JONATAN DA SILVA ALEXANDRINO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0001779-65.2014.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANESIO DA SILVA SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO ALVES DONIZETI OAB - MT12674-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0025635-49.2015.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DA COSTA FERREIRA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001183-34.2012.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS PEIXOTO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001267-05.2017.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA DE SOUZA GALDEIAS (APELANTE)
LEONARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005301-94.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LEITE MELO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004263-09.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
HEITOR FERNANDO LOPES PEREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004039-47.2016.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
CLEBER FERREIRA NOGUEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007937-82.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO LOURECO GUIMARAES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
OSVALDO DE OLIVEIRA SANTOS (VÍTIMA)
CARLOS SILVA DE JESUS ALMEIDA (VÍTIMA)
BRUNO MATHEUS CAVALCANTE DA CRUZ (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012524-79.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO FIATES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS OAB - MT16496-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VANDERLEI GRECCO JUNIOR (VÍTIMA)
FABIOLA ZANCANARO QUEIROZ GRECCO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016118-15.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO OLIVEIRA LELIS DOS SANTOS (APELANTE)
EDNEIA CAETANO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0005310-14.2019.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO EMANUEL MOREIRA LIMA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO ROBERTO MOREIRA LIMA OAB - MT10006-O (ADVOGADO)
EDEZIO LIMA FERNANDES OAB - MT17309-O (ADVOGADO)
IRENIO LIMA FERNANDES OAB - MT3507/B-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003741-69.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CEZAR MARQUES DE MORAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002497-32.2014.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS AMILSON DO CARMO (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS LAUREMBERG EUBANK DE ARRUDA OAB - MT4493-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008756-07.2017.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ADOMICIO LIMA FRANCA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERALDO BATISTA FILGUEIRA JUNIOR OAB - MT11988-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

2. Na sequência, a teor do pedido veiculado sob o ID 22006995, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA com supedâneo no art. 51, inciso VI, do RITJMT, e determino a intimação do apelante ADOMÍCIO LIMA FRANÇA, por intermédio de seu defensor constituído, Dr. Everaldo Batista Filgueira Júnior – OAB/MT n.º 11.988, para, nos termos do art. 600, §4.º, do CPP e observados o prazo e forma legais, apresentar as razões de apelação ou comprovar que o réu foi notificado da eventual renúncia ao mandato, devendo ainda o causídico ficar advertido de que, não o fazendo no prazo legal e não apresentando qualquer justificativa, poderá ser penalizado com a multa prevista no art. 265 do CPP, sem prejuízo de comunicação da indesejada conduta à subseção da OAB para as sanções administrativas cabíveis.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019221-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
N. E. C. P. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON EDUARDO CARNELOSSI PONCIANO OAB - MT26986/A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. V. U. D. S. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
F. E. D. F. J. (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019221-08.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:37:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). GILBERTO GIRALDELLI

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019222-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATHAN JOSE BORELLA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO VIETO MACHADO SCALOPPE OAB - MT19531-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019222-90.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:38:51 e distribuído inicialmente para o Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005689-98.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE SOAIR DE OLIVEIRA JUNIOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NIVALDO PEREIRA DA SILVA OAB - MT17795-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0005689-98.2019.8.11.0059 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1019143-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENILSON AGUIAR ANDRADE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLINGTON CARDOSO RIBEIRO OAB - MT11991-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
SESAR FRANCISCO POMPEU DA SILVA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 1019143-14.2019.8.11.0000 - Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002316-79.2014.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
GILCENIO RODRIGUES DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0002316-79.2014.8.11.0012 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002791-43.2011.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
EDVALDO ALVES TAVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO JOSE COLUMBANO MONEZ OAB - MT8996-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0002791-43.2011.8.11.0011 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1019147-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

EMERSON ALVES BRANDAO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
A Coletividade (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 1019147-51.2019.8.11.0000 - Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001454-05.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DA CRUZ PARIZOTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO SILVA OAB - MT18408-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001454-05.2019.8.11.0022 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1019182-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SABINO GUIA DA SILVA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1019182-11.2019.8.11.0000 - Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001676-72.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDMILSON DOS SANTOS NOGUEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDER RESINO JUNIOR OAB - MT22198-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001676-72.2019.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002905-72.2016.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGINHO DE MELO NOGUEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNA TRICHES DE OLIVEIRA OAB - MT23578-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0002905-72.2016.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Turma de Câmaras Criminais Reunidas

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019201-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DOS SANTOS LACERDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS OAB - MT24501-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019201-17.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-420 REVISÃO CRIMINAL
Processo Número: 1004647-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JULIMAR DA SILVA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO LEONARDO CANTUARIO DE ABREU OAB - MT21440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 1004647-77.2019.8.11.0000 Classe: REVISÃO CRIMINAL (428) Assunto: [Estupro de vulnerável] Relator: Des. JUVENAL PEREIRA DA SILVA Turma Julgadora: [DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES. RUI RAMOS RIBEIRO, DES. GILBERTO GIRALDELLI, DRA. GLENDA MOREIRA BORGES, DES. MARCOS MACHADO, DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES. PEDRO SAKAMOTO, DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO] Partes: [PABLO LEONARDO CANTUARIO DE ABREU - CPF: 022.758.191-18 (ADVOGADO), JULIMAR DA SILVA SOARES - CPF: 789.569.431-68 (REQUERENTE), TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (REQUERIDO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO REVISIONAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A REVISÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA – 1. ART. 577, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP – ALEGADA VIOLAÇÃO – ALEGAÇÕES FINAIS MINISTERIAIS COM PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO ACUSATÓRIO – PROVIMENTO E CONDENAÇÃO - SUCUMBÊNCIA E INTERESSE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ALEGADA AUSÊNCIA – OFENSA NÃO VISUALIZADA – OPINIO DE DOIS PROMOTORES DE JUSTIÇA DISTINTOS – PREVALÊNCIA DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DE CADA UM – ENVERGADURA CONSTITUCIONAL – ART. 127, § 1º, DA CF QUE SE SOBREPÕE AO ART. 577, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP –PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL – SUCUMBÊNCIA QUE DEVE SER VISTA EM RELAÇÃO AO TODO NA PERSECUÇÃO PENAL - 2. PRETENDIDA REDISCUSSÃO DA MATÉRIA FÁTICO-PROCESSUAL –

FRAGILIDADE DA PROVA ACUSATÓRIA – INVIABILIDADE NO ESTREITO ÂMBITO DA REVISIONAL – NÃO VISUALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES DO ART. 621 DO CPP – 3. AÇÃO DE REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE. 1. Não há violação ao art. 577, parágrafo único, do CPP, quando, funcionando dois Promotores de Justiça na mesma ação penal, um deles pede, em alegações finais, a absolvição do acusado e o outro interpõe recurso de apelação criminal objetivando a condenação do absolvido, pois a norma prevista no art. 127, § 1º, da CF/88, ao prever a independência funcional dos Promotores de Justiça, sobrepõe-se ao comando infraconstitucional. A sucumbência processual deve ser medida sob o total da persecução penal e não somente pelas alegações finais. 2. Esta Turma tem sistematicamente entendido que a Revisão Criminal não se presta ao reexame de provas, como se fosse um segundo recurso de apelação criminal, cingindo-se às hipóteses em que a contradição à evidência dos autos seja manifesta, induvidosa, dispensando análise subjetiva das provas produzidas, o que, com a devida vênia, não é o caso, estando a condenação calcada no seguro depoimento da vítima e declarações de testemunhas, em perfeita sintonia com o enunciado n. 10/TJMT, aprovado por esta Turma no IUJ n. 101532/2015 em 02/3/2017. 3. Ação de Revisão Criminal improcedente.

Conflito de Jurisdição 57330/2019 - Classe: CNJ-325 COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA. Protocolo Número/Ano: 57330 / 2019. Julgamento: 05/12/2019. SUSCITANTE - MINISTERIO PUBLICO, SUSCITADO - JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA, SUSCITADO - JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES MT. Relator: Exmo. Sr. DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE JULGOU PROCEDENTE O CONFLITO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

EMENTA:

CONFLITO DE JURISDIÇÃO - ROUBO MAJORADO E RECEPTAÇÃO PERPETRADOS EM COMARCAS DIVERSAS - CONEXÃO INSTRUMENTAL - AÇÃO PENAL DEFLAGRADA APENAS EM RELAÇÃO AO DELITO MENOS GRAVE - DESMEMBRAMENTO QUANTO AO CRIME MAIS GRAVE - COMPETÊNCIA TERRITORIAL - PRORROGABILIDADE - NECESSIDADE - CELERIDADE, ECONOMIA, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA ANTE A OBSERVÂNCIA DA REGRA DE SIMULTANEOUS PROCESSUS - SÚMULA 706/STF - CONFLITO PROCEDENTE.

Tratando-se de ação penal já iniciada, é irrelevante que crime de roubo seja mais grave que os demais conexos, receptação, porte ilegal de arma de fogo e associação criminosa, pois, cuidando-se de crimes conexos, a celeridade, segurança jurídica, eficiência e a economia da persecução penal proporcionada pela unidade processual no Juízo onde se processam a maior quantidade de crimes é mais importante do que a simples observância de um preceito processual isolado de fixação de competência, máxime porque a competência territorial é relativa, e, portanto, admite prorrogação, por intelecção do enunciado da Súmula 706/STF. Conflito procedente.

Acórdão Classe: CNJ-420 REVISÃO CRIMINAL

Processo Número: 1014429-45.2018.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:

VALMIR SOARES FRANCO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

ALEXANDRO ADRIANO LISANDRO DE OLIVEIRA OAB - SP214034 (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:

MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (REQUERIDO)

Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 1014429-45.2018.8.11.0000 Classe: CNJ-428 REVISÃO CRIMINAL Assunto: [Homicídio Qualificado] Relator: Dra. GLENDA MOREIRA BORGES Turma Julgadora: [DRA. GLENDA MOREIRA BORGES, DES. MARCOS MACHADO, DES. GILBERTO GIRALDELLI, DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES. PEDRO SAKAMOTO, DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES. RUI RAMOS RIBEIRO] Partes: [ALEXANDRO ADRIANO LISANDRO DE OLIVEIRA - CPF: 78484286134 (ADVOGADO), VALMIR SOARES FRANCO - CPF: 491.589.026-00 (REQUERENTE), PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (REQUERIDO), MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (REQUERIDO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO REVISIONAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A REVISÃO CRIMINAL – CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO – SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA – ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À LEI E À EVIDÊNCIA DOS AUTOS – TESES DE DESRESPEITO À ORDEM E À ELABORAÇÃO DOS QUESITOS, BEM COMO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO ÀS PROVAS PRODUZIDAS – NÃO CONHECIMENTO DAS ALEGAÇÕES – REPRODUÇÃO DE TESES APRECIADAS E EXPRESSAMENTE AFASTADAS EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO – PRECEDENTES DO STF – SUPOSTA NULIDADE ABSOLUTA EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO DE JURADO MORALMENTE INIDÔNEO E/OU SUSPEITO – IMPROCEDÊNCIA – DEFESA QUE NÃO IMPUGNA O JURADO AO TEMPO DA SESSÃO PLENÁRIA – PRECLUSÃO TEMPORAL – NÃO CARACTERIZAÇÃO DA SUSPEIÇÃO – NULIDADE SANÁVEL – ENTENDIMENTO DO STJ – SUSCITADA DEFICIÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA DURANTE A SESSÃO PLENÁRIA – NÃO ACOLHIMENTO – AUSÊNCIA DE DADOS CONCRETOS QUE CERTIFIQUEM A ALEGAÇÃO – ADVOGADO NOMEADO QUE DEFENDE EM PLENÁRIO AS TESES ABSOLUTÓRIAS POR APROXIMADAMENTE 02 (DUAS) HORAS – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 523 DO STF – REVISÃO CRIMINAL PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Segundo a lição do STF, “o objetivo da revisão criminal fundada no inciso I do art. 621 do Código de Processo Penal (contrária à prova dos autos) não é permitir ‘uma terceira instância’ de julgamento, uma segunda apelação. Se a sentença condenatória se apresenta verossímil e minimamente consentânea com as evidências produzidas durante a instrução criminal, não cabe ao Tribunal reverter a condenação mediante o afastamento de interpretação de prova aceitável e ponderada, ainda que não a melhor” (STF. Segunda Turma. HC 114164/SP. Rel. Min. Teori Zavascki. DJe 18.11.2015). 2. Se, em sede de recurso de apelação, há apreciação e decisão fundamentada acerca de suposta nulidade processual em virtude de desrespeito à ordem e à elaboração dos quesitos, é inadmissível a sua rediscussão em sede de revisão criminal se não há alteração fático-processual ou argumentativa, sob pena de, por vias transversas, admitir-se um terceiro julgamento da causa. 3. Conforme o entendimento do STJ, “ (...) nos termos do que determina o § 1º do artigo 433 do CPP, o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica do tribunal do júri é público e deve ser realizado entre o décimo quinto e o décimo dia útil antes da instalação da reunião, não se podendo admitir que a alegação da suposta irregularidade tenha sido conhecida apenas após o julgamento (...) Dessa forma, deve a Defesa analisar previamente a lista de jurados e, ao verificar a ocorrência de possível suspeição, impedimento ou mesmo inconveniência na atuação de determinada pessoa no Conselho de Sentença, requerer a exclusão que entenda necessária durante julgamento em plenário, como determina o art. 571, VIII, do Código de Processo Penal, sob pena de preclusão. (STJ. Sexta Turma. AgRg no REsp 1779876/MG. Min. Sebastião Reis Júnior. DJe 25.04.2019). 4. Não prospera a alegação de deficiência da defesa técnica em plenário se não são apresentados fatos concretos que comprovassem o comportamento insatisfatório do advogado, mas apenas deduções lastreadas em juízos subjetivos, considerada a participação ativa e substanciosa do causídico nomeado pelo acusado, afastando-se a aplicação da súmula n. 523 do STF.

Intimação

Mandado de intimação Classe: CNJ-413 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL

Processo Número: 1013128-63.2018.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:

BRIGHTON DIAS DA SILVA (EMBARGANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

KAIO GABRIEL PEREIRA GOMES OAB - MT24463-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:

MPEMT - SORRISO (EMBARGADO)

Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Por todo o exposto, NEGO provimento aos aclaratórios. Procedam-se aos

registros, anotações e intimações necessárias. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Às providências. Cumpra-se.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019201-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DOS SANTOS LACERDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS OAB - MT24501-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019201-17.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Mandado de intimação Classe: CNJ-343 MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL
Processo Número: 1019005-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE MENDES MULLER AFFI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO DA COSTA MARQUES OAB - MT17154-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante desse cenário, por vislumbrar os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, CONCEDO a segurança, para ordenar a imediata restituição do veículo I/Chrysler, cor preta, ano 2012, modelo 2012, placa FKN-1699, a impetrante Eliane Mendes Muller Affi, na condição de depositária judicial compromissada, procedendo-se a referida entrega, somente após a lavratura do respectivo auto e colheita de assinatura. Notifique-se a acoimada autoridade coatora para, nos moldes do art. 7º, inc. I, da Lei 12016/2009, prestar informações em 10 (dez) dias e encaminhar, em igual prazo, cópia dos atos processuais que possam interessar à análise do mandamus. Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça.

Mandado de intimação Classe: CNJ-420 REVISÃO CRIMINAL
Processo Número: 1017650-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARILDO CAITANO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, indefiro o requerimento de antecipação de tutela. Determino o apensamento dos autos da ação penal nº Ação Penal nº. 10718-69.2008.811.0042 Código: 121517 ao presente feito. Ouça-se a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça. Após, conclusos.

Mandado de intimação Classe: CNJ-420 REVISÃO CRIMINAL
Processo Número: 1017651-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARILDO CAITANO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, indefiro o requerimento de antecipação de tutela. Determino o apensamento dos autos da ação penal nº Ação Penal nº. 3994-61.2018.811.0002 Código: 528896 ao presente feito. Ouça-se a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça. Após, conclusos. Comunicações e providências.

Secretaria de Câmara Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019133-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FRANTIESCOLI VIEIRA MORAES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE DA SILVA E SOUSA OAB - MT25713-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RENATA DO CARMO EVARISTO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019133-67.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019137-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. R. S. G. J. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT20436-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. S. V. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
L. R. D. C. (PACIENTE)
E. D. M. G. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019137-07.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019139-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO GOMES ALBEFARO OAB - MT5738-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019139-74.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019141-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. J. D. A. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DE CASTRO LEITE NOGUEIRA OAB - MT5622/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. C. P. S. (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019141-44.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019137-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. R. S. G. J. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT20436-O

(ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. S. V. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
L. R. D. C. (PACIENTE)
E. D. M. G. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

Vistos. O presente remédio não veio instruído com a cópia do ato tido por coator ou do decreto prisional. Assim, intime-se o impetrante para sanar a falha; após, redistribua-se na forma regimental. Cumpra-se com a urgência necessária.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019139-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO GOMES ALBEFARO OAB - MT5738-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Com essas considerações, DEFIRO o bloqueio do valor solicitado de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para custear o transporte, transferência, internação e cirurgia cardíaca de valvuloplastia da requerente, cuja prestação de serviços deverá ser comprovada mediante notas fiscais juntadas no Juízo de origem. Eventual saldo remanescente deverá ser desbloqueado em favor do agravado. Encaminhem-se os autos ao setor competente para a sua regular distribuição, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal. Cumpra-se com a urgência necessária. Às providências.

Seção de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019155-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIA MARIA BRANDOLT PEREIRA (RECLAMANTE)
MARCOS SOEL ALVES DOS SANTOS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOHN LINCOLN SANTOS TEIXEIRA OAB - MT16853-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL ÚNICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019155-28.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019188-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ELISANGELA PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-S (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019188-18.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019195-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
LAURO JOSE DA MATA OAB - MT3774-O (ADVOGADO)
GENILSO COIMBRA DE AMARAL (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019195-10.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019198-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
GILMAR CAMARGO DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
CASSIO QUEIROZ COELHO DA CRUZ OAB - MT16006-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019198-62.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019213-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
SELMA CRISTINA FLORES CATALAN OAB - MT4076-O (ADVOGADO)
ALTAMIR ROGERIO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019213-31.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019214-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019214-16.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019215-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019215-98.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019217-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
NEUSA FATIMA ANTKIEWICZ OAB - MT21574/O (ADVOGADO)
EDIELI DA SILVA ALBERNAZ (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019217-68.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019219-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ROSENIL DE SOUZA AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA OAB - MT11247-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019219-38.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019220-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ANTONIO JOAO DOS SANTOS JUNIOR OAB - MT15950-A (ADVOGADO)
ROSALINA BRAGA RAMOS (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019220-23.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019224-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
UENDELL RICARDO DE SOUZA AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019224-60.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019155-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIA MARIA BRANDOLT PEREIRA (RECLAMANTE)
MARCOS SOEL ALVES DOS SANTOS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOHN LINCOLN SANTOS TEIXEIRA OAB - MT16853-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL ÚNICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico, que o processo de n. 1019155-28.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 10:56:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Intimação Classe: CNJ-641 INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
Processo Número: 1015557-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (JUÍZO RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO)
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO)
LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI OAB - MT19460-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO APARECIDO DA CUNHA (SUSCITADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com intimação aos patronos do LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA., para, no prazo de 15 (dias) fornecer o endereço atualizado do Sr. JOÃO APARECIDO DA CUNHA.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019188-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ELISANGELA PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-S (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019188-18.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019195-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
LAURO JOSE DA MATA OAB - MT3774-O (ADVOGADO)
GENILSO COIMBRA DE AMARAL (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019195-10.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019198-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
GILMAR CAMARGO DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
CASSIO QUEIROZ COELHO DA CRUZ OAB - MT16006-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019198-62.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1017448-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELLYETH RAYANE DO ESPIRITO SANTO SILVA (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ164014-A (ADVOGADO)
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT12037-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (RECLAMADO)
Outros Interessados:
BANCO BRADESCO SA (TERCEIRO INTERESSADO)

"...Desse modo, não vislumbro os requisitos para suspender a decisão, e INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO. Requisitem-se informações a reclamada EXMA. SRA. DRA. RELATORA PATRICIA CENI DOS SANTOS, ou quem for competente, nos termos do art. 989, I do CPC. Cite-se a empresa BANCO BRADESCO S.A., para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua contestação, nos termos do art. 989, III do CPC. Após, ouça a douta Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do art. 991 do CPC." Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019213-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
SELMA CRISTINA FLORES CATALAN OAB - MT4076-O (ADVOGADO)
ALTAMIR ROGERIO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019213-31.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019214-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019214-16.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019215-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019215-98.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019217-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
NEUSA FATIMA ANTKIEWICZ OAB - MT21574/O (ADVOGADO)
EDIELI DA SILVA ALBERNAZ (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019217-68.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:25:51 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019219-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ROSENIL DE SOUZA AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA OAB - MT11247-A (ADVOGADO)

Certifico, que o processo de n. 1019219-38.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:34:08 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019220-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ANTONIO JOAO DOS SANTOS JUNIOR OAB - MT15950-A (ADVOGADO)
ROSALINA BRAGA RAMOS (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019220-23.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:35:24 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Seção de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019167-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLY DE LIMA DOS SANTOS SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELITON DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT20883-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019167-42.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019167-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLY DE LIMA DOS SANTOS SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELITON DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT20883-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019167-42.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 13:21:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARILSEN ANDRADE ADDARIO

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1016715-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE GONCALVES DOS SANTOS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Portanto, NÃO CONHEÇO da reclamação, extinguindo-a sem resolução de mérito. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que eventual deferimento da assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves, Relatora."

Coordenadoria de Recursos Humanos

Portaria Presidência

PORTARIA N. 159 3/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da decisão proferida, em 23.9.2019, nos autos de Comissões Permanentes 1/2018 (NU 0089911-16.2018.8.11.0000).
RESOLVE:
Alterar, em parte, a Portaria n. 1544/2018-DRH, de 19.12.2018, que designa membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, com a atribuição de apurar irregularidades no âmbito do Tribunal de Justiça, para o biênio de 2019-2020, para excluir a servidora CHRISTIANE DE CASSIA LOPES LIMA COSTA, matrícula 8468.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinatura digital)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

PORTARIA N. 1600/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora ADA CONSUELO LEAL DE QUEIROZ, matrícula 20097, CPF n.º 621.855.601-82, Técnico Judiciário - PTJ, para desempenhar as funções de Gestor Administrativo 1 - PDA-FC, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020, durante o afastamento da titular EUZENI PAIVA DE PAULA, matrícula 5952, em usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1599/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Revogar, em parte, a Portaria n. 1541/2019-DRH, de 03/12/2019, disponibilizada no DJE em 04/12/2019, Ed. 10.632, que designou a servidora ADA CONSUELO LEAL DE QUEIROZ, Efetiva, Matrícula 20097, CPF n.621.855.601-82, Técnico Judiciário-PTJ, para desempenhar as funções de Gestor Administrativo 2 - PDA-FC I, da Central de Conciliação e Mediação de 2ª Grau, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, para fazer constar o período 21/11/2019 a 06/01/2020, durante o afastamento da titular EVANILDES DE OLIVEIRA, matrícula 5079, em licença-médica, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1605/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora VALTENIR QUEIROZ DOS SANTOS, matrícula 24387, CPF n.º 831.176.871-49, Analista Judiciário - PTJ, para desempenhar as funções de Gestor Administrativo 1 - NUGEP - PDA-FC, do Serviço do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, do Departamento da Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020, durante o afastamento do titular MARCIO ALEXANDRE MACIEL, matrícula 21357, em usufruto de férias referente ao exercício de 2018, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1607/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora SHIRLENE ROSA DE MATOS, matrícula 5124, CPF n.º 405.879.591-34, Auxiliar Judiciário - PTJ, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Departamento - PDA-CNE - II, do Departamento da Secretaria da 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, da Coordenadoria Judiciária, no período de 07/01/2020 à 26/01/2020, durante o afastamento da titular SILBENE NUNES DE ALMEIDA, matrícula 5846, em usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1594/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora DENYSE DE AVILA CUBA, matrícula 4453, CPF n.º 536.119.181-72, Agente da Infância e Juventude, para exercer, em comissão, o cargo de Gestor Administrativo 1 - PDA-FC, do Serviço de Processos e Documentos, do Departamento da Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020, durante o afastamento da titular CELIA RAQUEL PACHECO CORVOISIER, matrícula 5044, em usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1598/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora ADRIANA ESNARRIAGA DE FREITAS FARINHA, matrícula 5731, CPF n.º 514.211.001-34, Técnico Judiciário - PTJ, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Divisão - PDA-CNE - V, da Divisão de Apoio e Processamento aos Ativos, Inativos e Pensionistas, da Gerência de Programação de Folha de Pagamento, no período de 06/12/2019 a 21/12/2019, durante o afastamento da titular LAURA SIMONE GARCIA CORREA KOLLING, matrícula 6287, em usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1610/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, o servidor SÁVIO LUÍS DA SILVA ALBERNAZ, matrícula 21905, CPF n.º 805.271.241-68, Analista Judiciário - PTJ, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Departamento - PDA-CNE - II, do Departamento da 2ª Secretaria Criminal, da Coordenadoria Judiciária, no período de 07/01/2020 a 23/01/2020, durante o afastamento do titular EDUARDO DA SILVEIRA CAMPOS, matrícula 7599, em usufruto de férias referente aos exercícios de 2018 e 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1609/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, o servidor FILOMENO EDMUNDO DE MORAES, matrícula 9209, CPF n.º 314.079.941-15, Técnico Judiciário - PTJ, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Departamento - PDA-CNE - II, do Departamento da Secretaria da 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo, da Coordenadoria Judiciária, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020, durante o afastamento da titular SILVANDRA DA SILVA CARVALHO, matrícula 9024, em usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

PORTARIA N. 1597/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, o servidor JARBAS RODRIGUES DO NASCIMENTO, matrícula 5746, CPF n.º 459.594.121-87, Analista Judiciário - PTJ, para desempenhar as funções de Gestor Administrativo 1 - PDA-FC, do Serviço de Projetos de Capacitação, do Departamento de Planejamento e Estudos, no período de 04/11/2019 a 03/02/2020, durante o afastamento do titular JOAO BOSCO MONTEIRO DA SILVA JUNIOR, matrícula 6286, em licença-médica, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

Decisão do Presidente

DECISÃO N. 3418/2019-PRES
PEDIDO DE PAGAMENTO DE URV 47/2015
CIA 0014435-74.2015.8.11.0000(C)
Originara-se o vertente feito com requerimento formulado por Giselly de Oliveira Matos, ex-servidor do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, a fim de obter o pagamento dos créditos de URV, relativo ao período de 2000 a 2011.
O Departamento de Recursos Humanos prestou informação sobre o histórico funcional da requerente (fl. 04).
Em derradeira tramitação, e com escopo de atualizar o cenário dos autos, o Departamento de Pagamento de Pessoal apresentou a Informação n. 1522/2019-DPP (fls. 22/23), por meio da qual registrou, em apertada síntese, os pagamentos realizados e os procedimentos, decisões e resoluções empregadas na apuração das seguintes verbas pendentes de pagamento:
- Reprocessamento da URV 05/2000 a 02/2001: R$ 13.573,88 (treze mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos), atualizados pelo INPC e juros até 09/2019.
Em relação à URV 2001/2008, esclarece, o DPP, que remanesce pendente de pagamento o valor de R$ 6.563,47 (seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), porém, deixou de informar o valor da "URV reprocessada pelo motivo de não ter sido realizado pagamento do valor principal via precatório requisitório".
Pois bem.
No tocante à URV do período de 2001/2008, é cediço que em dezembro de 2011, por não dispor de dotação orçamentária suficiente, viabilizou-se o pagamento pela via administrativa de uma pequena parte da URV em prol dos servidores ativos e inativos (aposentados e pensionistas).
Contudo, o servidor que tivesse valor acima do limite estabelecido na ocasião, bem como ex-servidores não contemplados com o pagamento efetivado administrativamente, deveriam pleitear judicialmente o valor não liquidado, através de ação de cumprimento de sentença (Ação Ordinária n. 103/2006), a fim de obter o crédito via precatório requisitório. Para tanto, o Tribunal disponibilizou em seu site institucional acesso à certidão do respectivo valor para os fins mencionados.
Nesse caso, os servidores que não propuseram a ação de cumprimento de sentença e, evidentemente, não receberam a verba principal referente à URV de 2001/2008 por meio de precatório, não fazem jus ao pagamento de correção monetária e juros, em conformidade com a regra do accessorium sequitur suum principale.
No caso dos autos, verifica-se que o valor principal da URV de 2001/2008

não foi pago via precatório, conforme demonstram os documentos de fls. 19, 21 e 22. Por isso, mostra-se inviável autorizar o pagamento administrativo da URV de 2001/2008.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de pagamento administrativo da URV referente ao período 2001/2008.

Não obstante, AUTORIZO a expedição da competente informação de crédito, bem como a entrega de cópia da ficha funcional a fim de subsidiar propositura da respectiva ação de cobrança judicial.

Especificamente quanto à URV do período 05/2000 a 02/2001, a atual Administração está empenhada no pagamento de todos os passivos. Contudo, encontra obstáculo na questão orçamentária.

Não obstante o cenário atual de contingenciamento orçamentário vivenciado, recentemente algumas verbas foram pagas pela atual Administração.

Tão logo seja possível, pretende a atual Administração quitar o valor indicado na Informação n. 1522/2019-DPP.

Assim, considerando o cenário atual de contingenciamento orçamentário vivenciado, por critérios de conveniência e oportunidade da Administração na execução do orçamento do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, mostra-se inviável acolher, nesse momento, o pedido de pagamento manejado pela ex-servidora Giselly de Oliveira Matos.

Não obstante, mantenho a decisão que determinou a inclusão dos valores devidos à peticionária no cronograma de pagamento dos passivos respeitando a Resolução n. 01/2010/TP, a ser pago oportunamente conforme disponibilidade orçamentária e financeira, bem como juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

Por derradeiro, quando da efetivação do pagamento, DETERMINO que o Departamento de Pagamento de Pessoal proceda à transferência do crédito para a conta indicada pela requerente.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3389/2019-PRES

PEDIDO DE PAGAMENTO DE URV 51/2016

CIA 0065939-85.2016.8.11.0000

Trata-se de pedido formulado pelo ex-servidor Miron Fernandes Dias, matrícula 9854, em que requer o recálculo e pagamento dos saldos remanescentes de URV (fl. 29), bem como a prioridade estabelecida na Resolução n. 01/2010/TP por ser maior de 60 anos.

O Sistema de Gestão de Pessoas, no relatório funcional, consta a data de nascimento do ex-servidor em 21/10/1954.

O Departamento de Pagamento de Pessoal apresentou a Informação n. 1673/2019-DPP (fls. 32/33), por meio da qual registrou, em apertada síntese, os pagamentos realizados e os procedimentos, decisões e resoluções empregadas na apuração das seguintes verbas pendentes de pagamento:

- Reprocessamento da URV 03/2003 a 13/2008, no valor de R$ 33.286,82 (trinta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos), atualizados pelo INPC e juros até 10/2019.

Pois bem.

A atual Administração está empenhada no pagamento de todos os passivos. Contudo, encontra obstáculo na questão orçamentária.

Não obstante o cenário atual de contingenciamento orçamentário vivenciado, recentemente algumas verbas foram pagas pela atual Administração.

Tão logo seja possível, pretende a atual Administração quitar o valor indicado na Informação n. 1673/2019-DPP.

Assim, considerando o cenário atual de contingenciamento orçamentário, por critérios de conveniência e oportunidade da Administração na execução do orçamento do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, mostra-se inviável acolher, nesse momento, o pedido de pagamento manejado pelo ex-servidor Miron Fernandes Dias.

Não obstante, DETERMINO a inclusão dos valores devidos ao peticionário no cronograma de pagamento dos passivos em razão da prioridade estabelecida na Resolução n. 01/2010/TP, tendo em vista tratar-se de pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade, a ser pago oportunamente conforme disponibilidade orçamentária e financeira, bem como juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

Por derradeiro, quando da efetivação do pagamento, DETERMINO que o Departamento de Pagamento de Pessoal proceda à transferência do crédito para a conta indicada pela requerente.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3388/2019-PRES

PEDIDO DE PAGAMENTO DE URV 5/2019

CIA 0016853-43.2019.8.11.0000

Originara-se o vertente feito com requerimento formulado por Micheli Coelho Cano, ex-servidora do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, a fim de obter o levantamento e pagamento dos créditos de URV, referente ao período de 06/10/2000 a 16/07/2004.

O Departamento de Recursos Humanos prestou informação sobre o histórico funcional da requerente (fl. 09).

Em derradeira tramitação, e com escopo de atualizar o cenário dos autos, o Departamento de Pagamento de Pessoal apresentou a Informação n. 1517/2019-DPP (fl. 16), por meio da qual registrou, em apertada síntese, na apuração da seguinte verba pendente de pagamento:

Reprocessamento da URV 10/2000 a 05/2005: R$ 6.501,33 (seis mil, quinhentos e um reais e trinta e três centavos), atualizados pelo INPC e juros até 09/2019.

Pois bem.

A atual Administração está empenhada no pagamento de todos os passivos. Contudo, encontra obstáculo na questão orçamentária.

Não obstante o cenário atual de contingenciamento orçamentário vivenciado, recentemente algumas verbas foram pagas pela atual Administração.

Tão logo seja possível, pretende a atual Administração quitar o valor indicado na Informação n. 1517/2019-DPP.

Assim, considerando o cenário atual de contingenciamento orçamentário vivenciado, por critérios de conveniência e oportunidade da Administração na execução do orçamento do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, mostra-se inviável acolher, nesse momento, o pedido de pagamento manejado pela ex-servidora Micheli Coelho Cano.

Não obstante, DETERMINO a inclusão dos valores devidos à peticionária no cronograma de pagamento dos passivos respeitando a Resolução n. 01/2010/TP, a ser pago oportunamente conforme disponibilidade orçamentária e financeira, bem como juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

Outrossim, quando da efetivação do pagamento, DETERMINO que o Departamento de Pagamento de Pessoal proceda à transferência do crédito para a conta indicada pela requerente.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3385/2019-PRES

PEDIDO DE PAGAMENTO 19/2019

CIA 0037582-90.2019.8.11.0000

O ex-servidor Jany Luz Cabreira Júnior, matrícula 683, solicita o levantamento e pagamento dos créditos pendentes, referente ao período de 1986 a 1993.

O Departamento de Recursos Humanos prestou informação sobre o histórico funcional do requerente (fl. 4).

O Departamento de Pagamento de Pessoal apresentou a Informação n. 1666/2019-DPP (fl. 05), por meio da qual consignou a inexistência de saldo pendente de pagamento.

Assim, considerando a Informação n. 1666/2019-DPP, JULGO prejudicado o pedido.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências.

Publique-se. Comunique-se.

Arquive-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3417/2019-PRES

PEDIDO DE PAGAMENTO DE URV 17/2019
CIA 0051118-71.2019.8.11.0000

Originara-se o vertente feito com requerimento formulado por Dalila de Oliveira Matos, servidora efetiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cedida ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a fim de obter o pagamento de todas as verbas de URV pendentes durante o tempo que exerceu suas atividades neste Poder Judiciário.

O Departamento de Recursos Humanos prestou informação sobre o histórico funcional da requerente (fl. 4).

Em derradeira tramitação, e com escopo de atualizar o cenário dos autos, o Departamento de Pagamento de Pessoal apresentou a Informação n. 1516/2019-DPP (fls. 08), por meio da qual registrou, em apertada síntese, que à URV 2001/2008, remanesce pendente de pagamento o valor de R$ 1.338,46 (mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), porém, deixou de informar o valor da "URV reprocessada pelo motivo de não ter sido realizado pagamento do valor principal via precatório requisitório".

É, no essencial, o relatório. Decido.

No tocante à URV do período de 2001/2008, é cediço que em dezembro de 2011, por não dispor de dotação orçamentária suficiente, viabilizou-se o pagamento pela via administrativa de uma pequena parte da URV em prol dos servidores ativos e inativos (aposentados e pensionistas).

Contudo, o servidor que tivesse valor acima do limite estabelecido na ocasião, bem como ex-servidores não contemplados com o pagamento efetivado administrativamente, deveriam pleitear judicialmente o valor não liquidado, através de ação de cumprimento de sentença (Ação Ordinária n. 103/2006), a fim de obter o crédito via precatório requisitório. Para tanto, o Tribunal disponibilizou em seu site institucional acesso à certidão do respectivo valor para os fins mencionados.

Nesse caso, os servidores que não propuseram a ação de cumprimento de sentença e, evidentemente, não receberam a verba principal referente à URV de 2001/2008 por meio de precatório, não fazem jus ao pagamento de correção monetária e juros, em conformidade com a regra do accessorium sequitur suum principale.

No caso dos autos, verifica-se que o valor principal da URV de 2001/2008 não foi pago via precatório, conforme demonstram os documentos de fls. 05, 07 e 08. Por isso, mostra-se inviável autorizar o pagamento administrativo da URV de 2001/2008.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de pagamento administrativo da URV referente ao período 2001/2008.

Não obstante, AUTORIZO a expedição da competente informação de crédito, bem como a entrega de cópia da ficha funcional a fim de subsidiar propositura da respectiva ação de cobrança judicial.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Expeça-se ofício. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3448/2019-PRES
CIA 0750849-49.2019.8.11.0110

Trata-se de requerimento formulado por Nayara Iris Caixeta, Gestora Geral da Comarca de Campinápolis, no qual solicita a reabertura do prazo no sistema GPSem para fins de inclusão dos documentos atinentes à produtividade do mês de novembro/2019, da credenciada Leidiane da Silva Xavier, sob a justificativa da perda do prazo para análise e deferimento da produtividade, o que impossibilitou o envio dos documentos ao Funajuris, em tempo hábil.

Pois bem.

Considerando que o profissional credenciado é remunerado por abono variável, de cunho indenizatório, por sua atuação em favor do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com fulcro no artigo 22, III, da Instrução Normativa-CRH n. 09/2019, excepcionalmente, ACOLHO a justificativa apresentada, razão pela qual AUTORIZO a reabertura do Sistema GPSem para inclusão da Nota Fiscal, das contribuições previdenciárias e demais documentos imprescindíveis para pagamento da produtividade em prol da credenciada Leidiane da Silva Xavier, matrícula 35644, que atua no Juizado Especial da Comarca de Campinápolis, referente ao mês de novembro/2019.

Posteriormente, AUTORIZO o respectivo pagamento, por meio de indenização, em prol do credenciado que atua na Comarca de Campinápolis, referente ao mês de novembro/2019.

Cientifique-se à requerente acerca do teor da presente decisão, bem como para fiscalizar e evitar o encaminhamento extemporâneo dos documentos (art. 12, §3º do Provimento n. 40/2008/CM e da Instrução Normativa – CRH n. 09, de 15.04.2019).

Ao Departamento de Recursos Humanos e FUNAJURIS para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Arquive-se. Cumpra-se com urgência.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3396/2019-PRES
PEDIDO DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR OU PESSOA DE FAMILIA 8/2017
CIA 0076820-87.2017.8.11.0000

Trata-se de pedido formulado pela servidora Elaine Neves Bomfim Ribeiro, matrícula n. 6826, Analista Judiciário-PTJ, da Comarca de Pontes e Lacerda-MT, em que requereu prorrogação da Movimentação Interna para Tratamento de Saúde de pessoa da família para o Tribunal de Justiça-MT.

Para comprovar a continuidade do fato gerador da referida movimentação, conforme determina o § 4º do art. 24 do Provimento n. 26/2013/CM, juntou o Laudo Pericial n. 363367 (fl. 86).

Desse modo, considerando que o servidor juntou o supracitado Laudo Pericial comprovando a manutenção das condições que deram ensejo à sua movimentação interna, AUTORIZO a prorrogação da movimentação interna dantes estabelecida.

Por conseguinte, DETERMINO o sobrestamento dos autos pelo prazo de 03 (três) meses, quando deverá ser realizada nova comprovação, nos termos do § 4º do art. 24 do Provimento n. 26/2013/CM.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3372/2019-PRES
PEDIDO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO 6/2017
CIA 0118763-84.2017.8.11.0000

A servidora Tânia Regina Borges Barbosa de Lima, matrícula n. 4234, Técnico Judiciário-PTJ, do Tribunal de Justiça-MT, solicita a readaptação de função com redução da carga horária, conforme Laudo Pericial n. 363343.

A Lei Complementar n. 04/90, em seu artigo 30, propaga que "readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e de responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica".

No caso dos autos, verifica-se que o Laudo Médico n. 363343 (fl. 67) confirmou a avaliação médica realizada para fins de readaptação de função, assim como concluiu que a servidora deverá exercer função compatível com sua limitação laboral, por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 24/10/2019 a 20/04/2020.

Logo, mostra-se viável acolher a pretensão.

Desse modo, diante da recomendação médica materializada no Laudo Pericial n. 363343 (fl. 67), com fulcro no artigo 30 da Lei Complementar n. 04/90, DEFIRO o pedido, razão pela qual concedo à servidora a prorrogação da readaptação de função, por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 24/10/2019 a 20/04/2020, com redução de 2 (duas) horas diárias da carga horária de trabalho.

A Divisão de Serviço Social – DRH deverá acompanhar e adotar os procedimentos necessários atinentes à readaptação em comento.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3409/2019-PRES
PEDIDO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO 10/2019
CIA 0718377-28.2019.8.11.0002

A servidora Debora Regina Tavares, matrícula n. 4290, Agente da Infância e Juventude-PTJ, da Comarca de Várzea Grande-MT, solicita a prorrogação da readaptação de função com redução da carga horária,

conforme Laudo Pericial n. 360148.

A Lei Complementar n. 04/90, em seu artigo 30, propaga que "readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e de responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica".

No caso dos autos, verifica-se que o Laudo Médico n. 360148 (andamento n. 34) confirmou a avaliação médica realizada para fins de readaptação de função, assim como concluiu que a servidora deverá exercer função compatível com sua limitação laboral, por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 21/10/2019 à 17/04/2020.

Logo, mostra-se viável acolher a pretensão.

Desse modo, diante da recomendação médica materializada no Laudo Pericial n. 360148 (andamento n. 34), com fulcro no artigo 30 da Lei Complementar n. 04/90, DEFIRO o pedido, razão pela qual concedo à servidora a prorrogação da readaptação de função, por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 21/10/2019 à 17/04/2020, com redução de 2 (duas) horas diárias da carga horária de trabalho.

A Divisão de Serviço Social – DRH deverá acompanhar e adotar os procedimentos necessários atinentes à readaptação em comento.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3328/2019-PRES

PEDIDO DE ABONO DE PERMANÊNCIA 130/2019

CIA 0745745-52.2019.8.11.0021

O servidor Adilson Trento, matrícula n. 4072, Distribuidor, Contador e Partidor-PTJ, da Comarca de Água Boa/MT, requer abono de permanência, tendo em vista a implementação do tempo de serviço para desconto previdenciário em 10.11.2019, bem como manifestou interesse em permanecer em atividade até a data de completar a contribuição em 26.08.2020 (andamento n. 2).

O Departamento de Recursos Humanos, na Informação n. 5398/2019 – DRH, registrou a ficha funcional do servidor (andamento n. 6).

A Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, no Parecer n. 524/2019-AJCRH, manifestou pelo indeferimento do pedido (andamento n. 9).

É a síntese.

Decido.

De acordo com a Informação n. 5398/2019-DRH, e o Parecer n. 524/2019-AJCRH, o servidor não completou na íntegra, os requisitos constitucionais relativos para concessão de aposentadoria, não fazendo jus ao abono de permanência. Confira-se:

- O requerente nasceu em 13.06.1961, contando com 58 (cinquenta e oito) anos de idade, com total de tempo de serviço de 12.795 (doze mil, setecentos e noventa e cinco) dias ou 35 anos, e 11 dias;
- Nos termos do art. 40, §19 da Constituição Federal, o servidor não atende ao quesito etário, pois possui 58 (cinquenta e oito) anos de idade, enquanto que a exigência é de 60 (sessenta) anos de idade;
- No que se refere ao art. 2º, §5º da EC n. 41/2003, o servidor não completou o período de adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, em 16.12.1998, faltaria para atingir os 35 anos de contribuição, o qual só se completará em 15.01.2024;
- Especificamente quanto à regra do art. 3º, §1º da EC n. 41/03, o requerente deveria preencher todos os requisitos até 31.12.2003; logo, não aplicável à espécie.
- Por sua vez, em relação ao requisito previsto no art. 3º da EC n. 47/2005, o servidor completará somente em 26.08.2020, idade mínima (60 anos) resultante da redução, relativa aos limites de um ano de idade para cada ano que exceder a contribuição (35 anos).

Assim, HOMOLOGO o Parecer n. 524/2019 da Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, por seus próprios fundamentos, razão pela qual INDEFIRO o pedido.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Após, arquive-se.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3309/2019-PRES

PEDIDO DE ABONO DE PERMANÊNCIA N. 126/2019

CIA 0738041-16.2019.8.11.0044

A servidora Tania Maria Ferreira Signor, matrícula n. 6370, Técnico Judiciário - PTJ, da Comarca de Paranatinga-MT, requer abono de permanência, retroativo a 19.07.2018, tendo em vista o preenchimento dos requisitos para a concessão de aposentadoria (Artigo 6º da Emenda 41/2003), bem como manifestou interesse em permanecer em atividade (andamento n. 2).

O Departamento de Recursos Humanos, na Informação n. 5372/2019 – DRH, registrou a ficha funcional da servidora (andamento n. 6).

A Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, no Parecer n. 533/2019-AJCRH, manifestou pelo indeferimento do pedido (andamento n. 10).

É a síntese.

Decido.

De acordo com a Informação n. 5372/2019-DRH, e o Parecer n. 533/2019-AJCRH, a servidora não completou, na íntegra, os requisitos constitucionais nas regras de aposentadoria, não fazendo jus ao abono de permanência. Confira-se:

- A requerente nasceu em 4.6.1968, contando com 51 (cinquenta e um) anos de idade, com total de tempo de serviço de 11.445 (onze mil, quatrocentos e quarenta e cinco) dias ou 31 anos e 04 meses.
- Nos termos do art. 40, § 19 da Constituição Federal, a servidora não atende ao quesito etário, pois possui 51 (cinquenta e um) anos de idade, enquanto que a exigência é de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
- No que se refere ao art. 2º, §5º da EC n. 41/2003, a servidora não completou o período de adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, em 16.12.1998, faltaria para atingir os 30 anos de contribuição, o qual só se completará em 19.6.2022.
- Especificamente quanto à regra do art. 3º, §1º da EC n. 41/03, a requerente deveria preencher todos os requisitos até 31.12.2003; logo, não aplicável à espécie.
- Por sua vez, em relação ao requisito previsto no art. 3º da EC n. 47/2005, a servidora completará somente em 25.12.2020, a idade mínima (55 anos) resultante da redução, relativa aos limites de um ano de idade para cada ano que exceder a contribuição (30 anos).

Assim, HOMOLOGO o Parecer n. 533/2019 da Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, por seus próprios fundamentos, razão pela qual INDEFIRO o pedido.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3404/2019-PRES

PEDIDO DE ABONO DE PERMANÊNCIA 134/2019

CIA 0748192-62.2019.8.11.0037

O servidor Duayr Jesus Metello Taques, matrícula n. 2239, Oficial de Justiça - PTJ, da Comarca de Primavera do Leste/MT, requer abono de permanência no dia 31.12.2019, tendo em vista a implementação de todos os requisitos para a concessão de aposentadoria, bem como manifestou interesse em permanecer em atividade (andamento n. 2).

O Departamento de Recursos Humanos, na Informação n. 5506/2019 – DRH, registrou a ficha funcional do servidor (andamento n. 6).

A Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, no Parecer n. 548/2019-AJCRH, manifestou pelo indeferimento do pedido (andamento n. 9).

É a síntese.

Decido.

De acordo com a Informação n. 5506/2019-DRH, bem como com o Parecer n. 548/2019-AJCRH, o servidor não completou, na íntegra, os requisitos constitucionais relativas ao abono de permanência. Confira-se:

- O requerente nasceu em 25.12.1961, contando com 57 (cinquenta e sete) anos de idade, com total de tempo de serviço de 13.480 (treze mil, quatrocentos e oitenta) dias ou 36 anos, 10 meses e 26 dias;
- O servidor não atende ao quesito etário exigido no art. 40, § 19 da Constituição Federal, pois possui 57 (cinquenta e sete) anos de idade;
- No que se refere ao art. 2º, §5º da EC n. 41/2003, o servidor não

ingressou regularmente em cargo efetivo até 16.12.1998;
- Especificamente quanto à regra do art. 3º, §1º da EC n. 41/03, o requerente deveria preencher todos os requisitos até 31.12.2003; logo, não aplicável à espécie.
- Por sua vez, em relação ao requisito previsto no art. 3º da EC n. 47/2005, o servidor completará somente em 31.12.2019, idade mínima (60 anos) resultante da redução, relativa aos limites de um ano de idade para cada ano que exceder a contribuição (35 anos).

Assim, HOMOLOGO o Parecer n. 548/2019 da Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, por seus próprios fundamentos, razão pela qual INDEFIRO o pedido.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.
Após, arquive-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3316/2019-PRES
PEDIDO DE ABONO DE PERMANÊNCIA 123/2019
CIA 0069552-11.2019.8.11.0000

O servidor Julio César Barbosa, matrícula n. 0707, Auxiliar Judiciário - PTJ, do Tribunal de Justiça, requer abono de permanência, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais para a concessão de aposentadoria, bem como manifestou interesse em permanecer em atividade (andamento n. 2).

O Departamento de Recursos Humanos, na Informação n. 5367/2019 – DRH, registrou a ficha funcional do servidor (andamento n. 6).

A Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, no Parecer n. 532/2019-AJCRH, manifestou pelo indeferimento do pedido (andamento n. 10).

É a síntese.

Decido.

De acordo com a Informação n. 5367/2019-DRH e o Parecer n. 532/2019-AJCRH, o servidor não completou, na íntegra, os requisitos constitucionais para a concessão de aposentadoria, não fazendo jus ao abono de permanência. Confira-se:

- O requerente nasceu em 02.11.1961, contando com 58 (cinquenta e oito) anos de idade, com total de tempo de serviço de 12.836 (doze mil, oitocentos e trinta e seis) dias ou 35 anos, 01 mês e 21 dias;
- Nos termos do artigo 40, § 19 da Constituição Federal, o servidor não atende ao quesito etário, pois possui 58 (cinquenta e oito) anos de idade, enquanto que a exigência é de 60 (sessenta) anos de idade;
- No que se refere ao art. 2º, § 5º da EC n. 41/2003, o servidor não ingressou regularmente em cargo efetivo até 16.12.1998;
- Especificamente quanto à regra do art. 3º, §1º da EC n. 41/03, o requerente deveria preencher todos os requisitos até 31.12.2003; logo, não aplicável à espécie.
- Por sua vez, em relação ao requisito previsto no art. 3º da EC n. 47/2005, o servidor completará somente em 18.10.2020, idade mínima (60 anos) resultante da redução, relativa aos limites de um ano de idade para cada ano que exceder a contribuição (35 anos).

Assim, HOMOLOGO o Parecer n. 532/2019 da Assessoria Jurídica da Coordenadoria de Recursos Humanos, por seus próprios fundamentos, razão pela qual INDEFIRO o pedido.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.
Após, arquive-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3339/2019-PRES
PEDIDO DE VACÂNCIA PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL 4/2019
CIA 0736021-72.2019.8.11.0005(A)

A servidora Solange Aparecida de Oliveira, matrícula 23594, Técnica Judiciária da Comarca de Diamantino-MT, requereu a alteração/revisão da data da vacância, tendo em vista que entrou em exercício em 09/09/2019 no cargo de Analista Judiciário na Comarca de Diamantino (andamento n. 61).

O Departamento de Recursos Humanos, na Informação n. 5522/2019/DRH (andamento n. 64), registrou que foi declarado vago o cargo de Técnico Judiciário-PTJ, da Comarca de Diamantino, ocupado pela servidora, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do artigo 43, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 04/90, com efeitos retroativos a 08/09/2019, conforme Ato nº 1396/2016-DRH, de 21.10.2019, publicado no DJE nº 10605, em 24/10/2019.

Por fim, o referido departamento noticiou que foi nomeada, efetivamente, no cargo de Analista Judiciário-PTJ, da Comarca de Diamantino, conforme Ato nº 1105/2019-DRH de 27/08/2019, tomou posse e entrou em exercício em 09/09/2019.

Assim, visando regularizar a situação funcional da requerente, retifico, em parte, a decisão n 2851/2019/PRES (andamento n. 31) para constar os efeitos da vacância a partir de 09/09/2019, no cargo de Técnico Judiciário, da Comarca de Diamantino, nos termos do inciso VIII, do art. 43, da Lei Complementar n. 04/90, consoante requerido.

Expeça-se o necessário.

Publique-se. Comunique-se. Arquive-se.
Cumpra-se.
Cuiabá, 05 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3420/2019-PRES
PEDIDO DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA PARA ACOMPANHAMENTO DE CONJUGE 15/2018
CIA 0072994-19.2018.8.11.0000

A servidora Rita de Cassia Borges Nohama Nunes, matrícula 26530, Oficial de Justiça-PTJ, foi movimentada da Comarca de Poconé para Comarca de Cuiabá, a fim de atender necessidade de tratamento médico de pessoa da família.

Para comprovar a continuidade do fato gerador da referida movimentação, conforme determina o §4º do art. 24 do Provimento n. 26/2013/CM, juntou o Laudo Pericial n. 363351 (fls. 77).

Desse modo, considerando que a servidora juntou o supracitado Laudo Pericial comprovando a manutenção das condições que deram ensejo à sua movimentação interna, AUTORIZO a prorrogação da movimentação interna dantes estabelecida.

Por conseguinte, DETERMINO o sobrestamento dos autos pelo prazo de 03 (três) meses, quando deverá ser realizada nova comprovação, nos termos do §4º do art. 24 do Provimento n. 26/2013/CM.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

Atos do Presidente

ATO N. 1679/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista a Lei n.º 9.319, de 24.02.2010, e no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, em comissão, EVALDETH MARIA DE FIGUEIREDO PACHECO, CPF n. 140.419.441-04, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete - PDA-CNE - V, do Gabinete do Desembargador Sebastião Barbosa Farias, com efeitos a partir da Assinatura do Termo de Posse e Exercício, que deverá ser editado e assinado após a publicação deste.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

ATO N.º 1706/2019-DRH O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o § 2º do art. 56 da Lei Estadual n. 8.814, de 15/01/2008, Provimento nº. 006/2014/CM, de 07/3/2014 , art. 290, inciso I, do RITJ/MT, Portaria nº 150/2016/PRES e Edital nº 03/2019-DF, homologação publicada no DJE nº 10.619,CONSIDERANDO os termos do Pedido de Abertura de Processo Seletivo 9/2019, NU. 0020338-51.2019,

RESOLVECREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais 02(dois) anos, a Senhora TEREZINHA VARGAS BELLO DE CARLI, inscrita no CPF sob o nº 494.589.739-53, para atuar como Assistente Social, na Comarca de Sapezal, a partir de 02/01/2020. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente)Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHAPresidente do Tribunal de Justiçatable

ATO N.º 1706/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o § 2º do art. 56 da Lei Estadual n. 8.814, de 15/01/2008, Provimento nº. 006/2014/CM, de 07/3/2014 , art. 290, inciso I, do RITJ/MT, Portaria nº 150/2016/PRES e Edital nº 03/2019-DF, homologação publicada no DJE nº 10.619,

CONSIDERANDO os termos do Pedido de Abertura de Processo Seletivo 9/2019, NU. 0020338-51.2019,

RESOLVE

CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais 02(dois) anos, a Senhora TEREZINHA VARGAS BELLO DE CARLI, inscrita no CPF sob o nº 494.589.739-53, para atuar como Assistente Social, na Comarca de Sapezal, a partir de 02/01/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Presidente do Tribunal de Justiça

Enviado à Internet/DJE em: _____

Disponibilizado no DJE nº.: _____

Em: _____

Publicado em: _____

Enviado à Internet/DJE em: _____

Disponibilizado no DJE nº.: _____

Em: _____

Publicado em: _____

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO N. 1671/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Pedido de Vacância para Posse em outro Cargo Inacumulável 4/2019, NU. 0736021-72.2019(A),

RESOLVE

Retificar, em parte, o Ato nº. 1396/2019-DRH, de 21/10/2019, publicado no D.J.E. nº 10605, em 24/10/2019, concernente à Vacância de SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA MANRIQUE, inscrita no CPF sob o nº 839.010.279-04, matrícula 23.594, para constar onde se lê: “com efeitos retroativos a 08/09/2019, leia-se: “com efeitos a partir de 09/09/2019 ”.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

Coordenadoria Financeira

Fundo de Apoio ao Judiciário - Departamento do Funajuris

Diárias

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748797-16.2019.8.11.0002

Requerente: HOLANDA CASTURINA CAMPOS

Cargo/Função: Demais Participantes (ASSISTENTE SOCIAL)

Lotação:

Destino: De Várzea Grande(MT) a Nossa Senhora do Livramento(MT)

Finalidade: OFÍCIO Nº 066/2019/DeptoTécnico/VG/MT.

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada HOLANDA CASTURINA CAMPOS, matrícula 30707, em deslocamento no dia 12/12/2019, para o Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, em zona rural, Sítio Rancharia, Estrada Jesus Santana, num percurso superior a 69,06 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 21/11/2019 - ID: 0747160-24.2019.8.11.0004

Requerente: DINOMAR DA SILVA CRUZ MOTA

Cargo/Função: Demais Participantes (assistente social)

Lotação:

Destino: De Barra do Garças(MT) a Ribeirãozinho(MT)

Finalidade: Viagem à Ribeirãozinho

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada DINOMAR DA SILVA CRUZ MOTA, matrícula 31704, em deslocamento no dia 12/12/2019, para o Município de Ribeirãozinho-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo social, num percurso de 224 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris,
para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 27/11/2019 - ID: 0748178-90.2019.8.11.0033

Requerente: MARIA DE JESUS SOARES MOTA

Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)

Lotação:

Destino: De São José do Rio Claro(MT) a São José do Rio Claro(MT)

Finalidade: Estudo Social

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada MARIA DE JESUS SOARES MOTA, matrícula 25333, em deslocamento no dia 12/12/2019, até a localidade Destilaria de Álcool Libra - Vila Canário, zona rural, pertencente ao município de São José do Rio Claro-MT, num percurso de 106 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 10/12/2019 - ID: 0077024-63.2019.8.11.0000

Requerente: FLAUDEMIR ANTONIO VERZA

Cargo/Função: Demais Participantes (GESTOR ADMINISTRATIVO 3)

Lotação: Serviço de Hidráulica - SDCR

Destino: De Cuiabá(MT) a Nova Mutum(MT)

Finalidade: Visita técnica à Comarca de Nova Mutum

Período: 11/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao servidor FLAUDEMIR ANTONIO VERZA, matrícula 5657, em deslocamento nos dias 11/12 a 12/12/2019, para a Comarca de Nova Mutum-MT, a fim de realizar visita técnica no tocante ao cabeamento de lógica interno que está deixando a Central PABX inoperante, prejudicando o atendimento aos usuários internos e externos. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748988-58.2019.8.11.0100

Requerente: DEBORAH GOMES EMERICK

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Brasnorte(MT) a Brasnorte(MT)

Finalidade: Solicitação de Diárias

Período: 13/12/2019 a 13/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada DÉBORAH GOMES EMERICK, matrícula 25376, em deslocamento no dia 13/12/2019, para a Comunidade São Bento e para o Distrito de Água da Prata, zona rural, todas pertencentes à comarca de

Brasnorte-MT, num percurso de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo psicossocial em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076328-27.2019.8.11.0000

Requerente: MARCELLO ALEXANDRE AMUI

Cargo/Função: Demais Participantes (Militar)

Lotação:

Destino: De Cuiabá(MT) a Barão de Melgaço(MT)

Finalidade: Solicito a Vossa Excelência o pagamento de diárias aos policiais militares, fins apurar notícia de prática de pesca predatória

Período: 13/12/2019 a 14/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao Militar MARCELLO ALEXANDRE AMUI, matrícula 25584, em deslocamento nos dias 13/12 a 14/12/2019, para os Municípios de Barão de Melgaço e Poconé (Porto Cercado)-MT, a fim de apurar notícia de prática de pesca predatória (crime ambiental), conforme ofício n.º 818/CMTJMT/2019, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747782-79.2019.8.11.0109

Requerente: PAMELA PAULA MACEDO

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Marcelândia(MT) a Analândia do Norte(MT)

Finalidade: ESTUDO SOCIAL AUTOS 1000092-78.2019.8.11.0109

Período: 13/12/2019 a 14/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada PAMELA PAULA MACEDO, matrícula 25331, em deslocamento nos dias 13/12 a 14/12/2019, até o Distrito de Analândia do Norte-MT, a fim de realizar Estudo Social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749142-70.2019.8.11.0005

Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR

Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)

Finalidade: Pedido diárias 13-12 L

Período: 13/12/2019 a 13/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 13/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0748000-34.2019.8.11.0004

Requerente: EVANDRO TAVARES BUENO

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Barra do Garças - SDCR

Destino: De Barra do Garças(MT) a General Carneiro(MT)

Finalidade: Viagem à General Carneiro-MT

Período: 13/12/2019 a 13/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) ao servidor EVANDRO TAVARES BUENO, Psicólogo, matrícula 7431, em deslocamento no dia 13/12/2019, para o Município de General Caneiro-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicológico, num percurso de 120 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749219-59.2019.8.11.0044

Requerente: Fabrício Sávio da Veiga Carlota

Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)

Lotação: 1ª Vara da Comarca de Paranatinga - 2ª Entrância

Destino: De Primavera do Leste(MT) a Paranatinga(MT)

Finalidade: Deslocamento para a Comarca de Paranatinga

Período: 12/12/2019 a 13/12/2019

Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 1 E ½ (UMA E MEIA) DIÁRIAS AO DOUTOR FABRÍCIO SÁVIO DA VEIGA CARLOTA, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE PARANATINGA, NOS DIAS 12 E 13/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 12/11/2019 - ID: 0745857-46.2019.8.11.0045

Requerente: DAMARIS CARITA SILVA QUEIROZ

Cargo/Função: Demais Participantes (ASSESSOR GABINETE I)

Lotação: Gabinete do Juiz - 5ª Vara - Comarca de Lucas do Rio Verde - SDCR

Destino: De Lucas do Rio Verde(MT) a Tapurah(MT)

Finalidade: Deslocamento Lucas para Tapurah 12.12

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora DAMARIS CARITA SILVA QUEIROZ, matrícula 13489, matrícula 30192, em deslocamento no dia 12/12/2019, para a Comarca de Tapurah-MT, a fim de acompanhar a Magistrada Melissa de Lima Araújo - Juíza de Direito da Comarca de Lucas do Rio Verde, a qual esta respondendo em substituição legal pela Comarca de Tapurah. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 12/11/2019 - ID: 0745859-16.2019.8.11.0045

Requerente: Melissa de Lima Araújo

Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)

Lotação: 5ª Vara da Comarca de Lucas do Rio Verde - 3ª Entrância

Destino: De Lucas do Rio Verde(MT) a Tapurah(MT)

Finalidade: Deslocamento Lucas para Tapurah 12.12

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE ½ (MEIA) DIÁRIA A DOUTORA MELISSA DE LIMA ARAÚJO, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE TAPURAH, NO DIA 12/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748358-32.2019.8.11.0090

Requerente: ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Nova Canaã do Norte(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)

Finalidade: Pedido de Diária - Rozineide

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA, matrícula 33308, em deslocamento no dia 12/12/2019, até a Comunidade Doze, Distrito de Ouro Branco, zona rural do município de Nova Canaã do Norte, perfazendo um total de 100 km (ida e volta), a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748798-98.2019.8.11.0002

Requerente: BIANCA VASQUES PISTÓRIO

Cargo/Função: Demais Participantes (PSICÓLOGA)

Lotação:

Destino: De Várzea Grande(MT) a Nossa Senhora do Livramento(MT)

Finalidade: OFÍCIO Nº 066/2019/DeptoTécnico/VG/MT.

Período: 12/12/2019 a 12/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada BIANCA VASQUEZ PISTÓRIO, matrícula 30334, em deslocamento no dia 12/12/2019, para o Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, em zona rural, Sítio Rancharia, Estrada Jesus Santana, num percurso superior a 69,06 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748982-93.2019.8.11.0086

Requerente: LURDES COSTA MARQUES

Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)

Lotação:

Destino: De Nova Mutum(MT) a Nova Mutum(MT)

Finalidade: Estudo Psicossocial 116685
Período: 15/12/2019 a 15/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada LURDES COSTA MARQUES, matrícula 20356,em deslocamento no dia 15/12/2019, para a Comunidade Ranchão, zona rural, pertencente a Comarca de Nova Mutum-MT, a fim de realizar Estudo Psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 223/2019/DF/NM, de 29/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748981-11.2019.8.11.0086
Requerente: ALESSANDRA CRISTINA SALESSE SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes (Psicóloga)
Lotação:
Destino: De Nova Mutum(MT) a Nova Mutum(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial 116685
Período: 15/12/2019 a 15/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada ALESSANDRA CRISTINA SALESSE SILVA, matrícula 20354, em deslocamento no dia 15/12/2019, para a Comunidade Ranchão, zona rural, pertencente a Comarca de Nova Mutum-MT, a fim de realizar Estudo Psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 221/2019/DF/NM, de 29/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748985-48.2019.8.11.0086
Requerente: ALESSANDRA CRISTINA SALESSE SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes (Psicóloga)
Lotação:
Destino: De Nova Mutum(MT) a Santa Rita do Trivelato(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial 87206
Período: 14/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada ALESSANDRA CRISTINA SALESSE SILVA, matrícula 20354, em deslocamento no dia 14/12/2019, para o Município de Santa Rita do Trivelato-MT, a fim de realizar Estudo Psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 220/2019/DF/NM, de 29/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748986-33.2019.8.11.0086
Requerente: LURDES COSTA MARQUES
Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)
Lotação:
Destino: De Nova Mutum(MT) a Santa Rita do Trivelato(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial 87206
Período: 14/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada LURDES COSTA MARQUES, matrícula 20356, em deslocamento no dia 14/12/2019, para o Município de Santa Rita do Trivelato-MT, a fim de realizar Estudo Psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 222/2019/DF/NM, de 29/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748392-50.2019.8.11.0108
Requerente: JESSICA DAIANA DA CUNHA LIMA JANNER
Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)
Lotação:
Destino: De Tapurah(MT) a Itanhangá(MT)
Finalidade: Viagem Para Realização de Estudo Psicossocial Equipa Multidisciplinar
Período: 14/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada JESSICA DAIANA DA CUNHA LIMA JANNER, matrícula 40173, em deslocamento no dia 14/12/2019, para o Município de Itanhangá-MT, num percurso aproximado de 60 Km da sede da Comarca de Tapurah, a fim de realizar diligência e estudo social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 114/2019/DF, de 28/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748393-35.2019.8.11.0108
Requerente: KARINE BELLO FERRAZ
Cargo/Função: Demais Participantes (Psicóloga)
Lotação:
Destino: De Tapurah(MT) a Itanhangá(MT)
Finalidade: Viagem Para Realização de Estudo Psicossocial Equipa Multidisciplinar
Período: 14/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada KARINE BELLO FERRAZ, matrícula 40193, em deslocamento no dia 14/12/2019, para o Município de Itanhangá-MT, num percurso aproximado de 60 Km da sede da Comarca de Tapurah, a fim de realizar diligência e estudo social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 114/2019/DF, de 28/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076329-12.2019.8.11.0000
Requerente: ALEX RODRIGUES DO NASCIMENTO
Cargo/Função: Demais Participantes (Militar)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Barão de Melgaço(MT)
Finalidade: Solicito a Vossa Excelência o pagamento de diárias aos policiais militares, fins apurar notícia de prática de pesca predatória
Período: 13/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao Militar ALEX RODRIGUES DO NASCIMENTO, matrícula 33504, em deslocamento nos dias 13/12 a 14/12/2019, para os Municípios de Barão de Melgaço e Poconé (Porto Cercado)-MT, a fim de apurar notícia de prática de pesca predatória (crime ambiental), conforme ofício n.º 818/CMTJMT/2019, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076330-94.2019.8.11.0000
Requerente: JOILTON DE FIGUEIREDO CAMPOS
Cargo/Função: Demais Participantes (Militar)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Barão de Melgaço(MT)
Finalidade: Solicito a Vossa Excelência o pagamento de diárias aos policiais militares, fins apurar notícia de prática de pesca predatória
Período: 13/12/2019 a 14/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao Militar JOILTON DE FIGUEIREDO CAMPOS, matrícula 35054, em deslocamento nos dias 13/12 a 14/12/2019, para os Municípios de Barão de Melgaço e Poconé (Porto Cercado)-MT, a fim de apurar notícia de prática de pesca predatória (crime ambiental), conforme ofício n.º 818/CMTJMT/2019, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748989-43.2019.8.11.0100
Requerente: LUCIANE TENORIO LUNAS
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Brasnorte(MT) a Brasnorte(MT)
Finalidade: Solicitação de Diárias
Período: 13/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada LUCIANE TENORIO LUNAS, matrícula 36306, em deslocamento no dia 13/12/2019, para a Comunidade São Bento e para o Distrito de Água da Prata, zona rural, todas pertencentes à comarca de Brasnorte-MT, num percurso de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo psicossocial em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 27/11/2019 - ID: 0748188-37.2019.8.11.0033
Requerente: MARIA DE JESUS SOARES MOTA
Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)
Lotação:
Destino: De São José do Rio Claro(MT) a Nova Maringá(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial
Período: 13/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada MARIA DE JESUS SOARES MOTA, matrícula 25333, em deslocamento no dia 13/12/2019, para o Município de Nova Maringá-MT, num percurso de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749151-32.2019.8.11.0005
Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Gleba Bojuí(MT)
Finalidade: Pedido diárias 16-12 L
Período: 16/12/2019 a 16/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 16/12/2019, para a Gleba Bojuí, zona rural da Comarca de Diamantino-MT, a fim de realizar visita domiciliar para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076251-18.2019.8.11.0000
Requerente: Valdener Sales Araújo Junior
Cargo/Função: Demais Participantes (TÉCNICO DE SUPORTE)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Rondonópolis(MT)
Finalidade: Viagem para Juscimeira e Rondonópolis
Período: 16/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro excepcionalmente o pagamento de 2,50 diária(s) ao Prestador de Serviços VALDENER SALES ARAÚJO JUNIOR, em deslocamento nos dias 16/12 a 18/12/2019, para a comarca de Rondonópolis-MT, a fim de realizar vistoria na sala técnica dos servidores, bem como, fazer a retirada de oito aparelhos Wifi, validá-los e encaminhá-los para a comarca de Jaciara, conforme Ofício n. 921/2019-DC, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076296-22.2019.8.11.0000
Requerente: NAERCIO ODILO RONDON
Cargo/Função: Demais Participantes (ASSESSOR DE FISCALIZACAO)
Lotação: Gerência de Controle e Arrecadação - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Poconé(MT)
Finalidade: Pedido de Autorização para capacitação dos Servidores da Comarca de Poconé nos procedimentos da Central de Arrecadação e Arquivamento-CAA.
Período: 16/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) ao servidor NAERCIO ODILO RONDON, matrícula 7537, em deslocamento nos dias 16/12 a 18/12/2019, para a comarca de Poconé-MT, a fim de capacitar os Servidores nos procedimentos da Central de Arrecadação e Arquivamento-CAA, modalidade On The Job, conforme decisão proferida no expediente CIA - 0052068-80.2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 10/12/2019 - ID: 0077005-57.2019.8.11.0000
Requerente: ZACARIAS DE MORAES
Cargo/Função: Demais Participantes (AUXILIAR JUDICIARIO SDCR)
Lotação: Divisão de Manutenção - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Rondonópolis(MT)
Finalidade: Visita técnica à Comarca de Rondonópolis
Período: 16/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) ao servidor ZACARIAS DE MORAES, matrícula 7648, em deslocamento nos dias 16/12 a 18/12/2019, para a Comarca de Rondonópolis-MT, para fins de acompanhamento da equipe de TI na realização de vistoria, adequações e manutenção de Rede Logica e elétrica e planejamento de substituição de Switchs. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749422-53.2019.8.11.0001
Requerente: ALESSANDRA VIANA DE SOUSA CALESTINI
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - 1ª e 2ª Varas Esp. Infância e Juventude - Comarca da Capital - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Acorizal(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial dos autos 63460.56.2019.811.0063 – Processo Ordinário-Processo de Conhecimento -Adoção com guarda provisória e destituição do Poder Familiar
Período: 16/12/2019 a 16/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora ALESSANDRA VIANA DE SOUSA CALESTINI, matrícula 7705, em deslocamento no dia 16/12/2019, para o Município de Acorizal-MT, num percurso aproximado de 120 Km (ida e volta), a fim de realizar visita domiciliar e estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 67/2019, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749154-84.2019.8.11.0005
Requerente: ELZA FATIMA SILVA BOTELHO
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)
Finalidade: Pedido diárias 16-12 E
Período: 16/12/2019 a 16/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social ELZA FATIMA SILVA BOTELHO, matrícula 7109, em deslocamento no dia 16/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar e estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, nos termos do ofício n. 110/2019-DF, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076297-07.2019.8.11.0000
Requerente: ÉRIKA CARRIEL VIANA MORAIS
Cargo/Função: Demais Participantes (CHEFE DE DIVISAO)
Lotação: Divisão de Arrecadação e Fiscaliz. do Foro Judicial - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Poconé(MT)
Finalidade: Pedido de Autorização para capacitação dos Servidores da Comarca de Poconé nos procedimentos da Central de Arrecadação e Arquivamento-CAA.
Período: 16/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) a servidora ÉRIKA CARRIEL VIANA MORAIS, matrícula 8478, em deslocamento nos dias 16/12 a 18/12/2019, para a comarca de Poconé-MT, a fim de capacitar os Servidores nos procedimentos da Central de Arrecadação e Arquivamento-CAA, modalidade On The Job, conforme decisão proferida no expediente CIA - 0052068-80.2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747789-71.2019.8.11.0109
Requerente: PAMELA PAULA MACEDO
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Marcelândia(MT) a Analândia do Norte(MT)
Finalidade: Oficio 274-Realização de estudo social nos autos 1000178-49-49.2019.8.11.0109
Período: 16/12/2019 a 17/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada PAMELA PAULA MACEDO, matrícula 25331, em deslocamento nos dias 16/12 a 17/12/2019, até o Distrito de Analândia do Norte-MT, a fim de realizar Estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 274/2019-DF, de 25/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 06/12/2019 - ID: 0749788-92.2019.8.11.0001
Requerente: SISLEY MARQUES DA COSTA PORTO
Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Acorizal(MT)
Finalidade: Estudo Psicossocial dos autos 3460.56.2019.811.0063 – Procedimento Ordinário de Conhecimento-Adoção com Guarda Provisória e Destituição do Poder Familiar
Período: 16/12/2019 a 16/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada SISLEY MARQUES DA COSTA PORTO, matrícula 27648, em deslocamento no dia 16/12/2019, para o Município de Acorizal-MT, num

percurso aproximado de 120 Km (ida e volta), a fim de realizar visita domiciliar e estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749244-43.2019.8.11.0086

Requerente: MOACIR RIBOLLI JUNIOR

Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)

Lotação: Secretaria - 1ª Vara - Comarca de Nova Mutum - SDCR

Destino: De Nova Mutum(MT) a Cuiabá(MT)

Finalidade: Token Moacir

Período: 16/12/2019 a 17/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao servidor MOACIR RIBOLLI JUNIOR, matrícula 41506, em deslocamento nos dias 16/12 a 17/12/2019, para a Comarca de Cuiabá-MT, a fim de realizar o cadastro e emissão do certificado digital (Token), para acesso ao sistema PJe na Comarca de Nova Mutum, conforme ofício n. 224/2019/DF/NM, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749360-04.2019.8.11.0101

Requerente: LUCIMARA PAGLIARI

Cargo/Função: Demais Participantes (ASSISTENTE SOCIAL)

Lotação:

Destino: De Cláudia(MT) a União do Sul(MT)

Finalidade: ESTUDO PSICOSSOCIAL

Período: 18/12/2019 a 19/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada LUCIMARA PAGLIARI, matrícula 34185, em deslocamento nos dias 18/12 a 19/12/2019, para o Município de União do Sul-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, num percurso de 160 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749359-19.2019.8.11.0101

Requerente: MAYARA MELISSA LAZZERI

Cargo/Função: Demais Participantes (PSICÓLOGA)

Lotação:

Destino: De Cláudia(MT) a União do Sul(MT)

Finalidade: ESTUDO PSICOSSOCIAL

Período: 18/12/2019 a 19/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada MAYARA MELISSA LAZZERI, matrícula 33668, em deslocamento nos dias 18/12 a 19/12/2019, para o Município de União do Sul-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, num percurso de 160 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076192-30.2019.8.11.0000

Requerente: GABRIELLE SOARES DE LIMA

Cargo/Função: Demais Participantes (AS.DA JUSTI€A COMUNITARIA)

Lotação: Justiça Comunitária - SDCR

Destino: De Cuiabá(MT) a Água Fria(MT)

Finalidade: Estradeiro Natalino

Período: 18/12/2019 a 18/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora GABRIELLE SOARES DE LIMA, matrícula 38558, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Distrito de Água Fria-MT, em razão do evento: "Estradeiro Natalino", a fim de levar serviços de justiça, cidadania e doações de roupas, brinquedos e cestas básicas, proporcionando um dia de festa natalina e confraternização entre o Judiciário e a população atendida. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749353-98.2019.8.11.0040

Requerente: LEIDIMARA DE OLIVEIRA GOMES

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Sorriso(MT) a Ipiranga do Norte(MT)

Finalidade: Estudo psicológico em Ipiranga do Norte/MT

Período: 17/12/2019 a 17/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada LEIDIMARA DE OLIVEIRA GOMES, matrícula 33604, em deslocamento no dia 17/12/2019, para o Município de Ipiranga do Norte-MT, num percurso aproximado de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar estudo psicológico, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 336/2019-DF, de 03/10/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749520-26.2019.8.11.0005

Requerente: ELZA FATIMA SILVA BOTELHO

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR

Destino: De Diamantino(MT) a Gleba Caeté(MT)

Finalidade: Pedido diárias 17-12 E

Período: 17/12/2019 a 17/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social ELZA FATIMA SILVA BOTELHO, matrícula 7109, em deslocamento no dia 17/12/2019, para a Gleba Caeté, zona rural pertencente ao Município de Diamantino-MT, a fim de realizar visita domiciliar e estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, nos termos do ofício n. 117/2019-DF, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0075865-85.2019.8.11.0000

Requerente: SANDRA MARIA DA COSTA FELIX

Cargo/Função: Demais Participantes (AUXILIAR JUDICIARIO SDCR)

Lotação: Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa - NUGJUR - SDCR

Destino: De Cuiabá(MT) a Campo Novo do Parecis(MT)

Finalidade: Círculo de Construção de Paz - Comarca de Campo Novo do Parecis

Período: 17/12/2019 a 19/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) a servidora SANDRA MARIA DA COSTA FELIX, matrícula 5183, em deslocamento nos dias 17/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Campo Novo do Parecis/MT, a fim de realizar Círculos de Construção de Paz com 10 (dez) agentes penitenciários e 10 (dez) reeducandos da Cadeia Pública daquela comarca, conforme ofício n. 016/2019/PRES-NUGJUR, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0075866-70.2019.8.11.0000

Requerente: ANA TERESA PEREIRA LUZ

Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)

Lotação: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC - SDCR

Destino: De Cuiabá(MT) a Campo Novo do Parecis(MT)

Finalidade: Círculo de Construção de Paz - Comarca de Campo Novo do Parecis

Período: 17/12/2019 a 19/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) a servidora ANA TERESA PEREIRA LUZ, matrícula 5591, em deslocamento nos dias 17/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Campo Novo do Parecis/MT, a fim de realizar Círculos de Construção de Paz com 10 (dez) agentes penitenciários e 10 (dez) reeducandos da Cadeia Pública daquela comarca, conforme ofício n. 016/2019/PRES-NUGJUR, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749526-33.2019.8.11.0005

Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR

Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)

Finalidade: Pedido diárias 17-12 L

Período: 17/12/2019 a 17/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 17/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0075466-56.2019.8.11.0000

Requerente: BENEDITO BOSCO DE ABREU NASCIMENTO
Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)
Lotação: Coordenadoria de Tecnologia da Informação - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Guarantã do Norte(MT)
Finalidade: Viagem para Guaratã do Norte
Período: 17/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) ao servidor BENEDITO BOSCO DE ABREU NASCIMENTO, matrícula 2369, em deslocamento nos dias 17/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Guarantã do Norte-MT, a fim de acompanhar e após a finalização do projeto de Execução Penal da Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso, realizar a desinstalação dos equipamentos que foram concedidos, através do termo de empréstimo. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0075626-81.2019.8.11.0000
Requerente: EVALDO SANTIAGO DE AMORIM
Cargo/Função: Demais Participantes (AUXILIAR JUDICIARIO SDCR)
Lotação: Divisão de Transportes - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Guarantã do Norte(MT)
Finalidade: DIÁRIA EVALDO SANTIAGO DE AMORIM EM ATENDIMENTO A COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Período: 17/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 2,50 diária(s) ao servidor motorista EVALDO SANTIAGO DE AMORIM, matrícula 8535, em deslocamento nos dias 17/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Guarantã do Norte-MT, a fim de atender ao Depto de Suporte e Informação, na condução de servidor e, após a finalização do projeto de Execução Penal da Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso, realizar a desinstalação dos equipamentos que foram concedidos através do termo de empréstimo. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 12/11/2019 - ID: 0745858-31.2019.8.11.0045
Requerente: Melissa de Lima Araújo
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 5ª Vara da Comarca de Lucas do Rio Verde - 3ª Entrância
Destino: De Lucas do Rio Verde(MT) a Tapurah(MT)
Finalidade: Deslocamento Lucas para Tapurah 18.12
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE ½ (MEIA) DIÁRIA A DOUTORA MELISSA DE LIMA ARAÚJO, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE TAPURAH, NO DIA 18/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 12/11/2019 - ID: 0745856-61.2019.8.11.0045
Requerente: DAMARIS CARITA SILVA QUEIROZ
Cargo/Função: Demais Participantes (ASSESSOR GABINETE I)
Lotação: Gabinete do Juiz - 5ª Vara - Comarca de Lucas do Rio Verde - SDCR
Destino: De Lucas do Rio Verde(MT) a Tapurah(MT)
Finalidade: Deslocamento Lucas para Tapurah 18.12
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora DAMARIS CARITA SILVA QUEIROZ, matrícula 13489, matrícula 30192, em deslocamento no dia 18/12/2019, para a Comarca de Tapurah-MT, a fim de acompanhar a Magistrada Melissa de Lima Araújo - Juíza de Direito da Comarca de Lucas do Rio Verde, a qual esta respondendo
em substituição legal pela Comarca de Tapurah. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076198-37.2019.8.11.0000
Requerente: BÁRBARA TAMBOSI VAREIRO
Cargo/Função: Demais Participantes (AS.DA JUSTI€A COMUNITARIA)
Lotação: Justiça Comunitária - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Água Fria(MT)
Finalidade: Estradeiro Natalino
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora BÁRBARA TAMBOSI VAREIRO, matrícula 23191, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Distrito de Água Fria-MT, em razão do evento: "Estradeiro Natalino", a fim de levar serviços de justiça, cidadania e doações de roupas, brinquedos e cestas básicas, proporcionando um dia de festa natalina e confraternização entre o Judiciário e a população atendida. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749523-78.2019.8.11.0005
Requerente: ELZA FATIMA SILVA BOTELHO
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)
Finalidade: Pedido diárias 18-12 E
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social ELZA FATIMA SILVA BOTELHO, matrícula 7109, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar e estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, nos termos do ofício n. 109/2019-DF, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 06/12/2019 - ID: 0076523-12.2019.8.11.0000
Requerente: José Antonio Bezerra Filho
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 1ª V. Esp. Família e Sucessões da Comarca de Várzea Grande - Entrância Especial
Destino: De Cuiabá(MT) a Água Fria(MT)
Finalidade: Estradeiro Natalino
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE ½ (MEIA) DIÁRIA AO DOUTOR JOSÉ ANTÔNIO BEZERRA FILHO, JUIZ DE DIREITO COORDENADOR DA JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO TJ/MT, PARA PARTICIPAR DO PROJETO JUSTIÇA COMUNITÁRIA, QUE REALIZARÁ O ESTRADEIRO NATALINO, LEVANDO SERVIÇOS DE JUSTIÇA, CIDADANIA E BEM ESTAR A COMUNIDADE DE ÁGUA FRIA, CONFORME DECISÃO PROFERIDA NO EXPEDIENTE PTG 0076195-82.2019, CONFORME O ARTIGO 8º I E III, DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076212-21.2019.8.11.0000
Requerente: TATIANE CHRISTINA FIGUEIREDO DA SILVA GUERRA
Cargo/Função: Demais Participantes (AS.DA JUSTI€A COMUNITARIA)
Lotação: Justiça Comunitária - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Água Fria(MT)
Finalidade: Estradeiro Natalino
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora TATIANE CHRISTINA FIGUEIREDO DA SILVA GUERRA, matrícula 8437, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Distrito de Água Fria-MT, em razão do evento: "Estradeiro Natalino", a fim de levar serviços de justiça, cidadania e doações de roupas, brinquedos e cestas básicas, proporcionando um dia de festa natalina e confraternização entre o Judiciário e a população atendida. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 09/12/2019 - ID: 0076829-78.2019.8.11.0000
Requerente: José Leandro Matos de Oliveira
Cargo/Função: Demais Participantes (TÉCNICO D REDE)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Tangará da Serra(MT)
Finalidade: Viagem para Tangará da Serra
Período: 18/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro excepcionalmente o pagamento de 1,50 diária(s) ao Prestador de Serviços JOSÉ LEANDRO MATOS DE OLIVEIRA, Técnico de Redes, em deslocamento nos dias 18/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Tangará da Serra-MT, a fim de realizar a vistoria da nova infraestrutura de rede cabeada e instalação da rede Wifi 2º empenho, conforme C.I. n. 941/2019-DSI, de 09/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 09/12/2019 - ID:

0076827-11.2019.8.11.0000
Requerente: CREUNIL DA SILVA TAVARES
Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)
Lotação: Coordenadoria de Tecnologia da Informação - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Tangará da Serra(MT)
Finalidade: Viagem para Tangará da Serra
Período: 18/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,5 diária(s) ao servidor CREUNIL DA SILVA TAVARES, matrícula 612, em deslocamento nos dias 18/12 a 19/12/2019, para a Comarca de Tangará da Serra-MT, a fim de realizar a vistoria da nova infraestrutura de rede cabeada e instalação da rede Wifi 2º empenho, conforme C.I. n. 941/2019-DSI, de 09/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0076191-45.2019.8.11.0000
Requerente: MARILENE FERREIRA LEMES LIMA
Cargo/Função: Demais Participantes (AUXILIAR JUDICIARIO SDCR)
Lotação: Justiça Comunitária - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Água Fria(MT)
Finalidade: Estradeiro Natalino
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora MARILENE FERREIRA LEMES LIMA, matrícula 3306, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Distrito de Água Fria-MT, em razão do evento: "Estradeiro Natalino", a fim de levar serviços de justiça, cidadania e doações de roupas, brinquedos e cestas básicas, proporcionando um dia de festa natalina e confraternização entre o Judiciário e a população atendida. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749531-55.2019.8.11.0005
Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)
Finalidade: Pedido diárias 18-12 L
Período: 18/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 18/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar, em zona rural, na Comunidade do Brumado, para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749555-83.2019.8.11.0005
Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)
Finalidade: Pedido diárias 20-12 L
Período: 20/12/2019 a 20/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 20/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 116/2019-DF, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749365-26.2019.8.11.0101
Requerente: MAYARA MELISSA LAZZERI
Cargo/Função: Demais Participantes (PSICÓLOGA)
Lotação:
Destino: De Cláudia(MT) a Cláudia(MT)
Finalidade: ESTUDO PSICOSSOCIAL
Período: 20/12/2019 a 20/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada MAYARA MELISSA LAZZERI, matrícula 33668, em deslocamento no dia 20/12/2019, até o Assentamento Zumbi dos Palmares, pertencente á comarca de Cláudia-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, num percurso de 80 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 104/2019, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749366-11.2019.8.11.0101
Requerente: LUCIMARA PAGLIARI
Cargo/Função: Demais Participantes (ASSISTENTE SOCIAL)
Lotação:
Destino: De Cláudia(MT) a Cláudia(MT)
Finalidade: ESTUDO PSICOSSOCIAL
Período: 20/12/2019 a 20/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada LUCIMARA PAGLIARI, matrícula 34185, em deslocamento no dia 20/12/2019, até o Assentamento Zumbi dos Palmares, pertencente á comarca de Cláudia-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicossocial, num percurso de 80 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 104/2019, de 03/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749552-40.2019.8.11.0002
Requerente: MARLENE ANCHIETA VIEIRA
Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente social)
Lotação:
Destino: De Várzea Grande(MT) a Nossa Senhora do Livramento(MT)
Finalidade: Palestra do projeto Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas.
Período: 19/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Credenciada MARLENE ANCHIETA VIEIRA, matrícula 40726, em deslocamento no dia 19/12/2019, para o Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, a fim de proferir palestra no Projeto "Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas", no Centro de Eventos Municipal, conforme ofício n. 1524/2019, de 02/08/2019, subscrito pela Dra. Amini Haddad Campos - Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal de Várzea Grande. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0749755-66.2019.8.11.0013
Requerente: DAMARIS CRISTINA MACHADO CAMINOTTO
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Pontes e Lacerda(MT) a Conquista d'Oeste(MT)
Finalidade: Requer diárias para assistente social realizar estudo social in loco
Período: 19/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada DAMARIS CRISTINA MACHADO CAMINOTTO, matrícula 30192, em deslocamento no dia 19/12/2019, para o Município de Conquista D'Oeste-MT, a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 185/2019-CA, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 05/12/2019 - ID: 0749754-81.2019.8.11.0013
Requerente: TACIANA JOSÉ DA SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Pontes e Lacerda - SDCR
Destino: De Pontes e Lacerda(MT) a Conquista d'Oeste(MT)
Finalidade: Requer diárias para psicologa realizar estudo social in loco
Período: 19/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Psicóloga TACIANA JOSÉ DA SILVA, matrícula 8883, em deslocamento no dia 19/12/2019, para o Município de Conquista D'Oeste-MT, a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 185/2019-CA, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747793-11.2019.8.11.0109
Requerente: PAMELA PAULA MACEDO
Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:
Destino: De Marcelândia(MT) a Analândia do Norte(MT)
Finalidade: Realização de estudo social nos autos 467-90.2016.8.11.0109
Período: 19/12/2019 a 20/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada PAMELA PAULA MACEDO, matrícula 25331, em deslocamento nos dias 19/12 a 20/12/2019, até o Distrito de Analândia do Norte-MT, no Assentamento Bom Jaguar, distante à 102 Km de Marcelândia, a fim de realizar Estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 277/2019-DF, de 25/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0749533-25.2019.8.11.0005
Requerente: LUZINETH MARIA ZATTAR
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR
Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)
Finalidade: Pedido diárias 19-12 L
Período: 19/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social LUZINETH MARIA ZATTAR, matrícula 5781, em deslocamento no dia 19/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar para realização de estudo social, em cumprimento à ordem judicial, conforme ofício n. 115/2019-DF, de 02/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0074964-20.2019.8.11.0000
Requerente: Marcos André da Silva
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: Vara Única da Comarca de Rio Branco - 1ª Entrância
Destino: De Mirassol D'Oeste(MT) a Rio Branco(MT)
Finalidade: Deslocamento para a Comarca de Rio Branco
Período: 18/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 1 E ½ (UMA E MEIA) DIÁRIAS AO DOUTOR MARCOS ANDRÉ DA SILVA, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE RIO BRANCO, NOS DIAS 18 E 19/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 29/11/2019 - ID: 0075033-52.2019.8.11.0000
Requerente: WILLIAM ALVARO DA COSTA DANTAS
Cargo/Função: Demais Participantes (CHEFE DE DIVISAO)
Lotação: Divisão de Projetos - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Primavera do Leste(MT)
Finalidade: Vistoria 18 e 19.12.2019
Período: 18/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao servidor WILLIAM ALVARO DA COSTA DANTAS, matrícula 32581, em deslocamento nos dias 18/12 a 19/12/2019, para a comarca de Primavera do Leste-MT, a fim de realizar vistoria na obra (Edifício) que abriga o Fórum da comarca de Primavera do Leste, conforme Ofício n. 29/2019/D.O, de 27/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo

Extrato

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 24/2019
CIA 0075653-64.2019.8.11.0000
Partes: Tribunal de Justiça de Mato Grosso e a empresa Luiz Minioli Netto – EPP.
CNPJ: 14.221.429/0001-13
Decisão: " (...). Com essas considerações e, em conformidade com o parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação, aprovo o Projeto Básico 30/2019. Por conseguinte, autorizo a contratação da empresa Luiz Minioli Netto - EPP para fornecimento de xícaras para café com pires, com filete na cor dourada e logotipo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei n. 8666/93. (...). Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA – Presidente do Tribunal de Justiça"
Decisão: (...), RATIFICO os efeitos da decisão encartada no andamento CIA n. 19 (...). Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.
Valor: R$ 13.644,00 (treze mil e seiscentos e quarenta e quatro reais)
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
Diretora do Departamento Administrativo

TERMO DE COMPROMISSO N. 01/2019
CIA 0076089-23.2019.8.11.0000
O presente extrato tem por finalidade tornar público o Termo de Compromisso n 01/2019 – CIA 0076089-23.2019.8.11.0000 que teve como habilitada a ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS MATO GROSSO SUSTENTÁVEL (ASMATS).
CNPJ N.: 24.342.022/0001-06.
OBJETO: Termo de Compromisso tem como objeto a coleta dos resíduos recicláveis descartados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, seus anexos e Fórum da Comarca de Cuiabá, situados no Município de Cuiabá-MT.
Vigência: 05/12/2019 a 04/12/2020.
Os interessados poderão ter acesso à referida Ata no site www.tjmt.jus.br/acessoinformacao/G/223.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
BRUNA THAISA DIAS PENACHIONI IVOGLO
Diretora do Departamento Administrativo

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Única

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1000643-45.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JUÍNA - MT (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JUÍNA (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1000643-45.2019.8.11.9005 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO.

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1000644-30.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JUÍNA - MT (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JUÍNA (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1000644-30.2019.8.11.9005 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. SEBASTIÃO DE ARRUDA ALMEIDA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000645-15.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
AS DOS REIS - TRANSBORDO - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON VINHOTO SANTANA OAB - PR63921 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1000645-15.2019.8.11.9005 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. LAMISSE RODER FEGURI A. CORRÊA.

Acórdão

ACÓRDÃOS DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE

2019.
DIVULGAÇÃO DE ACÓRDÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO, SEM FINALIDADE DE INTIMAÇÃO, DA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 351/2019 - Classe: I-2 JUVAM - JUIZADO ESPECIAL VOLANTE AMBIENTAL DE CUIABÁ.
Protocolo Número/Ano : 351 / 2019
RELATOR(A): DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA
APELANTE(S): W.F.L BATISTÃO MADEIRAS EPP. (COMÉRCIO DE MADEIRAS W.B)
ADVOGADO(S): Dr. (a) KALINKA MARIA SOUTO DE MEDEIROS
Dr. (a) FERNANDO VALENTIM ALVAREZ
Dra. ALESSANDRA PANIZI SOUZA
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – DELITO AMBIENTAL – TRANSPORTE DE MADEIRAS DE FORMA IRREGULAR – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
Inexistindo provas da regularidade no transporte de madeiras, deve ser mantida a decisão que negou a restituição do produto apreendido.
RECURSO CÍVEL INOMINADO 742/2019 - Classe: II-1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CÁCERES.
Protocolo Número/Ano : 742 / 2019
RELATOR(A): DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA
RECORRENTE(S): MUNICÍPIO DE CÁCERES
RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO.
Ementa:
AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEIÇÃO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEIÇÃO – PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO - REJEIÇÃO INICIAL – IMPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO AFASTADA – AUSÊNCIA DE PEDIDO – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
Em sendo a sentença "extra petita" deve ser adequada aos limites do pedido inicial
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 657/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA.
Protocolo Número/Ano : 657 / 2019
RELATOR(A): DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO
APELANTE(S): OSCAR JUNIOR MARCELINO DA SILVA CRUZ
ADVOGADO(S): Dra JACQUELINE GEVIZIER N. RODRIGUES DEFENSORA PÚBLICA
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – POSSE DE DROGA PARA USO PESSOAL – ART. 28 DA LEI 11.343/2006 – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
Laura de Andrade Ribeiro Martine - Gestora Judiciária
E-mail: turmarecursal.unica@tjmt.jus.br

ACÓRDÃOS DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2019.
DIVULGAÇÃO DE ACÓRDÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO, SEM FINALIDADE DE INTIMAÇÃO, DA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2019.
RECURSO CÍVEL INOMINADO 199/2019 - Classe: II-1 PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ (ANTIGO PRIMEIRO CENTRO).
Protocolo Número/Ano : 199 / 2019
RELATOR(A): DR. MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES
RECORRENTE(S): ANDERSON MANUEL RODRIGUES
ADVOGADO(S): Dr. (a) ABEL SGUAREZI
Dr. (a) ALVARO DA CUNHA NETO
Dra. PRISCILLA CARVALHO DA CUNHA
Dr. EDENIR RIGHI
RECORRIDO(S): SUZANA MARIA DA GLORIA
ADVOGADO(S): Dra. ARIADNE MARTINS FONTES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão:
Ementa:
RECURSO INOMINADO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - PARCELAMENTO DO DÉBITO - ATUALIZAÇÕES MENSAIS E JUROS SOBRE O VALOR REMANESCENTE MÊS A MÊS - DIREITO DO CREDOR - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Não se pode impedir que o credor efetue a atualização monetária do valor remanescente e ainda lhe impute juros mês a mês, sobre o saldo devedor, não podendo o magistrado lhe retirar tal possibilidade, lhe impondo uma renúncia ao direito que não foi autorizada. Não se pode impor por analogia dispositivo de revogada lei de falências, que não impõe juros ou atualizações ao insolvente, de onde, o insolvente civil deve ter declarada tal condição e não presumida em sede de sentença, levando-se em conta as dificuldades particulares do executado.
Cálculos apresentados pelo credor escorreitos a merecer a devida reforma da sentença, para anulá-la e devolver o feito executivo para os regulares trâmites para a satisfação da dívida remanescente.
RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 696/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA.
Protocolo Número/Ano : 696 / 2019
RELATOR(A): DR. MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES
APELANTE(S): ALAN LOURENÇO DE SOUZA
ADVOGADO(S): Dr. (a) DENIS THOMAZ RODRIGUES - DEFENSOR PÚBLICO
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – PRELIMINAR DE NULIDADE PELA AUSÊNCIA DE OFERTA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO – REJEITADA.
DO MÉRITO – TIPO PENAL DO ARTIGO 329 DO CP – OCORRÊNCIA – PROVAS COLACIONADAS NESTE SENTIDO – PENA APLICADA DE FORMA MÍNIMA – SUBSTITUIÇÃO POR PENA PRIVATIVA DE DIREITOS – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA – POSSIBILIDADE – SENTENÇA ESCORREITA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 734/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS.
Protocolo Número/Ano : 734 / 2019
RELATOR(A): DR. MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES
APELANTE(S): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
APELADO(S): CLEUDE MARTINS TEIXEIRA
ADVOGADO(S): Dr. (a) LINDALVA DE FATIMA RAMOS - DEFENSORA PUBLICA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE DE DROGA PARA USO PESSOAL – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 28 DA LEI 11.343/06 – VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA – ARTIGO 1º, III DA CF/88 – INOCORRÊNCIA – INVIABILIDADE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Consoante entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, a pequena quantidade da droga não retira a potencialidade lesiva da conduta prevista no art. 28, da lei 11.343/2006.
Não ocorre a violação ao princípio da dignidade humana a tentativa de implantar o controle do uso de drogas ilícitas, até mesmo como medida de saúde pública.
RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Laura de Andrade Ribeiro Martine - Gestora Judiciária
E-mail: turmarecursal.unica@tjmt.jus.br

ACÓRDÃOS DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE

2019.
DIVULGAÇÃO DE ACÓRDÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO, SEM FINALIDADE DE INTIMAÇÃO, DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 378/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE TANGARÁ DA SERRA.
Protocolo Número/Ano : 378 / 2019
RELATOR(A): DRA. LUCIA PERUFFO
APELANTE(S): ZORIPE BORGES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): DR. IDERLIPES PINHEIRO DE FREITAS JUNIOR - DEFENSOR P.
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO PELO CRIME DE DESACATO – ARTIGO 331 DO CP – CONDUTA ATÍPICA – INTENÇÃO DE DESPRESTIGIAR O SERVIDOR PÚBLICO – DOLO EVIDENCIADO – AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.
Se a ofensa fora proferida no intuito de depreciar o servidor, restou violado o prestígio da Administração Pública, situação que demonstra o dolo da conduta.
Estando o convencimento do magistrado em plena consonância com as provas produzidas, inviável o pleito de absolvição.
Sentença mantida.
Recurso desprovido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 493/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTA FLORESTA.
Protocolo Número/Ano : 493 / 2019
RELATOR(A): DRA. LUCIA PERUFFO
APELANTE(S): LUCAS DONISETE PEREIRA
ADVOGADO(S): Dr. (a) JARDEL MENDONÇA SANTANA - DEFENSOR PÚBLICO
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL — CONDENAÇÃO PELO CRIME DE AMEAÇA — ARTIGO 147 DO CP — CONDUTA TÍPICA — COMPROVAÇÃO POR MEIO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHAS DAS AMEAÇAS PERPETRADAS — DOLO EVIDENCIADO — AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS — ACUSADO ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA — HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DEMONSTRADA — IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA — RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
Restando comprovado nos autos por meio de depoimentos de testemunhas as ameaças perpetradas pelo acusado, acertada a sentença que o condenou como incurso no crime tipcado no artigo 147, do Código PenaL
Estando o convencimento do magistrado em plena consonância com as provas produzidas, inviável o pleito de absolvição.
Havendo nos autos comprovação nos autos de que o acusado é hipossuficiente financeiramente, inclusive assistido pela Defensoria Pública, de rigor a exclusão da sua condenação, em primeiro grau, ao pagamento de custas e despesas processuais.
Sentença parcialmente reformada.
Recurso parcialmente provido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 498/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE DIAMANTINO.
Protocolo Número/Ano : 498 / 2019
RELATOR(A): DRA. LUCIA PERUFFO
APELANTE(S): VALDIR RODRIGUES FIN
ADVOGADO(S): Dra BRUNA DE PAIVA CANESIN - DEFENSORA PÚBLICA
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – ARTIGO 329 DO CÓDIGO PENAL – CRIME DE RESISTÊNCIA – OPOSIÇÃO À PRISÃO DO CUNHADO – INEISTÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE – AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.
Havendo comprovação de que o apelante se opôs à execução de ato legal, no caso, a prisão de seu cunhado, mediante violência física exercida contra funcionários públicos competentes para executá-lo, resta tipificado o delito previsto no artigo 329 do Código Penal.
Estando o convencimento do magistrado em plena consonância com as provas produzidas, bem como restando comprovadas a autoria e materialidade do delito, inviável o pleito de absolvição.
Sentença mantida.
Recurso desprovido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 655/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA.
Protocolo Número/Ano : 655 / 2019
RELATOR(A): DRA. LUCIA PERUFFO
APELANTE(S): HÉLIO PASSELE RAMOS
ADVOGADO(S): Dr. (a) JOAO FAUSTINO NETO
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL — PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO REJEITADA — ARTIGO 310 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO — CONDENAÇÃO POR ENTREGAR (PERMITIR OU CONFIAR) VEICULO A PESSOA NÃO HABILITADA — INEXISTÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE — AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS — SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA — RECURSO DESPROVIDO.
Considerando que entre a data do recebimento da denúncia (26/10/2017) e a prolaçã o da sentença (10/05/2018) não decorreu sequer 01 (um) ano, de rigor o reconhecimento de que inexiste prescrição a ser reconhecida.
Havendo comprovação de que o Apelante entregou a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, para condução em via pública, tal conduta tipca o delito previsto no artigo 310 do Código de Trânsito.
Estando o convencimento do magistrado em plena consonância com as provas produzidas, bem como restando comprovadas a autoria e materialidade do deleito, inviável o pleito de absolvição.
Sentença mantida.
Recurso desprovido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 470/2018 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS.
Protocolo Número/Ano : 470 / 2018
RELATOR(A): DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
APELADO(S): TULIO DE CASTRO SANTOS
ADVOGADO(S): Dr. (a) KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RECONHECEU DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
Ementa:
RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO AUTOR DO FATO - CONSTATAÇÃO DE POSTERIOR TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL - CÁLCULO SOBRE A PENA IN ABSTRATO - INEXISTÊNCIA DE MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - RECONHECIMENTO DE OFICIO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM VIRTUDE DA PRESCRIÇÃO - PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RECONHECIDA.
1. Transcorrido prazo superior a 02 (dois) anos entre a data dos fatos e‘a data deste julgamento, e considerando a inexistência de qualquer marco interruptivo, prescrita está a pretensão punitiva do Estado.
2. Extingue-se a punibilidade da parte apelada, em razão da prescrição, com base nos artigos 30 da Lei no 11.343/06 c/c art. 107 do Código Penal.
3. Reconhecida a prescrição da pretensão punitiva estatal, resta prejudicado o Recurso Extraordinário interposto.
RECURSO CÍVEL INOMINADO 427/2019 - Classe: II-1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JUÍNA.
Protocolo Número/Ano : 427 / 2019
RELATOR(A): DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA
APELANTE(S): ADÉLIA RIBEIRO DE SOUZA

ADVOGADO(S): Dr. (a) SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES
DRA. MAYARA GONÇALVES FREITAS RAMPON
APELADO(S): VANDERLEI FRANCISCO FRÁ
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
RECURSO INOMINADO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE – AUSENTE INTIMAÇÃO DA PARTE – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Ausente intimação da parte para se manifestar sobre o resultado da penhora, incabível a extinção do feito, pois não configurado o abandono da causa, razão pela qual deve ser anulada a sentença.
3. Recurso provido para anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 506/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL UNIFICADO DE CUIABÁ.
Protocolo Número/Ano : 506 / 2019
RELATOR(A): DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA
APELANTE(S): MARIA APARECIDA DOMICIANO ALVARES
ADVOGADO(S): DR. MARCELO PESSOA
APELADO(S): TEREZA CRISTINA ALVES MOTRAM
ADVOGADO(S): DRA JULIANA VETTORI SANTAMARIA
APELADO(S): BACHIR ANTOINE MOTRAN
ADVOGADO(S): DRA JULIANA VETTORI SANTAMARIA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE INJÚRIA – AÇÃO PENAL PRIVADA – QUEIXA CRIME APRESENTADA NO PRAZO LEGAL - SENTENÇA DECLARATÓRIA DA DECADÊNCIA DESCONSTITUÍDA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Comprovada a apresentação tempestiva da queixa crime, deve ser desconstituída a sentença que extinguiu a punibilidade em razão da decadência.
2. Recurso conhecido e provido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 527/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Protocolo Número/Ano : 527 / 2019
RELATOR(A): DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA
APELANTE(S): MARCIO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO(S): Dra. VANESSA MORITZ LUZ - DEFENSORA PÚBLICA
APELADO(S): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E NEGOU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – ART. 150 DO CÓDIGO PENAL – PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA PROVISÓRIA ABAIXO DE MÍNIMO LEGAL PELA INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 231 DO STJ- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. Conquanto o art. 65 do Código Penal disponha que as circunstâncias ali descritas sempre atenuam a pena, sua interpretação deve ser teleológica, e não literal, de modo que incidência das atenuantes deve respeitar os limites da pena abstrata.
2. Nesse sentido é a Súmula 231 do STJ, que dispõe que "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".
3. Recurso conhecido e não provido.
RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 733/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS.
Protocolo Número/Ano : 733 / 2019
RELATOR(A): DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA
APELANTE(S): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
APELADO(S): PAULO FRANK RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO(S): Dr. (a) LINDALVA DE FATIMA RAMOS - DEFENSORA PUBLICA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E DEU-LHE PROVIMENTO.
Ementa:
APELAÇÃO CRIMINAL - PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL - ARTIGO 28 DA LEI No. 11.343/06 - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - AFASTADA - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA INTIMIDADE, PRIVACIDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Consoante-entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, a pequena quantidade da droga não retira a potencialidade lesiva da conduta prevista no art. 28, da lei no 11.343/2006.
2. O art. 28 da Lei 11.343/06 não fere os princípios constitucionais da intimidade e privacidade, pois tem por finalidade proteger os direitos fundamentais constitucionais indisponíveis ligados à vida e à dignidade da pessoa humana.
3. O comportamento criminalizado pelo dispositivo legal mencionado não é o consumo, em si. É a criação de um risco proibida, decorrente da manutenção e circulação de substâncias tóxicas, no meio social.
4. Inconstitucionalidade do art. 28 da Lei n. 11:343/06 afastada.
5. Retorno dos autos à origem para regular processamento.
6. Recurso conhecido e provido.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Laura de Andrade Ribeiro Martine – Gestora Judiciária
E-mail: turmarecursal.unica@tjmt.jus.br

Intimação

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1010821-81.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA NATIVIDADE SOUZA VASSELLI (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE MARIA DE SOUZA OAB - MT16559-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu,

inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões

do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada

conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009334-23.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TAILI TUNI ALMEIDA ARIMA LEITE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIX SIGUEAK ARIMA FILHO OAB - MT2676-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPOL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURILO BOSCOLI DIAS OAB - MT20423-A (ADVOGADO)

Vistos. Compulsando de modo detidos os autos, vislumbro a Recorrida MAPOL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME não foi intimada para apresentar contrarrazões. Desse modo, DETERMINO a retirada de pauta e que seja intimada a parte para apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado. Retorne à Secretaria do Juízo de Origem Turma Recursal para tomada de providência. Intimem-se. Cumpra-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001191-26.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GENEZIO DARI NITSCHE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT12402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (RECORRIDO)
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OI MÓVEL S.A (REPRESENTANTE)
OI MÓVEL S.A (REPRESENTANTE)

VISTOS, ETC. I. Considerando a decisum proferida pelo Ministro Luiz Felipe Salomão nos autos do Recurso Especial n.º 1.525.174 - RS (2015/0084767-9), por meio da qual determinou a suspensão da tramitação, em todo território nacional, das ações que tenham por objeto discussão acerca da "(...) indevida cobrança de valores referentes à alteração do plano de franquia/plano de serviços sem a solicitação do usuário, com o consequente pedido de indenização por danos morais, em contrato de prestação de serviços de telefonia fixa (...)", SUSPENDO o andamento processual do presente feito até o julgamento do Recurso Representativo da Controvérsia. II. Intimem-se. III. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO

Processo Número: 1006989-84.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO DA SILVA FERREIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA KELLY TORRES TEIXEIRA OAB - MT20091-A (ADVOGADO)
MARCIA REGINA SOARES OAB - MT21794-A (ADVOGADO)
CARLA REGINA BATISTA DA SILVA OAB - MT20619-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA. (RECORRIDO)
LOJAS AVENIDA S.A (RECORRIDO)
PRODENT - ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KATIA DE FREITAS ALVES OAB - SP187789-O (ADVOGADO)
VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER OAB - MT4676-A (ADVOGADO)
LOJAS AVENIDA S.A OAB - 00.819.201/0001-15 (REPRESENTANTE)

VISTOS, ETC. I. Considerando que não houve o juízo de admissibilidade do recurso interposto no ID. 8879398 (ID. 18681904 na origem), bem ainda as disposições insertas no Enunciado 166 do FONAJE[1], determino a remessa dos autos ao Juízo de origem, a fim de que proceda a regularização do feito. II. Por oportuno, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 30/08/2019. III. Às providências. IV. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA [1] ENUNCIADO 166 - Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL).

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000299-15.2018.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE SALETE GIASSON (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA DELA JUSTINA OAB - MT13133-A (ADVOGADO)
FERNANDA DELA JUSTINA OAB - MT24853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE PARANATINGA LTDA. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-A (ADVOGADO)

Processo nº 1000299-15.2018.8.11.0044 Vistos. Compulsando de modo detido os autos, vislumbro que a petição inicial foi suprimida do PJE ou está inacessível. Desse modo, determino o retorno dos autos à Secretária do Juízo de Origem para tomada de providências. Consequentemente, determino que o presente recurso seja retirado da pauta de julgamento. Intimem-se. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1011583-44.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENILDA DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-A (ADVOGADO)
ALEXANDRE KENDY KAWASAKI OAB - MT22445-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. I. Considerando que não houve o juízo de admissibilidade do recurso interposto no ID 114762503 bem ainda as disposições insertas no Enunciado 166 do FONAJE[1], determino a remessa dos autos ao Juízo de origem, a fim de que proceda a regularização do feito. II. Por oportuno, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 08/10/2019. III. Às providências. IV. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA [1] ENUNCIADO 166 - Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL).

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007552-44.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ODAIR PEREIRA DA ROCHA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT12491-A (ADVOGADO)
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960-A (ADVOGADO)
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR54275-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
BANCO BRADESCO CARTOES S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. I. Considerando que não houve o juízo de admissibilidade do recurso interposto no ID 15831825 bem ainda as disposições insertas no Enunciado 166 do FONAJE[1], determino a remessa dos autos ao Juízo de origem, a fim de que proceda a regularização do feito. II. Por oportuno, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 15/10/2019. III. Às providências. IV. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA [1] ENUNCIADO 166 - Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL).

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000771-19.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEFA DORALICE DE SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos trazidos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante

desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. Lamisse Roder Feguri Alves Corrêa Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004073-19.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEIDINHO JOSE DE BARROS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ Turma Recursal Única Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito-Relator RECURSO CÍVEL INOMINADO – nº 1004073-19.2017.8.11.0002 – Nossa Senhora do Livramento/MT RECORRENTES: MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. LEIDINHO JOSÉ DE BARROS. RECORRIDOS: LEIDINHO JOSÉ DE BARROS. MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. RELATOR: Dr. Sebastião de Arruda Almeida. EMENTA: COBRANÇA DE DIFERENÇA DE URV – AJUIZAMENTO DE AÇÃO APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS DA DATA DA EDIÇÃO DA LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO SERVIDOR – PRESCRIÇÃO – RECURSO DE MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO CONHECIDO E PROVIDO E RECURSO DE LEIDINHO JOSÉ DE BARROS CONHECIDO E DESPROVIDO . 1. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV, momento em que se inicia o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação, nos termos da Súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. 2. O prazo prescricional para propositura da ação de cobrança relacionada às diferenças salariais decorrentes da URV é de cinco anos, nos termos do Decreto 20.910/32, de 06/01/32, complementada pelo Decreto Lei 4.597, de 19.08.42 e da Sumula 107 do Tribunal Regional Federal. RELATÓRIO EGRÉGIA TURMA RECURSAL: Trata-se de Recurso Cível Inominado tirado contra sentença que julgou parcialmente procedente o pleito de recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV em favor do recorrido LEIDINHO JOSÉ DE BARROS. Em suas razões recursais, as recorrentes invocam os seguintes questionamentos fático-jurídicos: 1. Das razões recursais do recorrente MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. 1.1. Preliminar de prescrição quinquenal. 1.2. Da improcedência do pedido. 2. Das razões recursais do recorrente LEIDINHO JOSÉ DE BARROS. 2.1. Pleiteia que seja o recorrido Município de Nossa Senhora do Livramento condenado ao pagamento da incorporação do percentual de 11,98%, bem como das diferenças vencidas e vincendas até a data da efetiva incorporação, com incidência de juros e correção monetária. As partes recorridas apresentaram contrarrazões combatendo as alegações da parte recorrente e defendendo o desprovimento recursal. É o relatório. VOTO EGRÉGIA TURMA RECURSAL: 1. Das razões recursais do recorrente Município de Nossa Senhora do Livramento. 1.1. Preliminar de prescrição quinquenal. Pois bem. Após detido exame dos autos, tenho que merece acolhida tal preliminar, eis que o conjunto probatório formado nos autos revela que a parte recorrida ocupa o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Estadual nº 007/2004, que promoveu a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2004, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte recorrida, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Nesse sentido é a Sumula desta Turma Recursal Única: Súmula 11: O inicio do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real do Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórios das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF) Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte recorrida encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação das referidas leis e a data da distribuição da demanda (31/05/2017) transcorreu e prazo superior a cinco anos, nos termos do Decreto 20.910/32, de 06/01/32, complementada pelo Decreto Lei 4.597, de 19.08.42 e da Sumula 85 do STJ. 2. Das razões recursais do recorrente LEIDINHO JOSE DE BARROS. Rejeito tal pleito recursal, pelas mesmas razões alinhavadas acima. Conclusão Por essas razões, conheço do recurso de conheço de LEIDINHO JOSÉ DE BARROS e NEGO-LHE PROVIMENTO e conheço do recurso de MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO e DOU-LHE PROVIMENTO, para o fim de JULGAR IMPROCEDENTE a pretensão da recorrida, por reconhecer que ocorreu a prescrição quinquenal para pleitear indenização por eventuais diferenças, referente à URV. Em face do que dispõe o art. 55, da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, condeno a parte recorrente LEIDINHO JOSÉ DE BARROS ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios a base de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, ressalvando-se eventual benefício da Justiça Gratuita, em relação à execução das verbas sucumbenciais e deixo de condenar a parte recorrente MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO no pagamento das verbas sucumbenciais, diante do êxito recursal. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem. É como voto. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito – Relator.

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005273-49.2017.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ FRANCISCA TEODORO SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN BOTELHO OAB - MT17641-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Considerando o caráter infringente dos embargos declaratórios, nos termos do artigo 1023 § 2º do CPC, intime-se a parte embargada para se manifestar expressamente quanto à tese dos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006098-19.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA RAFFAELLI (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1006098-19.2016.8.11.0041 Origem: 4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ– MT Recorrente: ANDRESSA RAFFAELLI Recorrido: ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar

eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Andressa Raffaelli visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente Andressa Raffaelli e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Andressa Raffaelli, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira, não havendo se falar em compensação; b) que somente mediante liquidação por arbitramento é que restará esclarecida a existência da suposta compensação. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 2334802), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Andressa Raffaelli ocupa o cargo de Agente Penitenciário (id 2334783), cuja carreira foi reestruturada pela Lei n° 7.557 de 10 de dezembro de 2001, portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (10/12/2001) e a data da distribuição (03/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Andressa Raffaelli ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006360-66.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIANA TEIXEIRA DA CONCEICAO DIODATO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO BORGES DE SOUZA OAB - MT15490-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1006360-66.2016.8.11.0041 Origem: 3ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ-MT Recorrente: ESTADO DE MATO GROSSO Recorrido: SEBASTIANA TEIXEIRA DA CONCEICAO DIODATO Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA

SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida SEBASTIANA TEIXEIRA DA CONCEICAO DIODATO, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente ESTADO DE MATO GROSSO, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. A Recorrida SEBASTIANA TEIXEIRA DA CONCEICAO DIODATO não apresentou as contrarrazões no prazo legal. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida GLADIS LOPES DOS SANTOS, que ocupa o cargo de Agente de Saúde PSF, (Id.7770060) cuja carreira foi reestruturada pela Lei n. 672 de 29 de dezembro de 2005. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (29/12/2005) e a data da distribuição (14/05/2018) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006249-82.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAYNNE KAROLINE ALMEIDA SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1006249-82.2016.811.0041 Origem: 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT. Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Elaynne Karoline Almeida Souza Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Elaynne Karoline Almeida Souza, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 5585266), o Recorrido Elaynne Karoline Almeida Souza refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrida Elaynne Karoline Almeida Souza ocupa o cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico Social, cuja carreira foi reestruturada pela Lei n°7554/2001. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (10/12/2001) e a data da distribuição (09/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o

resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002330-85.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCILENE DE MORAES MAGALHAES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1002330-85.2016.811.0041 Origem: 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Lucilene de Moraes Magalhães Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Lucilene de Moraes Magalhães, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 5635801), a Recorrida Lucilene de Moraes Magalhães refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrida Lucilene de Moraes Magalhães é servidora pública vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis n°7.360/2000 e 8.269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (19/02/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma

Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004429-72.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
LUIZ TERUO MATSUNAGA JUNIOR OAB - MT22246-A (ADVOGADO)

Embargos de Declaração: 1004429-72.2017.8.11.0015 Embargante: BANCO BRADESCO SA Embargada: ROSA MARIA DE OLIVEIRA Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. PASSIBILIDADE DE CORREÇÃO, POR MEIO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 1.022, III, DO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS. ERRO MATERIAL SANADO PELO JUÍZO. 1. Existindo quaisquer dos vícios como a obscuridade, contradição, omissão, dúvida e erro material, cabível o acolhimento dos embargos de declaração nos termos do art. 1.022, do Código de Processo Civil. 2. Embargos de declaração conhecidos e acolhidos. DECISÃO MONOCRÁTICA: O Embargante se insurge contra o referido julgado aduzindo a existência de erro material no acórdão, em razão da indicação na parte dispositiva do nome de terceiro estranho à lide. É cediço que cabem embargos de declaração quando na sentença/acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou para correção de erro material, consoante dispõe o artigo 48 da Lei 9.099/95 e artigo 1.022 do Código de Processo Civil. In casu, presentes os requisitos subjetivos (cabimento, interesse recursal, legitimidade e inexistência de fato extintivo ou impeditivo) e objetivos (tempestividade e regularidade formal), RECEBO os embargos de declaração. Analisando detidamente os autos, constata-se a ocorrência de erro material no dispositivo do voto condutor do acórdão, em razão da indicação do nome de outra empresa que não faz parte da relação jurídica processual. Por tal razão, CONHEÇO dos presentes Embargos Declaratórios e, monocraticamente, ACOLHO-O para corrigir o aludido erro material, devendo o dispositivo da decisão monocrática objurgada passar a ter a seguinte redação: "Posto isso, CONHEÇO do recurso interposto por ROSA MARIA DE OLIVEIRA, ante a sua tempestividade e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, monocraticamente, para afastar a incidência da Súmula 385 do STJ e, consequentemente, condenar o Recorrido BANCO BRADESCO SA ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor deverá ser corrigido monetariamente pelo índice INPC/IBGE, a partir desta data, e acrescido de juros moratórios de 1% (um ponto percentual) ao mês, a partir do evento danoso. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Com o trânsito em julgado, retornem os autos ao Juizado Especial de origem". Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1018594-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RHONEY DE CAMARGO BRANDAO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO SALES DE FREITAS OAB - MT7888-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1018594-46.2017.8.11.0041 Origem: 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT. Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Rhoney de Camargo Brandão Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido Rhoney de Camargo Brandão, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 1366512), o Recorrido Rhoney de Camargo Brandão refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF -

ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, o Recorrido Rhoney de Camargo Brandão ocupa o cargo de soldado da Polícia Militar, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar 231/2005. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (15/12/2005) e a data da distribuição (13/06/2017) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1022202-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA REGINA GRANELLA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1022202-86.2016.8.11.0041 Origem: 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Célia Regina Granella Recorrido: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Célia Regina Granella, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente Célia Regina Granella e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Célia Regina Granella, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira, não havendo se falar em compensação; b) que somente mediante liquidação por arbitramento é que restará esclarecida a existência da suposta compensação; c) que tratando-se de relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as parcelas dos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do C. STJ. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 3016579), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores

reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Célia Regina Granella ocupa o cargo de técnico de nível médio serviço de saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição da presente actio (05/12/2016) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Célia Regina Granella ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004123-45.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALINA MARIA ESPIRITO SANTO (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRIDO)
ROSALINA MARIA ESPIRITO SANTO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1004123-45.2017.8.11.0002 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande Recorrentes: Município de Nossa Senhora do Livramento e Rosalina Maria Espírito Santo Recorridos: Município de Nossa Senhora do Livramento e Rosalina Maria Espírito Santo Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA DEMANDANTE PREJUDICADO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso do ente público provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Recurso da demandante prejudicado. 7. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela

Recorrente/Recorrida Rosalina Maria Espírito Santo, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. Contestado o feito, foi proferida sentença de parcial procedência, nos seguintes termos: Ante o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido inicial, no sentido de: a) reconhecer o direito em favor da parte Autora à percepção da diferença remuneratória decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV, obedecendo-se o limite máximo de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) e devendo, também, a incorporação incidir sobre quaisquer verbas percebidas no período, inclusive 13º salário, férias, gratificações e demais vantagens que compõem a remuneração; b) considerar a prescrição quinquenal dos valores referentes aos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento desta ação; c) apurar se houve a reestruturação da carreira da parte Autora, e se esta supriu, por completo, eventual defasagem remuneratória e, em caso de se constatar a defasagem, qual o percentual devido, somente na liquidação de sentença, por arbitramento. d) deixo de condenar a parte Ré, nas custas e despesas processuais por ser ela isenta, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.603/2001, e condeno-a em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 85 §8º, observado o disposto nos incisos do §2º do NCPC. (Yussef Said Cahali, Honorários Advocatícios, 3.ª ed., p. 370). Por conseguinte, declaro extinto o processo com resolução de mérito com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil/2015. Ambas as partes apresentaram recurso inominado. A Recorrente/Recorrida Rosalina Maria Espírito Santo, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja reconhecido o seu direito à incorporação independentemente de eventual lei de implantação de regime de subsídio, excluindo-se da parte dispositiva a condicionante que consignou o termo final para o cálculo a data da publicação da referida lei ou da efetiva implantação do subsídio. O ente público Recorrente/Recorrido Município de Nossa Senhora do Livramento, por sua vez, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (IDs 2759444 e 2759442), ambas as partes volveram-se aos mesmos argumentos lançados por ocasião da apresentação das suas respectivas razões recursais É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço dos recursos inominados, porquanto preenchidos os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela Corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrente/Recorrida Rosalina Maria Espírito Santo ocupa o cargo de Assistente Social, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Municipal nº07/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (2004) e a data da distribuição (01/06/2017) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Município de Nossa Senhora do Livramento para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Por consequência, resta prejudicada a análise do recurso interposto por Rosalina Maria Espírito Santo. Condeno a Recorrente/Recorrida Rosalina Maria Espírito Santo ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do Código de Processo Civil. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1019823-75.2016.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IRACILDA DOMINGAS FERREIRA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
ALCENIRA NUNES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEONATHAN SUEL DIAS OAB - MT15978-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Reexame Necessário: 1019823-75.2016.8.11.0041 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública de Cuiabá Reclamante(s): Alcenira Nunes da Silva e Iracilda Domingas Ferreira Reclamado: Município de Cuiabá Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. REMESSA DOS AUTOS À E. TURMA RECURSAL, APÓS O JULGAMENTO DO IRDR N.º 85560/2016. DESCABIMENTO NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. 1. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que "compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial". 2. Sucede, no entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. 3. Inexistindo recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. 4. Reexame Necessário não conhecido. DECISÃO MONOCRÁTICA VISTOS, ETC. Dispensado o relatório, atendido o disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que "compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial". Sucede, no entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário." Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. Inexistindo, ainda, recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MAGISTÉRIO. REAJUSTES DO ART. 8º, INCISOS IV E V, DA LEI Nº 10.395/95. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA - ULTRA PETITA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. A teor do artigo 11 da Lei nº 12.153/2009, não há reexame necessário no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública. (...) RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005663125, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Rosane Ramos de Oliveira Michels, Julgado em 27/10/2015) RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTES PREVISTOS NA LEI 10.395/95. PARCELA AUTÔNOMA E PERCENTUAL DE 20% DA PARCELA AUTÔNOMA INCORPORADO AO VENCIMENTO BÁSICO. CORREÇÃO MONETÁRIA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. No âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, de acordo com o artigo 11 da Lei 12.153/2009. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005574025, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Deborah Coleto Assumpção de Moraes, Julgado em 27/10/2015) Posto isso, VOTO no sentido de NÃO CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO, determinando a devolução dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005607-32.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL DOS SERV MUNIC V GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANE DE OLIVEIRA SIQUEIRA OAB - MT17680-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA SOUZA CORTEZ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT19148-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (TERCEIRO INTERESSADO)

Recurso Inominado: 1005607-32.2016.8.11.0002 Origem: 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT Recorrente: Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande Recorrida: Maria de Fátima Souza Cortez Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO PREJUDICADO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Prescrição verificada ex officio. Recurso prejudicado. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Maria de Fátima Souza Cortez, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformada, o Recorrente Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, nas razões recursais, pugna pela reforma da sentença objurgada, a fim de que ação seja julgada improcedente. Em contrarrazões (Id 1334985), a Recorrida Maria de Fátima Souza Cortez refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE

LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, o Recorrido Maria de Fátima Souza Cortez é aposentada e ocupava o cargo de auxiliar de serviços gerais, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal 1492/1994. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (07/06/1994) e a data da distribuição (09/10/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente e de ofício, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Em consequência, resta prejudicado o recurso interposto. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001929-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEUZA GOMES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1001929-86.2016.8.11.004 Origem: 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Neuza Gomes da Silva Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Neuza Gomes da Silva, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 1524364), a Recorrida Neuza Gomes da Silva refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de

leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida Neuza Gomes da Silva ocupa o cargo de Técnico de Nível Médio na Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8.269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (11/02/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003313-84.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CEZA GONCALVES DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1003313-84.2016.8.11.0041 Origem: 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Julio Ceza Gonçalves de Oliveira Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido Julio Ceza Gonçalves de Oliveira, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando

da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 1301991), o Recorrido Julio Ceza Gonçalves de Oliveira refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, o Recorrido Julio Ceza Gonçalves de Oliveira ocupa o cargo de apoio do serviço de saúde da Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (07/03/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000625-26.2017.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMEIRE ROCHA DE MENDONCA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-A (ADVOGADO)
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-A (ADVOGADO)

1001246-29.2017.8.11.0004 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Processo nº 1000625-26.2017.8.11.0006 Vistos, etc. Ante a juntada da declaração de voto dos vogais, certifique-se o trânsito em julgado. Após, devolvam-se os autos ao Juizado Especial de origem. Cumpra-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006261-96.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDEVINA DO ESPIRITO SANTO TEIXEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1006261-96.2016.8.11.0041 Origem: 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Valdevina do Espirito Santo Teixeira

Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Vadevina do Espirito Santo Teixeira, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 1522165), a Recorrida Valdevina do Espirito Santo Teixeira refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida Valdevina do Espirito Santo Teixeira ocupa o cargo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja carreira foi reestruturada pela Lei 7.554/2001. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (10/12/2001) e a data da distribuição (09/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1010076-04.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA APARECIDA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1010076-04.2016.8.11.0041 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Edna Aparecida da Silva Recorrido: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Edna Aparecida da Silva, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente Edna Aparecida da Silva e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Edna Aparecida da Silva, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que somente mediante liquidação por arbitramento é que restará esclarecida a existência da suposta compensação; c) que tratando-se de relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as parcelas dos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do C. STJ. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 1307054), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrente Edna Aparecida da Silva ocupa o cargo de profissional de apoio de serviço de saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição da presente actio (04/07/2016) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a “súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do

entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Edna Aparecida da Silva ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012283-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSELITO FRIGERI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUELI GRAMINHO FRIGERI OAB - MT25128/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Agravo de Instrumento: 1012283-94.2019.8.11.0000 Processo 1º Grau: 1798-97.2019.811.0082 Origem: JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL Agravante(s): ESTADO DE MATO GROSSO Agravado(s): JOSELITO FRIGERI Relatora: LÚCIA PERUFFO Vistos, etc... Trata-se de RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão interlocutória proferida pelo JUÍZO DO JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL que, nos autos de AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL, determinou que suspenda "a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação". Argumentou que a medida liminar fora deferida com o fundamento de que os documentos juntados aos autos demonstram aparentemente a ocorrência da prescrição, porém houve equívoco, pois não houve o implemento de tal instituto. Alegou inexistência de probabilidade do direito do autor ante a inocorrência da prescrição no presente caso, bem como sustentou a ausência de garantia idônea para a suspensão dos efeitos da Certidão da Dívida Ativa – CDA. Argumentou que o Estado pode autuar e formalizar o procedimento visando responsabilizar o requerente em 05 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato gerador do crédito, que, na hipótese, consubstancia-se em uma conduta ilícita, logo, ao contrário do decidido na instância singela, a prescrição da pretensão punitiva refere-se ao prazo que a Administração Pública tem para lavrar o auto de infração e iniciar, consequentemente, o respectivo processo administrativo, contado da data em que ocorreu a infração ambiental ou do dia em que tiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada. Sustentou que é cogente a reforma da decisão ora recorrida, máxime porque não há prescrição a ser reconhecida no presente caso, bem como que não restou demonstrada a plausibilidade do direito, de modo que restaria ao Agravado o oferecimento de uma garantia idônea para obter a suspensão da penalidade imposta, conforme tem exigido a jurisprudência Requereu o recebimento do agravo, bem como que lhe seja concedido efeito suspensivo para sustar os efeitos da decisão agravada até que haja o pronunciamento definitivo do órgão colegiado, visto que demonstrada a probabilidade de provimento do recurso e presente a iminência de lesão grave e de difícil reparação e, no mérito, seja dado provimento ao vertente agravo de instrumento para que seja reformada a decisão objurgada, a fim de cessar qualquer óbice referente à satisfação do crédito em discussão. Juntou documentos, notadamente a cópia integral do processo de origem. O presente recurso fora distribuído ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, cujo relator declinou da competência em favor desta Turma Recursal. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão interlocutória proferida pelo JUÍZO DO JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL que, nos autos de AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL, determinou que suspenda "a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação".

Inicialmente, destaco que a Lei nº 12.153, de 22.12.2009, que instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em seus artigos 3º e 4º permite a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória proferidas no âmbito Juizado Especial da Fazenda Pública, verbis: Art. 3o O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Art. 4o Exceto nos casos do art. 3o, somente será admitido recurso contra a sentença. Portanto, em se tratando de decisões cautelares ou antecipatórias proferidas por magistrado dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, se admite a interposição de agravo de instrumento. Dispõe o artigo 1.015 do Código de Processo Civil que o recurso de agravo de instrumento é cabível contra a decisão interlocutória que versar sobre tutelas provisórias, litteris: Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias; Estabelece o artigo 1.019 do Código de Processo Civil que, recebido o recurso de agravo de instrumento, o relator pode conferir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão requerida no recurso: Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias: I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; Compulsando os autos e analisando as provas produzidas, não verifico, prima facie, a existência dos requisitos necessários ao deferimento da medida liminar vindicada, pois ao contrário do alegado no presente agravo de instrumento, a liminar fora deferida na origem de forma fundamentada, conforme trecho que cito: Por outro lado, verifica-se que, entre a data da autuação – 24-03-2010 – e a homologação da Decisão Administrativa n. 218/SGPA/SEMA/2019 – 21-02-2019 (data do término do processo administrativo de apuração da infração) – transcorreu prazo superior a 05 (cinco) anos, situação que pressupõe a ocorrência da prescrição. Assim, numa análise sumária, própria desta fase processual, verifica-se a presença da existência de probabilidade do direito do requerente, pois os documentos juntados nos autos demonstram aparentemente a ocorrência da prescrição quinquenal. Presente, também, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, uma vez que o requerente foi notificado para pagamento da dívida, situação que demonstra o avançado estágio do processo administrativo. Por fim, não vislumbro o periculum in mora inverso haja vista que a medida é perfeitamente reversível se julgada improcedente ao final. Diante do exposto, DEFIRO a liminar pretendida para suspender a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação." Apesar de não concordar com o teor da decisão e de questionar a existência de prescrição, destaco que a decisão se apresenta fundamentada e, por se tratar de provimento reversível, não tem o condão de lhe causar qualquer prejuízo, uma vez que o magistrado a quo apenas determinou a suspensão da multa aplicada, o que pode ser revisto a qualquer momento ou mesmo na sentença. Houve, pois, a devida fundamentação para o deferimento da medida na origem, não havendo, prima facie, decisão teratológica a ser reparada ou mesmo qualquer prejuízo em se aguardar o deslinde da ação principal, de modo que inexiste o perigo da demora. Ante o exposto, INDEFIRO a antecipação de tutela pretendida. Comunique-se imediatamente o magistrado a quo quanto aos termos da presente decisão, com fulcro no do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil e, após, intime-se o Ministério Público para manifestação, nos termos do artigo 1.019, III, do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002129-93.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELINA MENDES DA CUNHA (RECORRIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1002129-93.2016.8.11.004 Origem: 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Marcelina Mendes da Cunha Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Marcelina Mendes da Cunha, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 1941095), a Recorrida Marcelina Mendes da Cunha refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrida Marcelina Mendes da Cunha ocupa o cargo de servidora da Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (17/02/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº

9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006898-47.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEILA DE CASSIA ROCHA DE SANTANA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)

Recurso Inominado: 1006898-47.2016.8.11.0041 Origem: 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Leila de Cássia Rocha de Santana Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Leila de Cássia Rocha de Santana, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 914932), a Recorrida Leila de Cássia Rocha de Santana refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida Leila de Cássia Rocha de Santana ocupa o cargo de Técnica de Nível Médio na Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (19/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a

jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001541-75.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MURILO FRANCO DE MIRANDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEONATHAN SUEL DIAS OAB - MT15978-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
PEDRO CORREA FRANCO OAB - MT22926-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002937-87.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADALGISA BELLAVER (RECORRENTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0002-25 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
ADALGISA BELLAVER (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0002-25 (REPRESENTANTE)
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023915-70.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GEISSER RONDON BEZERRA (RECORRENTE)
EDILEIA FRANCISCA DA SILVA (RECORRENTE)
ALFREDO CARLONGA RIBEIRO (RECORRENTE)
JULIANA GRIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
CRISTIANE LUCIA DA SILVA (RECORRENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VICTOR PARENTE SENA OAB - MT11789-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569-A (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023915-70.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GEISSER RONDON BEZERRA (RECORRENTE)
EDILEIA FRANCISCA DA SILVA (RECORRENTE)
ALFREDO CARLONGA RIBEIRO (RECORRENTE)
JULIANA GRIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
CRISTIANE LUCIA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VICTOR PARENTE SENA OAB - MT11789-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569-A (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023915-70.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GEISSER RONDON BEZERRA (RECORRENTE)
EDILEIA FRANCISCA DA SILVA (RECORRENTE)
ALFREDO CARLONGA RIBEIRO (RECORRENTE)
JULIANA GRIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
CRISTIANE LUCIA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VICTOR PARENTE SENA OAB - MT11789-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569-A (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em

respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023915-70.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GEISSER RONDON BEZERRA (RECORRENTE)
EDILEIA FRANCISCA DA SILVA (RECORRENTE)
ALFREDO CARLONGA RIBEIRO (RECORRENTE)
JULIANA GRIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
CRISTIANE LUCIA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VICTOR PARENTE SENA OAB - MT11789-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569-A (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art.

5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023915-70.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GEISSER RONDON BEZERRA (RECORRENTE)
EDILEIA FRANCISCA DA SILVA (RECORRENTE)
ALFREDO CARLONGA RIBEIRO (RECORRENTE)
JULIANA GRIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
CRISTIANE LUCIA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VICTOR PARENTE SENA OAB - MT11789-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569-A (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito

suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000458-62.2017.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
GILDETE ALVES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMAR COSTA OAB - MT11399-A (ADVOGADO)
SERGIO ANTONIO GARCIA PEREIRA OAB - MT16080-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. I. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes (ID 8712279), nos termos do artigo 22, parágrafo único da Lei n.º 9.099/95, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, via de consequência, DECLARO EXTINTO o presente feito, com fulcro no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil. II. Destarte, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 05/11/2019, às 13h30min e devolva-o à origem. III. Às providências. IV. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0014516-02.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONICE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO ALVES ROSA OAB - MT11722-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002726-50.2013.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
DENISE AIELLE DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEY PEREIRA DE SOUZA OAB - MT2964-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE PONTE BRANCA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA OAB - MT6491-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de

retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003864-50.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINETE MARIA DE CAMPOS (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRIDO)
CLAUDINETE MARIA DE CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1003864-50.2017.8.11.0002 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande. Recorrentes: Município de Nossa Senhora do Livramento e Claudinete Maria de Campos Recorridos: Município de Nossa Senhora do Livramento e Claudinete Maria de Campos Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA DEMANDANTE PREJUDICADO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso do ente público provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Recurso da demandante prejudicado. 7. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente/Recorrida Claudinete Maria de Campos, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. Contestado o feito, foi proferida sentença de parcial procedência, nos seguintes termos: Ante o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido inicial, no sentido de: a) reconhecer o direito em favor da parte Autora à percepção da diferença remuneratória decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV, obedecendo-se o limite máximo de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) e devendo, também, a incorporação incidir sobre quaisquer verbas percebidas no período, inclusive 13º salário, férias, gratificações e demais vantagens que compõem a remuneração; b) considerar a prescrição quinquenal dos valores referentes aos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento desta ação; c) apurar se houve a reestruturação da carreira da parte Autora, e se esta supriu, por completo, eventual defasagem remuneratória e, em caso de se constatar a defasagem, qual o percentual devido, somente na liquidação de sentença, por arbitramento. d) deixo de condenar a parte Ré, nas custas e despesas processuais por ser ela isenta, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.603/2001, e condeno-a em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 85 §8º, observado o disposto nos incisos do §2º do NCPC. (Yussef Said Cahali, Honorários Advocatícios, 3.ª ed., p. 370). Por conseguinte, declaro extinto o processo com resolução de mérito com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil/2015. Ambas as partes apresentaram recurso inominado. A Recorrente/Recorrida Claudinete Maria de Campos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja reconhecido o seu direito à incorporação independentemente de eventual lei de implantação de regime de subsídio, excluindo-se da parte dispositiva a condicionante que consignou o termo final para o cálculo a data da publicação da referida lei ou da efetiva implantação do subsídio. O ente público Recorrente/Recorrido Município de Nossa Senhora do Livramento, por sua vez, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Ids 2747535 e 2747534), ambas as partes volveram-se aos mesmos argumentos lançados por ocasião da apresentação das suas respectivas razões recursais. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço dos recursos inominados, porquanto preenchidos os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela Corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a

ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente/Recorrida Claudinete Maria de Campos ocupa o cargo de administradora, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar 07/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (10/05/2004) e a data da distribuição (25/05/2017) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Município de Nossa Senhora do Livramento para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Por consequência, resta prejudicada a análise do recurso interposto por Claudinete Maria de Campos. Condeno a Recorrente/Recorrida Claudinete Maria de Campos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do Código de Processo Civil. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0008841-08.2008.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO JOVIO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON CHAVES LIRA OAB - MT6330-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO JOSE DA COSTA OAB - MT8734-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002326-48.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON CELSO DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1002326-48.2016.8.11.0041 Origem: 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Ailton Celso de Oliveira Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco

prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido Ailton Celso de Oliveira, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 6290311), o Recorrido Ailton Celso de Oliveira refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, o Recorrido Ailton Celso de Oliveira ocupa o cargo de Técnico de Nível Médio da Secretaria de Estado de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 7.360/2000 e 8269/2004. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (14/12/2000) e a data da distribuição (19/02/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002119-27.2010.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ANA KLEYA LEMOS RIBEIRO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADER THOME NETO OAB - MT11890-O (ADVOGADO)
MILTON TAMURA OAB - MT10447-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CASTANHEIRA (RECORRIDO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de

mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001932-41.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOELSON MARCELO DE MIRANDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERICK HENRIQUE DIAS PRADO OAB - MT17642-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1001932-41.2016.8.11.0041 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Joelson Marcelo de Miranda Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido Joelson Marcelo de Miranda, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Não aportaram aos autos as contrarrazões recursais. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL.

PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, o Recorrido Joelson Marcelo de Miranda ocupa o cargo de professor da educação básica, cuja carreira foi reestruturada pela Lei 50/1998. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição (11/02/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0020456-65.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA LUKASEWICZ SOARES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
EVANDRO CORBELINO BIANCARDINI OAB - MT7341-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000538-68.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
LIRIO ZENI (IMPETRANTE)
LIANI ELIDIA ZENI (IMPETRANTE)
MAZE MADEIREIRA ZENI LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO GUSMAO DA ROSA OAB - MT2982-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JUÍNA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MADEIREIRA JORDANIA LTDA (LITISCONSORTES)
WALMOR LUIZ GIONGO (LITISCONSORTES)
IVO GIONGO (LITISCONSORTES)
ALEXSANDRO DE SOUZA SILVA (LITISCONSORTES)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Autos nº: 1000538-68.2019.8.11.9005 Processo: Mandado de Segurança com pedido de liminar Impetrantes: Lírio Zeni e Outros Impetrado: Dr. Fabio Petengill, Juiz de Direito do Juizado Especial da Comarca de Juína – MT. Litisconsorte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Vistos etc. Por meio da decisão prolatada pelo Relator, em substituição legal, no dia 31/10/2019, no id. 22189454, foi parcialmente deferido o pedido de liminar para suspender, provisoriamente, a determinação judicial de eventual bloqueio de licença de operação da madeireira e de seus sócios, até a restitutio in integro do total do produto ou de seu equivalente em dinheiro, na Ação penal nº 2143-26.2008.8.11.0025, código 42778, até ulterior deliberação judicial. E, por decisão proferida em 06/11/2019, no id. 23028969, em razão da ocorrência de fato superveniente, também foram suspensos os efeitos da decisão objeto deste Mandado de Segurança que determinou a constrição judicial sobre bens que integram o patrimônio dos Impetrantes, até decisão do presente mandamus. Os Impetrantes em petição datada de 14/11/2019, digitalizada no id. 24129473, informaram que o Impetrado não suspendeu o ato coator no que tange à penhora e ao bloqueio de bens, como determina a liminar. Entendi que havia sido sim suspensa a execução, pois proferiu decisão sobrestando o andamento da execução. Na petição digitalizada no ID. 26431981, em 02/12/2019, os Impetrantes alegam que houve descumprimento da liminar, pois foi mantido o bloqueio de valores que haviam sido efetuados anteriormente e requerem que seja determinado à autoridade coatora que suspenda a penhora de valores que haviam sido bloqueados anteriormente. Como dito na decisão proferida em 06/11/2019,

analisando os andamentos processuais da ação penal, disponibilizados no Sistema APOLO, verifiquei que o procedimento judicial contra os Impetrantes iniciou-se com a distribuição do Termo Circunstanciado nº 225/2008, ocorrida em 01/07/2008, consta que a denúncia foi recebida por decisão prolatada em 08/11/2011 e que em 08/10/2018, embora reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e decretada a extinção da punibilidade, foi mantida a decisão no tocante a obrigação de os Impetrantes entregarem aos arrematantes, Madeireira Jordania (94,94 m3 de toras de madeira cumaru) e Alexsandro Souza e Silva (50 m3 de peroba em tora, 30 m3 de cerejeira em tora e 20 m3 de garrote em tora). Decisão ao meu sentir correta, pois apesar de ser decretada a extinção da punibilidade, se um dos impetrantes era depositário dos bens arrematados tinha a obrigação de proceder à entrega dos produtos ao arrematante. Os Impetrantes argumentam que depois de decretada a extinção da ação penal pela prescrição da pretensão punitiva, não sofre o acusado qualquer efeito penal ou extrapenal que decorreria de sentença condenatória. Aduziram que a arrematação judicial foi desfeita com a devolução aos arrematantes dos valores que dispenderam com a arrematação, fato este comprovado com a decisão judicial. Para proferir a decisão levei em consideração que se de fato a arrematação foi desfeita, e os valores despendidos pelos arrematantes a estes foram restituídos, em tese, ocorreu um fato superveniente que resolveu o problema, pois teoricamente estes não têm mais direito de receberem os produtos arrematados, nem o equivalente em dinheiro, diante da restituição já ocorrida. Este foi o fundamento jurídico pelo qual deferi a liminar, para não haver penhora e bloqueios sobre o patrimônio dos Impetrantes. Nas informações apresentada pela autoridade apontada como coatora consta que foram apreendidas 615.284 m³ de madeiras em tora e 1.190,101 m³ de madeira serrada. E que foram arrematados: a) 352,96 m³, de toras de garapeira, por Pedro Olienik; b) 94,94 m³ de toras de cumaru, por Madeireira Jordânia e c) 50 m³ de peroba em tome 30 m³ de cerejeira em tora e 20 m³ de garrote em tora, por Alexsandro Souza e Silva. Informa que os arrematantes afirmaram que a madeira arrematada estava imprestável e solicitaram a emissão de ordem para que o depositário das madeiras as entregassem em perfeito estado. Também informa que houve decisão administrativa da SEMA, proferida em fevereiro de 2012, que aplicou multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, decretando o perdimento no âmbito administrativo de todo o produto florestal apreendido. Por esse motivo, embora tenha sido reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, foi determinado que entregassem todo o montante do produto florestal que estava armazenado. Informa ainda que, em razão desse fato foi determinado o bloqueio de valores e houve parcial constrição no valor de R$ 834.796,47, correspondente a 53,21% do total de madeiras apreendidas, cujo depositário é Lírio Zeni. No entanto, em tese, na ação penal, se foi reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em tese, não é o instrumento processual adequado para o Poder Público cobrar a multa ambiental aplicada administrativamente. Esta deve ser cobrada pelo Poder Público por meio do instrumento processual próprio, não basta o Parquet juntar cópia do procedimento administrativo que aplicou a multa. Além disso, a multa ambiental aplicada administrativamente ao infrator, já transitada em julgada, e não satisfeita voluntariamente, passa para a fase executória do procedimento administrativo visando sua cobrança. A Administração Pública tem o prazo de cinco anos, a contar da data da constituição definitiva do crédito não tributário, para promover as medidas necessárias à sua satisfação. Assim, o prazo prescricional para iniciar a execução da multa aplicada administrativamente é de cinco anos, nos termos do disposto no Decreto 20.910/1932, contados do fim do processo administrativo, em face ao entendimento consolidado na Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental". Uma vez iniciada a execução da multa administrativa pelo Poder Público, antes da ocorrência da prescrição, poderia perfeitamente ser efetuado o bloqueio de valores suficiente para a satisfação do crédito. Não se tem notícias, neste processo, se foi ajuizada ação judicial visando a cobrança da multa administrativa aplicada pela SEMA e entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Por terem a mesma natureza de sanção administrativa, tanto a pena de multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, quanto a pena de perdimento de todo o produto florestal apreendido, em meu entender, o prazo de prescrição, para a cobrança da devolução da madeira que permaneceu como depositário e do valor da multa, ambas aplicadas na mesma decisão administrativa, passa a fluir da decisão final do procedimento administrativo, e é de cinco anos a partir de então. A jurisprudência é neste sentido: ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA E VEÍCULO APREENDIDO POR INFRAÇÃO AMBIENTAL. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. Verificando-se que se encontra escoado o prazo de cinco anos da lavratura do auto de infração que nomeava o requerido como depositário dos bens apreendidos, reconhece-se, de ofício a prescrição da ação de depósito intentada pela administração para fins de restituição dos bens apreendidos. A situação não se transmuda ainda que se leve em conta o final do processo administrativo que culminou com a manutenção da multa aplicada pela infração administrativa, bem ainda, da apreensão da madeira e do veículo. (TRF 4ª Região – AC 0000219-90.2008.404.7014 – Quarta Turma, Relator Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, DE 23/10/2012) ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. A prescrição tem seu marco inicial com a aplicação da sanção de apreensão da madeira. No caso, sem encontra escoado o prazo de cinco anos. (TRF 4ª Região – AC 5003555-64.2015.4.04.7210/SC – Quarta Turma - J. 22/03/2016 – Rel. Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle) Consta que a justificação para a manutenção efetuar o bloqueio de valores efetuados anteriormente, visava compelir os Impetrantes ao cumprimento das penalidades aplicadas administrativamente, pois os valores da arrematação da madeira não entregue foram restituídos aos arrematantes, eis o que consta na decisão prolatada em 24/06/2019. "Dito isso, há que se repetir que as penhoras de dinheiro realizadas às fl. 426/429 destinavam-se a ressarcir o dano processual decorrente do descumprimento do dever de guarda e conservação das madeiras, cuja destinação integral ficou condicionada à corroboração da pena administrativa ambiental, o que está à saciedade demonstrado na decisão exarada pela SEMA/MT nos autos do procedimento administrativo ambiental n. 329990/2008, que decidindo pela homologação parcial do AI n. 112716/2008, que deu origem à esta ação penal, aplicou sanção ambiental administrativa de R$ 1.239.752,20 aos autuados (fl. 410/412), o que importa em concluir que a destinação da madeira ou do produto de sua venda é questão insuscetível de discussão ou reforma, posto que resolvida em decisão impassível de recurso datada de mais de 7 anos passados e que mesmo atacada por meio de mandado de segurança, foi mantida pela instância superior. No entanto, como não há informação neste processo de ter sido iniciada a ação judicial para a cobrança das penalidades administrativa, em tese, também ocorreu a prescrição das sanções aplicadas administrativamente, qual seja, a cobrança da multa e a exigência da entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Faço uma indagação? Neste caso, o valor bloqueado na ação penal será destinado para quem? Para os arrematantes, em tese não, porque já receberam. Para o Poder Público neste processo, também em tese não, porque não houve qualquer condenação. Para o Poder Público para cumprimento da multa administrativa e da madeira não entregue, em tese, este feito não é a forma processual legal de forçar o cumprimento, bem como, também em tese, ocorreu a prescrição, pela inércia. De toda forma, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado sucedâneo recursal, e nestes autos, não há prova sequer de ter havido pedido dos Impetrantes de restituição do valor bloqueado anteriormente. Ante o exposto, ausente a prova de ter havido pedido, na ação penal, de restituição dos valores bloqueados, ou, se houve que este fora indeferido, e ainda se foi interposto recurso, levando-se em consideração que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado como substitutivo de pedido ou de recurso, indefiro o pedido de determinar a liberação do valor bloqueado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000538-68.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
LIRIO ZENI (IMPETRANTE)
LIANI ELIDIA ZENI (IMPETRANTE)
MAZE MADEIREIRA ZENI LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO GUSMAO DA ROSA OAB - MT2982-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JUÍNA (IMPETRADO)

Outros Interessados:
MADEIREIRA JORDANIA LTDA (LITISCONSORTES)
WALMOR LUIZ GIONGO (LITISCONSORTES)
IVO GIONGO (LITISCONSORTES)
ALEXSANDRO DE SOUZA SILVA (LITISCONSORTES)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Autos nº: 1000538-68.2019.8.11.9005 Processo: Mandado de Segurança com pedido de liminar Impetrantes: Lírio Zeni e Outros Impetrado: Dr. Fabio Petengill, Juiz de Direito do Juizado Especial da Comarca de Juína – MT. Litisconsorte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Vistos etc. Por meio da decisão prolatada pelo Relator, em substituição legal, no dia 31/10/2019, no id. 22189454, foi parcialmente deferido o pedido de liminar para suspender, provisoriamente, a determinação judicial de eventual bloqueio de licença de operação da madeireira e de seus sócios, até a restitutio in integro do total do produto ou de seu equivalente em dinheiro, na Ação penal nº 2143-26.2008.8.11.0025, código 42778, até ulterior deliberação judicial. E, por decisão proferida em 06/11/2019, no id. 23028969, em razão da ocorrência de fato superveniente, também foram suspensos os efeitos da decisão objeto deste Mandado de Segurança que determinou a constrição judicial sobre bens que integram o patrimônio dos Impetrantes, até decisão do presente mandamus. Os Impetrantes em petição datada de 14/11/2019, digitalizada no id. 24129473, informaram que o Impetrado não suspendeu o ato coator no que tange à penhora e ao bloqueio de bens, como determina a liminar. Entendi que havia sido sim suspensa a execução, pois proferiu decisão sobrestando o andamento da execução. Na petição digitalizada no ID. 26431981, em 02/12/2019, os Impetrantes alegam que houve descumprimento da liminar, pois foi mantido o bloqueio de valores que haviam sido efetuados anteriormente e requerem que seja determinado à autoridade coatora que suspenda a penhora de valores que haviam sido bloqueados anteriormente. Como dito na decisão proferida em 06/11/2019, analisando os andamentos processuais da ação penal, disponibilizados no Sistema APOLO, verifiquei que o procedimento judicial contra os Impetrantes iniciou-se com a distribuição do Termo Circunstanciado nº 225/2008, ocorrida em 01/07/2008, consta que a denúncia foi recebida por decisão prolatada em 08/11/2011 e que em 08/10/2018, embora reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e decretada a extinção da punibilidade, foi mantida a decisão no tocante a obrigação de os Impetrantes entregarem aos arrematantes, Madeireira Jordania (94,94 m3 de toras de madeira cumaru) e Alexsandro Souza e Silva (50 m3 de peroba em tora, 30 m3 de cerejeira em tora e 20 m3 de garrote em tora). Decisão ao meu sentir correta, pois apesar de ser decretada a extinção da punibilidade, se um dos impetrantes era depositário dos bens arrematados tinha a obrigação de proceder à entrega dos produtos ao arrematante. Os Impetrantes argumentam que depois de decretada a extinção da ação penal pela prescrição da pretensão punitiva, não sofre o acusado qualquer efeito penal ou extrapenal que decorreria de sentença condenatória. Aduziram que a arrematação judicial foi desfeita com a devolução aos arrematantes dos valores que dispenderam com a arrematação, fato este comprovado com a decisão judicial. Para proferir a decisão levei em consideração que se de fato a arrematação foi desfeita, e os valores despendidos pelos arrematantes a estes foram restituídos, em tese, ocorreu um fato superveniente que resolveu o problema, pois teoricamente estes não têm mais direito de receberem os produtos arrematados, nem o equivalente em dinheiro, diante da restituição já ocorrida. Este foi o fundamento jurídico pelo qual deferi a liminar, para não haver penhora e bloqueios sobre o patrimônio dos Impetrantes. Nas informações apresentada pela autoridade apontada como coatora consta que foram apreendidas 615.284 m³ de madeiras em tora e 1.190,101 m³ de madeira serrada. E que foram arrematados: a) 352,96 m³, de toras de garapeira, por Pedro Olienik; b) 94,94 m³ de toras de cumaru, por Madeireira Jordânia e c) 50 m³ de peroba em tome 30 m³ de cerejeira em tora e 20 m³ de garrote em tora, por Alexsandro Souza e Silva. Informa que os arrematantes afirmaram que a madeira arrematada estava imprestável e solicitaram a emissão de ordem para que o depositário das madeiras as entregassem em perfeito estado. Também informa que houve decisão administrativa da SEMA, proferida em fevereiro de 2012, que aplicou multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, decretando o perdimento no âmbito administrativo de todo o produto florestal apreendido. Por esse motivo, embora tenha sido reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, foi determinado que entregassem todo o montante do produto florestal que estava armazenado. Informa ainda que, em razão desse fato foi determinado o bloqueio de valores e houve parcial constrição no valor de R$ 834.796,47, correspondente a 53,21% do total de madeiras apreendidas, cujo depositário é Lírio Zeni. No entanto, em tese, na ação penal, se foi reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em tese, não é o instrumento processual adequado para o Poder Público cobrar a multa ambiental aplicada administrativamente. Esta deve ser cobrada pelo Poder Público por meio do instrumento processual próprio, não basta o Parquet juntar cópia do procedimento administrativo que aplicou a multa. Além disso, a multa ambiental aplicada administrativamente ao infrator, já transitada em julgada, e não satisfeita voluntariamente, passa para a fase executória do procedimento administrativo visando sua cobrança. A Administração Pública tem o prazo de cinco anos, a contar da data da constituição definitiva do crédito não tributário, para promover as medidas necessárias à sua satisfação. Assim, o prazo prescricional para iniciar a execução da multa aplicada administrativamente é de cinco anos, nos termos do disposto no Decreto 20.910/1932, contados do fim do processo administrativo, em face ao entendimento consolidado na Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental". Uma vez iniciada a execução da multa administrativa pelo Poder Público, antes da ocorrência da prescrição, poderia perfeitamente ser efetuado o bloqueio de valores suficiente para a satisfação do crédito. Não se tem notícias, neste processo, se foi ajuizada ação judicial visando a cobrança da multa administrativa aplicada pela SEMA e entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Por terem a mesma natureza de sanção administrativa, tanto a pena de multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, quanto a pena de perdimento de todo o produto florestal apreendido, em meu entender, o prazo de prescrição, para a cobrança da devolução da madeira que permaneceu como depositário e do valor da multa, ambas aplicadas na mesma decisão administrativa, passa a fluir da decisão final do procedimento administrativo, e é de cinco anos a partir de então. A jurisprudência é neste sentido: ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA E VEÍCULO APREENDIDO POR INFRAÇÃO AMBIENTAL. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. Verificando-se que se encontra escoado o prazo de cinco anos da lavratura do auto de infração que nomeava o requerido como depositário dos bens apreendidos, reconhece-se, de ofício a prescrição da ação de depósito intentada pela administração para fins de restituição dos bens apreendidos. A situação não se transmuda ainda que se leve em conta o final do processo administrativo que culminou com a manutenção da multa aplicada pela infração administrativa, bem ainda, da apreensão da madeira e do veículo. (TRF 4ª Região – AC 0000219-90.2008.404.7014 – Quarta Turma, Relator Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, DE 23/10/2012) ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. A prescrição tem seu marco inicial com a aplicação da sanção de apreensão da madeira. No caso, sem encontra escoado o prazo de cinco anos. (TRF 4ª Região – AC 5003555-64.2015.4.04.7210/SC – Quarta Turma - J. 22/03/2016 – Rel. Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle) Consta que a justificação para a manutenção efetuar o bloqueio de valores efetuados anteriormente, visava compelir os Impetrantes ao cumprimento das penalidades aplicadas administrativamente, pois os valores da arrematação da madeira não entregue foram restituídos aos arrematantes, eis o que consta na decisão prolatada em 24/06/2019. "Dito isso, há que se repetir que as penhoras de dinheiro realizadas às fl. 426/429 destinavam-se a ressarcir o dano processual decorrente do descumprimento do dever de guarda e conservação das madeiras, cuja destinação integral ficou condicionada à corroboração da pena administrativa ambiental, o que está à saciedade demonstrado na decisão exarada pela SEMA/MT nos autos do procedimento administrativo ambiental n. 329990/2008, que decidindo pela homologação parcial do AI n. 112716/2008, que deu origem à esta ação penal, aplicou sanção ambiental administrativa de R$ 1.239.752,20 aos autuados (fl. 410/412), o que importa em concluir que a destinação da madeira ou do produto de sua venda é questão insuscetível de discussão ou reforma, posto que resolvida em decisão impassível de recurso datada de mais de 7 anos passados e que mesmo atacada por meio de mandado de segurança, foi mantida pela instância superior. No entanto, como não

há informação neste processo de ter sido iniciada a ação judicial para a cobrança das penalidades administrativa, em tese, também ocorreu a prescrição das sanções aplicadas administrativamente, qual seja, a cobrança da multa e a exigência da entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Faço uma indagação? Neste caso, o valor bloqueado na ação penal será destinado para quem? Para os arrematantes, em tese não, porque já receberam. Para o Poder Público neste processo, também em tese não, porque não houve qualquer condenação. Para o Poder Público para cumprimento da multa administrativa e da madeira não entregue, em tese, este feito não é a forma processual legal de forçar o cumprimento, bem como, também em tese, ocorreu a prescrição, pela inércia. De toda forma, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado sucedâneo recursal, e nestes autos, não há prova sequer de ter havido pedido dos Impetrantes de restituição do valor bloqueado anteriormente. Ante o exposto, ausente a prova de ter havido pedido, na ação penal, de restituição dos valores bloqueados, ou, se houve que este fora indeferido, e ainda se foi interposto recurso, levando-se em consideração que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado como substitutivo de pedido ou de recurso, indefiro o pedido de determinar a liberação do valor bloqueado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000538-68.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
LIRIO ZENI (IMPETRANTE)
LIANI ELIDIA ZENI (IMPETRANTE)
MAZE MADEIREIRA ZENI LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO GUSMAO DA ROSA OAB - MT2982-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JUÍNA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MADEIREIRA JORDANIA LTDA (LITISCONSORTES)
WALMOR LUIZ GIONGO (LITISCONSORTES)
IVO GIONGO (LITISCONSORTES)
ALEXSANDRO DE SOUZA SILVA (LITISCONSORTES)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Autos nº: 1000538-68.2019.8.11.9005 Processo: Mandado de Segurança com pedido de liminar Impetrantes: Lírio Zeni e Outros Impetrado: Dr. Fabio Petengill, Juiz de Direito do Juizado Especial da Comarca de Juína – MT. Litisconsorte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Vistos etc. Por meio da decisão prolatada pelo Relator, em substituição legal, no dia 31/10/2019, no id. 22189454, foi parcialmente deferido o pedido de liminar para suspender, provisoriamente, a determinação judicial de eventual bloqueio de licença de operação da madeireira e de seus sócios, até a restitutio in integro do total do produto ou de seu equivalente em dinheiro, na Ação penal nº 2143-26.2008.8.11.0025, código 42778, até ulterior deliberação judicial. E, por decisão proferida em 06/11/2019, no id. 23028969, em razão da ocorrência de fato superveniente, também foram suspensos os efeitos da decisão objeto deste Mandado de Segurança que determinou a constrição judicial sobre bens que integram o patrimônio dos Impetrantes, até decisão do presente mandamus. Os Impetrantes em petição datada de 14/11/2019, digitalizada no id. 24129473, informaram que o Impetrado não suspendeu o ato coator no que tange à penhora e ao bloqueio de bens, como determina a liminar. Entendi que havia sido sim suspensa a execução, pois proferiu decisão sobrestando o andamento da execução. Na petição digitalizada no ID. 26431981, em 02/12/2019, os Impetrantes alegam que houve descumprimento da liminar, pois foi mantido o bloqueio de valores que haviam sido efetuados anteriormente e requerem que seja determinado à autoridade coatora que suspenda a penhora de valores que haviam sido bloqueados anteriormente. Como dito na decisão proferida em 06/11/2019, analisando os andamentos processuais da ação penal, disponibilizados no Sistema APOLO, verifiquei que o procedimento judicial contra os Impetrantes iniciou-se com a distribuição do Termo Circunstanciado nº 225/2008, ocorrida em 01/07/2008, consta que a denúncia foi recebida por decisão prolatada em 08/11/2011 e que em 08/10/2018, embora reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e decretada a extinção da punibilidade, foi mantida a decisão no tocante a obrigação de os Impetrantes entregarem aos arrematantes, Madeireira Jordania (94,94 m3 de toras de madeira cumaru) e Alexsandro Souza e Silva (50 m3 de peroba em tora, 30 m3 de cerejeira em tora e 20 m3 de garrote em tora). Decisão ao meu sentir correta, pois apesar de ser decretada a extinção da punibilidade, se um dos impetrantes era depositário dos bens arrematados tinha a obrigação de proceder à entrega dos produtos ao arrematante. Os Impetrantes argumentam que depois de decretada a extinção da ação penal pela prescrição da pretensão punitiva, não sofre o acusado qualquer efeito penal ou extrapenal que decorreria de sentença condenatória. Aduziram que a arrematação judicial foi desfeita com a devolução aos arrematantes dos valores que dispenderam com a arrematação, fato este comprovado com a decisão judicial. Para proferir a decisão levei em consideração que se de fato a arrematação foi desfeita, e os valores despendidos pelos arrematantes a estes foram restituídos, em tese, ocorreu um fato superveniente que resolveu o problema, pois teoricamente estes não têm mais direito de receberem os produtos arrematados, nem o equivalente em dinheiro, diante da restituição já ocorrida. Este foi o fundamento jurídico pelo qual deferi a liminar, para não haver penhora e bloqueios sobre o patrimônio dos Impetrantes. Nas informações apresentada pela autoridade apontada como coatora consta que foram apreendidas 615.284 m³ de madeiras em tora e 1.190,101 m³ de madeira serrada. E que foram arrematados: a) 352,96 m³, de toras de garapeira, por Pedro Olienik; b) 94,94 m³ de toras de cumaru, por Madeireira Jordânia e c) 50 m³ de peroba em tome 30 m³ de cerejeira em tora e 20 m³ de garrote em tora, por Alexsandro Souza e Silva. Informa que os arrematantes afirmaram que a madeira arrematada estava imprestável e solicitaram a emissão de ordem para que o depositário das madeiras as entregassem em perfeito estado. Também informa que houve decisão administrativa da SEMA, proferida em fevereiro de 2012, que aplicou multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, decretando o perdimento no âmbito administrativo de todo o produto florestal apreendido. Por esse motivo, embora tenha sido reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, foi determinado que entregassem todo o montante do produto florestal que estava armazenado. Informa ainda que, em razão desse fato foi determinado o bloqueio de valores e houve parcial constrição no valor de R$ 834.796,47, correspondente a 53,21% do total de madeiras apreendidas, cujo depositário é Lírio Zeni. No entanto, em tese, na ação penal, se foi reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em tese, não é o instrumento processual adequado para o Poder Público cobrar a multa ambiental aplicada administrativamente. Esta deve ser cobrada pelo Poder Público por meio do instrumento processual próprio, não basta o Parquet juntar cópia do procedimento administrativo que aplicou a multa. Além disso, a multa ambiental aplicada administrativamente ao infrator, já transitada em julgada, e não satisfeita voluntariamente, passa para a fase executória do procedimento administrativo visando sua cobrança. A Administração Pública tem o prazo de cinco anos, a contar da data da constituição definitiva do crédito não tributário, para promover as medidas necessárias à sua satisfação. Assim, o prazo prescricional para iniciar a execução da multa aplicada administrativamente é de cinco anos, nos termos do disposto no Decreto 20.910/1932, contados do fim do processo administrativo, em face ao entendimento consolidado na Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: “Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental”. Uma vez iniciada a execução da multa administrativa pelo Poder Público, antes da ocorrência da prescrição, poderia perfeitamente ser efetuado o bloqueio de valores suficiente para a satisfação do crédito. Não se tem notícias, neste processo, se foi ajuizada ação judicial visando a cobrança da multa administrativa aplicada pela SEMA e entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Por terem a mesma natureza de sanção administrativa, tanto a pena de multa por infração ambiental no valor de R$ 1.239.752,20, quanto a pena de perdimento de todo o produto florestal apreendido, em meu entender, o prazo de prescrição, para a cobrança da devolução da madeira que permaneceu como depositário e do valor da multa, ambas aplicadas na mesma decisão administrativa, passa a fluir da decisão final do procedimento administrativo, e é de cinco anos a partir de então. A jurisprudência é neste sentido: ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA E VEÍCULO APREENDIDO POR INFRAÇÃO AMBIENTAL. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. Verificando-se que se

encontra escoado o prazo de cinco anos da lavratura do auto de infração que nomeava o requerido como depositário dos bens apreendidos, reconhece-se, de ofício a prescrição da ação de depósito intentada pela administração para fins de restituição dos bens apreendidos. A situação não se transmuda ainda que se leve em conta o final do processo administrativo que culminou com a manutenção da multa aplicada pela infração administrativa, bem ainda, da apreensão da madeira e do veículo. (TRF 4ª Região – AC 0000219-90.2008.404.7014 – Quarta Turma, Relator Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, DE 23/10/2012) ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DEPÓSITO. RESTITUIÇÃO DE MADEIRA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. A prescrição tem seu marco inicial com a aplicação da sanção de apreensão da madeira. No caso, sem encontra escoado o prazo de cinco anos. (TRF 4ª Região – AC 5003555-64.2015.4.04.7210/SC – Quarta Turma - J. 22/03/2016 – Rel. Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle) Consta que a justificação para a manutenção efetuar o bloqueio de valores efetuados anteriormente, visava compelir os Impetrantes ao cumprimento das penalidades aplicadas administrativamente, pois os valores da arrematação da madeira não entregue foram restituídos aos arrematantes, eis o que consta na decisão prolatada em 24/06/2019. "Dito isso, há que se repetir que as penhoras de dinheiro realizadas às fl. 426/429 destinavam-se a ressarcir o dano processual decorrente do descumprimento do dever de guarda e conservação das madeiras, cuja destinação integral ficou condicionada à corroboração da pena administrativa ambiental, o que está à saciedade demonstrado na decisão exarada pela SEMA/MT nos autos do procedimento administrativo ambiental n. 329990/2008, que decidindo pela homologação parcial do AI n. 112716/2008, que deu origem à esta ação penal, aplicou sanção ambiental administrativa de R$ 1.239.752,20 aos autuados (fl. 410/412), o que importa em concluir que a destinação da madeira ou do produto de sua venda é questão insuscetível de discussão ou reforma, posto que resolvida em decisão impassível de recurso datada de mais de 7 anos passados e que mesmo atacada por meio de mandado de segurança, foi mantida pela instância superior. No entanto, como não há informação neste processo de ter sido iniciada a ação judicial para a cobrança das penalidades administrativa, em tese, também ocorreu a prescrição das sanções aplicadas administrativamente, qual seja, a cobrança da multa e a exigência da entrega da madeira que foi decretado o seu perdimento. Faço uma indagação? Neste caso, o valor bloqueado na ação penal será destinado para quem? Para os arrematantes, em tese não, porque já receberam. Para o Poder Público neste processo, também em tese não, porque não houve qualquer condenação. Para o Poder Público para cumprimento da multa administrativa e da madeira não entregue, em tese, este feito não é a forma processual legal de forçar o cumprimento, bem como, também em tese, ocorreu a prescrição, pela inércia. De toda forma, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado sucedâneo recursal, e nestes autos, não há prova sequer de ter havido pedido dos Impetrantes de restituição do valor bloqueado anteriormente. Ante o exposto, ausente a prova de ter havido pedido, na ação penal, de restituição dos valores bloqueados, ou, se houve que este fora indeferido, e ainda se foi interposto recurso, levando-se em consideração que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado como substitutivo de pedido ou de recurso, indefiro o pedido de determinar a liberação do valor bloqueado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8011231-34.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
RONIA MARIA DE JESUS CAMPOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIRO GEHM OAB - MT16063-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON FERREIRA COELHO SOUZA OAB - MT13632-A (ADVOGADO)
NECY ARAUJO LUSTOSA VIEIRA OAB - MT7491-A (ADVOGADO)
SYLVIA MARIA DE ASSIS CAVALCANTE OAB - MT5771-A (ADVOGADO)
CELSO MARTIN SPOHR OAB - MT2376-O (ADVOGADO)
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS OAB - 03.439.239/0001-50 (REPRESENTANTE)
ANDREA CAROLINA COELHO MAGRINI OAB - MT9579-A (ADVOGADO)
ONILDO BELTRAO LOPES OAB - MT2770-O (ADVOGADO)
DILERMANDO VILELA GARCIA FILHO OAB - MT4275-A (ADVOGADO)
TANIA DE FATIMA FANTE CRUZ OAB - MT3378-A (ADVOGADO)
POLLYANA MACHADO DE MORAES VARJAO OAB - MT14025-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. Compulsando os autos, verifica-se que a análise dos argumentos expostos no presente recurso, caso acolhido, ensejará a apreciação dos índices fixados a título de correção monetária e juros moratórios. Com efeito, a respeito da matéria atinente a juros e correção monetária, o STF, ao realizar o julgamento do RE 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, decidiu que: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Assim, diante da orientação acima, passou-se a aplicar nas condenações de débitos oriundos de relação jurídica não-tributária os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, e a correção monetária pelo IPCA-E desde a data fixada na sentença. Ocorre que, em face da referida decisão, diversos Estados da Federação opuseram Embargos de Declaração, oportunidade em que, em decisão monocrática, o Relator, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos referidos recursos, para suspender a eficácia do referido acórdão, do Tema 810, ao argumento de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas." Diante desse cenário e, visando garantir a melhor solução às demandas que abordam o assunto, inclusive, a fim de evitar possíveis juízos de retratação e, consequentemente, a morosidade no trâmite processual, determino o sobrestamento do presente recurso, até que a Suprema Corte apresente posicionamento definitivo sobre o tema. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003320-04.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA MAIER DE FRANCA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT12402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (RECORRIDO)
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)

Vistos etc. Retiram-se os presentes autos da pauta de julgamento do dia 10 de dezembro de 2019 para análise mais minuciosa do feito. Após, remetam-se conclusos para nova inclusão em sessão de julgamento. Intime-se. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003320-04.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA MAIER DE FRANCA (RECORRENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT12402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (RECORRIDO)
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)

Vistos etc. Retiram-se os presentes autos da pauta de julgamento do dia 10 de dezembro de 2019 para análise mais minuciosa do feito. Após, remetam-se conclusos para nova inclusão em sessão de julgamento. Intime-se. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001081-27.2018.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA MARINHO BATISTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0001081-27.2018.8.11.0048 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Única da Comarca de Juscimeira-MT Recorrente: Município de Juscimeira Recorrido(s): Sandra Marinho Batista Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Juscimeira– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL.

SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Servidora -Prefeitura municipal de Juscimeira., que foi reestruturada, por meio das LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 502/2000 de 03/01/2000,onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea "a" do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001129-84.2017.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COCALINHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANDERLEI MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13989-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA PEREIRA DOS SANTOS SILVA (RECORRIDO)
EULLENIZIA PEREIRA MATOS ANDRADE (RECORRIDO)
GERALDO MARTINS RAMOS (RECORRIDO)
JOSE DOS SANTOS (RECORRIDO)
JOSE FERREIRA DOS SANTOS (RECORRIDO)
JOSE SARAIVA DA SILVA (RECORRIDO)
JOZELIA ALVES NAVA (RECORRIDO)
GLAUCIA DA FONSECA JESUS (RECORRIDO)
IOLANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
INACIO TENORIO DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
ISABELLA GOMES DA COSTA SILVA (RECORRIDO)
ISMAEL BATISTA MARCILIO (RECORRIDO)
IVALDETE DE SOUZA SILVA (RECORRIDO)
JOAO TENORIO DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
JORGE ANTONIO RAMOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA PEREIRA MILHOMEM OAB - MT17198-O (ADVOGADO)
CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA OAB - MG110331-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1001129-84.2017.8.11.0021 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Água Boa-MT Recorrente: Município de Cocalinho Recorrido(s): Elisangela Pereira dos Santos Silva Eullenizia Pereira Matos Andrade Geraldo Martins Ramos Glaucia da Fonseca Jesus Inacio Tenorio de Oliveira Iolanda Cavalcante de Oliveira Isabella Gomes da Costa Silva Ismael Batista Marcilio Ivaldete de Souza Silva Joao Tenorio de Oliveira Jorge Antonio Ramos José dos Santos José Ferreira dos Santos José Saraiva da Silva Jozelia Alves Nava Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, "A" DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". O presente

recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra

mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso as parte Recorridas eram ou são servidores-Prefeitura municipal de Cocalinho-MT., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 488/2005, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001504-21.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE APARECIDO ROMERO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0001504-21.2017.8.11.0048 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Única da Comarca de Juscimeira-MT Recorrente: Município de Juscimeira Recorrido(s): Jose Aparecido Romero Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Juscimeira– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da condenação. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j.

26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Servidor -Prefeitura municipal de Juscimeira., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 502/2000 de 03/01/2000,onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010872-84.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS TEODORO FERREIRA BRITO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO CORBUCCI OAB - MT15002-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

Vistos etc. Retiram-se os presentes autos da pauta de julgamento do dia 06 de dezembro de 2019 para análise mais minuciosa do feito. Após, remetam-se conclusos para nova inclusão em sessão de julgamento. Intime-se. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001130-69.2017.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COCALINHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANDERLEI MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13989-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CANDIDO DA SILVA (RECORRIDO)
MARIA LUCIA ARAUJO GALDINO (RECORRIDO)
MILZA ROSA SENA (RECORRIDO)
NAITA DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
OMIR CESAR PEREIRA ALVES (RECORRIDO)

OSSERIA FOGACA DE SOUZA MOTA (RECORRIDO)
OZENIR GONCALVES DE FREITAS MOURA (RECORRIDO)
PAULINO TENORIO LEITE (RECORRIDO)
PEDRO CAITANO BRITO (RECORRIDO)
MANOEL JUVENTINO ROSA (RECORRIDO)
MANOEL MESSIAS ALVES (RECORRIDO)
MARIA CARDOSO BRITO (RECORRIDO)
MARIA ELOIDES SILVA DE ALMEIDA (RECORRIDO)
MARIA GERLANDIA RODRIGUES MENDES (RECORRIDO)
MARIA IVALDIRA DIAS DE BRITO (RECORRIDO)
MARIA IVANILDES BEZERRA DE ABREU (RECORRIDO)
RAQUEL RODRIGUES DIAS (RECORRIDO)
REGINA CELIA FERNANDES EVANGELISTA (RECORRIDO)
SEBASTIAO LEITE DE MORAIS (RECORRIDO)
SIDNEI SILVEIRA DOS SANTOS (RECORRIDO)
SINEIA XAVIER (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA PEREIRA MILHOMEM OAB - MT17198-O (ADVOGADO)
CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA OAB - MG110331-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1001130-69.2017.8.11.0021 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Água Boa-MT Recorrente: Município de Cocalinho Recorrido(s): Lucimar Candido da Silva Manoel Juventino Rosa Manoel Messias Alves Maria Cardoso Brito Maria Eloides Silva de Almeida Maria Gerlandia Rodrigues Mendes Maria Ivaldira Dias de Brito Maria Ivanildes Bezerra de Abreu Maria Lucia Araujo Galdino Milza Rosa Sena Naita de Oliveira Omir Cesar Pereira Alves Osseria Fogaca de Souza Mota Ozenir Gonçalves de Freitas Moura Paulino Tenorio Leite Pedro Caitano Brito Raquel Rodrigues Dias Regina Celia Fernandes Evangelista Sebastião Leite de Morais Sidnei Silveira dos Santos Sineia Xavier Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA.

LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso as parte Recorridas eram ou são servidores-Prefeitura municipal de Cocalinho-MT., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 488/2005, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0500062-59.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONE GOMES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELE JULIANA NOCA OAB - MT7622-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE COMERCIAL IRMÃOS CLAUDINO - ARMAZEM PARAÍBA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE MARIA VOLLMER OAB - MT14540-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Processo nº 0500062-59.2012.8.11.0008 Vistos, etc. O feito foi novamente remetido a esta Turma Recursal, mas não há recurso pendente de julgamento. Devolva-se ao Juizado Especial de origem. Cumpra-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001365-72.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ELISABETH HELENA GONCALVES PASSOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT16265-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL 1001365-72.2019.8.11.0051 Vistos, etc. Considerando os efeitos infringentes dos embargos declaratórios, intime-se a parte embargada para manifestar-se no prazo legal. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006377-05.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA NEUZA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO BORGES DE SOUZA OAB - MT15490-A (ADVOGADO)
CELIO PAIAO OAB - MT18145-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1006377-05.2016.8.11.0041 Origem: 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Maria Neuza da Silva Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO

INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Nada obstante se tratar de precedente de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Maria Neuza da Silva, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 7587034), a Recorrida Maria Neuza da Silva refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida Maria Neuza da Silva ocupa o cargo de professora, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar n°50/1998. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição (12/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1011507-31.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CELIA DA CRUZ ALMEIDA (RECORRIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Em primeiro lugar, reportando-se ao Agravo Interno oposto no id. 19467998, registro que assiste razão à parte Agravante no tocante ao erro material praticado pela decisão proferida no id. 15446451, de modo que, sem mais delongas, faço juízo de retratação para revogá-la, bem como torná-la sem efeito, admitindo a ocorrência de erro material, e desde já ratificando a existência de interposição de recurso pela parte Agravante, segundo consta do id. 3642338. Superada essa questão passo a analisar as razões e contrarrazões recursais. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem

como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000591-49.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO JULIANO PESENTE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI OAB - MT23793/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Doutor Juiz Wladys R. Freire do Amaral (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
VIVO S.A. (LITISCONSORTES)

Mandado de Segurança nº 1000591-49.2019.8.11.9005. Vistos etc. Cuida a espécie de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por Eduardo Juliano Pesente contra ato do MM. Juiz de Direito do 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado no recurso inominado interposto pelo impetrante. Sustenta a ilegalidade da decisão atacada, visto ter demonstrado não possuir condições de arcar com o pagamento do preparo recursal, conforme declaração de hipossuficiência, cópia da CTPS, além de outros gastos apresentados pelo impetrante. Os autos vieram conclusos para a apreciação do pedido liminar. Relatei. DECIDO. Almeja o impetrante a concessão da liminar em mandado de segurança a fim de determinar o seguimento do recurso inominado interposto nos autos nº 8026173-75.2019.811.0001, em trâmite no 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT. Pois bem. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 576847, decidiu não ser possível impetrar Mandado de Segurança contra decisão interlocutória de Juizado Especial, in verbis: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF - RE 576847/BA - Relator Min. EROS GRAU, publicado em 07/08/2009) (grifei) No entanto, da análise detida da decisão alhures mencionada, tenho que a mesma se refere a irrecorribilidade das decisões proferidas até a prolação da sentença, o que não é o caso, visto que já houve sentença prolatada nos autos de origem. Assim, passo a análise do presente mandamus. Como se sabe, para a concessão de liminar em mandado de segurança devem estar presentes os dois requisitos autorizativos previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. O primeiro consistente no "relevante fundamento", traduzindo justamente o "fumus boni iuris" e o segundo no "periculum in mora", revelando o potencial prejuízo que a demora na concessão definitiva da segurança causaria ao impetrante. No caso vertente, os documentos atrelados à peça inaugural demonstram, em caráter inicial, a boa aparência do direito do impetrante e a razoabilidade de sua pretensão a uma medida de urgência. Isso porque, a presença do fumus boni iuris ficou demonstrada de forma satisfatória, diante da declaração de hipossuficiência, cópia da CTPS, além de outros gastos apresentados pelo impetrante. A propósito: MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVADA A NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. JUNTADA DE CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO VERIFICADA. ILEGALIDADE DA DECISÃO QUE INDEFERE O BENEFÍCIO. SEGURANÇA CONCEDIDA PARA CONFIRMAR A LIMINAR. (TJRS - Mandado de Segurança Nº 71006743017, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 13/06/2017) (grifei) Entendo, também, presente o segundo requisito legal, qual seja, o "periculum in mora" decorrente da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso venha ser positiva a decisão da demanda, em razão da possibilidade de ausência de análise do recurso inominado manejado pelo impetrante, em razão de sua deserção. Diante do breve exposto e sob cognição não exauriente, com fundamento no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009, DEFIRO a liminar, por entender presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", para conceder a gratuidade da justiça no recurso inominado interposto pelo impetrante nos autos nº 8026173-75.2019.811.0001, em trâmite no 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, determinando o seu regular processamento. De outro turno, notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial e desta decisão, entregando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, I). Cite-se a litisconsorte, para, querendo, manifestar no feito. Após, dê-se vista ao Ministério Público e voltem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010031-03.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CHARLES REIS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

Recurso Inominado: 8010031-03.2017.811.0086 Data do Julgamento: 10/12/2019 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE NOVA MUTUM Recorrente(s): ANA CHARLES REIS Recorrido(s): BANCO BRADESCO S/A Juiz Relator: ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Vistos etc. Levando-se em consideração o princípio da cooperação entre as partes, bem como, o princípio do contraditório e ampla defesa, determino a conversão do julgamento em diligência e a intimação da parte Recorrida BANCO BRADESCO S/A, para querendo, apresentar as contrarrazões do Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, trazendo aos autos, o respectivo termo de adesão, firmado entre as partes. Por oportuno, retiro o presente Recurso, da pauta da sessão do dia 10 de dezembro de 2019. Decorrido o prazo, retornem-me os autos conclusos. À Secretaria para providências legais. Int. Cumpra-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010013-14.2016.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
FEBRONI SILVA SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMANO VOLTOLINI OAB - SP338759-A (ADVOGADO)
ANELISE SOUZA ARAUJO DIAS OAB - MT25360-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

Recurso Inominado: 8010013-14.2016.811.0022 Data do Julgamento: 10/12/2019 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PEDRA PRETA Recorrente(s): FEBRONI SILVA SOUZA Recorrido(s): BANCO ITAUCARD S/A Juiz Relator: ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Vistos etc. Levando-se em consideração o princípio da cooperação entre as partes, bem como, o princípio do contraditório e ampla defesa, determino a conversão do julgamento em diligência e a intimação da parte Recorrida BANCO ITAUCARD S/A, para querendo, apresentar as contrarrazões do Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Por oportuno, retiro o presente Recurso, da pauta da sessão do dia 10 de dezembro de 2019. Decorrido o prazo, retornem-me os autos conclusos. À Secretaria para providências legais. Int. Cumpra-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001262-02.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VANUSA ALMANDES FRANCA HENRIQUE BRANCO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA CAETANO BERNARDI OAB - MT21013-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL 1001262-02.2018.8.11.0051 Vistos, etc. Homologo, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado pelas partes, nos termos do artigo 22, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Em consequência, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, III do CPC. Remetam-se os autos ao juízo de origem. Intime-se. Cumpra-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001410-67.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILAINE VILARINHO DE ALMEIDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida". Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: "Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica". Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: "Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios"; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV, passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002216-93.2011.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO GUATURA NETO (RECORRENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO MOACYR PINTO JUNIOR OAB - MT7585-A (ADVOGADO)
RICARDO BATISTA BLASI OAB - MT12249-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEBORA SIMONE SANTOS ROCHA FARIA OAB - MT4198-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso de Apelação nº 0002216-93.2011.8.11.0024 Origem: Juízo da 2ª Vara da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT – Declinada a competência pelo E. TJMT Recorrente: João Guatura Neto Recorrido: Município de Nova Brasilândia Juiz Relator: Gonçalo Antunes de Barros Neto Vistos etc. Inicialmente, revogo a decisão lançada no id. 21478977. Logo, resta prejudicada a análise dos embargos declaratórios anexados no id. 22574962. Compulsando os autos, vê-se que no id. nº 12097955 consta decisão prolatada pelo e. TJMT declinando da competência para a Turma Recursal, tendo em vista o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, que fixou a tese jurídica de que compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salários mínimos. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - AÇÕES DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIO MÍNIMOS - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - ART. 2º, DA LEI N. 12.153/2009 - NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IRRELEVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vistas a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n. 12.153/2009. (grifei) Pois bem. A Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, em seus artigos 23 e 24, estabelece que: Art. 23. Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos. Art. 24. Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23. (grifei) Desse modo, vê-se que o art. 24 da lei alhures mencionada proíbe a remessa aos Juizados Especiais da Fazenda Pública das demandas ajuizadas antes de sua instalação. No caso dos autos, constata-se que a presente ação foi ajuizada em 24/11/2011, ou seja, antes da instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública, que se deu em 05/12/2011, por meio da Resolução nº 016/2011/PRES. Diante do exposto, restando evidenciada a incompetência deste Juízo para o julgamento do feito, determino a devolução dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, gabinete da eminente Desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, colocando-me à disposição para ulterior determinação. Tomem-se as demais providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000484-86.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NAIR DE MACEDO ALENCAR (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”. Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: “Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica”. Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: “Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum”. Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: “Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios”; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV,

passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”. No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000488-26.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZANGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”. Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: “Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica”. Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: “Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum”. Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: “Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios”; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV, passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto

no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”. No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0005127-04.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA CRISTINA FERREIRA DE CAMPOS CHAGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ITAMAR LIMA DA SILVA OAB - MT14828-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0005127-04.2017.8.11.0013 Classe CNJ: 460 Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Pontes e Lacerda-MT Recorrente: Renata Cristina Ferreira de Campos Recorrido(s): Município de Pontes e Lacerda Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, “A” DO CPC – RECURSO IMPROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso improvido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pela Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou Improcedente os pedidos formulados na petição inicial. Defende o Recorrido que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrente integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar

as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a Recorrente é ou era Agente Comunitário de Saúde –Prefeitura de Pontes e Lacerda, que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR Nº 063, DE 01/04/2008. Onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, negar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO e reconhecer que ocorreu a prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, mantenho a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95, porém suspendo a execução em consonância com o § 3º do art. 98 da legislação processual civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004459-71.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JONESMAR NASCIMENTO SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE BUENO FERNANDES OAB - MT13064-O (ADVOGADO)
SIRLENE DE JESUS BUENO OAB - MT6697-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

Recurso de Apelação nº 0004459-71.2010.8.11.0015 Origem: Juízo da 6ª Vara da Comarca de Sinop/MT – Declinada a competência pelo E. TJMT Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Jonesmar Nascimento Silva Juiz Relator: Gonçalo Antunes de Barros Neto Vistos etc. O presente recurso foi retirado na sessão de julgamento do dia 07/11/2019. Compulsando os autos, vê-se que no id. nº 13058491 consta decisão prolatada pelo e. TJMT declinando da competência para a Turma Recursal, tendo em vista o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, que fixou a tese jurídica de que compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salários mínimos. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - AÇÕES DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIO MÍNIMOS - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - ART. 2º, DA LEI N. 12.153/2009 - NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IRRELEVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vistas a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n. 12.153/2009. (grifei) Pois bem. A Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, em seus artigos 23 e 24, estabelece que: Art. 23. Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos. Art. 24. Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23. (grifei) Desse modo, vê-se que o art. 24 da lei alhures mencionada proíbe a remessa aos Juizados Especiais da Fazenda Pública das demandas ajuizadas antes de sua instalação. No caso dos autos, constata-se que a presente ação foi ajuizada em 15/04/2010, ou seja, antes da instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública, que se deu em 05/12/2011, por meio da Resolução nº 016/2011/PRES. Diante do exposto, restando evidenciada a incompetência deste Juízo para o julgamento do feito, determino a devolução dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, gabinete do eminente Desembargador Márcio Vidal, colocando-me à disposição para ulterior determinação. Tomem-se as demais providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002418-58.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ILDEFONSA DE SOUZA RODRIGUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
CEZAR VIANA LUCENA OAB - MT19417-A (ADVOGADO)
FERNANDO PARMA TIMIDATI OAB - MT16027-A (ADVOGADO)
HERMES DA SILVA OAB - MT14884-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-S (ADVOGADO)
BANCO BMG SA OAB - 61.186.680/0001-74 (REPRESENTANTE)

VISTOS, ETC. I. Aguarde-se o julgamento da Reclamação de n.º 1008994-56.2019.8.11.0000 distribuída junto ao E. Tribunal de Justiça. II. Às providências.a. III. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002319-34.2009.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE JESUS OLIVEIRA RODRIGUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILZETE GOMES MORAIS DE ABREU OAB - MT15984-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO SILVA VILELA OAB - MT17368-A (ADVOGADO)
SANDRO LUIS COSTA SAGGIN OAB - MT5734-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso de Apelação nº 0002319-34.2009.8.11.0004 Origem: Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Barra do Garças/MT – Declinada a competência pelo E. TJMT Recorrente: Município de General Carneiro Recorrido: Sandro Marcelo Oliveira Rodrigues e outros, sucessores de Maria de Jesus Oliveira Rodrigues e Antonio Duarte Rodrigues Juiz Relator: Gonçalo Antunes de Barros Neto Vistos etc. O presente recurso foi retirado na sessão de julgamento do dia 21/10/2019. Compulsando os autos, vê-se que no id. nº 15980495 consta decisão prolatada pelo e. TJMT declinando da competência para a Turma Recursal, tendo em vista o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, que fixou a tese jurídica de que compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salários mínimos. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - AÇÕES DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIO MÍNIMOS - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - ART. 2º, DA LEI N. 12.153/2009 - NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IRRELEVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vistas a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n. 12.153/2009. (grifei) Pois bem. A Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, em seus artigos 23 e 24, estabelece que: Art. 23. Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos. Art. 24. Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23. (grifei) Desse modo, vê-se que o art. 24 da lei alhures mencionada proíbe a remessa aos Juizados Especiais da Fazenda Pública das demandas ajuizadas antes de sua instalação. No caso dos autos, constata-se que a presente ação foi ajuizada em 08/04/2009, ou seja, antes mesmo da edição da Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Diante do exposto, restando evidenciada a incompetência deste Juízo para o julgamento do feito, determino a devolução dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, gabinete do eminente Desembargador Luiz Carlos da Costa, colocando-me à disposição para ulterior determinação. Tomem-se as demais providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000601-93.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO GONCALO DO NASCIMENTO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AMBROSIO CURVO FILHO OAB - MT22120-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Douto Juízo de Direito do Juizado Especial de Cáceres (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
MUNICIPIO DE CACERES (LITISCONSORTES)

Mandado de Segurança nº 1000601-93.2019.811.9005 Vistos etc. Cuida a espécie de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO contra ato da MMª Juíza de Direito Hanae Yamamura de Oliveira, do Juizado Especial Cível da Comarca de Cáceres/MT, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela formulado nos autos do processo sob nº 1005920-73.2019.811.0006, a fim de determinar que a Administração Pública promova a imediata nomeação do candidato no cargo de Professor de Pedagogia com Docência, para o qual se classificou na posição de nº 203 (ducentésima terceira), mediante o Edital nº 002/2017. Os autos vieram conclusos para apreciação do pedido liminar. Relatei. DECIDO. Almeja o impetrante a concessão da liminar em mandado de segurança a fim de que seja suspensa a r. decisão interlocutória prolatada nos Autos nº 1005920-73.2019.8.11.0006, para determinar que a Administração Municipal de Cáceres promova a imediata nomeação de JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO no cargo para o qual se classificou, qual seja, Professor de Pedagogia com Docência, mediante o Edital nº 002/2017-PMC, sob pena de multa diária em valor não inferior a R$ 1.000,00 (mil reais). Aduz que obteve a classificação no concurso público na 203ª (ducentésima terceira) posição e a última convocação do certame nomeou o candidato aprovado na 189ª (centésima octogésima nona) posição, ou seja, entre a última nomeação e a classificação do impetrante, constam 13 (treze) candidatos. Afirma, contudo, que o Município de Cáceres realizou 14 (quatorze) contratações temporárias, em caráter precário, para o cargo de professor pedagogo. Assim, pugna pela sua nomeação, em decorrência desses cargos preenchidos mediante contratos. Pois bem. A concessão do mandado de segurança exige a presença de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei 12.016, de 07.08.2009, in verbis: LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Art. 1º - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Preleciona o artigo 300, do Código de Processo Civil: Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Para o magistrado conceder liminar antecipando a tutela devem estar presentes os requisitos acima transcritos, máxime a probabilidade do direito (fumus boni iuris) e também o periculum in mora, ou seja, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Contudo, analisando-se os autos, sempre tendo em mira a cognição sumária que marca esta fase do processo, tenho que, no particular, não se vislumbra a presença de tais requisitos. Isso porque, embora colacionado nos autos os 14 (catorze) contratos, a títulos precários, realizados pelo Município de Cáceres/MT, para contratação no cargo de Professor de Pedagogia com Docência, o pedido liminar se confunde com o mérito da demanda, razão pela qual a concessão das medidas pretendidas, no presente momento, implicaria o esvaziamento da lide e consequente afronta ao princípio do devido processo legal.

Ademais, não obstante os argumentos da irresignação, não verifico as circunstâncias fáticas que demonstrem lesão grave ou irreversibilidade de prejuízo porventura suportado pelo impetrante, em face da decisão proferida nos autos nº 1005920-73.2019.8.11.0006. Com essas considerações, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. De outro turno, notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial e desta decisão, entregando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, I). Cite-se o litisconsorte para, querendo, manifestar no feito. Após, dê-se vista ao Ministério Público e voltem imediatamente conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001976-60.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOCEMAR CABRAL (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que “... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório,

o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER

NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da

Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503445-95.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA BARBOSA GOMES SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO CARDOSO FELIX OAB - MT12004-A (ADVOGADO)
NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS OAB - MT12048-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc., Considerando o lapso temporal entre a sessão de julgamento e a juntada do voto e acordão da sessão realizada, neste caso, excepcionalmente, intimo as partes acerca do resultado do julgamento, passando o prazo fluir da data da leitura desta intimação. Às providências. Edson Dias Reis Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000138-53.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
EDI LAURA LEMES DE JESUS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000138-53.2018.8.11.0028 Recorrente(s) : EDI LAURA LEMES DE JESUS Recorrida(s) : TELEFôNICA BRASIL S/A DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 24753683), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou improcedente o pleito inicial. Em argumento recursal, a recorrente alega a ausência de relação jurídica entre as partes, bem como a ocorrência de danos morais. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Inicialmente, constata-se que o pedido de justiça gratuita formulado pela recorrente não foi apreciado pelo Juízo singular. Assim, defiro tal pleito, ressalvadas as hipóteses legais de revogação posterior do benefício. Da análise dos documentos anexados aos autos (id. 24753663), constata-se que a recorrente teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela recorrida, no valor de R$ 117,72 (cento e dezessete reais e setenta e dois centavos), sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pela autora do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas telas sistêmicas que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. TELEFONIA. SUPOSTA FRAUDE. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. ORIGEM DOS DÉBITOS NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PARTE RÉ. JUNTADA DE TELAS SISTÊMICAS. DOCUMENTOS UNILATERAIS, DESPROVIDOS DE FORÇA PROBATÓRIA. ANOTAÇÃO NEGATIVA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO PARA R$ 6.500,00. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71007204894, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 31/10/2017) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No caso, é inaplicável a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a outra anotação existente em nome da autora é posterior à inscrição discutida nos autos (10/02/2017), conforme consulta abaixo: Produto Consultado: SCPC INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 09.DEZ.2019 15:53:17 NET 9999 Resumo do Relatório Status Tipo Quantidade Total (R$) Último Registro de Débitos NADA CONSTA 0 Títulos Protestados 1 R$ 1.282,94 11/07/2017 Registro de Consultas NADA CONSTA (em 90 dias) - Informações Fornecidas Produto Consultado SCPC Tipo de Crédito Crédito Pessoal CPF 808.958.831-04 RG - Telefone - CEP - Identificação Nome completo SILVANA FATIMA CAMILO DE ANCHIETA Naturalidade - Título de Eleitor 0003406391830 Data de Nascimento 01/05/1967 CPF 808.958.831-04 RG - Telefone - CEP - Nome da Mãe NILDA MARIA BORGES Nome do CÔnjuge - Informações Complementares NADA CONSTA Confirmação de Telefone NADA CONSTA Registros de Débitos NADA CONSTA Títulos Protestados Quantidade: 1 Total de débitos: R$ 1.282,94 Último débito: 11/07/2017 Situação Informante Local Doc. Origem Data do Débito Disponível Valor (R$) C 4 SERV NOT PROT TIT DE CUIABA CUIABA / MT CDA/0000032418 11/07/2017 16/10/2018 R$ 1.282,94 Situação: C COMPRADOR A AVALISTA Registro de Consultas NADA CONSTA ATENÇãO: SR. OPERADOR, AS INFORMAÇÕES DE CONSULTAS ANTERIORES NÃO SÃO DESABONADORAS, PORTANTO NãO DEVERãO SER TRANSMITIDAS AO CLIENTE COMO FATOR DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. Seu IP é 200.251.57.130INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 09.DEZ.2019 15:53:17 NET 9999 Contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, a mesma deve influenciar no quantum indenizatório. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - DÉBITO INEXISTENTE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - SÚMULA n.º 385 DO STJ - EXISTÊNCIA RESTRIÇÃO POSTERIOR A QUESTIONADA NOS AUTOS - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 362 DO E. STJ - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. No caso em testilha, verifico que a parte recorrida possui restrição posterior (OI S/A - R$ 276,03 - 31/01/2017) à

realizada pela empresa recorrente, motivo pelo qual tenho que a mesma deve ser considerada para critérios de fixação do quantum indenizatório. (...) (Recurso Inominado nº 0015980-74.2018.811.0001, Relator: Juiz Sebastião de Arruda Almeida, 1ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, julgado em 09/07/2018) (grifei) No que tange ao quantum indenizatório, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, que se mostra adequado ao caso concreto, servindo para compensar a recorrente pelos transtornos sofridos, sem lhe causar o enriquecimento indevido. Também, como medida de caráter pedagógico, considerando-se, conforme o sobredito acima, a existência de outra restrição em nome da autora, não obstante a inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para declarar a inexistência do débito discutido nos autos, no valor de R$ 117,72 (cento e dezessete reais e setenta e dois centavos), e condenar a recorrida/reclamada ao pagamento em favor da recorrente/reclamante da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso, e correção monetária medida pelo INPC, a partir desta decisão. Por fim, determino à secretaria do Juizado de origem que expeça ofício ao órgão de proteção ao crédito, a fim de proceder à exclusão do nome da parte autora do cadastro, no que diz respeito a presente dívida. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000475-27.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IMGRECIO BISPO CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida". Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: "Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica". Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: "Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios"; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV, passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal

e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001268-44.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ISABEL SILVANA MAGALHAES ROCHA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA LEITE QUADRA DA COSTA OAB - MT21075-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Vistos etc. Por meio da petição digitalizada na ID. n° 22960537, a Reclamada BANCO DO BRASIL S/A, pugna pelo restabelecimento do prazo recursal, tendo em vista a demora na juntada do acórdão. Da análise dos autos, verifico que este processo foi levado à julgamento no dia 05.11.2019, e o acórdão e o voto foram digitalizados em 07.11.2019. Entendo que, no presente caso, não houve demora na disponibilização do acórdão e do voto, por isso, não deve haver nova intimação do acordão para fluir o prazo recursal. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de devolução do prazo recursal neste processo. Assim, devolvo à secretaria para que certifique-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão proferida no mov. nº 23237996, e após, encaminhe-se este feito ao Juízo de Origem. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de Dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos. Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1012206-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)

Mandado de Segurança: 1012206-85.2019.8.11.0000 Processo 1º Grau: 8034199-64.2016.8.11.0002 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL JARDIM GLÓRIA Impetrante(s): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA Impetrado(s): JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL JARDIM GLÓRIA Interessado(s): VANDA APARECIDA DOS SANTOS Relatora: LÚCIA PERUFFO Vistos, etc... Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA contra ato do JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL JARDIM GLÓRIA, autoridade apontada coatora, o qual indeferiu o pedido para suspender a Carteira Nacional de Habilitação – CNH da executada ante a ausência de localização de bens penhoráveis. Requereu seja concedida liminarmente a segurança invocada, no sentido de suspender a Carteira Nacional de Habilitação da Sra. Vanda Aparecida dos Santos, no curso da ação de execução de honorários do processo n.º 8034199-64.2016.811.0002 e, no mérito, a concessão da segurança definitiva. É O RELATÓRIO. DECIDO. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objetivo proteger direito líquido e certo, comprovado por meio de prova pré-constituída, não amparado por Habeas Corpus ou por Habeas Data quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Assim dispõe o artigo 5º, LXIX da Constituição Federal, verbis: Art. 5º (omissis) (omissis) LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Além de previsão constitucional, o Mandado de Segurança é disciplinado pela Lei nº 12.016/2009, a qual impõe alguns requisitos a serem preenchidos para utilização do referido remédio constitucional. Dentre os requisitos exigidos para a impetração de mandado de segurança exige-se a existência de ato "ilegal ou com abuso de poder", bem como a existência de direito "líquido e certo". É sabido que se considera um ato ilegal "quando este é expedido sem a observância dos requisitos indispensáveis a sua validade, ou seja, agente competente para a prática do ato, forma própria e correta para a prática do ato, finalidade do interesse público e motivo existente"[1]. Por outro lado, por abuso de poder "deve-se entender quando a autoridade pública ao desempenhar determinado ato, ultrapassa aos limites ou a suas atribuições legais"[2]. No caso em apreço, entende a parte Impetrante que agiu com ilegalidade e com abuso de poder a magistrada a quo quando indeferiu o pedido de suspensão da CNH da parte executada, o que pretende seja reformado. A despeito da impetração do presente mandamus, tenho que a inicial deve ser indeferida por dois fundamentos: a uma porque inexiste ato ilegal ou arbitrário, uma vez que não há dispositivo legal que fundamente o pedido de suspensão da CNH, se tratando de construção jurisprudencial, aceita apenas por mínima parte dos juristas; a duas porque incabível a impetração de mandado de segurança em face de decisão interlocutória, a qual, na seara dos Juizados Especiais, são irrecorríveis. Inexiste ato ilegal, uma vez que não há previsão legal para o deferimento da medida pleiteada. Justificou a magistrada que "a regra prevista no art. 139, inc. IV, do CPC, por mais legítima que seja, deve respeitar a proporcionalidade, a adequação e a necessidade da medida de incursão na esfera de direitos do executado, principalmente os direitos fundamentais, sob pena de perder a legitimidade, tornando-se coação reprovável e contrária à ordem jurídica". Apesar de haver jurisprudência em sentido contrário, tal não se trata de jurisprudência vinculante, de modo que tendo fundamentado na lei, não há se falar em decisão teratológica. Outrossim, destaco que o indeferimento do pedido não se monstra desarrazoado de fundamentação, ao contrário, a magistrada justificou, de forma fundamentada, o dispositivo legal em que se embasou, bem como justificou o excesso da medida pleiteada Portanto, não se tratando de medida prevista expressamente em lei, mas objeto de construção jurisprudencial e tendo havido a devida justificativa, inclusive legal, para o indeferimento da medida, não há se falar em ato ilegal ou abuso de direito a amparar o presente mandamus. A jurisprudência se posiciona no sentido de que em se tratando de mandado de segurança impetrado contra decisão judicial proferida é imprescindível a comprovação de se tratar de decisão teratológica. A mera insurgência ou inconformismo quanto aos termos da decisão não caracteriza a decisão como ilegal ou teratológica. A posição adotada pelo juiz, segundo suas convicções, desde que devidamente fundamentada, não pode ser encarada como ato ilegal e nem configura decisão teratológica. Inexistindo decisão teratológica e nem havendo ato ilegal praticado, inexiste um dos requisitos do artigo 1º da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09), de modo que a inicial deve ser indeferida. Em caso idêntico ao dos autos – indeferimento de pedido de penhora de salário – assim já se posicionou a jurisprudência: DECISÃO MONOCRÁTICA. MANDADO DE SEGURANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO DE INDEFERIU PEDIDO DE SUSPENSÃO DE CNH DO DEVEDOR. MEDIDA EXCEPCIONAL QUE DEVERÁ SER CONCEDIDA SE VERIFICADA A EFICÁCIA AO FIM PRETENDIDO – SATISFAÇÃO DO CRÉDITO. VIOLAÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE IR E VIR, DISPOSTO NO ART. 5, XV, DA CF. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS. SEGURANÇA DENEGADA MONOCRATICAMENTE. (Mandado de Segurança Cível, Nº 71008996001, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Oyama Assis Brasil de Moraes, Julgado em: 27-11-2019) MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO DE MANEJAMENTO DO REMÉDIO HERÓICO COMO SUBSTITUTIVO RECURSAL. MERO DESCONTENTAMENTO EM RELAÇÃO AO INDEFERIMENTO DE PENHORA EM PROVENTOS DE SALÁRIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DECISÃO ABUSIVA, POIS EM CONSONÂNCIA COM O ART. 833, INCISO IV, DO CPC/2015. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INDEFERIDA A INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVA ESTREME DE DÚVIDAS DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. FEITO EXTINTO. (Mandado de Segurança, Nº 71006061766, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabiana Zilles, Julgado em: 02-05-2016) MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO. AUSÊNCIA DE ATO ILEGAL OU DECISÃO JUDICIAL TERATOLÓGICA. (Mandado de Segurança Nº 71007771256, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Julgado em 11/06/2018) Não verifico a existência de qualquer ilegalidade ou abuso de poder, nem decisão teratológica, razão pela qual deve a petição inicial do presente mandamus ser indeferida de plano, por ausência de tal requisito indispensável. Dispõe o artigo 10 da Lei nº 12.016/2009: Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou

quando decorrido o prazo legal para a impetração. Por fim, destaco que a decisão atacada se trata de decisão interlocutória, de modo que não se trata de decisão recorrível, pois não se admite recurso nesta fase, podendo a matéria ser rediscutida em eventual sentença que extinguir a execução. Nesse sentido: MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. CLARA TENTATIVA DE RECURSO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA SISTEMÁTICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA DECISÃO IMPUGNADA. INICIAL INDEFERIDA. (Mandado de Segurança Nº 71008019374, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Giuliano Viero Giuliato, Julgado em 07/02/2019) Deste modo, seja por ausência de ato arbitrário ou ilegal, seja por se tratar de decisão interlocutória irrecorrível, a petição inicial há de ser indeferida. Por estas razões, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, nos termos do artigo 10 da Lei nº 12.016/2009. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora [1] https://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=5516 [2] https://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=5516

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1030231-91.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IDELENE MARQUES DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT22307-A (ADVOGADO)
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC’s 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001030-25.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
OZENILDA ANGELO DE MENEZES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Recurso nº 1001030-25.2019.8.11.0028. Vistos etc. Da análise dos autos, vê-se que a recorrente interpôs recurso inominado com pedido de gratuidade de justiça (id. 26985308). Assim, intime-se a recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar declaração de imposto de renda e documentos que demonstrem sua condição de hipossuficiência financeira, a fim de possibilitar a análise do pedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Decorrido o prazo, imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001048-46.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUELMA SILVA SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Recurso nº 1001048-46.2019.8.11.0028. Vistos etc. Da análise dos autos, vê-se que a recorrente interpôs recurso inominado com pedido de gratuidade de justiça (id. 26895088). Assim, intime-se a recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar declaração de imposto de renda e documentos que demonstrem sua condição de hipossuficiência financeira, a fim de possibilitar a análise do pedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Decorrido o prazo, imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000520-06.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
DORCIDIO MARENGO E CIA LTDA - ME (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT13404-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE ALVES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANA SASSO ANDREOTTO MURARI OAB - MT19981-O (ADVOGADO)
MARLUCE NUBIA BALDO DOS SANTOS MACULAN OAB - MT20027-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. O art. 98 do CPC/2015 prescreve que “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”. Contudo, o Supremo Tribunal Federal já deixou sedimentado o entendimento segundo o qual somente à pessoa física é dado o direito de postular a gratuidade judiciária mediante simples afirmação nos autos. Entendeu o indigitado órgão judiciário de superposição que para a concessão da gratuidade à pessoa jurídica é imprescindível a demonstração da incapacidade financeira para arcar com os ônus do acionamento da máquina judiciária. A propósito, litteris: “Ao contrário do que ocorre relativamente às pessoas naturais, não basta a pessoa jurídica asseverar a insuficiência de recursos, devendo comprovar, isto sim, o fato de se encontrar em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo.” (STF: Rcl 1.905-ED-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 15-8-02, DJ de 20-9-02). "ASSISTÊNCIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE. - Ainda que se trate de pessoa jurídica sem fins lucrativos ou beneficentes, é imprescindível a comprovação cabal da capacidade financeira para arcar os custos da demanda. Precedentes da Corte Especial." (STJ, AgRg no REsp 997899/MG, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, j. 12/02/2008, pub. DJe 03.03.2008); EMENTA: JUSTIÇA GRATUITA - ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS - PROVA DA NECESSIDADE. Para a concessão do benefício de justiça gratuita a pessoa jurídica, inclusive associação sem fins lucrativos, é necessário que esta comprove a sua precária condição econômica e financeira, conforme exigência constitucional (art. 5º, LXXIV). (AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 1.0024.09.644319-7/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - RELATOR: EXMO. SR. DES. GUILHERME LUCIANO BAETA NUNES). Vale mencionar, também, que o deferimento desse benefício é suportado por toda a sociedade, e que, atualmente, o mesmo vem sendo requerido de forma indiscriminada, onde, muitas vezes, é postulado por quem não é carecedor. O que se quer é conceder o benefício àqueles que realmente necessitam, sob pena de tornar regra a exceção. No caso em exame, denota-se que o benefício foi deferido pelo Juízo de origem sem qualquer justificativa plausível/documentação hábil que evidencie a incapacidade financeira da empresa Recorrente, o que vai de encontro ao entendimento adotado por esta E. Turma Recursal e do C. STF. Isto posto, determino a intimação da empresa Recorrente DORCIDIO MARENGO E CIA LTDA - ME para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comprove a sua incapacidade financeira para suportar o pagamento das custas e despesas processuais, por meio da juntada de documentos contábeis/fiscais e extratos bancários, ou, alternativamente, proceda ao recolhimento do preparo recursal, no mesmo prazo, sob pena de revogação do benefício da justiça gratuita e consequentemente o recurso ser julgado deserto. Por derradeiro, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 28/11/2019. Intime-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1023479-40.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDA FARIA FERREIRA CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-A (ADVOGADO)
AUXILIADORA MARIA GOMES OAB - MT18865-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado nº 1023479-40.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública do Município de Cuiabá. Recorrente: Vanda Faria Ferreira Campos. Recorrido: Município de Cuiabá. E M E N T A –

DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data da distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e não provido. Relatório. Trata-se de recurso interposto contra sentença que declarou a prescrição da pretensão estampada na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito. A recorrente pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a prescrição declarada na sentença e julgado procedente o pedido inicial. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. A recorrente pretende a reforma da sentença ao argumento de que, nos moldes do Decreto Federal 20.910/32 e da Súmula 85 do STJ, o fundo de direito, em operações de trato sucessivo, não prescreve, mas apenas as parcelas anteriores aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com efeito, esse entendimento vinha sendo aplicado pelos tribunais pátrios para afastar a ocorrência da prescrição nas ações em que se pretendia o recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Todavia, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos

servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a requerente ocupa o cargo de Técnico em Nutrição Escolar Médio na Secretaria Municipal de Educação, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal nº 94/2003, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2003, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (16/12/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Ante o exposto, monocraticamente, NEGO PROVIMENTO ao recurso para manter integralmente a sentença, nos moldes do art. 46 da Lei 9.099/95. Arcará a parte recorrente com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, nos moldes do art. 98, § 3º, do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001853-70.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO TEIXEIRA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR OAB - MT14325-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. I. Considerando a decisum proferida pelo Ministro Luiz Felipe Salomão nos autos do Recurso Especial n.º 1.525.174 - RS (2015/0084767-9), por meio da qual determinou a suspensão da tramitação, em todo território nacional, das ações que tenham por objeto discussão acerca da "(...) indevida cobrança de valores referentes à alteração do plano de franquia/plano de serviços sem a solicitação do usuário, com o consequente pedido de indenização por danos morais, em contrato de prestação de serviços de telefonia fixa (...)", SUSPENDO o andamento processual do presente feito até o julgamento do Recurso Representativo da Controvérsia. II. Intimem-se. III. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003310-13.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
ROSINEI TEIXEIRA PINHEIRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id. 20691509. Às providências legais. Int. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004156-23.2017.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN GEOVANE URTADO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO SORTICA DE LIMA OAB - MT7485-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-A (ADVOGADO)

Recurso Inominado: 1004156-23.2017.8.11.0006 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CÁCERES/MT Recorrente: TELEFÔNICA BRASIL S/A Recorrido: MIRIAN GEOVANE URTADO Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FATOS DISSOCIADOS DOS AUTOS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, III, CPC. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1. A Recorrente apresentou razões recursais dissociadas da sentença recorrida, de modo que não há como conhecer o recurso, porquanto ofende ao Princípio da Dialeticidade. Violação ao artigo 932, inciso II do Código de Processo Civil. 2. Com efeito, a Recorrente limitou-se a tecer argumentações genéricas e dissociadas dos fatos, requerendo o afastamento dos danos morais sob o argumento de que fora devidamente comprovada a existência de relação jurídica entre as partes que ensejou a inscrição do nome da consumidora junto aos órgãos de proteção creditícia. 3. O princípio da dialeticidade, que informa a teoria geral dos recursos, indica que compete à parte insurgente, sob pena de não conhecimento do recurso, infirmar especificamente os fundamentos adotados pela decisão objurgada, revelando-se insuficientes meras argumentações genéricas sem qualquer direcionamento ao caso concreto. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO MONOCRÁTICA: Analisando detidamente o recurso, manifesta é a sua inadmissibilidade, de modo que não merece seguimento. Isso porque, em sede de razões recursais, a consumidora Recorrente MIRIAN GEOVANE URTADO limitou-se a tecer argumentações genéricas baseadas em fatos distintos dos discutidos nos autos. Veja-se que o recurso menciona acerca de fato estranho ao presente feito, mormente acerca da comprovação da relação jurídica entre as partes que ensejou a inscrição do nome da consumidora junto aos órgãos de proteção creditícia. Todavia, a referida tese não foi objeto da demanda, pois a Recorrida pleiteia indenização por danos morais em razão de ser notificada para prestar esclarecimento junto à Delegacia Policial Especializada de Defesa da Mulher de Cáceres, no tocante a uma carta precatória advinda de Guaporé/RS, cujo teor tratava-se de investigação de estelionato realizada por telefone, tendo como registro o seu nome e CPF. Ora, o princípio da dialeticidade, que informa a teoria geral dos recursos, indica que compete à parte insurgente, sob pena de não conhecimento do recurso, infirmar especificamente os fundamentos adotados pela decisão objurgada, revelando-se insuficientes meras argumentações genéricas sem qualquer direcionamento ao caso concreto. Em caso análogo, já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, inclusive, aplicando multa prevista no art. 1.021, § 4.º, do CPC. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E AGRAVO REGIMENTAL. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO E

PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, CPC. (...) 4. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes. 5. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. 6. Agravo regimental de fls. 445-448 não conhecido. Pedido de reconsideração de fls. 439-443 recebido como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (STJ - RCD no AREsp: 581722 SP 2014/0208693-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 06/11/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2014) Nesse diapasão, também é a lição de Sérgio Gilberto Porto e Daniel Ustárroz:[1] "É absolutamente correta a exigência de que as razões do recurso guardem estreita relação com o ato judicial impugnado, pois a própria finalidade dos recursos é permitir ao cidadão criticar os provimentos públicos. Visualizado o procedimento recursal, as razões recursais que transcrevem manifestação pretérita carecem de atualidade, tornando inepta a petição de insurgência. (...) Em todas essas situações, o recorrente perde uma excelente oportunidade de levar o debate ao órgão ad quem, pela sua própria incúria. Por tal motivo, restando prejudicado o debate na instância recursal, correto o juízo negativo de admissibilidade." Outrossim, é o entendimento de Araken de Assis[2]: "Manifestando seu inconformismo com o ato decisório, indispensável se revela a motivação do recurso, ou seja, as razões através das quais o recorrente pretende convencer o órgão ad quem do desacerto do órgão a quo. Por tal motivo, é inadmissível o recurso desacompanhado de razões, segundo a 6ª Turma do STJ, ou quando apresentadas após o prazo recursal. De resto o próprio conteúdo das razões merece rigoroso controle. Deve existir simetria entre o decidido e o alegado no recurso, ou seja, motivação pertinente. (...)." A propósito, eis os seguintes casuísmos jurisprudenciais, litteris: "APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SANTIAGO. GUARDA MUNICIPAL. DESVIO DE FUNÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO. FUNDAMENTOS DA SENTENÇA NÃO IMPUGNADOS. 1. PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO QUE NÃO FAZ QUALQUER REFERÊNCIA DIRETA AOS ARGUMENTOS E MOTIVOS DO JUÍZO DE EXTINÇÃO DA AÇÃO. Inobservância do art. 514, II, do CPC. 2. Em observância ao princípio da dialeticidade que permeia a seara processual, cumpre ao recorrente não só manifestar seu inconformismo com o ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, impugnar de forma específica os fundamentos nos quais este ato se apóia, demonstrando o seu desacerto, a fim de possibilitar que através do confronto entre a tese contida no pronunciamento jurisdicional e a antítese consubstanciada nas razões recursais, possa o órgão recursal avaliar o recurso. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. (Apelação Cível Nº 70060475100, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 29/07/2015)" "COMPRA E VENDA DE PISO CERÂMICO. VÍCIO DO PRODUTO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS E DA MÃO DE OBRA DE COLOCAÇÃO. RESOLUÇÃO CONTRATUAL. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. RAZÕES RECURSAIS QUE SÃO IDÊNTICAS A CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DO CONTRADITÓRIO. RECURSO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA. (Recurso Cível Nº 71004927398, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/09/2014)." RECURSO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA NOS TERMOS DO ART. 7, X, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E DO ART. 557 DO CPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPARECIMENTO DA EMBARGANTE À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO QUE FUNDAMENTOU A EXTINÇÃO DO FEITO NO JUÍZO DE ORIGEM. RAZÕES RECURSAIS DESCONEXAS COM OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PERTINENTE. É necessária uma correlação entre os fundamentos da pretensão recursal e as razões expostas na decisão atacada, e um motivo conexo para alterá-la a fim de possibilitar que o reexame do feito pelo Colegiado. Caso contrário, impõe-se o não conhecimento do recurso, uma vez não preenchidos os requisitos de admissibilidade. RECURSO NÃO CONHECIDO. (Recurso Cível Nº 71004962031, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Silvia Muradas Fiori, Julgado em 23/07/2014) Evidentemente, não houve impugnação aos fundamentos fáticos e jurídicos da sentença, razão pela qual se encontra evidenciada a ofensa à dialeticidade. NÃO CONHEÇO, pois, do presente recurso. Condeno a Recorrente TELEFÔNICA BRASIL S/A ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95, fixo em 15% (quinze pontos percentuais) sobre o valor da condenação. Registro ainda que, em caso de agravo manifestamente inadmissível ou improcedente, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4.º do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA [1] In Manual dos Recursos Cíveis, 3. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 116-117. [2] Assis, Araken de. Doutrina e prática do processo civil contemporâneo / Araken de Assis. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. Pg. 327.

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0003318-27.2013.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JACIARA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DELCIO BARBOSA SILVA OAB - MT14364-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANE APARECIDA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHERNENKO DO NASCIMENTO COUTINHO OAB - MT17553-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar

provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Complementares nºs 569/1994, 570/1994 e pelo Decreto Municipal nº 1769/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001013-77.2018.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE BERNARDO DE BRITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de

contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007768-39.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDELICE MARTINS CORDEIRO PIVETA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id 20699454. Às providências legais. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001616-48.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SOELY MENDES MARTINS DE BARROS (RECORRIDO)
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIO BENJAMIM BATISTA JUNIOR OAB - MT10681-A (ADVOGADO)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. " Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os

Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003512-53.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARLENE ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGINALDO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT22899-A (ADVOGADO)
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
FERNANDA GASPARI OAB - MT16687/O-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. " Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000912-74.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE APARECIDO DE SOUSA LIMA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do

pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0034273-74.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NICIANE OKUMURA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADELITA VINAGRE PINHEIRO DUARTE OAB - MT10707-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O

entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000424-32.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
LOJAS RENNER S.A. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MM. Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Barra do Garças/MT, Dr. Fernando da Fonseca Melo (IMPETRADO)

Embargos de Declaração: 1000424-32.2019.811.9005 Embargantes: LOJAS RENNER S/A Embargado: ILMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BARRA DO GARÇAS/MT Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DAS HIPÓTESES LEGAIS DO ARTIGO 1.022, INCISOS I A III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ARTIGO 48 DA LEI N.º 9.099/95. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. O recurso de Embargos de Declaração não se presta à rediscussão de matéria já apreciada e, no caso, o que pretende a Embargante é a obtenção de nova decisão ou interpretação sobre questões de fato presentes nos autos, para amoldá-lo aos seus próprios interesses. 2. Assim, não se tem presente quaisquer das hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios. 3. Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO

MONOCRÁTICA: Trata-se de recurso de Embargos de Declaração opostos em face de decisão monocrática que indeferiu a inicial do mandado de segurança impetrado pela Embargante, visando à reforma a medida liminar pleiteada nos autos n.º 1000424-32.2019.811.9005. Os Embargantes se insurgem contra a referida decisum aduzindo a existência de contradição no julgado, porquanto há risco iminente de penhora de quantia vultuosa nas contas da Impetrante. Ao final, pugnam pela concessão de efeito modificativo no julgado, anulando a decisão monocrática proferida no ID 16149984 a fim de que o mandamus seja conhecido e processado. Pois bem. É cediço que cabem embargos de declaração quando na sentença/acórdão houver, obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, consoante dispõe o artigo 48 da Lei 9.099/95 e artigo 1.022 do Código de Processo Civil. In casu, presentes os requisitos subjetivos (cabimento, interesse recursal, legitimidade e inexistência de fato extintivo ou impeditivo) e objetivos (tempestividade e regularidade formal), RECEBO os embargos de declaração. Todavia, no mérito, tenho que não assiste razão aos Embargantes, pois os Embargos Declaratórios têm a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições, não tendo, pois, caráter substitutivo, mas sim integrativo ou aclaratório, conforme preconiza o artigo 1.023 do Código de Processo Civil. No caso dos autos, a despeito da irresignação tecida pela Embargante, não vislumbro a presença de nenhum dos pressupostos legais - omissão, contradição ou obscuridade - a dar ensejo ao acolhimento dos presentes embargos. Em verdade, o que pretende a Embargante é a obtenção de nova decisão ou interpretação sobre questões de fato presentes nos autos, para amoldá-lo aos seus próprios interesses, o que não é permitido pela via estreita dos embargos declaratórios. Posto isso, CONHEÇO dos presentes Embargos Declaratórios, pois tempestivos, contudo, REJEITO-O, ante a ausência dos requisitos reclamados pelo artigo 1.022 do Código de Processo Civil e artigo 48 da Lei 9.099/95, mantendo-se inalterados os termos da decisum objurgada. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000750-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALAIR CONCEICAO ARRUDA DA COSTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-A (ADVOGADO)
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de “... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade

Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_

dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi

de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0020642-21.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY LEANDRO DAMASCENO OAB - MT14150-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDILSON LUIZ DA CRUZ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARTIDIANA APARECIDA BETONI SILVA OAB - MT19002-O (ADVOGADO)
VILSON SOARES FERRO OAB - MT11830-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 2.875/2008, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO

EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000427-68.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO FERNANDES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTELA REDIVO DA COSTA OAB - MT16663-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 013/2008, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ),

inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000983-42.2018.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CREUZA GOMES DE FREITAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA.

LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001318-23.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CICERO GOMES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO REIS MORETTO OAB - MT23999-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

Vistos. Devolvam-se os autos ao Juízo de Origem para cumprimento da determinação retro. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001318-23.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CICERO GOMES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO REIS MORETTO OAB - MT23999-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

Vistos. Devolvam-se os autos ao Juízo de Origem para cumprimento da determinação retro. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1013634-81.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAROLINA BERNARDO LEITE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no

dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei nº 6.528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e

alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na

remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003512-26.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
REGINA FERREIRA BISPO VASTOR (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS OAB - MT14423-O (ADVOGADO)
JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT18425-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TANIA REGINA NANES DA SILVA OAB - MT4827-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº

01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 2.159/1994, 2.171/1994 e 3.247/2000, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012283-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSELITO FRIGERI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUELI GRAMINHO FRIGERI OAB - MT25128/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Agravo de Instrumento: 1012283-94.2019.8.11.0000 Processo 1º Grau: 1798-97.2019.811.0082 Origem: JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL Agravante(s): ESTADO DE MATO GROSSO Agravado(s): JOSELITO FRIGERI Relatora: LÚCIA PERUFFO Vistos, etc... Trata-se de RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão interlocutória proferida pelo JUÍZO DO JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL que, nos autos de AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL, determinou que suspenda "a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação". Argumentou que a medida liminar fora deferida com o fundamento de que os documentos juntados aos autos demonstram aparentemente a ocorrência da prescrição, porém houve equívoco, pois não houve o implemento de tal instituto. Alegou inexistência de probabilidade do direito do autor ante a inocorrência da prescrição no presente caso, bem como sustentou a ausência de garantia idônea para a suspensão dos efeitos da Certidão da Dívida Ativa – CDA. Argumentou que o Estado pode autuar e formalizar o procedimento visando responsabilizar o requerente em 05 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato gerador do crédito, que, na hipótese, consubstancia-se em uma conduta ilícita, logo, ao contrário do decidido na instância singela, a prescrição da pretensão punitiva refere-se ao prazo que a Administração Pública tem para lavrar o auto de infração e iniciar, consequentemente, o

respectivo processo administrativo, contado da data em que ocorreu a infração ambiental ou do dia em que tiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada. Sustentou que é cogente a reforma da decisão ora recorrida, máxime porque não há prescrição a ser reconhecida no presente caso, bem como que não restou demonstrada a plausibilidade do direito, de modo que restaria ao Agravado o oferecimento de uma garantia idônea para obter a suspensão da penalidade imposta, conforme tem exigido a jurisprudência Requereu o recebimento do agravo, bem como que lhe seja concedido efeito suspensivo para sustar os efeitos da decisão agravada até que haja o pronunciamento definitivo do órgão colegiado, visto que demonstrada a probabilidade de provimento do recurso e presente a iminência de lesão grave e de difícil reparação e, no mérito, seja dado provimento ao vertente agravo de instrumento para que seja reformada a decisão objurgada, a fim de cessar qualquer óbice referente à satisfação do crédito em discussão. Juntou documentos, notadamente a cópia integral do processo de origem. O presente recurso fora distribuído ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, cujo relator declinou da competência em favor desta Turma Recursal. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão interlocutória proferida pelo JUÍZO DO JUIZADO VOLANTE AMBIENTAL que, nos autos de AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA AMBIENTAL, determinou que suspenda "a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação". Inicialmente, destaco que a Lei nº 12.153, de 22.12.2009, que instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em seus artigos 3º e 4º permite a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória proferidas no âmbito Juizado Especial da Fazenda Pública, verbis: Art. 3o O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Art. 4o Exceto nos casos do art. 3o, somente será admitido recurso contra a sentença. Portanto, em se tratando de decisões cautelares ou antecipatórias proferidas por magistrado dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, se admite a interposição de agravo de instrumento. Dispõe o artigo 1.015 do Código de Processo Civil que o recurso de agravo de instrumento é cabível contra a decisão interlocutória que versar sobre tutelas provisórias, litteris: Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias; Estabelece o artigo 1.019 do Código de Processo Civil que, recebido o recurso de agravo de instrumento, o relator pode conferir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão requerida no recurso: Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias: I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; Compulsando os autos e analisando as provas produzidas, não verifico, prima facie, a existência dos requisitos necessários ao deferimento da medida liminar vindicada, pois ao contrário do alegado no presente agravo de instrumento, a liminar fora deferida na origem de forma fundamentada, conforme trecho que cito: Por outro lado, verifica-se que, entre a data da autuação – 24-03-2010 – e a homologação da Decisão Administrativa n. 218/SGPA/SEMA/2019 – 21-02-2019 (data do término do processo administrativo de apuração da infração) – transcorreu prazo superior a 05 (cinco) anos, situação que pressupõe a ocorrência da prescrição. Assim, numa análise sumária, própria desta fase processual, verifica-se a presença da existência de probabilidade do direito do requerente, pois os documentos juntados nos autos demonstram aparentemente a ocorrência da prescrição quinquenal. Presente, também, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, uma vez que o requerente foi notificado para pagamento da dívida, situação que demonstra o avançado estágio do processo administrativo. Por fim, não vislumbro o periculum in mora inverso haja vista que a medida é perfeitamente reversível se julgada improcedente ao final. Diante do exposto, DEFIRO a liminar pretendida para suspender a sanção imposta, determinando que a parte requerida não busque o cumprimento da penalidade de nenhuma forma, seja com encaminhamento à inscrição em dívida ativa, ajuizamento da execução fiscal ou qualquer outro modo, determinando ainda a suspensão da inscrição da dívida ativa caso já tenha ocorrido, até julgamento final da presente ação." Apesar de não concordar com o teor da decisão e de questionar a existência de prescrição, destaco que a decisão se apresenta fundamentada e, por se tratar de provimento reversível, não tem o condão de lhe causar qualquer prejuízo, uma vez que o magistrado a quo apenas determinou a suspensão da multa aplicada, o que pode ser revisto a qualquer momento ou mesmo na sentença. Houve, pois, a devida fundamentação para o deferimento da medida na origem, não havendo, prima facie, decisão teratológica a ser reparada ou mesmo qualquer prejuízo em se aguardar o deslinde da ação principal, de modo que inexiste o perigo da demora. Ante o exposto, INDEFIRO a antecipação de tutela pretendida. Comunique-se imediatamente o magistrado a quo quanto aos termos da presente decisão, com fulcro no do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil e, após, intime-se o Ministério Público para manifestação, nos termos do artigo 1.019, III, do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008317-88.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCINETE FIGUEIREDO DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução

de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 1.492/1994, bem como pelas legislações posteriores, a saber, as Leis Municipais nºs 3.505/2010; 3.506/2010 e 3.507/2010, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000289-48.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMIONAI DE CASTILHO LIRIO ANDRADE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ OAB - MT22947-O (ADVOGADO)
KARINNE DAYDAME PEDROSO RENNO OAB - MT18896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os

servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME

VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na

remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000122-24.2014.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAGALI FRITZKE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do

Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma

"realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do

término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009701-03.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALTINO PINTO DOS SANTOS (RECORRENTE)
ELIANE MARIA PIRES (RECORRENTE)
ELZA TEIXEIRA DA SILVA (RECORRENTE)
JOSUE NATANAEL SILVA DE ANDRADE (RECORRENTE)
JULIETE CAMPOS DAS NEVES (RECORRENTE)
EDJANE AVILA GASPARINI (RECORRENTE)
EDMILSON REZER (RECORRENTE)
ELENE MOREIRA QUEIROZ (RECORRENTE)
WELLINGTON DIAS DE SOUSA (RECORRENTE)
YVINNA PATRICIA SILVA SOUZA (RECORRENTE)
MARCELO GOMES DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
TEREZINHA AFONSO BUENO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela

Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social a Lei Estadual n. 7554/2001, reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promover generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei nº 6.528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual

entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da

Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Estadual nº 7554/2001 – Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000174-96.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERMISON ALFREDO RAMOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAIANY CEBALHO CORREA BARBOSA OAB - MT19634-O (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. É sabido que, em se tratando de Juizado Especial, o prazo recursal inicia-se da sessão de julgamento, conforme Enunciado 85 do FONAJE. Dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luís/MA). Ademais, é praxe que os acórdão, em regra, sejam disponibilizados para lançamento no próximo dia útil seguinte ao julgamento, no entanto algumas vezes são confeccionados em momento posterior devido ao número de processos o que justifica a data no lançamento do voto e acórdão. À vista do exposto, INDEFIRO o pedido de devolução de prazo. Certifique-se o trânsito em julgado e, acaso operado este, DETERMINO a baixa dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000174-96.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERMISON ALFREDO RAMOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAIANY CEBALHO CORREA BARBOSA OAB - MT19634-O (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. É sabido que, em se tratando de Juizado Especial, o prazo recursal inicia-se da sessão de julgamento, conforme

Enunciado 85 do FONAJE. Dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luís/MA). Ademais, é praxe que os acórdão, em regra, sejam disponibilizados para lançamento no próximo dia útil seguinte ao julgamento, no entanto algumas vezes são confeccionados em momento posterior devido ao número de processos o que justifica a data no lançamento do voto e acórdão. À vista do exposto, INDEFIRO o pedido de devolução de prazo. Certifique-se o trânsito em julgado e, acaso operado este, DETERMINO a baixa dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023507-59.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAIR GONCALINA COSTA MONTEIRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO LUIZ JEVINSKI OAB - MT12727-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. " Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001835-93.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALICE DE FRANCA FERREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-A (ADVOGADO)

VISTOS, ETC. I. HOMOLOGO o pedido de desistência formulado pelo Recorrente no ID 24513471, com fulcro no art. 998[1] do NCPC/15, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. II. Por oportuno, retire-se o processo da pauta de julgamento designada para o dia 04/12/2019 e devolva-o à origem. III. Às providências. IV. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO [1] Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000632-15.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE RODRIGUES DOS SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)

Recurso nº 1000632-15.2018.8.11.0028. Vistos etc. Da análise dos autos, vê-se que a recorrente interpôs recurso inominado com pedido de gratuidade de justiça (id. 23948127). Assim, intime-se a recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar declaração de imposto de renda e documentos que demonstrem sua condição de hipossuficiência financeira, a fim de possibilitar a análise do pedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Decorrido o prazo, imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001898-28.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVETE NUNES VIEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o

ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003905-41.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA MARTINEZ PEREIRA SOARES MALTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO)

Embargos de declaração nº 1003905-41.2018.8.11.0015. Vistos etc. Compulsando o procedimento, constata-se que Claro S/A interpôs embargos de declaração (id. 22660990), o qual se encontra pendente de julgamento pelo Juízo a quo. Assim, determino o retorno do presente feito à origem para apreciação dos embargos de declaração anexado aos autos (id. 22660990). Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001645-30.2018.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDIR GOMES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embargos de Declaração nº 1001645-30.2018.8.11.0002 Embargante: WALDIR GOMES DA SILVA EmbargadO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE JUIZ RELATOR: MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA – OBJETIVO DE SANAR SUPOSTA CONTRADIÇÃO – IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA – PRESCRIÇÃO RECONHECIDA DE OFÍCIO – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA – EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS IMPROVIDOS. Os embargos declaratórios somente podem ser opostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente na decisão proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC, sendo vedada a sua utilização para rediscutir a matéria. Tendo sido apreciadas todas as teses, em decisão fundamentada, inexiste falar em julgamento omisso, contraditório ou obscuro, sendo o caso de não acolhimento dos embargos. A prescrição, por se tratar de matéria de ordem pública, pode ser reconhecida de ofício, tal como realizado no decisum objurgado, não incorrendo, assim, em julgamento extra petita. RELATÓRIO E VOTO Pretende a embargante o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes para modificar decisão monocrática alegando contradição na decisão que deu provimento ao recurso inominado, julgando o feito extinto por prescrição. Pois bem. Os embargos declaratórios somente podem ser interpostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC. É recurso de hipótese vinculada, somente podendo ser interposto nos casos mencionados, sendo vedada a sua utilização como espécie de sucedâneo recursal ou visando à rediscussão do mérito da ação julgada. A respeito do tema, o Mestre José Carlos Barbosa Moreira disserta o seguinte: “Com a publicação da sentença de mérito, exaure-se, em princípio, a competência funcional do órgão de primeiro grau, no tocante à apreciação da lide (art. 463 CPC), é defeso ao Juiz alterá-la, ainda que se convença de não ter julgado corretamente”. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO A RESPEITO DE QUALQUER MATÉRIA AFETA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, tratando-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, sendo vedada a sua utilização com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo. (...) 3. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1123898/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 09/11/2011). Em que pese os termos da oposição, verifico que a decisão monocrática apontou o devido fundamento para dar provimento ao recurso da Embargada. Destaco que, consta no voto monocrático expressamente que a prescrição foi reconhecida de ofício, tratando-se de matéria de ordem pública, o que afasta a incidência de julgamento extra petita, tal como defendido pelo Embargante. Outrossim, em relação aos demais fundamentos apresentados em sede de Embargos de Declaração, estes se tratam de mera insurgência da parte Embargante sobre os termos da decisão, o que não legitima a oposição dos presentes embargos. Assim, no presente caso, a embargante não pretende a correção de ponto obscuro, contraditório, dúbio ou omisso existente no acórdão, até porque ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Pelo exposto, CONHEÇO dos Embargos Declaratórios opostos, por serem tempestivos e, no mérito, os REJEITO, por não vislumbrar a existência de omissão, contrariedade ou obscuridade no julgado. Em caso de eventuais novos embargos de declaração, será fatalmente aplicada multa pelos embargos protelatórios. É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002507-05.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONEY MARCOS FERREIRA OAB - MT10316-O (ADVOGADO)
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA SILVA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embargos de Declaração nº 0002507-05.2015.8.11.0008 Embargante: MARIA SILVA DE SOUZA EmbargadO: MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES JUIZ RELATOR: MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO UNÂNIME – OBJETIVO DE SANAR SUPOSTA CONTRADIÇÃO – IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA – EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO – DESCABIMENTO – EMBARGOS IMPROVIDOS. Os embargos declaratórios somente podem ser opostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente na decisão proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC, sendo vedada a sua utilização para rediscutir a matéria. Tendo sido apreciadas todas as teses, em decisão fundamentada e em votação unânime, inexiste falar em julgamento omisso, contraditório ou obscuro, sendo o caso de não acolhimento dos embargos. Nos juizados especiais, conforme Enunciado 125 do FONAJE, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula, na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário. RELATÓRIO E VOTO Pretende a embargante o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes para modificar decisão monocrática alegando contradição na decisão que deu provimento ao recurso inominado, julgando o feito extinto por prescrição. Pois bem. Os embargos declaratórios somente podem ser interpostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC. É recurso de hipótese vinculada, somente podendo ser interposto nos casos mencionados, sendo vedada a sua utilização como espécie de sucedâneo recursal ou visando à rediscussão do mérito da ação julgada. A respeito do tema, o Mestre José Carlos Barbosa Moreira disserta o seguinte: “Com a publicação da sentença de mérito, exaure-se, em princípio, a competência funcional do órgão de primeiro grau, no tocante à apreciação da lide (art. 463 CPC), é defeso ao Juiz alterá-la, ainda que se convença de não ter julgado corretamente”. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO A RESPEITO DE QUALQUER MATÉRIA AFETA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, tratando-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, sendo vedada a sua utilização com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo. (...) 3. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1123898/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 09/11/2011). Em que pese os termos da oposição, verifico que a decisão monocrática abordou toda a matéria levada à discussão em sede recursal e decidiu, dar provimento ao recurso da Embargada. Destaco que, não obstante as alegações do Embargante, o Embargado se insurgiu contra a sentença prolatada pelo juízo a quo, pugnando pela ausência do direito ao reajuste perquirido, o que faz, assim, por devolver ao Judiciário a análise sobre a procedência ou não da demanda. Outrossim, o Embargado não só apresentou razões meritórias

sobre o direito perquirido pela Embargante, como defendeu a realização da recomposição salarial, não existindo, destarte, qualquer cerceamento de defesa. Ademais, o aludido artigo 10 do NCPC não tem aplicabilidade aos Juizados Especiais, diante dos princípios utilizados no julgamento, dentre eles: simplicidade e celeridade, a não se coadunar com as travas impostas aos feitos da Justiça Comum, incompatíveis com os trâmites dos Juizados Especiais. Além de ser um microssistema próprio, a LJEF diz claramente que aos Juizados "se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995" (LJEF, artigo 1º), e esta, quanto aos processos cíveis, não menciona, em regra, outro diploma legal; ao contrário, traz, em si, toda a regulamentação necessária para a sua aplicação (como regime de provas, forma de peticionamento, modo de ser das audiências, etc). Como exceções, a Lei 9.099/1995 prevê no seu processo de execução a aplicação do CPC "no que couber" (LJE, artigo 52, "caput"), ou na extinção do processo, quando remete "além dos casos previstos em lei" (LJE, artigo 51, "caput"). E, ainda, o artigo 53, da LJE, que prevê aplicação do CPC em relação à execução de título executivo extrajudicial. Inclusive, o FORÚM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – FONAJE editou o Enunciado 16 com a seguinte redação: ENUNCIADO 161 - Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95 (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte - MG) (FONAJE, 2015). Observa-se que tem ocorrido grande erro dos advogados em misturar o Sistema dos Juizados Especiais com o Sistema da Justiça Comum, numa tentativa de se aplicar indistintamente os institutos do NCPC aos Juizados Especiais, porém, tais somente terão aplicação específica e naquilo que assim o disser, sendo este relator contra a chamada "cepecilização dos Juizados Especiais" (expressão cunhada nos FONAJES). Verifico, assim, que há mera insurgência da parte contra os termos do acórdão, o que não legitima a oposição dos presentes embargos. Assim, no presente caso, a embargante não pretende a correção de ponto obscuro, contraditório, dúbio ou omisso existente no acórdão, até porque ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Com relação à alegação de julgamento extra petita, frise-se que se trata de matéria de ordem pública, podendo ser alega a qualquer tempo e inclusive, decidida de ofício. Por fim, nos juizados especiais, conforme Enunciado 125 do FONAJE, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula, na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário. Pelo exposto, CONHEÇO dos Embargos Declaratórios opostos, por serem tempestivos e, no mérito, os REJEITO, por não vislumbrar a existência de omissão, contrariedade ou obscuridade no julgado. Em caso de eventuais novos embargos de declaração, será fatalmente aplicada multa pelos embargos protelatórios. É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000509-18.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA ALVES SIQUEIRA OAB - MT6217-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO FERRARI JUIZ DE DIREITO DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)

Mandado de Segurança: 1000509-18.2019.8.11.9005 Processo 1º Grau: 1000330-58.2018.8.11.0004 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BARRA DO GARÇAS Impetrante(s): ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE MATO GROSSO Impetrado(s): JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BARRA DO GARÇAS Interessados: FÁBIO ARTHUR DA ROCHA CAPILÉ FERNANDO DA FONSECA MELO Vistos, etc... Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR impetrado pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE MATO GROSSO contra ato do JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BARRA DO GARÇAS, autoridade apontada coatora, visando à concessão de medida liminar para o fim de determinar a imediata suspensão do processo até o efetivo julgamento da presente demanda e, no mérito, seja concedida a segurança para o fim de afastar as ilegalidades constantes da decisão, admitindo a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Mato Grosso como litisconsorte no processo nº 1000-330-58.2018.8.11.0004, em tramite no Juizado especial de Barra do Garças. Alegou que o magistrado Fernando da Fonseca Melo ajuizou reclamação contra Fábio Arthur da Rocha Capilé, requerendo Indenização Por Perdas e Danos Morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), supostamente sofrido em virtude de Desagravo Público realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, bem como pedido de providências formalizado junto a Corregedoria. Argumentou que, tomando conhecimento da demanda contra o advogado, que há época dos fatos era Conselheiro Estadual da OAB/MT, a Impetrante peticionou nos autos requerendo o seu ingresso como litisconsorte, o que fora indeferido pela autoridade apontada coatora. Sustentou que a decisão proferida é arbitrária e viola direito líquido e certo da OAB/MT intervir como litisconsorte e em defesa das prerrogativas da classe, uma vez que o desagravo é instrumento legal de dessa das prerrogativas dos advogados. Requereu a concessão de medida liminar para o fim de determinar a imediata suspensão do processo até o efetivo julgamento do presente mandado de segurança e, no mérito, seja concedida a segurança para o fim de afastar as ilegalidades constantes da decisão, admitindo a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Mato Grosso como litisconsorte no processo nº 1000-330-58.2018.8.11.0004, em trâmite no Juizado especial de Barra do Garças. Juntou documentos. É O RELATÓRIO. DECIDO. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objetivo proteger direito líquido e certo não amparado por Habeas Corpus ou por Habeas Data quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Assim dispõe o artigo 5º, LXIX da Constituição Federal, verbis: Art. 5º (omissis) (omissis) LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Além de previsão constitucional, o Mandado de Segurança é disciplinado pela Lei nº 12.016/2009. No caso dos autos, a parte impetrante pretende, pelos motivos acima expostos, a concessão de medida liminar visando à suspensão do processo e, no mérito, a sua admissão no processo de origem como litisconsorte. Para a concessão da medida liminar em Mandado de Segurança é imprescindível a ocorrência cumulativa de ambos os requisitos exigidos pelo artigo 7º, III, da Lei nº. 12.016/2009, quais sejam: "periculum in mora" e o "fumus boni iuris". A ausência de apenas um já importa em indeferimento da liminar pleiteada. A propósito, sobre o tema, confira o seguinte julgado: "Para a concessão de liminar em Mandado de Segurança, necessária se faz a presença de dois requisitos, ou seja: o "periculum in mora" e o "fumus boni iuris", os quais devem ser demonstrados de plano pelo impetrante. Rejeitada a preliminar, nega-se provimento ao recurso." (Agravo nº. 1.0702.04.140158-0/001(1). Rel. Des. Kildare Carvalho. Data do acórdão: 24/02/2005. Data da publicação: 11/03/2005). Ademais, a concessão da liminar, em Mandado de Segurança, se situa dentro do poder discricionário do Juiz, cabendo sua impugnação apenas em caso de abuso de autoridade ou manifesta irregularidade. No caso em apreço, em que pese os termos do mandamus impetrado, tenho que o mesmo deve ser indeferido liminarmente, seja porque a decisão atacada se trata de decisão interlocutória e, portanto, irrecorrível, seja porque não se admite a impetração de mandado de segurança como sucedâneo recursal, seja ainda porque a matéria aqui discutida não se submete aos efeitos da preclusão, de modo que devem ser invocadas e discutidas em momento oportuno, qual seja, a interposição de recurso. Todas as questões levantadas no presente mandado de segurança – ilegitimidade do advogado, necessite de formação de litisconsórcio passivo e competência da Justiça Federal – poderão ser discutidas no momento adequado, razão pela qual não se pode, em sede de mandado de segurança, discuti-las. O artigo 5º inciso II da Lei nº 12.016/2009 – Lei do Mandado de Segurança estabelece que: Art. 5º - Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) II – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; No mesmo sentido, dispõe a Súmula nº 267 do Supremo Tribunal Federal: Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição. A jurisprudência é pacífica no sentido de que é inadmissível a impetração de mandado de segurança como sucedâneo recursal. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LEVANTAMENTO DE VALORES CONDICIONADO À PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE, NO RITO DA

LEI Nº 9.099/95, NÃO COMPORTA RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDAMUS COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravo Interno Nº 71007763055, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em 18/07/2018) MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À PENHORA ACOLHIDA NA DECISÃO ATACADA. MATÉRIA PASSÍVEL DE RECURSO INOMINADO. IMPOSSIBILIDADE DO MANEJO DE MANDAMUS COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INICIAL INDEFERIDA. (Mandado de Segurança Nº 71007734965, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 21/05/2018) MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO COMO FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PENHORA BACENJUD. AUSÊNCIA DE DECISÃO TERMINATIVA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADOS, POR TER A DECISÃO ATACADA ASSEGURADO A INTIMAÇÃO E O PRAZO PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. POSSIBILIDADE DE INSURGÊNCIA EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E RECURSO INOMINADO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL PELA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXTINÇÃO POR INÉPCIA DA INICIAL. (Mandado de Segurança Nº 71007441017, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 23/01/2018) Deste modo, em face da utilização da ação constitucional do mandado de segurança como sucedâneo recursal, bem como não se tratando de matéria sujeita a preclusão, a petição inicial há de ser indeferida. Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do artigo 485, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 5º, inciso II da Lei nº 12.016/2009. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos do disposto no artigo 10, inciso XXII, da Constituição Estadual e da Súmula nº 512, do Supremo Tribunal Federal. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000630-46.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ALVES MOREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELENIR MARIA GANZER COELHO FERNANDES OAB - MT19107-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTICA (IMPETRADO)
EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VE (IMPETRADO)

Mandado de Segurança nº 1000630-46.2019.8.11.9005. Vistos etc. Cuida a espécie de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Francisco Alves Moreira contra ato da MMª Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lucas do Rio Verde-MT, que negou seguimento ao recurso inominado interposto nos autos sob nº 1000994-63.2018.8.11.0045, por inadequação da via eleita. Os autos vieram conclusos. Relatei. DECIDO. Almeja o impetrante a concessão da liminar em mandado de segurança a fim de determinar o seguimento do recurso interposto nos autos sob nº 1000994-63.2018.8.11.0045, em trâmite no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lucas do Rio Verde-MT. Pois bem. A concessão do mandado de segurança exige a presença de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei 12.016, de 07.08.2009, in verbis: LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Pois bem. Compulsando os autos, vê-se que, no dia 30/10/2019, a MMª Juíza monocrática prolatou decisão interlocutória nos autos sob nº 1000994-63.2018.8.11.0045, em que converteu a obrigação de fazer em perdas e danos, determinando que o valor pago pelo exequente seja acrescido de correção monetária, a partir do desembolso, e juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data de intimação da sentença, acolhendo a impugnação ao cumprimento de sentença, a fim de que não haja a cobrança de multa por descumprimento. Contra essa decisão, a parte autora interpôs recurso inominado, ao qual foi negado seguimento, por inadequação da via eleita. Pois bem. O artigo 41, da Lei nº 9.099/95 preceitua que: “Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.” No caso, vê-se que a decisão que acolheu o pedido de conversão em perdas e danos, afastando a cobrança de multa, não é terminativa, de modo que não pode ser afrontada por recurso inominado. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. LOCAÇÃO. LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITA OS EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E DETERMINA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. IRRECORRIBILIDADE. INADEQUAÇÃO. RECURSO INCABÍVEL. ARTIGO 41 DA LEI Nº 9.099 /95. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A decisão que rejeita embargos à execução de título extrajudicial e determina o prosseguimento da execução não é concebida como sentença e, portanto, impossível o seu reexame por meio de recurso inominado, consoante exegese do art.41 da lei 9.099/95. 2. No sistema dos juizados especiais apenas é cabível recurso inominado contra decisão que põe fim à execução. (RI nº 0087076-93.2013.8.05.0001. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado da Bahia. Publicação: 04/11/2014. Relatora: Maria Auxiliadora Sobral Leite). Destaquei. Destarte, constata-se que a parte autora se utilizou do recurso inominado como substitutivo do agravo de instrumento, o qual é apropriado para atacar decisões interlocutórias, mas que não encontra previsão no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, conforme Enunciado nº 15 do FONAJE, in verbis: “Nos Juizados Especiais não é cabível o recurso de agravo, exceto nas hipóteses dos artigos 544 e 557 do CPC.” A propósito: PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. NÃO CABIMENTO. 1. O sistema recursal da Lei n. 9.099/95 prevê e admite apenas o recurso inominado e os embargos de declaração contra as sentenças proferidas pelos Juizados Especiais Cíveis. Não há na lei em referência previsão de recurso contra decisões interlocutórias ou qualquer outro meio de impugnação. 2. Conforme reiteradamente decidido por esta Turma, "pretendendo a parte autora seja a sua causa apreciada em sede de jurisdição mais ampla, de forma que possa utilizar-se de todas as vias recursais previstas no ordenamento, deve a mesma propor a sua ação sob o rito comum ordinário, pois a faculdade de ajuizar demandas nos Juizados Especiais enseja sujeição ao procedimento sumaríssimo, que restringe o rol de recursos passíveis de desafiar as decisões proferidas em seu âmbito." (20070510013324 DVJ - Juíza Leila Arlanch). 3. Reclamação não conhecida.” (20070210040258DVJ, Relator SILVA LEMOS, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 23/06/2009, DJ 30/07/2009 p. 87) (grifei) RECURSO INOMINADO. IMPUGNAÇÃO Á FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE BENS MOVEIS. DECISÃO DE LEVANTAMENTO DA PENHORA. POSSIBILIDADE DO PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO NÃO TERMINATIVA QUE NÃO PODE SER ATACADA POR RECURSO INOMINADO. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71007199367, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 22/11/2017) (grifei) Logo, não há que se falar em ilegalidade da decisão atacada, nem ofensa a direito líquido e certo, conforme pretende fazer crer o impetrante. Desse modo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, nos termos do artigo 10, da Lei nº 12.016/2009: Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. Ante o exposto, por não restar comprovado o direito líquido e certo alegado, tampouco a existência de ilegalidade ou abuso de poder na decisão impugnada, INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no art. 10, da Lei nº 12.016/2009 e, em consequência, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Transitada em julgado, ao arquivo, com as cautelas e anotações necessárias. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002530-48.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

LAURA ELIZA DE BARROS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida". Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: "Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica". Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: "Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios"; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV, passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0043396-67.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SOFIA DE CAMPOS GONCALVES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEA TORQUATO DE ALMEIDA OAB - MT12753-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Apelação Cível nº 0043396-67.2013.8.11.0041 Recorrente: Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso Recorrido: Sofia de Campos Goncalves Vistos etc. Trata-se de recurso Apelação Cível recebida, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que o Relator, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que no julgamento do IRDR nº 85.560/2016, nas causas movidas contra o Estado de Mato Grosso, os Municípios, bem como as autarquias, as fundações e empresas públicas a eles vinculadas, em que o valor da causa for inferior a 60 (sessenta salários) mínimos, há competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial. No presente caso, trata-se de Ação Cautelar Inominada ajuizada, em 09.10.2013, por Sofia de Campos Goncalves em desfavor do Instituto de

Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso, buscando o restabelecimento do serviço de HOME CARE. É certo que o limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública é 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos do disposto no art. 2º da Lei 12.153/2009, in verbis: "Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos". Considerando que, no presente caso, inexiste informação a respeito do custo mensal do tratamento requerido pela usuária do MT-SAÚDE, há necessidade desta informação ser carreada a estes autos para fins de análise da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública. Além disso, considerando que se trata de Ação Cautelar ajuizada sob o rito do artigo 796 e seguintes do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da propositura da ação, cabe a parte autora propor a ação principal, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, sob pena de cessar a eficácia da medida cautelar, nos termos do disposto no artigo 808, inciso I, CPC/73; Diante desses fatos, a meu ver, para melhor análise, é necessária a conversão do julgamento em diligência. Deste modo, retiro este recurso da pauta de julgamento do dia 13.12.2019, converto em diligência e determino: a) Que o Apelante/Recorrente Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso, informe nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias: - 1. O custo mensal que desembolsa no fornecimento do serviço de HOME CARE a parte Apelada/Recorrida? - 2. Se continua prestando os referidos serviços; - 3. Durante qual período prestou o referido serviço? A soma das despesas até a presente data. b) Que a Apelada/Recorrida informe nos autos, também no prazo de 15 (quinze) dias: 1. Se distribuiu a ação principal? – 2. Em caso positivo, qual o número do processo e a vara onde tramita? - 3. A fase processual em que se encontra? Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004122-74.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINALDO RACHID JAUDY (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1004122-74.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : ESTADO DE MATO GROSSO Recorrido(s) : REGINALDO RACHID JAUDY, representado por Reisi Rachid Jaudy DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado ao encaminhar os autos para este Juízo (id. 7554882), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 1482644), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição quinquenal; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Realinhamento dos subsídios dos servidores públicos estaduais; Violação ao disposto no art. 85, § 4º, inciso II, do CPC. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá se manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa cargo de Profissional da Carreira Militar, que foi reestruturada pelas Leis Complementares n º 71/2000 e nº 231/2005, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação, inicialmente distribuída no Juizado Especial da Fazenda Pública em 2014, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem

honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008560-32.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIA CANHAN VILANOVA SILVA (RECORRIDO)
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RERISON RODRIGO BABORA OAB - MT9578-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Processo nº 1008560-32.2017.8.11.0002. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública de Várzea Grande. Reclamante: LÚCIA CANHAN VILANOVA SILVA. Reclamado: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Trata-se de processo encaminhado a esta Turma Recursal para apreciação de reexame necessário de sentença, cujo valor do benefício econômico não suplanta 60 salários mínimos, proferida contra ente federativo. Em conformidade com o disposto no art. 496, I, do CPC a decisão lavrada pelo Juízo Fazendário, contra os interesses da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município e respectivas autarquias e fundações de direito público, deve ser reexaminada pelo respectivo Órgão Jurisdicional Revisor. Todavia, esse mesmo dispositivo legal traz algumas hipóteses de exclusão dessa obrigatoriedade revisional, elencadas pelo critério do valor econômico debatido, senão vejamos: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; (...) § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.” Além disso, nas causas decididas no Juizado Especial da Fazenda Pública, o legislador expressamente aboliu o chamado reexame necessário, previsto na Legislação Processual Comum, nos termos do art. 11 da Lei 12.153/2009, que estabelece: ”Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário”. Assim, diante da expressa previsão legal de que não há reexame necessário nas causas que tramitam no Juizado Especial da Fazenda Pública, por ser manifestamente inadmissível, deve ser negado seguimento ao recurso encaminhado a esta Turma Recursal como remessa necessária. O relator pode, monocraticamente, negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, a teor do que dispõe o art. 932, caput, do Código de Processo Civil. Em consonância com o texto legal, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: “O relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias.” . Registro, por fim, que pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. Ante o exposto, monocraticamente, NEGO SEGUIMENTO ao recurso encaminhado a esta Turma Recursal para fins de reexame necessário, com fulcro no art. 11, da Lei 12.153/2009 c/c o art. 932, caput, do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Decisão

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000827-93.2014.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUILHERMINA FRANCISCA DE ASSUNCAO E SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINTIA RAFAELLY ASSUNCAO E SILVA OAB - MT14971-O (ADVOGADO)
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0000827-93.2014.8.11.0048 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Única da Comarca de Juscimeira-MT Recorrente: Município de Juscimeira Recorrido(s): Guilhermina Francisca de Assunção e Silva Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Juscimeira– MT, Condenou ainda a Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorarios advocaticios, os quais fixou em R$ 1.000,00 (um mil reais),. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017,

DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Servidor -Prefeitura municipal de Juscimeira., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 502/2000 de 03/01/2000,onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de

condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001096-93.2018.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE DA SILVA COSTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0001096-93.2018.8.11.0048 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Única da Comarca de Juscimeira-MT Recorrente: Município de Juscimeira Recorrido(s): Eliane da Silva Costa Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Juscimeira– MT, também condenou ao pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 10% do valor da condenação. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº

3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Servidora -Prefeitura municipal de Juscimeira., que foi reestruturada, por meio LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 502/2000 de 03/01/2000,onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001724-19.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDE ANTONIA DIAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0001724-19.2017.8.11.0048 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Única da Comarca de Juscimeira-MT Recorrente: Município de Juscimeira Recorrido(s): Neide Antonio Dias Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Juscimeira– MT, também condenou ao pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 10% do valor da condenação. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro

Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Servidor -Prefeitura municipal de Juscimeira., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 502/2000 de 03/01/2000,onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar

provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000448-44.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DELAINE CRISTINA LEITE DE FIGUEIREDO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Vistos etc. A parte Reclamante interpôs Embargos de Declaração contra a decisão monocrática que, por reconhecer a ocorrência da prescrição, deu provimento e julgou improcedente a pretensão da parte Recorrida que pretendia receber a indenização no percentual de 11,98% a título de URV, referente aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Alega haver nulidade da decisão embargada, em razão de existir cerceio ao direito artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, por não ter sido arguida na razões recursais e ainda decisão surpresa. Afirma haver contradição da decisão embargada, pois não estão prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo. Ao final requer que seja reconhecida a nulidade absoluta da decisão monocrática e que seja sanada a omissão/contradição com relação à afronta ao Decreto 20.910/32, omissão quanto à aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça e que seja dado prosseguimento com relação ao mérito e negado provimento ao recurso do Município. E caso rejeitado o recurso, requer que seja pronunciado a respeito da aplicação do Decreto 20.910/32, art. 9º e 10 do Código de Processo Civil, da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação do art. 1022, I e II da legislação processual civil. É o breve relato. Fundamento e decido. Principalmente nos processos em trâmite no Juizado Especial, deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o magistrado deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Quanto ao art. 9º do Código de Processo Civil este dispõe: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida". Ora, neste caso houve a inteposição do recurso pelo Município réu, visando a reforma da sentença e a parte autora foi intimada e apresentou suas contrarrazões, por isso não há como reconhecer que não foi previamente ouvida. Quanto ao art. 10 do mesmo Código, este dispõe: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Neste aspecto, no Juizado Especial há maior liberdade para o Magistrado determinar as provas a serem produzidas, bem como pode apreciá-las, com especial valor às regras da experiência comum, é o que dispõe o art. 5º da Lei 9.099/95, in verbis: "Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica". Também no Juizado Especial ao decidir Julgador deve adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, para atender aos fins sociais da lei, eis às exigências do bem comum, o art. 6º da Lei 9.099/95, dispõe: "Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Ninguém pode se escusar do cumprimento da lei alegando ignorância, de acordo com o artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, in verbis: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Deve ser ressaltado que mesmo na Justiça Comum, em alguns casos, o Juiz de Direito tem liberdade de decidir com base em fatos inexistentes ou não alegados no processo, se estes forem públicos e notórios, é o que dispõe o art. 374, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I – notórios"; Deve ser ressaltado ainda que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz de Direito, pois o art. 194 do Código Civil que proibia o julgador de reconhecê-la ex-officio, foi revogado pela Lei 11.280, de 16/02/2006. Assim, se o Juiz de Direito que tem o deve de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade, ao caso concreto. Uma vez exposto o fato, deve aplicar o direito ao caso, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. É a aplicação dos princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Ora, a Lei municipal que reestruturou a carreira dos servidores municipais e fixou os vencimentos é fato notório, principalmente entre os servidores municipais, não há como alegar e muito menos reconhecer a ignorância (artigo 3º a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro). As decisões do excelso Supremo Tribunal Federal e do colendo Superior Tribunal de Justiça que reconheceram que o prazo prescricional para o servidor público pleitear direito referente à URV, passa a fluir com a edição da lei que promoveu a reestruturação também é fato público e notório. Em se tratando de fato notório o Juiz de Direito pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição, pois em sendo fato notório não depende de prova, e ninguém se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, por isso não vislumbro a ocorrência de decisão surpresa. A decisão surpresa que o legislador proíbe é que haja decisão sobre fatos não alegados ou alegados por uma das partes sem dar oportunidade à parte contrária de contrapô-los. Não há como reconhecer ser decisão surpresa o simples reconhecimento da ocorrência da prescrição, por ter transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, quando a presente ação foi ajuizada, a contar da edição da lei que reestruturou a carreira, em razão de ser fato público e notório, e de estar previsto em lei, que ninguém pode alegar ignorância, bem com estar em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto a alegação de haver contradição da decisão embargada, por não estarem prescritas as parcelas compreendidas no período de cinco anos anterior ao ajuizamento da ação, por se tratar de relação de trato sucessivo, em face ao disposto no Decreto 20.910/32, isso é o que se denomina de rediscussão da matéria. O mérito da decisão não pode ser modificado por meio de Embargos de Declaração, que tem a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material, nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não é o caso. Quanto a aplicação da aplicação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, esta dispõe: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". No entanto, a referida Súmula atinge somente as parcelas que não estivem prescritas, ela não tem o condão de ressuscitar um direito já morto e sepultado, pela ocorrência, há muito tempo, da prescrição integral, cujo prazo quinquenal passou a fluir da data da edição da lei que reestruturou a carreira do servidor que pertence a parte embargante. Na decisão está amplamente demonstrado o entendimento dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, conheço os Embargos de Declaração, por serem tempestivos, porém rejeito-os. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0010898-49.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRACEMA GOMES DE LIMA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMARO DE OLIVEIRA FALCAO OAB - MT14522-O (ADVOGADO)
ROGERIO ANTUNES DOS SANTOS OAB - MT16405-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRIDO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão do douto relator foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo. Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: “Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.” Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: “ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” “ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise do Douto Relator no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005234-61.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)
MANOEL GOMES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS VARGAS LEITE OAB - MT11213-A (ADVOGADO)
PIETRA PY ALBERS OAB - MT14294-O (ADVOGADO)
GUSTAVO MEDEIROS ARAUJO OAB - MT13068-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
THYAGO JORGE MACHADO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão do douto relator foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo. Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: “Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.” Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: “ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” “ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda

Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise do Douto Relator no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010288-76.2015.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
OI MOVEL S.A. (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE MIRANDA LIMA OAB - MT13241-S (ADVOGADO)
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO FILHO MARTINS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – RECURSO CONTRA DECISÃO JÁ PACIFICADA EM TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUSIVE COM A EDIÇÃO DE SÚMULA DA TURMA RECURSAL SOB O NÚMERO 22 – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, DO NCPC – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com as decisões já pacificadas do entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, com a edição da Súmula 22, pode ser negado o seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Novo Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Recurso a que se nega o provimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado contra a sentença em que o juízo a quo julgou parcialmente o pleito da exordial e declarou inexistente o débito apontado em cadastro de inadimplentes, bem como, fixou indenização por danos morais pelos transtornos e dissabores sofridos pelo consumidor. Esse assunto já vem debatido de longa data nos Tribunais Superiores, sendo que, assim já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Não viola o art. 535 do CPC acórdão que, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa.. 3. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 410701 SC 2013/0337986-4, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 18/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2014) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CULPA IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastro de restrição ao crédito, o dano extrapatrimonial é considerado in re ipsa. 3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 4. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 331184 RS 2013/0116432-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/05/2014) O mesmo entendimento permeia ainda inúmeros outros Tribunais pelo país afora, confira-se: “ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA - DANO MORAL DEVIDO. A própria negativação indevida do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito, gera a obrigação de indenizar danos morais, eis que presumíveis os prejuízos causados, independentemente da prova de dano. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 17646220098260242 SP 0001764-62.2009.8.26.0242, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 19/09/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011)” “APELAÇAO CÍVEL. AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS POR ABALO DE CRÉDITO. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL. INSCRIÇAO INDEVIDA SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO PRESUMIDO. QUANTUM DEBEATUR. MANUTENÇAO DA CONDENAÇAO FIXADA PELO MAGISTRADO DE PISO. APELAÇAO CONHECIDA E IMPROVIDA. 1. O apelante praticou ato ilícito ao inserir erroneamente o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito. Inteligência do art.

186 do CC. 2. O dano moral é presumido nos casos de inscrição indevida no SPC e SERASA, bastando apenas ser provado a efetiva inscrição. 3. O valor fixado na sentença à título de condenação por dano moral atendeu a extensão do dano causado. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-ES - AC: 23080011101 ES 023080011101, Relator: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2009)" "CIVIL, PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC/SERASA). DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1- A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, já definiu, acertadamente que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito, por si só, causa dano moral, e a ofensa à imagem e à honra é evidente nestes casos. 2- O valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) fixado à título de danos morais atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda levou em conta os fatores relacionados às condições das partes bem como à gravidade do dano no caso concreto, concretizando, assim, a satisfação da vítima sem, contudo, caracterizar enriquecimento ilícito. 3- O fornecimento de energia elétrica caracteriza negócio jurídico de natureza contratual e assim sendo, os juros da mora, em responsabilidade contratual incidem a partir da citação. (art. 405, Código Civil). 4- Recuso improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2819761 PE 0017345-14.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 181)" "CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA PARCELA. SPC. NEGLIGÊNCIA. DANOS MORAIS. PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. MÉRITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO BANCO E O EVENTO DANOSO DEVIDAMENTE COMPROVADO. NÃO OBSERVÂNCIA DA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ARBITRAMENTO FEITO COM MODERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJRN. Apelação. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Jul. 08/09/2009). APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR, ORA APELADO, NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO DO SPC E SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA APELANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO CORRETAMENTE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A QUO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM SER FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOMENTE A PARTIR DA DATA DA DECISÃO QUE FIXOU OS DANOS MORAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRN. Apelação 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Amaury Moura. Jul. 04/06/2009) (TJ-RN - AC: 7269 RN 2009.007269-9, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 02/02/2010, 2ª Câmara Cível)" De longa data esta Turma Recursal tem a jurisprudência firme no sentido de que, a simples inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, gera o dano moral in re ipsa, não sendo necessário ao consumidor demonstrar nada além do que a própria inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Calha o destaque para os seguintes feitos julgados por esta Turma Recursal: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. E para sepultar de vez a celeuma existe ainda a Súmula 22 desta mesma turma recursal, assim redigida: SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017). No que tange ao valor da indenização, este deve ser proporcional, justa e razoável, sendo que os valores fixados pelo juízo de primeiro grau estão dentro de tais parâmetros, bem como, dentro dos parâmetros fixados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. MONTANTE FIXADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO STJ. 1. A intervenção do STJ destina-se a firmar interpretação geral do direito federal para todo o país, e não para a revisão de questões de interesse individual, como se dá nas lides que aqui aportam para debater o valor fixado para o dano moral, ressalvando-se hipóteses em que o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprido o duplo grau de jurisdição, se mostrar teratológico, por irrisório ou abusivo, o que não é o caso em tela (R$ 12.440,00, por inscrição indevida). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 577584 SP 2014/0207968-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 07/10/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. 1. O acolhimento da pretensão recursal, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1213857 RS 2010/0179365-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica em admitir a revisão do quantum indenizatório nas condenações por danos morais, nos casos em que o valor fixado se revelar ínfimo ou exorbitante. Ausentes essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 2. No caso, não é exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), em razão de indevida inscrição no cadastro de inadimplentes, visto que observadas as peculiaridades do caso concreto e obedecidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pelo Tribunal de origem. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 536343 MG 2014/0151793-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 07/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 98762 SP 2011/0219512-7, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2014)" Estes mesmos parâmetros de julgamentos, no que tange à valoração, também são observados nos inúmeros recursos já julgados por esta Turma Recursal, quais sejam: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. Na atual redação do artigo 932, IV, "a" do CPC/2015 observa-se apenas a sua delimitação em relação à questão conceitual, ou seja, se determinado assunto já foi ou

não submetido a Súmula do STF, STJ ou do Tribunal de Origem, sendo que, exatamente o que se discute nestes autos, sendo a questão da valoração subjetiva e impossível de ser sumulada e cada caso tem as suas peculiaridades, sendo perfeitamente possível o julgamento monocrático. De se concluir que o recurso é inócuo, pretende rediscutir matéria já sedimentada nos tribunais superiores, nos tribunais do país e também nesta Turma Recursal. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil/2015, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado: "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;(sublinhei). Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte nova redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). O valor fixado na sentença em R$ 3.000,00 (três mil reais), pelos danos morais se mostra adequado, considerando o valor da inscrição indevida de R$ 328,78 (Trezentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos). Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, IV, "a" do Novo Código de Processo Civil/2015 e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com 22 da Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação mantida, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001113-44.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA MARTINS DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CONCEICAO FABIANE DA SILVA OAB - MT26259-E (ADVOGADO)
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – RECURSO CONTRA DECISÃO JÁ PACIFICADA EM TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUSIVE COM A EDIÇÃO DE SÚMULA DA TURMA RECURSAL SOB O NÚMERO 22 – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, DO NCPC – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com as decisões já pacificadas do entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, com a edição da Súmula 22, pode ser negado o seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Recurso a que se nega o provimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado contra a sentença em que o juízo a quo julgou parcialmente o pleito da exordial e declarou inexistente o débito apontado em cadastro de inadimplentes, bem como, fixou indenização por danos morais pelos transtornos e dissabores sofridos pelo consumidor. Esse assunto já vem debatido de longa data nos Tribunais Superiores, sendo que, assim já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Não viola o art. 535 do CPC acórdão que, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa.. 3. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 410701 SC 2013/0337986-4, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 18/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2014) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CULPA IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastro de restrição ao crédito, o dano extrapatrimonial é considerado in re ipsa. 3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 4. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 331184 RS 2013/0116432-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/05/2014) O mesmo entendimento permeia ainda inúmeros outros Tribunais pelo país afora, confira-se: "ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA - DANO MORAL DEVIDO. A própria negativação indevida do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito, gera a obrigação de indenizar danos morais, eis que presumíveis os prejuízos causados, independentemente da prova de dano. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 17646220098260242 SP 0001764-62.2009.8.26.0242, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 19/09/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011)" "APELAÇAO CÍVEL. AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS POR ABALO DE CRÉDITO. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL. INSCRIÇAO INDEVIDA SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO PRESUMIDO. QUANTUM DEBEATUR. MANUTENÇAO DA CONDENAÇAO FIXADA PELO MAGISTRADO DE PISO. APELAÇAO CONHECIDA E IMPROVIDA. 1. O apelante praticou ato ilícito ao inserir erroneamente o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito. Inteligência do art. 186 do CC. 2. O dano moral é presumido nos casos de inscrição indevida no SPC e SERASA, bastando apenas ser provado a efetiva inscrição. 3. O valor fixado na sentença à título de condenação por dano moral atendeu a extensão do dano causado. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-ES - AC: 23080011101 ES 023080011101, Relator: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2009)" "CIVIL, PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC/SERASA). DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1- A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, já definiu, acertadamente que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito, por si só, causa dano moral, e a ofensa à imagem e à honra é evidente nestes casos. 2- O valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) fixado à título de danos morais atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda levou em conta os fatores relacionados às condições das partes bem como à gravidade do dano no caso concreto, concretizando, assim, a satisfação da vítima

sem, contudo, caracterizar enriquecimento ilícito. 3- O fornecimento de energia elétrica caracteriza negócio jurídico de natureza contratual e assim sendo, os juros da mora, em responsabilidade contratual incidem a partir da citação. (art. 405, Código Civil). 4- Recuso improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2819761 PE 0017345-14.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 181)" "CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA PARCELA. SPC. NEGLIGÊNCIA. DANOS MORAIS. PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. MÉRITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO BANCO E O EVENTO DANOSO DEVIDAMENTE COMPROVADO. NÃO OBSERVÂNCIA DA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ARBITRAMENTO FEITO COM MODERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJRN. Apelação. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Jul. 08/09/2009). APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR, ORA APELADO, NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO DO SPC E SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA APELANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO CORRETAMENTE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A QUO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM SER FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOMENTE A PARTIR DA DATA DA DECISÃO QUE FIXOU OS DANOS MORAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRN. Apelação 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Amaury Moura. Jul. 04/06/2009) (TJ-RN - AC: 7269 RN 2009.007269-9, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 02/02/2010, 2ª Câmara Cível)" De longa data esta Turma Recursal tem a jurisprudência firme no sentido de que, a simples inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, gera o dano moral in re ipsa, não sendo necessário ao consumidor demonstrar nada além do que a própria inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Calha o destaque para os seguintes feitos julgados por esta Turma Recursal: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. E para sepultar de vez a celeuma existe ainda a Súmula 22 desta mesma turma recursal, assim redigida: SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017). No que tange ao valor da indenização, este deve ser proporcional, justa e razoável, sendo que os valores fixados pelo juízo de primeiro grau estão dentro de tais parâmetros, bem como, dentro dos parâmetros fixados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. MONTANTE FIXADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO STJ. 1. A intervenção do STJ destina-se a firmar interpretação geral do direito federal para todo o país, e não para a revisão de questões de interesse individual, como se dá nas lides que aqui aportam para debater o valor fixado para o dano moral, ressalvando-se hipóteses em que o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprido o duplo grau de jurisdição, se mostrar teratológico, por irrisório ou abusivo, o que não é o caso em tela (R$ 12.440,00, por inscrição indevida). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 577584 SP 2014/0207968-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 07/10/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. 1. O acolhimento da pretensão recursal, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1213857 RS 2010/0179365-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica em admitir a revisão do quantum indenizatório nas condenações por danos morais, nos casos em que o valor fixado se revelar ínfimo ou exorbitante. Ausentes essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 2. No caso, não é exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), em razão de indevida inscrição no cadastro de inadimplentes, visto que observadas as peculiaridades do caso concreto e obedecidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pelo Tribunal de origem. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 536343 MG 2014/0151793-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 07/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 98762 SP 2011/0219512-7, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2014)" Estes mesmos parâmetros de julgamentos, no que tange à valoração, também são observados nos inúmeros recursos já julgados por esta Turma Recursal, quais sejam: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. Na atual redação do artigo 932, IV, "a" do CPC/2015 observa-se apenas a sua delimitação em relação à questão conceitual, ou seja, se determinado assunto já foi ou não submetido a Súmula do STF, STJ ou do Tribunal de Origem, sendo que, exatamente o que se discute nestes autos, sendo a questão da valoração subjetiva e impossível de ser sumulada e cada caso tem as suas peculiaridades, sendo perfeitamente possível o julgamento monocrático. De se concluir que o recurso é inócuo, pretende rediscutir matéria já sedimentada nos tribunais superiores, nos tribunais do país e também nesta Turma Recursal. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil/2015, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado: "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;(sublinhei). Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte nova redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar

provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). O valor fixado na sentença em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelos danos morais se mostra adequado, considerando o valor da inscrição indevida de R$ 102,77 (cento e dois reais e setenta e sete centavos), sendo a única. Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, IV, “a” do Novo Código de Processo Civil/2015 e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com 22 da Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação mantida, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8011340-42.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO GUILHERME DE MORAES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CIBELI SIMOES DOS SANTOS OAB - MT11468-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI MOVEL S.A. (RECORRIDO)
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – RECURSO CONTRA DECISÃO JÁ PACIFICADA EM TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUSIVE COM A EDIÇÃO DE SÚMULA DA TURMA RECURSAL SOB O NÚMERO 22 – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, DO NCPC – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com as decisões já pacificadas do entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, com a edição da Súmula 22, pode ser negado o seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Novo Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Recurso a que se nega o provimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado contra a sentença em que o juízo a quo julgou parcialmente o pleito da exordial e declarou inexistente o débito apontado em cadastro de inadimplentes, bem como, fixou indenização por danos morais pelos transtornos e dissabores sofridos pelo consumidor. Esse assunto já vem debatido de longa data nos Tribunais Superiores, sendo que, assim já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Não viola o art. 535 do CPC acórdão que, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa.. 3. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 410701 SC 2013/0337986-4, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 18/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2014) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CULPA IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastro de restrição ao crédito, o dano extrapatrimonial é considerado in re ipsa. 3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 4. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 331184 RS 2013/0116432-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/05/2014) O mesmo entendimento permeia ainda inúmeros outros Tribunais pelo país afora, confira-se: “ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA - DANO MORAL DEVIDO. A própria negativação indevida do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito, gera a obrigação de indenizar danos morais, eis que presumíveis os prejuízos causados, independentemente da prova de dano. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 17646220098260242 SP 0001764-62.2009.8.26.0242, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 19/09/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011)” “APELAÇAO CÍVEL. AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS POR ABALO DE CRÉDITO. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL. INSCRIÇAO INDEVIDA SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO PRESUMIDO. QUANTUM DEBEATUR. MANUTENÇAO DA CONDENAÇAO FIXADA PELO MAGISTRADO DE PISO. APELAÇAO CONHECIDA E IMPROVIDA. 1. O apelante praticou ato ilícito ao inserir erroneamente o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito. Inteligência do art. 186 do CC. 2. O dano moral é presumido nos casos de inscrição indevida no SPC e SERASA, bastando apenas ser provado a efetiva inscrição. 3. O valor fixado na sentença à título de condenação por dano moral atendeu a extensão do dano causado. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-ES - AC: 23080011101 ES 023080011101, Relator: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2009)” “CIVIL, PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC/SERASA). DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1- A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, já definiu, acertadamente que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito, por si só, causa dano moral, e a ofensa à imagem e à honra é evidente nestes casos. 2- O valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) fixado à título de danos morais atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda levou em conta os fatores relacionados às condições das partes bem como à gravidade do dano no caso concreto, concretizando, assim, a satisfação da vítima sem, contudo, caracterizar enriquecimento ilícito. 3- O fornecimento de energia elétrica caracteriza negócio jurídico de natureza contratual e assim sendo, os juros da mora, em responsabilidade contratual incidem a partir da citação. (art. 405, Código Civil). 4- Recuso improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2819761 PE 0017345-14.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 181)” “CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA PARCELA. SPC. NEGLIGÊNCIA. DANOS MORAIS. PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. MÉRITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO

MORAL INDENIZÁVEL. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO BANCO E O EVENTO DANOSO DEVIDAMENTE COMPROVADO. NÃO OBSERVÂNCIA DA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ARBITRAMENTO FEITO COM MODERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJRN. Apelação. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Jul. 08/09/2009). APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR, ORA APELADO, NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO DO SPC E SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA APELANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO CORRETAMENTE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A QUO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM SER FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOMENTE A PARTIR DA DATA DA DECISÃO QUE FIXOU OS DANOS MORAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRN. Apelação 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Amaury Moura. Jul. 04/06/2009) (TJ-RN - AC: 7269 RN 2009.007269-9, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 02/02/2010, 2ª Câmara Cível)" De longa data esta Turma Recursal tem a jurisprudência firme no sentido de que, a simples inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, gera o dano moral in re ipsa, não sendo necessário ao consumidor demonstrar nada além do que a própria inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Calha o destaque para os seguintes feitos julgados por esta Turma Recursal: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. E para sepultar de vez a celeuma existe ainda a Súmula 22 desta mesma turma recursal, assim redigida: SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017). No que tange ao valor da indenização, este deve ser proporcional, justa e razoável, sendo que os valores fixados pelo juízo de primeiro grau estão dentro de tais parâmetros, bem como, dentro dos parâmetros fixados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. MONTANTE FIXADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO STJ. 1. A intervenção do STJ destina-se a firmar interpretação geral do direito federal para todo o país, e não para a revisão de questões de interesse individual, como se dá nas lides que aqui aportam para debater o valor fixado para o dano moral, ressalvando-se hipóteses em que o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprido o duplo grau de jurisdição, se mostrar teratológico, por irrisório ou abusivo, o que não é o caso em tela (R$ 12.440,00, por inscrição indevida). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 577584 SP 2014/0207968-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 07/10/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. 1. O acolhimento da pretensão recursal, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1213857 RS 2010/0179365-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica em admitir a revisão do quantum indenizatório nas condenações por danos morais, nos casos em que o valor fixado se revelar ínfimo ou exorbitante. Ausentes essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 2. No caso, não é exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), em razão de indevida inscrição no cadastro de inadimplentes, visto que observadas as peculiaridades do caso concreto e obedecidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pelo Tribunal de origem. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 536343 MG 2014/0151793-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 07/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 98762 SP 2011/0219512-7, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2014)" Estes mesmos parâmetros de julgamentos, no que tange à valoração, também são observados nos inúmeros recursos já julgados por esta Turma Recursal, quais sejam: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. Na atual redação do artigo 932, IV, "a" do CPC/2015 observa-se apenas a sua delimitação em relação à questão conceitual, ou seja, se determinado assunto já foi ou não submetido a Súmula do STF, STJ ou do Tribunal de Origem, sendo que, exatamente o que se discute nestes autos, sendo a questão da valoração subjetiva e impossível de ser sumulada e cada caso tem as suas peculiaridades, sendo perfeitamente possível o julgamento monocrático. De se concluir que o recurso é inócuo, pretende rediscutir matéria já sedimentada nos tribunais superiores, nos tribunais do país e também nesta Turma Recursal. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil/2015, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado: "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;(sublinhei). Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte nova redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). O valor fixado na sentença em R$ 8.000,00 (oito mil reais) pelos danos morais se mostra adequado, considerando os valores das inscrições indevidas de R$502,85 (quinhentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) e R$499,40 (quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, IV, "a" do Novo Código de Processo Civil/2015 e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com 22 da Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação mantida, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005427-33.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ BENEDITO DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE HELENA SUERSUTH OAB - MT7807-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – RECURSO CONTRA DECISÃO JÁ PACIFICADA EM TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUSIVE COM A EDIÇÃO DE SÚMULA DA TURMA RECURSAL SOB O NÚMERO 22 – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, DO NCPC – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com as decisões já pacificadas do entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, com a edição da Súmula 22, pode ser negado o seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Recurso a que se nega o provimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado contra a sentença em que o juízo a quo julgou parcialmente o pleito da exordial e declarou inexistente o débito apontado em cadastro de inadimplentes, bem como, fixou indenização por danos morais pelos transtornos e dissabores sofridos pelo consumidor. Esse assunto já vem debatido de longa data nos Tribunais Superiores, sendo que, assim já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Não viola o art. 535 do CPC acórdão que, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa.. 3. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 410701 SC 2013/0337986-4, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 18/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2014) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CULPA IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastro de restrição ao crédito, o dano extrapatrimonial é considerado in re ipsa. 3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 4. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 331184 RS 2013/0116432-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/05/2014) O mesmo entendimento permeia ainda inúmeros outros Tribunais pelo país afora, confira-se: "ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA - DANO MORAL DEVIDO. A própria negativação indevida do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito, gera a obrigação de indenizar danos morais, eis que presumíveis os prejuízos causados, independentemente da prova de dano. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 17646220098260242 SP 0001764-62.2009.8.26.0242, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 19/09/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011)" "APELAÇAO CÍVEL. AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS POR ABALO DE CRÉDITO. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL. INSCRIÇAO INDEVIDA SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO PRESUMIDO. QUANTUM DEBEATUR. MANUTENÇAO DA CONDENAÇAO FIXADA PELO MAGISTRADO DE PISO. APELAÇAO CONHECIDA E IMPROVIDA. 1. O apelante praticou ato ilícito ao inserir erroneamente o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito. Inteligência do art. 186 do CC. 2. O dano moral é presumido nos casos de inscrição indevida no SPC e SERASA, bastando apenas ser provado a efetiva inscrição. 3. O valor fixado na sentença à título de condenação por dano moral atendeu a extensão do dano causado. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-ES - AC: 23080011101 ES 023080011101, Relator: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2009)" "CIVIL, PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC/SERASA). DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1- A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, já definiu, acertadamente que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito, por si só, causa dano moral, e a ofensa à imagem e à honra é evidente nestes casos. 2- O valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) fixado à título de danos morais atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda levou em conta os fatores relacionados às condições das partes bem como à gravidade do dano no caso concreto, concretizando, assim, a satisfação da vítima sem, contudo, caracterizar enriquecimento ilícito. 3- O fornecimento de energia elétrica caracteriza negócio jurídico de natureza contratual e assim sendo, os juros da mora, em responsabilidade contratual incidem a partir da citação. (art. 405, Código Civil). 4- Recuso improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2819761 PE 0017345-14.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 181)" "CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA PARCELA. SPC. NEGLIGÊNCIA. DANOS MORAIS. PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. MÉRITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO BANCO E O EVENTO DANOSO DEVIDAMENTE COMPROVADO. NÃO OBSERVÂNCIA DA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ARBITRAMENTO FEITO COM MODERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJRN. Apelação. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Jul. 08/09/2009). APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR, ORA APELADO, NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO DO SPC E SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA APELANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO CORRETAMENTE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A QUO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM SER FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOMENTE A PARTIR DA DATA DA DECISÃO QUE FIXOU OS DANOS MORAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRN. Apelação 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Amaury Moura. Jul. 04/06/2009) (TJ-RN - AC: 7269 RN 2009.007269-9, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 02/02/2010, 2ª Câmara Cível)" De longa data esta Turma Recursal tem a jurisprudência firme no sentido de que, a simples inscrição indevida em

cadastro de inadimplentes, gera o dano moral in re ipsa, não sendo necessário ao consumidor demonstrar nada além do que a própria inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Calha o destaque para os seguintes feitos julgados por esta Turma Recursal: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. E para sepultar de vez a celeuma existe ainda a Súmula 22 desta mesma turma recursal, assim redigida: SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017). No que tange ao valor da indenização, este deve ser proporcional, justa e razoável, sendo que os valores fixados pelo juízo de primeiro grau estão dentro de tais parâmetros, bem como, dentro dos parâmetros fixados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. MONTANTE FIXADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO STJ. 1. A intervenção do STJ destina-se a firmar interpretação geral do direito federal para todo o país, e não para a revisão de questões de interesse individual, como se dá nas lides que aqui aportam para debater o valor fixado para o dano moral, ressalvando-se hipóteses em que o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprido o duplo grau de jurisdição, se mostrar teratológico, por irrisório ou abusivo, o que não é o caso em tela (R$ 12.440,00, por inscrição indevida). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 577584 SP 2014/0207968-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 07/10/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. 1. O acolhimento da pretensão recursal, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1213857 RS 2010/0179365-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica em admitir a revisão do quantum indenizatório nas condenações por danos morais, nos casos em que o valor fixado se revelar ínfimo ou exorbitante. Ausentes essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 2. No caso, não é exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), em razão de indevida inscrição no cadastro de inadimplentes, visto que observadas as peculiaridades do caso concreto e obedecidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pelo Tribunal de origem. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 536343 MG 2014/0151793-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 07/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 98762 SP 2011/0219512-7, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2014)" Estes mesmos parâmetros de julgamentos, no que tange à valoração, também são observados nos inúmeros recursos já julgados por esta Turma Recursal, quais sejam: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. Na atual redação do artigo 932, IV, "a" do CPC/2015 observa-se apenas a sua delimitação em relação à questão conceitual, ou seja, se determinado assunto já foi ou não submetido a Súmula do STF, STJ ou do Tribunal de Origem, sendo que, exatamente o que se discute nestes autos, sendo a questão da valoração subjetiva e impossível de ser sumulada e cada caso tem as suas peculiaridades, sendo perfeitamente possível o julgamento monocrático. De se concluir que o recurso é inócuo, pretende rediscutir matéria já sedimentada nos tribunais superiores, nos tribunais do país e também nesta Turma Recursal. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil/2015, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado: "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;(sublinhei). Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte nova redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). O valor fixado na sentença em R$ 3000,00 (três mil reais) pelos danos morais se mostra adequado, considerando o valor da inscrição indevida de R$ 127,96 (cento e vinte e sete reais e noventa e seis centavos). Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, IV, "a" do Novo Código de Processo Civil/2015 e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com 22 da Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação mantida, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0036760-51.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
ENEDINO ANTUNES SOARES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSENI APARECIDA FARINACIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO)
CLAUDIO BARBOSA DE LIMA OAB - MT7690-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso encaminhado a esta Turma Recursal para apreciação de reexame necessário. Observo que na sentença elaborada pelo Juiz de Direito, consta determinação de remessa para reexame necessário. Em cumprimento à referida decisão a Secretaria encaminhou o referido processo ao E. Tribunal de Justiça, no qual foi declinada competência a esta Turma Recursal por força do

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, para reexame necessário. De fato o inciso I, do art. 496, do Código de Processo Civil, há obrigatoriedade de a decisão do Juiz de Direito, contra os interesses da União, do Estado, do Distrito Federal, do Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, ser reexaminado pelo Tribunal, in verbis: "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;" Contudo, o mesmo artigo preceitua a hipóteses de exclusão dessa obrigatoriedade em seu § 3º, que dispõe: "§ 3o Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. § 4o Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa." Dessa forma, como o limite de alçado do Juizado Especial da Fazenda Pública é de 60 (sessenta) salários mínimos, com a entrada em vigência do Código de Processo Civil/2015, estaria fora das causas que há necessidade do reexame necessário pelo órgão de segundo grau de jurisdição. Além disso, nas causas decididas no Juizado Especial, seja ele Federal ou da Fazenda Pública, o legislador expressamente aboliu o chamado reexame necessário, previsto no artigo supra colacionado. A Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em seu artigo 13, diz o seguinte: "Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário". A Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em seu art. 11, da mesma forma estabelece: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário". Assim, diante da expressa previsão legal de que não há reexame necessário nas causas que tramitam no Juizado Especial da Fazenda Pública, por ser manifestamente inadmissível, deve ser negado seguimento ao recurso encaminhado equivocadamente à Turma Recursal, como remessa necessária. O relator pode, monocraticamente, negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, é o que dispõe o art. 932, III, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 932. Incumbe ao relator: III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;" Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: "O relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias" (sublinhei). Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 102, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com Súmula ou jurisprudência dominante das Turmas Recursais ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de cinco dias". Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: "O relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias" (sublinhei). Ante o exposto, por ser manifestamente inadmissível, em face ao disposto no art. 11 da Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009, no Enunciado nº 102 do FONAJE e na Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO SEGUIMENTO ao recurso encaminhado a esta Turma Recursal para fins de reexame necessário. Tendo em vista a redistribuição do presente feito para o Juizado Especial, automaticamente aplica-se a sistemática das custas e honorários da Lei 9099/95, prevalecendo está sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, mormente quando em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Intimem-se. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0010114-07.2014.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONE MARQUES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURICIO VIEIRA SERPA OAB - MT12758-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão do douto relator foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo. Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: "Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas." Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: "ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ)." "ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ)." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As

normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise do Douto Relator no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0003633-67.2010.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO VALDINA LIMA ALMEIDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VOLMIR RUBIN OAB - MT13078-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão do douto relator foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo.

Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: “Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.” Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: “ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” “ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que

figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise do Douto Relator no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002053-55.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEBER DE MATOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR GOMES DO CARMO OAB - MT16409-A (ADVOGADO)
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão da douta relatora foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo. Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: “Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.” Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: “ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” “ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).” No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise da Douta Relatora no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0014322-41.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 5ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA MARY DA CUNHA MOREIRA (RECORRIDO)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELY MARIA REVELES DA CONCEICAO FURLAN OAB - MT8448-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Após a detida análise dos autos, nota-se que a decisão da douta relatora foi com base no fato de que a matéria envolvida era referente a URV/matéria com valor da causa até 60 salários mínimos, porém, a matéria não envolve IRDR n. 85560/2016 e sim versa sobre auxílio-doença do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Todavia, no caso dos autos, não se pode observar apenas os valores e sim as partes que estão a litigar ainda em sede da Fazenda Pública, de onde não se fixa a competência dos Juizados Especiais, apenas com base na valoração da causa, e neste caso, apesar do valor da causa estar dentro do valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, a causa é de incompetência dos Juizados Especiais pelo fato da impossibilidade do INSS figurar no polo passivo. Logo, nota-se que o feito foi equivocadamente enviado para esta Turma Recursal, se levado em conta o decisão retro, que objetivava a matéria

URV ou matéria com valor total da causa até 60 salários mínimos. Saliento, ainda, que nos Juizados Especiais vige um sistema, devendo as Leis de regência da Fazenda Pública e dos Juizados Cíveis serem analisadas em conjunto, existindo vedação do trâmite da presente matéria em razão da pessoa que figura o polo passivo. O artigo 5º, II da Lei 12.153/2009 assim está redigido: "Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas." Esse entendimento consolidou-se por meio do Enunciado do FONAJE nº. 137 renumerado pelo nº. 08 da Fazenda Pública, vejamos: "ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ)." "ENUNCIADO 08 – De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ)." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DE DIREITO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE O ENTE PÚBLICO FEDERAL FIGURAR NO POLO PASSIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, § 3º. LEI Nº 10.259/2001. LEI Nº 12.153/2009. COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE. 1. Em exame conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT em face do Juízo de Direito da 4ª Vara - Juizado Especial Cível da mesma Comarca, nos autos de ação proposta em face do INSS objetivando a concessão de benefício previdenciário. 2. As ações previdenciárias propostas contra o INSS não podem ser processadas perante o juizado especial cível ou juizado especial de fazenda pública. As normas constantes na Lei 10.259/01 não são extensíveis aos juizados especiais cíveis (art. 20, parte final), havendo ainda proibição expressa de nele figurarem pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.099/98, art. 8º), e os entes públicos federais não constam como partes para figurar no polo passivo no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09, art. 5º, II). 3. "A delegação de competência sobre a qual dispõe o art. 109, §3º, da CF não é extensiva ao Juízo de Direito dos Juizados Especiais Estaduais, motivo pelo qual o Juízo de Direito de Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública não é competente para processar e julgar feito que verse sobre questões previdenciárias afetas ao Instituto Nacional do Seguro Social." (CC 0073658-72.2012.4.01.0000/RO, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Rel. Conv. Juiz Federal Cleverson José Rocha (Conv.), Primeira Seção, e-DJF1 p.31 de 15/01/2014) 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, o suscitante. (CC 0045166-02.2014.4.01.0000 / MT, Rel. JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.8 de 18/11/2014). PROCESSUAL CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AJUIZAMENTO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM JUÍZO ESTADUAL, COM COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA -COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - REDISTRIBUIÇÃO PARA JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DETERMINADA DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não sendo o INSS integrante do rol de pessoas jurídicas que podem ser demandadas no Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual, incabível, conforme dispositivos de normas legais válidas (Lei nº 10.259/2001, art. 20; Lei nº 12.153, art. 5º, inciso II) o julgamento de ações de natureza previdenciária no âmbito dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estaduais. 2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Suscitante.(CC 0010530-15.2011.4.01.0000 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.), PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.2 de 10/06/2014) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTA CONTRA O INSS - AUTARQUIA DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL DA FAZENDA PÚBLICA RESTRITA A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTES PÚBLICOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS - EXEGESE DO ART. 5º, II, DA LEI N. 12.153/09 - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública não tem competência para conhecer, processar e julgar as causas em que figure como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Autarquia Federal) porque o artigo art. 5º, II da Lei n. 12.153/09 prevê taxativamente que somente podem ser réus naquele juízo "os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas". (TJSC, Conflito de Competência n. 2011.058731-7, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos , j. 25-08-2011). Desta feita, com a máxima vênia, proceda-se a devolução do presente feito, para análise da Douta Relatora no e.TJMT, pelos motivos expostos. Cumpra-se, com urgência. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0003861-83.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONSON LEANDRO GUNSCH (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOEL CARDOSO DE SOUZA OAB - MT19303-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICÍPIO DE PARANATINGA – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão

recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Paranatinga, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº035, de 19 de Dezembro de 2003: “Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Paranatinga e dá outras providências” que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Paranatinga, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 035, de 19 de Dezembro de 2003, que “Dispõe sobre a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Paranatinga e dá outras providências” que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 19/12/2003, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Paranatinga, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 19/12/2008. Colaciono abaixo Lei nº 035/2003: ID.8648861 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0002817-29.2017.8.11.0044, 0001318-10.2017.8.11.0044, 0001936-52.2017.8.11.0044, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: “O relator, nas Turmas Recursais

Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004161-45.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA MIRANDA DO NASCIMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELTON ESTEVES OAB - MT11924-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – PRESCRIÇÃO OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp

1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004, que "Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, funcionamento e regulamenta a carreira dos profissionais do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 10/05/2004, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 10/05/2009. Colaciono abaixo as Leis nº 005/2004 e 007/2004: ID.7557792 e ID.7557790 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 1005343-44.2018.8.11.0002, 1002260-20.2018.8.11.0002, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente, dar provimento ao recurso que esteja em descordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, Letra A, o Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso haja interposição de agravo inadmissível oi infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: "O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, inc. IV, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE SEGUIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno a parte recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa, ficando afastada a condenação, se ao caso fora aplicada a concessão da gratuidade de Justiça. Fica registrado ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, §4º, do CPC. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002702-08.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICÍPIO DE PARANATINGA – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez

exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Paranatinga, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº035, de 19 de Dezembro de 2003: “Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Paranatinga e dá outras providências” que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Paranatinga, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 035, de 19 de Dezembro de 2003, que “Dispõe sobre a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Paranatinga e dá outras providências” que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 19/12/2003, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Paranatinga, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 19/12/2008. Colaciono abaixo Lei nº 035/2003: ID.8568219 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início

do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0002817-29.2017.8.11.0044, 0001318-10.2017.8.11.0044, 0001936-52.2017.8.11.0044, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000939-47.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MILCA FERRAZ DE CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de

remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004: "Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004, que "Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, funcionamento e regulamenta a carreira dos profissionais do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 10/05/2004, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 10/05/2009. Colaciono abaixo as Leis nº 005/2004 e 007/2004: ID.5021461 e ID.5021462 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 1002260-20.2018.8.11.0002, 1005343-44.2018.8.11.0002, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004127-82.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

SOLANGE ROSA DE MEDEIROS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada,

razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004: "Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004, que "Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, funcionamento e regulamenta a carreira dos profissionais do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 10/05/2004, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Nossa Senhora do Livramento, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 10/05/2009. Colaciono abaixo as Leis nº 005/2004 e 007/2004: ID.2206366 e ID.2206364 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 1002260-20.2018.8.11.0002, 1005343-44.2018.8.11.0002, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007947-26.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSEFINA SEBASTIANA SA DA MATTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 0501102-92.2015.8.11.0001 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – NÃO EVIDENCIADAS – MERA TENTATIVA DE REDISCUTIR A MATÉRIA – EMBARGOS DE DECLARAÇAO CONHECIDOS E REJEITADOS. Ausente a alegada contradição, omissão ou obscuridade, resta com a nítida intenção de rediscutir a matéria objurgada, deve ser feita a rejeição dos embargos de declaração com tal finalidade. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração aviado contra decisão monocrática que reconheceu a ausência de direito em relação à URV a ser paga eventualmente a servidores do Estado de Mato Grosso, aduzindo contrariedade e obscuridade no voto proferido. Registro que inexiste qualquer contradição ou obscuridade no voto objurgado, estando mais do que clara a decisão objurgada, anotando ser uma extensa decisão que abraça várias situações a envolver URV a diversas categorias de servidores do Estado de Mato Grosso. Calha ainda o registro de que a matéria está, inclusive, sumulada pelas Turmas Recursais, de tão aprofundados os estudos sobre o tema, contendo na decisão questionada tudo o que se precisa saber sobre a matéria URV, em relação a servidores do Estado de Mato Grosso. Ficou devidamente registrada na decisão que, em relação aos servidores do Estado de Mato Grosso, a eventual defasagem que houve à época foi devidamente recomposta, por leis que saíram especificamente a trazer a devida recomposição, SENDO MATEMÁTICA A CONCLUSÃO DE QUE, SE HOUVE A RECOMPOSIÇÃO ATRAVÉS DA LEI, A SUPRIR A DEFASAGEM DA URV, INEXISTE SE PRETENDER NOVA RECOMPOSIÇÃO ANOS DEPOIS, sob pena de "bis in idem". Se eventualmente houve alguma perda entre os meses de março de outubro de 1994, antes da edição da Lei, sem o pagamento na folha de pagamento, estas parcelas estariam invariavelmente prescritas, sem muito esforço. E, no caso da eventual defasagem ao longo dos anos, tal ficou demonstrada de forma cabal, que houve a devida recomposição salarial, com a edição de lei específica a recompor a URV, como já mencionado no voto, e ainda posteriormente, houve nova recomposição salarial, a aplicar os índices do INPC. Como anteriormente já mencionado, tal questão é matemática e de uma clareza solar, de onde, infelizmente, no passado, se criava uma expectativa indevida com demora no processo e em muitos casos com perícias totalmente desnecessárias, encarecendo o processo e atravancando a vida de todos os envolvidos, sem a menor necessidade. Conclui-se que inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade alegada, deve ser rejeitado os embargos de declaração, por ser mera tentativa de rediscussão da matéria, na expectativa de reversão do assunto, o que não se faz possível. ISTO POSTO, ante a total ausência da alegada omissão, contradição ou obscuridade, conheço dos embargos de declaração, porém, no mérito OS REJEITO, mantendo-se totalmente intocada a decisão objurgada. Após o trânsito em julgado, baixe-se à origem, nos moldes anteriormente já delimitados. Às providências. P.R.I. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002498-43.2015.8.11.0008

Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CRISTINA DE JESUS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHELE JULIANA NOCA OAB - MT7622-O (ADVOGADO)
LEANDRO WILLIAN DESTO RIBEIRO OAB - MT15332-O (ADVOGADO)
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

(STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961/94 de 07/04/1994 "Que Institui um novo Plano de Cargos, vencimentos e carreira dos servidores da prefeitura Municipal de Barra do Bugres" que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961, de 07de abril de 1994, que "Dispõe sobre o Plano de Cargo, vencimento e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres " que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 07/04/1994, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Barra do Bugres, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 07/04/1999. Colaciono abaixo Lei nº 961/1994: Id.3721278 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0005592-96.2015.811.0008, 0002270-97.2017.811.0008,0005220-50.2015.811.0008, 0000059.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004163-31.2014.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NANCI PEREIRA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JUCELI DE FATIMA PLETSCH OAB - MT16261-O (ADVOGADO)
WILKER CHRISTI CORREA OAB - MT12228-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais"

(STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961/94 de 07/04/1994 “Que Institui um novo Plano de Cargos, vencimentos e carreira dos servidores da prefeitura Municipal de Barra do Bugres” que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961, de 07de abril de 1994, que “Dispõe sobre o Plano de Cargo, vencimento e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ” que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 07/04/1994, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Barra do Bugres, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 07/04/1999. Colaciono abaixo Lei nº 961/1994: Id.3198391 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0005592-96.2015.811.0008, 0002270-97.2017.811.0008,0005220-50.2015.811.0008, 0000059.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal

de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000803-20.2019.8.11.0033
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVES DE JESUS RODRIGUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – RECURSO CONTRA DECISÃO JÁ PACIFICADA EM TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUSIVE COM A EDIÇÃO DE SÚMULA DA TURMA RECURSAL SOB O NÚMERO 22 – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, DO NCPC – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com as decisões já pacificadas do entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, com a edição da Súmula 22, pode ser negado o seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Recurso a que se nega o provimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado contra a sentença em que o juízo a quo julgou parcialmente o pleito da exordial e declarou inexistente o débito apontado em cadastro de inadimplentes, bem como, fixou indenização por danos morais pelos transtornos e dissabores sofridos pelo consumidor. Esse assunto já vem debatido de longa data nos Tribunais Superiores, sendo que, assim já se manifestou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Não viola o art. 535 do CPC acórdão que, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa.. 3. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 410701 SC 2013/0337986-4, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 18/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2014) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CULPA IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Nos casos de inscrição indevida em cadastro de restrição ao crédito, o dano extrapatrimonial é considerado in re ipsa. 3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 4. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 331184 RS 2013/0116432-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/05/2014) O mesmo entendimento permeia ainda inúmeros outros Tribunais pelo país afora, confira-se: "ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA - DANO MORAL DEVIDO. A própria negativação indevida do nome do consumidor no serviço de proteção ao crédito, gera a obrigação de indenizar danos morais, eis que presumíveis os prejuízos causados, independentemente da prova de dano. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 17646220098260242 SP 0001764-62.2009.8.26.0242, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 19/09/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011)" "APELAÇAO CÍVEL. AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS POR ABALO DE CRÉDITO. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL. INSCRIÇAO INDEVIDA SPC E SERASA. ATO ILÍCITO. DANO PRESUMIDO. QUANTUM DEBEATUR. MANUTENÇAO DA CONDENAÇAO FIXADA PELO MAGISTRADO DE PISO. APELAÇAO CONHECIDA E IMPROVIDA. 1. O apelante praticou ato ilícito ao inserir erroneamente o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito. Inteligência do art. 186 do CC. 2. O dano moral é presumido nos casos de inscrição indevida no SPC e SERASA, bastando apenas ser provado a efetiva inscrição. 3. O valor fixado na sentença à título de condenação por dano moral atendeu a extensão do dano causado. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-ES - AC: 23080011101 ES 023080011101, Relator: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2009)" "CIVIL, PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC/SERASA). DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1- A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, já definiu, acertadamente que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito, por si só, causa dano moral, e a ofensa à imagem e à honra é evidente nestes casos. 2- O valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) fixado à título de danos morais atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda levou em conta os fatores relacionados às condições das partes bem como à gravidade do dano no caso concreto, concretizando, assim, a satisfação da vítima sem, contudo, caracterizar enriquecimento ilícito. 3- O fornecimento de energia elétrica caracteriza negócio jurídico de natureza contratual e assim sendo, os juros da mora, em responsabilidade contratual incidem a partir da citação. (art. 405, Código Civil). 4- Recuso improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2819761 PE 0017345-14.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 181)" "CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA PARCELA. SPC. NEGLIGÊNCIA. DANOS MORAIS.

PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. MÉRITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO BANCO E O EVENTO DANOSO DEVIDAMENTE COMPROVADO. NÃO OBSERVÂNCIA DA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ARBITRAMENTO FEITO COM MODERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJRN. Apelação. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Jul. 08/09/2009). APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR, ORA APELADO, NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO DO SPC E SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA APELANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO CORRETAMENTE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO A QUO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM SER FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOMENTE A PARTIR DA DATA DA DECISÃO QUE FIXOU OS DANOS MORAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRN. Apelação 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Amaury Moura. Jul. 04/06/2009) (TJ-RN - AC: 7269 RN 2009.007269-9, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 02/02/2010, 2ª Câmara Cível)" De longa data esta Turma Recursal tem a jurisprudência firme no sentido de que, a simples inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, gera o dano moral in re ipsa, não sendo necessário ao consumidor demonstrar nada além do que a própria inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Calha o destaque para os seguintes feitos julgados por esta Turma Recursal: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. E para sepultar de vez a celeuma existe ainda a Súmula 22 desta mesma turma recursal, assim redigida: SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017). No que tange ao valor da indenização, este deve ser proporcional, justa e razoável, sendo que os valores fixados pelo juízo de primeiro grau estão dentro de tais parâmetros, bem como, dentro dos parâmetros fixados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. MONTANTE FIXADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO STJ. 1. A intervenção do STJ destina-se a firmar interpretação geral do direito federal para todo o país, e não para a revisão de questões de interesse individual, como se dá nas lides que aqui aportam para debater o valor fixado para o dano moral, ressalvando-se hipóteses em que o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprido o duplo grau de jurisdição, se mostrar teratológico, por irrisório ou abusivo, o que não é o caso em tela (R$ 12.440,00, por inscrição indevida). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 577584 SP 2014/0207968-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 07/10/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. 1. O acolhimento da pretensão recursal, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1213857 RS 2010/0179365-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica em admitir a revisão do quantum indenizatório nas condenações por danos morais, nos casos em que o valor fixado se revelar ínfimo ou exorbitante. Ausentes essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 2. No caso, não é exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), em razão de indevida inscrição no cadastro de inadimplentes, visto que observadas as peculiaridades do caso concreto e obedecidos os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade pelo Tribunal de origem. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 536343 MG 2014/0151793-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 07/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2014)" "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 98762 SP 2011/0219512-7, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2014)" Estes mesmos parâmetros de julgamentos, no que tange à valoração, também são observados nos inúmeros recursos já julgados por esta Turma Recursal, quais sejam: 0010109-48.2014.811.0019, 011.2010.048.562-9, 001.2010.033.383-8, 001.2009.030.450-0, 0014550-29.2014.811.0001, 0047992-20.2013.811.0001, 0016871-37.2014.811.0001, 0019351-19.2013.811.0002, 0024393-18.2014.811.0001, 004134691.2013.811.0001, 0046587-80.2012.811.0001, dentre outros tantos. Na atual redação do artigo 932, IV, "a" do CPC/2015 observa-se apenas a sua delimitação em relação à questão conceitual, ou seja, se determinado assunto já foi ou não submetido a Súmula do STF, STJ ou do Tribunal de Origem, sendo que, exatamente o que se discute nestes autos, sendo a questão da valoração subjetiva e impossível de ser sumulada e cada caso tem as suas peculiaridades, sendo perfeitamente possível o julgamento monocrático. De se concluir que o recurso é inócuo, pretende rediscutir matéria já sedimentada nos tribunais superiores, nos tribunais do país e também nesta Turma Recursal. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Novo Código de Processo Civil/2015, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado: "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;(sublinhei). Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte nova redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). O valor fixado na sentença em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelos danos morais se mostra adequado, considerando o valor da inscrição indevida de R$ 54,75 (cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), sendo a mais antiga. Quanto a alegação de que o direito de indenizar estaria prescrito, rejeito o pedido eis que a inscrição é de 2014, porém a data de impressão do extrato é de 08/08/2019. Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, IV, "a" do Novo Código de Processo Civil/2015 e a

Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Estando o recurso aviado em desconformidade com 22 da Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação mantida, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000918-56.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOELMA DA SILVA ASSUNCAO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – DESERÇÃO – NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS/PREPARO DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 42, § 1º DA LEI 9099/95 - CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, III, DO CPC/2015 – NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. Estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 42, §1º da Lei 9099/95, em dissonância com Tribunal Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, pode ser negado o seguimento ao recurso, monocraticamente. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015 e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1021, § 4º do CPC. Recurso a que se nega o seguimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de recurso inominado, porém, sem o recolhimento das custas processuais no prazo legal das 48 horas ditadas pelo artigo 42 , § 1º da Lei 9099/95. O artigo 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, dispõe que: Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A base de cálculo para o preparo recursal será o valor equivalente à pretensão do recorrente, consoante item 5.9.4 da CNGC/MT, que estabelece o seguinte: "Nos recursos cíveis inominados, a base de cálculo para o preparo será o valor equivalente à pretensão do recorrente". O próprio FONAJE editou o Enunciado 80, nos moldes abaixo vazados: ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL).Existem ainda os seguintes precedentes naquela corte superior: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C.(destaquei) Como mencionado no próprio enunciado acima transcrito, existem precedentes no próprio STJ sobre o tema, nos seguintes julgados: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C. Ainda os seguintes: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. DESERÇÃO. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (AI 665.127-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJE 20.6.2008). "EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Jurisprudência assentada. Recurso inominado julgado deserto. Ofensa constitucional indireta. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo Regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte" (RE 572.068-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJE 15.8.2008). "EMENTA: ACÓRDÃO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL QUE, À AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, NÃO CONHECEU DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO. Questão restrita ao âmbito infraconstitucional, não ensejando apreciação em recurso extraordinário. Incidência, ainda, da Súmula 282 desta Corte. Agravo desprovido" (AI 379.557-AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 14.11.2002). Nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0010083-50.2014.811.0019, 0010149-30.2014.811.0019, 002.2011.017.277-8 e 0051537-98.2013.811.0001, entre outros tantos. Cândido Rangel Dinamarco diz que "recurso inadmissível são os casos de não conhecimento" (A reforma do código de Processo civil, 2ª., Malheiros Editores, 1995, p. 118.), registrando que, no caso de não conhecimento, está a se negar o seguimento ao recurso inadmissível pelo fato deste não preencher os requisitos de admissibilidade recursal, dentre eles, o preparo completo e tempestivo, nos moldes da dinâmica dos Juizados Especiais. De se concluir que falta ao recurso a condição de admissibilidade mínima, no que tange a falta da comprovação do pagamento do preparo, no prazo legal das 48 horas, sendo, portanto inadmissível o recurso, sendo o caso de se negar o seguimento ao recurso. O relator pode monocraticamente negar seguimento a recurso que não possua os requisitos de admissibilidade, senão vejamos: "Art. 932. Incumbe ao relator: III- não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.". Em face à norma supra esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). NO ID 27094993 HOUVE A JUNTADA DE RECURSO E COMPROVANTE DE PAGAMENTO, SEM CONTUDO, ACOSTAR A GUIA. Anoto ainda que não se aplica em sede de Juizados Especiais a disposição do artigo 1007, § § 2º e 4º do NCPC, NOS MOLDES DA RECLAMAÇÃO 120539/2016, JULGADA PELO E. TJMT cuja relatora foi a DESEMBARGADORA SERLY MARCONS ALVES. Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso inominado, por lhe faltar requisito de admissibilidade, qual seja, o pagamento integral das custas processuais. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1021, § 4º do CPC/2015. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002617-33.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA OAB - MT14387-O (ADVOGADO)
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIDNEI PEREIRA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não

provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961/94 de 07/04/1994 "Que Institui um novo Plano de Cargos, vencimentos e carreira dos servidores da prefeitura Municipal de Barra do Bugres" que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961, de 07de abril de 1994, que "Dispõe sobre o Plano de Cargo, vencimento e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres " que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 07/04/1994, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Barra do Bugres, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 07/04/1999. Colaciono abaixo Lei nº 961/1994: Id.3707215 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0 0 5 5 9 2 - 9 6 . 2 0 1 5 . 8 1 1 . 0 0 0 8 , 0 0 0 2 2 7 0 - 9 7 . 2 0 1 7 . 8 1 1 . 0 0 0 8 , 0 0 0 5 2 2 0 - 5 0 . 2 0 1 5 . 8 1 1 . 0 0 0 8 , 0 0 0 0 0 5 9 . 2 0 1 6 . 8 . 1 1 . 0 0 1 5 , 0 0 1 7 5 0 2 - 3 6 . 2 0 1 4 . 8 . 1 1 . 0 0 1 5 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002532-18.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA OAB - MT14387-O (ADVOGADO)
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LETICIA DOS SANTOS VIANA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg

no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961/94 de 07/04/1994 "Que Institui um novo Plano de Cargos, vencimentos e carreira dos servidores da prefeitura Municipal de Barra do Bugres" que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso dos Servidores do Município de Barra do Bugres, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 961, de 07de abril de 1994, que "Dispõe sobre o Plano de Cargo, vencimento e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres " que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 07/04/1994, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Barra do Bugres, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 07/04/1999. Colaciono abaixo Lei nº 961/1994: Id.3253187 Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0005592-96.2015.811.0008, 0002270-97.2017.811.0008,0005220-50.2015.811.0008, 0000059.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado,

esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: “SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.”. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005477-32.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL SOARES DOS REIS MARIANO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº.: 1005477-32.2018.8.11.0015–PJE- JA Origem: VARA DA FAZENDA PÚBLICA CUIABÁ (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DO TJMT) Recorrente(s): RAQUEL SOARES DOS REIS MARIANO Recorrido(s): MUNICIPIO DE SINOP Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni Vistos, etc. De proêmio, cumpre anotar que a gratuidade de justiça é matéria de ordem pública, podendo ser revista a qualquer tempo. É importante salientar que o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” In casu, o Recorrente não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar as custas processuais, uma vez que, a própria Autora informa ser Engenheira Civil. Ainda mais, vislumbra-se que em pesquisas realizadas, fora possível verificar que a autora também leciona na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no campus de Sinop/MT, portanto, não há o que se falar em hipossuficiência. http://sinop.unemat.br/site_antigo/professor_int_unemat.php?id=171 É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, o que não é o caso dos autos. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) (GRIFO NOSSO) Assim, ante o exposto, REVOGO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA DA RECORRENTE anteriormente concedido, diante do não preenchimento dos requisitos necessários para tal. Desta forma, determino a imediata intimação do Recorrente para que proceda no prazo improrrogável de 48 horas, a quitação do valor das custas a serem apuradas, sob pena de deserção. Findo o prazo com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002559-31.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANILDA PEREIRA BATISTA (RECORRIDO)
DIANA APARECIDA PINHEIRO DA SILVA (RECORRIDO)
GONCALINA LEMES DA CUNHA LIMA (RECORRIDO)
MARIA DAS GRACAS PEREIRA FELTRIN (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques,

Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Várzea Grande, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 3.505/2010, que por sua vez, esclarece: “Dispõe sobre as carreiras dos Trabalhadores de Educação Básica do Município de Várzea Grande e dá outras providências.”; que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 14/09/2010, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Várzea Grande, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 14/09/2015. Verifica-se que a ação foi ajuizada em 11/04/2017, restando caracterizada portanto, a figura da prescrição. Colaciono abaixo Lei nº 3.505/2010 em que trata sobre o plano de cargos e carreiras do Município de Várzea Grande, sobre os profissionais da educação básica, cargo em que as Recorridas exercem. Vejam-se: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao

processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006480-95.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELENE RAMOS DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT19716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE.

ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Várzea Grande, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 3.505/2010, que por sua vez, esclarece: "Dispõe sobre as carreiras dos Trabalhadores de Educação Básica do Município de Várzea Grande e dá outras providências."; que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 14/09/2010, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Várzea Grande, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 14/09/2015. Colaciono abaixo Lei nº 3.505/2010 em que trata sobre o plano de cargos e carreiras do Município de Várzea Grande, sobre os profissionais da educação básica, cargo em que a Recorrida exerce. Vejam-se: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0501195-89.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO COSTA MARQUES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALVARO MARCAL MENDONCA OAB - MT3247-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0501195-89.2014.811.0001 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Eduardo Costa Marques Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, "A" DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil. Recurso provido. VOTO Inicialmente, a Procuradoria-Geral de Justiça emitiu parecer opinando pelo oportuno julgamento da demanda,

sem a participação processual do Ministério Público, conforme parecer acostado no ID 687759. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que julgou procedente a pretensão da parte Recorrida e o condenou a efetuar a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação e a pagar honorários advocatícios. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura

novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente na Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social de Mato Grosso- DES, que a parte Recorrida integra ou integrava, como esta foi reestruturada, por meio da Lei nº 7.554, de 10/12/2001, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Deve ser ressaltado que se não fosse acolhida a preliminar de prescrição, mesmo assim a parte autora não teria êxito nesta demanda, porque anteriormente sua carreira teve recomposição salarial com a finalidade específica de repor a perda da URV, por meio da Lei Estadual nº 6.258, de 15/09/1994, em percentual superior ao pretendido neste feito, de forma que se realizado o cálculo da diferença a receber daria saldo zero. Inclusive a respeito desse tema a Turma Recursal Única, editou a Súmula nº 10, in verbis: SÚMULA 10. Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito a pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real par Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.258, de 15/09/1994. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002040-56.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)
VALTENCIR JOSE DA SILVA OAB - MT8667 (ADVOGADO)
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELDER ANTONIO DE SANTANA ROCHA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT19716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j.

26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Várzea Grande, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 3.505/2010, que por sua vez, esclarece: "Dispõe sobre as carreiras dos Trabalhadores de Educação Básica do Município de Várzea Grande e dá outras providências."; que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 14/09/2010, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Várzea Grande, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 14/09/2015. Verifica-se que a ação foi ajuizada em 24/03/2017, restando caracterizada, portanto, a figura da prescrição. Colaciono abaixo Lei nº 3.505/2010 em que trata sobre o plano de cargos e carreiras do Município de Várzea Grande. Vejam-se: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009531-17.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

GISLAYNE SUZI MENDES DE SOUZA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada,

razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Várzea Grande, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 3.505/2010, que por sua vez, esclarece: "Dispõe sobre as carreiras dos Trabalhadores de Educação Básica do Município de Várzea Grande e dá outras providências."; que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 14/09/2010, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Várzea Grande, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 14/09/2015. Verifica-se que a ação foi ajuizada em 20/12/2017, restando caracterizada, portanto, a figura da prescrição. Colaciono abaixo Lei nº 3.505/2010 em que trata sobre o plano de cargos e carreiras do Município de Várzea Grande, sobre os profissionais da educação básica, cargo em que a Recorrida exerce. Veja-se: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002749-63.2014.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DA COSTA GUIMARAES (RECORRENTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
JULIANA DA COSTA GUIMARAES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Processo nº.: 0002749-63.2014.8.11.0051 – AP- PJE Origem: Primeira Vara Cível da Comarca de Campo Verde (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Recorrente: JULIANA DA COSTA GUIMARÃES Recorrido (a): ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: Dra. Patrícia Ceni EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - DECISÃO DESTA CORTE QUE REVOGOU OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA - NÃO COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA – NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS/PREPARO DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 42, § 1º DA LEI 9099/95 - CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA – NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. 1- Tratam-se os autos de Ação d Cobrança e, face do Estado de Mato Grosso por se tratar de URV, em que a parte Autora alega ter direitos respectivos a diferenças salariais e pede por fim, recebimento de FGTS. 2- Adveio sentença de parcial procedência e, a parte autora irresignada com a decisão exarada, interpôs Recurso Inominado. 3- Esta Corte ao receber os autos para análise recursal, decidiu por REVOGAR a gratuidade concedida– Id. 17473953, uma vez que a justiça gratuita pode ser revista a qualquer tempo. 4- Verifico que, estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 42, §1º da Lei 9099/95, em dissonância com Tribunal Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, pode ser negado o seguimento ao recurso, monocraticamente. 5- Parte autora não efetuou o recolhimento das custas. 6- Decorrido o prazo de 48 para recolhimento, impõe-se a DESERÇÃO. 7- Decisão monocrática em face ao disposto na Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. 8- Recurso a que se nega o seguimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. Ao realizar análise dos requisitos procedimentais para prosseguimento do feto, houve decisão desta Corte em que REVOGOU os benefícios concedidos em sede de primeiro grau, pois que a condição financeira da parte interessada pode ser revista a qualquer tempo, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. A parte autora não recolheu custas judiciais, consoante certidão emitida no Id. 21567465. Trata-se de RECURSO INOMINADO, porém, sem o recolhimento das custas recursais no prazo legal das 48 horas ditadas pelo artigo 42 , § 1º da Lei 9099/95. O artigo 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, dispõe que: Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A base de cálculo para o preparo recursal será o valor equivalente à pretensão do recorrente, consoante item 5.9.4 da CNGC/MT, que estabelece o seguinte: "Nos recursos cíveis inominados, a base de cálculo

para o preparo será o valor equivalente à pretensão do recorrente". O próprio FONAJE editou o Enunciado 80, nos moldes abaixo vazados: ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL).Existem ainda os seguintes precedentes naquela corte superior: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C.(destaquei) Como mencionado no próprio enunciado acima transcrito, existem precedentes no próprio STJ sobre o tema, nos seguintes julgados: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C. Ainda os seguintes: "EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Jurisprudência assentada. Recurso inominado julgado deserto. Ofensa constitucional indireta. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo Regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte" (RE 572.068-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJE 15.8.2008). "EMENTA: ACÓRDÃO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL QUE, À AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, NÃO CONHECEU DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO. Questão restrita ao âmbito infraconstitucional, não ensejando apreciação em recurso extraordinário. Incidência, ainda, da Súmula 282 desta Corte. Agravo desprovido" (AI 379.557-AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 14.11.2002). Nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0010083-50.2014.811.0019, 0010149-30.2014.811.0019, 002.2011.017.277-8 e 0051537-98.2013.811.0001, entre outros tantos. Nota-se que, a parte autora foi intimada acera da decisão de revogação para recolhimento das custas sob pena de ser declarada deserto o Recurso, contudo, se mantive inerte quanto ao preparo, aduzindo posteriormente tão somente que faz jus ao benefício da gratuidade. Nota-se que as elucidações encartadas no corpo da decisão de Id. 17473953, acerca da condição financeira da parte autora, não o definem como hipossuficiente, uma vez que para fazer jus ao benefício discutido, deve ser comprovada a carência de condição econômica, o que não se verifica nos autos, devendo, portanto, ser mantida a decisão da negativa da gratuidade. Outrossim, o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. É sabido que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. RENDA INCOMPATÍVEL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. APELAÇÃO IMPROVIDA. - Os atuais artigos 98 e 99, § 3º, do CPC/2015 assim dispõe, in verbis: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."(...)"Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." - Em princípio, a concessão desse benefício depende de simples afirmação da parte, a qual, no entanto, por gozar de presunção juris tantum de veracidade, pode ser ilidida por prova em contrário. - Os documentos coligidos aos autos não demonstram a alegada hipossuficiência. - Em consulta às plataformas CNIS e PLENUS, verifica-se a existência de, ao menos, duas fontes de renda do autor que descaracterizam a alegada inviabilidade de suportar as despesas processuais sem prejuízo de sua subsistência e de sua família: os proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, além do ordenado mensal que percebe como empregado contratado. - Ademais, consulta ao RENAJUD dá conta da propriedade de três veículos automotores, que já configuraria, consoante as regras de experiência (artigos 335 do CPC/1973 e 375 do NCPC), indicativo de ostentar capacidade financeira para fazer frente às despesas processuais ordinárias. Precedentes do C. STJ. - Apelação não provida.(TRF-3 - AC: 00035364620134036110 SP, Relator: JUIZ CONVOCADO RODRIGO ZACHARIAS, Data de Julgamento: 12/09/2016, NONA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:26/09/2016). Conclui-se, portanto que, falta ao recurso a condição de admissibilidade mínima, no que tange a falta da comprovação do pagamento do preparo, já que ausente comprovação do pagamento das Guias, no prazo legal das 48 horas, a contar da interposição, sendo, portanto inadmissível o recurso, sendo o caso de se negar o seguimento ao mesmo. Há se se observar que as referidas partes, constituidoras do polo ativo na ação, restaram inertes ante a informação da necessidade de efetuar o preparo recursal, que, porém, contudo, não o fizeram, se tornando desertos. Cândido Rangel Dinamarco diz que "recurso inadmissível são os casos de não conhecimento" (A reforma do código de Processo civil, 2ª., Malheiros Editores, 1995, p. 118.), registrando que, no caso de não conhecimento, está a se negar o seguimento ao recurso inadmissível pelo fato deste não preencher os requisitos de admissibilidade recursal, dentre eles, o preparo completo e tempestivo, nos moldes da dinâmica dos Juizados Especiais. Portanto, ausente um dos pressupostos de admissibilidade, inviável conhecer do recurso interposto, conforme acima desenvolvido, no qual, desde já se aplica a deserção. DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente RECURSO INOMINADO, em virtude da DESERÇÃO, uma vez que ausentes os requisito de admissibilidade, qual seja, a comprovação do pagamento integral das custas processuais, no prazo de 48 horas. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001735-94.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRI ELENA RESSUTTE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO BORGES OAB - SP240332-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIAL SOCIAL DOS SERVIDORES DE CACERES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA PINTO DE ARRUDA OAB - MT5635-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Processo nº.: 1001735-94.2016.8.11.0006 – AP- PJE Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cáceres (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Recorrente: MEIRI ELENA RESSUTTE Recorrido (a): INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES Juíza Relatora: Dra. Patrícia Ceni EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - DECISÃO DESTA CORTE QUE REVOGOU OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA - NÃO COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA – NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS/PREPARO DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 42, § 1º DA LEI 9099/95 - CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA – NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. 1- Tratam-se os autos de Ação Reivindicatória de Pensão por Morte em que a parte autora alega ser mãe da servidora efetiva Natália Ressutte Gonçalez, falecida na data de 23/12/2014, e requer concessão do benefício por morte. 2- Adveio sentença improcedência que a parte

Autora insurge em desfavor da decisão. 3- Esta Corte ao receber os autos para análise recursal, decidiu por REVOGAR a gratuidade concedida– Id. 26318991, uma vez que a justiça gratuita pode ser revista a qualquer tempo. 4- Verifico que, estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 42, §1º da Lei 9099/95, em dissonância com Tribunal Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, pode ser negado o seguimento ao recurso, monocraticamente. 5- Parte autora não efetuou o recolhimento das custas. 6- Decorrido o prazo de 48 para recolhimento, impõe-se a DESERÇÃO. 7- Decisão monocrática em face ao disposto na Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. 8- Recurso a que se nega o seguimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. Ao realizar análise dos requisitos procedimentais para prosseguimento do feto, houve decisão desta Corte em que REVOGOU os benefícios concedidos em sede de primeiro grau, pois que a condição financeira da parte interessada pode ser revista a qualquer tempo, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. A parte autora não recolheu custas judiciais, consoante certidão emitida no Id. 228397491. Trata-se de RECURSO INOMINADO, porém, sem o recolhimento das custas recursais no prazo legal das 48 horas ditadas pelo artigo 42 , § 1º da Lei 9099/95. O artigo 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, dispõe que: Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A base de cálculo para o preparo recursal será o valor equivalente à pretensão do recorrente, consoante item 5.9.4 da CNGC/MT, que estabelece o seguinte: “Nos recursos cíveis inominados, a base de cálculo para o preparo será o valor equivalente à pretensão do recorrente”. O próprio FONAJE editou o Enunciado 80, nos moldes abaixo vazados: ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL).Existem ainda os seguintes precedentes naquela corte superior: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C.(destaquei) Como mencionado no próprio enunciado acima transcrito, existem precedentes no próprio STJ sobre o tema, nos seguintes julgados: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C. Ainda os seguintes: “EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Jurisprudência assentada. Recurso inominado julgado deserto. Ofensa constitucional indireta. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo Regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte” (RE 572.068-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJE 15.8.2008). “EMENTA: ACÓRDÃO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL QUE, À AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, NÃO CONHECEU DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO. Questão restrita ao âmbito infraconstitucional, não ensejando apreciação em recurso extraordinário. Incidência, ainda, da Súmula 282 desta Corte. Agravo desprovido” (AI 379.557-AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 14.11.2002). Nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0010083-50.2014.811.0019, 0010149-30.2014.811.0019, 002.2011.017.277-8 e 0051537-98.2013.811.0001, entre outros tantos. Nota-se que, a parte autora foi intimada acera da decisão de revogação para recolhimento das custas sob pena de ser declarada deserto o Recurso, contudo, se mantive inerte quanto ao preparo, aduzindo posteriormente tão somente que faz jus ao benefício da gratuidade. Nota-se que as elucidações encartadas no corpo da decisão de Id. 26318991, acerca da condição financeira da parte autora, não o definem como hipossuficiente, uma vez que para fazer jus ao benefício discutido, deve ser comprovada a carência de condição econômica, o que não se verifica nos autos, devendo, portanto, ser mantida a decisão da negativa da gratuidade. Outrossim, o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. É sabido que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. RENDA INCOMPATÍVEL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. APELAÇÃO IMPROVIDA. - Os atuais artigos 98 e 99, § 3º, do CPC/2015 assim dispõe, in verbis: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."(...)"Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." - Em princípio, a concessão desse benefício depende de simples afirmação da parte, a qual, no entanto, por gozar de presunção juris tantum de veracidade, pode ser ilidida por prova em contrário. - Os documentos coligidos aos autos não demonstram a alegada hipossuficiência. - Em consulta às plataformas CNIS e PLENUS, verifica-se a existência de, ao menos, duas fontes de renda do autor que descaracterizam a alegada inviabilidade de suportar as despesas processuais sem prejuízo de sua subsistência e de sua família: os proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, além do ordenado mensal que percebe como empregado contratado. - Ademais, consulta ao RENAJUD dá conta da propriedade de três veículos automotores, que já configuraria, consoante as regras de experiência (artigos 335 do CPC/1973 e 375 do NCPC), indicativo de ostentar capacidade financeira para fazer frente às despesas processuais ordinárias. Precedentes do C. STJ. - Apelação não provida.(TRF-3 - AC: 00035364620134036110 SP, Relator: JUIZ CONVOCADO RODRIGO ZACHARIAS, Data de Julgamento: 12/09/2016, NONA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:26/09/2016). Conclui-se, portanto que, falta ao recurso a condição de admissibilidade mínima, no que tange a falta da comprovação do pagamento do preparo, já que ausente comprovação do pagamento das Guias, no prazo legal das 48 horas, a contar da interposição, sendo, portanto inadmissível o recurso, sendo o caso de se negar o seguimento ao mesmo. Há se se observar que as referidas partes, constituidoras do polo ativo na ação, restaram inertes ante a informação da necessidade de efetuar o preparo recursal, que, porém, contudo, não o fizeram, se tornando desertos. Cândido Rangel Dinamarco diz que “recurso inadmissível são os casos de não conhecimento” (A reforma do código de Processo civil, 2ª., Malheiros Editores, 1995, p. 118.), registrando que, no caso de não conhecimento, está a se negar o seguimento ao recurso inadmissível pelo fato deste não preencher os requisitos de admissibilidade recursal, dentre eles, o preparo completo e tempestivo, nos moldes da dinâmica dos Juizados Especiais. Portanto, ausente um dos pressupostos de admissibilidade, inviável conhecer do recurso interposto, conforme acima desenvolvido, no qual, desde já se aplica a deserção. DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente RECURSO INOMINADO, em virtude da DESERÇÃO, uma vez que ausentes os requisito de admissibilidade, qual seja, a comprovação do pagamento integral das custas processuais, no prazo de 48 horas. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso

desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000641-25.2019.8.11.0033
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA DE LIMA MELO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAMINIO VALERIO SPECIAN OAB - MT4367-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO CLARO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO CLARO OAB - 15.024.037/0001-27 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº.: 1000641-25.2019.8.11.0033– PJE – J.A. Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO Recorrente(s): KATIA DE LIMA MELO Recorrido(s): MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO CLARO Juiz Relator: DRA. PATRÍCIA CENI Vistos, etc. De proêmio, cumpre anotar que a gratuidade de justiça é matéria de ordem pública, podendo ser revista a qualquer tempo. É importante salientar que o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” In casu, o Recorrente não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar à custa processual, uma vez que em nenhum momento este colaciona os extratos da sua conta bancária, faturas de cartão, comprovante de renda e outros documentos que evidenciariam sua real condição econômico-financeira. Com efeito, denota-se dos autos que o Recorrente informa ser Servidora Pública Municipal, bem como aduz não possuir condições de arcar com a custa do preparo, no entanto, ao analisar os documentos arrolados no id.25086133, verifica-se que a autora é professora e recebe remuneração no valor de R$8.646,96(oito mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos), e mesmo após os descontos realizados, recebe liquido o valor de R$6.925,40(seis mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), ou seja, a alegação que não possui condições é totalmente inconsistente. Vejamos: Acesso em 16/12/2019 É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, o que não é o caso dos autos. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) (GRIFO NOSSO) Assim, ante o exposto, REVOGO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA anteriormente concedido, diante do não preenchimento dos requisitos necessários para tal. Desta forma, determino a imediata intimação do Recorrente para que proceda no prazo improrrogável de 48 horas, a quitação do valor das custas a serem apuradas, sob pena de deserção. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000358-81.2011.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL VINICIUS MARIANO MARTINEZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR MARTINEZ OAB - MT13681-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KELLY CRISTINA DA SILVA OAB - MT8156-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000358-81.2011.8.11.0006 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000705-51.2014.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
JOSE DA SILVA (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE MT (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0000705-51.2014.8.11.0090 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001377-54.2017.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
IVO CARLOS BILELA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ EDUARDO MARTINS JACOB FILHO OAB - MT16553 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0001377-54.2017.8.11.0090 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002857-58.2013.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NGREIORANTI TXUCARRAMAE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE COLIDER (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0002857-58.2013.8.11.0009 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0023230-19.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JADIR NUNES SIFUENTES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO BARRETO MARTINS OAB - MT21306-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENISE COSTA SANTOS BORRALHO OAB - MT3607-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0023230-19.2010.8.11.0041 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0007388-40.2012.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGUINI (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANE MARISA SALVAJOLI GUILHERME OAB - MT10774-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CINTRA FARIAS OAB - MT11002-B (ADVOGADO)
JAIRO FUNKE OAB - MT9645-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0007388-40.2012.8.11.0037 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 48, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

ANEXO

PASSO A PASSO PARA ENCAMINHAR ALVARÁS DESOLTURA DE MANDADOS DE PRISÃO

Selecionar o tipo: Alvará de Soltura ou Mandado de Prisão